



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1563

Quarta-feira - 03 de Setembro de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	2	Guaramirim.....	218	Paulo Lopes	340
Água Doce.....	2	Herval d'Oeste	222	Penha.....	341
Alto Bela Vista.....	3	Ibiam	227	Pomerode.....	342
Anchieta	4	Ilhota	229	Ponte Serrada	342
Ascurra.....	22	Imbituba	229	Porto Belo.....	344
Barra Velha.....	42	Ipumirim	230	Porto União.....	345
Bela Vista do Toldo.....	43	Irineópolis	243	Pouso Redondo	345
Biguaçu	43	Itaiópolis	245	Presidente Castello Branco.....	346
Bom Retiro	44	Itapiranga.....	252	Rio do Sul.....	347
Braço do Trombudo.....	45	Itapoá	260	Salto Veloso	351
Brusque.....	88	Ituporanga	265	São Bento do Sul.....	353
Caçador.....	111	Jacinto Machado	269	São Domingos.....	357
Camboriú.....	118	Joaçaba.....	270	São João do Sul	359
Campo Alegre	121	Lages	276	São José.....	359
Campos Novos	161	Lauro Muller	277	São José do Cedro.....	367
Canelinha	167	Lebon Regis	287	São Lourenço do Oeste.....	374
Canoinhas.....	169	Lindóia do Sul	288	Schroeder.....	376
Capinzal	169	Luzerna	288	Serra Alta	379
Catanduas.....	175	Mafra	297	Siderópolis.....	380
Caxambu do Sul.....	175	Maracajá	297	Sombrio.....	381
Chapadão do Lageado	176	Maravilha.....	299	Timbé do Sul	385
Cocal do Sul.....	177	Marema.....	300	Timbó	386
Concórdia	177	Massaranduba.....	301	Treze Tílias	388
Cordilheira Alta	183	Meleiro	303	Turvo	390
Coronel Freitas.....	188	Modelo	304	Vidal Ramos.....	391
Correia Pinto.....	189	Navegantes.....	305	Videira.....	391
Corupá	189	Nova Trento	328	Xavantina	410
Dionísio Cerqueira	190	Novo Horizonte	332	Xaxim.....	410
Forquilha.....	191	Orleans	332		
Fraiburgo.....	195	Ouro Verde.....	333	Consórcios	
Garopaba.....	198	Paial.....	334	CIGA	414
Garuva	214	Palhoça	334	CIMVI.....	415
Gaspar	216	Palmitos	336		
Grão Pará	217	Papanduva.....	336		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Abdon Batista**PREFEITURA****Prorrogação PP 108/2014**

A Prefeitura Municipal de Abdon Batista, comunica aos interessados do Edital de Licitação, modalidade Pregão Presencial (no 108/2014), do tipo Menor Preço por ITEM, que tornou público, com base na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, tendo por objeto AQUISIÇÃO DE KITS PARA PROFESSORES E MONTAGEM DE UMA SALA INTELIGENTE CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO ANEXO I DESTES EDITAIS, conforme anexos, que está sendo PRORROGADO o prazo de recebimento e abertura dos envelopes "proposta de preço" e "documentação", para o dia 16 de setembro de 2014, para a entrega dos envelopes até às 09:45 horas, para o julgamento e início da disputa às 10:00 horas do mesmo dia.

Abdon Batista 29 de agosto de 2014.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA LUCIANO HERMES
PREFEITO MUNICIPAL PREGOEIRO

Água Doce**PREFEITURA****Portaria 242/2014**

PORTARIA Nº 242/2014 de 01 de Setembro de 2014
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder ao funcionário (a) Tânia Caron dos Santos, inscrito sob CPF nº 028.668.909-06, ocupante do cargo de Secretária de Administração e Fazenda, a partir de 01/09/2014 a 20/09/2014, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 01 de Setembro de 2014
Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor do Dpto de RH.

Resolução CMAS Nº 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL ÁGUA DOCE
RESOLUÇÃO CMAS Nº 001/2014

"DELIBERA SOBRE A GESTÃO FINANCEIRA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E AUTORIZA A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS ESTADUAL E FEDERAL,) e SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), PARA UTILIZAÇÃO EM CUSTEIO E MATERIAL PERMANENTE, FOLHA DE PAGAMENTO, GRATIFICAÇÕES, ALUGUEL DE ESPAÇO FÍSICO E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 01 de setembro de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal Nº 2.092/2012 de 26 de junho de 2012, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Água Doce - CMAS, e

CONSIDERANDO:

- Que o SUAS tem como base um sistema descentralizado político e administrativamente com comando único em cada esfera de governo, de forma a articular as ações sociassistenciais;

- Que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) será ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI);

- Que os Recursos SCFV (Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos) será ofertado de forma que assegure o atendimento à população usuária durante o exercício; onde os serviços socio-assistenciais cofinanciados terão continuidade, sendo que mesmo desta forma há uma sobra de valores que pretende-se aplicar em outras ações que aprimorem ainda mais os serviços, atendendo com mais qualidade a população;

- Que o DECRETO Nº 7.788, DE 15 DE AGOSTO DE 2012 que Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social, instituído pela Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993 no seu artigo 4º : Os recursos repassados pelo FNAS destinam-se ao:

I - cofinanciamento dos serviços de caráter continuado e de programas e projetos de assistência social, destinado ao custeio de ações e ao investimento em equipamentos públicos da rede socioassistencial dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - cofinanciamento da estruturação da rede socioassistencial dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluindo ampliação e construção de equipamentos públicos, para aprimorar a capacidade instalada e fortalecer o Sistema Único da Assistência Social - SUAS;

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL ÁGUA DOCE

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o Município a utilizar os Recursos Vinculados das Esferas Estadual e Federal, e SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), para utilização em Custeio e Materiais Permanentes, Folha de Pagamento, Gratificações, Aluguel de Espaço Físico e Obrigações Trabalhistas.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social (Gestão) deverá incluir no Demonstrativo para Co-Financiamento do Governo Federal/ Sistema Único da Assistência Social/ Sintético Anual da Execução Físico-Financeira e apresentar trimestralmente junto aos gastos dos demais recursos FMAS os gastos decorrentes da presente Resolução para controle do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Água Doce (SC), 01 de setembro de 2014.

JOSELI M.R. TRENTO

PRESIDENTE DO CMAS DE ÁGUA DOCE (SC)

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Adendo 001 ao Pregão Presencial Nº025/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2014

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços profissionais para ministrar cursos de pintura em tecidos, tricô e crochê, para programas de atendimento a pessoas carentes no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.

ADENDO Nº 001 ÀO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2014

A Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, pessoa jurídica de direito público interno, situada a Rua do Comércio, nº 1015, Centro, Alto Bela Vista, SC, através do Prefeito Municipal, Sr. Décio Grätner, TORNA PÚBLICA a ocorrência de ALTERAÇÕES no EDITAL da licitação modalidade Pregão Presencial 025/2014, na seguinte conformidade:

1. Ficam alterados o objeto da presente licitação previsto no subitem 2.1 do Edital, bem como a forma de prestação dos serviços prevista no subitem 10.1 do Edital, passando os mesmos a vigorar com a seguinte descrição:

"2.1 - A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços profissionais para ministrar cursos de pintura em tecidos, bordado e crochê, para programas de atendimento a pessoas carentes no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital."

"10.1 - A licitante vencedora deverá executar os serviços objeto deste Edital, em comum acordo e sob as orientações do pessoal técnico do Município, conforme cronograma a ser estabelecido, através de profissional qualificado, junto a Coordenadoria Municipal de Assistência Social - CRAS, com carga horária estimada de 8 (oito) horas semanais para o curso de bordado, 8 (oito) horas semanais para o curso de crochê e 12 (doze) horas semanais para o curso de pintura em tecido."

2. Fica alterada o subitem da Cláusula Segunda, da Minuta Contratual, constante do anexo "D" do Edital, passando a mesma a vigorar com a seguinte descrição:

2.1. A CONTRATADA deverá executar os serviços objeto deste Termo, em comum acordo e sob as orientações do pessoal técnico do Município, conforme cronograma a ser estabelecido, através de profissional qualificado, junto a Coordenadoria Municipal de Assistência Social - CRAS, com carga horária estimada de 8 (oito) horas semanais para o curso de bordado (exclusivo para o vencedor do Item ____), 8 (oito) horas semanais para o curso de crochê (exclusivo para o vencedor do Item ____ e 12 (doze) horas semanais para o curso de pintura em tecido (exclusivo para o vencedor do Item ____).

3. Devido a alteração do Item 02, fica alterado todo o Anexo "E" do Edital (Descrição do Objeto desta Licitação), passando o mesmo a vigorar com a seguinte descrição:

ANEXO "E"

DESCRIÇÃO DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário Máximo	Especificação
1	240	HR	25,00	Prestação de serviços para ministrar curso de pintura em tecido para programas de atendimento a pessoas carentes no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.
2	160	HR	25,00	Prestação de serviços para ministrar curso de bordado para programas de atendimento a pessoas carentes no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.
3	160	HR	25,00	Prestação de serviços para ministrar curso de crochê para programas de atendimento a pessoas carentes no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.

4. Face ao acima exposto, e em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93, fica prorrogado para o dia 16/09/2013, às 08h50, o prazo de recebimento (protocolização) dos Envelopes nº 01 - Proposta Comercial e dos Envelopes nº 02 - Documentação dos interessados, cuja sessão pública de abertura e julgamento terá início a partir das 09h da mesma data.

Alto Bela Vista, 02 de setembro de 2014.

DÉCIO GRÄTNER
Prefeito Municipal

Anchieta

PREFEITURA

Edital Concurso Público Nº 001/2014

EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, Sr. ARI PRESTES DE OLIVEIRA e a Diretora Administrativa do Hospital Municipal Anchietaense, Sra. RITA BRESSAN DE LIMA, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade a Lei Complementar nº 031/2011, Lei Complementar nº 032/2011, Lei Complementar nº 033/2011, Lei Complementar 014/2010, aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Concurso Público para contratar servidores destinado a prover funções, no quadro geral de servidores do Município de Anchieta e do Hospital Municipal Anchietaense, vinculados ao Regime de Trabalho Estatutário e Regime Geral de Previdência Social - RGPS, constantes do quadro a seguir relacionado, qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. Disposições preliminares:

1.1.1. O presente Edital de CONCURSO PÚBLICO é disciplinado pelo art. 37, II, da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município, Estatuto dos Servidores Municipais, em conformidade a Lei Complementar nº 031/2011, Lei Complementar nº 032/2011, Lei Complementar nº 033/2011, Lei Complementar 014/2010.

1.1.2. O CONCURSO PÚBLICO será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO do Município de Anchieta - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao CONCURSO PÚBLICO serão publicados em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Anchieta - SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br

1.1.4. A inscrição no CONCURSO PÚBLICO implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1 do edital e demais determinações referentes ao CONCURSO PÚBLICO para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.1.5.1 A legislação Municipal de que se refere o subitem 1.1.1 está à disposição do candidato no site: www.anchieta.sc.gov.br

1.1.6. O presente Concurso Público é válido pelo prazo de 02 (dois) anos contados da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

1.1.7. São condições para participação no presente CONCURSO PÚBLICO:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º).

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar.

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital.

d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo;

e) Possuir aptidão física e mental.

f) Possuir carteira de habilitação CATEGORIA "C" ou "D" para os cargos de MOTORISTAS, OPERADOR I e OPERADOR II conforme solicitado na habilitação de cada cargo.

1.1.8. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do CONCURSO PÚBLICO.

1.1.9. As provas serão realizadas nas modalidades OBJETIVA, TÍTULOS e PRÁTICA.

1.2 Cargos, vagas, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

QUADRO 01 - SECRETARIA DE SAÚDE

Cargo /Função	Carga Horária Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Agente de combate à endemia	40h	01	753,52	Ensino fundamental.
Auxiliar de Serviços Gerais (Posto de Saúde Linha Café Filho)	40h	01	753,52	Ensino Fundamental Incompleto.
Agente Comunitário de Saúde (Micro Área 4) Área Abrangência: Bairro Cantú, Bairro Xavantes, Linha Gaúcha, Linha Taquaruçu Alto e Linha Taquaruçu Baixo.	40h	01	901,85	Ensino fundamental.
Agente Comunitário de Saúde (Micro Área 8) Área Abrangência: Linha Santo Inácio, Linha São Judas, Linha Prateleira, Linha Nova Seara e Parte da Linha São Domingos.	40h	01	901,85	Ensino fundamental.
Agente Comunitário de Saúde (Micro Área 13) Área Abrangência: Av. Anchieta, Av. Brasil, Ruas Olívio Ernesto Garlet, Olímpio Dal Magro, Mato Grosso, Iguaçu, Guilherme Wildner, Vereador Geraldo Garlet, Travessa José Picolli, Paulino Buratti, Caçador e Rua Élio Wassun.	40h	01	901,85	Ensino fundamental.
Motorista da Saúde	40h	01	1.012,19	Ensino Fundamental Incompleto e CNH da categoria "C".
Fiscal de vigilância sanitária	40h	01	1.237,13	Ensino Médio.
Psicólogo	40h	01	2.249,32	Curso superior em Psicologia e Registro no CRP.
Fisioterapeuta	40h	01	2.249,32	Habilitação legal para o exercício da profissão de Fisioterapeuta, com registro no CREFITO.

Enfermeiro	40h	02	2.524,86	Habilitação legal para o exercício da profissão de Enfermeiro, com registro no COREN.
------------	-----	----	----------	---

* Nota: De acordo com a Lei n.º 11.350/2006 o candidato inscrito para o cargo/função de Agente Comunitário de Saúde deverá residir na área da comunidade em que atuar, desde a data de publicação do presente Edital.

QUADRO 02 - SECRETARIA. INFRAESTRUTURA

Cargo /Função	Carga Horária Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Auxiliar de Serviços Gerais	40hrs	02	753,52	Ensino Fundamental Incompleto
Agente de Manutenção e Conservação	40hrs	01	899,73	Ensino Fundamental Incompleto
Motorista	40hrs	01	1.012,19	Ensino Fundamental Incompleto e categoria "D" para veículos de transporte escolares e de carga
Operador I	40hrs	01	1.012,19	Ensino Fundamental Incompleto e CNH da categoria "C".
Operador II	40hrs	01	1.180,89	Ensino Fundamental Incompleto e CNH da categoria "C".
Mecânico	40hrs	02	1.237,13	Ensino Fundamental Incompleto e CNH categoria "C"
Engenheiro civil	20hrs	01	2.332,00	Curso superior em Engenharia Civil e Registro no CREA

QUADRO 03 - SECRETARIA FAZENDA

Cargo /Função	Carga Horária Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Fiscal de Tributos e Obras	40hrs	01	1.237,13	Ensino Médio
Auditor de Tributos	40hrs	01	2.249,32	Curso superior em Administração, Ciências Contábeis, Economia ou Direito.

QUADRO 04 - GABINETE

Cargo /Função	Carga Horária Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Agente de Defesa Civil	40hrs	01	1.012,19	Ensino Médio e CNH da categoria "C".
Técnico em Administração	40hrs	01	1.237,13	Ensino Médio.

QUADRO 06 - SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Monitor Social	20hrs	02	506,10	Ensino Médio

QUADRO 07 - SECRETARIA EDUCAÇÃO

Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Atendente de Biblioteca	20hrs	01	376,76	Ensino Médio
Auxiliar de Serviços Gerais	40hrs	01	753,52	Ensino Fundamental Incompleto
Monitor de Creche	40hrs	01	753,52	Ensino Médio
Motorista	40hrs	02	1.012,19	Ensino Fundamental Incompleto e categoria "D" para veículos de transporte de escolares e de carga
Professor Series Iniciais	20hrs	01	PISO NACIONAL	Conclusão do Curso de graduação com Licenciatura plena na área de atuação com Diploma devidamente registrado.
Professor Ensino Infantil	20hrs	01	PISO NACIONAL	Conclusão do Curso de graduação com Licenciatura plena na área de atuação com Diploma devidamente registrado.
Professor Ed. Física	20hrs	02	PISO NACIONAL	Conclusão do Curso de graduação com Licenciatura plena na área de atuação com Diploma devidamente registrado.
Professor Matemática	20hrs	01	PISO NACIONAL	Conclusão do Curso de graduação com Licenciatura plena na área de atuação com Diploma devidamente registrado.

QUADRO 08 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Agente de finanças	40hrs	01	1.147,27	Ensino Médio
Auxiliar de Serviços Gerais	40hrs	01	753,52	Ensino Fundamental Incompleto

Enfermeiro	40hrs	03	2.524,86	Habilitação legal para o exercício da profissão de Enfermeiro, com registro no COREN.
------------	-------	----	----------	---

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o CONCURSO PÚBLICO somente serão efetuadas pela INTERNET, no site www.ameosc.org.br no período das 08h00min do dia 08/09/2014 às 23h59min do dia 07/10/2014.

2.2. Para inscrever-se o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos.

b) Fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição.

c) Preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los, via internet seguindo as instruções;

d) Imprimir uma cópia do Requerimento de Inscrição;

e) Imprimir o boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o seu pagamento até as 23h59min do dia 08/10/2014.

2.2.1. Para os candidatos que não dispuserem de acesso à internet será disponibilizado equipamento com acesso à Internet na Prefeitura de Anchieta - SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

2.2.2. O atendimento aos candidatos é limitado à disponibilidade de pessoal e equipamentos, sendo que o candidato é o único responsável pelas informações prestadas e demais atos relativos à sua inscrição.

2.3. A Prefeitura de Anchieta - SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.4. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

2.4.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.4.2. A inscrição somente será confirmada mediante confirmação bancária da quitação do respectivo boleto de pagamento até a data do respectivo vencimento.

2.5. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.5.1. A inscrição não poderá ser feita pelo correio ou por meio de fax-símile.

2.5.2. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.6. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Anchieta/SC quando da classificação e/ou chamamento para assumir o cargo.

2.7. O candidato poderá inscrever-se para apenas 01 cargo. Verificando-se mais de uma inscrição do mesmo candidato será considerada apenas a inscrição mais RECENTE.

2.8. O valor da taxa de inscrição será de:

ESCOLARIDADE	VALOR R\$
Ensino Superior	R\$ 120,00
Ensino Médio	R\$ 80,00
Ensino Fundamental	R\$ 50,00

2.9. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do CONCURSO PÚBLICO, qualquer que seja o motivo ensejado.

2.10. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário eletrônico, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

2.10.1. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição, no formulário eletrônico de inscrição.

2.10.2. Os candidatos que solicitarem condições especiais serão comunicados através de aviso publicado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br do deferimento ou não do pedido.

2.10.3. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se à Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

3. DAS VAGAS RESERVADAS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Em face do número limitado de vagas oferecidas neste Concurso Público não haverá reserva de vagas para os candidatos portadores de necessidades especiais.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento das mesmas.

4.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado no Mural Público Prefeitura Municipal de Anchieta - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br

5. DAS PROVAS

5.1. Da prova objetiva

5.1.1. A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos independente do cargo que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

5.1.2. A prova objetiva será aplicada no dia 22/11/2014, às 09hrs, nas dependências da E.E.B PROFESSOR OSNI PAULINO DA SILVA, sito na Avenida Brasil s/n - Centro, Município de Anchieta (SC). Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Anchieta - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br

5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08hrs.

5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.3. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente a sala de realização de provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Anchieta - SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados

pelos fiscais.

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após as 08h50min.

5.1.2.5. A prova objetiva terá início às 09 horas e término às 12 horas.

5.1.3. A relação de ensalamento será publicada após a homologação das inscrições nos sites: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br

5.1.4. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, terá a duração de 03hrs, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente UMA será a correta e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no cartão- resposta e na 1º página do caderno de provas.

5.1.4.1. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de conhecimentos específicos, português e matemática.

5.1.4.2. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo II do presente edital.

5.1.4.3. A prova será composta de 35 (trinta e cinco) questões inéditas.

5.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) - Serão aplicadas provas de conhecimentos específicos, português e matemática conforme quadro abaixo para os cargos de Agente de Combate a Endemia, Auxiliar de Serviços Gerais, Agente Comunitário de Saúde, Motorista da Saúde, Fiscal de Vigilância Sanitária, Psicólogo, Fisioterapeuta, Enfermeiro, Agente de Manutenção e Conservação, Motorista, Operador I, Operador II, Mecânico, Engenheiro Civil, Fiscal de Tributos, Auditor de Tributos, Agente de Defesa Civil, Técnico em Administrativo, Monitor Social, Atendente de Biblioteca e Agente de finanças, conforme quadro abaixo, cujos conteúdos constam neste Edital (Anexo II):

Provas	Nº. Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina (Nota)	Nota Mínima Conj. Provas 1, 2 e 3.
1.Conhecimentos Específicos	25	0,32	8,00	5,00
2. Português	05	0,20	1,00	
3. Matemática	05	0,20	1,00	
TOTAL	35	-	10,00	-

5.2.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 5,00 (cinco pontos), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de português, matemática e conhecimentos específicos), conforme quadro acima.

5.3. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade B) - Serão aplicadas provas de conhecimentos específicos, português e matemática conforme quadro abaixo para o cargo de Professor Series Iniciais, Professor Ensino Infantil, Professor Ed. Física, Professor Matemática, conforme quadro abaixo, cujos conteúdos constam neste Edital (Anexo II):

Provas	Nº Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina (Nota)	Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1.Conhecimentos Específicos	25	0,26	6,50	4,00
2.Português	05	0,20	1,00	
3.Matemática	05	0,20	1,00	
TOTAL	35	-	8,50	-

5.3.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 4,00 (quatro pontos), no conjunto das

provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de português, matemática e conhecimentos específicos), conforme quadro acima.

5.4. DA PROVA OBJETIVA e PRÁTICA (Modalidade C) - Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Português, Matemática e Prova Prática para o cargo de Motorista da Saúde, Motorista, Operador I e Operador II, conforme quadro abaixo, cujos conteúdos constam neste Edital (Anexo II):

Prova Objetiva	Nº Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina (Nota)	Nota Mínima Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1. Conhecimentos Específicos	25	0,16	4,00	2,50
2. Português	5	0,10	0,50	
3. Matemática	5	0,10	0,50	
TOTAL	35	-	5,00	-

Prova Prática	Total de Pontos (Nota)	Nota Mínima da Prova Prática
Prova Prática	5,00	2,50
TOTAL	5,00	2,50

5.4.1. Para o cargo acima descrito, somente serão considerados classificados os candidatos que obtiverem nota mínima de 2,50 (dois vírgula cinquenta) no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Português e Matemática) e nota mínima de 2,50 (dois vírgula cinquenta) pontos na prova prática, conforme tabelas acima.

5.5. DA PROVA DE TÍTULOS (Modalidade D) - A prova de título será para o cargo de Professor Series Iniciais, Professor Ensino Infantil, Professor Ed. Física, Professor Matemática, valendo 1,50 (um vírgula cinquenta) pontos, sendo considerado título para efeito deste Concurso Público os títulos abaixo relacionados:

Títulos	Nº máx. de Títulos	Valor do Título	Total
Curso completo de Mestrado na área de Educação.	01	1,00	1,00
Curso completo de Pós-Graduação na Área de Educação, com carga horária mínima de 360 horas.	01	0,50	0,50
TOTAL DE TÍTULOS	02		1,50

5.5.1 - A prova de título será somada à média obtida pelos candidatos aprovados nas provas escritas, somente para efeitos de classificação.

a) Os pontos destinados as especializações Mestrado e Pós-Graduação para os cargo de professor, somente serão válidos com apresentação de diploma ou certificado de Conclusão da Instituição de Ensino, por tanto não serão validos atestados ou declarações de conclusão.

b) As cópias dos documentos para a Prova de Títulos deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação do Município de Anchieta, sito na Avenida Anchieta, nº 838, durante o período de inscrições, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas na Secretaria Municipal de Educação somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência).

b.1) A entrega dos documentos para a Prova de Títulos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para a Secretaria Municipal de Educação do Município de Anchieta, sito na Avenida Anchieta nº 838, centro do Município de Anchieta, através de cópia autenticada em cartório, com data máxima de postagem do dia 07/10/2014. Em caso de encaminhamento por via postal o Formulário de Títulos deverá ser

encaminhado devidamente preenchido e assinado pelo candidato juntamente com os demais documentos.

c) Os Títulos serão relacionados em formulário próprio no momento da entrega dos mesmos com assinatura do candidato e do responsável pelo recebimento.

5.6. Normas para a realização da PROVA OBJETIVA:

5.6.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização da prova objetivas no horário e data estabelecidos pelo Edital, munidos de documento de identificação original (com fotografia) e do Comprovante de Inscrição, o não cumprimento deste item impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

5.6.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2 (08h40min), mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.6.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizados de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

5.6.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do CONCURSO PÚBLICO.

5.6.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.6.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá um caderno de questões, um cartão resposta e um cartão identificação.

5.6.4.1. O candidato deverá apor no Cartão De Identificação, em local próprio, seu nome legível, cargo/função pleiteado e assinatura, o qual será lacrado em envelope no final da prova.

5.6.4.2. O candidato deverá apor no Cartão Resposta as suas respostas por questão, PREENCHENDO POR COMPLETO O CAMPO QUE SE REFERE À QUESTÃO CORRETA, conforme a forma correta, exemplificada no cartão de identificação do candidato e na primeira folha do caderno de questões, para propiciar a correção com leitura ótica.

5.6.4.2. O Cartão Resposta não poderá conter assinatura do candidato, somente sua digital na parte de traz do cartão, a qual será coletada durante a realização da prova pelos fiscais de sala.

5.6.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo do qual se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como enumerada e o candidato deve ler as instruções relacionadas à marcação das respostas.

5.6.6. O candidato deverá assinalar no cartão resposta o tipo de prova correspondente que lhe foi entregue. AS PROVAS DE CADA CARGO SERÃO IDENTIFICADAS PELOS NÚMEROS 1, 2, 3 e 4 E É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO A MARCAÇÃO CORRETA, SENDO QUE A NÃO MARCAÇÃO CORRETA INVALIDARÁ O CARTÃO RESPOSTA.

5.6.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

5.6.8. O cartão-resposta não será substituído por erro do candidato.

5.6.9. O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo

em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO.

5.6.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão-Resposta.

5.6.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o cartão-resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver assinalada no cartão resposta.

5.6.12 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão-resposta e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

5.6.13. A correção do cartão resposta do candidato será realizada através do processo de leitura óptica, em SESSÃO PÚBLICA a ser realizada na Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, sito na Vereador Geraldo Garlet, nº 01, Centro, Anchieta - SC, às 09hrs do dia 25/11/2014, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato (Cartão de Identificação).

5.6.13.1. A sessão será filmada e todos os interessados terão acesso no local devendo assinar lista de presença constando o horário de entrada e saída.

5.6.14. Ao terminar a prova o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta e o cartão identificação.

5.6.15. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva após transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

5.6.16. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

5.6.17. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

5.6.18. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala, só poderão entregar o cartão resposta e o cartão identificação ao mesmo tempo.

5.6.18.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO deverão apor no verso dos cartões respostas e cartões de identificação suas assinaturas.

5.6.18.2. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO deverão anotar no verso do cartão de respostas eventuais questões deixadas em branco, apondo suas assinaturas no verso.

5.6.18.3. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO deverão invalidar o cartão resposta entregue em branco, apondo suas assinaturas no verso.

5.6.18.4. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, cartões respostas com questões deixadas em brancos, cartões respostas deixados em branco e demais anotações que considerarem necessárias.

5.6.18.5. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO, lacrarão os envelopes, nos quais estarão acondicionados os cartões resposta e cartões identificação, separadamente, bem como a assinatura destes envelopes, os quais serão deslacrados somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.

5.6.19. No dia de realização das prova não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

5.6.20. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados até as 18 horas do primeiro dia útil posterior ao dia

da realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br

5.6.21. O Município de Anchieta e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

5.7. Normas para a realização da PROVA PRÁTICA:

5.7.1. Esta prova será aplicada aos candidatos às Funções/Cargos de MOTORISTAS Categoria "C" e "D" e para às Função/Cargo de OPERADOR I e OPERADOR II Categoria "C".

5.7.2. A prova prática será realizada no dia 22/11/2014, às 13 horas, tendo como local o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal de Anchieta, sito à Avenida Anchieta, s/nº, centro nesta cidade de Anchieta (SC).

5.7.3. O candidato que não estiver presente no dia e horário determinado Neste edital para realização da prova prática será considerado desistente e, conseqüentemente, eliminado do CONCURSO PÚBLICO, sendo que a partir das 13 horas não será mais permitido o acesso de candidatos ao Parque de Máquinas, sob qualquer alegação. A Instituição executora do certame e o Município de Anchieta - SC não se responsabilizarão por atrasos.

5.7.4. Na prova prática, para as funções/cargos de MOTORISTAS Categoria "C" e "D" e para às Função/Cargo de OPERADOR I e OPERADOR II Categoria "C" o candidato será avaliado em 10 (Dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução do veículo, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios); postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem); manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada); câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor); retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo (0,50 pontos), Muito Bom (0,40 pontos), Bom (0,30 pontos), Satisfatório (0,20 pontos), Regular (0,10 pontos) e Péssimo (0,00 pontos).

5.7.5. À nota da prova prática será atribuída pontuação/nota escala 0 (zero) a 5,00 (cinco).

5.7.6. Para efeitos de atribuição de notas, será eliminado o candidato que não obtiver no mínimo 2,50 pontos no total da prova prática.

5.7.7. Para a função que se exigir o emprego de veículos ou máquinas, pertencentes ou sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), poderá ser a critério da fiscalização, excluído o candidato que demonstrar não possuir a necessária capacidade de manejo.

5.7.8. Para a realização da Prova Prática o candidato deve apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

- a) Comprovante que originou a inscrição;
- b) Documento de Identificação original (conforme Item 5.4.3 deste edital);
- c) Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com categoria "C" ou "D", na qual é habilitado devidamente em vigência.

5.6.9. O candidato faltoso estará automaticamente desclassificado.

5.6.10. A Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO reserva-se o direito de, por razões de ordem técnica ou condições meteorológicas alterar a data e o local das provas práticas. Ocorrendo qualquer alteração, os candidatos poderão ser avisados no dia da prova.

5.8. Materiais permitidos no local de prova:

5.8.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:

- a) Documento de identificação;
- b) Comprovante de Inscrição;
- c) Caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, de material transparente;
- d) Lápis preto e borracha;
- e) Água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

5.8.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve

entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

5.8.3. O Município de Anchieta e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

5.9. É vedado durante a realização das provas:

- a) Ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água;
- b) Fumar;
- c) Comunicação entre os candidatos;
- d) Consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, etc);
- e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, etc.

5.10. Poderá ser excluído do certame o candidato que:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;
- b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
- c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
- d) não apresentar documento que bem o identifique;
- e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
- f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;
- g) ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta e Cartão Identificação ou outros materiais não permitidos;
- h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
- j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitido ou máquina calculadora ou similar;
- k) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
- l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.10.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos que serão lacrados pelos fiscais no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecer até a saída do candidato do local de prova.

6. DO EMPATE NA NOTA FINAL

6.1 - Ocorrendo empate no resultado final das provas, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

6.2 - Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o mais velho até o último dia de inscrição neste CONCURSO PÚBLICO na forma do dispositivo no parágrafo único de art.27 da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

6.3 - Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

6.4 - Maior nota Prova Prática; (Cargos de Motoristas, Operador I e Operador II)

6.5 - Maior número de acertos na prova de Português;

6.6 - Maior número de acertos na prova de Matemática;

6.7 - Maior Idade;

6.8 - Sorteio Público.

7. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

7.1. O gabarito preliminar será divulgado até as 18 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br

7.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

8 - DOS RECURSOS

8.1 - É admitido recurso quanto a divergências:

- a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;
- b) na formulação das questões da prova objetiva;
- c) no gabarito preliminar divulgado;
- d) ao resultado da divulgação da Classificação Preliminar do

CONCURSO PÚBLICO, para cada cargo/função.

8.2 - Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma do edital (Anexo I).

8.3 - Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

8.4. Para a interposição dos mesmos o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos.

b) Acessar a "Área do Candidato".

c) Clicar em "recursos e requerimentos".

d) Preencher online o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas.

e) Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

8.4.1. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

8.4.2. - Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido Cargo, independente de terem recorrido.

8.5 Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão do CONCURSO PÚBLICO.

8.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados por fax, correio eletrônico, ou qualquer outra forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

8.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br

8.5.3. Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora da Ameosc.

8.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

8.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da Ameosc é irrecorrível na esfera administrativa.

8.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo decreto de resultado final será publicada.

9 - DO PROVIMENTO DO CARGO/FUNÇÃO

9.1. Os Candidatos do cargo de Agente Comunitário de Saúde que forem aprovados, quando do seu chamamento para assumir a vaga, deverão comprovar residência na área de atuação a qual se inscreveram. *De acordo com a Lei n.º 11.350/2006 o candidato inscrito para o cargo/função de Agente Comunitário de Saúde deverá residir na área da comunidade em que atuar, desde a data de publicação do presente Edital.

9.2. O provimento do cargo/função obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

9.3. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo/função só lhes serão deferida no caso de exibirem:

- a) cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função;
- b) atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitado exames complementares, às expensas do candidato, a serem determinadas pelo serviço Médico do Município;
- c) alvará de folha corrida judicial, para efeitos criminais, fornecidos pelo Foro de residência do candidato;
- d) declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;
- e) documento de Inscrição no órgão de Classe para os cargos de

nível superior que assim exigir;

f) demais documentos solicitados pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, ou previsto em Legislação Municipal.

9.4. Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelo Regime Jurídico Estatutário.

9.5. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Anchieta - SC.

9.6. O CONCURSO PÚBLICO terá validade de 02 (dois) anos, a contar da data de publicação e homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período nos termos da Constituição Federal.

9.7. Caso o candidato não possa assumir o cargo/função quando convocado ficará automaticamente reposicionado ao final da lista dos candidatos aprovados.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A aprovação no CONCURSO PÚBLICO não assegura ao candidato sua nomeação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes ou necessidade futura, na ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência da Prefeitura Municipal de Anchieta - SC.

10.2. As publicações sobre o CONCURSO PÚBLICO serão afixadas no Mural Público da Prefeitura de Anchieta - SC e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br

10.3. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

10.4. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao CONCURSO PÚBLICO em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste, SC, e pela Prefeitura Municipal de Anchieta - SC, conforme a legislação vigente.

10.5. O Prefeito do Município de Anchieta - SC poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o CONCURSO PÚBLICO mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

10.6. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente CONCURSO PÚBLICO é o da Comarca de Anchieta (SC).

10.7. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I - Cronograma.

ANEXO II - Conteúdo Programático;

ANEXO III - Atribuições dos Cargos;

ANEXO IV - Formulário de Títulos;

ANEXO V - Decreto que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

ANEXO VI - Decreto que nomeia a Comissão Organizadora da AMEOSC;

ANEXO VII - Decreto Regulamenta as Provas Práticas.

Anchieta (SC), 02 de Setembro de 2014.

Ari Prestes de Oliveira
Prefeito

Rita Bressan de Lima
Diretora Administrativa

Vistado na Forma de Lei

Edina G. T. Spironello
OAB/SC 21448
Assessora Jurídica Ameosc

ANEXO I

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	02/09/2014	Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Prefeito do Município de Anchieta - SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura Municipal de Anchieta - SC.
Inscrições	08/09 a 07/10	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Apresentação dos documentos para a Prova de Títulos	08/09 a 07/10	Junto à Secretaria Municipal de Educação do Município de Anchieta, sito na Avenida Anchieta, 838, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min
Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	10/10/2014	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prazo de recursos das inscrições Indeferidas	11 a 14/10/2014	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e Publicação da Homologação das inscrições	17/10/2014	Pela internet no site: www.ameosc.org.br A partir das 17 horas
Publicação das Notas da Prova de Títulos	24/10/2014	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prazo de recursos referente as notas da Prova de Títulos	25 a 28/10/2014	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação do parecer dos recursos referente a notas da Prova de Títulos	05/11/2014	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br A partir das 17 horas
Publicação do ensalamento	17/11/2014	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prova Objetiva	22/11/2014	- A prova objetiva será realizada na E.E.B Professor Osni Paulino da Silva sito a rua Avenida Brasil - Centro, Município de Anchieta (SC) - A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08hrs. - O fechamento dos portões será às 08h40min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação. - A prova terá início às 9hrs e término às 12horas.

Prova Prática	22/11/2014	- A prova prática dos cargos de Motoristas, Operador I e Operador II terá início às 13 horas. - O local de aplicação da Prova Prática será o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal de Anchieta, sito à Avenida Anchieta, s/nº, centro nesta cidade de Anchieta (SC) - A partir das 13 horas não será mais permitido o acesso de candidatos ao Parque de Máquinas, sob qualquer alegação. A Instituição executora do certame e o Município de Anchieta - SC não se responsabilizarão por atrasos.
Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva	24/11/2014	Até as 18 horas nos sites: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br
Prazo de recursos do Gabarito Preliminar	25 e 26/11/2014	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Sessão Pública para correção dos cartões respostas e identificação dos candidatos por cargo.	25/11/2014	Às 09hrs, na Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, sito na Rua Vereador Geraldo Garlet, nº 01, Centro, Anchieta - SC
Publicação das Notas da Prova Prática.	25/11/2014	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br A partir das 17 horas
Publicação do Resultado Preliminar	27/11/2014	A relação da classificação preliminar por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Anchieta - SC.
Prazo de recurso referente a classificação preliminar	28 a 30/11 e 01/12/2014	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação do parecer dos recursos referente a classificação preliminar e Gabarito Preliminar	10/12/2014	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br A partir das 17 horas
Divulgação do Gabarito Oficial /Final	11/12/2014	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br A partir das 17 horas
Publicação da classificação/resultados final	12/12/2014	A relação da classificação final por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Anchieta - SC.

ANEXO II

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGOS NÍVEL SUPERIOR

I - PORTUGUÊS:

Compreensão e interpretação de texto frase ou palavra. Ortografia: divisão silábica, pontuação, hífen, sinônimo, acentuação gráfica, crase. Morfologia: classes de palavras. Classes gramaticais (substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição). Sintaxe de concordância nominal, numeral, sintaxe de concordância verbal. Fonética, semântica, análise sintática, figuras de linguagem em geral. Emprego dos "porquês". Homônimos e parônimos. As novas regras ortográficas fazem parte deste Edital.

II - MATEMÁTICA:

Números fracionários e operações. Sistema de medidas decimais. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três: simples e composta. Juros: simples e composto. Porcentagem. Equações de 1º e 2º Graus. Logaritmos. Probabilidade. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Probabilidades. Análise combinatória. Funções lineares e quadráticas. Interpretação de gráficos. Geometria plana e espacial. Resolução de problemas. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PSICÓLOGO:

Políticas de Saúde e saúde mental; atenção integral a saúde mental; desenvolvimento e psicopatologia; clínica ampliada: atendimento grupal, psicoterapia, acompanhamento terapêutico e reabilitação psicossocial; educação em saúde, organização da atenção e da assistência em saúde mental, atenção integral a família, criança e adolescente, em situação de vulnerabilidade, psicossocial. Desenvolvimento social na infância. O psicólogo escolar e a orientação sexual. A ação do psicólogo escolar diante da educação inclusiva. As dificuldades de aprendizagem e seus diversos determinantes. Processos psicológicos básicos do comportamento: percepção, motivação, emoção. Teorias da personalidade. A relação entre desenvolvimento e aprendizagem humanos. Categorias da Psicologia Social (linguagem, pensamento, consciência e identidade). O psicólogo e sua prática: na escola, nas organizações e na comunidade. Psicologia e processo grupal. Psicologia e ética. Ética profissional. Educação em Saúde. SUS - Princípios, diretrizes e normatização (Leis 8.080 e 8.142/90). Saúde, direito do cidadão e dever do Estado, na Constituição Federal, e na Lei Orgânica Municipal. Cadernos de Atenção Básica do Ministério da Saúde, CRAS e CREAS.

FISIOTERAPEUTA

Saúde Pública; Sistema Único de Saúde (Lei 8080/90, Lei 8142/90 e Normas Operacionais Básicas do SUS); Política Nacional de Humanização; Fundamentos e Técnicas de Atendimento na Fisioterapia; Conceito de Reabilitação; O Trabalho em Equipe na Reabilitação; O Papel de cada Profissional na Equipe de Reabilitação; Reabilitação; Paralisia Cerebral e Facial; Acidente Vascular Cerebral; Parkinsonismo; Síndrome de Down; Hanseníase; Afecções de Músculos e Tendões; Escolioses; Doenças Reumáticas; Cardiopatias; Amputações; Pneumopatias; Conceito e Aplicação: Exercícios Ativos, Exercícios Ativos Assistidos, Exercícios Passivos, Exercícios Isométricos; Conceito e Aplicação: Mecanoterapia; Conceito e Aplicação: Hidroterapia; Conceito e Aplicação: Termoterapia; Conceito e Aplicação: Crioterapia; Conceito e Aplicação: Massoterapia; Conceito e Aplicação: Eletroterapia; Fisioterapia aplicada à geriatria; Demências; Fisioterapia nas Doenças da 3ª idade; Ética e Legislação Profissional.

ENFERMEIRO

Conceitos fundamentais das diversas especialidades clínicas. Noções básicas de urgência/ emergência na prática da enfermagem. Teoria e prática ambulatorial. Vigilância Sanitária e epidemiológica. Educação em saúde. Políticas de saúde/ Princípios e diretrizes do SUS. Fundamentos de Enfermagem - técnicas básicas; Enfermagem médico-cirúrgica; Assistência de enfermagem à pacientes com doenças crônico-degenerativas: diabetes, hipertensão arterial, doenças reumáticas, doenças renais e respiratórias; Assistência de enfermagem a pacientes com doenças transmissíveis, Enfermagem materno- Infantil; Assistência de enfermagem à criança e ao adolescente; Assistência de enfermagem pré-natal, parto e puerpério e climatério; Aleitamento materno. Lei do exercício profissional; Infecção hospitalar e comunitária; Saúde ocupacional; Educação em Saúde. Lei Federal nº 8.080 e 8.142/90.

ENGENHEIRO CIVIL

Resolução RDC nº. 50/2002 - ANVISA. Perícias. Avaliações. Vistorias de Bens Móveis e Imóveis: Conceitos Básicos; Finalidade de Cada Ato; Metodologias Empregadas; Perícias em Processos Judiciais. Projeto de Obras de Edificação: Arquitetônico; Estrutural;

Instalações Elétricas e Hidrossanitárias. Interpretação de Plantas. Documentos Descritivos: Discriminações Técnicas; Cadernos de Encargos; Especificações Técnicas. Legislação e Normas Técnicas. Orçamento de Obras - Aproximados: Por Área; Por Unidade. Discriminados: Composições Unitárias de Custo; Levantamento de Quantitativos; Cálculo de Custo: Custos Diretos, Leis Sociais, BDI. Programação de Obra. Programação Temporal: Gráfico de Gantt; Redes Pert/Com; Linha de Balanço. Programação Físico-Financeira. Materiais de Construção - Aglomerantes: Gesso, Cal, Cimento Portland. Agregados. Argamassa: Dosagem; Traços Para Aplicação. Concreto: Moldado no Local - Dosagem, Tecnologia de Concretos; Peças Pré-Moldadas - Componentes Estruturais; Blocos. Aço: Para Concreto Armado; Perfis Estruturais. Madeira. Materiais Cerâmicos: Tijolos e Blocos para Revestimento de Pisos e Paredes. Vidros. Tintas e Vernizes. Execução da Obra - Sondagens. Locação da Obra. Canteiro de Obras: Instalações Provisórias; Instalações e Equipamentos de Proteção e Segurança; Depósitos e Armazenamento de Materiais; Equipamentos e Ferramentas. Fundações. Escavações. Escoramentos. Estruturas em Concreto Armado. Alvenarias. Esquadrias. Coberturas. Impermeabilização. Revestimento e Acabamento de Pisos e Paredes. Fiscalização de Obras: Acompanhamento de Cronograma Físico-Financeiro; Controle da Execução de Serviços; Medições de Serviços e Emissão de Faturas. Patologia das Edificações: Estruturas em Concreto Armado; Revestimentos; Instalações. Coberturas: Telhados e Terraços. Impacto Ambiental de Projetos Contratos - Tipos. Licitações e Contratos Administrativos. Índices de Atualização de Custos na Construção Civil. Noções de Código de Obras. Lei de Zoneamento e Código de Posturas do Município.

AUDITOR DE TRIBUTOS

Tipos de tributos. Fiscalização de tributos: organização de processos, auditoria fiscal e cumprimento de leis e regulamentos municipais; A receita do município: fontes, arrecadação, sonegação, cadastro de contribuintes; Receita e despesa pública: conceitos, classificação, escrituração; Análise de balanço, talonários, selos de controle, notas fiscais e livros fiscais; Bens públicos: cálculos e avaliações. Despesas públicas, licitação, impostos. Código Tributário Municipal (lei complementar 001/2005), CF 88, código tributário nacional.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotski. Educação em âmbito global. Atualidades. Projeto Político Pedagógico do Município. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Metodologia de Ensino: matemática e conteúdo específico. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. FUNDEB.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Piaget, Vygotski. Projeto Político Pedagógico do Município. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Metodologia de Ensino: ciências e conteúdo específico. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. Conceitos, princípios, finalidades e objetivos da Educação Física. Condicionamento físico, legislação, metodologia. Fundamentos, regras equipamentos e instalações utilizadas nos esportes: atletismo, basquetebol, ginástica olímpica (artística),

handebol, futebol e voleibol. Conceitos: anatomia, biometria, biomecânica. Fisiologia do esforço e socorros de urgência. Efeitos fisiológicos dos exercícios, regulação hormonal durante o exercício, controle cardiovascular durante o exercício, termorregulação e relação entre atividade física e doenças cardiovasculares e respiratórias. Recreação, ginástica e dança. Atividade gímnica e atividade lúdica. Jogos e técnicas de jogos infantis organizados. Desenvolvimento infantil. Psicomotricidade e atividades psicomotoras. Pedagogia do movimento na escola da primeira e da segunda infância. Práticas desportivas, modalidades e regamentos. FUNDEB.

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS:

LDB. Leis nº 5692/71 e 9.394/96. Alfabetização. Metodologia de ensino: ciências, matemática, português e outros. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. Problemas de Aprendizagem: Fatores Físicos, Psíquicos e Sociais. Recreação: Atividades recreativas. Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura: métodos, técnicas e habilidades. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotski. Psicomotricidade. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Projeto Político Pedagógico do Município. Estatuto da Criança e do Adolescente. FUNDEB.

PROFESSOR ENSINO INFANTIL

LDB. Leis nº 5692/71 e 9.394/96. Alfabetização. Metodologia de ensino: ciências, matemática, português e outros. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. Problemas de Aprendizagem: Fatores Físicos, Psíquicos e Sociais. Recreação: Atividades recreativas. Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura: métodos, técnicas e habilidades. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotski. Psicomotricidade. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Projeto Político Pedagógico do Município. Estatuto da Criança e do Adolescente. Fundeb.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGOS NÍVEL MÉDIO

I - PORTUGUÊS:

Compreensão e interpretação de texto. Ortografia: divisão silábica, pontuação, hífen, sinônimo, acentuação gráfica, crase. Morfologia: classes de palavras. Classes gramaticais (substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição). Sintaxe de concordância nominal, numeral, verbo. Sintaxe de concordância verbal. Fonética, semântica, análise sintática, figuras de linguagem em geral. Emprego dos "porquês". Homônimos e parônimos. As novas regras ortográficas fazem parte deste Edital.

II - MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Expressões algébricas - Fatoração. Produtos notáveis. Regra de três simples e composta. Juros simples. Razão e proporção. Porcentagem. Teoria dos conjuntos. Sistema métrico decimal. Geometria Plana e espacial. Relações trigonométricas do triângulo retângulo. Equações e Funções do 1º e do 2º graus. Sistemas de equações. Sequências Numéricas. Resolução de Problemas. Análise de gráficos. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RDC 306/04. Portaria 2914/2011. Lei Estadual 6.320/83. Medida provisória 2.190-34 de 23 de agosto de 2001. Lei 8.080/90. Lei

9.782/99. Legislação Sanitária do Estado de Santa Catarina: Atribuições da Vigilância Sanitária. Conceito: área de abrangência, instrumento de Atuação, o poder de polícia, emissão de autos e documentos legais, fiscalização e inspeção sanitária. Vistorias Alimento: manipulação, armazenamento, transporte, saúde do trabalhador e edificações. Legislação municipal. Doenças Transmissíveis por alimentos; Noções sobre Intoxicação por Agrotóxicos; Constituição brasileira de 1988; Título I; Título II; Título III; Cap. VII, Seção I e II; Título VIII; Cap. II, Seção II e Cap. VI.

FISCAL DE TRIBUTOS

Tipos de tributos. Fiscalização de tributos: organização de processos, auditoria fiscal e cumprimento de leis e regulamentos municipais; A receita do município: fontes, arrecadação, sonegação, cadastro de contribuintes; Receita e despesa pública: conceitos, classificação, escrituração; Análise de balanço, talonários, selos de controle, notas fiscais e livros fiscais; Bens públicos: cálculos e avaliações. Despesas públicas, licitação, impostos. Código Tributário Municipal: Noções básicas.

AGENTE DE DEFESA CIVIL

Vigilância Epidemiológica; Vigilância Sanitária. Doenças Transmissíveis; Visita Domiciliar; Trabalho de Grupo. Orientação a Clientela com relação aos objetivos e serviços prestados pela Defesa Civil. Noções sobre Intoxicação. (Imobilização, Hemorragia, Queimaduras). Higiene. Alimentação. Meio Ambiente. Combate a endemias. Primeiros Socorros. Constituição e funcionamento dos Conselhos Municipais de Defesa Civil. Situações que são caracterizadas como situações de Emergência e/ou calamidade Pública. Resolução nº 03, de 2 de julho de 1999 (Conselho Nacional de Defesa Civil). Definição e redação NOPRED e AVADAN. Das Normas de Segurança Contra Incêndios: Sistemas de Segurança previstos pela Norma, Vistorias técnicas realizadas pelo Corpo de Bombeiros Militar. Portaria nº 518/04. Constituição Federal. Decreto 3.179/99. Lei Federal 6.938/1981. Lei Federal nº 9.605/1998. Lei nº 9.795/1999. Resolução nº 357/2005. Resolução Conama nº 237/1997.

TÉCNICO ADMINISTRAÇÃO

Rotinas de secretaria/escritório/setor administrativo: Arquivamento documental físico e eletrônico, técnicas de arquivamento documental; Protocolo de documentos. Agenda, organização de reuniões. Comunicação empresarial. Manuseio de tecnologias de escritório. Redação de comunicações internas, ofícios, atas, cartas, memorandos, certidões, declarações, sinopses. (Redação Oficial: Uso dos pronomes de tratamento. Linguagem de Comunicações Oficiais, padronização, impessoalidade, formalidade, concisão e objetividade. Ofício: etapas, forma de formatação e estrutura). Serviços e rotinas de protocolo, expedição e arquivo; classificação de documentos e correspondências; correspondência oficial; processos administrativos: formação, autuação e tramitação; gestão de material e controle de estoques e almoxarifado; organização administrativa dos serviços do Órgão Municipal: finalidades dos órgãos; qualidade no atendimento ao público; a imagem da instituição, a imagem profissional, sigilo e postura; Formas de tratamento - Decretos - Organograma - Poderes Legislativo e Executivo Municipal - Constituição Federal Art.º 6º a 11. Noções de Segurança da Informação.

MONITOR SOCIAL

Política Nacional de Assistência Social -PNAS/2004; Matricialidade sociofamiliar e territorialização; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes (Resolução CNAS nº 109/2009); Juventude, adolescências; Políticas Públicas, adolescências e juventudes: a concretização do direito; O socio-educativo em questão: formas de potencializar a convivência e a participação; Constituição Federal de 1988: arts. 229 e 230; Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842, de 04 de Janeiro de 1994): da finalidade, dos princípios e das diretrizes das ações governamentais; Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 01 de outubro de

2003); Conselho Nacional do Idoso (Decreto nº 5.109, de 17 de junho de 2004): da finalidade e da competência; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos (Resolução CNAS nº 109/2009); Plano de Ação para o Enfrentamento da violência contra a Pessoa Idosa; Reinserção da terceira idade no mercado de trabalho; Saúde do idoso; Sexualidade. Legislação Específica do Município: Lei Orgânica do Município.

ATENDENTE DE BIBLIOTECA

ADMINISTRAÇÃO DE BIBLIOTECAS E SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO: Objetivos e funções da biblioteca pública como centro de informação e lazer. Estrutura organizacional da biblioteca pública. Planejamento e administração de unidades de informação. Ação cooperativa em bibliotecas públicas: importância e critério de execução. CONTROLE BIBLIOGRÁFICO DOS REGISTROS DO CONHECIMENTO: Representação descritiva dos registros do conhecimento. Representação temática dos registros do conhecimento. Controle bibliográfico local, nacional e internacional: o papel da biblioteca pública. Desenvolvimento de coleções; ÉTICA PROFISSIONAL E LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL; Redes de informação, Internet, noções de informática, Lei Orgânica do Município. Meio ambiente.

MONITOR DE CRECHE

Constituição Federal, Lei Orgânica do Município. Princípios básicos da Administração Pública. Atos administrativos. Emenda Constitucional 19 e 20. Lei Federal nº 9.394/96 - LDB. Estatuto da Criança e do Adolescente. Qualidade de vida. Relacionamento humano. Meio ambiente. Ações sobre desenvolvimento da criança, os principais cuidados que deve se ter com as crianças e sua alimentação, pirâmide de alimentos. Higiene dos alimentos.

AGENTE DE FINANÇAS

Rotinas de secretaria/escritório/setor administrativo: Arquivamento documental físico e eletrônico, técnicas de arquivamento documental; Protocolo de documentos. Agenda, organização de reuniões. Comunicação empresarial. Manuseio de tecnologias de escritório. Redação de comunicações internas, ofícios, atas, cartas, memorandos, certidões, declarações, sinopses. (Redação Oficial: Uso dos pronomes de tratamento. Linguagem de Comunicações Oficiais, padronização, impessoalidade, formalidade, concisão e objetividade. Ofício: etapas, forma de formatação e estrutura). Serviços e rotinas de protocolo, expedição e arquivo; classificação de documentos e correspondências; correspondência oficial; processos administrativos: formação, autuação e tramitação; gestão de material e controle de estoques e almoxarifado; organização administrativa dos serviços do Órgão Municipal: finalidades dos órgãos; qualidade no atendimento ao público; a imagem da instituição, a imagem profissional, sigilo e postura; Formas de tratamento - Decretos - Organograma - Poderes Legislativo e Executivo Municipal - Constituição Federal Art.º 6º a 11. Noções de Segurança da Informação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGOS NÍVEL FUNDAMENTAL

I - PORTUGUÊS:

Gramática: encontros vocálicos e consonantais. Dígrafos. Classificação das sílabas. Sinais de pontuação. Sílabas tônicas. Divisão silábica. Acentuação. Frases. Substantivo (número, gênero e grau). Artigos. Adjuntos. Pronomes. Numeral e verbo. Preposição. Crase. Sujeito e predicado. Ortografia: grafia correta das palavras. As novas regras ortográficas fazem parte deste Edital.

II - MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Regra de três simples. Juros simples. Razão e proporção. Unidades de comprimento, área e volume. Porcentagem. Geometria Plana. Sistema de equações. Resolução de Problemas. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Serviços auxiliares de limpeza. Requisição de materiais necessários aos seus serviços. Normas de segurança no trabalho. Princípios fundamentais para o bom atendimento. Cuidados com a saúde. Qualidade de vida. Relacionamento humano. Conservação do mobiliário e material de trabalho. Postura profissional e apresentação pessoal. Equipamentos de segurança. Os alimentos. Proteção dos alimentos. Preparação dos alimentos. Conservação e validade dos alimentos. Noções de limpeza e higiene; Aproveitamento de nutrientes e alimentos de baixo custo. Alimentação de escolar e pré-escolar. Pirâmide de alimentos. Higiene dos alimentos. Produtos e maneiras apropriadas para limpeza de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos. Meio ambiente. Destinação do lixo, reciclagem. Cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Preservação ambiental. Educação ambiental. Aquecimento global. Atmosfera. Poluição. Saneamento básico.

MECÂNICO

Comportamento no ambiente de trabalho. Organização do local de trabalho. Noções básicas de mecânica de veículos e máquinas. Funcionamento dos principais componentes de um motor à combustão. Montagem e desmontagem das principais peças que compõem um motor à combustão. Parte elétrica de veículos. Sistema de suspensão e frenagem de veículos leves e pesados. Noções de segurança do trabalho: acidentes do trabalho, conceitos, causas e prevenção;

MOTORISTA e OPERADOR I e II

Direção Defensiva. Primeiros Socorros. Cargas Perigosas. Placas de Sinalização. Equipamentos obrigatórios. Legislação e Código de Trânsito Brasileiro. Manutenção e reparos no veículo. Avarias sistema de aquecimento, freios, combustão, eletricidade. Controle quilometragem/combustíveis/ lubrificantes. Conservação e limpeza do veículo. Condições adversas. Segurança. Instrumentos e Controle. Procedimento de operações. Verificações diárias. Manutenção periódica. Ajustes. Diagnóstico de falhas. Engrenagens. Simbologia. Destinação do lixo, reciclagem. Cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Preservação ambiental. Educação ambiental. Aquecimento global. Poluição.

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIA

Preservação do Meio Ambiente, Vigilância Sanitária e Ambiental, Combate a doenças, doenças epidêmicas, cuidados com a saúde, hábitos alimentares, higiene. Conhecimentos inerentes ao Programa Saúde da Família. Fatores relacionados a qualidade de vida e Relações Humanas, atendimento ao público. Atendimento às famílias. Práticas relacionadas ao cargo de Agente Comunitário. Saúde preventiva. Educação em Saúde. SUS - Princípios, diretrizes e normatização (Leis 8.080 e 8.142/ 90). Saúde, direito do cidadão e dever do Estado, na Constituição Federal, e na Lei Orgânica Municipal. Programas preventivos. Doenças transmissíveis. Lei Federal 10.507/02, Lei Federal 11.350/06. Cadernos de Atenção básica do Ministério da Saúde.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Preservação do Meio Ambiente, Vigilância Sanitária e Ambiental, Combate a doenças, doenças epidêmicas, cuidados com a saúde, hábitos alimentares, higiene. Conhecimentos inerentes ao Programa Saúde da Família. Fatores relacionados a qualidade de vida e Relações Humanas, atendimento ao público. Atendimento às famílias. Práticas relacionadas ao cargo de vigilância Comunitário. Saúde preventiva. Educação em Saúde. SUS - Princípios, diretrizes e normatização (Leis 8.080 e 8.142/ 90). Saúde, direito do cidadão e dever do Estado, na Constituição Federal. Programas preventivos. Doenças transmissíveis. Lei Federal 11.350/06. Cadernos de Atenção básica do Ministério da Saúde.

AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Questões que simulam as atividades de rotina diária; Conservação

e manutenção dos órgãos municipais e logradouros públicos; Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI); Hierarquia; Princípios básicos da Administração Pública; Servidores públicos; Deveres e Responsabilidades do servidor; Varrição de superfícies diversas; Conhecimento e uso de ferramentas: enxada, foice, pé de cabra, pá, lima, vassoura, escovão, outros; Carregamento e descarregamento de terra, areia e entulhos em caminhões; Conservação de ferramentas diversas; Carregamento e empilhamento de tijolos, blocos, telhas; Uso de carrinhas e similares; Abertura de valas com utilização de ferramentas manuais; Limpeza de veículos e máquinas; Carregamento e descarregamento de objetos como: madeiras, móveis, maquinários; Conhecimentos básicos de encanador, pedreiro, operador de bomba; Código de Postura do Município.

ANEXO III

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

ATRIBUIÇÕES/DESCRIÇÃO DOS CARGOS DA PREFEITURA

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão; executar trabalhos braçais; executar serviços auxiliares de limpeza, conservação, zeladoria, revisão e acondicionamento de peças e lubrificação das máquinas; efetuar limpeza nas dependências internas e externas das garagens e seus veículos; manter condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão; requisitar material necessário aos serviços; efetuar pequenos consertos necessários a conservação dos bens e instalações, providenciando, se for o caso a sua execução; receber e transmitir mensagens; executar serviços simples de carpintaria, encanador, pedreiro e eletricitista; executar serviços de jardinagem, compreendendo: semeadura, transplante de mudas, podas, preparação e conservação do solo, de praças e jardins públicos; irrigar, adubar e conservar o solo apropriado para a produção de mudas do viveiro municipal; coletar sementes e mudas de plantas nativas; distribuir, mediante autorização superior, as mudas do viveiro municipal; zelar pelas instalações do viveiros de mudas do município; capinar todas as áreas pertencentes ao cemitério; executar serviços de limpeza nas mais diversas repartições e setores da municipalidade; executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão público; executar serviços de copa e cozinha; encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão público; encarregar-se da limpeza e polimento dos móveis, máquinas de escritório; solicitar o material necessário à limpeza ao chefe hierárquico; proceder ao atendimento da distribuição dos serviços da copa e cozinha, solicitando o fornecimento do material necessário ao preparo dos ingredientes; desempenhar tarefas afins.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Realizar mapeamento de sua área; cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; identificar área de risco; orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário; realizar ações e atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básica; realizar, por meio da visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco; desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras; traduzir para a ESF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites; identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possa ser potencializados pela equipe.

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

Vistoriar residências, depósitos, terrenos baldios e estabelecimentos comerciais para buscar focos endêmicos; Inspeccionar cuidadosamente as caixas d'água, calhas e telhados. Aplicar larvicidas e inseticidas; Orientar quanto à prevenção e tratamento de doenças infecciosas; recensear animais; prevenir e controlar doenças como dengue, chagas, leishmaniose e malária; envolver a comunidade no controle das pragas transmissoras; trabalhar de forma integrada com as equipes de atenção básica na Estratégia Saúde da Família, participando das reuniões e trabalhando sempre em parceria com o Agente Comunitário de Saúde.

ATENDENTE DE BIBLIOTECA

Selecionar, organizar e atualizar arquivos, cadastros e fichas; classificar, codificar, catalogar e dispor sobre a tramitação de papéis e documentos; cumprir os princípios e técnicas de atendimento ao público; conhecer e manter técnicas de relações humanas no trabalho; expedir de relatórios; possuir habilidades em informática; manter postura profissional e apresentação pessoal; atuar na recepção telefônica; atuar na recepção e transmissão de mensagens; requisitar os materiais de consumo; possuir habilidade de comunicação e técnicas de comunicação; atuar nas orientações em pesquisas; manter a ordem interna da biblioteca; executar outras tarefas afins.

AGENTE DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

Executar serviços simples ou complementares de montagem, reparo e ajustagem de máquinas operatrizes, linotipos, impressoras, escavadeiras, guindastes, guinchos, máquinas de refrigeração, carpintaria, serraria, lavanderia, cozinha em geral, máquinas agrícolas, borracharia e outras; ser responsável pela limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação de máquinas e serviços de borracharias em geral; executar trabalhos simples de mecânica de motores a combustão de baixa e alta compressão, movidos a gasolina, óleo diesel e outros conjuntos mecânicos de automóveis, caminhões, tratores, patrôas, rolo compressor, máquinas agrícolas e outros; executar trabalhos simples de confecção e reparo de matrizes, ferramentas, formas e peças para máquina de torno, fresa, plainadeiras, retífica, forja e bigorna; desmontar, montar e lubrificar ferramentas; executar serviços de eletricidade em geral; montar e desmontar motores e aparelhos elétricos diversos, em fase de reparação ou manutenção; executar serviços simples ou complementares de desmontagem, reparo, montagem e ajustamento de aparelhos de comunicação; executar trabalhos simples de carpintaria e marcenaria a vistas de instruções; executar tarefas simples ou complementares de manuseio e fabricação de explosivos, munições, ácidos e solventes; executar trabalho simples de acabamento, encadernação, douração e restauração, de acordo com as instruções recebidas; executar trabalhos simples e complementares gráfico, mecânico, e gráfico eletrônicos; executar serviços de serralheria compreendendo trabalhos simples e complementares como confecção de peças e reparos; executar trabalho simples ou complementares de solda; executar simples de hidráulica; executar serviços de pedreiro e carpinteiro, enfim serviços manutenção e conservação e manutenção de todas as edificações pertencentes ao Município; desempenhar outras tarefas semelhantes;

MECÂNICO

Identificar defeitos mecânicos e orientar os reparos necessários; orientar e treinar mecânicos auxiliares quanto a técnica e processos de trabalhos que necessitam de maior aperfeiçoamento; executar trabalhos de rotina, relacionados à montagem, reparos e ajustagem de motores à combustão de baixa e alta compressão, movidos a gasolina, óleo diesel ou outros conjuntos mecânicos de automóveis, caminhões, tratores, pás-carregadeiras e outros; desmontar, reparar, montar e ajustar cubos de roda, carburador, manga de eixo de transmissão, bomba d'água, de gasolina, caixa de mudança, freio, embreagem, rolamento, retentor, radiador, válvula, diferencial, distribuição, direção, engrenagem, amortecedor, magnetos, manetos, bielas e pistões; desmontar, reparar e montar

distribuidores; desmontar, reparar, montar, ajustar, retificar e localizar defeitos ocasionais em motores a combustível; manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina; retificar cilindros, eixos e válvulas, relevos, comandos de válvulas e buchas; trocar óleo de veículo, lavagem e lubrificação de máquinas; executar a retirada de vazamento de óleo, troca e recuperação de peças danificadas, etc; executar serviços de emergência no sistema elétrico dos veículos, tais como: troca da chave, relés, instalação de faróis, recuperação de chicotes danificados por curto circuitos; executar serviços de lubrificação, lavagem dos equipamentos, troca de óleo e limpeza dos filtros; executar demais serviços que exijam uma oficina mecânica de manutenção, menos retifica de motores outros que exijam mão de obra mais especializada;

MOTORISTA

Dirigir veículos oficiais, transportando materiais ou equipamentos; zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade; efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade; comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade; proceder ao controle contínuo do consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral; proceder ao mapeamento de viagens, identificando usuários, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada; tratar os passageiros com respeito e urbanidade; manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação do veículo; atender as necessidades de deslocamento a serviço segundo determinação dos usuários, registrando as ocorrências; executar outras tarefas afins; Dirigir veículos carga pesada, transportando materiais e equipamentos; zelar pelo abastecimento conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade; efetuar pequenos reparos no veículo, sob sua responsabilidade; comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade; proceder o controle contínuo de combustível, lubrificação e manutenção em geral; proceder o mapeamento de viagens, identificação de usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada; auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento; manter atualizada a documentação da habilitação profissional;

MOTORISTA DA SAÚDE

Dirigir veículos oficiais, transportando materiais ou equipamentos; zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade; efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade; comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade; proceder ao controle contínuo do consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral; proceder o mapeamento de viagens, identificando usuários, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada; tratar os passageiros com respeito e urbanidade; manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação do veículo; atender as necessidades de deslocamento a serviço segundo determinação dos usuários, registrando as ocorrências; transportar pacientes e/ ou servidores do município; auxiliar nos primeiros socorros a pacientes dentro da ambulância, bem como locomovê-los nas macas para o interior de hospitais; dirigir automóvel, ônibus, caminhão, camioneta, ambulância, dentro ou fora do perímetro urbano ou suburbano; cuidar da manutenção do veículo e fazer-lhe pequenos reparos; executar outras tarefas afins.

OPERADOR I

Providenciar a lavagem, o abastecimento e a lubrificação da máquina; efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade; dirigir máquinas como: trator de pneus, rolo compactador, perfuratriz e equipamento até 80 HP; comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade; proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral; proceder ao mapeamento dos serviços executados identificando o tipo de serviço, o local e a carga horária; manter atualizada a sua carteira

nacional de habilitação e a documentação da máquina; efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências; executar outras tarefas afins;

OPERADOR II

Providenciar a lavagem, o abastecimento e a lubrificação da máquina; efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade; operar máquina como: motoniveladora, trator de esteira, retro escavadeira e equipamentos acima de 80 HP; comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias máquina sob sua responsabilidade; proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral; proceder o mapeamento dos serviços executados, identificando o tipo de serviço, o local e a carga horária; manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina; efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências; executar outras tarefas afins;

MONITOR DE CRECHE

Executar atividades diárias de recreação com crianças e trabalhos educacionais de artes diversas; acompanhar crianças em passeios, visitas e festividades sociais; proceder, orientar e auxiliar as crianças no que se refere a higiene pessoal; auxiliar as crianças na alimentação; servir refeições e auxiliar crianças menores a se alimentarem; auxiliar a criança a desenvolver a coordenação motora; observar a saúde e o bem estar das crianças, levando-as quando necessário, para atendimento médico e ambulatorial; ministrar medicamentos conforme prescrição médica; prestar primeiros socorros, cientificando o superior imediato da ocorrência; orientar os pais quanto à higiene infantil, comunicando-lhe os acontecimentos do dia; levar ao conhecimento do chefe imediato qualquer incidente ou dificuldade ocorridas; vigiar e manter a disciplina das crianças sob sua responsabilidade, confiando-as aos cuidados de seu substituto ou responsáveis, quando afastar-se, ou ao final do período de atendimento; apurar a frequência diária e mensal dos menores; auxiliar no recolhimento e entrega das crianças que fazem uso do transporte escolar, acompanhando-as na entrada e saída do mesmo, zelando assim pela sua segurança; executar tarefas afins;

AGENTE DE DEFESA CIVIL

Executar, de acordo com a programação da Coordenadoria da Defesa Civil, serviços internos e externos, objetivando promover a defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem, no que diz respeito à avaliação e à redução de riscos, através da diminuição de suas ocorrências e intensidades, compreendendo ainda a prevenção, preparação para situações emergenciais e respostas aos desastres; agir em resposta aos desastres, prevenindo ou minimizando danos, socorrendo a população atingida e ameaçada, reabilitando e recuperando áreas deterioradas, bem como auxiliando em atividades de reconstrução; contribuir no desenvolvimento de projetos de mudança cultural, monitoração, alerta e alarme, desenvolvimento científico e tecnológico, desenvolvimento institucional, bem como programas de prevenção e preparação para emergências e desastres, respostas aos desastres e reconstrução, visando o atendimento, a segurança e o bem estar da população; atuar na iminência ou em situação de desastres, bem como participar da escala de plantão, estando disponível para atender aos pedidos emergenciais, quando for acionado, independente do horário, visando primar pela segurança da população; contribuir com a segurança da população em hipóteses de riscos de desastres, atuando nas operações de resposta aos desastres e definindo suas atribuições, e cadastrando, organizando e mantendo permanentemente atualizado em banco de dados e mapas temáticos a disponibilidade e localização dos recursos, equipamentos, instalações de apoio, entre outros; contribuir no desenvolvimento de projetos de aparelhamento e apoio logístico, socorro e assistências às populações, reabilitação dos cenários de desastre; cumprir e fazer cumprir a legislação do Município e demais normas pertinentes ao cargo; efetuar relatórios de suas atividades, visando gerar informações pertinentes; executar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e/ou

a critério de seu superior hierárquico; participar da formação de Núcleos de Defesa Civil e outras atividades correlatas.

MONITOR SOCIAL

Prestar atendimento sócio educacional às Crianças/Adolescentes abrigados; orientar a alimentação das Crianças/Adolescentes abrigados; orientar a higiene pessoal das Crianças/Adolescentes, afim de evitar a propagação e o surgimento de doenças e piolhos, dentre outros; acompanhar as Crianças até a Instituição de Ensino, quando necessário; participar de reuniões escolares ou de cursos que por ventura os abrigados estejam frequentando, orientar as Crianças / Adolescentes na efetivação dos seus deveres de casa; acompanhar as Crianças/Adolescentes aos serviços de saúde - médico, quando solicitado pelo Profissional de Saúde, e em casos específicos solicitar a presença do técnico social,; elaborar relatórios diversos; orientar na confecção de peças de artesanato em madeira, tais como brinquedos, objetos de decoração, utilidades domésticas, dentre outros; dar assistência e orientação em trabalhos de macramê; acompanhamento em trabalho de bordado e crochê; orientação no artesanato de flores e pintura em tecido; executar outras atribuições.

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Desenvolver ações de inspeção, promoção e prevenção para evitar e/ou diminuir riscos à saúde da população e do meio ambiente; identificar os agentes causais e condicionantes do processo saúde/doença, do processo de produção e consumo de bens e serviços e da ocupação dos espaços e da organização da sociedade; realizar estudos, supervisão, controle e execução de fiscalização de alta complexidade; fazer levantamentos estatísticos das ações sanitárias e de saúde pública; desenvolver atividades de fiscalização e orientação dos estabelecimentos de atividades econômicas em geral, de ambulantes, de feirantes, e de pessoas sujeitas às ações da Vigilância Sanitária de baixa e média complexidade, emitir relatórios, laudos, termos, pareceres, lavra peças fiscais próprias do ato fiscalizador; realizar serviços internos e externos, inclusive informatizados, relacionados com a Administração Sanitária em geral; executar atividades de natureza fiscal, policial e operacional, envolvendo serviços relativos à inspeção em vigilância em saúde; elaborar planos de ação, pareceres, recursos e outros esclarecimentos quando solicitado pelos superiores; executar outras atribuições afins.

FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS

Fiscalizar o cumprimento do Código Tributário Municipal, Plano Diretor, Código de Posturas, Código de Edificações e Zoneamento e demais disposições legais regulamentares pertinentes; verificar a exatidão dos lançamentos efetuados pelo contribuinte nos livros fiscais e contábeis à vista dos documentos correspondentes; efetuar diligências para verificação de notas fiscais de prestação de serviço, apuração de denúncias, concessão de inscrições municipais e informações em processo fiscal; notificar e aplicar as penalidades previstas em Leis e Regulamentos Municipais; localizar evasões ou clandestinidade de receitas municipais; atender consultas de caráter tributário, fiscal, de postura, edificações e zoneamento; cooperar na atualização e aperfeiçoamento da legislação tributária e de planejamento urbano; executar inspeção em livros, documentos, registro de imóveis para constatar a satisfação plena do crédito Tributário Municipal; fiscalizar o transporte coletivo municipal, os táxis e lotações, os serviços funerários e outros serviços municipais permitidos, autorizados ou concedidos pelo município; fiscalizar obras, estabelecimentos comerciais, industriais, residenciais e patrimoniais; efetuar diligências examinando documentos legais das empresas; examinar processos emitindo pareceres; realizar levantamentos internos preenchendo fichas e outros documentos; atender o público em geral prestando informações; realizar cálculos de multas e correções; emitir autos de infração/intimação de acordo com as irregularidades encontradas; desincumbir-se de outras atribuições e outras tarefas semelhantes;

TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

Executar trabalhos relacionados com a organização e atualização

dos arquivos e fichários; redigir instruções, ordem de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão; realizar trabalhos administrativos da Instituição nas áreas de recursos humanos, finanças, acadêmicas, logística e de administração geral; atender ao público interno e externo; fazer e atender chamadas telefônicas obtendo e fornecendo informações; preparar relatórios e planilhas de cálculos diversos; elaborar documentos administrativos, tais como ofício, informação ou parecer técnico, memorandos, atas dentre outros; secretariar as unidades; orientar, instruir e proceder a tramitação de processos, orçamentos, contratos e demais assuntos administrativos; elaborar levantamentos de dados e informações; participar de projetos na área administrativa; participar de comissões e grupos de trabalhos, quando designado; efetuar registro, preenchimento de fichas, cadastro, formulários, requisições de materiais, quadros e outros similares; elaborar, sob orientação, planos iniciais de organização, gráficos, fichas, roteiros manuais de serviços, boletins e formulários; elaborar estudos objetivando o aprimoramento de normas e métodos de trabalho; proceder as operações micrográficas, seguindo normas técnicas; arquivar sistematicamente documentos; manter organizado e ou atualizar arquivos, fichários e outros, promovendo medidas de preservação do patrimônio documental; auxiliar na organização de promoções culturais e outras; receber, conferir, armazenar, controlar e entregar produtos, materiais e equipamentos no almoxarifado ou em outro local; participar de programa de treinamento, quando convocado; zelar pela conservação, limpeza e manutenção dos equipamentos e ambiente de trabalho; executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática; executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função; desenvolver outras atividades afins.

PSICÓLOGO

Realizar psicodiagnósticos para fins de seleção, orientação vital e pré-profissional; proceder a análise de funções sob o ponto de vista psicológico; proceder ao estudo e avaliação dos mecanismos de comportamento humano para possibilitar a orientação à seleção e ao tratamento atitudinal no campo profissional e o diagnóstico e terapia clínicos; fazer psicoterapia breve, ludoterapia individual e grupal, com acompanhamento clínico; fazer exames de seleção em crianças, para fins de ingresso em instituições assistenciais; prestar atendimento breve a pacientes em crise e a seus familiares, bem como a alcoolistas e toxicômanos; atender crianças excepcionais, com problemas de deficiência mental e sensorial, ou portadoras de desajustes familiares e escolares, encaminhando-as para escolas ou classes especiais; formular com base em elementos colhidos, hipóteses de trabalho para orientar as explorações psicológicas, médicas e educacionais; realizar pesquisas psicopedagógicas; confeccionar e selecionar o material psicopedagógico e psicológico necessário ao estudo dos casos; realizar perícias e elaborar pareceres; prestar atendimento psicológico à crianças e adolescentes em instituições comunitárias do Município, bem como os encaminhamentos do Conselho Tutelar; manter atualizado o prontuário de casos estudados; responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

ENGENHEIRO CIVIL

Desenvolver, coordenar, projetar, planejar, especificar, implantar, orientar, executar, monitorar e avaliar os processos de arquitetura e urbanismo, inclusive de obras complementares e de reforma de edificações, de acordo com as normas e procedimentos em vigor na categoria profissional. Elaborar, executar e dirigir projetos de engenharia civil relativo a rodovias, esgoto pluvial e cloacal, sistema pluvial de esgoto e demais obras públicas, pavimentação urbana, estudando características e preparando planos, métodos de trabalho e demais dados requeridos, para possibilitar e orientar a construção, manutenção e reparo das obras mencionadas e assegurar os padrões técnicos exigidos; Produzir, coordenar

ou supervisionar a elaboração de projetos técnicos e desenhos técnicos; Acompanhar práticas de mercado com proposição de soluções aplicáveis aos processos; Zelar pela guarda dos materiais, equipamentos e ferramentas utilizados na execução de suas tarefas; Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico; Observar o cumprimento das normas urbanísticas estabelecidas no Plano Diretor Municipal; Acompanhar e fiscalizar o andamento das obras públicas; Supervisionar e auxiliar na análise, fiscalização e aprovação de projetos, de acordo com as normas vigentes de projetos residenciais, industriais e comerciais, bem como projetos de parcelamento de solos urbanos, dentre outros; Assinar documentos referentes às atividades e às competências profissionais; Gerenciar a emissão de vistorias técnicas, memoriais descritivos das obras, elaboração de relatórios das diligências efetuadas, e orientações técnicas, encaminhando-as aos responsáveis. Bem como, desincumbir-se de outras atividades determinadas pela chefia imediata.

AUDITOR DE TRIBUTOS

Coordenar o planejamento das atividades internas e externas do departamento de tributação, fiscalizando a realização; auditar e fiscalizar estabelecimentos industriais, comerciais e outras fontes de tributo; orientar, coordenar e controlar atividades relativas a tributação, arrecadação, fiscalização e aplicação da legislação tributária; instruir processos tributários e de cobrança da dívida ativa; lavrar notificações por infração às leis tributárias e fazer a apreensão de mercadorias nos casos exigidos; fazer avaliação para efeito de tributação; manter e atualizar fichas de cadastro de contribuintes; elaborar boletins de atividades de produção e relatórios sobre ocorrências fiscais; atender e orientar contribuintes sobre incidência tributária; inspecionar estabelecimentos industriais, comerciais, laboratórios, hospitais e proceder a fiscalização tributária; executar atividades inerentes à tributação e fiscalização, a fim de contribuir para que a política tributária - fiscal se compatibilize com medidas de interesse do desenvolvimento econômico do município; executar tarefas de fiscalização de tributos da municipalidade; analisar a escrituração fiscal de prestadores de serviços e de mapas de valores imobiliários; realizar buscas e apreensões de documentos fiscais; autuar contribuintes em infração; auditar os processos da área de administração tributário-financeira; participar de programas de planejamento e de programação fiscal; atender e prestar informações ao contribuinte; realizar vistorias técnicas e diligências fiscais.

FISIOTERAPEUTA

Desenvolver trabalho de planejamento, programação, ordenação, coordenação, execução e a supervisão de métodos e técnicas fisioterápicas que visem atender a saúde nos níveis de prevenção primária, secundária e terciária; participar da elaboração de diagnóstico, prescrever, ministrar e supervisionar terapia física, que objetive preservar, manter, desenvolver ou restaurar a integridade de órgão, sistema ou função do corpo humano; utilizar-se, isolada ou concomitante, de agente termoterápico ou crioterápico, hidroterápico, fototerápico, aeroterápico, eletroterápico ou sonidoterápico; utilizar-se, com o emprego ou não de aparelho, de exercício respiratório, cárdio-respiratório, cárdio-vascular, de educação ou reeducação neuromuscular, de regeneração muscular, de relaxamento muscular, de locomoção, de regeneração osteo-articular, de correção de vício postural, de adaptação ao uso de órtese ou prótese e de adaptação dos meios e materiais disponíveis, pessoais ou ambientais para, o desempenho físico do cliente; avaliar, reavaliar e determinar as condições de alta do cliente submetido à fisioterapia; dar parecer fisioterápico na área cinético-funcional do aparelho motor e respiratório; realizar outras atividades inerentes a sua formação curricular universitária; participar da equipe multidisciplinar na recuperação e reabilitação do cliente; desincumbir-se de outras tarefas que lhe forem atribuídas pela chefia imediata.

ENFERMEIRO

Dirigir órgão de enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde; organizar e dirigir os serviços e de enfermagem

e de suas atividades técnicas e auxiliares; planejar, organizar, co-ordenar, executar e avaliar os serviços de assistência de enfermagem; prestar consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem; realizar consulta de enfermagem; prescrever a assistência de enfermagem; cuidar diretamente de enfermagem a pacientes graves com risco de vida; cuidar de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas; participar no planejamento, execução e avaliação dos programas; participar na elaboração, execução e avaliação dos planos assistenciais de saúde; prescrever medicamentos previamente estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina estabelecida pela instituição; participar em projetos de construção ou reforma de unidade de internação; prevenir e controlar as infecções hospitalares (policlínicas); participar na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de enfermagem; participar na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral e nos programas de vigilância epidemiológica; prestar assistência de enfermagem à gestante, parturiente, puerperal e ao recém-nascido; participar nos programas e nas atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco; acompanhar a evolução e o trabalho de parto; executar a assistência obstétrica em situações de emergência e execução do parto sem destorcia; participar nos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e do trabalho; participar nos programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde, particularmente nos programas de educação continuada; participar na elaboração e na operacionalização do sistema de referência e contra referência do paciente nos diferentes níveis de atenção à saúde; participar no desenvolvimento de tecnologia apropriada à assistência de saúde; participar em bancas examinadoras, em matérias específicas de enfermagem, nos concursos para provimento de cargo e contratação de enfermeiro ou pessoal técnico e auxiliar de enfermagem; participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela secretaria municipal de saúde; desempenhar outras tarefas afins.

PROFESSOR

Cumprir com o que estabelece o artigo 13 da Lei 9394/96; possuir formação de educador, conhecimento do conteúdo, capacidade de trabalho e habilidades metodológicas e didáticas; Demonstrar profissionalismo e comprometimento; Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento; Seguir as diretrizes educacionais do Estabelecimento e da Secretaria Municipal de Educação, comprometendo-se em integrar a ação pedagógica na consecução dos fins e objetivos; Ministrar aulas, garantindo a efetivação do processo ensino-aprendizagem e o projeto político-pedagógico da Unidade Escolar. Executar o trabalho diário, de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem; Elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência, de conformidade com as diretrizes metodológicas da escola e com a legislação vigente; Avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados; Manter com os colegas o espírito de colaboração e solidariedade indispensáveis a eficácia da ação educativa; Manter com os colegas o espírito de colaboração; Promover recuperações preventivas e paralelas e/ou atividades de complementação, aperfeiçoamento e aprofundamento, conforme a exigência dos diagnósticos de avaliação; Comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões pedagógicas, conselhos de classe, palestras e outras promoções convocadas pela direção da escola ou pela secretaria municipal de educação; Cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar; Zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com dignidade; Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos; Zelar pela conservação, limpeza e o bom nome da

escola, bem como a conservação dos bens materiais; Encaminhar aos serviços competentes os casos de indisciplina ocorridos, após sua própria advertência; Acompanhar o desenvolvimento de seus alunos, comunicando ocorrências à direção e ao serviço de orientação educacional; Executar as normas estabelecidas no regime escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e na legislação vigente.

ATRIBUIÇÕES/DESCRIÇÃO DOS CARGOS PARA O HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Executar serviços de limpeza e conservação em geral nas dependências internas e externas do Hospital, bem como o atendimento, utilizando os materiais e instrumentos adequados e rotinas previamente definidas; Efetuar a limpeza e conservação de utensílios, móveis e equipamentos em geral para mantê-los em condições de uso; Auxiliar na remoção de móveis e equipamentos; Separar os materiais para descarte (vidraria, papéis, resíduos laboratoriais e resíduos hospitalar, contaminados ou não); Reabastecer os banheiros com papel higiênico, com papel toalha e sabonete; Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do seu setor; Solicitar o material necessário à limpeza ao chefe hierárquico superior; Proceder ao atendimento dos serviços de copa e cozinha, com atendimento aos servidores e pacientes de acordo com suas dietas, solicitando o fornecimento do material necessário para o preparo das refeições; Zelar pela guarda e conservação, manutenção dos equipamentos utilizados no trabalho; Executar outras atividades de apoio operacionais ou correlatas.

AGENTE DE FINANÇAS

Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários; Redigir instruções, ordens de serviços, cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão; Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, e atividades correlatas; Colaborar na redação de relatórios anuais e parciais atendendo exigências do órgão; Realizar registros em geral; Providenciar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos; Preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão; Secretariar autoridades de hierarquia superior, redigindo expedientes relacionados com as suas atividades; Colaborar nos estudos e elaboração de trabalhos técnicos relativos a projetos de planos de ação; Fazer acompanhamento sobre atribuições de cargos, a fim de possibilitar sua classificação e retribuição, a organização de novos quadros de serviços, novos sistemas de ascensão, progressão e avaliação de cargos; Executar programas relacionados à arrecadação de recursos provenientes de convênios.

ENFERMEIRO

O enfermeiro responde administrativamente e tecnicamente nas 24 horas pela assistência prestada aos pacientes e pelos servidores atuantes, gerencia e coordena a equipe e o posto de enfermagem, assim como presta serviços assistenciais; Conhecer todos os pacientes internados na unidade; Fazer o histórico de enfermagem na admissão do paciente; Fazer as prescrições de enfermagem diárias; Fazer as evoluções de enfermagem diárias; Prestar assistência de enfermagem direta aos pacientes mais graves; Identificar e tomar condutas rápidas diante das situações fora da rotina da unidade; Orientar diariamente os profissionais de enfermagem na realização dos procedimentos; Garantir o bom funcionamento dos equipamentos.

ANEXO IV
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014
FORMULÁRIO TÍTULOS
COMPROVANTE DE ENTREGA DE DOCUMENTOS PARA PROVA DE
TÍTULOS

NOME: _____
 INSCRIÇÃO: _____

FUNÇÃO: _____

Declaro que recebi de _____
 _____, os seguintes documentos, para avaliação na computação de pontos para a prova de títulos, de acordo com o Edital nº 01/2014.

TÍTULOS	Nº máx. de Títulos	Valor do Título	Total
Curso completo de Mestrado na área de Educação.	01	1,00 ponto
Curso completo de Pós-Graduação na Área de Educação com carga horária mínima de 360 horas.	01	0,50 ponto
TOTAL DE TÍTULOS	02

AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO EXAMINADORA.

Os títulos relacionados, válidos para a prova de títulos em referência, foram avaliados em _____ pontos.

Anchieta de de 2014.

Assinatura do Candidato	Assinatura Resp. pelo Recebimento dos Títulos
-------------------------	---

ANEXO V
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014
DECRETO COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICÍPIO DE ANCHIETA
DECRETO Nº. 112/2014, de 29 de Agosto de 2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º - Designar: Vanusa Cantú, Dario Signor e Marcos Eduardo Pretto, brasileiros, servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, sob a presidência do primeiro, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO DE CONCURSO PÚBLICO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos dos processos, instaurados através do Edital nº. 001/2014.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA SC.

Em 29 de Agosto de 2014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na
 Presente data

Eduardo Scholtze

Secretário Municipal de Administração e Gestão

ANEXO VI

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

DECRETO COMISSÃO ORGANIZADORA DA AMEOSC

DECRETO Nº. 113/2014, de 29 de Agosto de 2014

CRIA COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Legislação vigente;

DECRETA:

Art.1º. Fica designado: Jussara Reginatto, Udinara Vanusa Zan-chettin e Edina Trema Spironello, brasileiros, representantes da AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, funcionários da Associação, compor a COMISSÃO MUNICIPAL DO CONCURSO PÚBLICO, que terá por objetivo e finalidade a elaboração das provas, instaurado através do Edital nº. 001/2014.

Art.2º. Compete a Comissão: elaboração do Edital, elaboração do programa de provas, assessorar quando da realização das inscrições, elaboração das provas bem como aplicá-las, corrigi-las, efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, coordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando-a ao Prefeito Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalação necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art.3º. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas objetivas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ANCHIETA/SC, 29 de Agosto de 2014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Eduardo Scholtze

Secretário Municipal de Administração e Gestão.

ANEXO VII

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO DE PROVA PRÁTICA

DECRETO Nº. 115/2014, de 29 de Agosto de 2014

Regulamenta as provas práticas para as funções de MOTORISTAS Categoria " C e D" e para às Função/Cargo de OPERADOR I e OPERADOR II Categoria "C", do Edital de CONCURSO PÚBLICO 001/2014, para contratação de servidores para provimento efetivo, de acordo com o cargo;

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º As provas práticas do CONCURSO PÚBLICO Edital 001/2014 para as funções de MOTORISTAS Categoria "C e D" e para às Função/Cargo de OPERADOR I e OPERADOR II Categoria "C", a que se refere o CONCURSO PÚBLICO do Edital 001/2014 que serão aplicadas pelo Ameosc, no dia 22/11/2014, com início às 13 horas, tendo como local de encontro o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Transportes, sito à Avenida Anchieta, s/nº, centro nesta cidade de Anchieta (SC) para demonstração de habilidades práticas com equipamentos e ferramentas, quando proceder-se-á entre os candidatos classificados presentes.

I - Operador I e II "C", o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução da máquina, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo, Muito Bom, Bom, Satisfatório, Regular e Péssimo com os veículos conforme segue:

Operador de Máquinas I - CNH C: Trator de Pneus TL 75 acoplado de rolo compactador;

Operador de Máquinas II - CNH C: Retro Escavadeira Caterpillar.

Operador de Máquinas II - CNH C: Motoniveladora Caterpillar 120.

II - Motorista Categoria "C e D", o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução da máquina, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo, Muito Bom, Bom, Satisfatório, Regular, e Péssimo com o veículo conforme segue:

Motorista - CNH C Secretaria de Infraestrutura: Caminhão Caçamba Ford Cargo Placas MHF 9193;

Motorista - CNH C Secretaria de Saúde: Ambulância - Placas MKZ 4422.

Motorista - CNH D Secretaria de Educação: Ônibus Escolar - Placas MLK 2784.

Parágrafo único - Em caso de mau tempo que inviabilize a sua realização, as provas serão realizadas em outra data previamente marcada e comunicada aos candidatos através da imprensa rádio e nos endereços eletrônicos www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br

Art. 2º Ficam convocados e designados os servidores públicos municipais, Vilson Luiz Rossato, Secretário de Infraestrutura e Obras, Neri Gaspar Diretor de Infraestrutura e Obras e Guiomar Antonio Prevedello Motorista da Educação, para fiscalizar, acompanhar e dar suporte aos ministradores na aplicação das provas práticas, no dia, hora e local fixados.

Art. 3º Somente os candidatos munidos de Carteira de Identificação, Ficha de Inscrição e Carteira Nacional de Habilitação correspondente ao solicitado para o cargo ao qual se inscreveu terão acesso à prova prática.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta/SC,
em 29 de Agosto de 2014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Eduardo Scholtze

Secretário Municipal de Administração e Gestão.

Ascurra

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 151, de 01/09/2014 - Criação do Consorcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - Ciaps

LEI COMPLEMENTAR Nº 151, de 01 de setembro de 2014.

Dispõe sobre a criação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, formado pelos MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA E RODEIO no modelo Consorcial da Lei Federal nº 11.107/05, institui entidade autárquica interfederativa, e dá outras providências.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica instituído, como associação pública, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, formado pelos MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA E RODEIO, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, na forma do Código Civil Brasileiro e da Lei Federal nº 11.107/05 e seus regulamentos.

Parágrafo Único - Fica autorizado ao Chefe do Poder Executivo participar da gestão associada de serviços públicos no modelo consorcial adotado.

Art. 2º - Fica ratificado o protocolo de intenções do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, formado pelos MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA E RODEIO, na forma do Anexo Único, integrante desta Lei.

§ 1º - Fica autorizado o ingresso, no Consórcio Público de que trata esta Lei, de Ente da Federação não mencionado no protocolo de intenções como possível integrante do consórcio público, desde que sua inclusão seja aprovada por 2/3 (dois terços) dos votos em Assembléia Geral do CIAPS.

§ 2º - Ocorrendo à hipótese de que trata o parágrafo anterior, caberá a Assembléia Geral aprovar a alteração necessária no respectivo contrato de consórcio público na forma a ser estabelecida no Estatuto da CIAPS.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 01 de setembro de 2014.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal de Ascurra/SC.

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,
Município de Ascurra em, 01 de setembro de 2014.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Anexo Único.

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI FIRMAM OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA E RODEIO VISANDO CONSTITUIR O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS.

PREÂMBULO

A possibilidade de incremento das atividades de cooperação através de consórcio intermunicipal passou a se tornar realidade a partir da Lei nº 8.080/90 - Lei Orgânica da Saúde, sendo que, depois, a Lei nº 9.433/97 e outros instrumentos jurídicos contemplaram expressamente também esta forma de organização para atendimento das necessidades e serviços comuns dos Entes Federados.

Contudo, foi somente a partir da alteração dada ao artigo 241 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998, que tal situação ganhou status constitucional, sendo posteriormente regulamentada pela Lei nº 11.107, de 06/04/2005, e pelo Decreto nº 6.017, de 17/01/2007.

Esta nova disciplina legal (Lei nº 11.107/05 e Decreto nº 6.017/07) oportuniza a criação de Consórcios Públicos regulados pelo direito privado ou sob o abrigo do direito público, sendo que, se constituídos neste último formato, ficam em condições de receber recursos voluntários decorrentes de convênios com as demais esferas de Governo (Estado e União), usufruir da imunidade tributária constitucional (art. 150, VI, "a", e § 2º, da CF) e dos privilégios processuais (artigos 188, 475 e 730 do CPC) próprios dos Entes Federados, além da aplicação do tratamento diferenciado para seus procedimentos licitatórios.

Por outro lado, deste novo ordenamento jurídico desponta a necessidade de realização de Concurso Público para contratação de pessoal, de Prestação de Contas ao TCE/SC, de uso da contabilidade pública para registro de receitas e despesas e da consolidação destas com a contabilidade dos Entes Federados integrantes, para apuração dos limites legais, além de outros instrumentos de gestão e de transparência.

Assim, na esteira desta evolução, a cooperação interfederativa tem demonstrado sua importância, com relevantes ganhos para a população, pois, a conjugação de esforços dos diferentes Municípios (Entes federados), possibilita a implementação de políticas públicas, que individualmente, nenhum deles teria condições plenas de realizar com eficácia.

Pelo exposto, e:

- Considerando que serão observados, para os fins deste protocolo e de todos os atos emanados ou subscritos pelo Consórcio Público ou pelos Entes consorciados, os seguintes conceitos:

I - área de atuação: área correspondente à soma dos territórios dos Municípios que tenham ratificado por lei o protocolo de intenções e/ou firmado convênio com o Consórcio Público;

II - contrato de programa: instrumento pelo qual devem ser constituídas e reguladas as obrigações que um Ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro Ente da Federação, ou para com o Consórcio Público, no âmbito da prestação de serviços públicos por meio de gestão associada ou cooperação institucional;

III - contrato de rateio: contrato por meio do qual os Entes consorciados comprometem-se a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público;

IV - convênio de cooperação: pacto firmado por Entes da Federação ou seus órgãos e o Consórcio Público, com o objetivo de promover atividades, ações e serviços de interesse público e/ou autorizar a gestão associada de serviços públicos;

V - gestão associada de serviços públicos: exercício das atividades de planejamento, administração e execução de serviços públicos

por meio do Consórcio Público, conforme contrato de programa ou convênio de cooperação, acompanhadas ou não da prestação direta de serviços públicos ou da transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos;

VI - planejamento: as atividades atinentes à identificação, qualificação, quantificação, organização e orientação de todas as ações, públicas e privadas, por meio das quais um serviço público deve ser prestado ou colocado à disposição de forma adequada;

VII - prestação de serviço público em regime de gestão associada: execução, por meio de cooperação federativa, de toda e qualquer atividade ou obra com o objetivo de permitir aos usuários o acesso a um serviço público com características e padrões de qualidade determinados pela regulação ou pelo contrato de programa, inclusive quando operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos;

VIII - protocolo de intenções: contrato preliminar que, ratificado pelos Entes da Federação interessados, converte-se em contrato de consórcio público;

IX - ratificação: aprovação pelo Ente da Federação, mediante lei, do protocolo de intenções ou do ato de retirada do consórcio público;

X - reserva: ato pelo qual Ente da Federação não ratifica, ou condiciona a ratificação, de determinado dispositivo de protocolo de intenções;

XI - retirada: saída de Ente da Federação de consórcio público, por ato formal de sua vontade;

XII - serviços administrativos: serviços que o Poder Público executa para atender a suas necessidades internas ou preparar outros serviços que serão prestados ao público;

XIII - serviço público na área de saúde: atividade ou comodidade material fruível diretamente pelo usuário, em atenção aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde - SUS;

XIV - termo de parceria: instrumento passível de ser firmado entre consórcio público e entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e a execução de atividades de interesse público, previstas no art. 3º da Lei nº 9.790, de 23/03/1999; e

XV - titular de serviço público: Ente da Federação a quem compete prover o serviço público, especialmente por meio de planejamento, regulação, fiscalização e prestação direta ou indireta;

Os Municípios de APIÚNA, ASCURRA e RODEIO, de comum acordo, firmam o presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES, visando integrar e constituir o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, na forma da Lei nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07) e das demais disciplinas legais aplicáveis à matéria, tendo como justas e acordadas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

1.1 - O consórcio público será denominado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, e constitui-se sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de

direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando, nos termos da lei, a administração indireta dos Entes consorciados.

1.1.1 - O Consórcio adquire personalidade jurídica de direito público mediante a vigência das leis de ratificação dos Entes consorciados, na forma deste Protocolo de Intenções, da Lei nº 11.107/05 e do seu regulamento.

1.1.2 - O Consórcio Público gozará da imunidade tributária de que trata o art. 150, VI, "a", e § 2º, da Constituição Federal, bem como da isenção dos demais tributos instituídos pelos Municípios consorciados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE

2.1 - Constitui finalidade do Consórcio Público a organização da rede de atenção à saúde mental dos Municípios consorciados, integrando-se com a rede básica e tendo como uma das atribuições supervisionar e qualificar a rede básica para a atenção em saúde mental.

2.1.1 - O Consórcio Público promoverá a implantação e gestão de um Centro Regional de Atenção Psicossocial (CAPS), modalidade I, para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS nas redes municipais de saúde de Apiúna, Ascurra e Rodeio, possibilitando:

I - Oferta de suporte hospitalar para as situações de urgência/emergência em saúde mental;

II - Minimizar o sofrimento mental grave principalmente no momento de crise aguda com o cuidado hospitalar até a remissão do quadro;

III - Proporcionar retaguarda hospitalar a Rede de Atenção Psicossocial;

IV - Fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) da região;

V - Oferecer projeto terapêutico individualizado, atendendo as necessidades de cada usuário;

VI - Reduzir a iatrogenia e a cronicidade dos quadros de intenso sofrimento psíquico.

2.1.2 - O CAPS deverá constituir-se em serviço ambulatorial de atenção diária que funcione segundo a lógica do território de atuação do Consórcio Público, disponibilizando serviço de atenção psicossocial com as seguintes características:

a - responsabilizar-se, sob coordenação do gestor local, pela organização da demanda e da rede de cuidados em saúde mental no âmbito do seu território;

b - possuir capacidade técnica para desempenhar o papel de regulador da porta de entrada da rede assistencial no âmbito do seu território e/ou do módulo assistencial, definido na Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS), de acordo com a determinação do gestor local;

c - coordenar, por delegação do gestor local, as atividades de supervisão de unidades hospitalares psiquiátricas no âmbito do seu território;

d - supervisionar e capacitar as equipes de atenção básica, serviços e programas de saúde mental no âmbito do seu território e/ou do módulo assistencial;

e - realizar, e manter atualizado, o cadastramento dos pacientes que utilizam medicamentos essenciais para a área de saúde mental regulamentados pela Portaria/GM/MS nº 1077 de 24 de agosto de 1999 e medicamentos excepcionais, regulamentados pela Portaria/SAS/MS nº 341 de 22 de agosto de 2001, dentro de

sua área assistencial;

f - funcionar no período de 08 às 18 horas, em 02 (dois) turnos, durante os cinco dias úteis da semana.

2.1.2.1 - A assistência prestada ao paciente no CAPS I inclui as seguintes atividades:

a - atendimento individual (medicamentoso, psicoterápico, de orientação, entre outros);

b - atendimento em grupos (psicoterapia, grupo operativo, atividades de suporte social, entre outras);

c - atendimento em oficinas terapêuticas executadas por profissional de nível superior ou nível médio;

d - visitas domiciliares;

e - atendimento à família;

f - atividades comunitárias enfocando a integração do paciente na comunidade e sua inserção familiar e social;

g - os pacientes assistidos em um turno (04 horas) receberão uma refeição diária, os assistidos em dois turnos (08 horas) receberão duas refeições diárias.

2.2 - Para cumprimento de suas finalidades, o Consórcio poderá:

I - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos governamentais ou não-governamentais;

II - ser contratado pela administração direta ou indireta dos Municípios consorciados, dispensada a licitação;

III - realizar licitações compartilhadas e promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social;

IV - adquirir e ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio.

2.3 - O desenvolvimento de ações e de serviços de saúde pelo Consórcio Público, deve obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde - SUS.

2.4 - Os Municípios só poderão se consorciar em relação a todas as finalidades objeto da instituição do Consórcio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

3.1 - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, vigorará por prazo indeterminado.

3.1.1 - A alteração ou a extinção do contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, previamente autorizado, ou sendo ratificado, através de lei por todos os Entes consorciados.

3.2 - O Consórcio terá sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, Centro, na cidade de Apiúna - SC.

3.2.1 - Os serviços administrativos, contábeis e jurídicos do Consórcio Público poderão ser realizados, a título de cooperação, pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, sita à Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, por seus próprios meios.

3.2.2 - A Assembleia Geral do Consórcio, mediante decisão de 2/3 (dois terços) dos consorciados, poderá alterar a sede, dispensando-se, para este fim, a ratificação mediante lei por todos os Entes consorciados.

CLÁUSULA QUARTA - DA SUBSCRIÇÃO

4.1 - São subscritores do presente protocolo de intenções:

I - MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 79.373.767/0001-16, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, NICANOR MORRO, CPF nº 004.461.659-72

II - MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, MOACIR POLIDORO, CPF nº 293.339.209-78

III - MUNICÍPIO DE RODEIO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, PAULO ROBERTO WEISS, CPF nº 765.097.459-68

4.1.1 - O Protocolo de Intenções, após sua ratificação pelos Municípios que o subscrevem, converter-se-á no Contrato de Consórcio Público.

4.1.2 - Somente será considerado consorciado o Ente da federação subscritor do protocolo de intenções que o ratificar por lei.

4.1.3 - Será automaticamente admitido no consórcio o Ente da Federação que efetuar a ratificação em até 2 (dois) anos da sua assinatura.

4.1.4 - A ratificação realizada após 2 (dois) anos da subscrição do protocolo de intenções dependerá de homologação da Assembleia Geral do Consórcio Público.

4.2 - Consideram-se subscritores todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do item 4.1 desta cláusula, desde que o seu representante legal tenha firmado o presente protocolo de intenções.

4.3 - É facultado o ingresso de novos municípios participantes no Consórcio Público a qualquer momento, o que se fará com o pedido formal à Diretoria, a qual, uma vez aprovada na Assembleia Geral e atendidos os requisitos legais e do estatuto do consórcio, informará da aceitação ou não do novo consorciado.

4.3.1 - Aprovado o consorciado, este providenciará a Lei Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções consolidado e de autorização para adesão ao Contrato de Consórcio Público, celebração do Contrato de Rateio e subscrição de Contrato de Programa, inclusão da dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual, para destinação de recursos financeiros ao Consórcio Público, efetiva participação nas atividades do Consórcio Público e nas Assembleias Gerais, com colaboração para ações de fortalecimento e defesa da Entidade e de suas prerrogativas.

4.4 - Na hipótese da lei de ratificação prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, o consorciamento do Município dependerá de que as reservas sejam aceitas pelos demais Entes da Federação subscritores.

CLÁUSULA QUINTA - DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO

5.1 - A área de atuação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS será a área correspondente à soma dos territórios dos Municípios consorciados.

5.2 - Em caso de interesse dos Municípios Consorciados, condicionado a aprovação da Assembleia Geral, o Consórcio poderá exercer atividades fora de sua área de atuação.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

6.1 - Constituem direitos dos consorciados:

I - participar das Assembleias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II - votar e ser votado para os cargos de Presidente, de Vice-Presidente ou do Conselho Fiscal;

III - propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento do Consórcio;

IV - compor a Diretoria ou Conselho Fiscal do Consórcio nas condições estabelecidas pelo Estatuto.

6.1.1 - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer Ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções ou no Contrato do Consórcio Público.

6.2 - Constituem deveres sociais:

I - cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no "Contrato de Rateio";

II - acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio, em especial ao que determina o "Contrato de Programa" e o "Contrato de Rateio";

III - cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV - participar ativamente das reuniões e assembleias gerais do Consórcio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

7.1 - O Consórcio será organizado por estatutos cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas deste Protocolo de Intenções e do respectivo Contrato de Consórcio.

7.2 - O Consórcio é composto dos seguintes órgãos:

I - Assembleia Geral;

II - Diretoria;

III - Conselho Fiscal.

CLÁUSULA OITAVA - Da Assembleia Geral

8.1 - A Assembleia Geral, instância máxima do Consórcio, é órgão colegiado composto pelos Chefes dos Poderes Executivos de todos os Entes consorciados.

8.1.1 - No caso de impedimento ou ausência do Chefe do Poder Executivo, este poderá delegar competência ao Vice-Prefeito para representá-lo na Assembleia Geral, praticando todos os atos.

8.1.2 - Ninguém poderá representar dois consorciados na Assembleia Geral.

8.2 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente três vezes por ano, em datas a serem definidas, e, extraordinariamente, sempre que convocada, inclusive, neste último caso, para deliberar sobre a destituição de membros da Diretoria ou sobre alteração estatutária.

8.2.1 - A forma de convocação das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias será definida nos estatutos.

8.3 - Cada consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

8.3.1 - O voto será público e nominal, inclusive nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a servidores do Consórcio ou a Ente consorciado.

8.4 - Os estatutos deliberarão sobre o número de presenças necessárias para a instalação da Assembleia e para que sejam válidas suas deliberações e, ainda, o número de votos necessários à apreciação de determinadas matérias.

8.5 - Compete à Assembleia Geral:

I - homologar o ingresso no Consórcio de Ente federativo que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;

II - aplicar a pena de exclusão do Consórcio;

III - elaborar os estatutos do Consórcio e aprovar as suas alterações;

IV - eleger ou destituir o Presidente e o Vice-Presidente do Consórcio, cujos mandatos serão de 1 (um) ano, permitida a reeleição para um único período subsequente;

V - ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os demais membros da Diretoria;

VI - aprovar:

a) orçamento plurianual de investimentos;

b) programa anual de trabalho;

c) o orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio;

d) a realização de operações de crédito;

e) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos, bem como de outros valores devidos ao Consórcio pelos consorciados, por particulares ou pelos usuários;

f) a alienação e a oneração de bens do Consórcio ou daqueles que, nos termos de contrato de programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;

VII - homologar as decisões do Conselho Fiscal;

VIII - aceitar a cessão de servidores de Ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio;

IX - aprovar planos e regulamentos dos serviços do Consórcio;

X - aprovar a celebração de convênios e contratos de programa;

XI - apreciar e sugerir medidas sobre:

a) a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio;

b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

8.5.1 - Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o Consórcio mediante decisão unânime da Assembleia Geral, presentes pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros consorciados. No caso de o ônus da cessão ficar com o consorciado, exigir-se-á,

para a aprovação, 2/3 (dois terços) dos votos dos membros presentes.

8.5.2 - As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelos estatutos.

8.5.3 - O mandato do Presidente e/ou do Vice-Presidente cessará automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do Ente consorciado que representa na Assembléia Geral, hipótese em que será sucedido por quem preencha essa condição.

8.6 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos em Assembléia especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros trinta minutos. Somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder Executivo de Ente consorciado.

8.6.1 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e nominal.

8.6.2 - Será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados.

8.6.3 - Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados para cada função. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos.

8.6.4 - Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente ou do Vice-Presidente em exercício.

8.7 - Proclamado eleito candidato a Presidente, a ele será dada a palavra para que indique o Coordenador Executivo ou o confirme na função.

8.7.1 - Uma vez indicado, o Presidente da Assembléia indagará, caso presente, se o mesmo aceita a função. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por qualquer meio idôneo.

8.7.2 - Caso haja recusa da indicação, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova indicação.

8.7.3 - Estabelecida indicação válida, esta somente produzirá efeito caso aprovada por 2/3 (dois terços) dos votos, exigida a presença da maioria absoluta dos consorciados.

8.8 - Os membros da Diretoria poderão ser destituídos mediante aprovação de moção de censura apresentado com apoio de pelo menos dois terços dos Consorciados, em Assembléia Geral especificamente convocada.

8.8.1 - Em qualquer Assembléia Geral donde conste na pauta o item "assuntos gerais", poderá ser apresentado eventuais moções de censura ao final da reunião, observando-se a subscrição qualificada de que trata o item anterior.

8.8.2 - Recebida moção de censura, sua discussão e apreciação será objeto da primeira Assembléia Geral Extraordinária que se seguir, vedada a deliberação de qualquer outro item de pauta.

8.8.3 - A votação da moção de censura será efetuada depois de facultada a palavra, por quinze minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao membro da Diretoria que se pretenda destituir.

8.8.4 - Será considerada aprovada a moção de censura se obter voto favorável de 2/3 (dois terços) dos representantes presentes à Assembléia Geral, em votação pública e nominal.

8.8.5 - Caso aprovada moção de censura do Presidente do Consórcio, ele estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma Assembléia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato.

8.8.6 - Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias.

8.8.7 - Aprovada moção de censura apresentada em face do Coordenador Executivo, ele será automaticamente exonerado, aguardando-se indicação do Presidente do Consórcio, para nomeação de seu substituto, após homologação da Assembléia Geral.

8.8.8 - Rejeitada moção de censura, nenhuma outra, de igual teor, poderá ser apresentada nas Assembléias que se realizarem nos sessenta (60) dias seguintes.

8.9 - Será convocada Assembléia Geral específica para a elaboração e/ou alteração dos estatutos do Consórcio, por meio de publicação e correspondência dirigida a todos os subscritores do presente Protocolo de Intenções, acaso não tenha ocorrido à convocação específica durante a realização da Assembléia anterior.

8.9.1 - Confirmado o quorum de instalação, a Assembléia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Comissão Especial que dirigirá a Assembléia e, ato contínuo, aprovará resolução que estabeleça:

I - o texto básico do projeto de estatutos e/ou de alteração que norteará os trabalhos;

II - o prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado;

III - o número de votos necessários para aprovação de emendas ao projeto de estatutos.

8.9.2 - Sempre que recomendar o adiamento da hora, os trabalhos serão suspensos para recomeçarem em dia, horário e local, anunciados antes do término da sessão.

8.9.3 - Da nova sessão poderão comparecer os Entes que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham também ratificado o Protocolo de Intenções.

8.9.4 - Os estatutos preverão as formalidades e quorum para a alteração de seus dispositivos.

8.9.5 - Os estatutos do Consórcio e suas alterações entrarão em vigor após publicação na imprensa oficial, na forma legal.

8.10 - Nas atas da Assembléia Geral serão registradas:

I - por meio de lista de presença, todos os Entes federativos representados na Assembléia Geral;

II - de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembléia Geral;

III - a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembléia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

8.10.1 - No caso de votação secreta, será registrada em ata a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

8.10.2 - Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembléia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada por 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

8.10.3 - A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembléia Geral.

8.11 - Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembléia Geral será, em até dez dias após a aprovação, publicada no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores - internet.

8.11.1 - Mediante requerimento e pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata será fornecida para qualquer interessado.

CLÁUSULA NONA - DA DIRETORIA (PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE)

9.1 - Sem prejuízo do que previrem os estatutos do Consórcio, incumbe ao Presidente:

I - representar o consórcio judicial e extrajudicialmente;

II - ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

III - convocar as Assembléias Gerais;

IV - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelos estatutos a outro órgão do Consórcio;

V - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio.

9.1.1 - Com exceção da competência prevista no inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Coordenador Executivo.

9.1.2 - Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Coordenador Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

9.2 - Na ausência eventual ou impedimento temporário do Presidente, assumirá o Vice-Presidente.

9.3 - O substituto ou sucessor do Prefeito o substituirá na Presidência.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da DIRETORIA E DO COORDENADOR EXECUTIVO

10.1 - A Diretoria é órgão executivo e de gestão das atividades do Consórcio Público, composta por dois membros que exercerão funções próprias, sendo um o Presidente do Consórcio Público e outro o Coordenador Executivo.

10.1.1 - Não haverá percepção de remuneração ou quaisquer espécies de verba indenizatória por parte do Presidente, sem prejuízo do pagamento das despesas de locomoção, transporte, hospedagem e/ou alimentação quando em deslocamento no interesse

exclusivo do Consórcio Público. O Coordenador Executivo perceberá a remuneração estabelecida para a função, acaso não perceba qualquer outro tipo de vencimento, salário ou subsídio de qualquer outro órgão de Ente federado ou de Município consorciado.

10.1.2 - A disciplina da posse do Presidente e a forma de nomeação e posse do Coordenador Executivo serão fixadas nos estatutos.

10.2 - Mediante proposta do Presidente do Consórcio, aprovada pela Assembléia Geral, poderá haver redesignação interna de funções na Diretoria e/ou delegação de competência.

10.3 - A Diretoria deliberará sobre atos de gestão do Consórcio Público e executará todas as deliberações da Assembléia Geral.

10.3.2 - As deliberações da Diretoria serão externadas na forma de Resolução.

10.4 - Além do previsto nos estatutos, compete à Diretoria:

I - julgar recursos relativos à:

a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;

b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;

c) aplicação de penalidades a servidores do consórcio;

II - autorizar que o Consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

III - autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários;

IV - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio.

10.5 - Para exercício da função de Coordenador Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CIAPS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONSELHO FISCAL

11.1 - O Conselho Fiscal é composto por três Conselheiros, sendo dois secretários municipais de saúde indicados por seus pares e um Prefeito eleito pela Assembleia Geral realizada no mês de dezembro de cada ano, para mandato de um ano, o qual coincidirá com o ano civil. Os membros do Conselho Fiscal não serão remunerados, sob pretexto ou forma alguma, sendo, entretanto, o exercício do mandato considerado serviço público relevante.

11.1.1 - Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembleia Geral, exigida a presença de 3/5 dos Entes consorciados.

11.2 - A Assembleia Geral reunir-se-á mediante convocação para eleição do Conselho Fiscal.

11.2.1 - Nos primeiros trinta minutos de reunião serão apresentadas as indicações dos dois secretários municipais de saúde que integrarão o Conselho Fiscal, bem como as candidaturas dos prefeitos interessados para a vaga em disputa.

11.2.2 - As candidaturas serão sempre pessoais, vedada à inscrição

ou apresentação de chapas.

11.2.3 - Poderá se candidatar ao Conselho Fiscal qualquer representante de Ente consorciado.

11.2.4 - A eleição do Conselho Fiscal realizar-se-á por meio de voto aberto sendo que cada eleitor somente poderá votar em um candidato.

11.2.5 - Considera-se eleito membro efetivo o candidato com maior número de votos e, como membro suplente, os candidatos que se seguirem em número de votos. Em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.

11.3 - Além do previsto nos estatutos, compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do Consórcio, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas.

11.3.1 - O disposto no item 11.3 não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada Ente consorciado e nem a fiscalização dos respectivos Conselhos Municipais de Saúde, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao Consórcio.

11.4 - Os estatutos deliberarão sobre o funcionamento do Conselho Fiscal.

11.4.1 - As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembleia Geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS HUMANOS

12.1 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio os contratados para ocupar os empregos públicos previstos nos Anexos 1 ou 2 deste Protocolo de Intenções, bem como, em havendo necessidade e interesse, pessoas físicas ou jurídicas contratadas conforme dispuser a lei.

12.1.1 - A participação do Conselho Fiscal ou de outros órgãos diretivos que sejam criados pelos estatutos ou por deliberação da Assembleia Geral, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

12.1.2 - O Presidente não será remunerado e não poderá receber qualquer quantia do Consórcio, em razão do exercício dessa função, ressalvado o disposto na primeira parte do item 10.1.1 deste Protocolo de Intenções.

12.1.3 - O Coordenador Executivo perceberá o salário estabelecido para o emprego, observando-se o disposto na segunda parte do item 10.1.1 deste Protocolo de Intenções, bem como as demais vantagens estabelecidas em Lei ou no Protocolo de Intenções ratificado.

12.2 - Os empregados públicos efetivos, comissionados ou contratados temporariamente pelo Consórcio são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social.

12.2.1 - O regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público, a ser definido por resolução aprovada pela Assembleia Geral, obedecido ao disposto neste Protocolo de Intenções, no Contrato de consórcio e no Estatuto, tratará especialmente da descrição das funções, dos requisitos para ocupação dos empregos públicos, da forma de recrutamento, dos benefícios funcionais, da jornada de trabalho, dos direitos e deveres e do regime disciplinar.

12.2.2 - A exoneração ou demissão de empregados públicos dependerá de ato administrativo da Diretoria, motivado no caso de dispensa por iniciativa do Consórcio Público, observada as demais formalidades legais.

12.2.3 - Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para os próprios Entes consorciados, sem prejuízo da possibilidade de prestação de serviços na sua área de atuação, através do Consórcio Público.

12.2.4 - Os Entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores, na forma e condições da legislação de cada um.

12.2.4.1 - Os servidores efetivos recebidos em cessão permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, com remuneração paga pelo órgão cedente, podendo, a critério da Assembleia Geral, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da remuneração de mercado para função que venham a desempenhar no CIAPS, no percentual de até 100% (cem por cento) de sua remuneração mensal do órgão de origem.

12.2.4.2 - O pagamento de gratificação complementar na forma prevista no item anterior, não configura vínculo novo do servidor cedido, para fins trabalhistas, contudo o CIAPS efetuará a retenção e recolherá os encargos tributários correspondentes.

12.2.4.3 - Na hipótese do item 12.2.4 deste Protocolo de Intenções, o Ente da Federação consorciado cedente deverá assumir a manutenção dos pagamentos da remuneração regular do servidor e dos encargos, donde tais pagamentos serão contabilizados como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no contrato de rateio e/ou ressarcidos mensalmente pelo CIAPS.

12.3 - O quadro de pessoal do Consórcio é composto pelos empregados públicos constantes nos anexos próprios deste Protocolo de Intenções.

12.3.1 - Os empregos do Consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto o de Coordenador Executivo, que será de livre nomeação e exoneração. O emprego público de livre nomeação e exoneração é regido pelo critério de confiança e seu ocupante obrigado ao regime de dedicação integral ao serviço, donde poderá ser convocado a trabalhos excepcionais além da carga horária regulamentar, sem remuneração adicional.

12.3.2 - A remuneração dos empregos públicos é a definida nos anexos próprios deste Protocolo de Intenções.

12.3.2.1 - Após deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

12.3.2.2 - Após autorização legislativa de cada Ente Consorciado e deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder reclassificação do salário inicial de empregos do quadro geral e/ou reajuste geral de salários aos empregados do Consórcio Público.

12.3.3 - A contratação de profissionais para os empregos de confiança, bem como a declaração de abertura de vagas e a autorização para início do processo de recrutamento para os empregos de provimento efetivo ou para as contratações temporárias, depende de prévia justificativa da necessidade, da demonstração da viabilidade financeira e da aprovação em Assembleia Geral.

12.3.4 - São requisitos básicos para ingresso no Quadro Funcional do Consórcio Público:

I - a nacionalidade brasileira.

II - o gozo dos direitos políticos.

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais.

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego, e/ou os requisitos especiais para o seu desempenho.

V - idade mínima de 18 (dezoito) anos.

VI - aptidão física e mental.

VII - possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), inclusive para eventual condução de veículos do CIAPS em deslocamentos a serviço, exceto se contratado na condição de portador de necessidades especiais.

12.3.5 - As atribuições do emprego podem justificar a exigência de outros requisitos, estabelecidos na forma do item 12.2.1 deste Protocolo de Intenções.

12.3.6 - Sem prejuízo das atribuições do quadro funcional, fica instituído o Programa de Concessão de Estágio Não-Obrigatório aplicado ao estágio de estudantes, na forma da legislação federal específica, com disponibilidade de vagas em igual número de Entes Federados que integre o Consórcio Público.

12.3.6.1 - O recrutamento de candidatos para as vagas de estágio, dentre o contingente de alunos das instituições de ensino conveniadas, será feito:

I - diretamente pelo CIAPS através de processo seletivo simplificado, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II - em caso de urgência ou necessidade imediata, diretamente pela Instituição de Ensino ou pelos Agentes de Integração, através de processo seletivo ou cadastro.

12.3.6.2 - A carga horária de estágio ficará estabelecida em 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, remuneradas através de bolsa-estágio nos seguintes valores:

I - R\$ 433,80 (quatrocentos e trinta e três reais e oitenta centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II - R\$ 648,09 (seiscentos e quarenta e oito reais e nove centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

12.3.6.3 - Sem prejuízo da contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e do pagamento da remuneração de que trata o item anterior, lhe será concedido:

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

II - auxílio-alimentação, na forma concedida aos empregados em geral, proporcionalmente a jornada diária de estágio.

III - período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares e antes do encerramento do contrato, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, ou proporcional nos demais casos, vedado sua indenização.

12.3.6.4 - O Consórcio Público poderá, também, celebrar convênio de concessão de estágio obrigatório com Instituições de Ensino, assumindo responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e mediante remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido para contraprestação do estágio não-obrigatório.

12.4 - Os editais de concurso público do Consórcio Público deverão atender ao contido no regulamento do quadro de pessoal, e serem subscreitos pelo Presidente e/ou pelo Coordenador Executivo.

12.4.1 - Cópia do edital será entregue a todos os Entes consorciados, para fins de conhecimento e divulgação.

12.4.2 - O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores - internet - bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial.

12.4.3 - Nos quinze primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no item anterior, poderá ser apresentadas impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em sete dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão serão publicadas no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores - internet.

12.5 - Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público consistente na substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público.

12.5.1 - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado, percebendo a remuneração para ele prevista.

12.6 - As contratações temporárias observarão as disposições estabelecidas no art. 37, IX, da Constituição Federal, artigos 443, 445, 451 e 452 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e demais disposições previstas no Estatuto do Consórcio Público.

12.6.1 - As contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogado justificadamente uma única vez até atingir o prazo máximo total de dois anos.

12.6.2 - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções ou o alcance do prazo máximo de que trata o item anterior faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

12.6.3 - O regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público disciplinará inclusive a contratação temporária.

12.7 - O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego, sendo que esta, no interesse do serviço e de comum

acordo com o empregado, poderá ser aumentada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), com o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração.

12.7.1 - Além do salário, poderá ser pago ao empregado as seguintes vantagens:

- I - indenizações;
- II - auxílios pecuniários;
- III - gratificações;
- IV - adicionais.
- V - auxílio alimentação.

12.7.1.1 - As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao salário para qualquer efeito.

12.7.1.2 - As gratificações e os adicionais integram a remuneração do empregado, nos casos e condições indicados em Lei, no Estatuto ou no regulamento do quadro de pessoal, devendo ser nominalmente identificado e destacado.

12.7.1.3 - As vantagens pecuniárias não serão acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

12.7.1.4 - Os adicionais e gratificações devidos aos empregados em razão do exercício do emprego serão calculadas na forma da lei ou do regulamento do quadro de pessoal, atendendo as situações específicas de sua aplicabilidade e incidirão sempre tão somente sobre o salário atribuído ao empregado.

12.7.2 - Conceder-se-á:

I - Indenização de transporte ao empregado que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, conforme dispuser o regulamento do quadro de pessoal, observado o limite de $\frac{1}{4}$ do valor do litro do combustível gasolina, por quilometro.

II - Adiantamento de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.

12.7.2.1 - Na hipótese do empregado receber adiantamento de viagem e não realizar o deslocamento, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-lo integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar em prazo menor que o previsto, restituirá os valores recebidos em excesso, no mesmo prazo.

12.7.2.2 - Os adiantamentos de viagem serão requeridos em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

12.7.2.3 - Aplica-se o disposto nos itens 12.7.2 e 12.7.3 aos servidores públicos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou para-estatal, e aos contratados temporariamente.

12.7.3 - Será concedido vale transporte na forma da legislação federal específica ao empregado ou estagiário que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa.

12.7.4 - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas no estatuto, a Diretoria poderá conceder aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários, o auxílio alimentação,

proporcional a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal, limitado ao valor máximo diário de R\$ 20,00 (vinte reais).

12.7.5 - Além do salário e das demais vantagens previstas em lei ou no estatuto, poderá ser deferido aos empregados as seguintes gratificações e adicionais:

I - gratificação natalina, na forma estabelecida em Lei;

II - gratificação complementar, na forma estabelecida no item 12.2.4.1 deste Protocolo de Intenções;

III - adicional por serviço extraordinário, na forma da Lei;

IV - adicional de férias, na forma da Lei;

V - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso, na forma da Lei;

VI - adicional noturno, na forma da Lei;

VII - adicional por qualificação.

12.7.5.1 - O valor da gratificação complementar de que trata o inciso II do item anterior poderá ser reduzido nos casos em que sua aplicação integral acarrete o pagamento de remuneração superior ao valor do salário estabelecido para o emprego de Coordenador Executivo.

12.7.6 - O adicional por qualificação corresponderá a um acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o salário do empregado efetivo, limitado ao máximo de 30% (trinta por cento), por força da qualificação profissional obtida além daquela prevista para ocupação do emprego e que guarde correlação direta com as atribuições deste, observado interstício de cinco anos de exercício no emprego para cada período aquisitivo.

12.7.6.1 - Para habilitar-se ao adicional por qualificação o empregado deverá atender, cumulativamente, as seguintes condições:

I - ter concluído curso de pós-graduação, especialização, mestrado ou doutorado ou ter completado 150 (cento e cinquenta) horas de cursos/seminários/palestras, dentre outros, sempre em temas correlatos com o emprego ocupado.

II - ter completado 05 (cinco) anos de serviço no Consórcio, ininterruptos ou não, para o primeiro período aquisitivo, e interstício de igual tempo para os períodos aquisitivos subsequentes.

12.7.6.2 - Fica prejudicada a contagem regular do período aquisitivo para o adicional de que trata este artigo, se o empregado apresentar qualquer uma das seguintes ocorrências em sua vida funcional:

I - tiver sido condenado em processo criminal, por decisão definitiva, ou sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II - tiver mais de 05 (cinco) faltas injustificadas no período aquisitivo;

III - tiver se afastado de suas funções por período contínuo superior a trinta dias, independentemente de percepção ou não de remuneração, exceto para os casos de exercício de emprego de confiança no próprio Consórcio Público ou em Ente consorciado.

12.7.6.3 - O empregado que no decorrer do período aquisitivo incidir nas hipóteses do item anterior, perderá o tempo decorrido, iniciando-se novo período aquisitivo quinquenal após a cessação do impedimento.

12.8 - Os empregos públicos de que trata o item 12.3 deste Protocolo de Intenções terão suas atribuições e descrições disciplinadas pelo regulamento do quadro de pessoal, observadas as seguintes diretrizes mínimas:

I - Para o emprego de COORDENADOR EXECUTIVO:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Desempenhar as atribuições de gestão e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CIAPS.

II - Para o emprego de MÉDICO:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar atividade de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva; Examinar o paciente, auscultando, palpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo ao especialista; Analisar e interpretar resultados de exames de raios X, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico; Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados para conservar ou restabelecer a saúde do paciente; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada; Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender a determinações legais; Atender a urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

III - Para o emprego de ENFERMEIRO(A):

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar ações educativas, preventivas e curativas, na área da saúde pública; Selecionar e executar ações de enfermagem de acordo com as prioridades, necessidades e características de cada caso, particularmente para: gestantes e crianças de alto risco, bem como, outros clientes que apresentam risco para si próprio ou para a comunidade; Coordenar e supervisionar a organização e execução das atividades de enfermagem, desenvolvidas nas Unidades de atendimento sob sua responsabilidade, levando em conta os demais elementos da equipe de saúde do Centro de Saúde; Supervisionar e avaliar sistematicamente os registros e anotações das atividades realizadas pelo pessoal de enfermagem; Assegurar condições adequadas de limpeza, preparo, esterilização e manuseio do material em uso; Verificar sistematicamente o funcionamento de aparelhos

utilizados na área de enfermagem, providenciando reparação ou substituição quando for o caso; Participar na supervisão das atividades de matrícula e fichário central; Verificar periodicamente as condições de conservação e prazo de validade de soros e vacinas; Promover o inter-relacionamento das atividades internas e externas do CAPS desenvolvidas pelo pessoal de enfermagem; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

IV - Para o emprego de ASSISTENTE SOCIAL:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Planejar e executar atividades que visam a assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida, bem como busca garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos Segmentos sociais mais vulneráveis às crises sócio-econômicas; Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional, baseando-se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas; Promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, desenvolvendo suas potencialidades; Programar a ação básica de uma comunidade no campo social e outros, valendo-se da análise dos recursos e das carências sócio-econômicas dos indivíduos e da comunidade; Assistir as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional e outros; Desenvolver outras atividades de caráter comunitário que possam ser utilizadas como elemento catalisador da potencialidade dos indivíduos na solução de seus próprios problemas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

V - Para o emprego de PSICÓLOGO(A):

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar nos processos intra e interpessoais e nos mecanismos de comportamento humano; Elaborar e ampliar técnicas psicológicas, como teste para determinação de características afetivas, intelectuais, sensoriais ou motoras; Técnicas psicoterápicas e outros métodos de verificação, para possibilitar a orientação, seleção e treinamento de campo profissional, no diagnóstico e na identificação e interferência nos fatores determinantes na ação do indivíduo, em sua história pessoal, familiar, educacional e social; Atendimento familiar, e individual, visitas domiciliares; Assessoria e orientação aos casos encaminhados pelo Conselho Tutelar; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

VI - Para o emprego de TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Auxiliar no atendimento à pacientes nas unidades hospitalares e de saúde pública sob supervisão; Orientar e revisar o auto cuidado do cliente a alimentação e higiene pessoal; Executar a higienização ou preparação dos clientes para exames ou atos cirúrgicos; Zelar pela limpeza,

conservação e assepsia do material e do instrumental; Executar e providenciar a esterilização de salas e do instrumento adequado às intervenções programadas; Manter atualizado o prontuário dos pacientes; Verificar a temperatura, pulso e respiração e registrar os resultados nos prontuários; Ministrando medicamentos, aplicar imunizantes e fazer curativos; Fazer a orientação sanitária de indivíduos em unidade de saúde; Atividade auxiliar, na área de enfermagem, desenvolvidas junto ao indivíduo, família a comunidade visando a prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso Técnico na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

VII - Para o emprego de Auxiliar Administrativo

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: - Exercer atividades de ordem auxiliar em executar atividades de caráter administrativo, financeiro, tributário e fiscal, sob supervisão da chefia imediata; fazer encaminhamentos, procedimentos e trabalhos que lhe forem atribuídos pela chefia imediata; digitar e ou datilografar processos de rotinas internas ou externas; prestar atendimento ao público em todas as áreas que lhe forem fixadas; transcrever atos oficiais; preencher formulários, fichas e outros; codificar e arquivar documentos; providenciar e preparar material de expediente; executar outras atividades correlatas.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Escolaridade Nível Médio

VIII - Para o emprego de MOTORISTA:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Dirigir veículos de passageiros e transporte de pacientes; Manter o veículo em condições de conservação e funcionamento, providenciando conserto, abastecimento, lubrificação, limpeza e troca de peças; Atender às normas de segurança e higiene no trabalho; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Escolaridade de Nível Médio; CNH categoria "C".

IX - Para o emprego de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Operar eletrodomésticos e outros equipamentos e utensílios; Lavar manualmente ou por meios mecânicos louças, talheres e utensílios; Fazer e servir café, água e outros alimentos solicitados nas dependências dos órgãos; Preparar e servir refeições e proceder a aquecimento de alimentos; Receber e examinar o material destinado à preparação de alimentos e bebidas e acondicioná-los em recipientes adequados; Informar previamente à Chefia imediata sobre a necessidade de material para o desenvolvimento normal dos serviços; Manter e zelar pela conservação dos equipamentos e utensílios utilizados; Efetuar o controle do material existente no setor, discriminando-o por peças e respectivas quantidades, para manter o estoque e evitar extravios; Executar serviços de limpeza e conservação, zelando pela ordem e segurança no ambiente de trabalho, observando as normas e instruções, para prevenir acidentes; Notificar toda e qualquer ocorrência que dificulte o bom andamento dos trabalhos, visando o conserto ou reparo de aparelhos ou substituição de materiais; Manter o ambiente de trabalho limpo e com boa aparência; Proceder a coleta e remoção de resíduos, aplicação de ceras industriais, conservantes, lustradores e limpadores em móveis e

pisos, retirada do pó ou varrição de pisos, carpetes e tapetes nos escritórios e áreas externas; Coleta e remoção de papéis usados, colocação de desodorizantes, aplicação de detergentes, lavagem e higienização em sanitários; Retirada de resíduos e limpeza dos vidros das portas e janelas; Reposição de materiais de higiene pessoal, tudo visando ao asseio e conservação dos prédios públicos e das áreas limítrofes; Efetuar corte de grama, bem como a poda de árvores e arbustos; Capinagem de áreas verdes com a retirada de todo material para depósito de lixo; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Escolaridade de Ensino Fundamental Completo.

12.9 - São deveres do empregado, além de outras obrigações expressas que lhe sejam impostas por lei ou pelo regulamento do quadro de pessoal:

I - Respeitar o regime de horário de trabalho que lhe for estabelecido bem como o registro de entradas e saídas, horas extras e autorização para tal e ainda proceder a anotação do registro do ponto.

II - Acatar com presteza e boa vontade as ordens que lhe forem dadas pelo Presidente, Coordenador Executivo e demais Chefes.

III - Desempenhar suas atribuições com honestidade, atenção e critério, visando sempre o atendimento dos objetivos do Consórcio Público e cooperando para o perfeito andamento dos serviços.

IV - Comportar-se com ordem, disciplina e urbanidade no trato com os colegas de trabalho e com os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e servidores dos Municípios Consorciados, para que seja mantido o espírito de cordialidade e cooperação indispensável ao desempenho das tarefas.

V - Apresentar-se ao trabalho adequadamente trajado.

VI - Guardar segredo, quando necessário, sobre fatos que lhe chegam ao conhecimento em virtude do seu constante relacionamento com os representantes dos Municípios Consorciados.

VII - Comunicar ao Chefe imediato quaisquer fatos ou informações que possam interessar ao Consórcio Público e ao serviço.

VIII - Oferecer, quando pedidas ou espontaneamente, quaisquer sugestões que possam representar melhoria dos serviços.

IX - Atender, na forma das disposições legais, a prorrogação do horário de trabalho quando exigir o serviço e a juízo do Coordenador Executivo.

X - Devotar-se, inteiramente, aos encargos que lhe forem delegados, não aceitando atribuições estranhas que possam influir na sua produtividade e que provoquem incompatibilidade de horário, sobrepondo os interesses do Consórcio a quaisquer outros de ordem pessoal.

12.10 - Ao empregado é especialmente proibido:

I - Referir-se de modo depreciativo aos superiores ou a seus atos, bem como aos colegas e representantes dos Municípios.

II - Promover, nas dependências do Consórcio, manifestação de apreço ou desapeço a pessoas ou a entidades, propaganda política ou aliciamento partidário.

III - Receber propinas, comissões ou vantagens indevidas de qualquer espécie, em razão do emprego.

IV - Fornecer informações que possam comprometer o Consórcio ou os Municípios consorciados.

V - Executar, durante o expediente, serviços estranhos ao Consórcio, sendo, também, proibido o uso de material do Consórcio para fins particulares.

VI - Retirar-se do trabalho durante as horas de expediente, sem permissão, ou perturbar os colegas de trabalho com conversas estranhas ao serviço.

VII - Utilizar-se de aparelhos, equipamentos e veículos do Consórcio no interesse particular próprio ou de terceiros.

VIII - Ocupar concomitantemente ao emprego do Consórcio qualquer cargo ou emprego remunerado no serviço público, exceto nos casos de acumulação permitida pela Constituição Federal e mediante comprovada compatibilidade de horários.

IX - Prestar serviços particulares aos Municípios consorciados, diretamente ou através de interposta pessoa, mediante o recebimento de remuneração ou vantagem, ou exercer atividades incompatíveis com as atividades do Consórcio Público.

12.10.1 - Pelo exercício irregular de suas atribuições, o empregado está sujeito às sanções disciplinares e outras de caráter trabalhista, bem como à responsabilização civil e criminal.

12.11 - A reparação de eventual prejuízo causado pelo empregado ao Consórcio Público, direta ou indiretamente, é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

12.11.1 - Quando necessário, o Consórcio deve promover ação regressiva contra o empregado.

12.11.2 - As multas de trânsito são de responsabilidade do empregado que estiver utilizando o veículo, podendo ser pagas pelo Consórcio e descontadas da remuneração do empregado em até 03 (três) parcelas, mediante requerimento do interessado.

12.12 - Sem prejuízo das sanções disciplinares, o empregado pode ser responsabilizado por:

I - Sonegação de valores, objetos, aparelhos e equipamentos confiados a sua guarda e responsabilidade;

II - Faltas, danos, avarias e quaisquer prejuízos que venham a sofrer os bens e os materiais sob sua guarda ou sujeitos a sua fiscalização, exame ou conferência;

III - Qualquer prejuízo que causar ao patrimônio ou a quaisquer bens e direitos do Consórcio Público, dos Municípios consorciados ou de terceiros, por culpa, dolo, ignorância, indolência, negligência ou omissão.

12.13 - São penalidades disciplinares:

I - advertência.

II - repreensão.

III - suspensão.

IV - demissão.

12.13.1 -

A pena de advertência será aplicada verbalmente pelo Coordenador Executivo, quando o empregado deixar de cumprir os deveres funcionais.

12.13.2 - A pena de repreensão será aplicada pelo Coordenador Executivo quando o empregado for reincidente na falta de cumprimento de seus deveres, devendo ser escrita e anotada em sua ficha funcional e garantido ao empregado o pleno direito de defesa.

12.13.3 - A pena de suspensão ocorre quando houver dolo, ou culpa na falta de cumprimento dos deveres pelo empregado ou por reincidência na falta de cumprimento de seus deveres pela qual já tenha sido repreendido.

12.13.4 - A pena de suspensão, aplicada pelo Presidente ou pelo Coordenador Executivo, deve ser graduada em períodos de 03 (três), 07 (sete) ou 15 (quinze) dias, conforme a gravidade da infração cometida e dos danos acarretados aos serviços do Consórcio Público.

12.13.5 - A demissão deve ser aplicada nos casos definidos como falta grave.

12.13.6 - Na aplicação das penalidades deve ser considerada a vida funcional do empregado, a natureza e gravidade da falta e os danos que dela decorrerem para o Consórcio ou para terceiros.

12.13.7 - As penalidades de advertência e de repreensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o empregado não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

12.13.8 - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de salário ou remuneração, ficando o empregado obrigado a permanecer em serviço.

12.14 - A autoridade ou chefia que tiver ciência de irregularidade praticada por qualquer empregado do Consórcio é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

12.14.1 - As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

12.14.2 - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

12.15 - Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo.

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão.

III - instauração de processo disciplinar.

12.15.1 - O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade competente.

12.15.2 - Sempre que o ilícito praticado pelo empregado ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 07 (sete) dias, de demissão do emprego efetivo ou destituição do emprego em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

12.16 - Como medida cautelar e a fim de que o empregado não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do emprego, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

12.16.1 - O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

12.17 - O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de empregado por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do emprego em que se encontre investido.

12.17.1 - O processo disciplinar será conduzido por comissão processante especial composta de três empregados, designados pela autoridade competente que indicará, dentre eles, o seu presidente.

12.17.2 - A comissão terá como secretário, empregado designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

12.17.3 - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

12.17.4 - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse do Consórcio.

12.17.5 - O prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

12.17.6 - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

12.17.7 - Será assegurado transporte aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

12.17.8 - As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado, e serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

12.18 - O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão.

II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório.

III - julgamento.

12.19 - O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

12.19.1 - Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa da instrução.

12.19.2 - Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público,

independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

12.19.3 - Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

12.19.4 - É assegurado ao empregado o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

12.19.5 - O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

12.19.6 - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial de perito.

12.19.7 - As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

12.19.8 - Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

12.19.9 - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

12.19.10 - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

12.19.11 - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

12.19.12 - Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado.

12.19.13 - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

12.19.14 - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

12.19.15 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos 01 (um) médico psiquiatra.

12.19.16 - O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição de laudo pericial.

12.20 - Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do empregado, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

12.20.1 - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na secretaria do Consórcio.

12.20.2 - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte dias).

12.20.3 - No caso de recusa do indiciado em exarar o ciente na cópia do mandado, a recusa não lhe aproveitará, e o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que procedeu ao ato de citação.

12.20.4 - O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

12.20.5 - Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

12.20.6 - Na hipótese do item anterior, o prazo para defesa será de dez dias, contados do dia útil seguinte a publicação do edital.

12.20.7 - Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

12.20.8 - A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo.

12.21 - Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

12.21.1 - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do empregado.

12.21.2 - Reconhecida a responsabilidade do empregado, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

12.21.3 - O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

12.22 - No prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

12.22.1 - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

12.22.2 - Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

12.22.3 - Reconhecida pela comissão a inocência do empregado, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

12.22.4 - Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando transladado na repartição.

12.23 - O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

12.23.1 - Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o empregado de responsabilidade.

12.23.2 - Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no

mesmo ato, o saneamento do processo, com o refazimento dos atos anulados, suprimindo as irregularidades.

12.23.3 - O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

12.23.4 - A autoridade julgadora que der causa à prescrição, será responsabilizada na forma deste regulamento.

12.23.5 - Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do empregado.

12.24 - O empregado que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

12.25 - O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

12.25.1 - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do empregado, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

12.25.2 - No caso de incapacidade mental do empregado, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

12.25.3 - No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

12.25.4 - A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

12.25.5 - O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Presidente do Consórcio que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido a autoridade competente para providenciar a constituição de nova comissão processante, na forma deste regulamento.

12.25.6 - A revisão correrá em apenso ao processo originário.

12.25.7 - Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

12.25.8 - A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

12.25.9 - Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

12.26 - O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

12.26.1 - O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

12.26.2 - Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do empregado, exceto em relação à destituição do emprego em comissão, que será convertida em exoneração.

12.26.3 - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

13.1 - Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade de quem lhe deu causa, todas as contratações do Consórcio Público observarão ao disposto na legislação de licitações e contratos administrativos.

13.1.1 - O Consórcio Público poderá realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela Administração direta ou indireta dos Entes da Federação consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993.

13.1.2 - O Consórcio Público poderá manter sistema de registro de preços, observado o disposto no item anterior.

13.2 - Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

13.3 - Acaso o Consórcio Público não possua empregados públicos permanentes para integrarem a Comissão de Licitações, esta poderá funcionar com a designação de servidores efetivos de qualquer um dos Entes consorciados.

13.4 - Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

13.5 - Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo Consórcio.

13.6 - O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, por maioria de dois terços de seus membros, poderá determinar que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PATRIMÔNIO

14.1 - O patrimônio do Consórcio será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidas por entidades públicas ou privadas.

14.2 - A Alienação dos Bens Imóveis que integram o patrimônio do Consórcio será submetida à apreciação da Assembléia Geral, que a aprovará pelo voto de 2/3 (dois terços) dos prefeitos dos municípios consorciados presentes na Assembléia Geral convocada para este fim.

14.2.1 - A Alienação de Bens Móveis dependerão unicamente de aprovação do Coordenador Executivo, quando inservíveis para os fins do Consórcio público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

15.1 - A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

15.2 - Constituem recursos financeiros do Consórcio:

I - as contribuições mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembléia Geral, expressas em "Contrato de Rateio", de acordo com a Lei;

II - a remuneração de outros serviços prestados pelo Consórcio

aos consorciados ou para terceiros;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV - os saldos do exercício, quando vinculados a investimentos previstos no Plano Plurianual de Trabalho;

V - as doações e legados;

VI - o produto de alienação de seus bens livres;

VII - o produto de operações de crédito;

VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX - os créditos e ações;

X - as transferências voluntárias decorrentes de convênios, ajustes, termos de cooperação ou programas.

15.2.1 - O produto da arrecadação do imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Consórcio Público, será repassado aos Entes consorciados na proporção de sua participação para manutenção do CIAPS, podendo haver compensação contábil com as obrigações estabelecidas no contrato de rateio.

15.3 - Os Entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

I - para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste Contrato, devidamente especificados;

II - quando tenham contratado o Consórcio para a prestação de serviços na forma deste Contrato;

III - na forma do respectivo contrato de rateio.

15.3.1 - Os Entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

15.4 - O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os Entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

15.5 - No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

15.5.1 - Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I - o investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II - a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

15.5.2 - Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no

sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores - internet.

15.6 - Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o Consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

15.7 - Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por Entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras ou programas e/ou prestar serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA REPRESENTAÇÃO DOS ENTES CONSORCIADOS

16.1 - Em assuntos de interesse comum dos Municípios ou de maior repercussão para as atividades do Consórcio Público, a Diretoria fica autorizada a representar os Entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo, inclusive com o objetivo de celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, receber transferências e/ou aplicar recursos, efetuar Prestação de Contas, e defender as causas municipais e/ou regionais.

16.2 - A Diretoria deverá relatar em Assembleia Geral todas as ações e providências adotadas com base na autorização de que trata o item anterior, evitando interferência injustificada ou prejudicial aos interesses de Municípios consorciados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA SAÍDA DO CONSÓRCIO

17.1 - A retirada de membro do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral, e somente se concretizará após a apresentação de lei local específica que autorize ou ratifique o ato de saída.

17.2 - A saída não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio.

17.2.1 - Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão de 2/3 (dois terços) dos Entes federativos consorciados do Consórcio, manifestada em Assembleia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

II - reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Contrato de Consórcio Público ou pela Assembleia Geral do Consórcio.

17.2.2 - A saída do Ente Federado detentor de condição essencial ou em cujo território o Consórcio Público tenha instalações e/ou serviços implantados não poderá impedir ou inviabilizar a continuidade de atuação do CIAPS, nem prejudicar os demais Municípios consorciados.

17.3 - São hipóteses de exclusão de Ente consorciado, observada, necessariamente, a legislação respectiva:

I - a não inclusão, pelo Ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio ou deliberação da Assembleia Geral;

II - a subscrição de protocolo de intenções para constituição de

outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia Geral, semelhantes ou incompatíveis;

III - a existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

17.3.1 - A exclusão prevista no inciso I do item 17.3 somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o Ente consorciado poderá se reabilitar.

17.3.2 - Os estatutos poderão prever outras hipóteses de exclusão.

17.4 - Os estatutos estabelecerão o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

17.4.1 - A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembleia Geral, exigido o mínimo de metade mais um dos votos.

17.4.2 - Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto na legislação própria.

17.4.3 - Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, e será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

18.1 - Os Municípios consorciados autorizam a gestão associada dos serviços públicos de saúde na forma deste protocolo de intenções, os quais serão prestados conforme o contrato de programa.

18.2 - Para a consecução da gestão associada, os Municípios consorciados podem transferir ao Consórcio o exercício das competências de planejamento, de gestão e/ou de execução dos serviços públicos.

18.2.1 - As competências cujo exercício poderá se transferir, incluem, dentre outras atividades:

I - a elaboração, a avaliação, a auditoria e o monitoramento de planos de trabalho, bem como de programas e seus respectivos orçamentos e especificações;

II - a elaboração de planos de investimentos para a expansão, a manutenção e a modernização dos sistemas e serviços em saúde;

III - a elaboração de planos de redução dos custos dos serviços em saúde;

IV - o acompanhamento e a avaliação das condições de prestação dos serviços em saúde;

V - o apoio à prestação dos serviços em saúde, destacando-se:
a) a aquisição, a guarda e a distribuição de materiais e medicamentos para a manutenção, a reposição, a expansão e a operação dos sistemas;
b) a manutenção de média e alta complexidade;
c) o controle de qualidade e monitoramento;
d) demais serviços de cunho administrativo e financeiro que se fizerem necessários.

18.3 - Fica o Consórcio autorizado a receber a transferência do exercício de outras competências referentes ao planejamento, a gestão e a execução de serviços públicos.

18.4 - O Consórcio Público poderá conceder, permitir ou autorizar a particular a prestação dos serviços públicos objeto da gestão associada, seja em nome próprio, seja em nome de Entes consorciados, ficando também permitido estabelecer termo de parceria ou contrato de gestão que tenha por objeto quaisquer dos serviços sob regime de gestão associada.

18.5 - Os estatutos preverão normas complementares para o procedimento administrativo do Consórcio que tenha por objeto a elaboração de planos ou regulamentos de serviços públicos, bem como a atividade de fiscalização e exercício do poder disciplinar, hierárquico e de polícia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO CONTRATO DE PROGRAMA

19.1 - Ao Consórcio somente é permitido firmar contrato de programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado subrogar ou transferir direitos ou obrigações.

19.1.1 - O Consórcio também poderá celebrar contrato de programa com as Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração indireta dos Entes consorciados.

19.1.2 - O disposto no item 19.1 desta cláusula não prejudica que, nos contratos de programa celebrados pelo Consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

19.2 - São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo Consórcio Público, observando-se necessariamente a legislação correspondente, as que estabeleçam:

I - o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II - o modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III - os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;

IV - procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares, especialmente no que se refere aos subsídios cruzados;

V - os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

VI - os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização dos serviços;

VII - a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

VIII - as penalidades e sua forma de aplicação;

IX - os casos de extinção;

X - os bens reversíveis;

XI - os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;

XII - a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio ao titular dos serviços;

XIII - a periodicidade em que o Consórcio deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XIV - o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

19.2.1 - No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas emergentes da prestação dos serviços.

19.2.2 - Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do Município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio pelo período em que vigor o contrato de programa.

19.2.3 - Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

19.2.4 - Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

19.2.5 - A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio, por razões de economia de escala ou de escopo.

19.2.6 - O contrato de programa continuará vigente nos casos de:

I - o titular se retirar do Consórcio ou da gestão associada;

II - extinção do consórcio.

19.2.7 - Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimento previstos na legislação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

20.1 - A extinção de contrato de consórcio público dependerá de

instrumento aprovado pela Assembléia Geral, autorizado ou ratificado mediante lei por todos os Entes consorciados.

20.1.1 - Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, sendo que os demais bens, mediante deliberação da Assembléia Geral, serão alienados, se possível, e seus produtos rateados em cotas partes iguais aos consorciados.

20.1.2 - Até que haja decisão que indique os responsáveis para cada obrigação, os Entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos Entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

20.1.3 - Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

20.2 - A alteração do contrato de consórcio público observará o procedimento estabelecido neste Protocolo de Intenções, no estatuto e na legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 - O Consórcio será regido pelo disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, por seu regulamento, por este Protocolo de Intenções e pelas leis de ratificações, as quais se aplicam somente aos Entes federativos que as emanaram.

21.1.1 - Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos do CIAPS, observando-se que:

I - O Diário Oficial dos Municípios substitui a publicação impressa e será veiculado gratuitamente no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br;

II - A publicação atenderá os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil;

III - Os prazos, para todos os efeitos, serão contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios.

IV - Serão publicados no Diário Oficial dos Municípios todos os atos administrativos editados a partir da adaptação do Consórcio aos ditames da Lei nº 11.197/05;

V - A Diretoria observará a necessidade de publicação também por outros meios, quando necessário para atendimento de disposição específica de lei.

21.2 - A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, com os seguintes princípios:

I - respeito à autonomia dos Entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do consórcio depende apenas da vontade de cada Ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II - solidariedade, em razão da qual os Entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do consórcio;

III - eletividade de todos os órgãos dirigentes do consórcio;

IV - transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder

Executivo ou Legislativo de Ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do consórcio;

V - eficiência, o que exigirá que todas as decisões do consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

21.3 - O exercício fiscal coincidirá com o ano civil para efeitos de atendimento às normas de contabilização do Consórcio.

21.3.1 - O Consórcio Público adotará a contabilidade pública, bem como executará a Prestação de Contas legalmente exigível.

21.4 - O protocolo de intenções deverá ser publicado na imprensa oficial.

21.4.1 - A publicação do protocolo de intenções poderá dar-se de forma resumida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores - internet, em que se poderá obter seu texto integral.

21.5 - A Diretoria, mediante aplicação de índices oficiais, poderá corrigir monetariamente os valores previstos neste Protocolo de Intenções.

21.6 - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral, observando-se os princípios da legislação aplicável aos consórcios públicos e a Administração Pública em geral.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1 - Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que originar, fica eleito o foro da Comarca de Ascurra, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Ascurra, aos 09 de julho de 2014.

Nicanor Morro	Moacir Polidoro
Município de Apiúna	Município de Ascurra

Paulo Roberto Weiss	Luiz Cláudio Kades
Município de Rodeio	OAB/SC 17.692
	Assessor Jurídico da AMMVI

ANEXO 1 - dos empregos públicos DE CONFIANÇA

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
1	Coordenador Executivo	40 hs	R\$ 4.000,00

ANEXO 2 - dos empregos públicos PERMANENTES

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
01	Médico	10 horas	R\$ 4.000,00
01	Enfermeiro	40 horas	R\$ 3.017,71
01	Assistente Social	30 horas	R\$ 2.753,81
01	Psicólogo	40 horas	R\$ 2.753,81
01	Técnico em Enfermagem	40 horas	R\$ 1.406,20
01	Auxiliar Administrativo	40 horas	R\$ 1.523,38
01	Motorista	40 horas	R\$ 1.113,00
01	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	R\$ 820,29

Lei Nº 1373, de 01/09/2014 - Dispõe Sobre A Abertura de Crédito Suplementar por Anulação de Dotação

LEI Nº 1373, de 01 de setembro de 2014.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Anulação de Dotação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1342, de 09 de dezembro de 2013.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2014, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 498.000,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
03.001.0004.0121.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0004.0121.0100.2002	MAN. ATIV. ADMINISTR. FINANCEIRA E ORCAMENTARIA
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (90.000,00)
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.001	SECRETARIA DE EDUCACAO
04.001.0012	EDUCACAO
04.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
04.001.0012.0361.0040	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
04.001.0012.0361.0040.2009	MAN. ENSINO FUNDAMENTAL E VAL. DO MAGISTERIO
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (58.000,00)
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.001	SECRETARIA DE EDUCACAO
04.001.0012	EDUCACAO
04.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
04.001.0012.0361.0040	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
04.001.0012.0361.0040.2009	MAN. ENSINO FUNDAMENTAL E VAL. DO MAGISTERIO
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (30.000,00)
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.001	SECRETARIA DE EDUCACAO
04.001.0012	EDUCACAO
04.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
04.001.0012.0361.0040	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

04.001.0012.0361.0040.2011	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR (NUCLEACAO)
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (9.000,00)
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.001	SECRETARIA DE EDUCACAO
04.001.0012	EDUCACAO
04.001.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
04.001.0012.0365.0040	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
04.001.0012.0365.0040.2013	MANUTENCAO DO ENSINO INFANTIL
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00011800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)
	Valor: (205.000,00)
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.001	SECRETARIA DE EDUCACAO
04.001.0012	EDUCACAO
04.001.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
04.001.0012.0365.0040	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
04.001.0012.0365.0040.2013	MANUTENCAO DO ENSINO INFANTIL
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (48.000,00)
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.002	ESPORTE E CULTURA
04.002.0013	CULTURA
04.002.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
04.002.0013.0392.0060	APOIO AO ESPORTE E CULTURA
04.002.0013.0392.0060.2022	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (30.000,00)
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.002	ESPORTE E CULTURA
04.002.0027	DESPORTO E LAZER
04.002.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
04.002.0027.0812.0060	APOIO AO ESPORTE E CULTURA
04.002.0027.0812.0060.2008	MANUTENCAO ATIVIDADES ESPORTIVAS
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (28.000,00)

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO

03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0002	JUDICIARIA
03.001.0002.0061	ACAO JUDICIARIA
03.001.0002.0061.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0002.0061.0100.0006	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (500,00)
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0002	JUDICIARIA
03.001.0002.0061	ACAO JUDICIARIA
03.001.0002.0061.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0002.0061.0100.0006	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (500,00)
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
03.001.0004.0121.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0004.0121.0100.0003	MANUTENCAO ENCARGOS INATIVOS E PENSIONISTAS
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (2.000,00)
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.002	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
03.002.0016	HABITACAO
03.002.0016.0482	HABITACAO URBANA
03.002.0016.0482.0115	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
03.002.0016.0482.0115.2064	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (1.000,00)
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.001	SECRETARIA DE EDUCACAO
04.001.0012	EDUCACAO
04.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
04.001.0012.0361.0040	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
04.001.0012.0361.0040.0005	ENCARGOS INATIVOS E PENSIONISTAS
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (2.000,00)
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA

04.001	SECRETARIA DE EDUCACAO
04.001.0012	EDUCACAO
04.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
04.001.0012.0361.0040	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
04.001.0012.0361.0040.2009	MAN. ENSINO FUNDAMENTAL E VAL. DO MAGISTERIO
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00011800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)
	Valor: (205.000,00)
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.001	SECRETARIA DE EDUCACAO
04.001.0012	EDUCACAO
04.001.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
04.001.0012.0365.0040	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
04.001.0012.0365.0040.2013	MANUTENCAO DO ENSINO INFANTIL
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (145.000,00)
06	SECRETARIA DE AGRICULTURA,ABAST.E MEIO AMBIENTE
06.001	SECRETARIA DE AGRICULTURA,ABAST.E MEIO AMBIENTE
06.001.0020	AGRICULTURA
06.001.0020.0606	EXTENSAO RURAL
06.001.0020.0606.0090	AGRICULTURA ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE
06.001.0020.0606.0090.1015	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (5.000,00)
06	SECRETARIA DE AGRICULTURA,ABAST.E MEIO AMBIENTE
06.001	SECRETARIA DE AGRICULTURA,ABAST.E MEIO AMBIENTE
06.001.0020	AGRICULTURA
06.001.0020.0606	EXTENSAO RURAL
06.001.0020.0606.0090	AGRICULTURA ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE
06.001.0020.0606.0090.2015	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES AGRICOLAS
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (8.000,00)
07	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001.0015	URBANISMO
07.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
07.001.0015.0452.0030	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL
07.001.0015.0452.0030.2016	MANUT. DEPTO. DE OBRAS E ESTRADAS DE RODAGEM

3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (54.000,00)
07	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
07.001.0015	URBANISMO
07.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
07.001.0015.0452.0030	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL
07.001.0015.0452.0030.2016	MANUT. DEPTO. DE OBRAS E ESTRADAS DE RODAGEM
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (10.000,00)
09	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
09.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
09.001.0008.0244.0080	ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO
09.001.0008.0244.0080.2019	MANUTENCAO GERAL DA ASSISTENCIA SOCIAL
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (40.000,00)
10	SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLV. ECON. E TURISMO
10.001	SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLV. ECON. E TURISMO
10.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
10.001.0023.0691	PROMOCAO COMERCIAL
10.001.0023.0691.0025	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISTICO
10.001.0023.0691.0025.2017	MANUT. ATIVIDADES DESENV. ECONO- MICO E TURISMO
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (25.000,00)

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,
Município de Ascurra em, 01 de setembro de 2014.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Barra Velha

PREFEITURA

PP 021/2014 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 026/2014 - FMS - Pregão Presencial nº 021/2014-FMS

ALTERAÇÃO DATA DE ABERTURA

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço Global, para Contratação de empresa especializada na elaboração de projetos, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 09/09/2014 às 09:45 horas. Data da Sessão Pública: 09/09/2014 às 10:00 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 14 de agosto de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS
Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

Extrato Aditivo N 11A/2013

Extrato de Termo Aditivo Nº 011a/2013 - PREF

Terceiro Termo Aditivo Ao Contrato Nº 024/2011, firmado entre o Município de Bela Vista do Toldo e a empresa Engepav Engenharia e Pavimentações Ltda.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC, CNPJ sob o nº 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, nº 839, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Engepav Engenharia, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.300.875/0001-62, com sede na Rua Ademar Ohf, 35, bairro Progresso no município de Rio do Sul/SC. Objeto do contrato: Pavimentação Asfáltica da Rua Francisco Karvat Sobrinho - Trecho A.

Prorrogação do prazo contratual, que passa a vigorar até a data de 31/12/2014.

Data da assinatura: 01.09.2013
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Portaria SMS Nº. 04/2014

PORTARIA SMS nº. 04/2014

ALTERA O ART. 2º E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA PORTARIA 08/2013, QUE INSTITUIU O NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Leandro Adriano de Barros, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 116, incisos I e V, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, e

RESOLVE:

Art. 1º. Fica alterado o Art. 2º, da Portaria 08/2013, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º O Núcleo de Educação Permanente será constituído pelos seguintes servidores da Secretaria Municipal de Saúde:

I - Mariana Ester Borges Costa, enfermeira, matrícula 7611;

II - Juliano Manoel Coelho, médico, matrícula 8402;

III - Iraci Anita Rocha, médica, matrícula, 8089;

IV - Francielly Márcia Souza de Andrade, enfermeira, matrícula 10864;

V - Aline Piacessi Arceno, enfermeira, matrícula 8027;

VI - Silvana Cesconetto da Silva Garcia, assistente social, matrícula 10139;

VII - Rita de Cássia da Luz Veríssimo, farmacêutica, matrícula 10958;

VIII - Patrícia Moreira Hoffmann Martins, gerente de ambulatório, matrícula 7730.

§1º - A coordenação do Núcleo de Educação Permanente é de responsabilidade da servidora Mariana Ester Borges Costa.

§2º - Fica autorizado ao Núcleo de Educação Permanente da SMS de Biguaçu atuar em conjunto com o Instituto de Saúde e Educação Vida - ISEV, prestador de serviço no município, objetivando o cumprimento da finalidade precípua, que é estabelecer diretrizes e estratégias para implementação da Política de Educação Permanente em Saúde no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Biguaçu.

§3º - O Instituto de Saúde e Educação Vida - ISEV, poderá indicar até 03 (três) profissionais que necessariamente tenha vinculação direta com o serviço prestado no Município de Biguaçu, para integrar ao NEP.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de julho de 2014.

Biguaçu, 18 de agosto de 2014.

Leandro Adriano de Barros

Secretário da Saúde do Município de Biguaçu

Portaria Nº 2072/2014

PORTARIA nº 2072 de 02 de setembro de 2014
ERRATA:

Na portaria 937/2006, de prorrogação da Servidora Meirene Maria de Campos, ocorreu um equívoco quanto a data.

Portaria 937 de 03 de agosto de 2006:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação mediante Contrato Temporário, do (a) funcionário (a), MEIRENE MARIA DE CAMPOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR com regência 40 horas, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, com filiação ao INSS, na forma da EC nº 20, a partir de até.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação mediante Contrato Temporário, do (a) funcionário (a), MEIRENE MARIA DE CAMPOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR com regência 40 horas, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, com filiação ao INSS, na forma da EC nº 20, a partir de 01/08/2006 até 07/02/2007.

Biguaçu, 08 de agosto de 2014.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Bom Retiro**PREFEITURA****Primeiro TA Contrato 41 E 50/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 41/2014 (FMS)
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMS)
Contratada: Andrômeda Distribuidora De Medicamento Ltda.

Objeto: Aquisição de Diversos Medicamentos - padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado, saúde mental e atendimentos de urgência e emergência. Fica alterada a Clausula Terceira (Do Preço), reajustando o valor do item 57, passando o valor Unitário do item de R\$ 0,1470 para R\$ 0,1745. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 50/2014 (FMS)
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMS)
Contratada: Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda. - EPP
Objeto: Aquisição de Diversos Medicamentos - padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado, saúde mental e atendimentos de urgência e emergência. Fica alterada a Clausula Terceira (Do Preço), reajustando o valor do item 178, passando o valor Unitário do item de R\$ 0,04 para R\$ 0,05. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 02 de setembro de 2014.
Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Extrato de Contrato 59/2014

EXTRATO DE CONTRATO 59/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: V.F VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA EPP

CNPJ 05.830.622/0001-60, sito a Rua Amazonas, nº 737,

Cidade de Blumenau - SC

Objeto: Serviço de Segurança e Vigilância

Valor: R\$ 1.676,40 (mil seiscentos e setenta e seis e quarenta)

Data da assinatura: 12.08.2014

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços Nº 42/2013 Pmbt
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 1/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
1	Abacaxi, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, frutas limpas. (8633)	PC	NELSON KNAUL ME (6852)	PÉROLA	0	3,6405	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	3,6408	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,0531	3		
2	Abacate, tamanho médio, sem machucados, bom grau de amadurecimento. (12316)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	MANTEIGA	0	4,6613	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	4,6620	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	5,1895	3		
3	ALHO grão, sem machucados e brotamentos. Não devem estar murchos (8161)	CB	NELSON KNAUL ME (6852)	ROXO	0	1,7323	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,7326	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,9286	3		
4	BANANA COMUM, unidades de tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8148)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	CATURRA	0	1,3725	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,3727	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,5280	3		
5	Banana Branca. Tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8635)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PRATA	0	2,1591	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 2/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,1594	2		
			COOP. REG.AGROP ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,4037	3		
6	BATATA INGLESA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8153)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	MONALIZA	0	1,8997	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,9000	2		
			COOP. REG.AGROP ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,1149	3		
7	BATATA DOCE ROXA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8152)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	ROXA	0	2,7198	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,7202	2		
			COOP. REG.AGROP ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,0280	3		
8	BETERRABA, unidades de tamanho médio, sem rachaduras ou perfurações, casca lisa e limpa. (8159)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	HIBRIDA	0	2,0252	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,0255	2		
			COOP. REG.AGROP ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,2547	3		
9	Brócolies, unidades frescas e limpas, com cor característica. (9623)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	CHINES	0	1,8327	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,8330	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 3/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014							
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	CEBOLA, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações. (8157)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,0404	3
			NELSON KNAUL ME (6852)	NACIONAL	0	1,4227	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,4229	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,5839	3
11	Cenoura. Tamanho médio, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8636)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	MINEIRA	0	1,7825	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,7828	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,9845	3
12	Couve flor. Unidades limpas e frescas, sem manchas, com característica (8721)	PC	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	2,1005	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,1008	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,3385	3
13	Chuchu. unidades limpas e frescas, sem brotamento e não devem ser murchos. (8637)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	1,8495	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,8497	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,0590	3
14	Feijão preto. embalagens limpas, de bom cozimento. (8638)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PRETO	0	4,2931	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 4/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	4,2938	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,7795	3		
15	Feijão vermelho. Embalagem limpa, de bom cozimento. (8639)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	VERMELHO	0	5,5819	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	5,5827	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	6,2143	3		
16	Laranja pera. Tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (8640)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PÉRA	0	1,3641	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,3643	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,5186	3		
17	Laranja lima. Tamanho médio, frutas firmes, maduras e limpas, sem machucados. (8641)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	LIMA	0	2,1591	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,1594	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,4037	3		
18	Maca gala. Tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucados. (8642)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	GALA / FUGI	0	4,1341	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	4,1347	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 5/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,6025	3		
19	Mamão formosa, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados. (12317)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	FORMOSA	0	2,6445	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,6449	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,9441	3		
20	Mamão papaia, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados. (12318)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	HAVAI	0	3,4060	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	3,4065	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,7920	3		
21	Caqui Café tamanho médio, frutas firmes, limpas, sem machucados. (12319)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	CAFÉ / FUGI	0	4,1843	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	4,1849	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,6584	3		
22	Maça Argentina, tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucado. (12320)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	ARGENTINA	0	5,8079	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	5,8087	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	6,4659	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 6/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
23	Manga, Unidades integras, frescas e limpas, sem machucados e grau de amadurecimento médio. (8643)	PC	NELSON KNAUL ME (6852)	TONID	0	2,9290	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,9295	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,2609	3		
24	Melância, unidades integras, frescas e limpas, bom grau de amadurecimento. (8644)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	HIBRIDA	0	1,1632	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,1634	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,2950	3		
25	Maracujá, Unidades frescas e limpas, cor característica, não podem ser murchas. (8645)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	AZEDO	0	8,7285	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	8,7298	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	9,7175	3		
26	PEPINO SALADA, unidades integras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8165)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	CAPIRA	0	2,1424	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,1427	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,3851	3		
27	Pimentão verde, tamanho médio, frescos e limpos, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e cortes. (12321)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	4,1090	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 7/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
28	Vagem. unidades frescas e limpas, característica, não podem ser murchas. (8646)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	4,1096	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,5746	3		
			NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	5,3727	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	5,3735	2		
29	TOMATE, grau médio de amadurecimento, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações, (8155)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	5,9814	3		
			NELSON KNAUL ME (6852)	LONGA VIDA	0	3,7073	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	3,7079	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,1274	3		
30	Salsa, maço de 200 gramas, fresca, não podem estar murchas. (9625)	MÇ	NELSON KNAUL ME (6852)	TEMPERO VE	0	2,2261	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,2264	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,4783	3		
			NELSON KNAUL ME (6852)	TEMPERO VE	0	1,1465	1		
31	Cebolinha, maço de 200 gramas, fresca, não podem ser murchas. (8648)	MÇ	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,1467	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 8/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,2764	3		
32	REPOLHO, apresentando tamanho médio, cor e com formação uniforme, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos, fresco e limpo. (8154)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	1,3641	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,3643	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,5186	3		
33	Carne ave coxa com sobre coxa de Frango. Embalagem plástica de 1 Kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante e validade. (8649)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Agroveneto	0	4,5064	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LAR	0	4,5305	2		
34	Carne bovina de 1ª, frescas e congelada. Isenta de cartilagens, osso e com máximo 5% de gordura. Embalagem plástica de 1 Kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto tipo de carne, corte, peso, prazo de validade e selo de inspeção. Quando a carne for fracionada, o rótulo deverá ser reproduzido e fixadas nas embalagens de todas as peças. (12322)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Verdi	0	13,4046	1		
35	Carne Bovina coxão mole, frescas e congelada. Isenta de cartilagens, osso e com no máximo 5% de gordura. Embalagem plástica de 1Kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto tipo de carne, corte, peso, prazo de validade e selo de inspeção. Quando a carne for fracionada, o rótulo deverá ser reproduzido e fixadas nas embalagens de todas as peças. (12323)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Verdi	0	13,5359	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SCOZ	0	13,4763	2		
36	Carne ave peito de frango com osso, congelado, sem acúmulo de líquido em seu interior, embalagem de 1 ou 2 kg, com identificação do produto e o peso. (8653)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Macedo	0	7,1250	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 9/21

Número do Registro de Preços: 42/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LAR	0	7,1631	2
37	Queijo tipo mussarela, isento de bolor e mau aspecto de conservação. Embalagem contendo marca, data de fabricação. (12324)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Taio	0	17,2544	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	TAIO	0	17,3467	2
38	Salsicha. Embalagem plástica, congelada, rótulo com ingredientes, com identificação do produto, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8655)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Peccin	0	6,5012	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	FRIMESA	0	6,5360	2
39	Ovos de galinha. Grandes, inteiros, sem rachadura e limpos. (8656)	DZ	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	União	0	3,4476	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CENTENARIO	0	3,4660	2
40	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8187)	L	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	aurora	0	2,0604	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LACTOPLASA	0	2,0714	2
41	Leite baixa lactose. Embalagem tetra park de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. (8657)	L	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tirol	0	3,4312	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PIRACANJUB,	0	3,4495	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 10/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
42	Bebida Láctea com polpa de fruta. Sabores variados, embalagem de 1 litro, rótulo de identificação, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 1 mes a contar da data de entrega. (8658)	L	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Daninha	0	2,7006	1		
43	Alpim, sem casca e congelado, pacote de 1Kg, validade 12 meses, contendo na embalagem informações nutricionais. (12325)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BONACOLSI	0	2,7151	2		
44	Mortadela sem gordura. Embalagem plástica, rótulo com ingredientes, com identificação do produto, fabricante, data da fabricação e validade, validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8659)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Vo lica	0	3,2588	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SANTA RITA	0	3,2762	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	aurora	0	5,5982	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AURORA	0	5,6282	2		
45	Creme de leite, tipo nata, pote de 300 gr, fresco. (8660)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tirol	0	3,0782	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PIÁ	0	3,0947	2		
46	Requeijão cremoso, o produto deve apresentar consistência cremosa, textura uniforme, coloração embranquecida, odor suave e sabor característica. Deverá ser conservado sob refrigeração (máxima 10° C). Validade mínima de 2 meses. Embalagem primária em copo plástico próprio, resistente, atóxica, com peso líquido de 220g. (12326)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tirol	0	3,3819	1		
47	Arroz branco, tipo uma embalagem contendo 1 kg, com identificação do produto, marca dc fabricante, prazo de validade e peso líquido. (9626)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ALFINETE	0	2,4112	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 11/21

Número do Registro de Preços: 42/2013			Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
48	Achocolatado em pó. Lata de 400 gr. não amassadas, sem ferrugem, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8661)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chines	0	2,4580	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	4,8099	1
49	Amido de Milho. Caixa de 500 gr. com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8706)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nescau	0	4,8939	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MAISCERTA	0	2,7969	1
50	Açúcar refinado. Pacote de 5 kg. com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8704)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Maiscerta	0	2,8457	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DOCESUCAR	0	7,9987	1
51	Açúcar de baunilha de 40 gr. (8705)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Caravelas	0	8,1385	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,4786	1
52	Arroz parbolizado, pct de 5 kg. com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8707)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,5044	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ALFINETE	0	8,7826	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Do Vale	0	8,9360	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 12/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	Água mineral sem gás, bombonas de 20 litros, com validade mínima de 2 meses e data de ênfase não superior a 30 dias. (9627)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SANTA RITA	0	6,7962	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	H leve	0	6,9150	2
54	Biscoito salgado, água e sal, tipo craker, sem gordura trans, pacotes com 800 gr, prazo de validade de no mínimo 12 meses, c/ data de fabricação não superior a 30 dias. (9628)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	5,4869	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninfa	0	5,5827	2
55	Bolacha Maria, pacotes com 800 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9629)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	6,7606	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninfa	0	6,8787	2
56	Bolacha de leite, pacote com 800 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9631)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	6,6092	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninfa	0	6,7246	2
57	Biscoito tipo cream cracker integral, salgada, integral, tipo água e sal. Sem gordura trans. Pacotes com 3 embalagens, embalagem de polipropileno, resistente, atóxica, lacreada, contendo 400 gramas. Validade mínima de 8 meses após a data de fabricação. (12332)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	4,2042	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninfa	0	4,2777	2
58	Cereal infantil, pct de 230 gr, sabores variados, embalagem com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9634)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SUPERBOM	0	5,5136	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 13/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Mucilon	0	5,6099	2		
59	Café solúvel granulado, embalagem com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. Embalagem 200 g. (9635)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PELÉ	0	9,3170	1		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nescafe	0	9,4798	2		
60	Café torrado e moído, caixa com 500 gr, embalado a vácuo, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9636)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	OURO	0	6,9477	1		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Melitta	0	7,0690	2		
61	Caldo de galinha, caixa com 06 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9637)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	KNOR	0	1,3806	1		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Knorr	0	1,4047	2		
62	Caldo de bacon, caixa com 06 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9638)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	KNOR	0	1,4073	1		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Knorr	0	1,4319	2		
63	Colorífico, ptd com 100 gr. (9639)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,1936	1		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,2144	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 14/21

Número do Registro de Preços: 42/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	Canela em pó, peso líquido 30 gramas. Validade m'nima no ato da entrega de 3 meses. (12327)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,9062	1
65	Cereal matinal de milho sem açúcar, pacote contendo 200 gramas, contendo no pacote informações nutricionais e data de validade. (12328)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,9395	2
66	Envinha lata de 200 gr. não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9641)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SUPERBOM	0	4,8901	1
67	Extrato de tomate, concentrado. Lata de 840 gr. não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9642)	LT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Mudillon	0	4,9755	2
68	Extrato de tomate, concentrado. Lata de 840 gr. não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9643)	LT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	Stella Dor	0	1,5944	1
69	Farinha de trigo especial. Embalagem de 5 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9644)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Golas Verde	0	1,6223	2
70	Farinha de trigo especial. Embalagem de 5 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9645)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DAJUDA	0	5,5047	1
71	Farinha de mandioca. Embalagem de 1 Kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9646)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	D'ajuda	0	5,6008	2
72	Farinha de mandioca. Embalagem de 1 Kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9647)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PANFACIL	0	10,2612	1
73	Farinha de milho. Embalagem de 5 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9648)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	nordeste	0	10,4404	2
74	Farinha de milho. Embalagem de 5 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9649)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GARCIA	0	3,5184	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 15/21

Número do Registro de Preços: 42/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
70	Fermento biológico instantâneo seco, embalado a vácuo, tipo soft instant ou similar. Pacote com 500 gramas, validade de no mínimo 45 dias e data de embarlamento não superior a 15 dias. (9645)		COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	santa Rita	0	9,0175	2
		UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	FLEISCHMANI	0	10,6531	1
71	Feijão preto, pacote de 1 kg, tipo 1, novo de 1º qualidade, em embalagem plástica transparente. Sem presença de grãos mofados, carunchados, torrados e sem sujidades. (12329)		COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	fleischmann	0	10,8392	2
		PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CALDAO	0	4,3289	1
72	Feijão vermelho, pacote de 1 kg, tipo 1, novo de 1º qualidade, em embalagem plástica transparente. Sem presença de grãos mofados, carunchados, torrados e sem sujidades. (12330)		COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Cravil	0	4,4046	2
		PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CALDAO	0	6,2084	1
73	Fermento em pó químico, para bolo, lata de 250 gr., validade de no mínimo 12 meses e com data de embarlamento não superior a 30 dias. (9646)		COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Jureia	0	6,3168	2
		PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ROYAL	0	4,8901	1
74	Fubá de milho pré-cozida. Embalagem de 500 gr. com identificação do produto, data de fabricação e validade. Validade mínima de três meses a contar da data de entrega. (9647)		COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Royal	0	4,9755	2
		PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SINHA	0	1,7636	1
75	Folha de louro, pct de 05 gr. (9648)		COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Polentina	0	1,7944	2
		PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,0243	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 16/21

Número do Registro de Preços: 42/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,0422	2
76	Lentilha, embalada em pacotes de 500 gramas. Validade mínima 6 meses e c/ data de embarlamento não superior a 30 dias. (9649)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	YOKI	0	4,5071	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	jureia	0	4,5858	2
77	Leite de cabra em Pó Integral. . Lata de 400 gramas, com tampa que e fecha fácil. Validade mínima de 1 ano. (12331)	LT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CAPRILAT	0	19,2397	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Caprilat	0	19,5758	2
78	Milho lata de 200 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9651)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	STELLA DOR	0	1,6122	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	goias Verde	0	1,6404	2
79	Margarina vegetal cremosa c/ sal, embalagem 500 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarlamento no máximo 30 dias. (9652)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SOYA	0	2,1110	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Delicia	0	2,1479	2
80	Maionese, Embalagem de plástico atóxica de 500 gr, lacrada, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarlamento no máximo 30 dias. (9653)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SOYA	0	2,4406	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Soya	0	2,4832	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 17/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
81	Massa seca tipo cabelo de anjo, pacote de 500 gr. com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarlamento no máximo 30 dias. (9654)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	2,9127	1		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Isabela	0	2,9636	2		
82	Massa espagete furadinho com ovos. Embalagem de 500 gr. com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarlamento no máximo 30 dias. (9655)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	OGLIARI	0	2,7434	1		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Parati	0	2,7914	2		
83	Massa tipo parafuso com ovos. Embalagem de 500 gr. com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarlamento no máximo 30 dias. (9656)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	2,7434	1		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Parati	0	2,7914	2		
84	Massa tipo gravatinha com ovos. Embalagem de 500 gr com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarlamento no máximo 30 dias. (9657)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	3,4382	1		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Renata	0	3,4983	2		
85	Massa para pastel tamanho G. Embalagem de polietileno atóxico, pacote com 20 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 3 meses a contar da data de entrega. (9658)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DA BOA	0	4,4803	1		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Massita	0	4,5586	2		
86	Óleo de soja refinado, embalagem com 900 ml. não amassadas, com data de embarlamento não superior a 30 dias. Validade mínima 12 meses. (9659)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	COAMO	0	2,7167	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 18/21

Número do Registro de Preços: 42/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif	
87	Orégano, pacote com 06 gr. (9660)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Coamo	0	2,7642	2	
		PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,2114	1	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,2325	2	
88	Pólvila azedo. Embalagem de 1 Kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalamento no máximo 30 dias. (9661)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CALDAO	0	5,1039	1	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sevenhani	0	5,1930	2	
89	Pipoca em grão. Embalagem de 500 gr, com identificação, do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalamento no máximo 30 dias. (9662)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	YOKI	0	2,2268	1	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Jureia	0	2,2657	2	
90	Pimenta em pó, unidades de 40 gr. (9664)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LANMASTER	0	1,8082	1	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,8398	2	
91	Sardinha em óleo comestível. Embalagem de 125 gr, lata não amassada, sem ferrugem, com identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade, valor nutricional, peso deve constar na embalagem de registro. (12333)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NAUTIQUE	0	3,1888	1	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Pescador	0	3,2445	2	
92	Sal refinado, pot de 1 kg, com identificação do produto rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (9666)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CRUZEIRO	0	1,4964	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 19/21

Número do Registro de Preços: 42/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152) Zizo 0 1,5226 2

93 Vinagre. Embalagem de 750 ml, garrafa plástica, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9668)

UND LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394) HENNING 0 1,1045 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 20/21

Número do Registro de Preços: 42/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Vinagre	0	1,1238	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 21/21

Número do Registro de Preços: 42/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014	
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2013

PROCESSO Nº 78/2013

- (6152) - COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.
- (6852) - NELSON KNAUL ME
- (8394) - LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Braço do Trombudo, 4 de Dezembro de 2013.

Ata de Registro de Preços Nº 48 2013 Pmbt
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 1/21

Número do Registro de Preços: 48/2013			Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Água Sanitária, composição química hidróxido de sódio e carbonato de sódio, princípio ativo hipoclorito de sódio, teor de cloro ativo de 2,0% a 2,5%pp, aplicação lavável e alvejante de roupas, banheiros, pisos, tipo comum, frasco de 2 litros, acondicionadas em embalagem de papelão identificadas. (12542)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	2,8972	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LIMPINHA	0	2,8930	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ECOVILLE	0	2,8986	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	2,9227	4
2	Álcool etílico hidratado, aplicação limpeza em geral, teor alcoólico 46° INPM, 54° GL, unidade contendo 1 litro cada (12543)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FLOPS	0	3,1775	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	FLOPS	0	3,1748	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	FLOPS	0	3,1792	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Araucaria	0	3,2054	4
3	Álcool em gel, bactericida 70° INPM, frasco de 500 gramas, aprovado pelo INMETRO (12544)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FLOPS	0	4,4672	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	FLOPS	0	4,4616	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DA ILHA	0	4,4696	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	cocamar	0	4,5065	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 2/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Papel higiênico, cor branca, não reciclado, folha dupla, picotado, neutro, rolos com 60 metros de comprimento e 10 centímetros de largura, pacote com 8 rolos. (12545)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DALMATA	0	7,2615	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	FOFINHO	0	7,2654	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	FOFINHO	0	7,2795	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bob	0	7,3254	4
5	Papel toalha para cozinha, branco, macio, absorvente, folha dupla, picotado - pacote com 2 rolos de 60 toalhas de 22x20 cm cada uma. (12546)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DALMATA	0	2,7382	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	DALMATA	0	2,7239	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SORELLA	0	2,7397	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Log	0	2,7623	4
6	Cera Liquida auto brilho, incolor, frasco com 750 ml. (12547)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GIRANDO SOI	0	6,1120	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GIRANDO SOI	0	6,1153	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	GIRANDO SOI	0	6,1241	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Brilho Facil	0	6,1657	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 3/21

Número do Registro de Preços: 48/2013 Data do Registro: 20/12/2013 Válido até: 20/12/2014							
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Saponáceo em líquido cremoso concentrado 300 ml. - especificação: limpador concentrado em líquido cremoso. Campo de aplicação: utilizado para limpeza de superfícies esmaltadas, cromado, aço inox, porcelanas, e louças, sem causar riscos. Composição química: tensoativos, abrasivos, conservantes, perfume e água. Embalagem: frasco com 300 ml, rótulo contendo identificação com procedência, data de fabricação, validade, lote, precauções de uso, composição química e técnico responsável. (12548)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	3,7008	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PRATIK	0	3,7008	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	POLWAX	0	3,7028	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Font	0	3,7334	4
8	Escova dental infantil com cerdas de nylon macia com cabo reto de polietileno de 1º qualidade. (12549)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DENTIL	0	4,2429	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DENTALK	0	4,2451	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	TEK JUNIOR	0	4,2550	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Jadefrog	0	4,2802	4
9	Creme dental infantil com fluor ativo, peso liq. 50 gramas a unidade. (12550)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DENTIL	0	2,1775	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	TANDY	0	2,1698	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ALEGRINHO	0	2,1787	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Action	0	2,1967	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 4/21

Número do Registro de Preços: 48/2013			Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	Embalagem para alimentos, contendo 50 sacos de 05 kg, de 1º qualidade. (12551)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MEGA MIL	0	3,1775	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BOM PACK	0	3,1466	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PAMPLASTIC	0	3,1792	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Multifort	0	3,2054	4
11	Lustra Móveis em frasco de 200 ml, com fragrância agradável. Composição química mínima: cera de canaúba, ceras naturais, silicone, solvente e perfume, aplicação móveis e superfícies. (12552)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	4,1027	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PRATIK	0	4,0859	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	POLWAX	0	4,1049	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Poliflor	0	4,1388	4
12	Óleo de Peroba, frasco de 200ml. (12553)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEROBA	0	7,9811	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	KING	0	7,9839	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	POLWAX	0	7,9854	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Peroba	0	8,0513	4
13	Pano Multuso, pacote com 05 unidades. (12554)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	2,7476	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 5/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Espanja de limpeza, multiuso, dupla face, pacote contendo 1und. 110mmx75mmx20mm, pacote da embalagem fechada, produto que garante alta durabilidade e limpeza. (12555)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SANI MIX	0	2,7427	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ALKIN	0	2,7491	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Fort	0	2,7718	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	BETANIN	0	1,4953	1
15	Espanja de limpeza, material lá aço fina, abrasividade mínima, aplicação utensilio de alumínio, pacote com 08 unidades (12556)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BETTANIM	0	1,4559	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ESFREBOM	0	1,4961	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tinindo	0	1,5084	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	INOVE	0	1,8878	1
16	Limpa vidros, tubos com 500 ml, acondicionados em caixas de papelão devidamente identificadas. (12557)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	INOVE	0	1,8598	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	INOVE	0	1,8888	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bombril	0	1,9044	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	4,8784	1
17	Limpa vidros, tubos com 500 ml, acondicionados em caixas de papelão devidamente identificadas. (12557)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DA ILHA	0	4,8810	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 6/21

Número do Registro de Preços: 48/2013 Data do Registro: 20/12/2013 Válido até: 20/12/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
17	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 100 litros, pacote com 25 unidades, 75x105cm. De 1º qualidade. (12558)		JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PRATIK	0	4,8843	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	uaa	0	4,9213	4		
		PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	7,2895	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PEGA LIXO	0	7,2795	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PEGA LIXO	0	7,2934	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Biostar	0	7,3536	4		
		PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	7,2895	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PEGA LIXO	0	7,2795	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PEGA LIXO	0	7,2934	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Biostar	0	7,3536	4		
18	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 50 litros, pacote com 50 unidades, 63x80cm. De 1º qualidade. (12559)								
19	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 30 litros, pacote com 50 unidades, 59x62cm. Composição: Material sintético e reciclável, pigmentos e aditivos biodegradável. De 1º qualidade. (12560)								

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 7/21

Número do Registro de Preços: 48/2013 Data do Registro: 20/12/2013 Válido até: 20/12/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
20	Sabão em pó, caixa de 1kg, para roupas brancas e coloridas, de primeira linha. (12561)	CX	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PEGA LIXO	0	7,2934	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	biostar	0	7,3536	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GIRANDO SOI	0	5,7382	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ULTRA CLASE	0	5,7296	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	POLWAX	0	5,7412	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Omo	0	5,7886	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SANY BRIL	0	1,2710	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SANI MIX	0	1,2493	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SANY	0	1,2717	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sanibox	0	1,2822	4		
21	Desodorante sanitário tipo pedra sanitária, perfumado - odores variados, embalados em celofane à prova de vazamento, com no mínimo 30g, com ação bactericida e aromatizante e suporte plástico. Prazo de validade de no mínimo 06 meses, e data de fabricação não superior a 60 dias, contados retroativamente da data de entrega do produto. (12562)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SANY BRIL	0	1,2710	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SANI MIX	0	1,2493	2		
22	Detergente líquido, antibacteriano, testado dermatologicamente, que contém tensoativo biodegradável, 500 ml. (12563)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	1,2803	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LIMPINHA	0	1,2586	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 8/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif	
23	Rodode borracha, borracha com EVA duplo de 1,5mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 30 cm, com cabo. De 1º qualidade. (12564)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GIRANDO SOI	0	1,2810	3	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ype	0	1,2916	2	
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	5,9905	4	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CANADA	0	5,9937	2	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	6,0020	3	
24	Rodo de borracha, borracha comEVA duplo de 1,5mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 45 cm, com cabo. De 1º qualidade. (12565)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Forta	0	6,0432	4	
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	8,6166	4	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CANADA	0	8,6212	2	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	8,6414	3	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Forta	0	8,6924	2	
25	Rodo de espuma. (12566)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	5,6727	4	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CANADA	0	5,6758	2	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	5,6827	3	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 9/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	Fósforo maço com 10 unidades. (12567)		COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Forta	0	5,7226	4
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FIAT LUX	0	2,0560	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	QUE LUZ	0	2,0383	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GABOARDY	0	2,0571	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Parana	0	2,0741	4
27	Vassoura de palha, material de cerdas palha avermelhadas, cabo madeira, comprimento das cerdas de 40 a 50 cm, vassoura bem firme e forte, na palha amarrada 3 vezes com arrame a cada 3cm e na parte superior e amarrado com barbante com 3 camadas, para uso de limpeza em geral. (12568)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	14,6351	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	COLONIAL	0	14,6429	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	14,6810	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Colonial	0	14,7639	4
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	9,4110	1
28	Limpador desengordurante concentrado spray 500 ml. (12569)		DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CIF	0	9,4160	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PRATIK	0	9,4398	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 10/21

Número do Registro de Preços: 48/2013 Data do Registro: 20/12/2013 Válido até: 20/12/2014						
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Cif	0	9,4937
29	Desinfetante, aspecto físico líquido, aplicação bactericida, aroma lavanda, franco de 2lt. (12570)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	3,4579
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LIMPINHA	0	3,4472
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	QUALY	0	3,4597
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	3,4883
30	Amaciante roupa, aspecto físico líquido viscoso, fragrância lavanda, aplicação amaciante de artigos têxteis, solúvel em agua, de tudo com 2 litros. (12571)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	3,8877
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	GOTA LIMPA	0	3,8886
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BABY PLUS	0	3,8898
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	3,9219
31	Sabão em barra glicerinado, pacote de 1kg com 5 unidades de 200g cada. (12572)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GIRANDO SOI	0	4,1681
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ZAVASKI	0	4,1516
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GIRANDO SOI	0	4,1703
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	4,2048

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 11/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
32	Filtro coador de papel, para café, de 1º qualidade, tamanho nº 103, em caixas com 30 unidades, Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não superior 60 (sessenta) dias, contatos retroativamente da data de entrega do produto. (12573)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	3 CORAÇÕES	0	3,0934	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	3 CORAÇÕES	0	3,0903	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BRIGITA	0	3,0950	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Brigitta	0	3,1206	4
33	Toalhas de papel interfolhadas, pacote com 1000 folhas nos tamanhos 22,5 x 20,5 cm com 02 dobras, branco, extra luxo. De 1º qualidade. (12574)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	TUBARÃO	0	6,2802	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DAMASPEL	0	6,2836	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	TUBARÃO	0	6,2932	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Embrast	0	6,3354	4
34	Sabonete líquido bactericida, cremoso anti-séptico neutro e sem aroma. Embalagem de 5 litros. (12575)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAX	0	80,3343	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MAX	0	80,3772	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PROTECT	0	80,6847	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sony	0	81,0409	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 12/21

Número do Registro de Preços: 48/2013			Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
35	Desodorizador ambiental em aerossol, sem CFC, essências suaves, efeito neutralizante, fresco de 400ml. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não a superior 60 (sessenta) dias, contatos retroativamente da data de entrega do produto. (12576)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GLADE	0	7,2054	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BOM AR	0	7,1999	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ULTRA FRESH	0	7,2137	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bom Ar	0	7,2688	4
36	Copo descartável, estriado, branco, com borda redobrada, em polipropileno ou poliestireno atóxico, forte, de 1º qualidade, com capacidade para 180 ml, que atende a Norma ABNT NBR 14.865/2002, embalado em pacotes de 100 unidades e acondicionados em caixas de papelão com 2.500 unidades. (12577)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	COPOSUL	0	343,4489	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	TOTALPLAST	0	343,6323	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	CRISTAL COP	0	344,9998	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Copobras	0	346,4698	4
37	Esfregão de aço. (9707)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SANY BRIL	0	1,3271	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	GAUCHO	0	1,3150	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	INOVE	0	1,3278	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Romar	0	1,3387	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 13/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
38	Lenço unedecido, refil, testado dermatologicamente, pacote com 400 unidades. (12578)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PIKTUCHO	0	7,9250	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ANJINHO	0	7,9293	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	FERINHA	0	7,9370	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Baby Piss	0	7,9947	4
39	Pano para limpeza para limpeza tipo saco, duplo, lavado e alvejado, forte, grosso, com alta absorção, 100% algodão, de 1º qualidade. Medidas mínima de 42cmx65cm. (12579)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARTINS	0	3,8504	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MARTINS	0	3,8511	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MARTINS	0	3,8524	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Martim	0	3,8842	4
40	Sabonete sólido, branco, infantil, 60 gramas. (12580)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	1 2 3 BABY	0	1,6635	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	POM POM	0	1,6438	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ANJINHO	0	1,6644	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Pom pom	0	1,6781	4
41	Vassourade nylon com cerdas macias, cepo plástico de 22 cm, cerdas de 11,5 cm corr plumagem nas pontas, com cabo rosqueado de madeira plastificada, para limpeza em geral, tipo doméstica. (12581)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	7,2054	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 14/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif	
42	Prendedor de roupa de plástico, pacote com 12 unidades. (12582)	PCT	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CANADA	0	7,2083	2	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	7,2137	3	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Belannim	0	7,2688	4	
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	1,7289	1	
43	Luva de borrachade borracha tamanho médio para limpeza, resistente, colorida, anti derrapante na face externa, moldada automaticamente, com forração antialérgica. De 1º qualidade. (12583)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ZAVASKI	0	1,7189	2	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GABOARDY	0	1,7298	3	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Parana	0	1,7441	4	
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	5,7288	1	
44	Pá de lixo uso domestica em plástico se prende ao cabo de vassoura, com acabamento de perfil em borracha recolhendo melhor a sujeira, 25x30cm. (12584)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NOBRE	0	5,7296	2	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DANNY	0	5,7319	3	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Idealex	0	5,7792	4	
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	9,7100	1	
45	Pá de lixo uso domestica em plástico se prende ao cabo de vassoura, com acabamento de perfil em borracha recolhendo melhor a sujeira, 25x30cm. (12585)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CANADA	0	9,7152	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 15/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
45	Limpa forno,frasco c/ aproximadamente 225 ml. (12585)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	9,7310	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Condor	0	9,7954	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	8,5044	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EASY OFF	0	9,2664	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PRATIK	0	9,2708	3
46	Lixa ferro, material óxido de alumínio, tipo lixa papel ferro, apresentação folha, tipo grão n°.100, comprimento 280 mm, largura 215 mm, para fogão. (12586)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Easy off	0	9,3429	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FIAT	0	1,2616	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	3M	0	1,2493	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	3M	0	1,2623	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Norton	0	1,2727	4
47	Pano de prato, 100% algodão. Medidas 45x70cm. Com bainha, de 1º qualidade. (12587)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARTINS	0	2,9158	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MARTINS	0	2,9118	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MARTINS	0	2,9174	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 16/21

Número do Registro de Preços: 48/2013			Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
48	Balde plásticopolipropileno 20 litros com alça de metal. (12588)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	TEKa	0	2,9415	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	ARQUIPLAST	0	6,7194	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ARQPLAST	0	6,7230	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MARTINS	0	6,7253	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CDK	0	6,7786	4
49	Luva de procedimentos, descartável, não estéril - tamanho médio; em látex natural. Caixa com 100 unidades.Complemento: textura uniforme, espessura média de 0,16 milímetros e comprimento mínimo de 25 centímetros. ambidestra.boa elasticidade, resistente ao calçar, lubrificada com pó bio-absorvível, confortável e anatômica com empunhadura justa. Na embalagem deverá constar data de fabricação, validade, número de lote e registro no MS. (12589)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	TALGE	0	4,2803	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	DESCARPA	0	4,2738	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	TALGE	0	4,2825	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sony	0	4,3179	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SETE LEGUA	0	34,3355	1
50	Bota de borracha branca Nº 37, cano longo, especificações técnica, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação. (12590)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VULCABRAS	0	34,3165	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 17/21

Número do Registro de Preços: 48/2013 Data do Registro: 20/12/2013 Válido até: 20/12/2014						
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
51	Bota de borracha branca Nº 38, cano longo, especificações técnica, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação. (12591)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SETE LÉGUA!	0	34,4718
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Robusta	0	34,6375
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SETE LEGUA!	0	34,3355
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VUSCABRAS	0	34,3539
52	Bota de borracha branca Nº 39, cano longo, especificações técnica, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação. (12592)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SETE LÉGUA!	0	34,4718
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Robusta	0	34,6375
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SETE LEGUA!	0	34,3355
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VULCABRAS	0	34,3539
53	Bota de borracha branca Nº 40, cano longo, especificações técnica, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação. (12593)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SETE LÉGUA!	0	34,4718
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Robusta	0	34,6375
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SETE LEGUA!	0	34,3355
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VULCABRAS	0	34,3539

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 18/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
54	Bola de borracha branca Nº 42, cano longo, especificações técnica, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação. (12594)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VULCABRAS	0	34,3539	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SETE LÉGUA!	0	34,4718	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Robusta	0	34,6375	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SETE LEGUA!	0	34,3355	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VULCABRAS	0	34,3539	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SETE LÉGUA!	0	34,4718	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Robusta	0	34,6375	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARCOTEX	0	14,0837	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	KARSTEN	0	14,0913	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	REISTEN	0	14,1363	3
55	Toalha de banho em cor escura no mínimo 70x130cm. (12595)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	Karsten	0	14,2076	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 19/21

Número do Registro de Preços: 48/2013 Data do Registro: 20/12/2013 Válido até: 20/12/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
56	Super rodo absorvente, com alavanca de plástico altamente resistente de formato anatômico. Duplo rolete de torção para espremer o refil. Base de plástico altamente resistente. Cabo inteiro em aço Inox e encaixe com 2 pinos. Espuma do refil feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa mltura com 28cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (12596)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	25,3919	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	KM	0	25,4054	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BETTANIM	0	25,5016	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sony	0	25,6152	4		
57	Refil para Super rodo absorvente em espuma feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa mltura com 28 cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (12597)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	7,3176	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	KM	0	7,3215	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BETTANIM	0	7,3284	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 20/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	sony	0	7,3819	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 21/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014	
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2013
PROCESSO Nº 87/2013

- (6152) - COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.
- (8615) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME
- (8738) - DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME
- (8903) - JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME

Braço do Trombudo, 20 de Dezembro de 2013.

Brusque

PREFEITURA

Decreto Nº 7.486, de 29 de Agosto de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (047) 3251-1833 - Centro - 88350-050 - Brusque - SC

www.brusque.sc.gov.br

DECRETO nº 7.486, DE 29 DE AGOSTO DE 2014.

Altera o caput do art. 8º e o inciso IV do art. 9º do Decreto nº 6.284/2010 que "Regulamenta o pagamento e a concessão do auxílio-escolar".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O caput do art. 8º e o inciso IV do art. 9º do Decreto nº 6.284, de 19 de julho de 2010, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 8º Para manutenção do benefício durante o período de tempo previsto para a conclusão regular do curso, o servidor deverá apresentar, por semestre, o comprovante de matrícula, bem como o desempenho escolar.

Art. 9º

I -

IV - desistência, mesmo que temporária, frequência insuficiente ou reprovação em mais de 03 (três) disciplinas ao longo de todo o curso.

... .."

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Decreto Nº 7.487, de 29 de Agosto de 2014

DECRETO nº 7.487, DE 29 DE AGOSTO DE 2014.

Dá nova redação ao inciso I do art. 12 do Decreto nº 6.004/09 que "Regulamenta a modalidade Pregão Presencial para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a promulgação da Lei Municipal n. 3.668/13, que instituiu o Diário Oficial do Municípios de Santa Catarina como Órgão de Publicação oficial do Município;

DECRETA:

Art. 1º O inciso I do art. 12 do Decreto nº 6.004, de 1º de abril de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

I - a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso, observados os valores estimados para contratação e os meios de divulgação a seguir indicados:

a) até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais):

1) Diário Oficial dos Municípios.

b) acima de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais):

1) Diário Oficial dos Municípios;

2) Jornal de grande circulação;

3) Diário Oficial do Estado, nos termos dos incisos II do artigo 21 da Lei nº 8.666/93;"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Decreto Nº 7.489, de 29 de Agosto de 2014

DECRETO nº 7.489, DE 29 DE AGOSTO DE 2014.

Cauciona áreas de terras do "Loteamento Residencial Multifamiliar Júlio Bork".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam caucionados em favor do Município de Brusque, os lotes de terras abaixo especificados, de propriedade de Celso Bruns e outros, como garantia da correta execução das obras de arruamento e infraestrutura do "Loteamento Residencial Multifamiliar Júlio Bork", situado na rua Daniel Barni, localidade de Souza Cruz, neste Município, com Alvará para Loteamento (nº004/2014) emitido pelo Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN - Processo nº 023/2013, registrado no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, matrícula nº 66.370, livro 2-A, com área total de 22.551,88 m2, sendo a área loteada de 17.106,06 m2:

Lotes nºs 03, 04 da quadra 1;

Lotes nºs 14, 15 e 16 da quadra 2.

Art. 2º As obras a serem realizadas sob responsabilidade do loteador para implantação do loteamento são:

- a) abertura e terraplenagem das vias de circulação com os respectivos marcos de alinhamento e nivelamento, de acordo com projeto aprovado pelo IBPLAN;
- b) demarcação dos lotes, quadras e logradouros por intermédio de marcos, de acordo com projeto aprovado pelo IBPLAN;
- c) implantação dos meios-fios em granito ou concreto pré-moldado, rejuntados com argamassa de cimento;
- d) pavimentação das pistas de rolamento das vias;
- e) rede de energia elétrica e iluminação pública aprovada pela CELESC;
- f) rede de água potável, conforme projeto aprovado pelo SAMAE;
- g) rede de drenagem/águas pluviais, conforme projeto aprovado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos;
- h) sistema sanitário, conforme projeto aprovado e de acordo com as normas da empresa ou concessionária pública;
- i) recomposição vegetal de todos os taludes gerados pelos cortes efetuados, caso ocorram;
- j) visando minimizar a erosão e o carreamento de materiais para os cursos d'água e canalizações das vias existentes, elaborar um plano de obra adequado a condições locais, garantido que seja mantido o maior número de lotes em seu relevo natural e vegetação;
- k) calçamento nas testadas das áreas públicas.

Art. 3º As obras mencionadas no artigo anterior serão supervisionadas pelo órgão competente do Município com poder fiscal e deverão ser executadas no prazo máximo de 02 (dois) anos, a partir da data de aprovação do projeto de Loteamento, sem qualquer ônus para a Prefeitura.

Art. 4º Os lotes somente poderão receber construções após a conclusão das obras referidas no artigo 2º deste Decreto.

Art. 5º Uma vez realizada todas as obras, o Município, a requerimento do interessado, e após as competentes vistorias, liberará as áreas de terras caucionadas, dadas em garantia.

Art. 6º Os usos admitidos, os índices urbanísticos e as construções a serem edificadas no presente Loteamento, obedecerão ao disposto no Plano Diretor do Município, contando ainda com as diretrizes urbanísticas, conforme memorial descritivo aprovado, constante do Alvará para Loteamento nº 004/2014.

Art. 7º O Loteamento deverá ser executado de acordo com os projetos e memoriais descritivos aprovados, sujeitando-se o proprietário do referido Loteamento às determinações e penas estabelecidas pelo Plano Diretor do Município.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de agosto de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

LAURECI SERPA JUNIOR
Diretor Presidente do Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Lei Nº 3.745, de 29 de Agosto de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (047) 3251-1833 - Centro - 88350-050 - Brusque - SC

www.brusque.sc.gov.br

LEI nº 3.745, DE 29 DE AGOSTO DE 2014.

Dispõe sobre o Conselho Municipal Antidrogas - COMAD, criado pela Lei nº 2.340, de 05 de abril de 1999; revoga a Lei 2.941 de 15 de setembro de 2006; e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Capítulo I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Brusque, mantendo como sigla COMAD, passa a ter as atribuições definidas por esta Lei.

Art. 2º Fica reestruturado, no âmbito do Município de Brusque, o Conselho Municipal Antidrogas - COMAD, que passa a denominar-se Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Brusque, mantendo como sigla COMAD, órgão colegiado que reúne representantes do Poder Público, do Poder Executivo e da sociedade civil, de caráter deliberativo e de assessoramento, vinculado ao Gabinete do Prefeito, no que diz respeito à coordenação das atividades sobre drogas, com a finalidade de auxiliar e fiscalizar o Poder Executivo na análise, formulação e aplicação das políticas públicas sobre drogas.

Parágrafo único. O COMAD integrar-se-á ao Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas - SISNAD, conforme Lei n. 11.343/2006, regulamentada pelo Decreto Federal n. 5.912/2006 e ao CONEN - Conselho Estadual de Entorpecentes de Santa Catarina.

Capítulo II

DA COMPETÊNCIA

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Brusque - COMAD:

I - formular e fiscalizar em conjunto com o Poder Executivo e Sociedade Civil o Plano de Ações de Políticas Públicas sobre Drogas, destinado ao desenvolvimento das ações de prevenção ao uso indevido de drogas, de atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, compatibilizando-o às diretrizes das políticas públicas, a nível nacional e estadual;

II - propor ao Executivo Municipal, ao Conselho Estadual de Entorpecentes, ao Conselho Nacional Antidrogas e a outros órgãos e entidades, a celebração de convênios, parcerias, acordos, contratos e quaisquer outros ajustes, objetivando o desempenho de suas atribuições;

III - assessorar o Poder Executivo na definição e execução da política de prevenção e atenção ao uso indevido de drogas, e de apoio aos familiares dos usuários de drogas;

IV - estabelecer fluxos contínuos e permanentes de informações com outros órgãos do Sistema Estadual e Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas, objetivando facilitar os processos de planejamento e execução de uma política nacional e estadual de atenção e reinserção social dos usuários de drogas;

V - acompanhar e fiscalizar o desempenho dos órgãos públicos municipais, que promovam a atenção e reinserção psicossocial de pessoas que fazem uso nocivo de substâncias psicoativas;
 VI - acompanhar e participar do desenvolvimento de políticas públicas sobre drogas executadas pelo Estado e pela União;
 VII - estimular estudos e pesquisas visando o aperfeiçoamento dos conhecimentos técnicos e científicos referentes às drogas;
 VIII - aprovar, autorizar e fiscalizar atividades e programas relacionados às drogas, propostos por órgãos públicos e pela sociedade civil;
 IX - propor intercâmbios com organismos institucionais, atuando em parcerias com órgãos e/ou instituições nacionais e estrangeiras nos assuntos referentes às drogas;
 X - aprovar, acompanhar, avaliar e fiscalizar a programação financeira e a gestão e aplicação dos recursos destinados ao atendimento das despesas geradas pelo Plano de Ações do COMAD;
 XI - elaborar e promover alterações no regimento interno, por deliberação da maioria de seus membros;
 XII - integrar-se às instituições nacionais e organismos internacionais pertinentes à Política Nacional sobre Drogas;
 XIII - propor ao Poder Executivo medidas que assegurem o cumprimento dos compromissos assumidos com a instituição desta Lei.

Parágrafo único. O Plano de Ações de Políticas Públicas sobre Drogas que trata o inciso I, deve ser revisto a cada quadriênio seguindo o calendário do Plano Plurianual de Ações (PPA).

Capítulo III

DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O COMAD será composto por vinte e dois membros titulares e seus respectivos suplentes, respeitando a paridade entre representantes governamentais e sociedade civil, assim especificados:

I - Representantes do Poder Público do Município, indicados pelos titulares dos seguintes órgãos:

- a) 1 (um) representante da Fundação Municipal de Esportes;
- b) 1 (um) representante da Fundação Cultural de Brusque;
- c) 1 (um) representante da Secretaria de Saúde, preferencialmente representante do CAPS ad - Centro de Atendimento Psicossocial de Álcool e Drogas;
- d) 1 (um) representante da Secretaria de Educação;
- e) 1 (um) representante da Procuradoria-Geral;
- f) 1 (um) representante da Secretaria de Assistência Social e Habitação.

II - Representantes do Poder Executivo Estadual e Federal, Poder Judiciário, indicados pelos titulares dos seguintes órgãos:

- a) 1 (um) representante da Polícia Civil;
- b) 1 (um) representante da Polícia Militar;
- c) 1 (um) representante da 16ª Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado;
- d) 1 (um) representante do Tiro de Guerra 05-005;
- e) 1 (um) representante do Poder Judiciário da Comarca de Brusque.

III - Representantes da sociedade organizada indicados pelos titulares das seguintes entidades:

- a) 1 (um) representante da Associação Empresarial;
- b) 2 (dois) representantes do Sistema S;
- c) 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;
- d) 1 (um) representante dos Profissionais da Política de Saúde;
- e) 1 (um) representante dos Profissionais da Política de Assistência Social;
- f) 1 (um) representante de Entidades de Ensino Superior;
- g) 1 (um) representante da Associação Hospitalar;
- h) 1 (um) representante do Ensino Educacional Particular;
- i) 1 (um) representante de Usuários da Política Sobre Drogas;
- j) 1 (um) representante das Entidades Religiosas.

Capítulo IV

DA ESTRUTURA

Art. 5º O COMAD compor-se-á pelos seguintes órgãos:

- I - Plenário;
- II - Presidência;
- III - Secretaria Executiva;
- IV - Comitê do Recurso Municipal Antidrogas.

§ 1º O detalhamento da organização da estrutura funcional do COMAD será objeto do respectivo Regimento Interno.

§ 2º Ao Plenário compete deliberar sobre as atuações propostas pelo COMAD, concretizando seus objetivos.

§ 3º À Presidência compete estimular a participação das instituições e entidades governamentais e não-governamentais e da sociedade em geral.

§ 4º À Secretaria Executiva compete planejar, supervisionar e coordenar a execução das atividades de apoio técnico e administrativo necessários ao funcionamento do COMAD.

§ 5º Ao Comitê do Recurso Municipal Antidrogas compete:

- I - elaborar, em conjunto com a Secretaria de Orçamento e Gestão, a proposta orçamentária e os planos anuais de aplicação dos recursos - REMAD, submetendo-os à aprovação do Plenário;
- II - acompanhar e avaliar a gestão do REMAD, mantendo o Plenário informado sobre os resultados.

Capítulo V

DOS MANDATOS E NOMEAÇÕES

Art. 6º Os Conselheiros terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma vez, por igual período.

§ 1º Cada membro terá um suplente, observados os critérios para indicação dos titulares.

§ 2º Os membros e os respectivos suplentes serão designados por ato do Prefeito Municipal, indicados pelos órgãos que representam.

§ 3º Caso a representação de algum setor da sociedade civil não preencha a respectiva vaga, será substituída pela entidade ou organização suplente mais votada.

Art. 7º Os conselheiros titulares e suplentes das entidades não governamentais serão indicados por meio de ofício e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º O COMAD será presidido por membro eleito entre seus pares.

Art. 9º O Conselheiro, por deliberação do Plenário do COMAD, será substituído quando:

I - faltar a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, sem o comparecimento do seu suplente, salvo apresentação de justificativa por escrito, aprovada por maioria simples dos membros do Conselho;

II - apresentar conduta incompatível com a natureza das suas funções;

III - deixar de exercer, em caráter efetivo, suas funções no órgão ou organização que representa.

Parágrafo único. Os membros representantes do Poder Executivo Municipal serão substituídos através de ato do Prefeito Municipal.

Art. 10. Perderá assento no COMAD, por deliberação do seu Plenário, a organização representativa da sociedade que:

I - tiver o registro cassado ou não renovado pelo órgão competente;

II - for dissolvida na forma da lei;

III - atuar de forma incompatível com as finalidades institucionais ou com seus princípios;

IV - suspender seu funcionamento por período igual ou superior a seis meses.

Parágrafo único. Em caso de vacância, caberá ao Plenário do COMAD, resolver sobre a substituição.

Art. 11. Os membros referidos do art. 4º, incisos I, II, III e IV desta Lei, poderão perder o mandato antes do prazo de 2 (dois) anos, nos seguintes casos:

I - por falecimento;

II - por renúncia;

III - pela ausência imotivada em três reuniões consecutivas do conselho, ou cinco alternadas, sem justificativa por escrito;
IV - pela prática de ato incompatível com a função de conselheiro(a), por decisão da maioria dos membros do COMAD;
V - por requerimento da entidade da sociedade civil representada, em caso de conselheiro(a) não-governamental; e
VI - por interesse do responsável pelo órgão público representado no COMAD, quando se tratar de conselheiro por ele indicado.
Parágrafo único. No caso de perda do mandato, será designado novo conselheiro para a titularidade da função.

Capítulo VI DO FUNDO

Art. 12. Fica instituído o Recurso Municipal Antidrogas - REMAD, fundo que, constituído com base nas verbas próprias do orçamento do Município e em recursos suplementares, será destinado ao atendimento das despesas geradas pelo Plano de Ações do COMAD.

Art. 13. O REMAD ficará subordinado diretamente à Secretaria de Orçamento e Gestão que se incumbirá da execução orçamentária e do cronograma físico-financeiro da proposta orçamentária anual, a ser aprovada pelo Plenário do COMAD.

Art. 14. Constituirão receitas do REMAD:

I - dotações orçamentárias próprias do Município;

II - repasses, subvenções, doações, contribuições ou quaisquer outras transferências de recursos de pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, ou ainda, de entidades nacionais, internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;
III - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo realizadas na forma da Lei;

IV - produtos de convênios firmados com entidades financiadoras;
V - doações em espécie feitas diretamente ao REMAD;

VI - receitas de eventos realizadas com a finalidade específica de auferir recursos para o desenvolvimento dos objetivos do COMAD;
VII - as rendas de impostos, taxas, tarifas, preços públicos, e multas criadas para manutenção dos programas de atividades do COMAD;

VIII - empréstimos ou financiamentos contraídos pelo Município destinados aos objetivos do COMAD;

IX - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em instituição bancária, em conta especial sob a denominação - Recurso Municipal Antidrogas - REMAD.

§ 2º A aplicação dos recursos de natureza financeira, previstos neste artigo dependerá:

a) da existência de disponibilidade em função do cumprimento de programação;

b) da aprovação prévia do Plenário.

Art. 15. Os recursos do REMAD serão aplicados em:

I - financiamento total ou parcial de programas e procedimentos que visem alcançar as metas propostas da política municipal antidrogas;

II - promoção de estudos e pesquisas sobre o problema do uso indevido e abuso de drogas e entorpecentes e substâncias que determinem dependências física e psíquica;

III - aquisição de material permanente, de consumo e outros necessários ao desenvolvimento dos programas acima mencionados;

IV - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços necessários à execução da política municipal antidrogas, bem como para sediar o COMAD;

V - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos atuantes nas áreas do COMAD, após aprovação pelo plenário;

VI - atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessária à execução de ações e serviços dentro das atividades e objetivos do COMAD.

Capítulo VII

DA CONTABILIDADE

Art. 16. O orçamento do Fundo REMAD integrará o orçamento do Município, em obediência ao Princípio da Unidade.

Art. 17. A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos dos serviços, a fim de interpretar e apurar os resultados obtidos.

Art. 18. Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária, exceto as despesas extra-orçamentárias, previstas no artigo 14 desta Lei.

Art. 19. Os recursos orçamentários e financeiros necessários à implantação e funcionamento do COMAD, oriundos de dotação própria consignada no Orçamento do Município, serão relocados e liberados pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

Capítulo VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. Os membros do COMAD não farão jus a nenhuma remuneração, sendo seus serviços considerados de relevante interesse público.

Art. 21. O COMAD deverá se reunir, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 22. O Poder Executivo Municipal alocará espaço adequado para o funcionamento do COMAD.

Art. 23. O Poder Executivo poderá, de acordo com a necessidade, designar servidores da administração municipal para o funcionamento do Conselho.

Art. 24. O COMAD disponibilizará sempre que solicitado o resultado de suas ações.

Art. 25. As decisões do COMAD serão adotadas como orientação para todos os órgãos do Município de Brusque.

Art. 26. O COMAD poderá solicitar informações de qualquer órgão público municipal.

Art. 27. O Regimento Interno do COMAD será alterado e aprovado, observada as disposições legais, no prazo máximo de 90 (noventa) dias da publicação da presente Lei.

Art. 28. Os casos omissos não previstos nesta Lei serão deliberados pelo COMAD.

Art. 29. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Lei n.º 2.941, de 15 de setembro de 2006.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Lei Nº 3.746, de 29 de Agosto de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (047) 3251-1833 - Centro - 88350-050 - Brusque - SC

www.brusque.sc.gov.br

LEI nº 3.746, DE 29 DE AGOSTO DE 2014.

Declara de Utilidade Pública

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE A VOZ DA VERDADE, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 11.787.118/0001-28, com sede e foro nesta cidade de Brusque.

Art. 2º À Entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados os benefícios da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 119/2014 SAMAE

PORTARIA Nº 119/2014

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei Complementar Nº 147/09, Artigo 42,

RESOLVE

1) Exonerar, a pedido, DIEGO AUGUSTO MARTINS SIQUEIRA, do cargo de Agente de Leitura e Inspeção.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/09/2014, revogadas as disposições em contrário.

Brusque/SC, 01 de setembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ROGÉRIO RISTOW

Diretor Presidente

SAMAE

Processo Licitatório Nº 126/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 126/2014

PREGÃO nº 073/2014

OBJETO: Prestação de serviços de telefonia móvel (SMP) para o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar de Brusque.

RESULTADO DA LICITAÇÃO: Aberta a sessão pública, no horário definido no edital e observado a publicação legal, não houve interessados na participação do certame licitatório. Isto posto e, considerando que não compareceu nenhum interessado à sessão pública declarou-se deserta a presente licitação, recomendando a repetição do ato com uma nova data para a sua abertura.

01/09/2014.

JOSEANA PAES LOPES

Pregoeira da Administração Pública Municipal

Portaria nº 8.938/2014

Processo Seletivo - Edital Nº 044/2014

Processo Seletivo - Edital nº 044/2014

O Secretário Municipal de Orçamento de Gestão no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Municipais nºs 2.174/97, 2.270/98, 3248/09 e Decreto nº 4.859/02, faz saber que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado à contratação de AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS e AGENTE DE OBRAS, em caráter temporário a fim de atender a necessidade de excepcional interesse público, para atuação na Secretaria Municipal de Obras, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que se regerá pelas normas dispostas neste edital.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1- O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos no Edital que rege o Processo Seletivo Simplificado, antes de realizar sua inscrição.

1.2- Os cargos, número de vagas, carga horária, habilitação e remuneração estão especificados no quadro constante do item 6 deste edital.

1.3- O exercício da função poderá exigir a prestação de serviços aos sábados, domingos e feriados, bem como a prestação de serviço externo e desabrigado e atendimento ao público.

1.4- O critério de seleção do presente Processo Seletivo consistirá, exclusivamente, de prova prática de caráter eliminatório e classificatório.

1.5- O prazo de validade do presente Processo Seletivo será de 01 ano.

1.6- O presente processo seletivo dá-se em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, tendo em vista o número de cargos preenchidos e a necessidade de contratação temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores efetivos.

2- DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO

AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS E AGENTE DE OBRAS
--

Ter o ensino fundamental incompleto

3- DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO

3.1- O candidato, no ato da inscrição, deverá apresentar cópia e original dos seguintes documentos, na seguinte ordem:

a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (folhas da identificação);

b) PIS;

c) CPF;

d) Carteira de Identidade;

e) Carteira de Trabalho e Previdência Social (folhas que comprovem tempo de serviço) ou Certidão de tempo de serviço ou declaração, expresso em anos e meses.

4- DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições serão realizadas junto à Secretaria Municipal de Obras Públicas, localizada na rua Dr. Penido, 51, Centro, Brusque, no período de 02 de setembro de 2014 a 05 de setembro de 2014, das 08:00 as 11:30 horas, e das 13:30 as 17:00 horas.

4.2 O candidato no ato da inscrição deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, o único responsável pelas mesmas.

4.3 Não será exigido qualquer valor a título de condição para inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

5- DOS REQUISITOS GERAIS PARA CONTRATAÇÃO NA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

- 5.1- Ter o ensino fundamental incompleto, cuja comprovação dar-se-á por meio da apresentação do histórico escolar ou, no caso de candidato formado, pelo certificado de conclusão de curso;
- 5.2- A nacionalidade brasileira ou equiparada;
- 5.3- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 5.4- Apresentar comprovante de quitação eleitoral;
- 5.5- Ter certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;
- 5.6- Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, comprovado por meio de Atestado Médico Admissional;
- 5.7- Ter sido aprovado na prova prática do processo seletivo;
- 5.8- Não acumular cargos, empregos e/ou funções públicas, salvo os casos previstos no art.37, XVI, "c" da Constituição Federal.

6- DOS CARGOS, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO E REMUNERAÇÃO

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO	REMUNERAÇÃO
Agente de Serviços Especiais	10 + C.R*	40 horas semanais	Ensino Fundamental Incompleto	R\$ 986, 40 (mais R\$200,00 a título de auxílio- alimentação)
Agente de Obras	03 + C.R*	40 horas semanais	Ensino Fundamental Incompleto	R\$ 1578,38 (mais R\$ 135,00 a título de auxílio- alimentação)

*CADASTRO DE RESERVA

7- DAS CARACTERÍSTICAS DA FUNÇÃO

7.1 - Agente de Serviços Especiais:

7.1.1 - Atribuições:

- Realizar atividades pertinentes ao cultivo de flores e plantas, preparando a terra, plantando sementes e mudas, limpando o local, aplicando inseticidas, bem como realizando podas e aparando-as em épocas preestabelecidas pelos superiores, de modo a conservar e embelezar canteiros, parques, jardins, entre outros.
- Promover a execução, recuperação e limpeza de valas, bocas de lobo, grelhas, tampas, caixas de água.
- Auxiliar trabalhos de construção, manutenção, reparação, conserto e adequação em alvenaria, concreto, carpintaria, pintura, entre outros, utilizando instrumentos diversos.
- Integrar a equipe de trabalho nos setores de obras e serviços públicos, como os de viação, manutenção de estradas, ruas, entre outros, bem como auxiliando em caminhão-pipa.
- Auxiliar no serviço de levantamentos, medições - topográficos e agrimensor - montando e/ou segurando equipamentos e/ou instrumentos utilizados, a fim de otimizar o serviço de alinhamento.
- Auxiliar nos serviços de encanação, mecânica, eletricidade, entre outros, atuando como suporte para o profissional habilitado sempre que necessário ou conforme solicitação do superior imediato.
- Executar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e a critério do superior imediato.

7.2 - Agente de Obras

7.2.1 - Atribuições:

- Realizar a manutenção preventiva e corretiva de edifícios, prédios, calçadas, pontes e outras estruturas, guiando-se por desenhos, esquemas e especificações, bem como utilizando instrumentos e ferramentas pertinentes ao ofício.
- Preparar o material de pintura, misturando tintas, pigmentos, óleos e outros, para obter a cor e quantidade desejada.
- Realizar levantamento das necessidades de materiais, ferramentas

entre outros, sempre que solicitado.

- Pintar paredes, tetos, assoalhos, árvores, muros, ruas, pontes, palcos, palanques, móveis, entre outros, observando as medidas, a posição e o estado da superfície a ser pintada.
- Executar trabalhos gerais de carpintaria, cortando, armando, instalando, pregando, colando, encaixando, montando, reformando peças ou conjuntos de madeira para edificações, veículos, mobiliário, cenários, entre outros, bem como para manutenção e/ou reformas.
- Auxiliar na construção e montagem das armações de madeira dos edifícios, pontes galpões, viveiros e obras públicas diversas, utilizando processos e ferramentas adequadas.
- Pavimentar e calçar solos de estradas, ruas e obras similares, alinhando, demarcando, preparando o solo, assentando o material, escavando, nivelando-os e demais procedimentos, conforme a necessidade, para dar-lhes melhor aspecto e facilitar o tráfego de veículos.
- Demolir edificações de concreto, de alvenaria e outras estruturas.
- Preparar canteiros de obras, limpando a área e compactando solos.
- Efetuar manutenção de primeiro nível, limpando máquinas e ferramentas, verificando condições dos equipamentos e reparando eventuais defeitos mecânicos nos mesmos.
- Operacionalizar projetos de instalações de tubulações, válvulas, bombas, ligações de água, corte e religação, adequação do sistema, estudando projetos, definindo traçados das tubulações, identificando pressão do fluido, dimensionando tubulações, identificando e quantificando materiais.
- Pré-montar e instalar tubulações, cortando e alinhando tubos conforme ângulo específico, assentando e vedando tubulações e instalando acessórios e equipamentos.
- Carregar e descarregar veículos.
- Executar tarefas de ordem geral e específica, sob orientação.
- Realizar outras atribuições compatíveis as acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

8- DATA, HORA E LOCAL DAS PROVAS

8.1- A prova prática realizar-se-á no dia 08 de setembro de 2014, iniciando às 09h00min, nas dependências da Secretaria Municipal de Obras Públicas, localizada na rua Dr. Penido, 51, Centro, Brusque.

9- DA PROVA, CLASSIFICAÇÃO E CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO

- 9.1- Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização da prova prática, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, comprovante de inscrição e documento de identificação original, o qual deverá estar em perfeitas condições, de maneira a permitir, com clareza, a identificação do candidato;
- 9.2- Estará classificado no Processo Seletivo Simplificado o candidato que obtiver na Prova Objetiva 05 (cinco) pontos do total geral da nota;

9.3- Em hipótese alguma será permitido ao candidato:

- Prestar a prova sem que esteja portando documento de identificação (CPF, RG, Carteira de Motorista, CTPS);
- Ingressar no estabelecimento da prova, após o início da aplicação da prova prática;
- Valer-se de qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, relógios digitais, telefone celular, agendas eletrônicas, pagers, bips, walkmann, ou qualquer outro equipamento similar.

9.4- No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão ou Boletim de Ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias da

data da realização da prova;

9.5- Não haverá segunda chamada para a prova objetiva em etapa única deste Processo Seletivo, ficando o candidato ausente, por qualquer motivo, eliminado do certame;

9.6- Após identificado e instalado, o candidato somente poderá ausentar-se da sala acompanhado de fiscal.

10- A PROVA PRÁTICA PARA O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS SERÁ REALIZADA DA SEGUINTE FORMA, PARA OS CANDIDATOS DO SEXO MASCULINO:

10.1- Levantar e carregar 01 saco de cimento (50 kg) na distância de 150 m. Tempo máximo de 2 minutos e mínimo de 1 minuto e 30 segundos para a execução da tarefa;

10.2- Escavar com picareta e enxada uma vala em terra (largura de 20 cm, profundidade de 50 cm e comprimento de 150 cm). Tempo máximo de 20 minutos e mínimo de 15 minutos para a execução da tarefa;

10.3- Executar um traço de concreto 1:2:4 (cimento, areia e brita 1). Usando balde, pá, colher de pedreiro e enxada. Após dosagem e mistura da massa a mesma deverá ser transportada em carrinho de mão até o local indicado para conclusão da prova pelo fiscal. Tempo máximo 20 minutos, tempo médio 15 minutos para execução da tarefa;

10.4- Conhecimentos gerais de uso e manuseio de instrumentos de trabalho, para o exercício pleno da função.

11- A PROVA PRÁTICA PARA O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS SERÁ REALIZADA DA SEGUINTE FORMA, PARA OS CANDIDATOS DO SEXO FEMININO:

11.1- Como teste de capacidade física, realizar o transporte de materiais e equipamentos (baldes com água, carrinho de mão carregado, sacos de lixo), tendo uma tentativa para a execução;

11.2- Demonstração de conhecimento e capacidade técnica, realização de limpeza, tendo uma tentativa para a execução;

11.3- Prática no manuseio de ferramentas, demonstrar a correta utilização das ferramentas e a atenção e segurança enquanto estiver trabalhando, tendo uma tentativa para a execução;

11.4- Uso do EPI, fazer o correto uso do equipamento, tendo uma tentativa para a execução.

12- A PROVA PRÁTICA PARA O CARGO DE AGENTE DE OBRAS SERÁ REALIZADA DA SEGUINTE FORMA:

12.1- Alinhamento e levantamento de paredes de tijolos;

12.2- Reboco e Calafinamento de paredes;

12.3- Levantar e carregar um saco de cimento (50 kg) na distância de 50 metros. Tempo máximo 2 minutos, tempo médio 1 minuto e 30 segundos;

12.4- Escavar com picareta e enxada uma vala em terra (largura de 20 cm, profundidade de 50 cm e comprimento de 150 cm). Tempo máximo 20 minutos e médio de 15 minutos);

12.5- Executar um traço de concreto 1:2:4 (cimento, areia e brita 1). Usando balde, pá, colher de pedreiro e enxada. Após dosagem e mistura da massa a mesma deverá ser transportada em carrinho de mão até o local indicado para conclusão da prova pelo fiscal. Tempo máximo 20 minutos, tempo médio 15 minutos para execução da tarefa;

12.6- Conhecimentos gerais de uso e manuseio de instrumentos de trabalho, para o exercício pleno da função.

13- DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

13.1- Em caso de empate, terá preferência, sucessivamente, o candidato:

a) mais idoso.

14- DO RESULTADO

14.1- As listagens dos aprovados na ordem decrescente de classificação serão divulgadas em 10 de setembro de 2014, através do site da Prefeitura Municipal de Brusque, no endereço eletrônico: www.brusque.sc.gov.br, bem como no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

15- DOS RECURSOS

15.1- A contar da data da divulgação do resultado (lista de classificados), o candidato terá 1 (um) dia útil para interpor recurso, devidamente fundamentado, apontando com clareza o(s) ponto(s) em que deseje combater, sob pena de não ser admitido seu recurso, os quais deverão ser apresentados na Secretaria Municipal de Obras Públicas, localizada na rua Dr. Penido, 51, Centro, Brusque, nos seguintes horários: das 8h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.

15.2- A divulgação dos resultados finais será realizada no dia 12 de setembro de 2014.

16- DOS DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

16.1- O candidato aprovado e convocado para trabalhar, deverá apresentar no Recursos Humanos através da Secretaria Municipal de Obras na data e horários fixados por este departamento, os seguintes documentos:

- 1- Instrumento de admissão/nomeação (memorando);
- 2- endereço do servidor;
- 3- comprovação da existência de cargo/emprego criado por lei;
- 4- regime jurídico;
- 5- informações pessoais: nome, sexo, cpf, nº registro/matricula, cargo ou função, classe, nível, padrão e referencia de vencimento, lotação, data do efetivo exercício e nº pis/pasep se houver;
- 6- laudo de inspeção de saúde;
- 7- comprovação de nacionalidade;
- 8- comprovação relativa ao gozo dos direitos políticos;
- 9- comprovação relativa a quitação militar, quitação com obrigações eleitorais;
- 10- declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;
- 11- informações sobre o cargo, órgão que pertence e carga horária do servidor em caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou de provento;
- 12- comprovação de idade mínima;
- 13- comprovação relativa a habilitação exigida no edital;
- 14- declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
- 15- fotocópia do registro do contrato na carteira de trabalho;
- 16- prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital de concurso público,
- 17- termo de posse;
- 18- parecer emitido pelo controle interno sobre a legalidade da admissão;
- 19- declaração de bens;
- 20- classificação de aprovação do candidato no concurso ou processo seletivo.

16- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1- Será automaticamente eliminado do certame e cancelada sua inscrição o candidato que obteve rescisão de contrato por justa causa, na Prefeitura Municipal de Brusque;

16.1- Não havendo candidatos classificados no processo seletivo, as vagas remanescentes serão preenchidas de acordo com os critérios a serem estabelecidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

16.2- O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes, sem

Anexo II

Estado Civil:

Grau de Escolaridade _____

Registro no Órgão de Classe nº _____

(RG) _____

CPF _____

Ass. do candidato Ass. Fiscal

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO Nº _____

CARGO _____

Nome Completo do Candidato _____

Brusque (SC) ____/____/____

Ass. Fiscal

OBS: Para realização da prova é obrigatório a apresentação do
Protocolo de Inscrição e Carteira de Identidade.**Processo Seletivo - Edital Nº 045/2014**

Processo Seletivo - Edital nº 045/2014

O Secretário Municipal de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis nºs 2.174/97, 2270/98, 3.248/09 e Decreto nº 4.859/02, faz saber que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado à contratação de OPERADOR DE MÁQUINAS, em caráter temporário a fim de atender necessidade de excepcional interesse público, para atuação na Secretaria Municipal de Obras, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, cuja seleção dos candidatos reger-se-á pelas normas dispostas no presente edital.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos no Edital que rege o Processo Seletivo Simplificado, antes de realizar sua inscrição;

1.2 O cargo, número de vagas, carga horária, habilitação e remuneração estão especificados no item n. 6 deste edital;

1.3 O critério de seleção do presente Processo Seletivo consistirá em prova escrita objetiva e prova prática de caráter eliminatório e classificatório;

1.4 Os candidatos classificados e admitidos no Processo Seletivo ficarão sujeitos à Jornada de Trabalho correspondente a 40 horas semanais;

1.5 O prazo de validade do Processo Seletivo será de 01 ano;

1.6 O presente Processo Seletivo dá-se em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, tendo em vista o número de cargos preenchidos e a necessidade de contratação temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores efetivos.

2- DOS REQUISITOS GERAIS PARA CONTRATAÇÃO NA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

2.1 Ter ensino fundamental completo, cuja comprovação dar-se-á por meio de apresentação do certificado de conclusão do curso, Carteira Nacional de Habilitação "E" e outros documentos constantes nesse edital.

3- DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão realizadas na Secretaria Municipal de Obras, localizada na rua Dr. Penido, Centro, Brusque - SC, no período de 0 de setembro de 2014 a 05 de setembro de 2014, das 8h00min às 11h30min e das 13h00min às 16h30min.

3.1- O candidato, no ato da inscrição, deverá apresentar cópia e original dos seguintes documentos, na seguinte ordem:

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (folhas da identificação);
- b) PIS;
- c) CPF;
- d) Carteira de Identidade;
- f) Carteira nacional de habilitação "E".

3.2 A Secretaria de Orçamento de Gestão não se responsabiliza por quaisquer problemas técnicos que possam provocar a "não inscrição do candidato", sendo este o único responsável por procurar meios para fazer a inscrição.

4- A INSCRIÇÃO, DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO

4.1 O candidato deverá ler atentamente o Edital do Processo Seletivo;

4.2 O candidato no ato da inscrição deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, o único responsável pelas mesmas.

5- DOS REQUISITOS GERAIS PARA CONTRATAÇÃO NA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

5.1- Ter o ensino fundamental incompleto, cuja comprovação dar-se-á por meio da apresentação do histórico escolar ou, no caso de candidato formado, pelo certificado de conclusão de curso.

5.2- A nacionalidade brasileira ou equiparada;

5.3- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

5.4- Apresentar comprovante de quitação eleitoral;

5.5- Ter certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;

5.6- Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, comprovado por meio de Atestado Médico Admissional;

5.7- Ter sido aprovado em todas as etapas do processo seletivo;

5.8- Não acumular cargos, empregos e/ou funções públicas, salvo os casos previstos no art.37, XVI, "c" da Constituição Federal;

6- DOS CARGOS, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO E REMUNERAÇÃO

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO	REMUNERAÇÃO
Operador de Máquinas	01 + C.R*	40 horas semanais	Ensino Fundamental Completo e Carteira Nacional de Habilitação	R\$ 1.578,38 (mais R\$135,00 a título de auxílio-alimentação).

*CADASTRO DE RESERVA

7- DAS CARACTERÍSTICAS DA FUNÇÃO

7.1 - Operador de Máquinas:

7.1.1 - Atribuições:

- Operar máquina, conduzindo-a e controlando painel de comandos e instrumentos, manobrando-a, dirigindo-a, posicionando o mecanismo da mesma segundo as necessidades do trabalho, com o intuito de viabilizar o mesmo.
- Zelar pelas boas condições da máquina, vistoriando-a e realizando pequenos reparos, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, de água e óleo, testando o freio, a parte elétrica, detectando problemas mecânicos, identificando sinais sonoros, luminosos ou visuais, checando indicações dos instrumentos do painel, lubrificando-a, solicitando manutenção quando necessário, entre outros, visando contribuir na conservação e segurança da máquina.
- Zelar pelas condições de segurança dos demais e de si mesmo e evitar acidentes, atentando para normas e procedimentos preestabelecidos, bem como utilizando equipamentos de proteção e/ou segurança quando necessário.
- Prestar socorro e/ou remover veículos, quando necessário, operando comandos e/ou mecanismos da máquina, possibilitando a execução da tarefa necessária.
- Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério de seu superior imediato.

8- DA PROVA, CLASSIFICAÇÃO E CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO

8.1- Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização da prova objetiva, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munidos de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento de identificação original, o qual deverá estar em perfeitas condições, de maneira a permitir, com clareza, a identificação do candidato;

9.2- O candidato somente poderá deixar o local de prova depois de decorrido 01 (uma) hora de início da prova, sendo automaticamente eliminado do certame aquele que não atender a este dispositivo;

9.3- Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão deixar o recinto de uma vez só, após o último candidato ter concluído a sua prova;

9.4- A prova de que trata o presente Edital compor-se-á de 20 (vinte) questões objetivas, sendo 05 (cinco) língua portuguesa, com o valor de 0,50 (zero vírgula cinquenta) pontos para cada questão, 05 (cinco) questões de matemática, com valor de 0,50 (zero vírgula cinquenta) para cada questão e 10 (dez) questões de conhecimento específico, com valor de 0,50 (zero vírgula cinquenta) para cada questão;

9.5- Estará classificado no Processo Seletivo Simplificado o candidato que obtiver na Prova Objetiva 05 (cinco) pontos do total geral da nota;

9.6- Em hipótese alguma será permitido ao candidato:

- a) Prestar a prova sem que esteja portando documento de identificação (CPF, RG, Carteira de Motorista, CTPS);
- b) Ingressar no estabelecimento da prova, após o fechamento da sala;
- c) Substituir a folha de respostas, por erro do candidato;
- d) Valer-se de qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, relógios digitais, telefone celular, agendas eletrônicas, pagers, bips, walkmann, ou qualquer outro equipamento similar.

9.7- No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão ou Boletim de Ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova;

9.8- Não haverá segunda chamada para a prova objetiva em etapa única deste Processo Seletivo, ficando o candidato ausente, por qualquer motivo, eliminado do certame;

9.9- Após identificado e instalado, o candidato somente poderá ausentar-se da sala acompanhado de fiscal.

10- DA PROVA PRÁTICA, DA CLASSIFICAÇÃO E DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

10.1- Os candidatos serão submetidos a prova prática que tem por objetivo avaliar a aptidão do candidato para o exercício das atividades inerentes à função.

10.2- A prova prática com caráter eliminatório e classificatório, do processo seletivo para os cargos constantes no item anterior, devendo a ela submeterem-se todos os candidatos inscritos para esses cargos, a qual consistirá na realização de tarefas inerentes à natureza do cargo a ser exercido, observando-se os critérios seguintes:

CARGO	EXERCÍCIOS A SEREM AVALIADOS
Operador de máquinas	Rampa, escavação de barro, colocação de galerias e abertura de valas, sub-base, base, perfilagem de asfalto e vias para pavimentação, Colocação de tubos, escavação e abertura de valas, Compactação de Sub-base, base e capa asfáltica.

11.3- Os candidatos serão submetidos à prova prática nos dias 11 de Setembro de 2014, a partir das 08:00 horas, no local sito a Rua Estrada da Boemia, Bairro Limeira Alta, Brusque/SC.

11.4- Será atribuída nota zero na prova prática, ao candidato que, por qualquer razão, chegar com atraso, não comparecer ou comparecer em local e horário diverso ao publicado neste edital.

11.5- Por razões de ordem técnica ou meteorológica poderá ser transferida a data, local e horário da realização da prova prática. Os candidatos serão avisados por comunicado no endereço eletrônico do processo seletivo e ou por aviso fixado no mural e ou porta de entrada principal do local anteriormente marcado para a sua realização, quando o evento determinante da alteração for de natureza imprevisível;

11.6- Os candidatos deverão comparecer ao local e horário determinados neste edital item 11.3:

a) Munidos de documento de identificação, sem o qual não poderão ingressar no local; deverão apresentar ainda a Carteira Nacional de Habilitação categoria que os autorize a conduzir o veículo e ou equipamento.

b) Trajados e calçados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática, não sendo admitidos candidatos sem calçado ou peça de vestuário.

11.7- Os candidatos declaram, ao inscrever-se, gozar de perfeita saúde e estarem aptos para realizar as tarefas que lhe forem determinadas.

11.8- Durante a realização da prova prática é proibido fumar ou ingerir qualquer medicamento ou alimento e usar equipamento de som de qualquer natureza.

11.9- O candidato poderá trazer e beber água acondicionada em garrafa de material plástico.

11.10- Os veículos para a realização da prova prática serão fornecidos pela Prefeitura Municipal de Brusque, no estado em que se encontrarem.

11.11- As tarefas a serem executadas e o tempo de duração da prova prática, estarão especificadas e descritas em uma "Folha de Tarefa" que será preparada pela banca de avaliação da prova

prática.

11.12- Os candidatos, na ordem de chegada no local, serão conduzidos ao local onde será aplicada a prova, onde sortearão o envelope contendo uma Folha de Tarefa e, após autorização do avaliador, iniciarão a sua execução.

11.13- No prazo fixado na folha de tarefa o candidato interromperá a execução do trabalho determinado, mesmo que não o tenha concluído, sendo avaliadas as etapas que cumpriu.

11.14- Durante a realização da Prova Prática serão avaliados os seguintes quesitos:

- a) Postura corporal durante execução da tarefa;
- b) Disciplina, persistência e capacidade de concentração;
- c) Qualidade da execução da tarefa;
- d) Demonstração pelo candidato de que conhece as atividades do cargo que se inscreveu.

11.15- A avaliação da Prova Prática será feita por dois avaliadores, designados pela PREFEITURA. Os avaliadores preencherão, para cada candidato, uma ficha de avaliação, atribuindo notas de 0 a 10 para cada um dos quesitos descritos no item anterior. A nota da prova prática será obtida mediante a média aritmética das notas obtidas nos quesitos.

11.15- Será desclassificado o candidato que não obtiver nota igual ou inferior a 5,00 (cinco) na Prova Prática.

11.16- O preenchimento das vagas será efetuado pela ordem decrescente de classificação, levando-se em conta, prova objetiva e a prática.

11.17- Os candidatos, na ordem de chegada no local, serão conduzidos ao local onde será aplicada a prova, onde sortearão o envelope contendo uma Folha de Tarefa e, após autorização do avaliador, iniciarão a sua execução.

11.18- No prazo fixado na folha de tarefa o candidato interromperá a execução do trabalho determinado, mesmo que não o tenha concluído, sendo avaliadas as etapas que cumpriu.

11.19- Durante a realização da Prova Prática serão avaliados os seguintes quesitos:

- a) Postura corporal durante execução da tarefa;
- b) Disciplina, persistência e capacidade de concentração;
- c) Qualidade da execução da tarefa;
- d) Demonstração pelo candidato de que conhece as atividades do cargo que se inscreveu

11.20- A avaliação da Prova Prática será feita por dois avaliadores, designados pela PREFEITURA. Os avaliadores preencherão, para cada candidato, uma ficha de avaliação, atribuindo notas de 0 a 10 para cada um dos quesitos descritos no item anterior. A nota da prova prática será obtida mediante a média aritmética das notas obtidas nos quesitos.

11.21- Será desclassificado o candidato que não obtiver nota igual ou inferior a 5,00 (cinco) na Prova Prática.

11.17- O preenchimento das vagas será efetuado pela ordem decrescente de classificação, levando-se em conta, prova objetiva e prova prática, ou seja, o somatório da resultado da prova prática e o resultado da prova prática (média aritmética), caso haja vaga disponível; observando-se, para tanto, os critérios de pontuação especificados no quadro abaixo:

11- DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1- Em caso de empate, terá preferência, sucessivamente, o candidato:

- a) mais idoso;
- b) maior número de acertos nas questões de noções de higiene e

segurança no trabalho;

c) maior número de acertos nas questões de Língua Portuguesa;

d) maior número de acertos nas questões de Matemática;

12- DO RESULTADO

12.1- As listagens dos aprovados na ordem decrescente de classificação serão divulgadas em 12 de setembro de 2014, através do site da Prefeitura Municipal de Brusque, no endereço eletrônico: www.brusque.sc.gov.br, bem como no Diário Oficial dos Municípios - DOM .

13 - DOS RECURSOS

13.1- A contar da data da divulgação do resultado (lista de classificados), o candidato terá 1 (um) dia útil para interpor recurso, devidamente fundamentado, apontando com clareza o(s) ponto(s) em que deseja combater, sob pena de não ser admitido seu recurso, os quais deverão ser apresentados na Secretaria Municipal de Saúde, sito na Praça das Bandeiras, nº 77, Centro, Brusque/SC (Sede da Prefeitura Municipal), nos seguintes horários: das 8h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.

13.2 - A divulgação dos resultados finais será realizada no dia 14 de setembro de 2014.

14 - DOS DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

14.1- O candidato aprovado e convocado para trabalhar, deverá apresentar no Recursos Humanos através da Secretaria Municipal de Obras na data e horários fixados por este departamento, os seguintes documentos:

- 1- Instrumento de admissão/nomeação (memorando)
- 2- endereço do servidor,
- 3- comprovação da existência de cargo/emprego criado por lei,
- 4- regime jurídico,
- 5- informações pessoais: nome, sexo, cpf, nº registro/matricula, cargo ou função, classe, nível, padrão e referencia de vencimento, lotação, data do efetivo exercício e nº pis/pasep se houver.
- 6- laudo de inspeção de saúde,
- 7- comprovação de nacionalidade,
- 8- comprovação relativa ao gozo dos direitos políticos,
- 9- comprovação relativa a quitação militar, quitação com obrigações eleitorais,
- 10- declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato,
- 11- informações sobre o cargo, órgão que pertence e carga horária do servidor em caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou de provento,
- 12- comprovação de idade mínima,
- 13- comprovação relativa a habilitação exigida no edital,
- 14- declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.
- 15- fotocópia do registro do contrato na carteira de trabalho,
- 16- prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital de concurso público,
- 17- termo de posse,
- 18- parecer emitido pelo controle interno sobre a legalidade da admissão,
- 19- declaração de bens,
- 20- classificação de aprovação do candidato no concurso ou processo seletivo,

15- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1- Será automaticamente eliminado do certame e cancelada sua inscrição o candidato que obteve rescisão de contrato por justa causa, na Prefeitura Municipal de Brusque;

15.1- Não havendo candidatos classificados no processo seletivo, as vagas remanescentes serão preenchidas de acordo com os critérios a serem estabelecidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

15.2- O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes, sem prejuízo das cominações legais;

15.3- O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital, e valerá como aceitação tácita das normas estabelecidas para o presente processo seletivo.

15.4- O presente edital poderá ser cancelado ou alterado de acordo com os interesses da Administração, não gerando para tanto nenhum direito adquirido aos candidatos.

15.5- O candidato aprovado no Processo Seletivo e convocado para trabalhar, receberá seu salário pela Caixa Econômica Federal, agência Brusque, cuja data da assinatura do contrato de abertura de conta será informada pela sua respectiva secretaria.

15.6- O candidato convocado para trabalhar e que estiver com restrição no CPF, deverá regularizá-lo junto à Receita Federal, o mais breve possível, sob pena de não ter seu salário depositado na conta em razão da irregularidade.

15.7- A aprovação e classificação final no Processo Seletivo geram para o candidato apenas a expectativa de direito à nomeação. Durante o período de validade do Processo Seletivo, a Prefeitura Municipal de Brusque reserva-se no direito de proceder às convocações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e respeitados os limites de gastos com pessoal, até o número de vagas existentes, observada rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

15.8- Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

Brusque, 02 de setembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Anexo I

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Eu, _____, brasileiro (a), _____ (estado civil), inscrito (a) no RG nº _____, e CPF nº _____, declaro para os fins, para tomar posse no cargo de _____

_____, que não sou titular, não exerço e/ou não estou em licença, remunerada ou não, de qualquer cargo, emprego, ou função pública da administração pública direta e indireta, incluídas as autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de qualquer Município, Estado, do Distrito Federal ou da União, que seja incompatível com o Cargo em que tomarei posse, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal.

DECLARO, que não percebo proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que seja incompatível com o Cargo em que tomarei posse.

DECLARO, outrossim, estar ciente de que devo comunicar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos.

DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Brusque/SC, ____ de _____ de 2014.

Assinatura do candidato

Anexo II

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade número _____, e inscrito (a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos fins que, no exercício do cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, ____/ ____/ ____.

Assinatura do Candidato.

Anexo III

DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo bens a declarar

() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:				
Casa, apartamento ou terreno				
Endereço	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual	
Veículo				
Tipo	Ano	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual
Outros				

Fontes de renda

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Local e data: _____

Assinatura

Anexo IV

FICHA DE INSCRIÇÃO Nº _____

CARGO _____

Nome Completo do Candidato _____

Endereço: _____
nº _____Bairro _____ Cidade _____
Fone _____

Estado Civil: _____

Grau de Escolaridade _____

Registro no Órgão de Classe nº _____

(RG) _____
CPF _____

Ass. do candidato Ass. Fiscal

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO Nº _____

CARGO _____

Nome Completo do Candidato _____

Brusque (SC) ____/____/____
Ass. FiscalOBS: Para realização da prova é obrigatório a apresentação do
Protocolo de Inscrição e Carteira de Identidade.**Portaria Nº 118/2014 SAMAE**

PORTARIA Nº 118/2014

O PREFEITO MUNICIPAL e o DIRETOR PRESIDENTE do SAMAE DE
BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II,
alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 147/09, o candidato, abaixo nominado, habilitado em concurso público promovido por este Município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 07/2013, de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23/04/2014, para o provimento do seguinte cargo efetivo:

Cargo: Agente de Obras (Pintor)

NOME	CLASSIFICAÇÃO
PAULO MARCELO FROGGEL	3

Art. 2º Nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar nº 147/09, fixar o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

produzindo seus efeitos a partir do dia 11/08/2014.

Brusque, 29 de agosto de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal de Brusque

ROGÉRIO RISTOW
Diretor Presidente do SAMAE

Portaria Nº 120/2014 SAMAE

PORTARIA Nº 120/2014

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias aos servidores:

Anderson Luiz Miranda, matrícula 2682.4-00, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais;
Django Deucher, matrícula 846.0-00, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações;
Enio de Almeida Marques, matrícula 799.4-00, ocupante do cargo de Agente Hidráulico;
Flori Ramos de Moraes, matrícula 810.9-00, ocupante do cargo de Agente de Leitura e Inspeção;
Marcio Varrienteo dos Santos, matrícula 1816.3-01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais;
Rogerio Borges de Jesus, matrícula 319.0-00, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações;
Valmir Gonçalves Junior, matrícula 824.9-00, ocupante do cargo de Operador de ETA/ETE.

Pelo período de 08/09/2014 até 27/09/2014.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 08/09/2014.

Brusque, 01 de setembro de 2014.

Rogério Ristow
Diretor Presidente
SAMAE

Portaria Nº 9.314, de 26 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.314, DE 26 DE AGOSTO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 001/2013, de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de ASSISTENTE SOCIAL, conforme abaixo nominados:

ASSISTENTE SOCIAL
PATRICIA ERNESTO DE ANDRADE FRACALOSSO
LIGIANE DE SOUZA SCAPPINI

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de agosto de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.315, de 26 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.315, DE 26 DE AGOSTO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 008/2013, de 10 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de ENFERMEIRO, MÉDICO ESPECIALISTA - PNEUMOLOGISTA, PSICÓLOGO, conforme abaixo nominados:

ENFERMEIRO
CECILIA RIOS DOS REIS
CARMINE CONY CONEGATTO
MÉDICO ESPECIALISTA - PNEUMOLOGISTA
JORGE MARCELO DORNELLES DIEHL
PSICÓLOGO
ALISSON VINICIUS SILVA FERREIRA

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de agosto de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.257, de 11 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.257, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, a servidora Emilene Freitas da Costa Cabezudo, matrícula 104309.9-0, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, a partir de 01/07/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/07/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.258, de 11 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.258, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona, por motivo de aposentadoria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, Maria Neusa dos Santos Klann do cargo de Agente de Serviços Especiais, matrícula 37315.0-5, lotada na Secretaria de Educação, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal, em virtude de aposentadoria, a partir de 01/07/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso IV do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/07/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.259, de 11 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.259, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, o servidor Paulo Cesar Trindade, matrícula 104778.7-0, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria de Saúde, a partir de 01/07/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/07/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.260, de 11 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.260, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, o servidor Caue Schuch Lopes, matrícula 10000000854.1-0, ocupante do cargo efetivo de Monitor Escolar, lotado na Secretaria de Educação, a partir de 04/07/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/07/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.261, de 11 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.261, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, a servidora Nadine Moritz de Oliveira, matrícula 922, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 07/07/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/07/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.262, de 11 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.262, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, o servidor Alexandre Martini, matrícula 108989.7-0, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Civil, lotado no Instituto Brusquense de Planejamento, a partir de 09/07/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/07/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.263, de 11 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.263, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, o servidor Martinho Carlos Kohler, matrícula 50935.3-4, ocupante do cargo efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Obras, a partir de 09/07/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/07/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.264, de 11 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.264, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, o servidor Maicon Cipriani Gonçalves, matrícula 411669.0-1, ocupante do cargo efetivo de Educador Social, lotado na Secretaria de Educação, a partir de 16/07/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/07/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.265, de 11 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.265, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, o servidor Narciso Rosa de Andrade, matrícula 37247.1-4, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação, a partir de 16/07/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/07/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.266, de 11 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.266, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Paula Ribeirão Leitão, matrícula 74074.8-2, do cargo em comissão de Diretora, Padrão CC-IV, lotada na Secretaria de Comunicação Social, a partir de 16/07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/07/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.267, de 11 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.267, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, a servidora Blaira Pedroso da Silva, matrícula 71978.1-0, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 17/07/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

com efeitos a partir de 17/07/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.268, de 11 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.268, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Agnaldo Bueno Lopes, matrícula 71044.0-1, do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Obras, a partir de 22/07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/07/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.269, de 11 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.269, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, o servidor Akkineiw Campos de Menezes, matrícula 71938.2-0, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotado na Secretaria de Educação, a partir de 28/07/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/07/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.270, de 11 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.270, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, o servidor Daniel Brito Morganti Ferreira, matrícula 411677.1-1, ocupante do cargo efetivo de Educador Físico, lotado na Secretaria de Saúde, a partir de 29/07/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29/07/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.271, de 11 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.271, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, a servidora Maria Bernadete dos Santos Araújo, matrícula 46465.1-6, ocupante do cargo efetivo de Professora Auxiliar, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 31/07/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/07/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.272, de 11 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.272, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Lucimara Rosana Cardozo, matrícula 107809.7-0, do cargo em comissão de Diretora, Padrão CC-IV, lotada na Secretaria de Comunicação Social, a partir de 08/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/08/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.273, de 11 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.273, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Karla Avila, matrícula 75025.5-2, do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação, a partir de 08/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/08/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.274, de 11 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.274, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Jhonny Fernando do Nascimento Rodrigues, matrícula 79207.1-0, do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, a partir de 08/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/08/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.275, de 11 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.275, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

Substitui membro representante da Secretaria de Turismo no Conselho Municipal de Turismo - COMTUR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir o representante da Secretaria de Turismo no Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, conforme segue:

- Suplente: GABRIELA RISTOW BUSS

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.278, de 13 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.278, DE 13 DE AGOSTO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Tannay Vaz Junior, matrícula 108286.8-0, do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, a partir de 01/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/08/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.282, de 13 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.282, DE 13 DE AGOSTO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Bernardo Cardeal para ocupar o cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Saúde, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.283, de 13 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.283, DE 13 DE AGOSTO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Benedito da Silva Rodrigues para ocupar o cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.284, de 14 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.284, DE 14 DE AGOSTO DE 2014.

Substitui membro representante da Sociedade Civil Organizada no Conselho Municipal da Juventude - COMJUV.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir o membro suplente do Conselho Municipal da Juventude - COMJUV, nominado no item II - a, da Portaria n.º 8.580/13, conforme segue:

II - (...)

a) um representante de estudantes secundaristas do município de Brusque matriculado em escola pública ou particular:
Suplente: Vinícius Klabunde (Grêmio Colégio São Luiz)

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.285, de 14 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.285, DE 14 DE AGOSTO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 6-A da Lei nº 3.671/13,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Altair Brehm, contratado para exercer o cargo de Agente de Obras, gratificação no percentual de 45% (quarenta e cinco por cento) sobre seu vencimento, pelo período de 02 (dois) meses, a partir de 01 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/08/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.286, de 14 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.286, DE 14 DE AGOSTO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria n.º 9.106, de 23 de abril de 2014, que concede ao servidor Cristiano Tito Corrêa, ocupante do cargo de Educador Social, gratificação por desempenho de encargos de especial responsabilidade no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre seu vencimento, a partir de 02 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/07/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 7.485, de 27 de Agosto de 2014.

DECRETO Nº. 7.485, DE 27 DE AGOSTO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 129.044,00 (cento e vinte e nove mil e quarenta e quatro reais), para atender a programação abaixo especificada:

25.00	Fundo Municipal de Saúde
25.001	Fundo Municipal de Brusque
010.0301.0275.2271	Atenção Básica, Esf, Acs (BLATB)
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.02.00	Rec. de Impostos e de Transferências
VALOR	R\$ 11.500,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
0.1.64.13	Atenção Básica - Nasf
VALOR	R\$ 33.189,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.6.4.12	Agente Comunitários de Saúde - PACS
VALOR	R\$ 37.862,00
3.1.91.00	Aplicações Diretas Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades
0.1.6.4.15	Saúde Bucal
VALOR	R\$ 16.493,00
010.0122.0220.2276	Gestão da Secretaria Municipal de

Saúde (BLGES)

3.3.90.00

Aplicações Diretas - Outras Despesas

Correntes

0.1.0.2.00

Rec. de Impostos e de Transf. Imp-

Saúde

VALOR

R\$ 30.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

25.00

Fundo Municipal de Saúde

25.001

Fundo Municipal de Brusque

010.0301.0275.2271

Atenção Básica, Esf, Acs (BLATB)

3.1.90.00

Aplicações Diretas - Pessoal e Encar-

gos Sociais

0.1.02.00

Rec. de Impostos e de Transferências

VALOR

R\$ 11.500,00

3.3.90.00

Aplicações Diretas - Outras Despesas

Correntes

0.1.64.13

Atenção Básica - Nasf

VALOR

R\$ 33.189,00

3.1.91.00

Aplicações Diretas Decorrente de Ope-

ração entre Órgãos, Fundos e Entidades

0.1.6.4.12

Agente Comunitários de Saúde - PACS

VALOR

R\$ 37.862,00

3.1.90.00

Aplicações Diretas - Pessoal e Encar-

gos Sociais

0.1.6.4.15

Saúde Bucal

VALOR

R\$ 16.493,00

010.0122.0220.2276

Gestão da Secretaria Municipal de Saú-

de (BLGES)

3.1.90.00

Aplicações Diretas - Pessoal e Encar-

gos Sociais

0.1.0.2.00

Rec. de Impostos e de Transf. Imp-

Saúde

VALOR

R\$ 30.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 27 de agosto de 2014, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON ROGRIGO RIFFEL

Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe Gabinete do Prefeito

Decreto Nº. 7.490, de 29 de Agosto de 2014

DECRETO Nº. 7.490, DE 29 DE AGOSTO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 700.000,00 (Setecentos mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

09.00	Secretaria Municipal de Educação
09.001	Secretaria Municipal de Educação
012.0365.0335.2021	Manutenção de Creches
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.62.01	Recursos Educação/Fnde - Manut. Creches
VALOR	R\$ 150.000,00
14.00	Encargos Gerais do Município
14.001	Encargos Gerais do Município
028.0843.0180.2078	Pagamento de Precatórios - EC
62/2009	
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
Correntes	
0.1.72.00	Precatórios
VALOR	R\$ 150.000,00
19.00	Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001	Secretaria de Orçamento e Gestão
004.0121.0010.2015	Manutenção do Depto. De Finanças e
Contabilidade	
3.3.50.00	Transf. A Instituições Privadas Sem
Fins Lucrativos - Outras Despesas Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 50.000,00
21.00	Secretaria de Trânsito e Mobilidade
21.001	Secretaria de Trânsito e Mobilidade
006.0452.0325.2303	Manutenção e Gestão do Trânsito e
Transp. Urbanos	
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.56.00	Convênio Trânsito Prefeitura
VALOR	R\$ 250.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimento
0.1.56.00	Convênio Trânsito Prefeitura
VALOR	R\$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.62.01	Recursos Educação/Fnde - Manut. Creches
Valor Orçado	R\$ 0,00
Valor arrecadado até a data de 10/07/2014.	R\$ 206.504,07
Excesso de arrecadação até a data de 10/07/2014.	R\$ 206.504,07
Valor Utilizado Decreto nº 7471/2014	21.400,00
Valor a Utilizar	R\$ 186.296,15

II - superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2012
406540-0	B.BRASIL C/ PMB RENAINF/MULTAS TRÂNSITO	0.3.56.00	487,75
48627-2	B.BRASIL C/ MULTAS	0.1.56.00 0.3.56.00	82.761,58 651.722,99
TOTAL GERAL			734.972,32
Valores Comprometidos		Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar		0.1.56.00/0.3.56.00	0,00
DDO à Pagar		0.1.56.00/0.3.56.00	15,75
Restos à Pagar		0.1.56.00/0.3.56.00	83.125,83
TOTAL		0.1.56.00/0.3.56.00	83.141,58
Saldo		Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro		0.3.56.00	651.830,74

III - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

14.00	Encargos Gerais do Município
14.001	Encargos Gerais do Município
028.0843.0180.2078	Pagamento de Precatórios - EC
62/2009	
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 150.000,00
19.00	Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001	Secretaria de Orçamento e Gestão
004.0121.0010.2015	Manutenção do Depto. De Finanças e
Contabilidade	
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 50.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 29 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON ROGRIGO RIFFEL

Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe Gabinete do Prefeito

Resultado Geral - Processo Seletivo N. 040/2014**RESULTADO GERAL - PROCESSO SELETIVO N. 040/2014**

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA O RESULTADO PRELIMINAR do Processo Seletivo para o cargo de MECÂNICO, conforme segue:

MECÂNICO

CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	NOTA DA PROVA PRÁTICA	ESCOLARIDADE EXIGIDA	SITUAÇÃO
MAILDES ERSINO VIEIRA	6,6	8,0	ATENDEU O REQUISITO	APROVADO
JORGE LEANDRO DA SILVA	7,2	7,5	NÃO ATENDEU O REQUISITO	REPROVADO

Brusque, 01 de setembro de 2014.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

Resultado Geral - Processo Seletivo N. 041/2014**RESULTADO GERAL - PROCESSO SELETIVO N. 041/2014**

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA O RESULTADO PRELIMINAR do Processo Seletivo para os cargos de AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS E AGENTE DE OBRAS, conforme segue:

AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS

CANDIDATO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
MARIA APARECIDA ECCHER	9,00	1º
ADRIANO ALVES MARTINS	9,00	2º
PAULO LIMA	9,00	3º
FRANCISCO BRILHANTE DA SILVA FILHO	9,00	4º
NATIELI FÁTIMA DA COSTA	8,50	5º
RENATA DO SOCORRO ANDRADE DA SILVA	8,50	6º
MARINALVA DOS SANTOS OLIVEIRA	8,50	7º
JOSÉ CARLOS BURG	8,00	8º
ROBERTO ALEXANDRE	8,00	9º
JEREMIAS SOUZA SILVA JUNIOR	8,0	10º
JOSÉ CARLOS CERVO	7,50	11º
NATALICIO PAULO DA SILVA	7,50	12º
MARLENE QUINTANILHA DA COSTA	7,50	13º
SEBASTIÃO DANTAS NETO	7,0	14º
ANDRÉ COMANDOLLI	6,5	15º
CLAUDIA CATARINA THIWES DE LEMOS	6,0	16º
JAIR ALVES DOS SANTOS	6,00	17º
FABIANA CRISTINA PENA	6,00	18º
MARISTELA APARECIDA ALVES DA SILVA LOPES	5,50	19º
JACI LUIZ DESIDERIO	5,00	20º
ELENIZE REIS RODRIGUES	3,00	-----
VALMIR ALVES DA SILVA	1,00	-----
CLEZIA MARILEIA OLIVEIRA DA SILVA	0,00	-----

AGENTE DE OBRAS

CANDIDATO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
JOÃO SÁ TELES SANATANA	9,00	1º
ROBERTO ALVES DOS SANTOS	9,00	2º
CARLOS MASSATTI YAMAMOTO	8,50	3º
JOSÉ ADECLAIR MOREIRA DE CAMARGO	8,00	4º
CLÁUDIO VILL	8,00	5º
ANTONIO GUIMARÃES	8,00	6º
JORGE FERREIRA DE ASSIS	8,00	7º
ANDERSON ROCHA DE ALCANTRA	8,00	8º
CLEITO CESAR COSTA	7,00	9º
VINÍCIUS VARGAS	7,00	10º
JOÃO CARLOS CERVI	6,00	11º
LUIZ FERNANDO FRANÇA EUGENIO	5,5	12º

Brusque, 01 de setembro de 2014.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

Resultado Geral - Processo Seletivo N. 042/2014**RESULTADO GERAL - PROCESSO SELETIVO N. 042/2014**

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA O RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA do Processo Seletivo para o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, conforme segue:

OPERADOR DE MÁQUINAS

CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	CLASSIFICAÇÃO
ADILSON HERMANN	8,0	1º
NIBERTO GOEDERT	7,0	2º

Brusque, 01 de setembro de 2014.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

Resultado Geral - Processo Seletivo N. 043/2014
RESULTADO GERAL - PROCESSO SELETIVO N. 043/2014

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA O RESULTADO PRELIMINAR do Processo Seletivo para o cargo de ARTE EDUCADOR E INSTRUTOR, conforme segue:

ARTE EDUCADOR
NÃO TEVE CANDIDATOS INSCRITOS
INSTRUTOR

NOME	NOTA	CLASS.	SITUAÇÃO
GILBERTO DEBATIM JÚNIOR	8,00	1º	APROVADO
RAMON ANTÔNIO DE ARAÚJO	6,00	2º	APROVADO
PATRICIA JENIFER ANTÔNIO	6,00	3º	APROVADO
CARLOS CRISTIANO DE OLIVEIRA	5,5	4º	APROVADO
DOUGLAS MANASSÉS	5,0	5º	APROVADO
DIEGO DA ROSA RAMOS	5,0	6º	APROVADO
CLARICE BARBIERI	4,5	-----	REPROVADO
RONALDO OLIVEIRA SANTOS	4,0	-----	REPROVADO
FELIPE CERVO	4,00	-----	REPROVADO
KATHISCIA WALESKA WOJCIECHO- WSKI BRUM	4,00	-----	REPROVADO

Brusque, 01 de setembro de 2014.
DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

Caçador**PREFEITURA****Decreto Nº 6.102/2014**

DECRETO nº 6.102, de 29 de agosto de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Secretaria de Educação, na importância de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria da Educação

3.3.90.00.00.00.00.0001 - Aplicações DiretasR\$ 160.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação

3.1.90.00.00.00.00.0001 - Aplicações DiretasR\$ 160.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de agosto de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Decreto Nº 6.101/2014

DECRETO nº 6.101, de 29 de agosto de 2014.

Substitui membro nomeado pelo Decreto nº 5.737/13, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o membro da entidade abaixo relacionada, nomeado pelo Decreto nº 5.737, de 26 de setembro de 2013, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, pelo nome subsequente, na forma que segue:

Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Arlete Torresan
Suplente:...

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de agosto de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 6.100/2014

DECRETO nº 6.100, de 29 de agosto de 2014.
Substitui membro nomeado pelo Decreto nº 5.651/13, para compor o Conselho Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o membro da entidade abaixo relacionada, nomeado pelo Decreto nº 5.651, de 24 de julho de 2013, para compor o Conselho Municipal de Assistência Social, pelo nome subsequente, na forma que segue:

Secretaria Municipal de Assistência Social

(CREAS- Centro Especializado de Referência de Assistência Social)
Titular: Arlete Torrezan
Suplente: ...

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de agosto de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 6.099/2014

DECRETO Nº 6.099, de 28 de agosto de 2014.
Suplementa dotação orçamentária, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Secretaria de Educação, por conta do excesso de arrecadação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Secretaria de Educação, na importância de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.047 - Aplicação Recursos do Fundeb 40%
3.3.90.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo anterior, serão utilizados recursos financeiros provenientes do excesso de arrecadação no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais):

Recurso 19 - Transferências do FUNDEB 40%..... R\$ 400.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de agosto de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Fazenda.

Decreto Nº 6.098/2014

DECRETO nº 6.098, de 27 de agosto de 2014.
Substitui membros nomeados pelo Decreto nº 5.657/13, para comporem o Conselho Municipal do Idoso.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros da entidade abaixo relacionada, nomeados pelo Decreto nº 5.657, de 06 de agosto de 2013, para comporem o Conselho Municipal do Idoso, pelos nomes subsequentes, na forma que segue:

Secretaria de Desenvolvimento Regional- SDR
Titular: Zilda de Melo Albuquerque

Suplente: Maryanne Muniz Godinho

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de agosto de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 6.097/2014

DECRETO Nº 6.097, de 27 de agosto de 2014.
Dá nova redação ao art. 1º e seus incisos I e II, do Decreto nº 5.996, de 30 de abril de 2014, que aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º e seus incisos I e II do Decreto nº 5.996, de 30 de abril de 2014, que aprova desmembramento de terreno urbano, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 835,756m² (oitocentos trinta e cinco metros e setecentos e cinquenta e seis centímetros quadrados), objeto da matrícula nº 5.776, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na Rua Santa Rita de Cássia, Bairro Nossa Senhora Salete, nesta cidade, de propriedade de Neri Lourenço da Rocha, ficando

após o desmembramento constituído de dois lotes, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - lote 01 com 304,982m² (trezentos e quatro metros e noventa e oitenta e dois centímetros quadrados), iniciando-se no vértice 1 de coordenadas plano retangular (N 7.040.199,60m e E 499.332,62m); Do vértice 1 segue confrontando com o Lote 18, objeto da matrícula nº 5838 com o azimute 140°07'55", medindo 30,00 metros até o vértice 2; Deste segue confrontando com a Rua Santa Rita de Cássia com o azimute 233°15'07", medindo 10,00 metros até o vértice 3; Deste segue confrontando com o Lote 02 deste desmembramento com o azimute 320°43'19", medindo 32,06 metros até o vértice 4; Deste segue confrontando com o imóvel objeto da matrícula nº 1974, de propriedade de Orestes Mandelli com o azimute 65°11'56", medindo 10,00 metros até o vértice 1; Início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 304,982m².

II - lote 02 com 530,774m² (quinhentos e trinta metros e setecentos e setenta e quatro centímetros quadrados), iniciando-se no vértice 4 de coordenadas plano retangular (N 7.040.197,89m e E 499.472,72m). Do vértice 4 segue confrontando com o Lote 01 deste desmembramento com o azimute 140°43'19", medindo 32,06 metros até o vértice 3; Deste segue confrontando com a Rua Santa Rita de Cássia com o azimute 233°15'07", medindo 15,50 metros até o vértice 5; Deste segue confrontando com o Lote 20, objeto da matrícula nº 7047 com o azimute 319°55'59", medindo 35,50 metros até o vértice 6; Deste segue confrontando com o imóvel objeto da matrícula nº 1974, de propriedade de Orestes Mandelli com o azimute 65°11'56", medindo 16,50 metros até o vértice 4. Início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 530,774m².

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de agosto de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 6.095/2014

DECRETO nº 6.095, de 26 de agosto de 2014.

Designa Comissão Especial de Julgamento da Tomada de Preços nº 05/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Ficam designados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Julgamento da Tomada de Preços nº 05/2014 - Processo de Licitação nº 108/2014, cujo objeto é a contratação de empresa habilitada para construção da cobertura da quadra da Escola Municipal de Educação Básica Ulisses Guimarães:

I - Carine Marcon;
II - Thaelys Varaschin Olsen Peruzzolo
III - Antônio Carlos Castilho.

Art. 2º A Comissão reunir-se-á a partir das 14:05 min. do dia 15 de setembro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 26 de agosto de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 6.094/2014

DECRETO Nº 6.094, de 26 de agosto de 2014.

Suplementa dotação orçamentária, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Secretaria de Educação, por conta do excesso de arrecadação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Secretaria de Educação, na importância de R\$ 1.990.000,00 (um milhão e novecentos e noventa mil reais):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.0011.2.046 - Aplicação Recursos do Fundeb 60%

3.1.90.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas R\$ 1.300.000,00

12.365.0011.2.055 - Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00.0018 - Aplicações DiretasR\$ 690.000,00
TotalR\$ 1.990.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo anterior, serão utilizados recursos financeiros provenientes do excesso de arrecadação no valor de R\$ 1.990.000,00 (um milhão e novecentos e noventa mil reais):

Recurso 18 - Transferências do FUNDEB 60% R\$ 1.990.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de agosto de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Fazenda.

Aviso de Licitação PR 79-2014 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARGAS DE OXIGENIO, ACETILENO, BICOS DE CORTE, CANETA PARA CORTE E CANETA PARA SOLDA, DESTINADOS A SECRETARIA DE

INFRA ESTRUTURA DO MUNICIPIO DE CAÇADOR, SC.
ENTREGA DOS ENVELOPES: 16h00min do dia 16/09/2014.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 16h05min do dia 16/09/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 02 de setembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

Edital de Convocação Nº 21 - Emprego Público

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 21, de 02 de Setembro de 2014.
Convoca aprovada em Concurso Público para o preenchimento dos cargos existentes e formação de Cadastro de Reserva na Secretaria Municipal de Saúde de Caçador - SC, conforme o Edital PM 01/2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família - ESF, Agentes Comunitários de Saúde - EACS, Programa Equipe Saúde Bucal, e dá outras providências,

CONVOCA:

A cidadã, a seguir relacionada, aprovada em Concurso Público para o preenchimento do cargo existente na Secretaria Municipal de Saúde de Caçador, conforme o Edital PM 01/2012, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO, de acordo com o Decreto nº 5.189, de 04/04/12, que homologou o resultado final do Concurso, prorrogado pelo Decreto nº 5.957, de 02 de abril de 2014, conforme seqüência de classificação:

ENFERMEIRO
Anne Lise Borstmann

a) A Cidadã deverá se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, da Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo, perder o direito ao Concurso.

b) A contratação dar-se-á nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de Setembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº 24.085

PORTARIA Nº 24.085, de 25 de Junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 6º, da Lei nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e da outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais, abaixo relacionadas, o pagamento de gratificação de produtividade a que fazem jus, especificando: código, nome, cargo, período e valor da gratificação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período da Gratificação	Valor da Gratificação
11854	Ana Paula Petrovich	Agente Comunitária de Saúde	01/05/2014 a 31/05/2014	100,00
11950	Luci Hinkelde	Agente Comunitária de Saúde	01/05/2014 a 31/05/2014	100,00
11945	Maria Salete Rech Menezes	Agente Comunitária de Saúde	01/05/2014 a 31/05/2014	100,00
12032	Miriam Germano de Goes	Agente Comunitária de Saúde	01/05/2014 a 31/05/2014	100,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de Junho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 24.086

PORTARIA Nº 24.086, de 25 de Junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 6º, da Lei nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e da outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais, abaixo relacionadas, o pagamento de gratificação de produtividade a que fazem jus, especificando: código, nome, cargo, período e valor da gratificação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período da Gratificação	Valor da Gratificação
11949	Bernadette Bridi	Agente Comunitária de Saúde	01/05/2014 a 31/05/2014	100,00
11957	Dejanira Linhares da Silva	Agente Comunitária de Saúde	01/05/2014 a 31/05/2014	100,00
12029	Eva Alciony Pontes Vieira	Agente Comunitária de Saúde	01/05/2014 a 31/05/2014	100,00
11861	Suzana Fernandes Garipuna	Agente Comunitária de Saúde	01/05/2014 a 31/05/2014	100,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de Junho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 24.087

PORTARIA nº 24.087, de 25 de Junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DITTESC, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, realizado no período de 15/05/2014 a 14/06/2014, especificando: código, nome dos servidores e número de horas prestadas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
8337	Antonio Carlos Moraes da Conceição	05h
2494	Bruno dos Santos	43h
10300	Carlos Venâncio dos Santos	09h
10297	Claudio Sonego	22h
10302	Cristiano Reinaldo Rodrigues Fernandes	39h
1206	Davi Ribeiro	40h
10302	Diogo Borges Barbosa	22h
2503	Dorival Soares	46h
10292	Edgar Aimi	15h
2496	Edilson Massucato	42h
7991	Eduardo Bittencourt	09h
8334	Eveline Semke de Moraes	19h
7984	Ezequiel Marcio Colaço	19h
9200	Fabio de Lima Garcia	35h
8336	Fernando Antonio Sinhorin	15h e 30min.
9195	Gustavo Pedrotti Boscari	36h
1439	Isaac Alves de Mello	40h
2491	Jandir Antunes de Oliveira	45h
1457	José Vilmar Miranda	20h
9255	Lilian Aparecida de Oliveira	29h
8335	Marcio Faccione de Mello	06h
12602	Mauricio Bolduan	14h
3767	Nelson Carlin Navroski	46h
12603	Sandro Claudinei Kieski	11h
10296	Viviane Domingos Muller Vosgrau	17h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de Junho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Allex Atolini Silva
DIRETOR GERAL DITTESC.

Portaria Nº 24.088

PORTARIA Nº 24.088, de 25 de Junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DITTESC, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, realizado no período de 15/05/2014 a 14/06/2014, especificando: código, nome dos servidores e número de horas prestadas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
8337	Antonio Carlos Moraes da Conceição	144h
10300	Carlos Venâncio dos Santos	144h
10297	Claudio Sonego	144h
10302	Cristiano Reinaldo Rodrigues Fernandes	144h
10302	Diogo Borges Barbosa	29h
10292	Edgar Aimi	144h
7991	Eduardo Bittencourt	78h
9200	Fabio de Lima Garcia	144h
8336	Fernando Antonio Sinhorin	144h
9195	Gustavo Pedrotti Boscari	43h
1444	José Scheffemacher Ribeiro	144h
1457	José Vilmar Soares de Miranda	144h
9255	Lilian Aparecida de Oliveira	32h
12602	Mauricio Bolduan	03h
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	144h
12603	Sandro Claudinei Kieski	03h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de Junho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Allex Atolini Silva
DIRETOR GERAL DITTESC.

Portaria Nº 24.084

PORTARIA nº 24.084, de 25 de Junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso III, alínea "a", da Lei Complementar nº 056/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, 08 (oito) dias consecutivos em razão de casamento, especificando: nome da servidora, cargo, secretaria de lotação e data do afastamento, conforme segue:

Nome	Cargo	Sec.	A contar de:
Renata Cristina da Silva Favarão	Assistente Administrativo	006	23/06/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de Junho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 037, de 01 de Setembro de 2014.

PORTARIA nº 037, de 01 de setembro de 2014.

Autoriza a conversão de 2/3 de licença-prêmio em pecúnia, ao servidor Admir José Casagrande.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 124 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004 RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a conversão de 2/3 da licença-prêmio referente ao período aquisitivo de 01/08/2007 a 31/07/2012 em pecúnia, ao servidor ADMIR JOSÉ CASAGRANDE, ocupante do cargo de assistente administrativo, do quadro permanente da Câmara Municipal, conforme despacho da Presidência, a serem pagos juntamente com a remuneração da competência 09/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 01 de setembro de 2014.
Wilson Luiz Binotto,
VICE-PRESIDENTE

Carlos Evandro Luz,
PRESIDENTE

Flavio Henrique dos Santos
1º SECRETÁRIO

Cleony Lopes Barboza Figur
2ª SECRETÁRIA.

Portaria Nº 038, de 01 de Setembro de 2014.

PORTARIA nº 038, de 01 de setembro de 2014.

Concede 10 dias de férias à servidora Stéfani Cividini Back.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004 RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias de férias, referentes ao período aquisitivo de 03/10/2012 a 02/10/2013, a serem gozadas no período de 15 a 24/09/2014, à servidora STÉFANI CIVIDINI BACK, ocupante do cargo de tesoureira, do quadro permanente da Câmara Municipal, com pagamento dos valores calculados em 11/09/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 01 de setembro de 2014.
Wilson Luiz Binotto,
PRESIDENTE

Carlos Evandro Luz,
VICE-PRESIDENTE

Flavio Henrique dos Santos
1º SECRETÁRIO

Cleony Lopes Barboza Figur
2ª SECRETÁRIA.

Contrato 41-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 41/2014 - Contrato Nº: 22/2014
Contratante...: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR
Contratada...: REINBOLD LTDA ME
Valor : 240,00 (duzentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 01/09/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2014
Recursos : Dotação: 2.161.3.3.90.00.00.00.00 (6) Saldo: 559.467,26
Objeto : 1º aditamento ao contrato administrativo nº 22/2014, cujo objeto é a aquisição de materiais impressos durante o exercício de 2014.
Objeto do aditamento: acréscimo de 25% no valor do item 06 do contrato,
conforme requisição da Presidência e Parecer Jurídico.

Caçador, 2 de Setembro de 2014
Wilson Luiz Binotto
Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

Decreto Legislativo Nº 252, de 2 de Setembro de 2014.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 252, DE 2 DE SETEMBRO DE 2014.
Homologa Termo de Convênio de Cooperação, celebrado entre o Município de Caçador a Fundação Municipal do Meio Ambiente e a Unidade de Ensino do Vale do Iguaçu S/A.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 1º de setembro de 2014, aprovou e ele promulga o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Convênio Cooperação, celebrado entre o Município de Caçador, Fundação Municipal do Meio Ambiente e a Unidade de Ensino do Vale do Iguaçu S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.564.489/0001-12, com sede na Rua Padre Saporiti, nº 717, Bairro Rio d'Areia, na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, objetivando o repasse do valor de verbas a servidores públicos municipais a título de concessão de Bolsas de Estudos, em cumprimento ao disposto no art. 1º, § 1º da Lei nº 1.642 de 2001, conforme Termo de Convênio, que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua

publicação.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 2014.
Wilson Luiz Binotto,
Presidente.

Flavio Henrique dos Santos,
1º Secretário.

Cleony Lopes Barboza Figur,
2ª Secretária.

Decreto Legislativo Nº 254, de 2 de Setembro de 2014.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 254, DE 2 DE SETEMBRO DE 2014.
Homologa o Convênio de Cooperação Científica e Tecnológica e o Termo Aditivo, celebrado entre o Município de Caçador e a Fundação Universidade do Contestado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 1º de setembro de 2014, aprovou e ele promulga o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica homologado o Convênio nº 108/2014, de Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Município de Caçador, Fundação Universidade do Contestado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.395.921/0001-28, com sede na Avenida presidente Nereu Ramos, nº 1.071, na cidade de Mafra, Santa Catarina, objetivando o desenvolvimento de programas de pesquisa, extensão, ensino, educação ambiental e prestações de serviços, conforme Convênio, que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Fica homologado o Termo Aditivo nº 001/2014, ao Convênio nº 108/2014, celebrado entre o Município de Caçador, através da Secretaria Municipal de Educação e a Fundação Universidade do Contestado, objetivando atividades conjuntas que propiciem a operacionalização da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, relativa ao Estágio Curricular Obrigatório, conforme Termo Aditivo, que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 2014.
Wilson Luiz Binotto,
Presidente.

Flavio Henrique dos Santos,
1º Secretário.

Cleony Lopes Barboza Figur,
2º Secretária.

Decreto Legislativo Nº 253, de 2 de Setembro de 2014.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 253, DE 2 DE SETEMBRO DE 2014.
Homologa Termo de Convênio de Cooperação, celebrado entre o Município de Caçador a Fundação Municipal do Meio Ambiente e a Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 1º de setembro de 2014, aprovou e ele promulga o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Convênio Cooperação, celebrado entre o Município de Caçador, Fundação Municipal do Meio Ambiente e a Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.798.828/0001-00, com sede na Rua Victor Baptista Adami, nº 800, nesta cidade de Caçador, objetivando o repasse do valor de verbas a servidores públicos municipais a título de concessão de Bolsas de Estudos, em cumprimento ao disposto no art. 1º, § 1º da Lei nº 1.642 de 2001, conforme Termo de Convênio, que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 2014.
Wilson Luiz Binotto,
Presidente.

Flavio Henrique dos Santos,
1º Secretário.

Cleony Lopes Barboza Figur,
2º Secretária.

Decreto Legislativo Nº 255, de 2 de Setembro de 2014.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 255, DE 2 DE SETEMBRO DE 2014.
Homologa o Convênio nº 071/2014, celebrado entre o Município de Caçador e a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 1º de setembro de 2014, aprovou e ele promulga o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica homologado o Convênio nº 071/2014, celebrado entre o Município de Caçador e a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.565.648/0001-32, com sede na Avenida Rio Branco, nº 387, na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, objetivando a interligação dos sistemas de informática da JUCESC e do Município, através do projeto REGIN, conforme Convênio, que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 2014.
Wilson Luiz Binotto,
Presidente.

Flavio Henrique dos Santos,
1º Secretário.

Cleony Lopes Barboza Figur,
2ª Secretária.

Camboriú

PREFEITURA

PR 5/14 - Fmc

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2014-FMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA COLOCAÇÃO DE PORTAS E GRADES, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL QUE SERÃO INSTALADAS NAS 11 SALAS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMBORIÚ, AFIM DE AUMENTAR A SEGURANÇA DO LOCAL.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 16 (Dezesseis) de Setembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 02 de Setembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Decreto N.º 1.911/2014

DECRETO N.º 1.911/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 106.000,00 (cento e seis mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação.

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 365 - Educação Infantil

Programa: 0010 - Gestão da Educação com Qualidade

Atividade: 2.037 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0022 - Transferências de Convênio - Educação

Código Reduzido: 45

VALOR: R\$ 106.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação do Fundo Municipal de Educação, de recursos vinculados ao convênio

do Plano de Ações Articuladas - PAR n.º 201401320, com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, conforme preceitua o artigo 19 da Lei Municipal n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 26 de agosto de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 1256/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 1256/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APH1263	54950049E	5010/0	30/07/2014	162 * I
LYO1284	55726951E	6599/2	25/07/2014	230 * V
LYO1284	55726952E	6637/2	25/07/2014	230 * IX
LYO1284	55726953E	5010/0	25/07/2014	162 * I
LYO1284	55726954E	5118/0	25/07/2014	164 c/c 162 * I
MBR7911	54950419E	6653/2	27/07/2014	230 * XI
MJJ1685	54946974E	5274/1	04/07/2014	175
MKC2753	54948762E	6599/2	06/07/2014	230 * V
MKC2753	54948763E	5010/0	06/07/2014	162 * I
MKC2753	54948764E	5061/0	06/07/2014	163 c/c 162 * I
MKC2753	54948765E	6912/0	06/07/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 1 DE SETEMBRO DE 2014

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 1257/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 1257/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAS1300	54948494E	5380/0	20/07/2014	181 * I
APH1263	54948332E	7056/1	30/07/2014	244 * III
APH1263	54950050E	7030/1	30/07/2014	244 * I
JWW6473	54950360E	5541/6	30/07/2014	181 * XVII
MGZ9676	55003053D	5541/6	30/07/2014	181 * XVII
MIK9968	54949376E	5738/0	04/07/2014	186 * II
MIQ1604	54949942E	5452/1	26/07/2014	181 * VIII
MJJ1685	54946973E	7056/1	04/07/2014	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 1 DE SETEMBRO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Campo Alegre

PREFEITURA

Lei Nº 3.400 de 12 de Agosto de 2008

LEI Nº 3.400 DE 12 DE AGOSTO DE 2008

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR PERMUTA DE IMÓVEIS PARA FINS DE HABITAÇÃO POPULAR E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado efetuar permuta de dois imóveis contíguos localizados no Bairro Cascatas, com área total de 41.002,11m², por um imóvel localizado em Bateias de Baixo, com área total de 85.231,25m².

Parágrafo único - Os imóveis objetos da permuta de que trata a presente lei, possuem as seguintes descrições:

I - "Um terreno situado na cidade de Campo Alegre, desta Comarca, distante 432,23 metros da esquina com a Rua Altamiro Lobo Guimarães, fazendo frente para a estrada Dona Francisca antiga, por 6,01 metros e confinando aos fundos com Casimiro Silveira S/ª Indústria e Comércio e Iris Silveira por 59,90 metros e com Adolfo Herbst por 30,69 metros de um lado divide com Casimiro Silveira S/ª Indústria e Comércio e com Íris Silveira por 223,00 metros e do outro lado extrama com Pedro Emílio Petry por duas linhas quebradas com 152,60 e 57,83 metros, ainda com Eliana Petry Hilgenstieler por 59,48 metros e com Miguel Gorniack e Adolfo Paulo Herbst por duas linhas quebradas com 22,90 metros, 7,38 metros e 68,40 metros, contendo a área de 8.736,11 (oito mil, setecentos e trinta e seis metros e onze decímetros quadrados).", conforme Matrícula n.º 08.188, Livro 2 - RG - Ficha n.º 1do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul-SC - Proprietário: Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC;

II - "Um terreno contendo a área de trinta e dois mil, duzentos e sessenta e seis metros quadrados (32.266,00 m²), e as seguintes confrontações: Um lado confina com terras de Antônio Gorniack; outro lado confina com terras de Miguel Gorniack Júnior; fundos confina com terras de Paulo Ahrens e Cia Ltda e o outro lado confina com terras de Lumiere Administração e Participações Ltda., por um arroio.", conforme Matrícula n.º 19.056, Livro 2 - RG do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul-SC - Proprietário: Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC;

III - "Um terreno situado em Bateias de Baixo, no Município de Campo Alegre, desta Comarca, com área de 85.231,25m² (oitenta e cinco mil, duzentos e trinta e um metros e vinte e cinco decímetros quadrados), dentre os quais 48.395,50m² (quarenta e oito mil, trezentos e noventa e cinco metros e cinquenta decímetros quadrados) encontram-se Matriculados sob n.º 09.932, Livro 2 - RG do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul-SC - Proprietários: Agostinho da Silva Duarte e Ângela Maria Damas Duarte.

Art. 2º) O imóvel de que trata a presente Lei, localizado no Distrito de Bateias de Baixo, destina-se a abrigar a construção de Habitações Populares.

Art. 3º) As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de Dotação prevista no Orçamento vigente.

Art. 4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
12 de agosto de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
12/08/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.399 de 12 de Agosto de 2008

LEI Nº 3.399 DE 12 DE AGOSTO DE 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
2.209 -	Diárias	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339014.00.136 -	Diárias - Civil	R\$ 500,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação dos Recursos Ordinários Municipais do Orçamento Vigente;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
12 de agosto de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
12/08/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.398 de 12 de Agosto de 2008

LEI Nº 3.398 DE 12 DE AGOSTO DE 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 101.457,65 (cento e um mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e cinco centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
6.008 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.519 -	Despesas de Capital	
440000.00.519 -	Investimentos	
449000.00.519 -	Aplicações Diretas	
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 8.357,65
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
1.028 -	Construção e Reforma de Unidades Escolares	
400000.00.140 -	Despesas de Capital	
440000.00.140 -	Investimentos	
449000.00.140 -	Aplicações Diretas	
449051.00.140 -	Obras e Instalações	R\$ 27.000,00
2.708 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.140 -	Despesas de Capital	
440000.00.140 -	Investimentos	
449000.00.140 -	Aplicações Diretas	
449052.00.140 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 3.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
1.019 -	Implantação de Sistemas de Rede Hidráulica	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 16.000,00
12.00 -	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	
12.01 -	Gerenciamento do FHS	
1.022 -	Implementar a Política Municipal de Habitação	

300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 31.000,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 11.100,00
TOTAL		R\$ 101.457,65

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
2.404 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 5.747,65
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
2.705 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.519 -	Despesas de Capital	
440000.00.519 -	Investimentos	
449000.00.519 -	Aplicações Diretas	
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.610,00
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
2.108 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 30.000,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.01 -	Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente	
1.009 -	Distribuição de Insumos Agrícolas	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
33903200.136 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 21.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
2.025 -	Iluminação Pública	
300000.00.168 -	Despesas Correntes	
330000.00.168 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.168 -	Aplicações Diretas	
339039.00.168 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 42.100,00
TOTAL		R\$ 101.457,65

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
12 de agosto de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
12/08/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.397 de 21 de Julho de 2008

LEI Nº 3.397 DE 21 DE JULHO DE 2008.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar afim de suplementar a seguintes Dotações do Orçamento vigente, e criar Elemento de Despesa, no valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais):

10.00 -	Câmara de Vereadores	
10.01 -	Câmara de Vereadores	
2.002 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.136 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335041.00.136 -	Contribuições	R\$ 1.200,00
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 6.000,00
TOTAL		R\$ 7.200,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo 1º desta Lei correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente:

10.00 -	Câmara de Vereadores	
10.01 -	Câmara de Vereadores	
2.041 -	Remuneração de Pessoal da Câmara de Vereadores	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 7.200,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
21 de julho de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/07/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.396 de 07 de Julho de 2008

LEI Nº 3.396 DE 07 DE JULHO DE 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar Especial no valor de R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais), a fim de criar e suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
11.02 -	Coordenadoria de Turismo	
1.006 -	Festival de Inverno	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 500,00
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 16.000,00
TOTAL		R\$ 17.500,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação dos recursos ordinários municipais do Orçamento Vigente;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
07 de julho de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
07/07/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.395 de 07 de Julho de 2008

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.395 DE 07 DE JULHO DE 2008

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE RUA NA LOCALIDADE DE LAGEADO NESTE MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica denominada de Rua: ALDO SCHMALZ, rua situada na localidade de Lageado, neste Município, "início no lado direito da Rod. SC-425, sentido Campo Alegre ao Distrito de Bateias de Baixo, com extensão de 315,42 metros linear, com largura de 12,00 (doze metros) conforme levantamento Planimétrico anexo.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
07 de julho de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
07/07/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO
BIOGRAFIA

Nome: ALDO SCHMALZ
Profissão: INDUSTRIAL
Data de Nascimento: 10 / 04 / 1924
Nacionalidade: BRASILEIRA
Naturalidade: JOINVILLE - SC
Data de Falecimento: 25 / 05/ 2002

FILIAÇÃO PAI : MANOEL HARRY SCHMALZ
MÃE : MATHILDE ELISA SCHMALZ

Cônjuge: MARIA IRENE SILVA

Tempo de Residência no Município: 35 (TRINTA E CINCO) ANOS APROXIMADAMENTE.

Atividades Comunitárias: FOI SÓCIO FUNDADOR DA SOCIEDADE FABRIL POLPA NEVE SA, QUE TEVE SUA SEDE E FUNCIONAMENTO NA LOCALIDADE DO SALTO, EM NOSSO MUNICÍPIO. SUA EMPRESA NA ÉPOCA CONTRIBUI SIGNIFICATIVAMENTE NA GERAÇÃO DE TRABALHO PARA O SUSTENTO DE DIVERSAS FAMÍLIAS.

Outras Informações que julgar necessárias: SER HUMANO EXEMPLO DE DIGNIDADE E RESPEITO PARA COM TODOS, PAUTADO DE BOAS AÇÕES, AO LONGO DE SEUS ANOS BEM VIVIDOS.

Lei de Iniciativa do Legislativo de Nº 3.394

LEI DE INICIATIVA DO LEGISLATIVO DE Nº 3.394/2008.

FIXA SUBSÍDIO DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO, DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA A LEGISLATURA 2009/2012 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e prerrogativas previstas no inciso V do Art. 47 da Lei Orgânica do Município, PROMULGA a seguinte Lei de iniciativa do Legislativo de nº 3.394/2008:

Art.1º) Os subsídios mensais dos Agentes Políticos para a legislatura 2009/2012, ficam fixados em:

I - Prefeito: R\$ 8.975,37 (oito mil novecentos e setenta e cinco reais e trinta e sete centavos).

II - Vice-Prefeito: R\$ 3.559,67(três mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e sessenta e sete centavos).

III - Secretário Municipal: R\$ R\$ 3.559,67(três mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e sessenta e sete centavos)..

Art.2º) A partir de 01/01/2010, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no art. 37, X da Constituição Federal, tendo como base janeiro de 2009 em diante.

Art. 3º) O Vice-Prefeito que, na forma legal, assumir a chefia do Executivo Municipal, nos impedimentos ou ausências do Prefeito, fará jus ao recebimento do subsídio, previsto no artigo 1º inciso I desta Lei, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 4º. O Prefeito Municipal e os Secretários Municipais farão jus ao 13º Subsídio a ser pago no valor correspondente ao subsídio mensal fixado no art. 1º desta Lei, o pagamento ocorrerá até o dia 20 de dezembro de cada ano.

§ 1º - Em caso de licença do Prefeito Municipal ou exoneração dos Secretários Municipais, o 13º Subsídio será pago no valor correspondente a fração de 1/12 avos por mês de efetivo exercício do cargo, a quem efetivamente o exercer.

§ 2º - O Vice-Prefeito ou o Presidente da Câmara, em caso de substituição do Prefeito Municipal, terá direito ao 13º Subsídio proporcional ao período da substituição.

Art.5º) As despesas decorrentes desta lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na lei orçamentária anual.

Art. 6º) Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2009.

Art. 7º) Revogam-se as disposições em contrário.

Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Campo Alegre/SC, 04 de julho de 2008.

ANA LÚCIA PISKI
Presidente

EDÉSIO CAVICCHIONI ALDÉRICO JOSÉ DANA
Secretário Vice-Presidente

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal de nº 2.416, em data de 04 de julho de 2008:

BETINA MOREIRA SILVA
Assessora Geral

Lei Nº 3.393 de 25 de Junho de 2008

LEI Nº 3.393 DE 25 DE JUNHO DE 2008

FIXA SUBSÍDIO DOS VEREADORES PARA A LEGISLATURA 2009/20012 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º. O subsídio mensal do Vereador para a legislatura 2009/2012 será de R\$ 1.425,00, (um mil, quatrocentos e vinte e cinco reais). (ALTERADO PELA EMENDA 01/2008).

Art.2º. O subsídio do Presidente da Câmara Municipal para a legislatura 2009/20012 será de R\$ 1.701,00 (um mil, setecentos e um real). (alterado pela emenda 01/2008).

Art.3º. A partir de 01/01/2010, os valores fixados nesta Lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais dos aumentos salariais concedidos aos servidores públicos municipais, limitados sempre à variação do IGPM/FGV, tendo como base janeiro de 2009 em diante.

Parágrafo único - Havendo reajuste com percentuais diferenciados, será utilizado o menor.

Art.7º. É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar 101/2000, ficando desde já o Presidente da Câmara autorizado a fazer as devidas reduções.

Art.8º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações consignadas na respectiva Lei Orçamentária.

Art.9º. Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2009.

Art.10. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de junho de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.392 de 25 de Junho de 2008

LEI Nº 3.392 DE 25 DE JUNHO DE 2008

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC E REALIZAR PAGAMENTO FINANCEIRO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem - SENAC e realizar pagamento financeiro, com o objetivo de promover a capacitação

de pessoas para o mercado de trabalho, através de projeto denominado "Projeto Cidadão".

Parágrafo único - A cooperação financeira do Município dar-se-á apenas com a realização do curso pelo SENAC, mediante apresentação de nota fiscal de serviço, limitado ao total de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

Art.2º) A minuta do Convênio anexo, é parte da presente Lei.

Art.3º) Os gastos decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de Dotação Orçamentária do exercício vigente, oriundos do IGD do Governo Federal.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
25 de Junho de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2008

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E O SENAC - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - DEPARTAMENTO REGIONAL DE SANTA CATARINA.

Pelo presente Termo de Convênio, que entre si celebram o Município de Campo Alegre/SC, com endereço à Cél. Bueno Franco, 292, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Renato Bahr, inscrito no CPF/MF sob nº 121.265.519-20, doravante denominado Município e o SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Regional de Santa Catarina, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 785, 6º e 7º andar, Florianópolis, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.603.739/0001-86, neste ato representado por seu Diretor Regional Sr. Rudney Raulino, inscrito no CPF/MF sob nº 471.397.579-68, doravante denominado SENAC, de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 3.392 de 25 de junho de 2008, resolvem, as partes, de comum acordo, celebrar o presente Convênio de Cooperação Financeira, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objetivo a cooperação financeira entre o Município e o SENAC com aplicação de recursos no "Projeto Cidadão", investindo na capacitação de pessoas, dando-lhes oportunidade de inserção no mercado de trabalho com cursos diversos, com duração de 160 horas/aula.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

Os cursos serão ministrados no Município de Campo Alegre, responsabilizando-se a Prefeitura por toda a estrutura e o SENAC, pelo material didático (livro, pasta, caneta, apostila), certificados, professores e acompanhamento pedagógico. A estrutura dos

curso, a carga horária, a quantidade de alunos e os investimentos serão específicos a cada curso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Processo de seleção será realizado entre o SENAC e a Prefeitura de Campo Alegre.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Irá receber a certificação SENAC o aluno que tiver comprovado sua competência no curso e um percentual de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de frequência nas aulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

Para implementar o presente Convênio, o Município irá efetuar o pagamento de até R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), pelos serviços prestados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — A obtenção e quantificação dos recursos a serem pagos pelo Município dependerão da realização dos cursos, em períodos previamente determinados e acordados entre as partes e de conformidade com o plano de trabalho do Projeto Cidadão.

PARÁGRAFO SEGUNDO — As fases de execução e o cronograma de realização dos cursos, deverão constar de todos os projetos, sendo obrigações do SENAC — Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial o fornecimento da nota fiscal, pelos serviços prestados no término do Projeto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos dos valores correspondentes ao Município serão efetuados logo após o encerramento de cada curso, de acordo com a apresentação do relatório e documento fiscal correspondente, cabendo ao SENAC a responsabilidade de todo e qualquer ônus de natureza fiscal ou legal, a qualquer título.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 92.01.08.244.0076.2811 - Manutenção e Coordenação do programa Bolsa Família do Fundo Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

Após aprovação do presente Convênio, o SENAC realizará todos os cursos, até dezembro de 2008, dando por concluído o Projeto, podendo ser rescindido por conveniências das partes, com aviso mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Convênio, as partes elegem o foro da Comarca de São Bento do Sul/ SC.

E, por estarem de acordo, as partes assinam este Convênio em 03 (três) vias de igual teor.

Campo Alegre/SC, 01 de julho de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

RUDNEY RAULINO
Diretor Regional do SENAC/SC

Testemunhas:

Nome:
CPF/MF:

Nome:
CPF/MF:

Lei Nº 3.391 de 18 de Junho de 2008

LEI Nº 3.391 DE 18 DE JUNHO DE 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar Especial no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
2.207 -	Diárias	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339014.00.136 -	Diárias - Civil	R\$ 1.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
11.02 -	Coordenadoria de Turismo	
2.407 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
18 de junho de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 18/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.390 de 18 de Junho de 2008

LEI Nº 3.390 DE 18 DE JUNHO DE 2008

CRIA O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO ALEGRE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Sistema Municipal de Ensino de Campo Alegre, que observará o disposto na Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e normativas do Conselho Nacional de Educação, concernente ao Sistema Municipal de Ensino.

Art. 2º O Sistema Municipal de Ensino compreende os seguintes órgãos e instituições de ensino:

I - Órgãos municipais de educação:

- a) Secretaria Municipal de Educação, como órgão executivo das políticas de educação básica;
- b) Conselho Municipal de Educação, como órgão normativo, fiscalizador e consultivo com a finalidade de deliberar sobre matéria relacionada ao ensino deste sistema, na forma da legislação pertinente;
- c) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, como órgão deliberador, fiscalizador e de assessoramento quanto à aplicação dos recursos e qualidade da merenda escolar;
- d) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, como órgão fiscalizador da aplicação dos repasses do FUNDEB e supervisor do censo escolar;

II - Instituições de Ensino:

- a) Educação básica, mantidas e administradas pelo Poder Público Municipal;
- b) Educação infantil - creches e pré-escolas - criadas, mantidas e administradas pela iniciativa privada, tanto as de caráter lucrativo, como as comunitárias, confessionais e filantrópicas.

Parágrafo único. As instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada, mencionadas no inciso II, alínea "b", deste artigo, de acordo com o art. 20 da Lei Federal nº 9.394/96, são das seguintes categorias:

I - particulares em sentido estrito, instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características expressas nos incisos II, III e IV deste parágrafo;

II - comunitárias, instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

III - confessionais, instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso II deste parágrafo;

IV - filantrópicas, na forma da lei.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação é o órgão próprio do sistema municipal de ensino para planejar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar as atividades de ensino a cargo do Poder Público Municipal no âmbito da educação básica.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Ensino reger-se-á por regimento próprio.

Art. 4º Para cumprir suas atribuições, a Secretaria contará com:

- I - estrutura administrativa e quadro de pessoal próprio;
- II - conta bancária própria para movimento dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, de acordo com o art. 69 da Lei 9394/96 e dos recursos oriundos do salário-educação

e do FNDE movimentados pelo titular da Secretaria, em conjunto com o Chefe do Executivo, ou com quem ele nomear.

Art. 5º As ações da Secretaria Municipal de Educação pautar-se-ão pelos princípios de gestão democrática, produtividade, racionalidade sistêmica e autonomia das unidades de ensino, incentivando a descentralização das decisões pedagógicas, administrativas e financeiras.

Art. 6º As unidades de ensino da rede pública municipal de educação infantil e de ensino fundamental elaborarão sua proposta pedagógica dentro dos parâmetros da política educacional do Município expressa na Proposta Pedagógica da Rede Municipal e de progressivos graus de autonomia, e contarão com um regimento escolar aprovado pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo único. A proposta pedagógica e o regimento escolar, além das disposições legais sobre a educação escolar da União e do Município, constituir-se-ão em referencial para a autorização de cursos, avaliação de qualidade e fiscalização das atividades dos estabelecimentos de ensino de competência do Conselho Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º - As escolas, mantidas pela iniciativa privada, que oferecem educação infantil precisam ser credenciadas e ter seus cursos autorizados segundo diretrizes emanadas do Conselho Municipal de Educação, sem o que não estarão aptas a obter alvará de funcionamento.

§ 1º As instituições de ensino do sistema municipais serão fiscalizadas por órgão específico da Secretaria Municipal de Educação, com parâmetro nas normas dos Conselhos Nacional e Municipal de Educação, na Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino e no Projeto Político e Pedagógico de cada unidade de ensino.

§ 2º Constatadas irregularidades na oferta de educação infantil das escolas mantidas pela iniciativa privada, ser-lhes-ão dado prazo para saná-las, findo o qual poderá ser cassada a autorização de funcionamento.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a editar normas à execução desta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
18 de junho de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
18/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.389 de 18 de Junho de 2008

LEI Nº 3.389 DE 18 DE JUNHO DE 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), a fim de

suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 6.000,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
1.007 -	Construção, Reforma, Revitalização e Ampliação de Quadras Poli Esportivas	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 12.000,00
TOTAL		R\$ 18.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Excesso de Arrecadação dos recursos ordinários municipais do Orçamento vigente;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
18 de junho de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
18/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.388 de 13 de Junho de 2008

LEI Nº 3.388 DE 13 DE JUNHO DE 2008
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE
ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO
ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar Especial no valor de R\$ 520,00 (quinhentos e vinte reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
2.010 -	Contribuições a Entidades de Classe	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	

335000.00.136 -	Aplicações Diretas	
335041.00.136 -	Contribuições	R\$ 520,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
2.009 -	Subvenção a Entidades Educacionais	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335000.00.136 -	Aplicações Diretas	
335043.00.136 -	Subvenções Sociais	R\$ 520,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
13 de junho de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
13/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.387 de 13 de Junho de 2008

LEI Nº 3.387 DE 13 DE JUNHO DE 2008.
AUTORIZA O MUNICÍPIO A EFETUAR REPASSE E ESTABELECE
OUTRAS PROVIDÊNCIAS AO CLUBE DE ORIENTAÇÃO DE JOINVILLE - COVILLE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Município de Campo Alegre a efetuar o repasse ao CLUBE DE ORIENTAÇÃO DE JOINVILLE - COVILLE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 08.518809/0001-90.

Parágrafo único - O repasse de que trata a presente lei visa apoiar a realização da "2ª Etapa do Campeonato Catarinense de Orientação 2008", evento esportivo de prospecção estadual e regional, a ser realizado no Município de Campo Alegre-SC, em locais públicos e particulares localizadas na Estrada Dona Francisca de acordo com a necessidade da organização do evento.

Parágrafo único - A largada, chegada, a premiação e a concentração dos atletas, dar-se-á na propriedade denominada "Parque Dona Francisca".

Art.2º) Fica autorizado o Município também, a ceder equipamentos de som, redes de isolamento, ambulância e demais equipamentos necessários à organização do campeonato, bem como, em caráter de apoio financeiro, efetuar o repasse no valor de até R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Parágrafo único - A Dotação Orçamentária para cobrir eventuais despesas com a execução da presente lei, observado o limite

previsto no caput deste artigo é a seguinte: 02.01.04.122.003.2010 (Contribuição a Entidades de Classe).

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
13 de junho de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
13/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.386 de 10 de Junho de 2008

LEI Nº 3.386 DE 10 DE JUNHO DE 2008

INSTITUI O DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA COMO ÓRGÃO DE PUBLICAÇÃO OFICIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos processuais e administrativos.

Parágrafo único: O Diário Oficial dos Municípios de que trata esta Lei substitui a publicação impressa e será veiculado gratuitamente no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 2º A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Art. 3º Os prazos, para todos os efeitos, serão contados a partir da data da publicação do Diário Oficial dos Municípios no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo regulamentará a implantação do Diário Oficial dos Municípios e indicará a data em que iniciará sua veiculação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
10 de junho de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
10/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.385 de 03 de Junho de 2008

LEI Nº 3.385 DE 03 DE JUNHO DE 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 81.500,00 (oitenta e um mil e quinhentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
	Manutenção e Coordenação das Atividades	
2.114 -		
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339030.00.124 -	Material de Consumo	R\$ 10.000,00
339039.00.124 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 6.600,00
91.02 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde	
	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
2.711 -		
400000.00.124 -	Despesas de Capital	
440000.00.124 -	Investimentos	
449000.00.124 -	Aplicações Diretas	
449052.00.124 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 11.000,00
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência. Médica e Terapêutica	
	Manutenção e Coordenação das Atividades	
2.117 -		
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339030.00.124 -	Material de Consumo	R\$ 10.000,00
339039.00.124 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00
91.09 -	Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica	
	Manutenção e Coordenação das Atividades	
2.119 -		
300000.00.132 -	Despesas Correntes	
330000.00.132 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.132 -	Aplicações Diretas	
339030.00.132 -	Material de Consumo	R\$ 15.000,00
339039.00.132 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 6.900,00
2.712 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.132 -	Despesas de Capital	
440000.00.132 -	Investimentos	
449000.00.132 -	Aplicações Diretas	
449052.00.132 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 12.000,00
TOTAL		R\$ 81.500,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta do Superávit Financeiro dos Recursos PAB (124) e PPI Epidemiológica (132), apurados no exercício de 2007 no Fundo Municipal de Saúde;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
03 de junho de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
03/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.384 de 28 de Maio de 2008

LEI Nº 3.384 DE 28 DE MAIO DE 2008.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente:

10.00 -	Câmara de Vereadores	
10.01 -	Câmara de Vereadores	
2.003 -	Diárias	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339014.00.136 -	Diárias - Civil	R\$ 10.500,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo 1º desta Lei correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

10.00 -	Câmara de Vereadores	
10.01 -	Câmara de Vereadores	
2.007 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 10.500,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
28 de maio de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
28/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.383 de 27 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.383 DE 27 DE MAIO DE 2008

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE RUA NA LOCALIDADE DE SALTO NESTE MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica denominada de Rua: JOSÉ DE SOUZA FREITAS, Rua, situada na localidade de Salto com início na Rod. Municipal 080, sentido Leste, Rua esta com extensão de 936,17 (novecentos e trinta e seis metros e dezessete decímetros), com largura de 12,00 (doze metros).

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
27 de maio de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE Secretária Municipal
de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
27/05/2008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO

BIOGRAFIA

Nome: JOSÉ DE SOUZA FREITAS

Profissão: PECUARISTA

Data de Nascimento: 14 DE FEVEREIRO DE 1931

Nacionalidade: BRASILEIRA

Naturalidade: CAMPO ALEGRE - SC

Data de Falecimento: 05 DE AGOSTO DE 1995

Filiação: (Pai): EUCLIDES DE SOUZA FREITAS

(Mãe): PAULINA DRANCKA DE SOUZA

Cônjuge: IRACEMA DE SOUZA FREITAS

Filhos: DONALDO DE SOUZA FREITAS; DEOCLÉCIO DE SOUZA FREITAS; DORIVAL DE SOUZA FREITAS; DORILDA DE SOUZA FREITAS e DIVANILDA DE SOUZA FREITAS .

Tempo de Residência no Município: 64 (SESSENTA E QUATRO) ANOS RESIDIU EM NOSSO MUNICÍPIO.

Atividades Comunitárias: PARTICIPOU ATIVAMENTE DAS MAIS VARIADAS FORMAS DE ATIVIDADES SOCIAIS DE NOSSO MUNICÍPIO, EFETUOU DIVERSAS DOAÇÕES PARA IGREJAS, ESCOLAS E AO HOSPITAL SÃO LUIZ.

Lei Nº 3.382 de 19 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.382 DE 19 DE MAIO DE 2008.

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES DA LEI MUNICIPAL Nº 2.155 DE 30 DE ABRIL DE 1996".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica alterada a redação do Art. 1º da Lei Municipal nº 2.155 de 30 de abril de 1996 o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder um Ponto de Táxi, no Centro deste Município, mais especificadamente no início do Calçadão da Cascatinha, em favor do Sr. JOSÉ EURICO KERSCHER".

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
19 de maio de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/05/2008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.381 de 13 de Maio de 2008

LEI Nº 3.381 DE 13 DE MAIO DE 2008

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

A FIRMAR CONVÊNIO COM O BANCO DO BRASIL S/A. E BB LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com o Banco do Brasil S.A. e BB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, visando possibilitar aos servidores Públicos Municipais a concessão de empréstimos, financiamentos e/ou arrendamentos mercantis, com pagamento mediante consignação em folha de pagamento.

Parágrafo único - As operações financeiras decorrentes do Convênio de que trata a presente Lei, sujeitam-se aos limites estabelecidos pela legislação aplicável à espécie, especialmente o Estatuto do Servidor Público do Município de Campo Alegre, instituído pela Lei Complementar Municipal n.º 006/02.

Art. 2º) A minuta do Convênio anexo, é parte da presente Lei.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
13 de maio de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal
de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
13/05/2008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.380 de 13 de Maio de 2008

LEI Nº 3.380 DE 13 DE MAIO DE 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 4.748,96 (quatro mil, setecentos e quarenta e oito reais e noventa e seis centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
	Manutenção e Coordenação das Atividades	
2.102 -		
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00
2.600 -	Bolsa de Estudo a Servidor	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339018.00.136 -	Auxílio Financeiro a Estudantes	R\$ 1.748,96
TOTAL		R\$ 4.748,96

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Excesso de Arrecadação dos recursos Ordinários Municipais do Orçamento Vigente;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
13 de maio de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
13/05/2008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.379 de 06 de Maio de 2008

LEI Nº 3.379 DE 06 DE MAIO DE 2008.

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO
CONTESTADO - UnC E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Homologa o Termo de Convênio de Estágio nº 066/2008 - EC, com a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - UnC, CAMPUS MAFRA/RIO NEGRINHO/PAPANDUVA.

Art.2º) O objeto do presente Termo de Convênio é regular as condições de realização de estágios de alunos da Fundação Universidade do Contestado - UnC.

Art.3º) O Termo do Convênio a que se refere o Artigo primeiro faz parte integrante desta Lei.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
06 de maio de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
06/05/2008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.378 de 06 de Maio de 2008

LEI Nº 3.378 DE 06 DE MAIO DE 2008.

ALTERA PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO
DE BATEIAS DE BAIXO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O item III do Anexo Único da Lei Municipal n.º 3.269/07, passa a vigorar com a seguinte redação:

"A Poligonal que delimita o Perímetro Urbano do Distrito de Bateias de Baixo, tem início no (P-01) situado a 166,00 metros do (P-00) localizado na intercessão das rodovias: RM-010 com RM 303, seguindo com direção oeste com uma linha de 100,00 metros do eixo da rodovia RM 010, até o ponto (P-02), seguindo distante do eixo da Rua Prof. Rufino Blaskovski numa extensão de 100,00 metros, paralelamente, pelo lado esquerdo no sentido Nordeste, até o (P-03) localizado no eixo da Rua Emília Ionk. Seguindo com a mesma medida por 270,00 metros até o (P-04) localizado as margens do Rio Estiva seguindo em direção norte, em uma linha de 282,00 metros, com ângulo de 130º no sentido sul, até o (P-05). Seguindo no sentido Leste, até encontrar a ponte sob a Rua Alexandre Telma no (P-06). Seguindo no sentido Sul, por um córrego até encontrar-se com um riacho situado (P-07) a 40,00 metros da Rua José Wollner. Seguindo na direção Sudeste com uma linha de 43,00 metros pela margem esquerda até o (P-08). Seguindo na direção Leste em uma linha paralela distante 150,00 metros do

eixo da Rua Prof. Rufino Blaskovski. Seguindo em direção Nordeste, com uma linha de 224,00 metros até o (P-09). Convergingo à esquerda num ângulo de 29º em uma linha de 424,00 metros Norte até o (P-10), seguindo em direção norte paralelo por 100,00 metros com o eixo da Rua João Pius Schindler até encontrar o Rio Estiva (P-11), segue margens do referido rio sentido Nordeste por 110,00 metros (P-12), de onde parte sentido Sudeste paralelo por 100,00 metros com a Rua João Pius Schindler em uma distância de 122,00 metros (P-13) converge em 92º ao Nordeste, até encontrar o Rio Bateias (P-14), seguindo no sentido Sudeste pela margem do Rio Bateias até a ponte situada sob a Rua Alice Lemos (P-15). Seguindo pelas margens do referido rio distante 84,00 metros da ponte sob a Rua Alice Lemos até o (P-16) convergingo à direita num ângulo de 85º em uma linha paralela distante 100,00 metros do eixo da Rua Jacob Kmiecick até o (P-17) seguindo no sentido Sudeste, com 100,00 metros do eixo da Rua João Pius Schindler, numa linha de 70,00 metros de extensão (P-18) prosseguindo a partir deste ponto, com a mesma metragem do eixo da Rua José Endler, numa linha de 493,00 metros de extensão até o (P-19), convergingo para a esquerda com 154º no sentido Leste, numa linha de 254,00 metros de extensão até o (P-20), convergingo à esquerda com 115º no sentido Nordeste numa linha de 133,00 metros de extensão até o (P-21), seguindo para Sudeste num ângulo de 81º, numa linha de 500,00 metros de extensão até o (P-22), fazendo ângulo à direita com 74º, no sentido Oeste, numa linha de 244,00 metros de extensão até o (P-23) seguindo Oeste até o (P-24), seguindo à esquerda no sentido sul por 233,00 metros de extensão até o (P-25), convergingo a direita por 219,00 metros até encontrar o ponto (P-26) localizado na margem do Rio Água Verde. Seguindo pela margem do Rio Água Verde no sentido Sul, com 479,00 metros de extensão até o (P-27) seguindo na direção Oeste num ângulo de 111º, numa linha com 505,00 metros de extensão até o (P-28), convergingo à direita num ângulo de 84º no sentido Norte com uma linha de 466,00 metros de extensão seguindo paralelamente por 50,00 metros do eixo da Rua Júlia Pazda, até o (P-29), convergingo à esquerda num ângulo de 126º no sentido Noroeste com uma linha de 396,00 metros de extensão até o ponto a 100,00 metros do eixo da Rua Prof. Rufino Blaskovski, no (P-30) deste ponto converge à esquerda com ângulo de 99º no sentido Sudeste, paralelo à Rua Prof. Rufino Blaskovski, com 100,00 metros do eixo da referida Rua, até o (P-31) convergingo à direita, num ângulo de 90º no sentido Oeste numa linha de 100,00 metros de extensão até o (P-01) ponto inicial, fechando a poligonal do Perímetro Urbano."

Parágrafo único - É parte integrante da presente Lei, o Mapa atualizado do Distrito de Bateias de Baixo, delimitando o Perímetro Urbano.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
06 de maio de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
06/05/2008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.377 de 15 de Abril de 2008

LEI Nº 3.377 DE 15 DE ABRIL DE 2008
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES DA LEI MUNICIPAL
Nº 2.548 DE 20 DE SETEMBRO DE 2001.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica incluído o Parágrafo Único no Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.548, de 20 de setembro de 2001 com a seguinte redação:

Parágrafo Único - No caso de licença à gestante ou licença para Tratamento de saúde, em cumprimento ao Art. 21 desta Lei, o suplente imediato assumirá a vaga temporariamente, não perdendo em hipótese alguma a suplência e/ou a expectativa de atuação no caso de vaga definitiva.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
15 de abril de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/04/2008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.376 de 15 de Abril de 2008

LEI Nº 3.376 DE 15 DE ABRIL DE 2008
AUTORIZA FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO Nº 100.318/08, QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A. - EPAGRI A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar o Termo de Convênio nº 100.318/08, que entre si - AUTORIZA FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO Nº 100.318/08, QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A. - EPAGRI E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, OBJETIVANDO O ESTABELECIMENTO DE AÇÕES BÁSICAS DE COOPERAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA ENTRE AS PARTES, PARA EXECUÇÃO, DESENVOLVIMENTO, ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÕES INERENTES AO PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL - PMDR, DE CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS, no valor total de R\$ 18.997,00 (dezoito mil novecentos e noventa e sete reais), a serem pagos em 11 (onze) parcelas mensais iguais e sucessivas de R\$ 1.727,00 (um mil e setecentos e vinte e sete reais).

Art.2º) O objeto do presente Termo de Convênio refere-se ao estabelecimento de ações básicas de cooperação técnica entre a EPAGRI e o Município de Campo Alegre, para a execução dos trabalhos de Pesquisa Agropecuária e de Assistência Técnica e Extensão Rural, definidos no Plano Municipal de Desenvolvimento

Rural - PMDR que passará a fazer parte integrante do referido instrumento e demais obrigações constantes das Cláusulas do respectivo Termo de Convênio.

Art.3º) O Termo de Convênio a que se refere o Artigo primeiro faz parte integrante desta Lei.

Art.4º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotação do Orçamento Vigente.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
15 de abril de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/03/2008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.375 de 08 de Abril de 2008

LEI Nº 3.375 DE 08 DE ABRIL DE 2008
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR
DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.04 -	Manutenção das Ativ. de Assist. Médica e Terapêutica	
2.028 -	Realização de Diagnóstico dos Pacientes	
300000.00.129 -	Despesas Correntes	
330000.00.129 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.129 -	Aplicações Diretas	
	Outros Serviços de Terceiros -	
339039.00.129 -	Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta do Superávit Financeiro do Recurso MAC/TFD, apurado no exercício de 2007 no Fundo Municipal de Saúde.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
08 de abril de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:

08/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.374 de 08 de Abril de 2008

LEI Nº 3.375 DE 08 DE ABRIL DE 2008
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR
DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.04 -	Manutenção das Ativ. de Assist. Médica e Terapêutica	
2.028 -	Realização de Diagnóstico dos Pacientes	
300000.00.129 -	Despesas Correntes	
330000.00.129 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.129 -	Aplicações Diretas	
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	
339039.00.129 -	Jurídica	R\$ 10.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta do Superávit Financeiro do Recurso MAC/TFD, apurado no exercício de 2007 no Fundo Municipal de Saúde.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
08 de abril de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.373 de 08 de Abril de 2008

LEI Nº 3.373 DE 08 DE ABRIL DE 2008
CRIA E DENOMINA O ARQUIVO HISTÓRICO
DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado o Arquivo Histórico do Município de Campo Alegre/SC, o qual será denominado: ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL -EUGÊNIO JOÃO HERBST.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
08 de abril de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

BIOGRAFIA
Nome: EUGÊNIO JOÃO HERBST
Profissão: FUNCIONÁRIO FEDERAL (APOSENTADO)
Data de Nascimento: 01/11/1923
Nacionalidade: BRASILEIRA
Naturalidade: CAMPO ALEGRE/SC.
Data de Falecimento: 11/03/2005
Filiação: (Pai): ADOLFO PAULO HERBST
(Mãe): FELICIANA FARIAS HERBST
Cônjuge: NORMA PATRUNI HERBST

Nome dos Filhos: LOURDES MARIA HERBST FRANCO e MARIA ZENILDA SIQUEIRA.

Tempo de Residência no Município: 77 ANOS

ATIVIDADES COMUNITÁRIAS: SÓCIO FUNDADOR DO LIONS CLUB; Presidente da CAEP (Igreja Católica Apostólica Romana); Cursilista; Palestrante em vários Municípios; Dirigente e Palestrante do Cursos para Noivos; Apoio à FECAMPO; Sócio Fundador da ACIACA; Sócio Fundador da Associação de Comunicação Comunitária - ACC - Rádio Comunitária de Campo Alegre; foi Vereador no período de 31 de janeiro de 1951 á 30 de janeiro de 1956; Prefeito Municipal de Campo Alegre no período de 01 de fevereiro de 1956 a 28 de novembro de 1959; Vice Prefeito Municipal de Campo Alegre no período de 01 de fevereiro de 1983 a 31 de janeiro de 1988; Sócio Fundador do Diretório Municipal do Partido da Frente Liberal - PFL em Campo Alegre.

OUTRAS INFORMAÇÕES: Auditor Fiscal da Receita Federal, atuou em nosso Município, e nos Municípios de São Bento do Sul e Curitiba/PR, neste último onde requereu sua aposentadoria. Participou de todos os movimentos existentes, lutando pelo progresso de nossa querida Campo Alegre. Autor do livro "SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DE CAMPO ALEGRE", obra esta lançada em data de 05 de Junho do ano de 1994. Enfim, participou de inúmeras atividades até o final de sua vida, ou até quando a sua saúde permitiu.

Lei Nº 3.372 de 08 de Abril de 2008

LEI Nº 3.372 DE 08 DE ABRIL DE 2008.

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES DA LEI MUNICIPAL Nº 2.992 DE 10 DE AGOSTO DE 2005".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam alteradas a redação do § 3º e 4º do Art. 3º da Lei Municipal nº 2.992/05, que passam a vigorar com a seguinte redação:

" § 3º - Os Representantes do Poder Público serão:

- a) O Secretário Municipal de Administração;
- b) O Secretário Municipal de Finanças;
- c) O Secretário Municipal da Educação;
- d) O Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer;
- e) O Secretário Municipal do Desenvolvimento Econômico;
- f) Um representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente;
- g) Um representante do Escritório local da EPAGRI;
- h) Um representante do Ensino Estadual".

"§ 4º - Os Representantes da Iniciativa Privada serão:

- a) Um Representante indicado pelo CDL - Câmara dos Dirigentes Lojistas, que necessariamente seja proprietário, de um empreendimento com finalidade Turística;
- b) Um Representante indicado pela ACIACA - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre, que necessariamente seja proprietário, de um empreendimento com finalidade Turística;
- c) O Presidente da SACA - Sociedade Amigos de Campo Alegre;
- d) O Presidente da Associação de Artesãos Mãos do Campo;
- e) O Presidente da FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre;
- f) Um Produtor Rural que pratique atividade de Turismo em sua propriedade indicado pela EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A;
- g) Um representante das Associações de Moradores, escolhido entre as mesmas;
- h) Um representante do Folclore ativo e organizado".

Art.2º) Fica alterada a redação do Art. 5º da Lei Municipal nº 2.992/05, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.5º) Serão eleitos pelo voto de no mínimo 2/3 (dois terços) dos Conselheiros, o Presidente e o Secretário do Conselho, escolhidos dentre seus membros, para o mandato de dois anos".

Art.3º) Fica alterada a redação do Art. 7º da Lei Municipal nº 2.992/05, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.7º) As despesas de expediente e manutenção, correrão por conta da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC".

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
08 de abril de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.371 de 08 de Abril de 2008

LEI Nº 3.371 DE 08 DE ABRIL DE 2008

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPE-SA COM INDENIZAÇÃO POR EXTRAÇÃO MINERAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a pagar indenização de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) aos proprietários dos imóveis onde o Município seja detentor de direito de extração mineral, concedido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.

Parágrafo único - A indenização prevista no caput deste artigo, refere-se à extração de materiais concedidos pelo órgão minerário, nos termos do Código de Mineração, que forem extraídos até 31 de dezembro de 2008, sem limite de quantidade.

Art.2º) A autorização para extração e o pagamento da indenização de que trata a presente Lei, serão reduzidos a termo e firmados pelo Município de Campo Alegre e o proprietário ou posseiro do imóvel.

Art.3º) Os gastos decorrentes da execução da presente lei, correrão por conta de Dotação Orçamentária vigente.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
08 de abril de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.370 de 08 de Abril de 2008

LEI Nº 3.370 DE 01 DE ABRIL DE 2008.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica O Poder Executivo Municipal autorizado a realizar desapropriação de área, de que trata o parágrafo único do Art. 1º do Decreto Municipal nº 5.115 de 13 de março de 2008.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
01 de abril de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
01/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Ata de Registro de Preços Nº 23/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 66/2014 - Modalidade Pregão Presencial
Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Ao primeiro dia do mês de setembro de 2014, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de eletricitista (instalação elétrica e manutenção elétrica) para diversos órgãos/unidades da administração municipal, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa FC INSTALADORA ELÉTRICA LTDA, CNPJ: 03.698.301/0001-29, em decorrência da homologação do processo licitatório nº. 66/2014, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	850	Horas	Serviço de eletricitista (instalação elétrica e manutenção elétrica).	22,00	18.700,00
VALOR TOTAL				R\$ 18.700,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafo, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

FC INSTALADORA ELÉTRICA LTDA
Representante legal

Errata - Tomada de Preços 67/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

ERRATA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2014 TOMADA DE PREÇOS
No Edital do Processo Licitatório em epígrafe, altera-se o seguinte item:

ANEXO IX – Cronograma Físico Financeiro

A Errata e o edital na íntegra encontram-se disponíveis no site do município: www.campoalegre.sc.gov.br.

As demais cláusulas e disposições do Edital em epígrafe, permanecem inalterados e em vigor.

Campo Alegre, 02 de setembro de 2014.
MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Comissão Permanente de Licitações

LEI Nº 3.369 DE 25 DE MARÇO DE 2008

LEI Nº 3.369 DE 25 DE MARÇO DE 2008.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE
ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO
VIGENTE E, CRIA ELEMENTO DE DESPESA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar afim de suplementar a seguintes Dotações do Orçamento vigente, e criar Elemento de Despesa, no valor de R\$ 9.530,00 (nove mil, quinhentos e trinta reais).

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
	Manutenção e Coordenação das	
001.031.0001.2.002 -	Atividades Legislativas	
300000.00.080 -	Despesas Correntes	
310000.00.080 -	Outras Despesas Correntes	
		Outras Despesas Correntes
319113.00.080 -	Obrigações Patronais	
330000.00.080 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.080 -	Aplicações Diretas	
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa JurídicaR\$ 5.000,00	
339039.00.080 -	Despesas Correntes	
300000.00.080 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.080 -	Aplicações Diretas	
339046.00.080 -	Auxílio Alimentação R\$ 530,00	
300000.00.080 -	Despesas Correntes	
330000.00.080 -	Outras Despesas Correntes	
	Contribuição de Direito Privado	
335041.00.080 - R\$ 3.000,00	
	TOTAL	R\$ 9.530,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo 1º desta Lei correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores
01.01 -	Câmara de Vereadores
	Manutenção e Coordenação das Atividades Legislativas
001.031.0001.2.002 -	

300000.00.080 -	Despesas Correntes
330000.00.080 -	Outras Despesas Correntes
339000.00.080 -	Aplicações Diretas
339030.00.080 -	Material de Consumo R\$ 2.000,00
339039.00.080 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 7.530,00
	TOTAL R\$ 9.530,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
25 de março de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Pregão Presencial 90/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 90/2014

A licitação tem como objeto aquisição de ADUBO 08-20-20 - saco de 50kg para distribuição gratuita aos produtores rurais deste município, cadastrados no "Programa Municipal de Distribuição de Adubo", criado através da Lei Municipal nº 4.172 de 06/08/2014, conforme tabela abaixo:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	VALOR MÁXIMO POR SACO R\$
01	360	Sacos	Adubo 08-20-20, saco de 50kg	56,00

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.
- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 16/09/2014, às 14 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.
- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 13horas e 45 minutos, do dia 16/09/2014, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- O crédito necessário ao atendimento das despesas da presente licitação correrá à conta das Dotações Orçamentárias dos respectivos exercícios financeiros classificadas como "material de consumo", de qualquer Órgão/Unidade do Orçamento do Município de Campo Alegre.

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 90/2014".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios

ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 02 de setembro de 2014.
Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

Lei Nº 3.368 de 25 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.368 DE 25 DE MARÇO DE 2008

AUTORIZA O PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPO ALEGRE-SC, A FILIAR-SE E CONTRIBUIR MENSALMENTE OU ANUALMENTE COM A UVESC - UNIÃO DOS VEREADORES DE SANTA CATARINA, COM SEDE NA CAPITAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores, autorizado a filiar-se e contribuir mensalmente ou anualmente em favor da UVESC - UNIÃO DOS VEREADORES DE SANTA CATARINA, com sede na Capital do Estado Catarinense, portadora do CNPJ nº 76.875.731/0001-42.

§ 1º. O valor de que trata o "caput" do artigo 1º do presente ato, é de R\$ 300,00 (trezentos reais), por mês, conforme estatuído no artigo 44, § 1º, II dos Estatutos da Entidade, a serem lançados conforme a edição de boleto de pagamento pela Entidade ou depósito em conta.

§ 2º. Quando os valores referidos da contribuição se modificarem, fica o Presidente da Câmara Municipal, autorizado por ato próprio a ajustá-los de conformidade com o que a UVESC estabelecer.

Art. 2º A contribuição referida, terá cunho exclusivamente para as atividades da Entidade, conforme prescrito em seus Estatutos, não podendo haver desvio de finalidade.

Parágrafo único. A Entidade prestará contas à Câmara Municipal de Vereadores, através de seus balanços, comprovando a aplicação dos recursos objeto do presente ato.

Art. 3º A contribuição cessará pela dissolução da Entidade ou por outro meio Estatutário, bem como por outro ato do Legislativo que venha determinar sua condição de desfiliação, o que será comunicado por escrito a UVESC.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão à conta em rubrica específica do orçamento do Legislativo Municipal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
25 de março de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.367 de 25 de Março de 2008

LEI Nº 3.367 DE 25 DE MARÇO DE 2008

DISPÕE SOBRE OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS QUE COLOCAM A DISPOSIÇÃO, MEDIANTE LOCAÇÃO, COMPUTADORES E MÁQUINAS PARA ACESSO À INTERNET E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - São regidos por esta lei os estabelecimentos comerciais instalados no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, que ofertam a locação de computadores e máquinas para acesso à Internet, utilização de programas e de jogos eletrônicos, abrangendo os designados como "lan houses", cibercafés e "cyber offices", entre outros.

Art. 2º - Os estabelecimentos de que trata esta lei ficam obrigados a criar e manter cadastro atualizado de seus usuários, contendo:

- I - nome completo;
- II - data de nascimento;
- III - endereço completo;
- IV - telefone;
- V - número de documento de identidade.

§ 1º - O responsável pelo estabelecimento deverá exigir dos interessados a exibição de documento de identidade, no ato de seu cadastramento e sempre que forem fazer uso de computador ou máquina.

§ 2º - O estabelecimento deverá registrar a hora inicial e final de cada acesso, com a identificação do usuário e do equipamento por ele utilizado.

§ 3º - Os estabelecimentos não permitirão o uso dos computadores ou máquinas:

- 1. a pessoas que não fornecerem os dados previstos neste Art., ou o fizerem de forma incompleta;
- 2. a pessoas que não portarem documento de identidade, ou se negarem a exibi-lo;

§ 4º - As informações e o registro previstos neste Art. deverão ser mantidos por, no mínimo, 60 (sessenta) meses.

§ 5º - Os dados poderão ser armazenados em meio eletrônico.

§ 6º - O fornecimento dos dados cadastrais e demais informações de que trata este Art. só poderá ser feito mediante ordem ou autorização judicial.

§ 7º - Excetuada a hipótese prevista no § 6º, é vedada a divulgação dos dados cadastrais e demais informações de que trata este Art., salvo se houver expressa autorização do usuário.

Art. 3º - É vedado aos estabelecimentos de que trata esta lei:

- I - permitir o ingresso de pessoas menores de 12 (doze) anos sem o acompanhamento de, pelo menos, um de seus pais ou de responsável legal devidamente identificado;
- II - permitir a entrada de adolescentes de 12 (doze) a 16 (dezeses) anos sem autorização por escrito de, pelo menos, um de seus pais ou de responsável legal;
- III - permitir a permanência de menores de 18 (dezoito) anos após a meia-noite, salvo se com autorização por escrito de, pelo menos, um de seus pais ou de responsável legal.

Parágrafo único - Além dos dados previstos nos incisos I a V do Art. 2º, o usuário menor de 18 (dezoito) anos deverá informar os seguintes:

- 1. filiação;
- 2. nome da escola em que estuda e horário (turno) das aulas.

Art. 4º - Os estabelecimentos de que trata esta lei deverão:

- I - expor em local visível lista de todos os serviços e jogos disponíveis, com um breve resumo sobre os mesmos e a respectiva classificação etária, observada a disciplina do Ministério da Justiça

sobre a matéria;

II - ter ambiente saudável e iluminação adequada;

III - ser dotados de móveis e equipamentos ergonômicos e adaptáveis a todos os tipos físicos;

IV - ser adaptados para possibilitar acesso a portadores de deficiência física;

V - tomar as medidas necessárias a fim de impedir que menores de idade utilizem contínua e ininterruptamente os equipamentos por período superior a 3 (três) horas, devendo haver um intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos entre os períodos de uso;

VI - regular o volume dos equipamentos de forma a se adequar às características peculiares e em desenvolvimento dos menores de idade.

Art. 5º - São proibidos:

I - a venda e o consumo de bebidas alcoólicas;

II - a venda e o consumo de cigarros e congêneres;

III - a utilização de jogos ou a promoção de campeonatos que envolvam prêmios em dinheiro.

Art. 6º - A inobservância do disposto nesta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - multa, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com a gravidade da infração, conforme critérios a serem definidos em regulamento;

II - em caso de reincidência, cumulativamente com a multa, suspensão das atividades ou fechamento definitivo do estabelecimento, conforme a gravidade da infração.

§ 1º - Na reincidência, a multa será aplicada em dobro.

§ 2º - Os valores previstos no inciso I serão atualizados anualmente, pelos índices oficiais.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará esta lei, especialmente quanto à atribuição para fiscalizar seu cumprimento e impor as penalidades a que se refere o Art. 6º.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
25 de março de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.366 de 19 de Março de 2008

LEI Nº 3.366 DE 19 DE MARÇO DE 2008.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DEPÓSITO JUDICIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica O Poder Executivo Municipal autorizado a realizar o depósito judicial no valor de R\$ 67.993,50 (sessenta e sete mil novecentos e noventa e três reais, cinquenta centavos), a título de Depósito Provisório, em razão de desapropriação de área, de que trata o parágrafo único do Art. 1º do Decreto Municipal nº 5.115

de 13 de março de 2008.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar elemento de despesa e remanejar dotação orçamentária para cumprir o disposto no Artigo 1º desta lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
19 de março de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.365 de 19 de Março de 2008

LEI Nº 3.365 DE 19 DE MARÇO DE 2008.
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO
MUNICIPAL, LEI MUNICIPAL Nº 2.293/97

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a redação do caput do Art. 12 da Lei Municipal n.º 2.293/97, que passa a vigorar com seguinte redação:

"Art. 12 - O pagamento total da Taxa de Conservação de Via e Logradouro Público; Taxa de Fiscalização, Instalação e Funcionamento de Estabelecimentos; e da Contribuição de Melhoria para pagamento, terão desconto de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos referidos tributos".

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
19 de março de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.364 de 11 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3.364 DE 11 DE MARÇO DE 2008
CONCEDE PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO
DE PONTO DE TÁXI.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica concedida a permissão ao Sr. VALDIANE APARECIDA FUCKNER, portador do CPF/MF sob nº 044.449.749-82, residente na Rua Principal snº, localidade de Bateias de Cima, neste Município, para exploração de 01 (um) PONTO DE TÁXI, localizado no endereço no seguinte endereço: Rua Principal snº, localidade de Bateias de Cima Município de Campo Alegre/SC, observando e cumprindo as disposições da Lei Municipal nº 1.675 de 03 de fevereiro de 1993.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
11 de março de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
11/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.363 de 11 de Março de 2008

Lei n.º 3.363 DE 11 DE MARÇO DE 2008
ESTABELECE ISENÇÃO DE IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS, PARA EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL, INCLUÍDOS NOS PROGRAMAS VINCULADOS À POLÍTICA HABITACIONAL MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1.º - A construção de edificações e grupamentos de edificações de empreendimentos habitacionais de interesse social, destinados à população de baixa renda, incluídos em programas vinculados à política habitacional Municipal, Estadual e Federal, fica isenta de tributação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

Art. 2.º - A concessão da isenção, prevista nesta Lei, ficam condicionados os serviços contratados pela Municipalidade , através do FHS - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 3.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
11 de março de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 11/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.362 de 11 de Março de 2008

LEI Nº 3.362 DE 11 DE MARÇO DE 2008
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

12.00 -	FHIS - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	
12.01 -	Gerenciamento do FHIS	
1.022 -	Implantação de Conjuntos Habitacionais	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 700,00
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 100,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 134.000,00
339047.00.136 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 100,00
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449061.00.136 -	Aquisição de Imóveis	R\$ 100,00
TOTAL		R\$ 135.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2007 na Prefeitura Municipal;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
11 de março de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 11/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.361 de 11 de Março de 2008

LEI Nº 3.361 DE 11 DE MARÇO DE 2008
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE PROGRAMA E AÇÃO
NAS LEIS MUNICIPAIS Nº 3.038/2005 E 3.292/2007,
EM SEUS REFERIDOS ANEXOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica alterado o Programa 49 - CONQUISTANDO A CASA PRÓPRIA no valor de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) dentro do Órgão 12 - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Parágrafo único: A inclusão mencionada no caput, refere-se especificamente das Leis Municipais nº 3.038/2005 e 3.292/2007, PPA 2006/2009 e LDO 2008, respectivamente.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
11 de março de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 11/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.360 de 11 de Março de 2008

LEI Nº 3.360 DE 11 DE MARÇO DE 2008
AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE Á RECEBER EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA EM DOAÇÃO,
E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação do Ministério da Saúde-MS, através da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa-SGEP inscrita no CNPJ sob nº 00.394.544/0008-51, o equipamento abaixo descrito e avaliado:

"Equipamento com as seguintes especificações: Microcomputador Infoway ST4250, Marca Itautec, com as seguintes especificações técnicas: Memória RAM de 1 GB-DDR 400 Mhz; Processador FSB de 800 Mhz e Memória cachê L2 de 2 MB; Unidade de Disco de 80 GB serial ATA; Unidade de CD-Rom, velocidade de 48 X; Unidade de disco flexível; Interfaces: 4 USB on-board no painel traseiro e 02 USB na parte frontal; Controladora de Áudio AC' 97 integrada, Interface de Rede on-board-10/100/1000Mbps; Controladora de vídeo tela plana de 17", resolução SVGA de 1024x768; Teclado padrão ABNT2; Mouse; Sistema Operacional Windows XP Profissional em português; Software de Gerenciamento Remoto; avaliado em R\$ 2.498,00 (dois mil, quatrocentos e noventa e oito reais)".

Parágrafo único: O equipamento descrito no caput deste Artigo será instalado junto ao Conselho Municipal de Saúde, tendo como local o CENTRO DE SAÚDE DEONILDA BARTSCH BASTOS, sito á

Rua Irã. Amália Gheller, 22 Centro Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) O equipamento recebido em doação conforme descrição do Artigo primeiro desta Lei, integrará o Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Campo Alegre/SC, para todos os efeitos legais e contábeis.

Art.3º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotação Orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, dos Orçamentos anuais.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
11 de março de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
11/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.359 de 11 de Março de 2008

LEI Nº 3.359 DE 11 DE MARÇO DE 2008.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE A RECEBER BEM EM DOAÇÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Município de Campo Alegre, autorizado a receber em doação do Sr. NORBERTO CUBAS DA SILVA, inscrito no cadastro de Pessoas Físicas junto a Secretaria da Receita Federal sob nº 005.871.099-04, endereço Interior deste Município, o seguinte Bem Móvel abaixo relacionado:

QUANT.	DESCRIÇÃO	AValiação
3.00 m³	MADEIRA SERRADA ARAUCÁRIA	R\$ 1.350,00

Art.2º) O bem móvel recebido em doação conforme o artigo primeiro desta Lei, servirá para unidades habitacionais, neste Município de Campo Alegre/SC, para que surtam todos os efeitos legais. Tijucas à Campo Alegre.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
11 de março de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
11/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.358 de 04 de Março de 2008

LEI Nº 3.358 DE 04 DE MARÇO DE 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
2.014 -	Transporte Escolar	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
339039.00.519 -		R\$ 40.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação dos recursos ordinários municipais do Orçamento Vigente;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
04 de março de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
04/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.357 de 26 de Fevereiro de 2008

LEI Nº 3.357 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2008.

DECLARA USO SOCIAL DE ÁREA PARA FINS DE INSTALAÇÃO DE LOTEAMENTO POPULAR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica declarado de uso social a área de terra rural de 36.215,75m² (trinta e seis mil, duzentos e quinze metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizada na Estrada Boa Vista, no Distrito de Fragosos, neste Município, matriculada sob nº 30.131, no Cartório de Registro de Imóveis de São Bento do Sul/SC, conforme matrícula anexa, parte integrante desta Lei.

Parágrafo único - No local descrito no caput deste artigo, será instalado um loteamento popular de interesse público para fins sociais, com assentamento de famílias carentes.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
26 de fevereiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
26/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.356 de 26 de Fevereiro de 2008

LEI Nº 3.356 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2008
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito
Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a
fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
11.02 -	Coordenadoria de Turismo	
1.010 -	Festa Estadual da Ovelha	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pes- soa Jurídica	R\$ 24.000,00
TOTAL		R\$ 25.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei,
correrão por conta do Superávit Financeiro apurado no exercício
de 2007 da Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
26 de fevereiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
26/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.355 de 26 de Fevereiro de 2008

LEI Nº 3.355 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2008
RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES SUBSCRITO
PARA CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA
NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA,
ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica ratificado, em todos os seus termos, o Protocolo de
Intenções subscrito pelo Chefe do Poder Executivo para a cons-
tituição do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
- CIGA, nos termos em anexo.

Art. 2º - Fica declarado de utilidade pública o Consórcio de Infor-
mática na Gestão Pública Municipal - CIGA.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, re-
vogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre SC,
26 de fevereiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
26/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.354 de 26 de Fevereiro de 2008

LEI Nº 3.354 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2008.
CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS E
AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS, REAJUSTA OS VENCIMENTOS
DOS SERVIDORES PÚBLICOS E O VALOR DO VALE ALIMENTAÇÃO,
ESTABELECENDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber
todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de
Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica concedida, a partir de 1º de fevereiro de 2008, revisão
geral anual de 5,16% (cinco vírgula dezesseis por cento) sobre os
valores dos vencimentos e gratificação dos servidores públicos do
quadro de pessoal da administração direta e indireta, ativos, inati-
vos e agentes políticos, calculados sobre os valores percebidos no
mês de janeiro de 2008.

§1º - O percentual fixado no caput deste artigo é concedido a
título de revisão geral anual, prevista na Constituição Federal, com
base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acumu-
lado no exercício de janeiro à dezembro de 2007.

§2º - O período de apuração da revisão geral anual de que trata
este artigo é de janeiro à dezembro de 2007.

Art.2º) Ficam reajustados, a partir de 1º de fevereiro de 2008, em
2,71 % (dois vírgula setenta e um por cento) os valores dos ven-
cimentos e gratificação dos servidores públicos do quadro de pes-
soal da administração direta e indireta, ativos, inativos, calculados

sobre os valores percebidos no mês de janeiro de 2008, a partir de 1º de fevereiro de 2008.

Parágrafo único - O percentual fixado no caput deste artigo é concedido a título de reajuste salarial.

Art. 3º - Ficam reajustados em 8,0% (oito por cento), o valor do vencimento limite para o recebimento do vale alimentação disposto no Artigo 146 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, concedido aos Servidores Públicos Municipais, em razão dos novos valores salariais praticados por força da implementação dos índices de Revisão Geral Anual e de Reajuste, fixados nesta Lei.

Parágrafo Único - O valor do vencimento limite, para o servidor receber o vale alimentação, será igual ou inferior a R\$ 1.229,04 (um mil, duzentos e vinte e nove reais e quatro centavos).

Art.4º) O valor do vale alimentação previsto na Lei Complementar Municipal n.º 006 fica fixado em R\$ 53,46 (cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos).

Art.5º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à conta das respectivas Dotações Orçamentárias do Orçamento vigente, podendo ser suplementadas se necessário.

Art.6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
26 de fevereiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
26/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.353 de 19 de Fevereiro de 2008

LEI Nº 3.353 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2008.
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA MUNICIPAL QUE TRATA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O § 1º e o § 3º do art. 74 da Lei Municipal nº 2.537, de 17 de julho de 2001, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 74 -....

§ 1º - Os membros do Conselho Fiscal deverão possuir a condição de servidores efetivos ativos e inativos e terem implementado o estágio probatório, sendo que além destas condições, 2/3 (dois terços) destes membros deverão possuir conhecimentos técnicos em administração, contabilidade ou finanças".

§3º - Os demais conselheiros serão eleitos, dentre os segurados ativos ou inativos, por voto secreto e direto, pelos segurados ativos e inativos, através do competente processo eleitoral previamente divulgado, bem como os respectivos suplentes;

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
19 de fevereiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.352 de 19 de Fevereiro de 2008

LEI Nº 3.352 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2008.
AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE A RECEBER BEM EM DOAÇÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Município de Campo Alegre, autorizado a receber em doação do Sr. NORBERTO CUBAS DA SILVA, inscrito no cadastro de Pessoas Físicas junto a Secretaria da Receita Federal sob nº 005.871.099-04, endereço Interior deste Município, o seguinte Bem Móvel abaixo relacionado:

QUANT.	DESCRIÇÃO	AValiação
12.80 m³	MADEIRA SERRADA ARAUCÁRIA	R\$ 5.760,00

Art.2º) O bem móvel recebido em doação conforme o artigo primeiro desta Lei, servirá para unidades habitacionais, neste Município de Campo Alegre/SC, para que surtam todos os efeitos legais. Tijucas à Campo Alegre.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
19 de fevereiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.351 de 06 de Fevereiro de 2008

LEI Nº 3.351 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2008

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR DESPESA COM LOCAÇÃO".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a realizar despesa de até 1 (um) salário mínimo nacional, na locação de imóvel, com a finalidade de alojar servidor público responsável pela Delegacia de Polícia Civil do Município de Campo Alegre-SC.

Parágrafo único - O prazo da locação de que trata o caput deste artigo será até 31 de dezembro de 2008.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
06 de fevereiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
06/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.350 de 06 de Fevereiro de 2008

LEI Nº 3.350 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 744.435,54 (setecentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
4.010 -	Contribuição a Entidades de Classes	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.519 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335041.00.519 -	Contribuições	R\$ 2.564,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	

1.004 -	Construção e Reforma de Unidades Escolares	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 275.000,00
2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 20.000,00
05.05 -	Serviço de Controle da Merenda Escolar	
2.015 -	Merenda Escolar	
300000.00.151 -	Despesas Correntes	
330000.00.151 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.151 -	Aplicações Diretas	
339030.00.151 -	Material de Consumo	R\$ 8.482,50
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
1.028 -	Construção e Reforma de Unidades Escolares	
400000.00.140 -	Despesas de Capital	
440000.00.140 -	Investimentos	
449000.00.140 -	Aplicações Diretas	
449051.00.140 -	Obras e Instalações	R\$ 225.143,84
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
1.017 -	Pavimentação e Calçamento de Vias Urbanas	
400000.00.000 -	Despesas de Capital	
440000.00.000 -	Investimentos	
449000.00.000 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 156.726,00
449051.00.173 -	Obras e Instalações	R\$ 17.168,81
2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
2.040 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Polícia Civil e Militar	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 13.000,00
09.00 -	FUMREBOM - Fundo Municipal de Reequipamento da Organização de Bombeiros	
09.01 -	Serviço de Manutenção do FUMREBOM	
2.717 -	Manutenção e Coordenação do FUMREBOM	
300000.00.757 -	Despesas Correntes	
330000.00.757 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.757 -	Aplicações Diretas	

339039.00.757 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 4.350,39
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
2.810 -	Criação e Manutenção de Espaços de Lazer	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 12.000,00
TOTAL		R\$ 744.435,54

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2007 na Prefeitura Municipal;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
06 de fevereiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
06/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.349 de 06 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3.349 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2008
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DE
ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO
VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a abrir crédito Suplementar Especial e criar elemento de despesa no valor de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.05 -	Manutenção das Ativid. de Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
1.025 -	Subvenção ao Hospital São Luiz	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 63.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.05 -	Manutenção das Ativid. de Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
1.025 -	Subvenção ao Hospital São Luiz	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.119 -	Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos	
335043.00.119 -	Subvenções Sociais	R\$ 63.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
06 de fevereiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
06/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.348 de 06 de Fevereiro de 2008

LEI Nº 3.348 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2008.
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO
MUNICIPAL, LEI MUNICIPAL Nº 2.293/97

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam alteradas as redações dos caput's dos Artigos nº 174, 207 e 214 da Lei Municipal n.º 2.293/97, que passam a vigorar com seguinte redação:

"Art. 174 - A taxa será devida anualmente."

"Art. 207 - A taxa será devida anualmente."

"Art. 214 - A taxa será devida anualmente."

Art. 2º - Ficam alteradas as redações dos Incisos I dos Artigos 175, 208 e 215 que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Inciso I - no ato da inscrição, proporcionalmente ao período que compreende entre a data da abertura do estabelecimento e o mês de maio subsequente."

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
06 de fevereiro de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:

06/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.347 de 06 de Fevereiro de 2008

LEI Nº 3.347 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2008.
AUTORIZA REPASSE, À ACIACA - ASSOCIAÇÃO
COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE CAMPO
ALEGRE, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a repassar para a ACIACA - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre, o valor de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais).

Parágrafo único: O repasse de que trata o caput deste Artigo servirá para o pagamento de despesa de publicação institucional em comemoração aos 20 (vinte) anos de Fundação da referida Associação.

Art.2º) A despesa decorrente na aplicação desta Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 02.01.04.122.0003.2010 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, 335041.00 - Contribuições.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
06 de fevereiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
06/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.346 de 06 de Fevereiro de 2008

LEI Nº 3.346 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2008.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONCEDER CONTRIBUIÇÃO AO
NÚCLEO DOS OVINOCULTORES DE CAMPO ALEGRE,
E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Contribuição, ao NÚCLEO DOS OVINOCULTORES DE CAMPO ALEGRE, no valor total de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a ser repassada em uma única parcela, objetivando a parceria na realização da 10ª Edição da Festa Estadual da Ovelha, a qual realizar-se-á no mês de março de 2008 em nosso Município.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor

recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo primeiro - Os cheques nominais de trata este artigo, deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, que deverão integrar a prestação de contas ao Município de Campo Alegre-SC.

Parágrafo segundo - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 1º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do NÚCLEO DOS OVINOCULTORES DE CAMPO ALEGRE.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- I - Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- II - Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- III - Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- IV - Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- V - Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do NÚCLEO DOS OVINOCULTORES DE CAMPO ALEGRE.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir do mês de janeiro de 2008.

Art.9º) As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 11.02.20.1010 - Festa da Ovelha, da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer - 335041.00 Contribuições.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2008.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
06 de fevereiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
06/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.345 de 06 de Fevereiro de 2008

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3.345 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2008.
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O "NÚCLEO
DE OVINOCULTORES DE CAMPO ALEGRE".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública o "NÚCLEO DE OVINO-CULTORES DE CAMPO ALEGRE", com sede na Rua Cel. Raymundo Munhoz, 77 Centro, Município de Campo Alegre Estado de Santa Catarina, registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e do Registro de Títulos e Documentos, sob nº 595, à fls. 023v, do livro A - nº 4, na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 05.766.648/0001-97.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
06 de fevereiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
06/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 053 de 18 de Dezembro de 2007

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 053
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DOS PROFISSIONAIS
DA EDUCAÇÃO DE CAMPO ALEGRE
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 014/03.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 71 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O § 4º do Art 30 da Lei Complementar Municipal n.º 014/03 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§4º O mandato da CAPE terá a duração de 3 (três) anos, devendo seus membros reunirem-se a cada 3 (três) meses para promoverem discussão sobre a avaliação dos servidores que se encontram em estágio probatório, respeitados os requisitos estabelecidos no art. 32;"

Art. 2º As alíneas b, c, d e e do inciso V do Art. 33 da Lei Complementar Municipal n.º 014/03, passam a vigorar com a seguinte

redação:

"b) ótimo (nota 8): acata ordens, sempre com boa vontade, às vezes sendo ineficaz no desenvolvimento e na resolução de suas atividades;
c) bom (nota 6): acata ordens; nem sempre com boa vontade;
d) regular (nota 4): não acata ordens;
e) insatisfatória (nota 0): não acata ordens, sendo ineficaz no desenvolvimento e na resolução de suas atividades ;"

Art. 3º As alíneas f e g do inciso VI do Art. 33 da Lei Complementar Municipal n.º 014/03, passam a vigorar com a seguinte redação:

"f) irregular (nota 4): possui pouco domínio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, produz sem qualidade e rendimento abaixo do desejado;
g) insatisfatória (nota 0): não possui domínio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, atingindo produtividade, qualidade, rendimentos;"

Art. 4º O inciso V do Art. 34 da Lei Complementar Municipal n.º 014/03, passa a vigorar com a seguinte redação:

"V - processar a média de notas auferidas no semestre observada a seguinte fórmula:

$MS1 = (N1 \times p5 + N2 \times p4 + N3 \times p5 + N4 \times p5 + N5 \times p3 + N6 \times p3 + N7 \times p3 + N8 \times p5) / 33$

onde,

MS1 = Média do Semestre;

N1 = (nota auferida para idoneidade moral referente ao primeiro trimestre + nota auferida para idoneidade moral referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

P3 = peso correspondente à valoração do quesito idoneidade moral;

N2 = (nota auferida para asseio referente ao primeiro trimestre + nota auferida para asseio referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

P3 = peso correspondente à valoração do quesito asseio;

N3 = (nota auferida para sobriedade referente ao primeiro trimestre + nota auferida para sobriedade referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

P3 = peso correspondente à valoração do quesito sobriedade;

N4 = (nota auferida para pontualidade referente ao primeiro trimestre + nota auferida para pontualidade referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

P6 = peso correspondente à valoração do quesito pontualidade;

N5 = (nota auferida para disciplina referente ao primeiro trimestre + nota auferida para disciplina referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

P6 = peso correspondente à valoração do quesito disciplina;

N6 = (nota auferida para produtividade e capacidade de iniciativa referente ao primeiro trimestre + nota auferida para produtividade e capacidade de iniciativa referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

P6 = peso correspondente à valoração do quesito produtividade e capacidade de iniciativa;

N7 = (nota auferida para sociabilidade referente ao primeiro trimestre + nota auferida para sociabilidade referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

p3 = peso correspondente à valoração do quesito sociabilidade;

N8 = (nota auferida para zelo pelo patrimônio público referente ao primeiro trimestre + nota auferida para zelo pelo patrimônio público referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

P3 = peso correspondente à valoração do quesito zelo pelo patrimônio público;

33 = somatório dos pesos adotados;

Art. 5º O Art. 98 da Lei Complementar Municipal n.º 014/03 e seus parágrafos, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 98 A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de novembro, por mês de exercício no respectivo ano.

§1º A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral;

§2º A gratificação será paga até o dia 20 (vinte) do mês de novembro de cada ano, podendo ser paga em duas parcelas;"

Art. 6º Fica incluídos §§ 4º e 5º no Art. 109 da Lei Complementar Municipal n.º 014/03, com a seguinte redação:

"§4º Entende-se por carga horária de 40 horas efetivamente cumprida aquela que o servidor cumprir efetivamente, excluindo-se desta os períodos de afastamento justificados ou não.

§5º Para cada semana que o servidor não cumprir efetivamente a jornada de 40 horas será gerado um desconto de ¼ do valor integral devido para o vale alimentação."

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
18 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 052 de 11 de Dezembro de 2007

LEI COMPLEMENTAR Nº 052 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2007.
CRIA CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL
N.º 006/02 E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre - Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e em observância da Lei Federal n.º 11.350/06, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criado no âmbito da Estrutura de Cargos Efetivos do Município de Campo Alegre, o cargo de Agente Comunitário de Saúde, com atribuições, responsabilidades e condições de habilitação descritas nos Anexos da presente Lei, que alteram os Anexos I, I-A e IV da Lei Complementar Municipal n.º 006/02.

Parágrafo único - Aplicam-se ao Agente Comunitário de Saúde, todas as disposições previstas no Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 2º O Agente Comunitário de Saúde deverá manter as condições de habilitação exigidas para o ingresso na carreira, até a extinção do vínculo jurídico com a Administração Pública, sob pena de demissão.

Art. 3º O Art. 42 da Lei Complementar Municipal n.º 006/02, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 42 Durante o estágio probatório os servidores, dos Poderes

Executivo e Legislativo serão, obrigatoriamente, avaliados por uma Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAESP) instituída para esta finalidade.

§1º A CAESP será formada por 5 (cinco) servidores detentores de cargo de provimento efetivo, já possuidores de estabilidade, indicados e nomeados da seguinte forma:

a) 4(quatro) dentre os servidores efetivos e estáveis da Administração Direta e Indireta, pelo Chefe do Poder Executivo;

b) 1(um) dentre os servidores efetivos e estáveis da Câmara Municipal ou da Administração Direta e Indireta, pelo Chefe do Poder Legislativo;

c) O Chefe do Poder Legislativo apenas poderá indicar servidores da Administração Direta ou Indireta, se configurada a inexistência de servidores efetivos e estáveis no Quadro da Câmara de Vereadores;

§2º O mandato da CAESP terá a duração de 3 (três) anos, devendo seus membros reunirem-se a cada 3 (três) meses para promoverem discussão sobre a avaliação dos servidores que se encontram em estágio probatório, respeitados os requisitos estabelecidos no art. 44;

§3º A CAESP possuirá Regimento Interno próprio, votado por seus membros, observadas as disposições constantes desta lei;

§4º Compete a CAESP contatar as chefias imediatas dos servidores avaliados para coletar os dados e notas de avaliação, especificados nos artigos 44 e 45;

§5º Os Chefes imediatos, os Secretários Municipais e os servidores avaliados poderão ser convidados pela CAESP para participarem das reuniões a fim de prestarem esclarecimentos, quando necessário;

§6º Caso sejam indicados e nomeados para a CAESP servidores que possuam relações de parentesco, consanguíneas ou afins, com os avaliados, esses deverão solicitar afastamento de suas atribuições na Comissão, devendo ser realizada sua substituição apenas para o caso específico."

Art. 4º As alíneas b, c, d e e do Inciso V do Art. 45 da Lei Complementar Municipal n.º 006/02, passam a vigorar com a seguinte redação:

"b) ótimo (nota 8): acata ordens, sempre com boa vontade, às vezes sendo ineficaz no desenvolvimento e na resolução de suas atividades;

c) bom (nota 6): acata ordens, nem sempre com boa vontade;

d) regular (nota 4): não acata ordens;

e) insatisfatória (nota 0): não acata ordens sendo ineficaz no desenvolvimento e na resolução de suas atividades;"

Art. 5º As alíneas f e g do Inciso VI do Art. 45 da Lei Complementar Municipal n.º 006/02, passam a vigorar com a seguinte redação:

"f) irregular (nota 4): possui pouco domínio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, produz sem qualidade e rendimento abaixo do desejado;

g) insatisfatória (nota 0): não possui domínio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, atingindo produtividade, qualidade, rendimentos;"

Art. 6º O Inciso V do §2º e o §3º do Art. 46 da Lei Complementar Municipal n.º 006/02, passa a vigorar com a seguinte redação:

"V - processar a média de notas auferidas no semestre observada a seguinte fórmula:

$$MS1 = (N1 \times p5 + N2 \times p4 + N3 \times p5 + N4 \times p5 + N5 \times p3 + N6 \times p3 + N7 \times p3 + N8 \times p5) / 33$$

onde,

MS1 = Média do Semestre;

N1 = (nota auferida para idoneidade moral referente ao primeiro trimestre + nota auferida para idoneidade moral referente ao

segundo trimestre) ÷ 2 (dois);
 P3 = peso correspondente à valoração do quesito idoneidade moral;
 N2 = (nota auferida para asseio referente ao primeiro trimestre + nota auferida para asseio referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);
 P3 = peso correspondente à valoração do quesito asseio;
 N3 = (nota auferida para sobriedade referente ao primeiro trimestre + nota auferida para sobriedade referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);
 P3 = peso correspondente à valoração do quesito sobriedade;
 N4 = (nota auferida para pontualidade referente ao primeiro trimestre + nota auferida para pontualidade referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);
 P6 = peso correspondente à valoração do quesito pontualidade;
 N5 = (nota auferida para disciplina referente ao primeiro trimestre + nota auferida para disciplina referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);
 P6 = peso correspondente à valoração do quesito disciplina;
 N6 = (nota auferida para produtividade e capacidade de iniciativa referente ao primeiro trimestre + nota auferida para produtividade e capacidade de iniciativa referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);
 P6 = peso correspondente à valoração do quesito produtividade e capacidade de iniciativa;
 N7 = (nota auferida para sociabilidade referente ao primeiro trimestre + nota auferida para sociabilidade referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);
 P3 = peso correspondente à valoração do quesito sociabilidade;
 N8 = (nota auferida para zelo pelo patrimônio público referente ao primeiro trimestre + nota auferida para zelo pelo patrimônio público referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);
 P3 = peso correspondente à valoração do quesito zelo pelo patrimônio público;
 33 = somatório dos pesos adotados;
 §3º Ao final de cada 12 (doze) meses a CAESP realizará a média anual do servidor avaliado, observado a seguinte fórmula:
 MA = MS1 + MS2, onde.
 MA = média anual do estágio probatório;
 MS1 = média do primeiro semestre, na forma do §1º;
 MS2 = média do segundo semestre, na forma do §1º;"

Art. 7º O caput do Art. 118 e seu §3º, ambos da Lei Complementar Municipal n.º 006/02, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 118 A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor, efetivo ou comissionado, fizer jus no mês de novembro, por mês de exercício no respectivo ano.

(....)
 §3º No caso de pagamento parcelado, a segunda parcela será calculada com base na remuneração no mês de novembro abatida à importância da primeira parcela, pelo valor pago."

Art. 8º Ficam incluídos os §§3º e 4º no Art. 146 da Lei Complementar Municipal n.º 006/02, com a seguinte redação:

"§3º Entende-se por carga horária de 40 horas efetivamente cumprida aquela que o servidor cumprir efetivamente, excluindo-se desta os períodos de afastamento, justificados ou não.

§4º Para cada semana que o servidor não cumprir efetivamente a jornada de 40 horas, será gerado um desconto de ¼ do valor integral devido à título de vale alimentação."

Art. 9º O Parágrafo único do Art 176 da Lei Complementar Municipal n.º 006/02, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Fica expressamente proibido, durante o período

de licença para tratamento de saúde, o pagamento de qualquer vantagem de natureza temporária, inclusive as decorrentes de gratificação de função, adicional de horas extras, adicional de insalubridade e periculosidade e adicional noturno, excetuando - se o pagamento de gratificação de função, na hipótese prevista no parágrafo único do art 71."

Art. 10 O Art. 228 da Lei Complementar Municipal n.º 006/02, com a seguinte redação:

"Art. 228 A demissão será aplicada nos seguintes casos:
 I- crime contra a Administração Pública, observadas as disposições constantes do Código Penal Brasileiro e das demais legislações pertinentes à matéria;
 II - abandono de cargo;
 III - inassiduidade habitual;
 IV - improbidade administrativa;
 V - incontinência pública e conduta escandalosa, em serviço;
 VI - insubordinação grave em serviço ou recusa injustificada do cumprimento das atribuições funcionais;
 VII - ameaça à integridade física ou ofensa física em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
 VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos;

IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo; acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;
 X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;
 quando o servidor tiver sofrido penalidade disciplinar de suspensão por mais de 2 (duas) vezes, no período de 12 (doze) meses de efetivo exercício;
 XI - corrupção;
 XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;
 XIII - transgressão dos incisos VIII à XVI do Art. 208, quando tipificarem infrações graves;"

Art. 11 Fica excluído o Inciso VIII do Art. 300 da Lei Complementar Municipal n.º 006/02, tornando-se sem efeito.

Art. 12 As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta das dotações próprias do Orçamento vigente à época dos respectivos dispêndios.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Municipal de Campo Alegre "SC",
 11 de dezembro de 2007.
 RENATO BAHR
 Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
 Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 11/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de

ANEXO I
ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS

CÓD.	CATEGORIA FUNCIONAL	NÍVEL	NOMENCLATURA DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº DE VAGAS ANTERIOR	Nº DE VAGAS PREENCHIDAS	Nº DE VAGAS PROPOSTAS
01	ANS	6	Advogado	40 horas	00	00	01
02	ANS	6	Assistente Social	40 horas	01	00	01
03	ANS	6	Bibliotecário	40 horas	00	00	01
04	ANS	6	Contador	40 horas	00	00	01
05	ANS	6	Enfermeiro	40 horas	01	00	03
06	ANS	6	Engenheiro	40 horas	02	01	03
07	ANS	6	Farmacêutico	40 horas	01	01	01
08	ANS	6	Fisioterapeuta	30 horas	01	01	01
09	ANS	6	Fonoaudiólogo	30 horas	01	00	01
10	ANS	6	Médico I	20 horas	07	03	06
11	ANS	6	Médico II	40 horas	00	00	02
12	ANS	6	Médico Veterinário	40 horas	01	01	02
13	ANS	6	Nutricionista	30 horas	01	00	01
14	ANS	6	Odontólogo I	20 horas	08	06	06
15	ANS	6	Odontólogo II	40 horas	00	00	02
16	ANS	6	Psicólogo	40 horas	01	01	01
17	ANS	6	Terapeuta Ocupacional	30 horas	01	01	01
18	ANI	5	Técnico em Nível Médio	40 horas	04	04	14
19	ANI	5	Fiscal	40 horas	10	04	10
20	ANI	4	Agente Administrativo II	40 horas	14	10	15
21	ANI	4	Auxiliar de Enfermagem	40 horas	09	05	Em extinção
22	ANI	4	Instrutor de Música	Por hora aula	03	03	06
23	ANB	3	Agente Administrativo I	40 horas	00	05	Em extinção
24	ANB	3	Agente Operacional III	40 horas	17	12	18
25	ANB	3	Motorista	40 horas	09	08	12
26	ANB	2	Auxiliar de Educador	40 horas	10	08	10
27	ANB	2	Agente Operacional II	40 horas	07	04	05
28	ANB	2	Auxiliar de Odontologia	40 horas	02	00	04
29	ANB	1	Agente Operacional I	40 horas	81	66	81
30	ANS	6	Médico III	10 horas	00	00	04

31	ANIS	5A	Agente Administrativo III	40 horas	00	00	04
32	ANB	2	Agente Comunitário de Saúde	40 horas	00	00	12

ANEXO I - A
TABELA DE CARGOS E CORRELAÇÃO DE ESCOLARIDADE

CÓD.	CATEGORIA FUNCIONAL	NOMENCLATURA DO CARGO	ESCOLARIDADE
01	ANS	Advogado	Formação Superior em Direito
02	ANS	Assistente Social	Formação Superior em Assistência Social
03	ANS	Bibliotecário	Formação Superior em Biblioteconomia
04	ANS	Contador	Formação Superior em Contabilidade
05	ANS	Enfermeiro	Formação Superior em Enfermagem
06	ANS	Engenheiro	Formação Superior em Engenharia
07	ANS	Farmacêutico	Formação Superior em Farmácia
08	ANS	Fisioterapeuta	Formação Superior em Fisioterapia
09	ANS	Fonoaudiólogo	Formação Superior em Fonoaudiologia
10	ANS	Médico I	Formação Superior em Medicina
11	ANS	Médico II	Formação Superior em Medicina
12	ANS	Médico Veterinário	Formação Superior em Medicina Veterinária
13	ANS	Nutricionista	Formação Superior em Nutrição
14	ANS	Odontólogo I	Formação Superior em Odontologia
15	ANS	Odontólogo II	Formação Superior em Odontologia
16	ANS	Psicólogo	Formação Superior em Psicologia
17	ANS	Terapeuta Ocupacional	Formação Superior em Terapia Ocupacional
18	ANI	Técnico em Nível Médio	Ensino Médio e Curso Técnico na área de atuação
19	ANI	Fiscal	Ensino Médio e Curso Técnico Contábil
20	ANI	Agente Administrativo II	Ensino Médio
21	ANI	Auxiliar de Enfermagem	Ensino Médio e Curso de Auxiliar de Enfermagem
22	ANI	Instrutor de Música	Ensino Médio e Curso na Área de Atuação
23	ANB	Agente Administrativo I	Ensino Fundamental e/ou Curso de Auxiliar
24	ANB	Agente Operacional III	Ensino Fundamental
25	ANB	Auxiliar de Educador	Ensino Fundamental
26	ANB	Auxiliar de Odontologia	Ensino Fundamental
27	ANB	Agente Operacional II	Alfabetizado
29	ANB	Agente Operacional I	Alfabetizado
30	ANS	Médico III	Formação Superior em Medicina

31	ANIS	Agente Administrativo III	Formação Superior e Pós Graduação conforme o Anexo IV
32	ANB	Agente Comunitário de Saúde	Ensino Fundamental
ANEXO IV - PLANO DE CARGOS PÚBLICOS E FUNÇÕES ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES			

Categoria Funcional: ANB - Atividades de Nível Básico
NÍVEL 2

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade Habilitação Exigida
		<p>1. O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal. São consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde, na sua área de atuação:</p> <p>I - a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade;</p> <p>II - a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva;</p> <p>III - o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;</p> <p>IV - o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;</p> <p>V - a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família;</p> <p>VI - a participação em ações que atuem, desde a data da publicação do Edital até a extinção do vínculo jurídico com a Administração Pública.</p> <p>2. Executar outras atividades correlatas.</p> <p>Observar, quanto as atribuições as disposições contidas na lei federal nº 11.350/2006.</p>	<p>Habilitação e Requisitos Exigidos:</p> <p>a) Para ingresso na Carreira:</p> <p>- Ensino Fundamental</p> <p>- Conclusão, com aproveitamento de curso introdutório de formação inicial e continuada;</p> <p>- Residir na área da comunidade em que pretende atuar, desde a data da publicação do Edital até a extinção do vínculo jurídico com a Administração Pública.</p>
	Agente Comunitário de Saúde		

PREGÃO PRESENCIAL 81/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 81/2014

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de serviços de reposição de asfalto (com emprego de materiais) para o município de Campo Alegre - SC, conforme tabela abaixo:

IT	QT	UN	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	500	M²	<p>Reposição de asfalto/tapa buraco, CBUQ com fornecimento de material e mão de obra. Obedecendo as seguintes considerações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sinalização dos pontos de trabalho com cone e/ou placa; - Utilização de massa tipo sela trinca; - Espessura do reparo com sela trinca deverá ser de no mínimo 5 cm; - Rebaixamento da cancha; - Corte da borda com máquina de corte apropriada; - Imprimação com emulsão betuminosa; - Espalhamento da massa de maneira uniforme; - Compactação com rolo de pequeno porte ou placa vibratória antes e durante aplicação de sela trinca; - Transporte de massa em caminhão térmico. 	R\$ 75,00	R\$ 37.500,00

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.
- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 18/09/2014, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.
- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 09 horas e 45 minutos, do dia 18/09/2014, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- O crédito necessário ao atendimento das despesas da presente licitação correrá à conta das Dotações Orçamentárias dos respectivos exercícios financeiros classificadas como "material de consumo", de qualquer Órgão/Unidade do Orçamento do Município de Campo Alegre.

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 81/2014".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 02 de setembro de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

Lei Complementar Nº 051 de 21 de Novembro de 2007

LEI COMPLEMENTAR Nº 051 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2007.
ALTERA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 009
DE 25 DE OUTUBRO DE 2002.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Ficam alterados os anexos: I - A, I e V da Lei Complementar nº. 009/02, conforme o anexo que faz parte integrante desta Lei.

Art.2º - Ficam adicionados os anexos VI, VII e VIII na Lei Complementar nº. 009/02, conforme o anexo que faz parte integrante desta Lei.

Art.3º - O Art. 5º da Lei Complementar Municipal n.º 009/02, passa a vigorar com a seguinte redação:

I - Departamento de Consultoria Jurídica;

a) Assessor jurídico;

II - Departamento de Assessoramento Técnico e Administrativo;

a) Assessor geral;

b) Assessor Contábil e de Recursos Humanos;

III - Departamento de Expediente, Administração, Contabilidade e Serviços Gerais;

a) Contador;

b) Agente Administrativo II - Secretário Geral;

c) Agente Operacional Legislativo - Auxiliar de Serviços Gerais.

Art.4º - A função gratificada de Assessoria Contábil e de Recursos Humanos criada pela presente Lei, suas atribuições, responsabilidades na execução das respectivas incumbências atribuídas e seu vencimento na Câmara Municipal de Vereadores de Campo Alegre, ficam estabelecidos nos Anexos VI, VII e VIII, que integram a presente Lei Complementar.

Art.5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
21 de novembro de 2007.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/11/2007.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO I-A TABELA DE CARGOS E CORRELAÇÃO DE ESCOLARIDADE

Código	Categoria Funcional	Nomenclatura do Cargo	Escolaridade
01	ANS	Contador	Ensino Superior
02	ANI	Agente Administrativo II	Ensino Médio
03	ANB	Agente Operacional Legislativo	Alfabetizado

ANEXO I**ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS**

Código	Categoria Funcional	Nível	Nomenclatura do Cargo	Carga Horária Semanal	Nº de vagas Anterior	Nº de Vagas Preenchidas	Nº de Vagas Prop.
01	ANS	3	Contador	20 Horas	01	01	01
02	ANI	2	Agente Administrativo II	30 Horas	01	01	01
03	ANB	1	Agente Operacional Legislativo	30 Horas	01	01	01

ANEXO V**TABELA SALARIAL**

NÍVEL	SUB NÍVEL	A	B	C	D	E	F
3	33	1.291,96	1.330,72	1.370,64	1.411,77	1.454,12	1.497,74
	32	1.082,00	1.114,46	992,87	1.022,66	1.053,33	1.172,28
	31	906,16	933,35	961,34	990,17	1.019,89	980,58
2	23	968,97	998,04	1.027,97	1.058,83	1.090,58	1.048,55
	22	811,50	835,85	860,92	886,75	909,63	878,14
	21	679,63	700,01	721,01	742,63	764,91	735,43
1	13	648,13	667,58	687,61	708,24	729,48	751,36
	12	542,70	559,20	576,00	593,10	610,94	629,26
	11	454,58	468,30	482,27	496,75	511,65	527,10

ANEXO VI**FUNÇÃO DE CONFIANÇA E SEU VENCIMENTO**

COD.	QUANTIDADE	NOMENCLATURA	NATUREZA	VENCIMENTO
01	01	Assessoria Contábil e de Recursos Humanos	ASSESSORIA	FG1-L

ANEXO VIII**TABELA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA E SEU RESPECTIVO VALOR**

CÓDIGO DA FUNÇÃO GRATIFICADA	VALOR PECUNIÁRIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA
FG-1L	R\$ 588,24

ANEXO VII
FUNÇÃO DE CONFIANÇA - ATRIBUIÇÕES

CARGO	ATRIBUIÇÕES
ASSESSORIA CONTÁBIL E RECURSOS HUMANOS	1 - Analisar e desenvolver estudos na área de contabilidade e recursos humanos da Câmara Municipal de Vereadores.
	2 - Prestar assessoramento contábil e de recursos humanos, quando requisitado pelas comissões técnicas da Câmara Municipal de Vereadores.
	3 - Assessorar diretamente o Presidente da Câmara nos assuntos internos da casa.
	4 - Desenvolver estudos e implantar melhorias nas áreas orçamentária e financeira da Câmara Municipal de Vereadores.
	5 - Desenvolver estudos e implantar melhorias na área de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Vereadores
	6 - Assessoramento e acompanhamento de processos administrativos que envolvam Servidores Públicos da Câmara Municipal de Vereadores.
	7 - Realização e controle de cadastros de Servidores da instituição.
	8 - Acompanhamento e controle de frequência dos servidores.
	9 - Prestar auxílio na elaboração e acompanhamento de editais de concursos públicos e contratação temporária.
	10 - Acompanhamento e controle de processos de reabilitação de servidores.
	11 - Assessoramento nos processos de avaliação de estágios probatórios.
	12 - Assessoramento na realização de processos de exoneração e demissão de servidores da Câmara Municipal de Vereadores.
	13 - Assessoramento na fiscalização das prestações de contas recebidas pela Câmara Municipal de Vereadores.
	14 - Controlar e avaliar a eficiência das ações e serviços referentes a organização, recursos e procedimentos internos da administração da Câmara Municipal de Vereadores.
	15 - Sugerir e implantar medidas para a correção das distorções identificadas para a uniformização dos procedimentos internos da Câmara Municipal de Vereadores.
COORDENADOR DE CULTURA	16 - Elaborar quando solicitado relatórios sobre situação da contabilidade, execução orçamentária e saldo das Dotações do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores.
	17 - Manter informado o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores sobre assuntos relacionados a aplicação, fiscalização, controle e gestão dos recursos humanos na forma da Lei Complementar nº 006/2002.

Lei Complementar Nº 050 de 18 de Setembro de 2007

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 050 DE 18 DE SETEMBRO DE 2007.
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006/02 E SEUS ANEXOS II E II-A.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam excluídos os seguintes cargos no Anexo II da Lei Complementar Municipal n.º 006/02:

CÓDIGO	QUANTIDADE	NOMENCLATURA	NATUREZA	VENCIMENTO
06	01	Diretor do Desporto e Cultura	Direção	R\$1.882,38
07	01	Diretor de Desenvolvimento Econômico	Direção	R\$1.882,38

Art. 2º - Ficam incluídos os seguintes cargos no Anexo II da Lei Complementar Municipal n.º 006/02:

CÓDIGO	QUANTIDADE	NOMENCLATURA	NATUREZA	VENCIMENTO
10	01	Coordenador de Turismo	Coordenação	R\$ 941,18
11	01	Coordenador de Cultura	Coordenação	R\$ 941,18
12	01	Coordenador de Esporte e Lazer	Coordenação	R\$ 941,18

Art. 3º - Ficam incluídos os seguintes cargos e respectivas atribuições, no Anexo II-A da Lei Complementar Municipal n.º 006/02:

CARGO	ATRIBUIÇÕES
COORDENADOR DE CULTURA	I - promover, divulgar, coordenar e documentar as atividades artísticas de interesse cultural, promovendo espetáculos, conferências e cursos;
	II - coordenar e zelar pelo patrimônio histórico e o acervo artístico do Município;
	III - promover atividades culturais e recreativas para crianças e jovens;
	IV - promover projetos especiais para o desenvolvimento da cultura na terceira-idade;
	V - amparar, promover e divulgar as manifestações de arte popular;
	VI - pesquisar, desenvolver, promover e divulgar o folclore regional;
	VII - amparar grupos folclóricos municipais existentes;
	VIII - promover e estimular o desenvolvimento das artes em geral, inserindo-a nos hábitos da população, através de programas coordenados em bairros e distritos;
	IX - coordenar e administrar as atividades realizadas no espaço cultural, bem como ser responsável por suas instalações físicas e seu calendário de eventos.
	X - zelar pelo patrimônio histórico e o acervo cultural do município;
	XI - promover atividades recreativas e culturais com crianças, adolescentes e para a terceira idade;
	XII - administrar e gerenciar o Museu municipal;
	XIII - implantar e manter o arquivo histórico;
	XIV - manter a banda municipal;
	XV - promover eventos teatrais e musicais;

COORDENADOR DE TURISMO	I - articular com entidades públicas e privadas o desenvolvimento do setor turístico, ecologicamente sustentável, inclusive turismo rural; II - administrar o portal turístico municipal; III - divulgar os pontos turísticos do município; IV - autorizar a realização de qualquer evento turístico, inclusive festas e festivais no município, sendo também responsável pela coordenação de sua fiscalização.
COORDENADOR DE ESPORTE E LAZER	I - coordenar as Escolinhas de Esportes do município; II - realizar competições e torneios, nas diferentes modalidades esportivas; III - elaborar calendário municipal de promoções esportivas; IV - zelar pelo cumprimento das diretrizes definidas pela Política Nacional de Educação Física e Desporto; V - coordenar a utilização de ginásios e centros-esportivos pertencentes a Administração Municipal; VI - acompanhar e coordenar a aquisição de materiais esportivos pela Administração Municipal; VII - atuar junto a escolas e centros comunitários, estimulando as praticas desportivas; VIII - promover projetos especiais para o desenvolvimento do desporto na terceira-idade; IX - organizar e realizar espetáculos esportivos, competições e torneios, observando as modalidades pertinentes a cada idade; X - manter contato com escolas de educação física ou escolas de esportes específicos, a fim de realizar promoções conjuntas; XI - promover espetáculos esportivos com associações e órgãos desportivos de destaque no cenário estadual, nacional e internacional; XII - elaborar, promover e executar projetos sociais voltados para o Desporto. XIII - implantar e administrar áreas de lazer; XIV - organizar atividades de lazer.

Art. 4º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de setembro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/09/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 049 de 19 de Junho de 2007
LEI COMPLEMENTAR Nº 049 DE 19 DE JUNHO DE 2007.
CRIA VAGA E ALTERA ANEXO DO ESTATUTO
DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado 01 (uma) vaga de Enfermeiro na estrutura de

Cargos Efetivos do Município de Campo Alegre.

Parágrafo único - O Anexo I - Estrutura de Cargos Efetivos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar Municipal n.º 006/02), passa a vigorar na forma constante no anexo da presente Lei Complementar, no tocante à coluna "N.º DE VAGAS PROPOSTAS" do cargo de Enfermeiro.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
19 de Junho de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/06/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO I ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS

CÓD	CATEGORIA FUNCIONAL	NÍVEL	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº DE VAGAS ANTERIOR	Nº DE VAGAS PREENCHIDAS	Nº DE VAGAS PROPOSTAS
01	ANS	6	Advogado	40 horas	01	00	01
02	ANS	6	Assistente Social	40 horas	01	00	01
03	ANS	6	Bibliotecário	40 horas	00	00	01
04	ANS	6	Contador	40 horas	00	00	01
05	ANS	6	Enfermeiro	40 horas	01	00	03
06	ANS	6	Engenheiro	40 horas	02	01	03
07	ANS	6	Farmacêutico	40 horas	01	01	01
08	ANS	6	Fisioterapeuta	30 horas	01	01	01
09	ANS	6	Fonoaudiólogo	30 horas	01	00	01
10	ANS	6	Médico I	20 horas	07	03	06
11	ANS	6	Médico II	40 horas	00	00	02
12	ANS	6	Médico Veterinário	40 horas	01	01	02
13	ANS	6	Nutricionista	30 horas	01	00	01
14	ANS	6	Odontólogo I	20 horas	08	06	06
15	ANS	6	Odontólogo II	40 horas	00	00	02
16	ANS	6	Psicólogo	40 horas	01	01	01
17	ANS	6	Terapeuta Ocupacional	30 horas	01	01	01
18	ANI	5	Técnico em Nível Médio	40 horas	04	04	14
19	ANI	5	Fiscal	40 horas	10	04	10
20	ANI	4	Agente Administrativo II	40 horas	14	10	15

21	ANI	4	Auxiliar de Enfermagem	40 horas	09	05	Em extinção
22	ANI	4	Instrutor de Música	Por hora aula	03	03	06
23	ANB	3	Agente Administrativo I	40 horas	00	05	Em extinção
24	ANB	3	Agente Operacional III	40 horas	17	12	18
25	ANB	3	Motorista	40 horas	09	08	12
26	ANB	2	Auxiliar de Educador	40 horas	10	08	10
27	ANB	2	Agente Operacional II	40 horas	07	04	05
28	ANB	2	Auxiliar de Odontologia	40 horas	02	00	04
29	ANB	1	Agente Operacional I	40 horas	81	66	81
30	ANS	6	Médico III	10 horas	00	00	04
31	ANIS	5ª	Agente Administrativo III	40 horas	00	00	04
32	ANIS	6	Médico IV (Médico Plantonista)	Até 60 horas plantão	00	00	10
33	ANI	4	Agente Operacional IV	40 horas	02	02	02

LEI COMPLEMENTAR Nº 048 DE 15 DE MAIO DE 2007

LEI COMPLEMENTAR Nº 048 DE 15 DE MAIO DE 2007.
 CRIA CARGO DE AGENTE OPERACIONAL IV, ALTERA
 REDAÇÃO DE ANEXOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL
 N.º 006/02 E DISPÕE SOBRE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado na "Estrutura de Cargos Efetivos", prevista no Estatuto do Servidor Público Municipal, o cargo de Agente Operacional IV, com nomenclatura, requisitos, funções, atribuições e responsabilidades definidos nos Anexos da referida Lei Complementar, que passam a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS

CÓD.	CATEGORIA FUNCIONAL	NÍVEL	NOMENCLATURA DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº DE VAGAS ANTERIOR	Nº DE VAGAS PREENCHIDAS	Nº DE VAGAS PROPOSTAS
01	ANS	6	Advogado	40 horas	01	00	01
02	ANS	6	Assistente Social	40 horas	01	00	01
03	ANS	6	Bibliotecário	40 horas	00	00	01
04	ANS	6	Contador	40 horas	00	00	01
05	ANS	6	Enfermeiro	40 horas	01	00	03
06	ANS	6	Engenheiro	40 horas	02	01	03

07	ANS	6	Farmacêutico	40 horas	01	01	01
08	ANS	6	Fisioterapeuta	30 horas	01	01	01
09	ANS	6	Fonoaudiólogo	30 horas	01	00	01
10	ANS	6	Médico I	20 horas	07	03	06
11	ANS	6	Médico II	40 horas	00	00	02
12	ANS	6	Médico Veterinário	40 horas	01	01	02
13	ANS	6	Nutricionista	30 horas	01	00	01
14	ANS	6	Odontólogo I	20 horas	08	06	06
15	ANS	6	Odontólogo II	40 horas	00	00	02
16	ANS	6	Psicólogo	40 horas	01	01	01
17	ANS	6	Terapeuta Ocupacional	30 horas	01	01	01
18	ANI	5	Técnico em Nível Médio	40 horas	04	04	14
19	ANI	5	Fiscal	40 horas	10	04	10
20	ANI	4	Agente Administrativo II	40 horas	14	10	15
21	ANI	4	Auxiliar de Enfermagem	40 horas	09	05	Em extinção
22	ANI	4	Instrutor de Música	Por hora aula	03	03	06
23	ANB	3	Agente Administrativo I	40 horas	00	05	Em extinção
24	ANB	3	Agente Operacional III	40 horas	17	12	18
25	ANB	3	Motorista	40 horas	09	08	12
26	ANB	2	Auxiliar de Educador	40 horas	10	08	10
27	ANB	2	Agente Operacional II	40 horas	07	04	05
28	ANB	2	Auxiliar de Odontologia	40 horas	02	00	04
29	ANB	1	Agente Operacional I	40 horas	81	66	81
30	ANS	6	Médico III	10 horas	00	00	04
31	ANIS	5ª	Agente Administrativo III	40 horas	00	00	04
32	ANIS	6	Médico IV (Médico Plantonista)	Até 60 horas plantão	00	00	10
33	ANI	4	Agente Operacional IV	40 horas	02	02	02

ANEXO I - A
TABELA DE CARGOS E CORRELAÇÃO DE ESCOLARIDADE

CÓD.	CATEGORIA FUNCIONAL	NOMENCLATURA DO CARGO	ESCOLARIDADE
01	ANS	Advogado	Formação Superior em Direito
02	ANS	Assistente Social	Formação Superior em Assistência Social
03	ANS	Bibliotecário	Formação Superior em Biblioteconomia
04	ANS	Contador	Formação Superior em Contabilidade
05	ANS	Enfermeiro	Formação Superior em Enfermagem
06	ANS	Engenheiro	Formação Superior em Engenharia
07	ANS	Farmacêutico	Formação Superior em Farmácia
08	ANS	Fisioterapeuta	Formação Superior em Fisioterapia
09	ANS	Fonoaudiólogo	Formação Superior em Fonoaudiologia
10	ANS	Médico I	Formação Superior em Medicina
11	ANS	Médico II	Formação Superior em Medicina
12	ANS	Médico Veterinário	Formação Superior em Medicina Veterinária
13	ANS	Nutricionista	Formação Superior em Nutrição
14	ANS	Odontólogo I	Formação Superior em Odontologia
15	ANS	Odontólogo II	Formação Superior em Odontologia
16	ANS	Psicólogo	Formação Superior em Psicologia
17	ANS	Terapeuta Ocupacional	Formação Superior em Terapia Ocupacional
18	ANI	Técnico em Nível Médio	Ensino Médio e Curso Técnico na área de atuação
19	ANI	Fiscal	Ensino Médio e Curso Técnico Contábil
20	ANI	Agente Administrativo II	Ensino Médio
21	ANI	Auxiliar de Enfermagem	Ensino Médio e Curso de Auxiliar de Enfermagem
22	ANI	Instrutor de Música	Ensino Médio e curso na área de atuação
23	ANB	Agente Administrativo I	Ensino Fundamental e/ou Curso de Auxiliar
24	ANB	Agente Operacional III	Ensino Fundamental
25	ANB	Auxiliar de Educador	Ensino Fundamental
28	ANB	Auxiliar de Odontologia	Ensino Fundamental
26	ANB	Motorista	4º série do Ensino Fundamental
27	ANB	Agente Operacional II	Alfabetizado
29	ANB	Agente Operacional I	Alfabetizado
30	ANS	Médico III	Formação Superior em Medicina
31	ANIS	Agente Administrativo III	Formação Superior
32	ANIS	Médico IV Plantonista	Formação Superior em Medicina / Especialidade
33	ANI	Agente Operacional IV	Ensino Médio

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções
Atribuições e Responsabilidades

Categoria Funcional: ANI - Atividades de Nível Intermediário
Nível: 4

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
		1. Interpretar mapas e projetos, preencher formulários, fichas, relações, requisições e outros documentos, registrando e/ou executando dados; 2. Auxiliar na abertura de valas para redes de encanamento de água e esgoto; 3. Executar serviços de motorista leve para o transporte de ferramentas e de materiais, entre outros; 4. Efetuar levantamentos e prestar auxílio em pesquisas e cadastramentos, de acordo com a orientação de seu superior; 5. Instalar redes de sistemas hidráulicos dos bens públicos ou comunitários no município; 6. Reparar e executar manutenção nos sistemas hidráulicos dos bens públicos ou comunitários no município; 7. Organizar dados, registros e documentos, possibilitando um controle sistemático do mesmo; 8. Instalar e substituir hidrômetros nos sistemas hidráulicos dos bens públicos ou comunitários no município; 9. Analisar e registrar ocorrências nos hidrômetros instalados nos sistemas hidráulicos dos bens públicos ou comunitários no município; 10. Proceder dosagem de produtos químicos para tratamento de água em sistemas comunitários; 11. Instalar e controlar o funcionamento de bombas de recalque nos sistemas hidráulicos dos bens públicos ou comunitários no município; 12. Coletar amostras de água para análise quando necessário; 13. Realizar serviços de manutenção, limpeza e reparos em equipamentos hidráulicos nos bens públicos; 14. Realizar serviços de manutenção e revisão elétrica nos equipamentos públicos; 15. Realizar serviços de manutenção nas praças e logradouros públicos; 16. Realizar pintura nos meios fios e faixas de segurança; 17. Alimentar bancos de dados em computadores, através da digitação de dados e informações, conforme instruções da chefia; 18. Requisitar e distribuir materiais de consumo necessários ao serviço; 19. Colaborar na distribuição de correspondências e documentação e na elaboração de relatórios, atendendo as normas ou exigências na área; 20. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; 21. Assistir aos superiores; 22. Controlar e inspecionar trabalhos operacionais específicos, cujo exercício seja de caráter essencial à população, emitindo relatórios e cientificando as autoridades municipais envolvidas de todos os trabalhos realizados, devendo tal labor advir de convênios pré-firmados pela Administração Municipal; 23. Executar outras atividades correlatas. 24. Operacionalizar equipamentos, como roçadeiras, parafusadeiras, furadeiras, betoneiras e outros.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na Carreira: -Nível Médio (2º grau) b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 43: Contar com 200 horas aula, no mínimo, contadas desde o ingresso na carreira, em cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, homologados pela Secretaria Municipal de Administração.

Número de Vagas: 02

Art. 2º - O cargo mencionado no Art. 1º é criado com efeitos retroativos à 19 de setembro de 2002, afim de reequadrar servidores públicos municipais anteriormente reequadrados em cargo diverso, por ocasião da vigência da Lei Complementar n.º 006/02.

Parágrafo único - O eventual reequadramento de servidores no cargo criado pela presente lei deverá garantir direitos e vantagens, definidas no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal n.º 006/02.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
 15 de maio de 2007.

RENATO BAHR
 Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
 Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 16/05/2007

AURIENE ROEPKE
 Chefe de Gabinete Interina

Lei Complementar Nº 047 de 03 de Abril de 2007

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL

Nº 47 DE 03 DE ABRIL DE 2007.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N.º 023/04 (PROGRAMAS DE ESTÁGIO), AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Inciso I do Parágrafo Primeiro do Art. 7º da Lei Complementar Municipal n.º 023/04, passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - para alunos de curso de nível superior, a bolsa de auxílio será equivalente a 1½ (um e meio) salário mínimo, correspondentes à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais."

Art. 2º - O caput do Art. 14 da Lei Complementar Municipal n.º 023/04 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14 O Programa de Estágio Remunerado será limitado à contratação de até 25 (vinte e cinco) estagiários, à vista das necessidades do serviço e dos recursos disponíveis."

Art. 3º - Os estagiários contratados até a vigência da presente lei, continuam sujeitos às disposições da Lei Complementar n.º 023/04 antes das alterações ora instituídas, cujos efeitos são produzidos inclusive no tocante à eventuais renovações contratuais previstas em seu Art. 12.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio remunerado com o Centro de Integração de Estudantes - CINE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ n.º 03.233.240/0001-24, visando efetivar a regular contratação de estagiários na forma do Decreto Federal n.º 87.497/82, que regulamentou a Lei Federal n.º 6.494/77, bem como na Lei Federal n.º 9.394/96.

Parágrafo único - A contratação referida no caput deverá observar as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93, podendo ser realizada através da modalidade prevista em seu Art. 24, Inciso XIII, ficando autorizado o repasse mensal à conveniente de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por estagiário remunerado.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotação do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
03 de abril de 2007.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
03/04/2007

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 046 de 14 de Março de 2007

LEI COMPLEMENTAR Nº 046 DE 14 DE MARÇO DE 2007.

ALTERA ANEXO I DO ESTATUTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o Anexo I - Estrutura de Cargos Efetivos do Estatuto dos Servidores Municipais (Lei Complementar Municipal n.º 014/02), no tocante ao Cargo de "Professor 02", na forma constante no Anexo I, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
14 de março de 2007.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
15/02/2007

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO I - ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS

CÓDIGO	CARGO	NÍVEL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº DE VAGAS ANTERIOR	Nº DE VAGAS PREENCHIDAS	Nº DE VAGAS PROPOSTAS
01	Especialização em Assuntos Educacionais	EAE 2 EAE 1	40	03	02	03
02	Professor	P3 P2 P1	40	65	65	85
03	Professor Auxiliar	PA	40	05	00	12
04	Professor Leigo	PL	20/40	--	18	EM EXTINÇÃO

Lei Complementar Nº 045 de 06 de Março de 2007

LEI COMPLEMENTAR Nº. 045 DE 06 DE MARÇO DE 2007.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006/2002.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º O caput do Art. 82 e seu parágrafo 2º, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.82 Os detentores do cargo de Motorista, que estiverem

lotados na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social para o transporte e condução de doentes permanecerão, em revezamento, em regime de sobreaviso, das 17:00 às 07:00 hs. do dia seguinte nos dias úteis e em período integral nos finais de semana e feriados”.

(...)

“§2º O período máximo de sobreaviso, considerado como período integral, é de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, devendo o Quadro de Escala de Sobreaviso (QES) ser remetido aos servidores, por escrito, até o dia 25 (vinte e cinco) do mês anterior, bem como deverá ser afixado no mural da sede da Prefeitura Municipal e na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social”.

Art.2º - O caput do Art 83, o inciso III de seu parágrafo 1º e seus parágrafos 6º e 10º, todos da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.83 Poderá o servidor solicitar à Administração Municipal redução irreversível de sua jornada de trabalho, com remuneração proporcional a carga horária, calculada sobre sua totalidade.”

(...)

“III - os servidores que não detém estabilidade, salvo a exceção prevista no §6º deste artigo”;

(...)

“§6º A hipótese prevista no inciso III do §1º deste artigo, não se aplica aos cargos de Médico I, II, III e IV”;

(...)

“§10 A redução da jornada de trabalho deverá se adequar às cargas horárias previstas em Lei para o respectivo cargo”.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”,
06 de março de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
06/03/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 044 de 13 de Fevereiro de 2007

LEI COMPLEMENTAR Nº 044 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2007.
ALTERA REDAÇÃO DO PARÁGRAFO 5º DO
ARTIGO 100 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL
Nº 006 DE 19 DE SETEMBRO DE 2002.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - O § 5º do Artigo 100 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar Municipal n.º 006/02), passa a ter a seguinte redação:

§ 5º A partir da competência do mês fevereiro de 2007, a soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder ao valor equivalente a 30% (trinta por cento) da soma da remuneração mensal.

Art.2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de fevereiro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ROSANA EMÍLIA GREIPEL
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
13/02/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 043 de 06 de Fevereiro de 2007

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 043 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2007.
ALTERA ANEXOS DOS ESTATUTOS DO SERVIDOR PÚBLICO
E DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o Anexo I - Estrutura de Cargos Efetivos do Estatuto dos Servidores Municipais (Lei Complementar Municipal n.º 006/02), no tocante ao Cargo de “Auxiliar de Educador”, na forma constante no Anexo I, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 2º - Fica alterado o Anexo I - Estrutura de Cargos Efetivos do Estatuto dos Profissionais do Magistério (Lei Complementar Municipal n.º 014/03), no tocante ao Cargo de “Professor Auxiliar”, na forma constante do Anexo I - parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”,
06 de fevereiro de 2007.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ROSANA EMÍLIA GREIPEL
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
06/02/2007

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS

CÓD.	CATEGORIA FUNCIONAL	NÍVEL	NOMEN-CLATURA DO CARGO	CARGA HORÁ-RIA SE-MANAL	Nº DE VAGAS ANTE-RIOR	Nº DE VAGAS PREEN-CHIDAS	Nº DE VAGAS PROPOS-TAS
01	ANS	6	Advogado	40 horas	00	00	01
02	ANS	6	Assistente Social	40 horas	01	00	01
03	ANS	6	Bibliote-cário	40 horas	00	00	01
04	ANS	6	Contador	40 horas	00	00	01
05	ANS	6	Enfermeiro	40 horas	01	00	03
06	ANS	6	Engenheiro	40 horas	02	01	03
07	ANS	6	Farmacêu-tico	40 horas	01	01	01
08	ANS	6	Fisiotera-peuta	30 horas	01	01	01
09	ANS	6	Fonoaudió-logo	30 horas	01	00	01
10	ANS	6	Médico I	20 horas	07	03	06
11	ANS	6	Médico II	40 horas	00	00	02
12	ANS	6	Médico Veterinário	40 horas	01	01	02
13	ANS	6	Nutricio-nista	30 horas	01	00	01
14	ANS	6	Odontólo-go I	20 horas	08	06	06
15	ANS	6	Odontólo-go II	40 horas	00	00	02
16	ANS	6	Psicólogo	40 horas	01	01	01
17	ANS	6	Terapeuta Ocupacio-nal	40 horas	01	01	01
18	ANI	5	Técnico em Nível Médio	40 horas	04	04	14
19	ANI	5	Fiscal	40 horas	10	04	10
20	ANI	4	Agente Administra-tivo II	40 horas	14	10	15
21	ANI	4	Auxiliar de Enferma-gem	40 horas	09	05	Em ex-tinção
22	ANI	4	Instrutor de Música	Por hora aula	03	03	06
23	ANB	3	Agente Administra-tivo I	40 horas	00	05	Em ex-tinção
24	ANB	3	Agente Operacional III	40 horas	17	12	18
25	ANB	3	Motorista	40 horas	09	08	12
26	ANB	2	Auxiliar de Educador	40 horas	10	04	Em ex-tinção
27	ANB	2	Agente Operacio-nal II	40 horas	07	04	05
28	ANB	2	Auxiliar de Odontolo-gia	40 horas	02	00	04
29	ANB	1	Agente Operacio-nal I	40 horas	81	66	81
30	ANS	6	Médico III	10 horas	00	00	04

31	ANIS	5A	Agente Administra-tivo III	40 horas	00	00	04
----	------	----	----------------------------	----------	----	----	----

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I - ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS

CÓDI-GO	CARGO	NÍVEL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº DE VAGAS ANTE-RIOR	Nº DE VAGAS PREEN-CHIDAS	Nº DE VAGAS PROPOS-TAS
01	Especialização em Assuntos Educacionais	EAE 2 EAE 1	40	03	02	03
02	Professor	P3 P2 P1	40	42	44	65
03	Professor Auxiliar	PA	40	05	00	12
04	Professor Leigo	PL	20/40	--	18	EM EX-TINÇÃO

Pregão Presencial 88/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 88/2014

A licitação tem como objeto aquisição de sementes de milho para distribuição gratuita aos produtores rurais deste município, cadastrados no "Programa de Distribuição de Sementes de Milho", criado através da Lei Municipal nº 2733/2003, conforme tabela abaixo:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	VALOR MÁXIMO POR SACA/ PACOTE
01	180	sacas	SEMENTES DE MILHO, tipo de cultivar híbrido duplo, de ciclo precoce ou superprecoce. A saca/ pacote deverá conter a quantidade suficiente/ necessária para o plantio de 01 (um) hectare. A peneira deverá ser 20 ou 22, a safra de 2013/2014, e a validade do milho até março 2015.	110,00

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 15/09/2014, às 14 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 13 horas e 45 minutos, do dia 15/09/2014, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- O crédito necessário ao atendimento das despesas da presente licitação correrá à conta das Dotações Orçamentárias dos respectivos exercícios financeiros classificadas como "material de consumo", de qualquer Órgão/Unidade do Orçamento do Município de Campo Alegre.

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão

acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 88/2014".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 02 de setembro de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

Pregão 86/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2014

A licitação tem como objeto a aquisição de relógio ponto para registro diário de frequência dos funcionários das escolas dos CMEI Centros de Educação Infantil da rede municipal, conforme tabela abaixo:

Item	Qt.	Un.	Descrição	Valor Unit. Estimado	Valor Total Estimado
01	07	Und	Relógio ponto - coletor de dados Bio - Leitor biométrico + leitor, código de barras, teclado comunicação via pendrive e via rede TCP IP 480/960 digitais. Possuem identificador de senhas e crachás de proximidade.	1.799,00	12.593,00

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 8h do dia 03/09/2014, às 09:45min do dia 16/09/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 16/09/2014 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação. Unidade: 05.01 - Serviço de Apoio a Educação; Função: 12 - Educação; Subfunção: 361 - Ensino Fundamental; Programa: 08 - Apoio Administrativo à Educação; Projeto: 2.104 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Mun. De Educação; Elemento de Despesa: 3.4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamento; Recurso: 00.01.0118.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC, através do telefone/fax nº. (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 02 de setembro de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

Campos Novos

PREFEITURA

Portaria Nº 1331/14

PORTARIA Nº 1331/14 de 27/08/2014

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA JOCEMARA DONIZETE RIBAS DA SILVA.

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora JOCEMARA DONIZETE RIBAS DA SILVA no período de 04/08/14 a 01/12/14.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1332/14

PORTARIA Nº 1332/14 de 27/08/2014

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA EVA LUCIANE DE OLIVEIRA.

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora EVA LUCIANE DE OLIVEIRA no período de 14/08/14 a 11/12/14.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1333/14

PORTARIA Nº 1333/14 de 27/08/2014

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA CARINA VALERIA LAGNI ALVES.

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora CARINA VALERIA LAGNI ALVES no período de 04/08/14 a 01/12/14.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1334/14

PORTARIA Nº 1334/14 de 27/08/2014

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA JANAINÉ PAGANINI DE MATTOS.

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora JANAINÉ PAGANINI DE MATTOS no período de 08/08/14 a 05/12/14.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1335/14

PORTARIA Nº 1335/14 de 27/08/2014

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA JANDIRA PINHEIRO DELFES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a JANDIRA PINHEIRO DELFES pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 16 de Agosto de 2014.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1336/14

PORTARIA Nº 1336/14 de 27/08/2014

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA IVONETE KEMER COMERLATTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a IVONETE KEMER COMERLATTO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 20 de Agosto de 2014.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1337/14

PORTARIA Nº 1337/14 de 27/08/2014

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA FABIELE CORADIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a FABIELE CORADIN pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 20 de Agosto de 2014.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1338/14

PORTARIA Nº 1338/14 de 27/08/2014

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA IVONE ALVES CORREA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a IVONE ALVES CORREA pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1339/14

PORTARIA Nº 1339/14 de 27/08/2014

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA VANDERLEIA FIORIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a VANDERLEIA FIORIN pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 08 de Agosto de 2014.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1340/14

PORTARIA Nº 1340/14 de 27/08/2014
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA
QUERLI CALGARO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a QUERLI CALGARO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 13 de Agosto de 2014.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1341/14

PORTARIA Nº 1341/14 de 27/08/2014
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA
NILCIANE APARECIDA GRAUPNER TEIXEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a NILCIANE APARECIDA GRAUPNER TEIXEIRA pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de Agosto de 2014.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1342/14

PORTARIA Nº 1342/14 de 27/08/2014
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA
JOSIANE MARIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a JOSIANE MARIN pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 22 de Agosto de 2014.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1343/14

PORTARIA Nº 1343/14 de 27/08/2014
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOSÉ
ADELAR CARPES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOSÉ ADELAR CARPES referente ao período aquisitivo de 10/01/13 a 09/01/14 a serem gozadas no período de 01/09/14 a 30/09/14.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1344/14

PORTARIA Nº 1344/14 de 27/08/2014
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ALI-
NE APARECIDA KOMINKIEWICZ

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ALINE APARECIDA KOMINKIEWICZ referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 25/08/14 a 24/09/14.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1345/14

PORTARIA Nº 1345/14 de 27/08/2014

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA PAULA BITTENCOURT WALTER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANA PAULA BITTENCOURT WALTER referente ao período aquisitivo de 04/02/12 a 04/02/13 a serem gozadas no período de 11/08/14 a 09/09/14.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1346/14

PORTARIA Nº 1346/14 de 27/08/2014

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA PAULA DA SILVA ROVEDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANA PAULA DA SILVA ROVEDA referente ao período aquisitivo de 11/04/12 a 10/04/13 a serem gozadas no período de 26/08/14 a 25/09/14.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1347/14

PORTARIA Nº 1347/14 de 27/08/2014

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANTONIO WALDEMAR OLIVEIRA DOS ANJOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANTONIO WALDEMAR OLIVEIRA DOS ANJOS referente ao período aquisitivo de 01/04/12 a 01/04/13 a serem gozadas no período de 01/09/14 a 30/09/14.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1348/14

PORTARIA Nº 1348/14 de 27/08/2014

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) AURELIO FRANCISCO DE ASSIS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) AURELIO FRANCISCO DE ASSIS referente ao período aquisitivo de 15/06/10 a 14/06/11 a serem gozadas no período de 04/08/14 a 02/09/14.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1349/14

PORTARIA Nº 1349/14 de 27/08/2014

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JURANDIR RODRIGUES DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JURANDIR RODRIGUES DE OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 16/06/12 a 15/06/13 a serem gozadas no período de 01/08/14 a 30/08/14.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1350/14

PORTARIA Nº 1350/14 de 27/08/2014

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LEILA APARECIDA LINS DE LIMA GABRIELLI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LEILA

APARECIDA LINS DE LIMA GABRIELLI referente ao período aquisitivo de 30/05/12 a 29/05/13 a serem gozadas no período de 23/12/13 a 21/01/14.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1351/14

PORTARIA Nº 1351/14 de 27/08/2014

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LEONETA FATIMA VELASQUES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LEONETA FATIMA VELASQUES referente ao período aquisitivo de 01/02/13 a 31/01/14 a serem gozadas no período de 19/08/14 a 17/09/14.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1352/14

PORTARIA Nº 1352/14 de 27/08/2014

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LIZIANE DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LIZIANE DOS SANTOS referente ao período aquisitivo de 16/03/13 a 16/03/14 a serem gozadas no período de 25/08/14 a 23/09/14.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1353/14

PORTARIA Nº 1353/14 de 27/08/2014

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARCIA GONÇALVES DE MATOS MACEDO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas

pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARCIA GONÇALVES DE MATOS MACEDO referente ao período aquisitivo de 19/07/13 a 18/07/14 a serem gozadas no período de 14/07/14 a 13/08/14.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1354/14

PORTARIA Nº 1354/14 de 27/08/2014

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) NILTON ROBERTO DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) NILTON ROBERTO DE OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 01/04/12 a 31/03/13 a serem gozadas no período de 11/08/14 a 09/09/14.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1355/14

PORTARIA Nº 1355/14 de 27/08/2014

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) PRISCILA VARGAS VIEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) PRISCILA VARGAS VIEIRA referente ao período aquisitivo de 10/08/13 a 09/08/14 a serem gozadas no período de 25/08/14 a 23/09/14.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1356/14

PORTARIA Nº 1356/14 de 27/08/2014

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SANDRA MARIA ROSAR BRESOLA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SANDRA MARIA ROSAR BRESOLA referente ao período aquisitivo de 31/03/12 e 31/03/13 a serem gozadas no período de 07/08/14 a 06/09/14.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1369/14

PORTARIA Nº 1369/14 de 28/08/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JOSIANE TONHOLI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JOSIANE TONHOLI do cargo de PROFESSORA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1370/14

PORTARIA Nº 1370/14 de 28/08/2014

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA NADIA CRISTINA MARIANO SCHIMITTE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a NADIA CRISTINA MARIANO SCHIMITTE pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 21 de Agosto de 2014.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1371/14

PORTARIA Nº 1371/14 de 28/08/2014

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA ALINE LILIAN BONCKEWITZ.

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora ALINE LILIAN BONCKEWITZ no período de 01/08/14 a 26/11/14.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1378/14

PORTARIA Nº 1378/14 de 28/08/2014

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA NOEMI ALVES VALENTE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a NOEMI ALVES VALENTE pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 22 de Agosto de 2014.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1379/14

PORTARIA Nº 1379/14 de 28/08/2014

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA A SERVIDORA CARINE APARECIDA SANTOS STEFANES,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar sem justa causa a servidora CARINE APARECIDA SANTOS STEFANES, do cargo de Professor, retroagindo seus efeitos a 21 de Julho de 2014, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 70/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 15 de setembro de 2014 às 14h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por item tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PERSONALIZADAS PARA USO NA SEMANA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, conforme especificações do edital. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30 as 11h00 e das 13h30 às 17h00, diariamente.

Campos Novos, 03 de setembro de 2014.

Prefeito Municipal

Nelson Cruz

SAMAE - Campos Novos**Ext. Ct. 32/2014**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINATermo do Primeiro aditivo ao contrato cno nº. 28/2013
CONTRATO CNO - 32/2014

DATA DE ASSINATURA: 29 de Agosto de 2014.

OBJETO: Locação manutenção e atualização dos softwares de Contabilidade Pública, Folha de Pagamento, Compras/Licitações e Portal da Transparência.

CONTRATADA: Betha Sistemas Ltda

VALOR: R\$ 1.403,60 (mil quatrocentos e três reais e sessenta centavos) mensais.

PRAZO: 01.09.2014 a 31.08.2015

Campos Novos - SC, 29 de Agosto de 2014.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

Canelinha**PREFEITURA****Extrato Contratos Nº 165/2014 E 169/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA.

CONTRATO Nº. 165/2014. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE prestação de serviços de assistência à pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Saúde. CONTRATADA: APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Canelinha. objeto: O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de saúde para atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, procedimento código 3.01.07.007-5, da tabela unificada de procedimentos SUS do Ministério da Saúde, em conformidade com a Portaria MS/GM nº. 1.635, de 12 de setembro de 2002 e Portaria MS/ SAS nº. 728 de 10 de outubro de 2002 ou outra que venha substituí-la. VALOR: R\$ 9.339,12 (Nove mil trezentos e trinta e nove reais e doze centavos) mensais. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Contrato é 01 de setembro de 2015, tendo por termo inicial a data de 01 de setembro de 2014, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de 12 meses, limitado a 60 (sessenta) meses. Canelinha, 12 de agosto de 2014. JOÃO BATISTA ARES - SECRETÁRIO DE SAÚDE.

CONTRATO Nº. 169/2014. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Saúde. CONTRATADO: DOB COMUNICAÇÕES VISUAL LTDA. - ME. OBJETO: o presente contrato tem por objeto a contratação de serviços gráficos, para confecção de diversos materiais para manutenção das atividades da Vigilância Epidemiológica e Sanitária, conforme especificações e quantidades descritas no anexo II do Edital do Processo de Licitação nº. 80/2014, Pregão Presencial nº. 62/2014 (processo nº.21/2014, licitação nº.19/2014-PR), parte integrante deste contrato. FONTE DO RECURSO: 3. 3.90.39.63.00.00.00.06.0066 (028) Aplicação direta. VALOR: R\$-12.207,50 (doze mil duzentos e sete reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: o presente contrato terá duração até 31 de dezembro de 2014.

Canelinha (SC), 21 de agosto de 2014.

JOÃO BATISTA ARES

SECRETÁRIO DE SAÚDE.

Extratos Contratos Nº 164/2014,166/2014 A 168/2014 E Nº 170 A 173/2014 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA.

CONTRATO Nº.164/2014. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2013 - REGISTROS DE PREÇOS. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 23034.007211/2012-23. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELINHA. CONTRATADA: IVECO. OBJETO : O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes da educação básica das redes públicas de ensino e demais entidades autorizadas, de acordo com a legislação específica vigente, na União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender ao Programa Caminho da Escola do Ministério da Educação, conforme especificações e quantitativos

estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico no 63/2013, e nos respectivos termos de referência e proposta vencedora, independente de transcrição. VALOR: R\$ 148.900,0000 (cento e quarenta e oito mil e novecentos reais). VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato. Canelinha/SC, em 05 de agosto de 2014. ANTÔNIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº.166/2014. TERMO ADITIVO Nº. 005 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 056/2010. CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADA: PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA. INTERVENIENTE: SEMAIS-SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA. OBJETO: a execução dos serviços de engenharia sanitária de destinação final dos resíduos sólidos urbanos domiciliares e comerciais do Município de Canelinha nas condições do Edital de licitação nº. 036/10. VALOR: preço unitário para a destinação final dos resíduos sólidos urbanos domiciliares e comerciais é de R\$ 125,21 (cento e vinte e cinco reais e vinte e um centavos) a tonelada. Canelinha (SC), 15 de agosto de 2014. ANTÔNIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº.167/2014. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADA: ALINE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. EPP. OBJETO: à contratação de empresa para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para construção da quadra coberta com vestuário, com área quadrada de 980,40 m² (novecentos e oitenta metros e quarenta decímetros quadrados), junto à escola Municipal de Educação Básica Professora Herminia Alves Reis, situada à Avenida Prefeito Silvestre Nunes Junior, nº. 901, Bairro Areão, nesta Cidade, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de composições, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do edital. FONTE DO RECURSO: 4.4.90.00.00.00.00.00.1022 (012) Aplicação Direta. VALOR: R\$ 509.996,03 (quinhentos e nove mil novecentos e noventa e seis reais e três centavos). VIGÊNCIA: o presente Contrato terá o prazo de duração de 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir da expedição da Ordem de Execução dos Serviços, podendo ser prorrogado nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei nº 8.666/93. Canelinha (SC), 15 de agosto de 2014. ANTÔNIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 168/2014. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADA: ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA - EEP. OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para pavimentação, passeios e sinalização do Beco João Manoel Machado, Centro, nesta Cidade de Canelinha. FONTE DO RECURSO: 4.4.90.00.00.00.00.00.1000 (075) Aplicação Direta. VALOR: R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais). VIGÊNCIA: o presente Contrato terá o prazo de duração de 60 (sessenta) dias, contados a partir da expedição da Ordem de Execução dos Serviços, podendo ser prorrogado nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei nº 8.666/93. Canelinha (SC), 18 de agosto de 2014. ANTÔNIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 170/2014. TERMO DE OUTORGA DE PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÁXI NO MUNICÍPIO DE CANELINHA. PERMITENTE: O MUNICÍPIO DE CANELINHA. PERMISSIONÁRIO: Anacleto Grimm Junior. OBJETO: outorga de permissão para exploração de serviços de TAXI no município de Canelinha, sem caráter de exclusividade, com vaga no ponto nº. 04, situado na Localidade de Galera, próximo a unidade Sanitária Local, no Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina. VIGÊNCIA: o prazo de vigência da permissão objeto deste termo de outorga será permanente, sendo o licenciamento municipal

obrigatoriamente renovado anualmente nas condições previstas no Decreto nº. 001/81, de 6 de fevereiro de 1981. Canelinha, 21 de agosto 2014. ANTÔNIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO. CONTRATO Nº. 171/2014. TERMO DE OUTORGA DE PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÁXI NO MUNICÍPIO DE CANELINHA. PERMITENTE: O MUNICÍPIO DE CANELINHA. PERMISSIONÁRIO: Rogério Ari Pereira. OBJETO: O presente instrumento tem como objeto à outorga de permissão para exploração de serviços de TAXI no município de Canelinha, sem caráter de exclusividade, com vaga no ponto nº. 05, situado na Localidade de Moura, Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina. VIGÊNCIA: o prazo de vigência da permissão objeto deste termo de outorga será permanente, sendo o licenciamento municipal obrigatoriamente renovado anualmente nas condições previstas no Decreto nº. 001/81, de 6 de fevereiro de 1981. Canelinha, 21 de agosto 2014. ANTÔNIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº.172/2014. TERMO DE OUTORGA DE PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÁXI NO MUNICÍPIO DE CANELINHA. PERMITENTE: O MUNICÍPIO DE CANELINHA. PERMISSIONÁRIO: Pedro Levi Gomes. OBJETO: O presente instrumento tem como objeto à outorga de permissão para exploração de serviços de TAXI no município de Canelinha, sem caráter de exclusividade, com vaga no ponto nº. 05, situado na Localidade de Moura, Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina. VIGÊNCIA: O prazo de vigência da permissão objeto deste termo de outorga será permanente, sendo o licenciamento municipal obrigatoriamente renovado anualmente nas condições previstas no Decreto nº.001/81, de 6 de fevereiro de 1981. Canelinha, 21 de agosto 2014. ANTÔNIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº.173/2014. TERMO DE OUTORGA DE PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÁXI NO MUNICÍPIO DE CANELINHA. PERMITENTE: O MUNICÍPIO DE CANELINHA. PERMISSIONÁRIO: Natan Tome Bissoli. OBJETO: O presente instrumento tem como objeto à outorga de permissão para exploração de serviços de TAXI no município de Canelinha, sem caráter de exclusividade, com vaga no ponto nº. 09, situado na Rua Leonel Marcelino Pereira, próximo a Sociedade Marselhesa, no Bairro da Índia, Cidade de Canelinha, Estado de Santa Catarina. VIGÊNCIA: O prazo de vigência da permissão objeto deste termo de outorga será permanente, sendo o licenciamento municipal obrigatoriamente renovado anualmente nas condições previstas no Decreto nº.001/81, de 6 de fevereiro de 1981.

Canelinha, 21 de agosto 2014.
ANTÔNIO DA SILVA
PREFEITO DO MUNICÍPIO.

Canoinhas

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº 484/2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº 484, de 27/08/2014
APROVA AS CONTAS DE 2012

O Vereador João Grein, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, faço saber que a Câmara aprovou e eu promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Ficam aprovados os balancetes mensais de janeiro à dezembro e o balanço geral do exercício de 2012 (dois mil e doze), do Município de Canoinhas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Canoinhas,
em 27 de agosto de 2014.

Vereador João Grein
Presidente

Registrado e publicado na Secretaria Legislativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 27/08/2014.

José Luiz Lacowicz
Secretário Legislativo

CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS

Rua: 3 de Maio,150
Cep: 89460-000
Fone: (0xx47) 3622-3396
<http://www.canoinhas.sc.leg.br>

Capinzal

PREFEITURA

Portaria 665/2014

PORTARIA Nº 665, DE 26 DE AGOSTO DE 2014
Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 3004/2014, ao servidor Deoclides Coelli, matrícula nº 308145/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, nível 200, referência G, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 08 de janeiro de 2000 a 07 de janeiro de 2005, pelo período de 13 de agosto a 12 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 13 de agosto de 2014.

Capinzal - SC, em 26 de agosto de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

Portaria 666/2014

PORTARIA Nº 666, DE 26 DE AGOSTO DE 2014
Altera o disposto na portaria 265/2014, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica alterado o preâmbulo da portaria nº 265/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Reduz carga horária de servidor, na forma que especifica (...)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 26 de agosto de 2014.

Capinzal - SC, em 26 de agosto de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

Portaria 667/2014

PORTARIA Nº 667, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Concede licença a servidor na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais e conforme o disposto na letra "b", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991 e com a Certidão de Óbito Matrícula nº 107797 01 55 2014 4 00033 289 0010024 12, resolve:

Art. 1º Fica concedida licença por motivo de óbito da mãe, pelo período de 28 de julho a 04 de agosto de 2014, à servidora Tânia Regina Pereira da Silva, matrícula nº 325341/01, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, com lotação ESF São Luiz.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 26 de agosto de 2014.

Capinzal - SC, em 26 de agosto de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Portaria 668/2014

PORTARIA Nº 668, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Altera o disposto na portaria 369/2014, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da portaria nº 369/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica nomeada Debora Tobaldini, matrícula nº 397318/02, no cargo de provimento em comissão de Chefe de Departamento de Controle e Manutenção, nível CC - 1, conforme o anexo III - A da Lei Complementar nº 3068, de 22 de maio de 2013, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991, a contar de 10 de março de 2014."

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 26 de agosto de 2014.

Capinzal - SC, em 26 de agosto de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Portaria 669/2014

PORTARIA Nº 669, DE 27 DE AGOSTO DE 2014

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica cessado o efeito da portaria nº 653/2014, que dispôs sobre a Comissão Especial de Avaliação do Imóvel pertencente à Hachmann S/A Indústria e Comércio.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 27 de agosto de 2014.

Capinzal - SC, em 27 de agosto de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário Administração e Finanças

Portaria 672/2014

PORTARIA Nº 672, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 2449/2014, à servidora Gisele da Graça Matos, matrícula nº 310344/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 8, referência C, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 26 de fevereiro de 2001 a 25 de fevereiro de 2006, pelo período de 01 de setembro a 30 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2014.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Portaria 673/2014

PORTARIA Nº 673, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 2871/2014, à servidora Rosimeri Aparecida Mantovani, matrícula nº 333115/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Zelador, Nível 309, referência G, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012,

referente ao quinquênio de 06 de março de 2001 a 05 de março de 2006, pelo período de 01 de setembro a 30 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2014.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

Portaria 674/2014

PORTARIA Nº 674, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014
Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerado Janderson Seganfredo, matrícula nº 328960/01, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Controle de Estoques, nível CC- 2, conforme o anexo III-A, da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, a contar de 01 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2014.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

Portaria 675/2014

PORTARIA Nº 675, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014
Readapta servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, a contar de 01 de setembro de 2014, a servidora Elisangela Frizzo, matrícula nº 309168/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência C, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora deverá exercer atividades extra - classe.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2014.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

Portaria 678/2014

PORTARIA Nº 674, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014
Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerado Janderson Seganfredo, matrícula nº 328960/01, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Controle de Estoques, nível CC- 2, conforme o anexo III-A, da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, a contar de 01 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2014.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

Portaria 680/2014

PORTARIA Nº 680, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014
Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, conforme requerimento protocolado sob o nº 3175/2014, o servidor Sidnei Luis Franke, matrícula nº 407502/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, a contar de 01 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2014.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PMC Contrato 0200/2014

Contrato Nº.: 0200/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: LOCOMAQ COMERCIO E LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMEN

Valor : 21.669,23 (vinte e um mil seiscentos e sessenta e nove reais e vinte e três centavos)

Vigência : Início: 29/08/2014 Término: 31/12/2014

Processo Licitatório Nº 0130/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0083/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de peças genuínas para recuperação do TRATOR DE PNEUS TL 95 EXITUS NEW HOLLAND ano/modelo 2010/2011 chassi ZACB75523 serie, da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

PMC Ata/Contrato 0201/2014

Ata/Contrato Nº.: 0201/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: ALF MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP

Valor : 8.667,22 (oito mil seiscentos e sessenta e sete reais e vinte e dois centavos)

Vigência : Início: 29/08/2014 Término: 29/08/2015

Processo Licitatório Nº 0129/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0082/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material para reforma e pintura em banheiros da Rodoviária Municipal e Terminal Rodoviário de Capinzal/SC.

PMC Ata/Contrato 0202/2014

Ata/Contrato Nº.: 0202/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: CERÂMICA JR LTDA

Valor : 11.244,70 (onze mil duzentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos)

Vigência : Início: 29/08/2014 Término: 29/08/2015

Processo Licitatório Nº 0129/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0082/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material para reforma e pintura em banheiros da Rodoviária Municipal e Terminal Rodoviário de Capinzal/SC.

PMC Ata/Contrato 0203/2014

Ata/Contrato Nº.: 0203/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: INDUSTRIA DE TINTAS OURO LTDA

Valor : 2.817,00 (dois mil oitocentos e dezessete reais)

Vigência : Início: 29/08/2014 Término: 29/08/2015

Processo Licitatório Nº 0129/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0082/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material para reforma e pintura em banheiros da Rodoviária Municipal e Terminal Rodoviário de Capinzal/SC.

PMC Ata/Contrato 0204/2014

Ata/Contrato Nº.: 0204/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: MARCIO DOMINGOS DE COSTA - EPP

Valor : 5.211,90 (cinco mil duzentos e onze reais e noventa centavos)

Vigência : Início: 29/08/2014 Término: 29/08/2015

Processo Licitatório Nº 0129/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0082/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material para reforma e pintura em banheiros da Rodoviária Municipal e Terminal Rodoviário de Capinzal/SC.

PMC Ata/Contrato 0205/2014

Ata/Contrato Nº.: 0205/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: SE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA EPP

Valor : 12.348,36 (doze mil trezentos e quarenta e oito reais e trinta e seis centavos)

Vigência : Início: 29/08/2014 Término: 29/08/2015

Processo Licitatório Nº 0129/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0082/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material para reforma e pintura em banheiros da Rodoviária Municipal e Terminal Rodoviário de Capinzal/SC.

PMC Contrato 0206/2014

Contrato Nº.: 0206/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: LANHI ADVOGADOS

Valor : 1.950,00 (um mil novecentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 29/08/2014 Término: 29/11/2014

Processo Licitatório Nº 0139/2014

Licitação : Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº.: 0023/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de Serviços advocatícios, especificamente na defesa da Ação Declaratória cumulada com cobrança nº 016.14.600104-0, movida por Elizangela Montibeller, em desfavor do Município de Capinzal, para promover a defesa do ente municipal e demais atos processuais até o final da referida ação judicial.

PMC Ata/Contrato 0207/2014

Ata/Contrato Nº.: 0207/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: DOLMORA & MASSON LTDA

Valor : 24.483,50 (vinte e quatro mil quatrocentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 01/09/2014 Término: 01/09/2015

Processo Licitatório Nº 0132/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0085/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 11.947/2009, através do convênio 4087/94 FNDE (PNAE/PNAP, PNAC) e Recursos Próprios.

PMC Ata/Contrato 0208/2014

Ata/Contrato Nº.: 0208/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: P.V ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME

Valor : 98.673,48 (noventa e oito mil seiscentos e setenta e três reais e quarenta e oito centavos)

Vigência : Início: 01/09/2014 Término: 01/09/2015

Processo Licitatório Nº 0132/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0085/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 11.947/2009, através do convênio 4087/94 FNDE (PNAE/PNAP, PNAC) e Recursos Próprios.

PMC Ata/Contrato 0209/2014

Ata/Contrato Nº.: 0209/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: SACOLAO DE FRUTAS E VERDURAS CAPINZAL LTDA - EPP

Valor : 4.473,50 (quatro mil quatrocentos e setenta e três reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 01/09/2014 Término: 01/09/2015

Processo Licitatório Nº 0132/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0085/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 11.947/2009, através do convênio 4087/94 FNDE (PNAE/PNAP, PNAC) e Recursos Próprios.

PMC Ata/Contrato 0210/2014

Ata/Contrato Nº.: 0210/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: DOLMORA & MASSON LTDA

Valor : 2.248,00 (dois mil duzentos e quarenta e oito reais)

Vigência : Início: 01/09/2014 Término: 01/09/2015

Processo Licitatório Nº 0131/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0084/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos para compor o benefício eventual de cestas básicas destinados as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Com Recursos Estaduais do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e Recursos Próprios da Prefeitura, para concessão de benefícios eventuais à famílias.

FMAS Ata/Contrato 0210/2014 M

Ata/Contrato Nº.: 0210/2014 M

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL

Contratada...: DOLMORA & MASSON LTDA

Valor : 2.248,00 (dois mil duzentos e quarenta e oito reais)

Vigência : Início: 01/09/2014 Término: 01/09/2015

Processo Licitatório Nº 0131/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0084/2014

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos para compor o benefício eventual de cestas básicas destinados as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Com Recursos Estaduais do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e Recursos Próprios da Prefeitura, para concessão de benefícios eventuais à famílias.

PMC Ata/Contrato 0211/2014

Ata/Contrato Nº.: 0211/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: P.V ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME

Valor : 14.587,04 (quatorze mil quinhentos e oitenta e sete reais e quatro centavos)

Vigência : Início: 01/09/2014 Término: 01/09/2015

Processo Licitatório Nº 0131/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0084/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos para compor o benefício eventual de cestas básicas destinados as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Com Recursos Estaduais do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e Recursos Próprios da Prefeitura, para concessão de benefícios eventuais à famílias.

FMAS Ata/Contrato 0211/2014 M

Ata/Contrato Nº.: 0211/2014 M

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL

Contratada...: P.V ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME

Valor : 14.587,04 (quatorze mil quinhentos e oitenta e sete reais e quatro centavos)

Vigência : Início: 01/09/2014 Término: 01/09/2015

Processo Licitatório Nº 0131/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0084/2014

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos para compor o benefício eventual de cestas básicas destinados as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Com Recursos Estaduais do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e Recursos Próprios da Prefeitura, para concessão de benefícios eventuais à famílias.

PMC Processo Licitatório Nº 00142/2014 -Tomada de Preço Para Obras E Serviços de Engenharia Nº 00012/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 00142/2014

Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia Nº 00012/2014

OBJETO: Contratação de empresa especializada de Engenharia para Execução de Serviços para construção de 03 (Três) Portais Turísticos a serem construídos na saída para Piratuba/SC; saída para Zortéa/SC e Ponte de entrada entre Ouro e Capinzal/SC. Com Recursos Próprios e do Governo Federal (Convenio nº 0389.858-89).

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 22/09/2014.

Menor Preço Global

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CAR-MELLO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739, FAX Nº (0xx49) 3555-8716

Capinzal, 3 de setembro de 2014 .

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal de Capinzal

Catanduvras

PREFEITURA

Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Contrato PMC Nº 0036/2014

PRIMERO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0036/2014
TOMADA DE PREÇO Nº 0003/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0019/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVRAS

CONTRATADA: FUNILARIA TIEPO LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre os signatários em 28 de março de 2014, para alterá-lo conforme segue:

OBJETO: Aditivar ao Contrato Original a importância de R\$ 2.190,00 (dois mil cento e noventa reais).

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente aditivo é referente:

Item	Cód Item	Especificações	Marca	UN	Qtde	Preço Unitário	TOTAL
1	11174	Containers para lixo orgânico 1100 lt cor laranja		UN	2	1.095,00	2.190,00
Total Geral							2.190,00

O valor total do contrato passa a ser de R\$ 13.847,50 (treze mil oitocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), perfazendo um total de 18,78 (dezoito vírgula setenta e oito por cento) de acréscimo à quantidade inicialmente pactuada.

Catanduvras - SC, 08 de agosto de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVRAS - SC

Gisa Aparecida Giacomini

Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Contrato PMC Nº 0040/2014

PRIMERO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0040/2014
TOMADA DE PREÇO Nº 0004/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0020/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVRAS

CONTRATADA: FUNILARIA TIEPO LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre os signatários em 28 de março de 2014, para alterá-lo conforme segue:

OBJETO: Aditivar ao Contrato Original a importância de R\$ 1.095,00 (mil e noventa e cinco reais).

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente aditivo é referente:

Item	Cód Item	Especificações	Marca	UN	Qtde	Preço Unitário	TOTAL
2	11179	Conta iners para lixo orgânico 1100 lt cor verde (MODELO EM ANEXO)		UN	1	1.095,00	1.095,00
Total Geral							1.095,00

O valor total do contrato passa a ser de R\$ 6.182,50 (seis mil cento e oitenta e dois reais e cinquenta centavos), perfazendo um total de 21,52 (vinte e um vírgula cinquenta e dois por cento) de acréscimo à quantidade inicialmente pactuada.

Catanduvras - SC, 08 de agosto de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVRAS - SC

Gisa Aparecida Giacomini

Caxambu do Sul

PREFEITURA

Decreto 125/2014

DECRETO Nº. 125/2014

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído PONTO FACULTATIVO, nas Repartições Públicas Municipais, no dia 29 de setembro de 2014, segunda-feira, véspera do feriado Municipal de 30 de Setembro, dia dedicado a São Jerônimo, Padroeiro do Município.

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul, SC, 01 de Setembro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Decreto 126/2014

DECRETO N. 126/2014

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso II, da Lei Orgânica do Município;

Considerando, o resultado do Concurso Público Edital N. 001/2013 de 06 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado por concurso público para ocupar o cargo de Operador de Máquina Trator de pneus Concha Hidráulica, com lotação junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, o Senhor Elton Anzillero, brasileiro, casado, portador do RG 2.657.999, CPF - 753.754.359-34 e do Título de Eleitor N. 023643730906, residente e domiciliado nesta Cidade, de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 01 de Setembro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Decreto 127/2014

DECRETO N. 127/2014

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso II, da Lei Orgânica do Município;

Considerando, o resultado do Concurso Público Edital N. 001/2013 de 06 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada por concurso público para ocupar o cargo de Psicóloga, com lotação junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, a Senhorita Daniela Fernanda Schott, brasileira, solteira, portadora do RG 4.291.975, CPF - 052.700.079-59 e do Título de Eleitor N. 046562400906, residente e domiciliada na Rua Avenida Porto Alegre, 877 D, Centro, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 01 de Setembro de 2014.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Decreto 128/2014

DECRETO N. 128/2014

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV da Lei Orgânica do Município, e a Lei Municipal n. 1.210/2010, de 30 de novembro de 2010;

CONSIDERANDO, o resultado da eleição dos membros do conselho tutelar, realizada no dia 29 de janeiro de 2011.

CONSIDERANDO, o ofício recebido do conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Caxambu do Sul- SC.

DECRETA:

Art. 1º. Fica Nomeada para ocupar o cargo de Conselheira Tutelar, com carga horária de 20 horas semanais, a Conselheira Senhorita Francielli Rolim de Moura, brasileira, solteira, residente e domiciliada neste município, portadora do RG 4.291.549, CPF sob o n. 010.082.599-00, com lotação junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 2º. A conselheira ora nomeada, fará jus a remuneração descrita no art. 15 da lei n. 1.210/10.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 01 de Setembro de 2014

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 350 de 02.09.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 350/2014

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 07 (sete) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder em favor da servidora Pública JULIE MARA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professora ACT 20 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, matrícula nº 2426/14, licença para tratamento de Saúde, pelo período de 07 (sete) dias, a contar de 29.08.2014 a 04.09.2014, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 29.08.2014.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 02 de setembro de 2014. .

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Cocal do Sul**PREFEITURA****Extrato de Contrato N. 97/14**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 97/14 DA PMCS. Processo de Licitação n. 74/PMCS/2014. Modalidade: Carta Convite n. 12/PMCS/2014. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: QFAZ ESTRUTURA & EVENTOS LTDA - ME. ASSINATURA: 02/09/2014. VIGÊNCIA: 31/12/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 2.060 - 3.3.90.39.23(83). OBJETO: estruturação(montagem e desmontagem de estrutura temporárias) para realização de eventos festivos durante o ano corrente. VALOR: R\$ 78.460,00(setenta e oito mil quatrocentos e sessenta reais).

Concórdia**PREFEITURA****Resolução Nº 034 /2014**

RESOLUÇÃO nº 034 de 14 de agosto de 2014.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia/SC, referente ao mês de julho/2014.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC - CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 14 de agosto de 2014, no uso de suas atribuições que lhe confere inciso I, do Art. 2º e Art. 4º da Lei Municipal nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011 e o art. 30 da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS,

RESOLVE:

Art. 1º. Após análise da documentação física apresentada pelo órgão gestor, delibera e aprova de forma contábil a prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia/SC, referente ao mês de julho/ 2014.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia SC, 14 de agosto de 2014.

NEUSA PRESOTTO COLOMBO

Presidente do CMAS

Resolução Nº 035 /2014

RESOLUÇÃO Nº 035 de 14 de agosto de 2014

Dispõe sobre a aprovação e deliberação do regulamento do Concurso para criação de Logomarca do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC - CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 14 de agosto de 2014, no uso de suas atribuições legais e regulamentares e, tendo em vista o disposto na Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social LOAS e suas alterações e o disposto na Lei Municipal nº 4.384, 15 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Aprovar o regulamento para o Concurso da Criação da Logomarca do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, na forma que se segue:

REGULAMENTO

Do Concurso e dos seus objetivos

Art.1º Do Objetivo

a) Divulgar as ações do Conselho Municipal de Assistência Social junto as Unidades Públicas que atendem os usuários da Política Pública de Assistência Social, bem como a escolha da logomarca de identificação do CMAS, através da produção de desenho refletindo sobre o tema: "a atuação do Conselho Municipal de Assistência Social".

Art. 2º Dos Critérios de Participação

a) O concurso abrangerá 01 categoria de crianças e adolescentes que freqüentam um dos 4 (quatro) Centros de Convivência com

idade entre 10 à 12 anos completos em 2014 conforme segue:

1. Centro de Convivência - Frederico Kunz (Vista Alegre);
2. Centro de Convivência - Frei Samuel Both - Frei Lency;
3. Centro de Convivência - Sementes do Amanhã - Bairro dos Estados;
4. Centro de Convivência - Pedro Vanzo - Itaíba.

b) Cada unidade desenvolverá a atividade acerca do mesmo tema, conforme letra a do item II - Critérios de Participação;

c) Cada participante poderá concorrer com apenas um trabalho.

Art. 3º Dos critérios de seleção - Desenho

- a) Coerência: Título e desenho em concordância com o tema proposto;
- b) Clareza: Desenho que expresse ideias de fácil percepção;
- c) Criatividade: Desenho que demonstre aprendizado e reflexão sobre o tema;
- d) O desenho deverá ser feito obrigatoriamente no formulário de participação, conforme modelo constante do anexo 1;
- e) Adequação com tema proposto, sendo o desenho a identificação do Conselho Municipal de Assistência Social;
- f) A definição do melhor desenho/logomarca será definido pela comissão julgadora composta por representantes de 2 agências de publicidade mais dois integrantes do Conselho Municipal de Assistência Social, 1 representante da assessoria de comunicação da prefeitura.

Art. 4º Da Seleção

a) Cada unidade participante entregará todos os desenhos à comissão julgadora, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, aos cuidados de Darine Graciele Potratz, Rua Oswaldo V. Zandavalli, Nº 511, até o dia 11 de setembro de 2014. Os trabalhos deverão ser todos identificados por nome completo do participante e Centro de Convivência em que frequenta, no verso da folha, em envelope separado por unidade contendo a lista dos participantes;

b) Todos os trabalhos serão expostos na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, no período de 01 a 10 de outubro de 2014;

c) A Comissão julgadora receberá os trabalhos e entregará o resultado final até o dia 10 de outubro de 2014, para a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social/CMAS. Esta comissão foi designada em reunião plenária ordinária do CMAS, especialmente para este fim.

Art. 5º Da Premiação

- a) Local da premiação a ser definido pela comissão.
- b) Data entrega: a ser definida pela comissão.
- c) Premiação: Será oferecida premiação para o 1º colocado e mais 9 (nove) brindes aos demais classificados, de acordo com a sua classificação (1º ao 10º lugar).
 - 1) 1º colocado - 1 tablet
 - 2) 2º ao 10º colocados - um smatphone.
- d) Todos os participantes receberão certificado de participação no concurso.

Art. 6º Das Considerações Finais

- a) Ao assinar o formulário de participação, o candidato declara-se ciente e de acordo com as normas do presente Regulamento;
- b) Os prêmios serão entregues em mãos, somente ao participante, não havendo possibilidade de representação;
- c) Os trabalhos encaminhados à Coordenação do concurso não serão devolvidos aos candidatos;
- d) Trabalho não original, ou seja, cópia de outro trabalho será

desclassificado;

e) Os representantes legais dos candidatos do Concurso deverão autorizar a participação e a divulgação de seus trabalhos; para tanto deverão encaminhar junto ao desenho, uma autorização para sua divulgação (Anexo 2).

Parágrafo Único - A autorização deverá ser assinada pelo pai ou responsável;

f) Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do concurso;

g) As dúvidas, divergências ou situações não previstas neste regulamento serão julgadas e decididas de forma soberana e irrecorrível pela Comissão Organizadora do concurso.

Art. 7º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 14 de agosto de 2014.

Neusa Presotto Colombo
Presidente do CMAS

ANEXO I
FOLHA DE DESENHO

ANEXO II

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____,
brasileiro, portador do RG _____ e do CPF _____,
residente em _____ -
SC, autorizo a exposição/publicação do trabalho enviado a Comissão Central de Seleção do Conselho Municipal de Assistência Social, intitulado _____,
realizado pelo meu filho (a) _____
_____ participante do Concurso de Desenho promovido pelo Conselho Municipal de Assistência Social no ano de 2014. Estou ciente de que o trabalho original ficará de posse do Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia, podendo sofrer pequenas alterações.

Concórdia, ____ de _____ de 2014

Nome e assinatura responsável

Extrato Contrato Nº 8/2014 -Fmc

Contrato Nº : 8/2014

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : MITRA DIOCESANA DE JOAÇABA

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 3/2014

Objeto : Locação do Pavilhão Cinquentenário a fim de atender as atividades inerentes 5º Edição da Feira do Livro a ser realizada nos dias 07 à 09 de agosto de 2014, com base na Lei Municipal nº 4.672, de 26 de junho de 2014, neste Município

Vigência : Início: 04/08/2014 Término: 09/08/2014

Assinatura : 04/08/2014

Valor R\$: 5.500,00 (Cinco Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 267 - 16.001.2403.333903910000000.01000001

Extrato 5º TA Contrato Nº 16/2013 -Fmc

Contrato Nº : 16/2013

Aditivo Nº : 5 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : JP CULTURAL LTDA

Licitação : Tomada Preços para Compras Serviços 1/2013

Objeto : contratação de empresa especializada para elaboração de projeto museográfico referente à concepção expográfica e à dos espaços integrantes do Museu Histórico Hermano Zanoni e demais áreas destinadas a exposição em sua nova sede, no Centro Cultural Concórdia, conforme Memorial Descritivo, constante no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 15/08/2014 Término: 21/11/2014

Assinatura : 15/08/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Extrato Contrato Nº 15/2014 -Fmec

Contrato Nº : 15/2014

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : CHIPTIMING CURITIBA

Licitação : Pregão Presencial 7/2014

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de cronometragem eletrônica e serviços de infraestrutura e montagem para realização da 1ª Meia maratona e Caminhada Edição 2014, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? do edital.

Vigência : Início: 13/08/2014 Término: 14/09/2014

Assinatura : 07/08/2014

Valor R\$: 12.000,00 (Doze Mil Reais)

Dotação : 278 - 17.001.2452.333903979000000.01000001

Extrato 1º TA Rescisão Contrato Nº 3/2014 -FMAS

Contrato Nº : 3/2014

Aditivo Nº : 1/2014

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contratada : BRUNA APARECIDA FEO-ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2014

Objeto : Contratação de empresa para ministrar cursos nas unidades do CRAS, CREAS e Centros de convivência, durante o exercício de 2014, visando o desenvolvimento das atividades nas oficinas socioeducativas e programas do FMAS, com recursos oriundos do repasse Fundo a Fundo IGD/BF/FNAS/PAIF/SCFV/FNAS e PAEFI, conforme descrições constantes nos anexos ?A? e ?B? do Edital.

Vigência : Início: 25/03/2014 Término: 31/12/2014

Assinatura : 19/08/2014

Valor R\$: 74.750,00 (Setenta e Quatro Mil e Setecentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 241 - 15.001.2202.333903965000000.01520000

Dotação : 243 - 15.001.2202.333903965000000.01630000

Dotação : 252 - 15.001.2203.333903965000000.01510000

Edital de Notificação Nº 44/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 44/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 244.273,09 (duzentos e quarenta e quatro mil, duzentos e setenta e três reais e nove centavos).

Concórdia SC, 02 de setembro de 2014.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação Nº 45/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 45/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 15.765,47 (quinze mil setecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e sete centavos).

Concórdia SC, 02 de setembro de 2014.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação Nº 46/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 46/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Educação Infantil, no valor de R\$ 2.478,23 (dois mil quatrocentos e setenta e oito reais e vinte e três centavos).

Concórdia SC, 02 de setembro de 2014.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação Nº 47/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 47/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 5.894,55 (cinco mil oitocentos e noventa e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

Concórdia SC, 02 de setembro de 2014

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação Nº 48/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 48/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Atendimento Educacional Especializado, no valor de R\$ 870,00 (oitocentos e setenta reais).

Concórdia SC, 02 de setembro de 2014.
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação Nº 49/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 49/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 34.190,00 (trinta e quatro mil cento e noventa reais).

Concórdia SC, 02 de setembro de 2014.
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação Nº 50/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 50/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Pré Escola, no valor de R\$ 16.960,00 (dezesesseis mil novecentos e sessenta reais).

Concórdia SC, 02 de setembro de 2014.
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação Nº 51/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 51/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - EJA, no valor de R\$ 564,00 (quinhentos e sessenta e quatro reais).

Concórdia SC, 02 de setembro de 2014
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação Nº 52/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 52/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Creche, no valor de R\$ 36.300,00 (trinta e seis mil e trezentos reais).

Concórdia SC, 02 de setembro de 2014.
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação Nº 53/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 53/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Escola de Tempo Integral, no valor de R\$ 792,00 (setecentos e noventa e dois reais).

Concórdia SC, 02 de setembro de 2014.
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

Extrato Contrato Nº 13/2014 -FMAS

Contrato Nº : 13/2014

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contratada : MARIA DA GRAÇA MAURER GOMES TURCK

Licitação : Pregão Presencial 5/2014

Objeto : Contratação de curso a ser ministrado para as equipes técnicas do Centro de Referência Especializado de Assistência Social e Centros de Referência de Assistência Social, com o tema: ?Mediação de Conflitos: Um espaço de retomada do diálogo, da escuta e do entendimento do outro?, com recursos Estaduais oriundos do CREAS - custeio.

Vigência : Início: 27/08/2014 Término: 25/11/2014

Assinatura : 27/08/2014

Valor R\$: 16.300,00 (Dezesesseis Mil e Trezentos Reais)

Dotação : 253 - 15.001.2203.333903948000000.01530000

Aviso de Licitação Modalidade Tomada de Preço Nº 11/2014 - PMC

MUNICIPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra, no regime de empreitada por preços máximos unitários (material, mão de obra e equipamentos) de alargamento de pista na Rua João Suzin Marini, Centro, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO será efetuada na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE

CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 26/09/2014, ÀS 16h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 24/09/2014, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 26/09/2014, às 16h00min.

Abertura: dia 29/09/2014, às 08h30minh.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 02 de Setembro de 2014.

MAURI MARAN

Secretário Municipal Urbanismo e Obras

Extrato Contrato Nº 77/2014 -FMS

Contrato Nº : 77/2014

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 4/2014

Objeto : Aquisição de materiais impressos para as unidades do Fundo Municipal de Saúde conforme descrições constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 26/08/2014 Término: 31/12/2014

Assinatura : 26/08/2014

Valor R\$: 65.046,00 (Sessenta e Cinco Mil e Quarenta e Seis Reais)

Dotação : 210 - 13.001.2102.333903963000000.01640000

Extrato Contrato Nº 76/2014 -FMS

Contrato Nº : 76/2014

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 4/2014

Objeto : Aquisição de materiais impressos para as unidades do Fundo Municipal de Saúde conforme descrições constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 26/08/2014 Término: 31/12/2014

Assinatura : 26/08/2014

Valor R\$: 14.760,00 (Quatorze Mil e Setecentos e Sessenta Reais)

Dotação : 210 - 13.001.2102.333903963000000.01640000

Extrato Contrato Nº 75/2014 -FMS

Contrato Nº : 75/2014

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : GRÁFICA SUL OESTE LTDA ME

Licitação : Pregão Eletrônico 4/2014

Objeto : Aquisição de materiais impressos para as unidades do Fundo Municipal de Saúde conforme descrições constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 26/08/2014 Término: 31/12/2014

Assinatura : 26/08/2014

Valor R\$: 359,00 (Trezentos e Cinquenta e Nove Reais)

Dotação : 210 - 13.001.2102.333903963000000.01640000

Extrato Contrato Nº 74/2014 -FMS

Contrato Nº : 74/2014

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : GL EDITORA GRÁFICA LTDA - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 4/2014

Objeto : Aquisição de materiais impressos para as unidades do Fundo Municipal de Saúde conforme descrições constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 26/08/2014 Término: 31/12/2014

Assinatura : 26/08/2014

Valor R\$: 6.669,50 (Seis Mil, Seiscentos e Sessenta e Nove Reais e Cinquenta Centavos)

Dotação : 210 - 13.001.2102.333903963000000.01640000

Extrato Contrato Nº 73/2014 -FMS

Contrato Nº : 73/2014

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 4/2014

Objeto : Aquisição de materiais impressos para as unidades do Fundo Municipal de Saúde conforme descrições constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 26/08/2014 Término: 31/12/2014

Assinatura : 26/08/2014

Valor R\$: 33.123,50 (Trinta e Três Mil, Cento e Vinte e Três Reais e Cinquenta Centavos)

Dotação : 210 - 13.001.2102.333903963000000.01640000

Extrato 2º TA Contrato Nº 64/2014 -FMS

Contrato Nº : 64/2014

Aditivo Nº : 2 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA EPP

Licitação : Dispensa para Obras e Serviços de Engenharia 1/2014
Objeto : Contratação de serviços de engenharia e arquitetura para a elaboração de Projeto Arquitetônico e complementares, para Unidade Básica de Saúde - Estratégia da Saúde da Família, localizada no Bairro da Gruta, neste Município.

Vigência : Início: 27/08/2014 Término: 26/10/2014

Assinatura : 19/08/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 212 - 13.001.2102.344905180000000.01640000

Extrato 1º TA Contrato Nº 14/2014 -FMS

Contrato Nº : 14/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CLÍNICA DE MEDICINA INTEGRADA

Licitação : Inexigibilidade 3/2014

Objeto : Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.

Vigência : Início: 14/08/2014 Término: 31/12/2014

Assinatura : 14/08/2014

Valor R\$: 9.234,00 (Nove Mil e Duzentos e Trinta e Quatro Reais)

Dotação : 215 - 13.001.2103.333903950000000.01020000

Dotação : 217 - 13.001.2103.333903950000000.01650000

Dotação : 369 - 13.001.2103.333903950000000.03020000

Extrato 1º TA Contrato Nº 12/2014 -FMS

Contrato Nº : 12/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CESS - CENTRO ESPECIALIZADO DE SERVIÇOS DE SAÚDE SS LTDA

Licitação : Inexigibilidade 3/2014

Objeto : Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.

Vigência : Início: 14/08/2014 Término: 31/12/2014

Assinatura : 14/08/2014

Valor R\$: 18.468,00 (Dezoito Mil e Quatrocentos e Sessenta e Oito Reais)

Dotação : 215 - 13.001.2103.333903950000000.01020000

Dotação : 217 - 13.001.2103.333903950000000.01650000

Dotação : 369 - 13.001.2103.333903950000000.03020000

Extrato Rescisão Contrato Nº 2/2014-FMS

Contrato Nº : 2/2014

Aditivo Nº : 1 Rescisão/2014

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : REUNIDAS TURISMO S A

Licitação : Inexigibilidade 1/2014

Objeto : Aquisição de passagens para transporte coletivo regular intermunicipal de passageiros, para atender a necessidade de pacientes que necessitam de tratamento médico-hospitalar fora do Município de Concórdia (TFD) na cidade de Florianópolis.

Vigência : Início: 02/01/2014 Término: 31/12/2014

Assinatura : 25/08/2014

Valor R\$: 842.921,00 (Oitocentos e Quarenta e Dois Mil e Novecentos e Vinte e Um Reais)

Dotação : 217 - 13.001.2103.333903399000000.01650000

Extrato Rescisão Contrato Nº 62/2014-FMS

Contrato Nº : 62/2014

Aditivo Nº : 1/2014

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : RESIDENCIAL ANGEL'S BOSQUE LTDA ME

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 10/2014

Objeto : Contratação de serviço de clínica para internação da paciente Valci Cerutti, em estado de coma vegetativo, visando atender o mandado de citação expedido pela 2ª Vara Cível da Comarca de Concórdia.

Vigência : Início: 15/05/2014 Término: 11/11/2014

Assinatura : 19/08/2014

Valor R\$: 15.360,00 (quinze mil, trezentos e sessenta reais)

Dotação : 217 - 13.001.2103.333903950000000.01650000

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N. 392/2014

DECRETO Nº 392, DE 28 DE AGOSTO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal Sra. CLEIDE CAETANO, ocupante do cargo de Assistente Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 28 de Agosto de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 393/2014

DECRETO Nº 393, DE 29 DE AGOSTO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal Sra. MARINES TRINDADE BRAMBILA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 29 de Agosto de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 394/2014

DECRETO Nº 394, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001 art. 56, Lei Complementar nº 93/2013 e demais alterações,

- Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V à Lei Complementar 93/13, fica alterada e adequada ao Laudo Pericial emitido pela Polyclínica Médica e Operadora de Planos de Saúde S/S,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, ao Sr. MAICON ADÃO DEFILTRO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, na ordem de 20 %, conforme Anexo V da Lei Complementar nº 93/2013.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 01 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Decreto N. 395/2014

DECRETO Nº395 /2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

"NOMEIA ASSISTENTE TÉCNICO DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, II da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a partir de 01/09/2014 a Sra. FRANCIELLE DAL SANTO, para exercer o cargo de Assistente Técnico de Secretaria ficando lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, com carga horária integral.

Art. 2º A Servidora nomeada pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal - LC nº 18/2001, ao Plano de Cargos e Salários - LC nº 93/2013 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 01 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 390/2014

DECRETO Nº 390, DE 28 DE AGOSTO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal Sra. LUCIANI TERESINHA KNAKEIVICZ LICHAK, ocupante do cargo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 28 de Agosto de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 391/2014

DECRETO Nº 391, DE 28 DE AGOSTO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal Sr. AFRANIO ELSO CAMPAGNOLLO, ocupante do cargo de Assistente Técnico de Secretaria de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 28 de Agosto de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Edital Processo 76 - Leilão 02

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando LEILÃO PÚBLICO ON-LINE E PRESENCIAL, de acordo com a Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 76/2014.

LEILÃO 002/2014.

Tipo: Maior Lance.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a alienação de ativos considerados inservíveis.

Data e horário do Leilão : 19/09/2014 a partir das 10 horas.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou pelo site www.pmcordi.sc.gov.br.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 01 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Ata Resultado PP 46/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA CNPJ: 95.990.198/0001-04 R. Celso Tozzo,27 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 46/2014 - PR Processo Administrativo: 69/2014 Processo de Licitação: 69/2014 Data do Processo: 14/08/2014
	Folha: 1/3

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS TRANSFORMAR, MAMÃE CIDADÃ, MULHER VALOROSA DENTRE OUTROS INSTITUIDOS PELAS LEIS MUNICIPAIS 859/2009, 1053/2013 e 1054/2013.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 28 de Agosto de 2014, às 09:08 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 210/2013, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 69/2014, Licitação nº 46/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:**Participante: 133 - DLG LIVRARIA E BAZAR LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	ESMALTE DOURADO COM GLITTER 8ML	un	10,00	RISQUE/CINCO	0,0000	3,77	37,70
3	ESMALTE PRATA COM GLITTER 8ML	un	10,00	RISQUE/CINCO	0,0000	3,77	37,70
4	PALITO DE MADEIRA PARA UNHAS UTILIZADO EM PROCEDIMENTOS DE MANICURE E PEDICURE COM NO MINIMO UM LADO DE PONTA FINA.	un	24,00	SANTA CLARA	0,0000	0,19	4,56
7	AGULHA PARA COSTURA Nº03	un	30,00	AQUARELA	0,0000	0,35	10,50
8	LINHA PARA COSTURA Nº30 NA COR BRANCA EM ALGODÃO ROLO 150M	un	210,00	COATS CORRENTE	0,0000	2,90	609,00
15	ENFEITES PARA GUIRLANDA TAMANHO Nº8CM TIPOS DIVERSOS (SINOS, ANJOS, E OUTROS)	un	220,00	NATALIA CHRISTMAS	0,0000	1,96	431,20
16	CORDÃO IMITAÇÃO DE PEROLAS NAS CORES VERMELHO E DOURADO COM 2M CADA	un	220,00	NATALIA CHRISTMAS	0,0000	1,65	363,00
25	BOTÃO MEIA PEROLA 7MM PACOTE COM 1000UN NA COR CREME OU BEJE	pt	1,00	ANGELO	0,0000	59,00	59,00
27	TOALHA DE BANHO BRANCA LISA COM CAPUZ PARA BEBE 100%ALGODÃO MEDIDAS MINIMAS DE 90CMX70CM.	un	40,00	MABER	0,0000	17,00	680,00
29	TOUCA PARA BEBE TAMANHO P, CORES DIVERSAS EM MALHA 100%ALGODÃO	un	40,00	DAMAR	0,0000	6,50	260,00
30	LUVA PARA BEBE TAMANHO P, CORES DIVERSAS EM MALHA 100%ALGODÃO	pr	40,00	PALMINHA	0,0000	5,00	200,00
31	BANHEIRA PARA RECÉM NASCIDO 20 LITROS. DESCRIÇÃO MINIMA PRODUTO ANATÔMICO, NÃO TÓXICO, DURÁVEL, LEVE, PRÁTICO. VÁLVULA DE PVC COM LACRE. COM PORTA-SABONETEIRA E PORTA-SHAMPOO. DIMENSÕES MINIMAS: COMPRIMENTO: 71 CM, LARGURA: 39 CM, ALTURA: 21 CM, CAPACIDADE: 20 LITROS	un	40,00	CAJOVIL	0,0000	17,85	714,00
32	BABADOR INFANTIL, 100% ALGODÃO, TECIDO PLASTIFICADO, NÃO RASGA E NÃO SOLTA A PLASTIFICAÇÃO, DIMENSÕES APROXIMADAS 17X2X20CM.	un	40,00	PAPI	0,0000	6,30	252,00
33	PIJAMA BEBE LONGO CANELADO LISO TAM M, CORES AZUL, ROSA, BRANCO E AMARELO, FABRICAÇÃO NACIONAL, COMPOSIÇÃO MINIMA 70% POLIÉSTER 30% VISCOSE.	un	40,00	DAMAR	0,0000	13,50	540,00
34	TIP-TOP LONGO EM MALHA 100%ALGODÃO NAS CORES VERMELHO, VERDE, TAMANHO M.	un	40,00	AZUL E ROSA	0,0000	11,90	476,00
37	ABRIDOR DE CASA PARA COSTURA Nº12CM COM CABO PLÁSTICO E CORPO EM METAL	un	20,00	TRADER	0,0000	2,98	59,60
38	CONE DE LINHA BRANCA PARA COSTURA COM 2.000M	un	20,00	COATS CORRENTE	0,0000	2,48	49,60
48	PINCEL FILETE Nº00	un	50,00	TIGRE/CONDIC	0,0000	5,00	250,00
Total do Participante ———>							5.033,86

Participante: 1297 - PEGASUS ATACADISTA LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
13	BOLAS DE NATAL DIVERSAS CORES TAMANHO 5CM	un	1.800,00	BS	0,0000	0,69	1.242,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CNPJ: 95.990.198/0001-04
 R. Celso Tozzo, 27
 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 46/2014 - PR

Processo Administrativo: 69/2014
 Processo de Licitação: 69/2014
 Data do Processo: 14/08/2014

Folha: 2/3

Participante: 1297 - PEGASUS ATACADISTA LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
17	CORDAO FESTAO, VERDE COM PONTAS BRANCAS E VERDES COM PONTAS DOURADAS PEÇAS DE 2M CADA.	m	900,00	BS	0,0000	1,97	1.773,00
18	FITA DECORATIVA DE NATAL NA COR VERMELHA E DOURADA DE 5CM	m	450,00	Merittá	0,0000	1,65	742,50
19	TECIDO TRICOLINI 100% ALGODÃO PARA FUXICO PEÇA DE 1,50M DE LARGURA	m	40,00	SJE	0,0000	14,90	596,00
20	FELTRO NA COR VERMELHO COM LARGURA DE 1,50M	m	25,00	Santa Fé	0,0000	8,50	212,50
21	FELTRO NA COR VERDE COM LARGURA DE 1,50M	m	40,00	Santa Fé	0,0000	8,50	340,00
22	COLA BRANCA LAVAVEL DE 1 KG PARA MADEIRA E PAPELÃO	un	5,00	Aplicola	0,0000	10,39	51,95
23	PISTOLA PARA COLA QUENTE DE NO MINIMO 40W, BIVOLT (110X220 VOLTS), UTILIZA REFIS DE COLA GROSSO: 1,12 CM DE DIÂMETRO.	un	2,00	Make	0,0000	19,75	39,50
28	MEIA TIPO SOQUETE PARA BEBE TAMANHO P, COMPOSIÇÃO MINIMA DE 68%ALGODÃO , 26% POLIAMIDA E 0,6%OUTROS.	pr	40,00	Catavento	0,0000	2,99	119,60
39	NOVELO DE LINHA 100% ALGODÃO, PARA CROCHE, EM CORES FIRMES E DIVERSAS COM 1000 METROS.	un	300,00	Cléa	0,0000	7,35	2.205,00
41	PAPEL CARBONO TAMANHO A4 PACOTE COM 100UN	pt	4,00	Radex	0,0000	17,69	70,76
43	TINTA PARA TECIDO 250ML NAS CORES(VERMELHO VIVO, PRETO, VERDE OLIVA, VERDE PINHEIRO, VERDE MUSGO, LARANJA, AZUL CELESTE, AZUL TURQUESA, VIOLETA, JACARANDÁ, SÉPIA, PURPURA, VINHO, VERDE MAÇA, AMARELO OURO, MARROM, MAGENTA, LILÁS, VERMELHO ESCARLATE, ROSA ESCURO, ROSA BEBÊ, AMARELO LIMÃO)	un	250,00	Evident	0,0000	8,00	2.000,00
44	PINCEL FILETE Nº22	un	25,00	Leonora	0,0000	8,00	200,00
45	PINCEL LIXADO Nº10	un	50,00	Leonora	0,0000	4,00	200,00
46	PINCEL LIXADO Nº08	un	50,00	Leonora	0,0000	6,00	300,00
47	PINCEL LIXADO Nº06	un	50,00	Leonora	0,0000	5,50	275,00
49	EMBORRACHADO PARA CONFECÇÃO DE TAPETE 1,40 LARGURA(84MT MARROM, 84MT BORDO, 84 MT VERDE ESCURO)	m	252,00	Sao gabriel	0,0000	18,90	4.762,80

Total do Participante ———> 15.130,61

Participante: 2074 - ROBERTO MISTURA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	TECIDO EM MICROFIBRA ESTAMPADO PARA CONFECÇÃO DE EDREDOM COM LARGURA DE 2,20M	m	480,00	tecno	0,0000	8,45	4.056,00
26	TECIDO FUSTÃO PARA BAETA COLORIDO COM LARGURA MINIMA DE 0,80M	m	40,00	janon	0,0000	7,50	300,00
35	COBERTOR INFANTIL ANTIALÉRGICO 100% POLIÉSTER 0,90X1,10M ESTAMPAS E CORES DIVERSAS	un	20,00	jolitex	0,0000	18,00	360,00
36	TOALHA DE BOCA PARA BEBE COM BARRA PARA BORDADO PONTO CRUZ DIVERSAS CORES, 100% ALGODÃO, MEDIDAS MINIMAS 30CMX45CM.	un	30,00	grho	0,0000	3,30	99,00
42	TOALHA PAÑO DE PRATO DUPLA 1.100MMX800MM 100% ALGODÃO	un	400,00	ficher	0,0000	3,28	1.312,00
50	CONE LINHA SEDA PARA CROCHÊ NO EMBORRACHADO 500MT, NAS CORES PRATA, VERDE, BORDO E MARROM.	un	250,00	são francisco	0,0000	4,15	1.037,50
51	NOVELOS DE LÃ PARA CONFECÇÃO DE BLUSAS, 100GR, 100% ACRILICO, (12 PRETO, 12 VERDE ESCURO, 12 ROSA BEBÊ, 12 CINZA CLARO, 12 BRANCO, 12 AMARELO, 12 AZUL CLARO, 12 BORDÔ, 12 LILAS).	un	120,00	molet	0,0000	6,29	754,80
52	COBERTOR DE CASAL AVELUDADO MICROFIBRA 1.80MX220M (VERDE, MARROM, BORDÔ, AZUL ESCURO E VERDE)	un	350,00	jolitex	0,0000	25,99	9.096,50

Total do Participante ———> 17.015,80

Total Geral ———> 37.180,27

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA CNPJ: 95.990.198/0001-04 R. Celso Tozzo, 27 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 46/2014 - PR
	Processo Administrativo: 69/2014 Processo de Licitação: 69/2014 Data do Processo: 14/08/2014

Folha: 3/3

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Cordilheira Alta, 28 de Agosto de 2014

COMISSÃO:

MICHELE ENDLER - - Pregoeiro(a)
KÁTIA ANA DI DOMENICO - - SECRETARIA
IVANETE DE LOURDES PEDERSSETTI - - MEMBRO

Coronel Freitas

PREFEITURA

Dispensa de Licitação Nº 26/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação Nº 26/2014
Contratado: MATIAZZO TERRAPLENAGEM LTDA .

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE HORAS MAQUINAS DE MAQUINAS COMO BOB CAT (MINI CARREGADEIRA), MINI CARREGADEIRA E SERVIÇOS DE TRANSPORTES DAS MAQUINAS. AS MAQUINAS IRÃO PRESTAR SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM DE TERRENOS URBANOS QUE FORAM DANIFICADOS PELAS FORTES CHUVAS.

Valor total: R\$ 4.460,00

Vigência: 31/12/2014

Fundamento Legal: Artigo 24 Inciso IV da Lei 8.666/93 Nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada à prorrogação dos respectivos contratos

Coronel Freitas (SC) 03 de Setembro de 2014

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Errata Pregão Presencial FMS R.P Nº 17/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 17/2014
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para a possível AQUISIÇÃO DE LEITE FORMULA INFANTIL, conforme relação e especificações constantes no Anexo "D" deste Edital.

ADENDO Nº 03 AO EDITAL DE PREGÃO FMS R.P Nº 17/2014

1 - O Município de Coronel Freitas - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Avenida Santa Catarina, 1022, Centro, Coronel Freitas - SC, através de seu Prefeito Municipal Mauri José Zucco, TORNA PÚBLICO que em virtude da necessidade houve alteração do ITEM 05 do ANEXO D, para o atendimento das necessidades do Município, foram feitas as seguintes alterações no edital:

2 - ALTERAÇÃO DO EDITAL

2.1 - Fica alterado no Edital o ITEM 05 do ANEXO D do processo licitatório Pregão Presencial FMS nº 017/2014, relativo ao Processo de Licitação nº 021/2014 conforme segue a nova redação:

ITEM 05 - LATA NO MINIMO 400 GRAMAS - COMPLEMENTO ALIMENTAR LACTEO EM PO DE EXCELENTE SABOR, COMPLETO EM VITAMINAS E MINERAIS. ENRIQUECIDO NO MINIMO EM 20 NUTRIENTES (VITAMINAS E MINERAIS). NÃO CONTER GLUTEM, DENSIDADES CALORICA MINIMO 140 KCAL/40G, MINIMO 2,6G DE PROTEINAS, MINIMO DE 33G DE CARBOIDRATOS, 0G DE GORDURAS.

Em consequência das alterações efetuadas, ficam alterados a data e o horário para o recebimento das credenciais, propostas e documentação. A nova data de abertura dar-se-á até as 08h30min do dia 15 de Setembro de 2014, na SALA DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, sito à Avenida Santa Catarina, 1022 - Centro - Coronel Freitas - SC

3 - Ficam inalteradas as demais cláusulas do Edital de Pregão Presencial nº 017/2014.

Coronel Freitas-SC, 02 de Setembro de 2014

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Correia Pinto

PREFEITURA

Errata de Edital de Licitação - Processo 56/2014

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO Nº 56/2014
PREFEITURA

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 - Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao edital do Pregão Presencial - Processo n.º 42/2014 PMCP, REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E PERIFÉRICOS, TONNERS E CARTUCHOS PARA IMPRESSORAS, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL, alterando-se a data de abertura do processo, onde se lê: "10/09/2014", passa a ser lido: "15/09/2014", mantendo-se o mesmo horário, às 14:00 horas.

Correia Pinto, 03 de setembro de 2014.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Presidente da Comissão de Licitação

Corupá

PREFEITURA

Decreto Nº. 752/2014

DECRETO Nº. 752/2014
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.304.0081.2010		Vigilância em Saúde - VS	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.66	Aplicações Diretas	1.200,00
		TOTAL	1.200,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.304.0081.2010		Vigilância em Saúde - VS	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.66	Aplicações Diretas	1.200,00
		TOTAL	1.200,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
21 de agosto de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e um dias do mês de agosto de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº. 753/2014

DECRETO Nº. 753/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.304.0081.2010		Vigilância em Saúde - VS	
3.3.90.00.00.00.00	01.00.66	Aplicações Diretas	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00	01.00.66	Aplicações Diretas	15.000,00
		TOTAL	30.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 01.00.66 - Vigilância em Saúde, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) .

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
21 de agosto de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e um dias do mês de agosto de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Dionísio Cerqueira**PREFEITURA****Decreto 5112/2014**

DECRETO Nº 5212/2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, PROMOVE A EFETIVA DESAPROPRIAÇÃO POR VIA AMIGÁVEL OU JUDICIAL, DE IMÓVEL DESTINADO A EDIFICAÇÃO PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, a Constituição Federal, o Decreto-Lei nº. 3.365/41, Arts. 1º; 5º, Letra "m" e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes.

Considerando a necessidade de ampliação dos espaços físicos destinados aos Serviços Públicos em atendimentos aos Cerqueirenses;

Considerando o desenvolvimento da Saúde de todos os Municípios Cerqueirense,

Considerando o relevante interesse público municipal na questão,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação por interesse público municipal, via amigável ou judicial, parte do imóvel constantes deste ato segundo Mapas e Memoriais descritivos integrantes deste ato, de propriedade do Senhor José Inácio da Silva, conforme segue:

Parte do Lote imóvel rural nº 89 (Oitenta e nove) da gleba nº 6 (Seis), do imóvel Tracutinga, Matrícula nº. 7164, do Cartório de Registro de Imóveis do Município de Dionísio Cerqueira/SC, constante do lote rural nº. 89-A, com área de 626m², (Seiscentos e vinte e seis metros quadrados) fazendo divisa ao Norte: com o Lote nº 88 medindo 27,99m ao Sul: com o Lote Rural nº 89 separado deste por uma estrada medindo 38,47m, ao Leste: Com o Lote nº 90 separado deste por uma estrada municipal, medindo 9,14m, e a Oeste com o Lote nº 89, medindo 35,07 m.

Art. 2º O imóvel declarado de utilidade pública através do presente ato será utilizado para a construção de edificações públicas necessárias aos serviços públicos em favor de nossos Municípios.

Art. 3º Fica, neste ato, promovida a desapropriação do respectivo imóvel descritos no presente ato, por via amigável ou judicial, ficando desde já notificadas as partes interessadas.

Art. 4º Fica determinado a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, o encaminhamento de cópia do respectivo ato às partes interessadas, notificando-as quanto aos procedimentos legais a serem adotados pela Administração Municipal.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução do presente ato correrão por conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE JUNHO DE 2014.

ALTAIR CARDOSO RITTES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data 13/06/2014.

GILMAR BRIZOLA DE CAMPOS
Secretario Municipal

Resolução 11

RESOLUÇÃO Nº 11/2014

SUMULA: Dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira - SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 27 de agosto de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal nº 4.296/2013, de 02 de dezembro de 2013, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira - CMAS e

CONSIDERANDO o inciso I, do artigo 31, da Lei Municipal 4.296/2013 que dispõe: São atribuições do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS):

I - elaborar e aprovar seu regimento interno e o conjunto de normas administrativas definidos pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;

RESOLVE:

Art. 1: Aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dionísio Cerqueira, 27 de agosto de 2014.

ZÉLIA MUSA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - DC

Forquilha

PREFEITURA

Edital de Notificação Nº. 22/2014. Contribuição de Melhoria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº. 22/2014.

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O Prefeito do Município de Forquilha, Estado de Santa Catarina, VANDERLEI ALEXANDRE e o Secretário Municipal de Administração e Finanças ADEMIR BRANDIELI PEDRO, no exercício de suas atribuições,

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública localizados na RUA DAS IRMÃS CLARISSAS, localizada no Clarissa, com extensão de 32,46 metros, neste município de Forquilha que, nesta data TORNA PÚBLICO que o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste EDITAL, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e demais obras complementares.

O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Tributos, dirigido ao Secretário Municipal de Administração e Finanças.

O Edital, de forma extensa, contendo a identificação individualizada dos proprietários com a delimitação da área beneficiada, relação dos imóveis nela compreendidos, descrição e finalidade da obra, memorial descritivo do projeto, orçamento do custo da obra, determinação da parcela do custo da obra a ser considerada no cálculo do tributo e demais informações, estão à disposição dos interessados a partir desta data, no setor de Engenharia da Prefeitura, sito na Av. 25 de julho, 3.400, Paço Municipal "26 de abril" ou através do telefone (048) 463-8100.

Forquilha/SC, 02 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Edital de Notificação Nº. 16/2014. Contribuição de Melhoria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº. 16/2014.

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O Prefeito do Município de Forquilha, Estado de Santa Catarina, VANDERLEI ALEXANDRE e o Secretário Municipal de Administração e Finanças ADEMIR BRANDIELI PEDRO, no exercício de suas atribuições,

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 1.947, de 30/12/2013, localizados na RUA ADÉLIA ARNS BACK, em toda sua extensão, localizada no Centro, com extensão de 107,71 metros, neste município de Forquilha que, nesta data TORNA PÚBLICO que o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste EDITAL, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e demais obras complementares.

O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Tributos, dirigido ao Secretário Municipal de Administração e Finanças.

O Edital, de forma extensa, contendo a identificação individualizada dos proprietários com a delimitação da área beneficiada, relação dos imóveis nela compreendidos, descrição e finalidade da obra, memorial descritivo do projeto, orçamento do custo da obra, determinação da parcela do custo da obra a ser considerada no cálculo do tributo e demais informações, estão à disposição dos interessados a partir desta data, no setor de Engenharia da Prefeitura, sito na Av. 25 de julho, 3.400, Paço Municipal "26 de abril" ou através do telefone (048) 463-8100.

Forquilha/SC, 02 de julho de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Edital de Notificação Nº. 18/2014. Contribuição de Melhoria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº. 18/2014.
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O Prefeito do Município de Forquilha, Estado de Santa Catarina, VANDERLEI ALEXANDRE e o Secretário Municipal de Administração e Finanças ADEMIR BRANDIELI PEDRO, no exercício de suas atribuições,

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública localizados na RUA 156, localizada no Centro, com extensão de 93,10 metros, neste município de Forquilha que, nesta data TORNA PÚBLICO que o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste EDITAL, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e demais obras complementares.

O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Tributos, dirigido ao Secretário Municipal de Administração e Finanças.

O Edital, de forma extensa, contendo a identificação individualizada dos proprietários com a delimitação da área beneficiada, relação dos imóveis nela compreendidos, descrição e finalidade da obra, memorial descritivo do projeto, orçamento do custo da obra, determinação da parcela do custo da obra a ser considerada no cálculo do tributo e demais informações, estão à disposição dos interessados a partir desta data, no setor de Engenharia da Prefeitura, sito na Av. 25 de julho, 3.400, Paço Municipal "26 de abril" ou através do telefone (048) 463-8100.

Forquilha/SC, 02 de julho de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Edital de Notificação Nº. 15/2014. Contribuição de Melhoria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº. 15/2014.
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, VANDERLEI ALEXANDRE e o Secretário Municipal de Administração e Finanças ADEMIR BRANDIELI PEDRO, no exercício de suas atribuições,

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 1.947, de 30/12/2013, localizados na RUA CARLOTA ARNS STEINER, em toda sua extensão, localizada no Centro, com extensão de 63,30 metros, neste município de Forquilha que, nesta data TORNA PÚBLICO que o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste EDITAL, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e demais obras complementares.

O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Tributos, dirigido ao Secretário Municipal de Administração e Finanças.

O Edital, de forma extensa, contendo a identificação individualizada dos proprietários com a delimitação da área beneficiada, relação dos imóveis nela compreendidos, descrição e finalidade da obra, memorial descritivo do projeto, orçamento do custo da obra, determinação da parcela do custo da obra a ser considerada no cálculo do tributo e demais informações, estão à disposição dos interessados a partir desta data, no setor de Engenharia da Prefeitura, sito na Av. 25 de julho, 3.400, Paço Municipal "26 de abril" ou através do telefone (048) 463-8100.

Forquilha/SC, 02 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Edital de Notificação Nº. 17/2014. Contribuição de Melhoria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº. 17/2014.

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O Prefeito do Município de Forquilha, Estado de Santa Catarina, VANDERLEI ALEXANDRE e o Secretário Municipal de Administração e Finanças ADEMIR BRANDIELI PEDRO, no exercício de suas atribuições,

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública localizados na RUA DELFINA ARNS STEINER, localizada no Centro, com extensão de 114,50 metros, neste município de Forquilha que, nesta data TORNA PÚBLICO que o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste EDITAL, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e demais obras complementares.

O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Tributos, dirigido ao Secretário Municipal de Administração e Finanças.

O Edital, de forma extensa, contendo a identificação individualizada dos proprietários com a delimitação da área beneficiada, relação dos imóveis nela compreendidos, descrição e finalidade da obra, memorial descritivo do projeto, orçamento do custo da obra, determinação da parcela do custo da obra a ser considerada no cálculo do tributo e demais informações, estão à disposição dos interessados a partir desta data, no setor de Engenharia da Prefeitura, sito na Av. 25 de julho, 3.400, Paço Municipal "26 de abril" ou através do telefone (048) 463-8100.

Forquilha/SC, 02 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Edital de Notificação Nº. 19/2014. Contribuição de Melhoria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº. 19/2014.

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O Prefeito do Município de Forquilha, Estado de Santa Catarina, VANDERLEI ALEXANDRE e o Secretário Municipal de Administração e Finanças ADEMIR BRANDIELI PEDRO, no exercício de suas atribuições,

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública localizados na RUA IRMÃ MARGARIDA MARTINELLO, localizada no Clarissa, com extensão de 108,05 metros, neste município de Forquilha que, nesta data TORNA PÚBLICO que o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste EDITAL, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e demais obras complementares.

O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Tributos, dirigido ao Secretário Municipal de Administração e Finanças.

O Edital, de forma extensa, contendo a identificação individualizada dos proprietários com a delimitação da área beneficiada, relação dos imóveis nela compreendidos, descrição e finalidade da obra, memorial descritivo do projeto, orçamento do custo da obra, determinação da parcela do custo da obra a ser considerada no cálculo do tributo e demais informações, estão à disposição dos interessados a partir desta data, no setor de Engenharia da Prefeitura, sito na Av. 25 de julho, 3.400, Paço Municipal "26 de abril" ou através do telefone (048) 463-8100.

Forquilha/SC, 02 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Extrato de Contrato PMF Nº. 171/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 171/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - GENTE SEGURADORA S.A.

OBJETO - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços, através de empresa especializada, para cobertura de seguros de veículos diversos da Frota Oficial do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 600,00 (seiscentos reais).

VIGÊNCIA - O presente contrato vigorará a partir da data deste contrato e por 01 (um) ano.

DOTAÇÃO - 0501.2016.3390 (82), 0703.2033.3390 (129).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 158/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 07 de agosto de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Ata do Edital de Tomada de Preços Nº. 163/PMF/2014

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 163/PMF/2014

SEGUNDA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 163/PMF/2014, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DO LOTEAMENTO ATLANTA, COM ÁREA TOTAL DE 1.948,64 M², LOCALIZADA NA RUA PEDRO MEZZARI, BAIRRO SANTA CRUZ, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, CONFORME CONTRATO Nº. 796123/2013, PROCESSO 1011816-04/2013 FIRMADO JUNTO AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, REFERENTE À ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS, COMPREENDENDO MATERIAL, MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NORMAIS E ESPECIAIS NECESSÁRIAS.

Às nove horas do dia dois do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 163/PMF/2014. Abertos os trabalhos pelo Sr. Presidente, Ademir Brandielli Pedro, o mesmo informou que não houve recurso quanto à decisão proferida pela comissão quanto à fase de habilitação (envelope nº. 01), ata nº. 01 estando autorizado, assim, o prosseguimento do processo, abertura do envelope nº. 02 (proposta de preços). Desta forma, decide esta Comissão, por unanimidade, dar prosseguimento ao presente processo licitatório, com abertura dos envelopes de nº. 02 - Da Proposta de Preço das licitantes PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA., TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. e MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA., conforme habilitação estabelecida na Ata nº. 01, para as 11:00 horas do dia 04 de setembro de 2014, na Sala de reuniões desta Municipalidade. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). As empresas habilitadas serão comunicadas por FAX ou via e-mail desta decisão. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão.

Forquilha, 02 de setembro de 2014.
ADEMIR BRANDIELLI PEDRO
Presidente da Comissão de Licitação

TAINARA REDIVO
Membro da Comissão

MAGALI DA ROSA
Membro da Comissão

Extrato de Contrato PMF Nº. 181/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 181/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - KREMER TRANSPORTE E COMÉRCIO DE HORTIFRUTI LTDA. ME.
OBJETO - O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de "gêneros alimentícios", através de empresas do ramo pertinente, para atender as necessidades do Corpo de Bombeiro de Santa Catarina por meio do convênio FUNREBOM e Polícia Militar por meio do convenio RADIO PATRULHA firmados junto ao Município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 3.215,00 (três mil duzentos e quinze reais).
VIGÊNCIA - 31/12/2014.
DOTAÇÃO - 0401.2011.3390 (32), 1101.2037.3390 (177).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 161/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 25 de agosto de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 177/PMF/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 177/PMF/2014.
OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para fornecimento e plantio de grama em leiva do tipo "manteiga", para uso nos diversos espaços públicos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.
DATA DE ABERTURA: Dia 16 de setembro de 2014 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, por e-mail processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br ou pelo site www.forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 02 de setembro de 2014.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

Fraiburgo

PREFEITURA

Contrato.608.2014

CONTRATO N.º: 608/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: FRANCIELE DA SILVA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de setembro de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).

Contrato.609.2014

CONTRATO N.º: 609/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: LECILDA GOMES RIBEIRO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de setembro de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.700,00 (um mil setecentos reais).

Contrato.610.2014

CONTRATO N.º: 610/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: NELCI FATIMA RIBEIRO DE DEUS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de setembro de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações

posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais).

Contrato.611.2014

CONTRATO N.º: 611/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: JOCELI APARECIDA DOS SANTOS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de setembro de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.700,00 (um mil setecentos reais).

Contrato.612.2014

CONTRATO N.º: 612/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: FRANCIELI PEDROSO RAUBER

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de setembro de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.700,00 (um mil setecentos reais).

Contrato.613.2014

CONTRATO N.º: 613/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: JOSIANE DOS SANTOS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de setembro de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 783,07 (setecentos e oitenta e três reais e sete centavos).

Contrato.614.2014

CONTRATO N.º: 614/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: MARIA CLEANE DA SILVA ANDRADE

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de setembro de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais).

Contrato.615.2014

CONTRATO N.º: 615/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: ANA CRISTINA HANKE

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de setembro de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PSICÓLOGO - ACT

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.263,00 (um mil duzentos e sessenta e três reais).

Decreto Nº 0230/2014

DECRETO Nº 0230, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2219 de 19 de fevereiro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), nas seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura		
10.01 - Secretaria de Infraestrutura		
06.181.0019.2.045 - Manutenção do Fundo Municipal de Câmaras de Vigilância Eletrônica		
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0200 (303)	R\$	25.000,00
Total	R\$	25.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superavit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2013, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 02 DE SETEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Resultado do Julgamento da Habilitação - Tomada de Preços Nº 0017_2014-PMF Dom

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0017/2014 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de uma quadra coberta com vestiário, 25,80x38,00m totalizando uma com área a ser construída de 980,40 m², a ser edificada sobre o Lote nº 0001 da Quadra nº 266 na Avenida Carlos Maister no bairro das Nações, nesta cidade, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), houve a participação das empresas CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA enquadrada como microempresa; CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME enquadrada como microempresa; A & B LOPES PLANEJAMENTOS EIRELI - ME enquadrada como microempresa e A.R.G INDUSTRIAL LTDA, que restaram HABILITADAS pela Comissão pela apresentação regular da documentação de acordo com o item 4 do Edital, cumprindo de forma plena a todas as exigências de HABILITAÇÃO. Desta forma, transcorrido "in albis" o prazo recursal previsto no art. 109 Inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/93, fica aprazada a data 12/09/2014 às 09h15min para abertura e julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS. Havendo interposição de recursos as empresas serão intimadas posteriormente.

Fraiburgo (SC), 02 de setembro de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

Aviso de Retificação do Pregão Presencial Nº 0112_2014-PMF Rp 0061

Aviso de Retificação do Pregão Presencial nº 0112/2014 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
Pregão Presencial nº 0112A/2014 - PMF

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de larvicida biológico para uso nas ações de combate ao mosquito borrachudo nas localidades do interior do município de Fraiburgo. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Retificação: Foi alterada a descrição do objeto do Edital. Desta forma, como tal alteração afetará a formulação das propostas, reabre-se o prazo inicialmente estabelecido, modificando-se também a data de abertura do presente Certame, passando para o dia: Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 15.09.2014. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 02 de setembro de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1756/2014

PORTARIA N.º 1.756, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria;
E considerando, a decisão exarada no Processo Administrativo n.º 4.338, de 19 de agosto de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar em 30 de setembro de 2014, a servidora ZELINDA DA SILVA RIBEIRO FAGUNDES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 480.048.479-00, nomeada no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, por Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com data de início fixada em 07 de julho de 2014, Benefício nº 1534580082.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de setembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1757/2014

PORTARIA N.º 1.757, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010; e alterações posteriores; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2013, homologado pelo decreto 310/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LEONARDO HIDEKI MORITA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 040.163.569-46, no cargo de provimento efetivo de MÉDICO DE SAÚDE DA FAMÍLIA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 15 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de setembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1758/2014

PORTARIA N.º 1.758, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de MICHELE APARECIDA SANTANA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 090.220.169-78, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de setembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

Portaria N.º 671/2014.

PORTARIA N.º 671, DE 04 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora NILCE DA SILVA ALVES, Coord. da Assistência Farmacêutica, matrícula funcional n.º 5242, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 26/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 26/07/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 672/2014.

PORTARIA N.º 672, DE 04 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora DALVA DE SOUZA GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 0403, referente à 2012/2013, no período de 04/08/2014 à 02/09/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 673/2014.

PORTARIA N.º 673, DE 04 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora CONCEIÇÃO DA SILVEIRA PACHECO PEREIRA, Matrícula Funcional n.º 0052, referente a 2007-2012, no período de 14/08/2014 à 12/09/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 674/2014.

PORTARIA N.º 674, DE 04 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) LUIS CLAUDIO RIBEIRO DA ROSA, Contrato n.º 336/2014, em 30/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 30/07/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 675/2014.

PORTARIA N.º 675, DE 04 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 20 (vinte) dias, concedidos através da Portaria n.º 554/2014 e suspensas através da Portaria n.º 616/2014, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora MARIA IZABEL LOPES, Matrícula Funcional n.º 5149, no período de 28/07/2014 à 17/08/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 28/07/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 676/2014.

PORTARIA N.º 676, DE 04 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 30/07/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora NEREIDA MONTEIRO, Matrícula Funcional n.º 3727, concedidas através da Portaria n.º 604/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 30/07/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 677/2014.

PORTARIA N.º 677, DE 04 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, sem remuneração, nos termos do art. 123, da Lei n.º 1000/2005, a servidora FABIANE MARIA GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 0748, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a partir de 05/08/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 678/2014.

PORTARIA N.º 678, DE 04 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, SONIA DAMASIO DE CARVALHO, CPF n.º 015.037.299-07, das funções comissionadas do cargo de DIRETOR DA ESCOLA, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/08/2014.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/08/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 679/2014.

PORTARIA N.º 679, DE 04 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) LUCINEI TEIXEIRA GONÇALVES, Contrato n.º 035/2014, em 04/08/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 680/2014.

PORTARIA N.º 680, DE 04 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) JACIRA CONCEIÇÃO MARTINS LOPES, Servente, matrícula funcional n.º 3763, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 02/08/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/08/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de agosto de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 681/2014.

PORTARIA N.º 681, DE 04 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 18 (dezoito) dias, concedidos através da Portaria n.º 115/2014 e suspensas através da Portaria n.º 157/2014, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora MARLETE SOUZA SILVA, Matrícula Funcional n.º 3791, no período de 14/07/2014 à 25/07/2014 e de 07/08/2014 a 14/08/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 14/07/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de agosto de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 683/2014.

PORTARIA N.º 683, DE 08 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora LEILA BORGES TEIXEIRA, Professor, matrícula funcional n.º 4180, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 04/08/2014.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 04/08/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de agosto de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 684/2014.

PORTARIA N.º 684, DE 08 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) MASTRANGELO NEY CAMPELO, Contrato n.º 360/2011, em 31/07/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 31/07/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de agosto de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 685/2014.

PORTARIA N.º 685, DE 08 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) EDINEIA MAURINA TOMAZ MARCOS, Contrato n.º 016/2014, em 10/08/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 686/2014.

PORTARIA N.º 686, DE 08 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora ALETUZIA BOTELHO TORQUATO, Matrícula Funcional n.º 5152, referente à 2013/2014, no período de 07/08/2014 à 21/08/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/08/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 687/2014.

PORTARIA N.º 687, DE 08 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ROSEMAR DE SOUZA, Professor, matrícula funcional n.º 0753, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 04/08/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04/08/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 688/2014.

PORTARIA N.º 688, DE 08 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) VIVIANE VICENTE FERNANDES, Contrato n.º 034/2014, em 01/09/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 689/2014.

PORTARIA N.º 689, DE 08 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) GISELE CRISTINE FERNANDES THOMAZ VOSS, Contrato n.º 179/2014, em 07/08/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/08/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 690/2014.

PORTARIA N.º 690, DE 08 DE AGOSTO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) CRISTINA OSVALDA CONSTANTE, Auxiliar de Conservação e Manutenção, matrícula funcional n.º 5611, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 24/07/2014, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 24/07/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de agosto de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 691/2014.

PORTARIA N.º 691, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor GILMAR PACHECO, Matrícula Funcional n.º 0016, referente à 2013/2014, no período de 01/09/2014 à 30/09/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 692/2014.

PORTARIA N.º 692, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) GLAUCE DE CÁSSIA TACQUES FOGAÇA, Professora, matrícula funcional n.º 5485, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 01/08/2014, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/08/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 693/2014.

PORTARIA N.º 693, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) TATIANE NUNES DA SILVA, Contrato n.º 035/2013, em 08/08/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/08/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 694/2014.

PORTARIA N.º 694, DE 12 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor AFONSO MÁRIO PILIACKAS JUNIOR, Matrícula Funcional n.º 4682, referente à 2012/2013, no período de 11/08/2014 à 20/08/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 11/08/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 695/2014.

PORTARIA N.º 695, DE 12 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE READAPTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º READAPTAR, sem prejuízo de remuneração, nos termos dos artigos 38 e 39, § 1º, da Lei n.º 1000/2005, a servidora MARIA DAS DORES SIRINO MARIA COSTA, Servente, matrícula funcional n.º 0039, conforme conclusão de Laudo Médico Pericial, em anexo.

Art. 2º Fica determinado, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a indicação por escrito, da Secretaria Municipal de Educação, de atividade para readaptação da servidora MARIA DAS DORES SIRINO MARIA COSTA, a qual deverá ser anexada a presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 696/2014.

PORTARIA N.º 696, DE 13 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de

Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora CRISTINA SCHREINER PINTO, Matrícula Funcional n.º 5159, referente à 2013/2014, no período de 15/08/2014 à 29/08/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 697/2014.

PORTARIA N.º 697, DE 13 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora ANA MARIA DE SOUZA CARDOSO, Matrícula Funcional n.º 5151, referente à 2013/2014, no período de 15/08/2014 à 13/09/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 698/2014.

PORTARIA N.º 698, DE 13 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora PAULA PEDRON, Matrícula Funcional n.º 3011, referente à 2012/2013, no período de 21/08/2014 à 19/09/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 699/2014.

PORTARIA N.º 699, DE 13 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) SIMONE CRISTIANE DE SOUZA, Professora, matrícula funcional n.º 3678, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 21/08/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 700/2014.

PORTARIA N.º 700, DE 13 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora SANDRA PEREIRA DA COSTA, matrícula funcional n.º 3699, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 06 de agosto de 2014, por motivo de falecimento de seu pai.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/08/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 701/2014.

PORTARIA N.º 701, DE 13 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora JULIA GRACIELA DE MORAES CAMPOS, Matrícula Funcional n.º 5043, referente à 2013/2014, no período de 03/09/2014 à 02/10/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 702/2014.

PORTARIA N.º 702, DE 13 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARIA CELECINA PEREIRA DE OLIVEIRA, Atendente de Saúde, matrícula funcional n.º 0087, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 10/08/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 10/08/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de agosto de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 703/2014.

PORTARIA N.º 703, DE 13 DE AGOSTO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) JANETE COELHO GONÇALVES, Merendeira, matrícula funcional n.º 0785, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 08/07/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/07/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de agosto de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 704/2014.

PORTARIA N.º 704, DE 14 DE AGOSTO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora TATIANE DO NASCIMENTO OLIVEIRA, Professora, matrícula funcional n.º 5370, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de 53 (cinquenta e três) dias, a partir de 10/07/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 10/07/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de agosto de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 705/2014.

PORTARIA N.º 705, DE 14 DE AGOSTO DE 2014.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ALICE VERECHUKI GARCIA RIBEIRO DA SILVA, matrícula n.º 0721, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Saúde, com gratificação de 70% (setenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/08/2014.

§ 1º. Nos termos do § 1º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ALICE VERECHUKI GARCIA RIBEIRO DA SILVA, CPF n.º. 486.320.310-15, fica responsável por operar os sistemas SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, PNSF - Programa Nacional de Suplementação de Ferro e PBF - Programa Bolsa Família - Vigilância Alimentar e Nutricional da Secretaria Municipal de Saúde de Garopaba.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/08/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de agosto de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 706/2014.

PORTARIA N.º 706, DE 14 DE AGOSTO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES A FAZEREM JUS AO ADICIONAL POR PLANTÃO DIFERENCIADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1.623/2012 e demais legislação vigente, os Servidores do Plantão Diferenciado do cargo de Enfermeiro e Técnico em Enfermagem da Secretaria de Saúde no período de agosto de 2014:

MATRICULA	NOME
3571	Ana Cristina da Silva Prudêncio
3764	Ana Maria de Souza Roecker

3552	Bruna da Silva
5255	Carini Martins
5679	Carlos Eduardo de Abreu
3648	Celiane Gonçalves Carlsen
5694	Elis Margreth Elizeu Hilário
5293	Fabíula Rodrigues Garcia
5538	Luciane dos Santos
5664	Luzia Carlos de Oliveira
3759	Maria Aparecida dos Santos
5294	Maria Raimunda Miranda
0794	Mariana da Silva
5271	Raquel Xavier
3643	Rozilda de Amorim
5522	Rozimar Pacheco Martins
3595	Sueli Teresinha dos Santos
5692	Valmes Adriana Estevão dos Santos
5287	Vanessa Márcia Tabaczinski

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/08/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 707/2014.

PORTARIA N.º 707, DE 18 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora ZÉLIA LIMA CHAVES, Matrícula Funcional n.º 3596, referente à 2013/2014, no período de 01/09/2014 à 30/09/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 709/2014.

PORTARIA N.º 709, DE 18 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor VALDEMIR CARDOSO MARQUES, Matrícula Funcional n.º 4283, referente à 2012/2013, no período de 01/09/2014 à 30/09/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 708/2014.

PORTARIA N.º 708, DE 18 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE DESTITUIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 1.533/2011 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. DESTITUIR, nos termos do art. 36, Capítulo XV, da Lei Municipal n.º 1.533/2011, MARIA DE FÁTIMA VEDDY, CPF n.º 240.891.680-15, das funções de Conselheiro Tutelar em 31/07/2014.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 36, inciso I, da Lei n.º 1533/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 710/2014

PORTARIA N.º 710, DE 18 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, TATIANE NUNES DA SILVA, CPF n.º 699.107.400-44, para exercer o cargo comissionado de COORDENADOR DO CAPS, da Secretária de Saúde, a partir de 11 de agosto de 2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 11/08/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 714/2014.

PORTARIA N.º 714, DE 19 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, JOÃO BATISTA DA SILVA, CPF n.º 868.731.059-53, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DA DIVISÃO DE IGP E JUNTA MILITAR, da Secretária de Administração, a partir de 19 de agosto de 2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 732/2014.

PORTARIA N.º 732, DE 21 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora ANDREIA KRAVETZ, Matrícula Funcional n.º 0036, referente à 2012/2013, no período de 20/08/2014 à 18/09/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 20/08/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 733/2014.

PORTARIA N.º 733, DE 21 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JOÃO MANOEL DO NASCIMENTO, Matrícula Funcional n.º 3718, referente à 2012/2013, no período de 01/09/2014 à 30/09/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 734/2014.

PORTARIA N.º 734, DE 21 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) ANDREA MARIA DO NASCIMENTO, Contrato n.º 182/2014, em 15/08/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 15/08/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 735/2014.

PORTARIA N.º 735, DE 21 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo da remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, ao servidor MAURÍLIO MACHADO, Matrícula Funcional n.º 0089, referente a 2002-2007, no período de 13/08/2014 à 11/09/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 13/08/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 736/2014.

PORTARIA N.º 736, DE 21 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) MARILISA MENEZES, Contrato n.º 367/2014, em 18/08/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 18/08/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 737/2014.

PORTARIA N.º 737, DE 21 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) KARYNI CARDOSO TEIXEIRA, Psicóloga CRAS, matrícula funcional n.º 5217, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 28/07/2014, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 28/07/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 738/2014.

PORTARIA N.º 738, DE 21 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ROSEMAR DE SOUZA, Professora, matrícula funcional n.º 0753, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 07/08/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/08/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 746/2014.

PORTARIA N.º 746, DE 22 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora MARIA FRANCISCA DA LUZ RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 0175, referente a 2011/2012, no período de 01/09/2014 à

30/09/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 747/2014.

PORTARIA N.º 747, DE 22 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 15 (quinze) dias, concedidas através da Portaria n.º 475/2014, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor CHARLES BARBOSA SALAZAR, Matrícula Funcional n.º 5084, no período de 19/08/2014 à 02/09/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 19/08/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 748/2014.

PORTARIA N.º 748, DE 22 AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERRUPTER FÉRIAS, em 31/07/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora MÁRIA GONÇALVES CARNEIRO FONTOURA DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 4893, concedidas através da Portaria n.º 558/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 31/07/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 749/2014.

PORTARIA N.º 749, DE 22 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERRUPTER FÉRIAS, em 21/08/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor OSNALLDO AIRTON LEITE DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional n.º 4977, concedidas através da Portaria n.º 642/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 21/08/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 750/2014.

PORTARIA N.º 750, DE 22 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERRUPTER FÉRIAS, em 20/08/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora VIVIAN SCHRÖTER, Matrícula Funcional n.º 0428, concedidas através da Portaria n.º 610/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 20/08/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 753/2014.

PORTARIA N.º 753, DE 25 DE AGOSTO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora CRISTINA OSVALDA CONSTANTE, Auxiliar de Conservação e Manutenção, matrícula funcional n.º 5611, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de 133 (cento e trinta e três) dias, a partir de 21/08/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 21/08/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de agosto de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 754/2014.

PORTARIA N.º 754, DE 25 DE AGOSTO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LISIELE DE ARAÚJO PIRES, Agente Administrativo, matrícula funcional n.º 4054, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 22/08/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 22/08/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de agosto de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 755/2014.

PORTARIA N.º 755, DE 25 DE AGOSTO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora KARYNI CARDOSO TEIXEIRA, Psicóloga, matrícula funcional n.º 5217, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de 38 (trinta e oito) dias, a partir de 22/08/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 22/08/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de agosto de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 761/2014.

PORTARIA N.º 761, DE 26 DE AGOSTO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor LUIZ PAULO KNISS JUNIOR, Matrícula Funcional n.º 5055, referente à 2013/2014, no período de 27/08/2014 à 25/09/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de agosto de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 765/2014.

PORTARIA N.º 765, DE 27 DE AGOSTO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MARIA CELECINA PEREIRA OLIVEIRA, Atendente de Saúde, matrícula funcional n.º 0087, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 10/08/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 10/08/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 769/2014.

PORTARIA N.º 769, DE 29 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) JACIRA CONCEIÇÃO MARTINS LOPES, Servente, matrícula funcional n.º 3763, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 04/08/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04/08/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 770/2014.

PORTARIA N.º 770, DE 29 DE AGOSTO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) SIMONE CRISTIANE DE SOUZA, Professora, matrícula

funcional n.º 3678, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 18/08/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 18/08/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de agosto de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Ata de Registro de Preço Nº 061.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 61/2014
PMG E FMDS

Ata nº. 61/2014; Processo nº.139/2014; Contratante: MUNICÍPIO DE GAROPABA. Contratada: POSTO PETROPABA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.193.413/0001-44; Objeto: Registro de Preço pretendendo a aquisição parcelada de Combustível de acordo com as necessidades da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. Valor:R\$ 1.340.613,00; Data da Assinatura: 15 de agosto de 2014.

Ata de Registro de Preço Nº 062.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 62/2014
PMG

Ata nº. 62/2014; Processo nº. 136/2014; Contratante: MUNICÍPIO DE GAROPABA. Contratada: LOTINU UNIFORMES PROFISSIONAIS EIRELI; Objeto: Registro de Preço pretendendo a aquisição de camisetas para atender a projetos e campanhas do centro de referência especializado de Assistência Social. Valor: R\$ 8.659,00 Data da Assinatura: 25 de agosto de 2014.

Ata de Registro de Preço Nº 063-A/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 63-A/2014
PMG

Ata nº. 63-A/2014; Processo nº. 122/2014; Contratante: MUNICÍPIO DE GAROPABA. Contratada: SUPER LÍDER ALIMENTOS LTDA; Objeto: Registro de Preço pretendendo a aquisição de gêneros alimentícios para utilização na merenda das escolas e creches da rede municipal de ensino de Garopaba município de Garopaba. Valor: R\$ R\$ 66.085,00; Data da Assinatura: 25 de agosto de 2014.

Ata de Registro de Preço Nº 063-B/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 63-B/2014
PMG

Ata nº. 63-A/2014; Processo nº. 122/2014; Contratante: MUNICÍPIO DE GAROPABA. Contratada: GUERREIRO GONÇALVES ME; Objeto: Registro de Preço pretendendo a aquisição de gêneros alimentícios para utilização na merenda das escolas e creches da rede municipal de ensino de Garopaba município de Garopaba. Valor: R\$ R\$ 19.724,00; Data da Assinatura: 25 de agosto de 2014.

Ata de Registro de Preço Nº 064-A/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 64-A/2014
FMS

Ata nº. 64-A/2014; Processo nº. 97/2014; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: SCHEID E CASTRO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA; Objeto: Registro de Preço pretendendo a aquisição de leites especiais para pacientes cadastrados no sistema Único de Saúde da Secretária Municipal de Saúde de Garopaba. Valor: R\$ R\$ 7.464,00; Data da Assinatura: 27 de agosto de 2014.

Ata de Registro de Preço Nº 064-B/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 64-B/2014
FMS

Ata nº. 64-B/2014; Processo nº. 97/2014; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; Objeto: Registro de Preço pretendendo a aquisição de leites especiais para pacientes cadastrados no sistema Único de Saúde da Secretária Municipal de Saúde de Garopaba. Valor: R\$ 12.063,12; Data da Assinatura: 27 de agosto de 2014.

Ata de Registro de Preço Nº 064-C/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 64-C/2014
FMS

Ata nº. 64-C/2014; Processo nº. 97/2014; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA; Objeto: Registro de Preço pretendendo a aquisição de leites especiais para pacientes cadastrados no sistema Único de Saúde da Secretária Municipal de Saúde de Garopaba. Valor: R\$ 2.702,40; Data da Assinatura: 27 de agosto de 2014.

Ata de Registro de Preço Nº 064-D/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 64-D/2014
FMS

Ata nº. 64-D/2014; Processo nº. 97/2014; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; Objeto: Registro de Preço pretendendo a aquisição de leites especiais para pacientes cadastrados no sistema Único de Saúde da Secretária Municipal de Saúde de Garopaba. Valor: R\$ 858,72; Data da Assinatura: 27 de agosto de 2014.

Extrato Contrato Nº 51/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 51/2014. Processo nº 131/2014; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GAROPABA. CONTRATADO: BRASIL ASSESSORIA CONTABIL GOVERNAMENTAL LTDA ME; CNPJ: 10.653.587/0001-91; Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NAS ÁREAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E CONTROLE INTERNO, COM ÊNFASE EM INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO (PLANO PLURIANUAL, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL), REGISTROS CONTÁBEIS, OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, APURAÇÃO DE LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS, RELATÓRIOS E INFORMAÇÕES AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ALÉM DE OUTRAS ATIVIDADES LIGADAS A ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL. Valor: total de R\$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais). Data da Assinatura: 01/08/2014.

Extrato Contrato Nº 52.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 52/2014. Processo nº 128/2014; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. CONTRATADO: RODRIGUEZ TURISMOS LTDA ME; CNPJ: 01.164.074/0001-26; Objeto: O presente contrato tem como objeto a execução de serviço de transporte intermunicipal, para atender estudantes do município de Garopaba, conforme especificações do Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 017/2014. Valor: R\$ 86.736,00 (oitenta e seis mil setecentos e trinta e seis reais). Data da Assinatura: 05/08/2014.

Extrato Contrato Nº 53.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 53/2014. Processo nº 127/2014; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. CONTRATADO: DICAVE GARTNER DIST CAT; CNPJ: 83.740.456/0001-15; Objeto: O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento de ônibus rodoviário (Chassi, modelo B270F 4X2, marca Volvo) para uso da Secretaria Municipal de Educação de Garopaba. Valor: 141.405,00(CENTO E QUARENTA E HUM, MIL QUATROCENTOS E CINCO REAIS). Data da Assinatura: 13 de agosto de 2014.

Extrato Contrato Nº 54.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 54/2014. Processo nº 127/2014; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. CONTRATADO MASCARELLO CARROCERIAS E ÔNIBUS LTDA; CNPJ: 05.440.065/0001-71; Objeto: O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento de ônibus rodoviário (Carroceria Mascarello, modelo Roma 310) para uso da Secretaria Municipal de Educação de Garopaba, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 061/2014. Valor: R\$ 169.500,00(CENTO E SESENTA E NOVE MIL E QUINHETOS REAIS). Data da Assinatura: 13 de agosto de 2014.

Extrato Contrato Nº 55.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 55/2014. Processo nº 140/2014; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. CONTRATADO: SILVEIRA MARTINS CONSTRUÇÕES LTDA - EPP; CNPJ: 13.565.760/0001-98; Objeto: O presente contrato tem como objeto a execução de serviços de carpintaria naval, a ser prestado para a Secretaria de Agricultura e Pesca do Município de Garopaba, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 067/2014. Valor: R\$ 44.100,00 (Quarenta e Quatro mil e Cem reais). Data da Assinatura: 19 de agosto de 2014.

Aviso de Licitação Pr015/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2014

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, objetivando a contratação de empresa especializada com a finalidade da prestação de serviços de assessoria em relação ao mercado financeiro, capacitada a realizar diagnóstico da carteira de investimentos, assessorar na elaboração e aplicação da política de investimento, realizar treinamento e capacitação aos gestores e conselheiros nos assuntos relacionados ao mercado financeiro, automação no preenchimento da APR (documento exigido pelo Ministério da Previdência) disponibilizando o referido documento em ambiente WEB privativo ao Instituto, execução de atividades de controladoria, executar avaliação de risco dos ativos, análise da rentabilidade mensal das

aplicações financeiras, elaborar cenários macroeconômicos, análise e parecer documentado de novos produtos financeiros, bem como, o assessoramento nas questões relacionadas ao enquadramento das aplicações em conformidades com as normas e princípios da Resolução do CMN 3.922/2010, na Portaria MPS 519 de 24 de agosto de 2011, alterada pela Portaria MPS 170 de 25 de abril de 2012 e pela Portaria MPS 440 de 09 de outubro de 2013 e suas alterações durante a vigência da contratação. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 16/09/2014.

A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 16/09/2014, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 02 de setembro de 2014.
Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Garuva

PREFEITURA

Decreto Nº 142/2014

DECRETO Nº 142 DE 25 DE AGOSTO DE 2014

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e especialmente a Lei nº 1766/2013, de 18/12/2013.

DECRETA:

Art. 1º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 163.200,00 (cento e sessenta e três mil e duzentos reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

02.002.04.131.1001.2003 Man. e invest.do Depto. de Comunicação	3390	01.00.00	R\$	500,00
04.001.08.243.1008.2014 Man. do Conselho Tutelar	3390	01.00.00	R\$	2.300,00
04.003.04.122.1004.2008 Man. do Depto. de Recursos Humanos	3390	01.00.00	R\$	2.100,00
05.001.27.812.1031.2019 Man. do Setor de Esportes	3190	03.00.00	R\$	24.000,00
05.004.23.695.1035.2023 Man. do Setor de Turismo	3190	01.00.00	R\$	5.200,00
07.001.12.361.1028.2028 Desenv. e manut. do ensino fundamental	3390	01.18.00	R\$	62.000,00
07.001.12.361.1028.2028 Desenv. e manut. do ensino fundamental	3390	01.19.00	R\$	32.000,00
07.001.12.365.1030.2031 Desenv. e manut da educação infantil	3390	01.18.00	R\$	26.000,00
07.001.12.365.1030.2031 Desenv. e manut da educação infantil	3390	01.19.00	R\$	3.500,00
12.001.18.541.1042.2081 Man. do Setor de Meio Ambiente	3390	01.00.00	R\$	5.600,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.002.04.131.1001.2003 Man. e invest.do Depto. de Comunicação	4490	01.00.00	R\$	500,00
04.001.08.243.1008.2014 Man. do Conselho Tutelar	4490	01.00.00	R\$	2.300,00
04.003.04.122.1004.2008 Man. do Depto. de Recursos Humanos	4490	01.00.00	R\$	2.100,00
05.001.27.812.1031.2019 Man. do Setor de Esportes	3390	03.00.00	R\$	24.000,00
05.004.23.695.1035.2023 Man. do Setor de Turismo	3390	01.00.00	R\$	5.200,00

07.001.12.361.1028.2028 Desenv. e manut. do ensino fundamental	3190	01.19.00	R\$	94.000,00
07.001.12.365.1030.2031 Desenv. e manut da educação infantil	3190	01.19.00	R\$	29.500,00
12.001.18.541.1042.2081 Man. do Setor de Meio Ambiente	3190	01.00.00	R\$	5.600,00

Art. 3º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

15.001.08.244.1023.2051 Man. do progr.de promoção e prev.des.social	3390	01.00.00	R\$	7.500,00
15.001.08.243.1026.2054 Man. dos atendimentos no abrigo	3390	01.00.00	R\$	3.500,00

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3º. serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

15.001.08.244.1023.2051 Man. do progr.de promoção e prev.des.social	3190	01.00.00	R\$	7.500,00
15.001.08.243.1026.2054 Man. dos atendimentos no abrigo	3190	01.00.00	R\$	3.500,00

Art. 5º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 48.100,00 (quarenta e oito mil e cem reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

14.001.10.301.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família	3390	01.02.00	R\$	35.300,00
14.001.10.302.1021.2050 Man. do Pronto Atendimento 24 horas	3390	01.02.00	R\$	11.000,00
14.001.10.301.1011.2083 Man. do Fundo Municipal de Saúde	3390	01.02.00	R\$	1.800,00

Art. 6º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 5º. serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

14.001.10.301.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família	3190	01.02.00	R\$	35.300,00
14.001.10.302.1021.2050 Man. do Pronto Atendimento 24 horas	3190	01.02.00	R\$	11.000,00
14.001.10.301.1011.2083 Man. do Fundo Municipal de Saúde	3190	01.02.00	R\$	1.800,00

Art. 7º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

José Chaves
Prefeito Municipal

Portaria Nº 417/2014

PORTARIA Nº. 417, de 1º de setembro de 2014
"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, a Comunicação Interna nº 204/2014 da Secretaria Municipal de Educação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98 E 45/09 DE 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1º. - Alterar a carga horária mensal de 40 horas semanais para 30 horas semanais da servidora MARINILDA DA SILVA MARIAN, referente ao Contrato de Trabalho nº 012/2014 de 03/02/2014, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a contar de 1º de setembro de agosto de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 416/2014

PORTARIA Nº. 416, de 1º de setembro de 2014
"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, a Comunicação Interna nº 203/2014 da Secretaria Municipal de Educação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98 E 45/09 DE 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1º. - Alterar a carga horária mensal de 40 horas semanais para 30 horas semanais da servidora JULIANA NAGEL, referente ao Contrato de Trabalho nº 030/2014 de 03/02/2014, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a contar de 1º de setembro de agosto de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 414/2014

PORTARIA Nº. 414, de 26 de agosto de 2014.
"DISPÕE SOBRE A READAPTAÇÃO DA SERVIDORA MARIA INES CARDOSO DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CONSIDERANDO processo nº 2055/2014;
CONSIDERANDO parecer da junta médica do município;
CONSIDERANDO Ofício nº 209/2014/SME;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS Nº 001/98,

RESOLVE:

ART. 1º. - Remanejar provisoriamente a servidora pública municipal MARIA INES CARDOSO DOS SANTOS, da função de Professora, para exercer em caráter provisório, funções de administrativas na Escola Municipal Vicente Vieira, a qual a servidora é lotada, auxiliando o serviço de Orientação Escolar, com carga horária de 40 horas semanais, e com vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Junta Médica Oficial de Readaptação.

ART. 2º. - Comunique-se a Junta Médica oficial de Readaptação para reavaliar o servidor após 12 (doze) meses da data da publicação desta portaria.

ART. 3º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Aviso de Credenciamento Fma Nº 003/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMA nº003/2014 - Credenciamento

Objeto: Contratação de Clínicas Veterinárias para prestação de serviços, para atender as necessidades do programa permanente de controle reprodutivo de cães e gatos, conforme Lei 1774/14 de 25 de fevereiro de 2014, conforme tabela e memorial descritivo em anexo.

Inscrições para o Credenciamento a partir do dia 03/09/2014.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site: www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 28 de agosto de 2014.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Retificação do Extrato da Inexigibilidade Nº 125/2014, do Fundo Municipal de Saúde de Gaspar

Retificação do Extrato da Inexigibilidade nº 125/2014, do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR, publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM em 01/07/2014, na Edição nº 1517, página 105. Onde se lê: Base legal: artigo 24, inciso XX da Lei 8.666/93, leia-se: Base legal: artigo 25 da Lei 8.666/93.

Aviso de Pregão Presencial Nº 193/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso de Pregão Presencial Nº 193/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO, DE FORMA CONTÍNUA, DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL DESARMADA, DIURNA E NOTURNA. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h do dia 16/09/2014. ABERTURA: 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro, ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 02 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Aditivo Sétimo do Contrato Nº FMS-007/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO SÉTIMO DO CONTRATO Nº FMS-007/2009

Vigência: 01/09/2014. Vencimento: 01/11/2014. Dispensa nº.: 014/2009. Órgão contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Objeto: Locação de imóvel (terreno urbano) para estacionamento de veículos oficiais da Secretaria Municipal de Saúde e seus respectivos usuários. Contratado: JOHN EDNEY DOS SANTOS. (895.327.839-20). Valor: R\$ 1.268,94 (um mil, duzentos e sessenta e oito reais e noventa e quatro centavos).

Gaspar/SC, 1 de Setembro de 2014.

Márcia Adriana Cansian

Gestora do FMS

Extrato do Aditivo Sétimo do Contrato Nº FMS-002/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO SÉTIMO DO CONTRATO Nº FMS-002/2009

Vigência: 01/09/2014. Vencimento: 01/11/2014. Dispensa nº.: 008/2009. Órgão contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Objeto: locação de imóvel para instalação de Programa da Secretaria de Saúde - Saúde da Mulher.. Contratado: ALDO ZIMMERMANN. (606.936.309-49). Valor: R\$ 5.146,32 (cinco mil, cento e quarenta e seis reais e trinta e dois centavos).

Gaspar/SC, 1 de Setembro de 2014.

Márcia Adriana Cansian

Gestora do FMS

Extrato do Aditivo Oitavo do Contrato Nº FMS-005/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO OITAVO DO CONTRATO Nº FMS-005/2009

Vigência: 01/09/2014. Vencimento: 01/11/2014. Dispensa nº.: 011/2009. Órgão contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Objeto: Locação de imóvel para instalação da Farmácia Básica Municipal.. Contratado: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GASPAR. (84.046.085/0001-39). Valor: R\$ 2.978,24 (dois mil, novecentos e setenta e oito reais e vinte e quatro centavos).

Gaspar/SC, 1 de Setembro de 2014.

Márcia Adriana Cansian

Gestora do FMS

Grão Pará

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ

1º Termo Aditivo ao Contrato N 18-2014 (Altermed) PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 18/2014, DATADO DE 17 DE MARÇO DE 2014, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ, DA PREFEITURA MUNICIPAL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de 2014, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, empresa estabelecida na Estrada Boa Esperança, 2320, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul/ SC, CEP 89.160-000, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 00.802.002/0001-02, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Senhor pelo Senhor PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA RUSZCZAK, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 18/2014, no que diz respeito a necessidade de reequilíbrio econômico financeiro/realinhamento de preço de itens, para constar as seguintes alterações:

CONSIDERANDO:

- a) que foi requerido pela Contratada, conforme solicitação em anexo, o reajuste no valor de R\$ 0,06667 por comprimido;
- b) que a o devido aditivo objetiva a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato;
- c) que o Parecer Jurídico de que não há óbice à revisão do item 5 solicitada pelo Contratado.

RESOLVE, a Contratante, conceder o reajuste do item 5- ÁCIDO FÓLICO 5 MG - Marca TEUTO para R\$ 0,06667 conforme Cláusulas e condições a seguir

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar o valor do item:

item 5- ÁCIDO FÓLICO 5 MG - Marca TEUTO = R\$ 0,0154 passando para R\$ 0,06667.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 28 de agosto de 2014.

AMILTON ASCARI PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA RUSZCZAK
Prefeito Municipal Procurador da Contratada

TESTEMUNHAS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 18-2014 (ALTERMED)

SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 18/2014, DATADO DE 17 DE MARÇO DE 2014, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ, DA PREFEITURA MUNICIPAL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

Ao primeiro dia do mês de setembro de 2014, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, empresa estabelecida na Estrada Boa Esperança, 2320, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul/ SC, CEP 89.160-000, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 00.802.002/0001-02, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Senhor pelo Senhor PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA RUSZCZAK, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 18/2014, considerando a necessidade de alteração quantitativa, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar as quantidades dos itens abaixo especificados:

Item - 85 CLORIDRATO DE SERTRALINA 50 MG - marca Torrent - 20.000 comprimidos passa para 25.000 comprimidos.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 1 de setembro de 2014.

AMILTON ASCARI PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA RUSZCZAK
Prefeito Municipal Procurador da Contratada

TESTEMUNHAS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 19-2014 (CENTERMED)

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 19/2014, DATADO DE 17 DE MARÇO DE 2014, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ, DA PREFEITURA MUNICIPAL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de 2014, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, empresa estabelecida na Rua Adão Welker, 90, Sala 2, Centro, Cidade de Barão de Cotegipe/ RS, inscrita no CNPJ/ MF

sob n. 03.652.030/0001-70, CEP 99740-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Senhor pelo Senhor DOUGLAS MARTIN, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 19/2014, no que diz respeito a necessidade de reequilíbrio econômico financeiro/realinhamento de preço de itens, para constar as seguintes alterações:

CONSIDERANDO:

- a) que foi requerido pela Contratada, conforme solicitação em anexo, o reajuste no valor de R\$ 0,05 por comprimido;
- b) que a o devido aditivo objetiva a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato;
- c) que o Parecer Jurídico de que não há óbice à revisão do item 200 solicitada pelo Contratado.

RESOLVE, a Contratante, conceder o reajuste do item 200- PARACETAMOL 500MG - Marca PRADI para R\$ 0,05 conforme Cláusulas e condições a seguir

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar o valor do item:

ITEM 200 - PARACETAMOL 500MG - Marca PRADI = R\$ 0,038 passando para R\$ 0,05.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 28 de agosto de 2014.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

DOUGLAS MARTIN
Procurador da Contratada

TESTEMUNHAS

Guaramirim

PREFEITURA**Portaria Nº. 353/2014**

PORTARIA Nº 353/2014

RETORNA DE LICENÇA Michelle Bettoni Hambus.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença Michelle Bettoni Hambus, na função de Assistente Social, vinculada a Secretaria de Saúde, a partir de 13 de agosto de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de agosto de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº. 354/2014

PORTARIA Nº 354/2014

RETORNA DE LICENÇA Karlla Speiker.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença Karlla Speiker, na função de Odontólogo, 20 horas semanais, vinculada a Secretaria de Saúde, a partir de 16 de julho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de agosto de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº. 355/2014

PORTARIA Nº 355/2014

RETORNA DE LICENÇA Zilma de Souza Silva Nascimento.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença Zilma de Souza Silva Nascimento, na função de Agente Comunitário de Saúde, vinculada a Secretaria de Saúde, a partir de 13 de junho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de agosto de 2014.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº. 356/2014

PORTARIA Nº 356/2014

RETORNA DE LICENÇA Carla Simone Borgmann.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença Carla Simone Borgmann, na função de Técnica de Enfermagem, vinculada a Secretaria de Saúde, a partir de 07 de junho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de agosto de 2014.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Contrato Nº07/2014 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 07/2014

Processo de Licitação: 014/2014 - FMS
Modalidade: Pregão Presencial
Objeto: Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de esterilização (autoclaves e seladoras).
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Contratada: ODONTO BLU COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 79.291.878/0001-83, com sede na Rua São Paulo, nº2.871, sala 003, município de Blumenau, SC.
Valor: R\$ 23.748,00 (vinte e três mil setecentos e quarenta e oito reais), valor unitário mensal R\$1.979,00 (hum mil novecentos e setenta e nove reais).
Data da Assinatura: 01/09/2014 Vigência: 01/09/2014 até 31/08/2015.

GUARAMIRIM (SC), 02/09/2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Contrato Nº08/2014 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 08/2014

Processo de Licitação: 027/2014 - FMS
Modalidade: Pregão Presencial
Objeto: Aquisição de balcão sob medida para os postos Rio Branco e Avaí.
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Contratada: ESCOBRINQ LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 08.395.310/0001-64, com sede na Rua Edmundo Koch, nº1527, em Jaraguá do Sul, SC.
Valor: R\$ 16.840,00 (dezesesseis mil oitocentos e quarenta reais), valor unitário R\$8.420,00 (oito mil quatrocentos e vinte reais).
Data da Assinatura: 01/09/2014 Vigência: 01/09/2014 até 31/12/2014.

GUARAMIRIM (SC), 02/09/2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Contrato Nº09/2014 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 09/2014

Processo de Licitação: 02/2014 - FMS
Modalidade: Credenciamento
Objeto: Prestação de Exames Especializados.
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Contratada: INSTITUTO ESPAÇO CLIN DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.747.668/0001-50, com sede na Rua Herculano Corrêa, nº101, Centro, município de Itajaí, SC.
Data da Assinatura: 01/09/2014 Vigência: 01/09/2014 até 31/12/2014.

GUARAMIRIM (SC), 02/09/2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Ata de Rp Nº67/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 67/2014- FMS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 28/2014
Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DOS BAIROS RIO BRANCO E AVAÍ.
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º28/2014 - FMS
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n. º2.042, Município de Guaramirim (SC).
Fornecedor: MMOBILE EIRELLE - EPP, com sede na Rua Eduardo Neidert, nº1803, em Rio Negrinho, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 15.764.033/0001-85.
Valor: R\$ 4.354,00 (quatro mil trezentos e cinquenta e quatro reais)
Vigência: Início: 01/09/2014 Término: 31/08/2015.
Guaramirim-SC, 02 de setembro de 2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Ata de Rp Nº68/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 68/2014- FMS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 28/2014
Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DOS BAIROS RIO BRANCO E AVAÍ.
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º28/2014 - FMS
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n. º2.042, Município de Guaramirim (SC).
Fornecedor: MM SÃO JOSÉ LTDA - ME, com sede na Rua Francisco José Felisberto, nº210, em Araranguá, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 12.667.949/0001-76.
Valor: R\$ 7.480,00 (sete mil quatrocentos e oitenta reais)
Vigência: Início: 01/09/2014 Término: 31/08/2015.
Guaramirim-SC, 02 de setembro de 2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Ata de Rp Nº69/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 69/2014- FMS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 28/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DOS BAIROS RIO BRANCO E AVAÍ.
 Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º28/2014 - FMS
 Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n. º2.042, Município de Guaramirim (SC).
 Fornecedor: NORMÉLIA LOTTERMANN - EPP, com sede na Rua Planalto, nº2100, em Três de Maio, RS, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 20.132.150/0001-66.
 Valor: R\$ 4.130,00 (quatro mil cento e trinta reais)
 Vigência: Início: 01/09/2014 Término: 31/08/2015.

Guaramirim-SC, 02 de setembro de 2014.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Ata de Rp Nº70/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 69/2014- FMS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 28/2014
Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DOS BAIROS RIO BRANCO E AVAÍ.
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º28/2014 - FMS
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n. º2.042, Município de Guaramirim (SC).
Fornecedor: SUPRIMÓVEIS EIRELI - EPP, com sede na Rua Coronel Buchelle, nº646, sala 04, em Tijucas, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 04.563.256/0001-68.
Valor: R\$ 14.523,20 (quatorze mil quinhentos e vinte e três reais e vinte centavos)
Vigência: Início: 01/09/2014 Término: 31/08/2015.
Guaramirim-SC, 02 de setembro de 2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Ata de Rp Nº71/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 69/2014- FMS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 28/2014
Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DOS BAIROS RIO BRANCO E AVAÍ.
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º28/2014 - FMS
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n. º2.042, Município de Guaramirim (SC).
Fornecedor: TODT MÓVEIS LTDA EPP, com sede na Rua Edmundo Koch, nº1527, em Jaraguá do Sul, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 10.535.116/0001-89.
Valor: R\$ 5.472,00 (cinco mil quatrocentos e setenta e dois reais)
Vigência: Início: 01/09/2014 Término: 31/08/2015.
Guaramirim-SC, 02 de setembro de 2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Publicação do Contrato Nº 050/2014 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO 050/2014 - PMG

Inexigibilidade de Licitação: 098/2014 - PMG
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DO PROFESSOR DR. CELSO VASCONCELLOS PARA MINISTRAR A PALESTRA "DESAFIOS DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO" NA 1ª PARADA PEDAGÓGICA DE 2015.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

CONTRATADO: LIBERTAD EDITORA DO CENTRO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA LTDA. EPP, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.117.082/0001-11, com sede na Rua Santa Cruz, nº 1.868, bairro Vila Gumercindo, São Paulo, SP.

Valor do Contrato: R\$7.300,00 (sete mil e trezentos reais).

Data da Assinatura: 25/08/2014
Vigência: 25/08/2014 a 02/02/2015

GUARAMIRIM (SC), 02/09/2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº. 357/2014

PORTARIA Nº 357/2014
EXONERA Kesley de Moraes Silva.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Kesley de Moraes Silva, da função de Diretor do PROCON, vinculado a Procuradoria-Geral do Município, a partir de 01 de setembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 02 de setembro de 2014.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Ata de Rp Nº82/2014 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 76/2014- PMG

PREGÃO PRESENCIAL N.º 82/2014

Objeto: LOCAÇÃO DE CONJUNTO DE BRITAGEM MÓVEL.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº76/2014 - PMG

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Município de Guaramirim (SC).

Fornecedor: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, com sede na Rua Anelio Nicocelli, nº1720, em Guaramirim, SC.

Vencedor do item: 01.

Valor: R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais).

Vigência: Início: 02/09/2014 Término: 01/09/2015.

Guaramirim-SC, 02 de setembro de 2014.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Suspensão - 56/2014 - PMG

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE SUSPENSÃO LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 56/2014 - PMG

Tipo: Menor preço Global.

O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Pregão Presencial nº. 56/2014 que trata da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA HUMANA E ELETRÔNICA PARA AS UNIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM, teve data de entrega e abertura de envelopes suspensa.

MOTIVO: análise de impugnação.

Informa, outrossim, que será realizada nova publicação do presente Aviso, a partir da qual iniciarão os trâmites relativos ao referido certame.

Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 02/09/2014.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 3.335/2014.

DECRETO Nº 3.335/2014.

DISPÕE SOBRE A OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido na forma desta Lei, o mecanismo de cálculo da aquisição de potencial construtivo, de acordo com os artigos 119 e seguintes da Lei Complementar nº 219/2006.

Art. 2º. A outorga onerosa do direito de construir é a permissão onerosa concedida pelo Poder Público ao empreendedor, para fins de edificação em áreas de urbanização prioritária (ZR3, ZR4, ZIR E ZEU) utilizando-se de estoques construtivos públicos.

Art. 3º. A concessão de um aumento no potencial construtivo é entendida como o aumento do coeficiente de aproveitamento máximo e ou altura.

Art. 4º. O imóvel que vier a receber o incentivo da Outorga Onerosa, previsto na Lei Complementar nº 219/2006 e suas alterações, será obrigado a repassar ao Município de Herval d'Oeste um percentual sobre o valor do CUB Médio Vigente (Custo Unitário Básico Médio - SINDUSCON/SC) por metro quadrado adicionado, na forma que segue:

I - ZC (Zona Central) 10% (Dez por cento) sobre o valor do CUB Médio Vigente (Custo Unitário Básico Médio - SINDUSCON/SC) por metro quadrado adicionado;

II - ZD (Zona de Desenvolvimento) 8% (Oito por cento) sobre o valor do CUB Médio Vigente (Custo Unitário Básico Médio - SINDUSCON/SC) por metro quadrado adicionado;

III - ZR1 (Zona Residencial 1) 6% (Seis por cento) sobre o valor do CUB Médio Vigente (Custo Unitário Básico Médio - SINDUSCON/SC) por metro quadrado adicionado;

IV - ZR2 (Zona Residencial 2) 4% (Quatro por cento) sobre o valor do CUB Médio Vigente (Custo Unitário Básico Médio - SINDUSCON/SC) por metro quadrado adicionado;

V - Às demais Zonas estabelecidas pela Lei Complementar nº 219/2006 e suas alterações, repassarão ao Município o percentual de 4% (Quatro por cento) sobre o valor do CUB Médio Vigente (Custo Unitário Básico Médio - SINDUSCON/SC) por metro quadrado adicionado.

§ 1º A soma dos valores previstos no "caput" deste artigo deverá ser adimplido pelo beneficiado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da liberação do Alvará de Construção.

§ 2º Os valores previstos no "caput" deste artigo, deverão ser pagos em parcela única, não sendo permitido seu parcelamento.

§ 3º Não haverá isenção da cobrança dos valores a que se reporta o "caput" deste artigo.

§ 4º No caso do requerente não usufruir do potencial construtivo concedido não haverá devolução da importância paga.

§ 5º Em caso do não pagamento o débito será incluído automaticamente em dívida ativa.

§ 6º O prazo para utilização do potencial construtivo concedido será de 05 (cinco) anos contados a partir da emissão de certidão - art. 14 da Lei Complementar nº 221/2006.

§ 7º O Certificado de Vistoria e Conclusão de Obras (CVCO) somente será expedido após a liberação do Habite-se que ficará vinculado ao pagamento do valor calculado como Outorga Onerosa.

Art. 5º. A Forma do cálculo para a cobrança deverá seguir a seguinte fórmula:

$AAC \times 10\% \text{ do valor do CUB} = VOO$

Onde:

AAC = Área adicional computada

CUB = Custo Unitário Básico Médio - SINDUSCON/SC

VOO = Valor da outorga onerosa a ser paga

Art. 6º. Não serão concedidos descontos nem isenção das taxas de serviços administrativos como taxa de expediente e Alvará, o que deverá ser praticado no momento do oportuno.

Art. 7º. Os recursos provenientes da outorga onerosa deverão respeitar a destinação prevista na Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto das Cidades), qual seja:

§ 1º O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:

I - regularização fundiária;

II - execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;

III - constituição de reserva fundiária;

IV - ordenamento e direcionamento da expansão urbana;

V - implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

VI - criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;

VII - criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;

VIII - proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

§ 2º O Município deverá enquadrar cada área em que incidirá o direito de preempção em uma ou mais das finalidades enumeradas por este artigo.

Art. 8º. Os casos omissos serão analisados pelo CDM - Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e em especial o Decreto nº 3.215/2013.

Herval d'Oeste (SC), 02 de setembro de 2014.

NELSON GUINDANI

PREFEITO

Decreto Nº 3.336/2014.

DECRETO Nº 3.336/2014.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 10, inciso III da Lei Municipal 3.017 de 03/12/13 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.060 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SIMAE

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-33

Valor: R\$ 100.000,00

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste(SC), 02 de setembro de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito

1º Termo de Retificação E Alteração À Lista Classificatória do Edital Nº 001/2014/SMS/Ho

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO À LISTA CLASSIFICATÓRIA DO EDITAL Nº 001/2014/SMS/HO

PRIMEIRO TERMO DE RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO À LISTA CLASSIFICATÓRIA DO EDITAL Nº 001/2014/SMS/HO DE 08 DE AGOSTO DE 2014, QUE ALTERA AS DISPOSIÇÕES ABAIXO ESPECIFICADAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público o seguinte:

Art. 1. No número de Inscrição 094: NILTA APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA:

DATA DE NASCIMENTO: 31/12/1996

RETIFICA-SE DATA DE NASCIMENTO PARA: 11/06/1973;

Art.2. Em virtude de a idade do candidato aprovado ser um dos critérios para desempate, a retificação constante no artigo 1, ALTERA A CLASSIFICAÇÃO, conforme segue no Anexo I deste Termo.

Art.3. Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital nº. 001/2014/SMS/HO de 08 de agosto de 2014.

Art. 4. Revogam-se as disposições em contrário.

Herval D'Oeste, SC, 01 de Setembro de 2014.

Nelson GuindANI

Prefeito Municipal

ANEXO I**LISTA CLASSIFICATÓRIA**

Teste seletivo - Edital nº 001 / 2014

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Cargo: RECEPCIONISTA

Insc	Nome	CPF	Acerto	Nota	Desempate	Desempate	Clas
145	PAOLA DE O. CARVALHO	434.480.278-04	22	8,8	-	-	1º
080	JOSSIANE SCHLINDWEIN	075.255.769-63	19	7,6	05/07/1992	-	2º
003	JULIANA PALAVESINI	085.511.109-77	19	7,6	03/07/1993	-	3º
001	ESTELA M. M. LOCATELLI	725.315.769-91	17	6,8	01/07/1970	-	4º
111	JOÃO CARLOS ISLER	034.591.599-28	17	6,8	07/04/1981	-	5º
050	EMANUÉLLI NARDI	070.906.949-92	17	6,8	10/07/1990	-	6º
056	SUELLEM DOS SANTOS	090.377.459-38	17	6,8	07/04/1992	-	7º
010	PRISCILLA BERGMAMM	090.787.329-46	17	6,8	21/11/1992	-	8º
069	CLAUDEMIR A. OLIVEIRA	611.650.009-97	16	6,4	03/05/1975	-	9ª
039	DEONICE T. V. DE SOUZA	015.097.599-64	16	6,4	30/07/1975	-	10ª
036	ANA P. WENTZ DE AGUIAR	020.083.329-42	16	6,4	20/09/1977	-	11º
152	JUCILEI SCHNEIDER	025.473.479-03	16	6,4	22/06/1978	-	12º
076	KEITY MARA GAZZOLA	009.253.949-12	16	6,4	05/02/1986	-	13º
104	ANELIZE M. DOS SANTOS	086.383.699-21	16	6,4	27/09/1991	-	14º
008	CRISTIANE CASAGRANDE	081.186.519-32	16	6,4	17/11/1992	-	15º
070	ANA CAROLINE DO PRADO	089.514.249-01	16	6,4	28/08/1993	-	16º
100	CARLA BROCARD	090.056.199-98	16	6,4	02/03/1996	-	17º
138	JOCEMARA S. C. BORTOLINI	041.079.159-80	15	6,0	15/08/1981	-	18º
085	JOCELAINE DOS SANTOS	057.112.689-88	15	6,0	08/08/1985	-	19º
136	HETIENE N. DOS SANTOS	083.695.539-07	15	6,0	05/07/1990	-	20º
032	DAYANE A.DOS S. TOME	073.810.829-42	15	6,0	27/08/1990	-	21º
132	JESLAINE M. DOS SANTOS	085.571.159-03	15	6,0	13/02/1994	-	22º
089	BONIE NEVES DOS SANTOS	091.429.429-69	15	6,0	07/05/1994	-	23º
049	CAROLINE CEBILA CARL	094.850.309-24	15	6,0	11/05/1996	-	24º
094	NILTA A.F. DE OLIVEIRA	796.798.209-63	14	5,6	11/06/1973	-	25º
103	QUENIA C.DE AGOSTINHO	041.030.679-77	14	5,6	28/11/1982	-	26º
130	ADILSON P. MATTEVI FILHO	047.140.179-00	14	5,6	30/12/1985	-	27º
077	EDNA MARA GRAHL	740.923.751-15	14	5,6	09/05/1988	-	28º
093	LUCIANA DA S. ANTUNES	066.670.339-69	14	5,6	12/08/1988	-	29º
102	LILIANE DE O. ZANATTA	078.339.069-64	14	5,6	19/10/1990	-	30º
023	JESSICA DO VALE SILVA	044.444.905-19	14	5,6	19/09/1990	-	31º
046	MARILIA M. ZACCARON	008.491.349-51	14	5,6	18/11/1992	-	32º

083	NAYARA DON-DONI	085.814.029-25	14	5,6	18/05/1992	-	33º
022	ANA PAULA FELTRIM	096.275.699-76	14	5,6	20/06/1993	-	34º
112	SCHEILA S. DE ANDRADE	099.521.729-74	14	5,6	04/12/1993	-	35º
125	THAIS CRISTINA GRIGGIO	089.904.869-20	14	5,6	24/02/1995	-	36º
029	PATRICIA C. DA CRUZ	018.043.790-93	14	5,6	17/04/1995	-	37º
115	PALOMA C. DA SILVA	101.607.079-94	14	5,6	21/01/1996	-	38º
157	EDI G. PALAVESINI	593.965.639-00	13	5,2	30/08/1954	-	39º
075	SALETE V. MARCON	460.444.939-20	13	5,2	26/11/1963	-	40º
091	DENISE AZEVEDO KRUHS	568.088.799-15	13	5,2	16/01/1965	-	41º
004	JULIANA MASCARELLO	950.241.079-34	13	5,2	17/09/1975	-	42º
137	RODRIGO P. SILVA	981.444.720-04	13	5,2	08/10/1975	-	43º
149	SIMONE A.B.DA COSTA	017.242.019-99	13	5,2	10/03/1977	-	44º
073	LONIR ALVES GARCIA	004.698.929-35	13	5,2	15/05/1979	-	45º
051	PATRICIA T. C.GLASENAPP	024.225.929-45	13	5,2	09/11/1979	-	46º
126	JORDANA F.DE O. SCHALY	004.790.649-97	13	5,2	14/08/1981	-	47º
146	SILVANE DE F.D.VARELA	006.901.229-69	13	5,2	10/07/1982	-	48º
133	PATRICIA DE L. CONTINI	050.280.339-86	13	5,2	03/06/1984	-	49º
134	ALCIMARA VARGAS	056.497.779-93	13	5,2	02/07/1985	-	50º
014	BRUNA DOSCIATTI VELHO	041.436.499-69	13	5,2	07/08/1986	-	51º
108	QUELI CRISTIANE WASEN	085.751.199-82	13	5,2	07/03/1990	-	52º
098	SILMARA A. ALIONÇO	072.377.859-07	13	5,2	22/07/1990	-	53º
139	FERNANDA MASSON	054.597.909-99	13	5,2	13/12/1990	-	54º
142	DANIELA A. SIMIONI	086.361.089-77	13	5,2	13/10/1993	-	55º
002	CAMILA MARTINS	054.363.399-30	13	5,2	30/11/1995	-	56º
045	LARISSA DE MORAIS	079.983.749-00	13	5,2	06/02/1996	-	57º
150	MICHELI CHAVES DE LIMA	104.587.239-32	13	5,2	04/07/1996	-	58º
097	ADRIANA SPIER	049.108.149-90	NC	NC	-	-	-
048	ALESSANDRA MASCARELLO	016.499.179-45	NC	NC	-	-	-
082	ANGELA M. DOS SANTOS	042.535.649-33	NC	NC	-	-	-
034	CAMILA A. DOS SANTOS	096.685.059-99	NC	NC	-	-	-
013	CAMILA A. FERRARI	051.356.909-05	NC	NC	-	-	-
057	CAMILA C. ZAMPIRÃO	074.346.079-04	NC	NC	-	-	-
151	CELUIDE DE A. BORGES	044.899.649-94	NC	NC	-	-	-

084	CHAÔLA DON-DONI	042.934.169-51	NC	NC	-	-	-
129	CHRISTINA BALESTRO	091.464.489-00	NC	NC	-	-	-
120	DÉBORA C. BITTENCOURT	059.775.199-40	NC	NC	-	-	-
024	DÉBORAH S. FORBECI	681.716.419-20	NC	NC	-	-	-
155	DILMA S. S. GHIZONI	501.758.589-34	NC	NC	-	-	-
054	DORVALINA A.E. SALDANHA	076.457.899-56	NC	NC	-	-	-
127	EDINÉIA A. GHIGGI	057.431.749-03	NC	NC	-	-	-
095	ELIANE DE C. MOTA	052.571.469-32	NC	NC	-	-	-
105	FABIANA ROSA DE MATTOS	090.300.379-11	NC	NC	-	-	-
009	FRANCIELLI R. ROSA	071.774.649-64	NC	NC	-	-	-
086	GIOVANE PEDROZO	068.661.449-65	NC	NC	-	-	-
060	ISABELLA P. BERTOTTI	073.383.599-62	NC	NC	-	-	-
109	JANAINA F. DA COSTA	089.623.219-04	NC	NC	-	-	-
043	JANAINA SCHLINDWEIN	006.508.439-08	NC	NC	-	-	-
055	JESSICA T.DA R. VIERO	088.685.039-80	NC	NC	-	-	-
123	JOSÉ L.S. PIRES	056.114.719-19	NC	NC	-	-	-
114	JOSIEL M.G. PIRES	100.607.289-65	NC	NC	-	-	-
101	KAREN D. DE BARROS	071.248.939-11	NC	NC	-	-	-
027	KARINA DAMACENO	059.518.149-01	NC	NC	-	-	-
047	KARINA LAZZAROTTI	052.680.319-37	NC	NC	-	-	-
019	KARINA VIEIRA	011.537.939-89	NC	NC	-	-	-
035	KAROLINE C. P. SIMIANCO	042.104.319-90	NC	NC	-	-	-
078	KATIA CARINE ALVES	092.474.479-09	NC	NC	-	-	-
015	LAURA M.S. DE OLIVEIRA	068.258.489-41	NC	NC	-	-	-
011	LEANDRA CARLA VELHO	050.476.759-39	NC	NC	-	-	-
117	LUCIANA DA SILVA	803.742.989-04	NC	NC	-	-	-
053	MAIELEN NELZI DA SILVA	088.887.299-25	NC	NC	-	-	-
025	MARIA A. DE A. MIQUILIM	992.562.151-87	NC	NC	-	-	-
124	MARIA DE F. MARTINAZZO	001.151.519-82	NC	NC	-	-	-
016	MARIANA A. ZACCARON	077.788.119-52	NC	NC	-	-	-
107	MARIANA BRUM	093.996.349-30	NC	NC	-	-	-
041	MARINA DE SOUZA	085.427.079-58	NC	NC	-	-	-
033	MARLENE V. BRUGNERA	111.774.888-09	NC	NC	-	-	-

017	MARLI GHIGGI	833.553.759-34	NC	NC	-	-	-
071	NAIR S. SANTO-RUM	860.413.639-87	NC	NC	-	-	-
081	NILVA L. DA SILVA	682.757.659-00	NC	NC	-	-	-
121	PAMELA P.B. PILATTI	067.802.529-05	NC	NC	-	-	-
118	PAOLA ZAMPIERI SERAFIM	086.210.849-70	NC	NC	-	-	-
148	PRISCILA G. DOS ANJOS	085.041.399-05	NC	NC	-	-	-
018	PRISCILA R. MALAKOWSKI	087.056.489-71	NC	NC	-	-	-
122	REJANE A. A. GUERREIRO	004.850.069-01	NC	NC	-	-	-
147	SANDRA ELI DE LIMA	017.839.019-42	NC	NC	-	-	-
140	SUELEN C. MARTINAZZO	105.532.649-90	NC	NC	-	-	-
052	SUELEN M. DE ANDRADE	059.134.559-59	NC	NC	-	-	-
096	THAIS DE O. ADAGUINARIO	011.247.239-78	NC	NC	-	-	-
042	VANDERLEIA EINZWEILER	069.867.829-00	NC	NC	-	-	-
044	VANDERLEIA M. DA SILVA	247.966.658-11	NC	NC	-	-	-
012	VIVIANE C. DA SILVA	047.160.269-81	NC	NC	-	-	-

Critérios para desempate:

- a) a idade, dando-se preferência para o candidato mais velho;
- b) maior nota na prova de conhecimentos específicos;
- c) maior nota na prova de língua portuguesa;
- d) se mesmo assim persistir o empate, o critério adotado será o sorteio.

Herval d' Oeste (SC), 01 de Setembro de 2014.

NELSON GUINDANI
Prefeito

Portaria Nº 983/2014

PORTARIA Nº 983/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora LUCIVANI APARECIDA GALVAN CAMARGO (Matr. 2853), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência "B", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a contar de 01 de setembro de 2014 a 12 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 984/2014

PORTARIA Nº 984/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido conforme requerimento anexo, e DECLARAR a Vacância do cargo ocupado pela Servidora ANA AMÉLIA HERTER (Matr. 367), a qual exercia as funções inerentes ao Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 6, Referência "C", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 01 de Setembro de 2014, de conformidade com o disposto nos artigos 44 e 45, da LC Nº 281/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 985/2014

PORTARIA Nº 985/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria Nº 738/2014, que designou a Servidora SIRLANDA MARIA RODRIGUES PASINATO (Matr. 2572), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/B, Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Educação Infantil, Nível - DAS-2, junto ao CMEI Profª Tânia Regina Piovesan Bortoluz, a partir de 01 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 986/2014

PORTARIA Nº 986/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO à Servidora SIRLANDA MARIA RODRIGUES PASINATO (Matr. 2572), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/B, Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotada junto ao CMEI Valdete Souza Nodari, para atuar no CMEI Tio Zezinho, a contar de 01 de setembro de 2014 até o término do ano letivo de 2014, conforme o art. 61 da LC Nº 316/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 987/2014

PORTARIA Nº 987/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora MARCIA PRONER REBELATTO (Matr. 3737), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/A, Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Educação Infantil, Nível - DAS-2, a partir de 01 de setembro de 2014, junto ao CMEI Profª Tânia Regina Piovesan Bortoluz, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme preceitua o artigo 1º da Lei Complementar Nº 319/2014 de 28 de maio de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 988/2014

PORTARIA Nº 988/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR OS EFEITOS da Portaria nº 739/2014, que contratou em Caráter Temporário, a Senhora ROSANGELA RIBEIRO BEHERNS PINTRO (Matr. 3874), para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, turno matutino e matutino, Educação Infantil, junto ao CMEI Tio Zezinho, em substituição à Servidora Sirlanda Maria Rodrigues Pasinato, sendo que a mesma passará a atuar junto ao CMEI Profª. Tânia Regina Piovesan Bortoluz, a partir de 01 de setembro de 2014 até o término do ano letivo, em substituição à Servidora Márcia Proner Rebelatto, aprovada e classificada em 43º lugar pelo Processo Seletivo 001/2013 - SMECE/HO de 11 de dezembro de 2013, homologado em 05 de fevereiro de 2014, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 989/2014

PORTARIA Nº 989/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora PAULA PATUSSI (Matr. 3993), para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Imprensa, Nível - DAS-2, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 01 de setembro de 2014, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 990/2014

PORTARIA Nº 990/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 855/2014, à Servidora ADRIANA FERNANDES BERNARDES DA SILVA (Matr. 2808), a qual exerce a função de Terapeuta Ocupacional, Nível - 12/1, Referência "A", 30 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de julho de 2012 e 05 de setembro de 2013, para serem gozadas a partir de 01 de setembro de 2014 a 20 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam**PREFEITURA****Decreto Nº 2658/2014**

DECRETO nº 2658, 28 DE AGOSTO DE 2014.

Regulamenta a Lei nº 548, 23 de Abril de 2014 que Cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e de Defesa Civil - COMPDEC.

Art. 1º - A Coordenadoria Municipal de Proteção e de Defesa Civil - COMPDEC é o órgão da administração pública municipal responsável pela coordenação das ações de defesa civil, no município em período de normalidade e anormalidade.

Art. 2º - São atividades da COMPDEC:

- I. Coordenar e executar as ações de Defesa Civil;
- II. Manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas à Defesa Civil ;
- III. Elaborar e implementar planos, programas e projetos de Defesa Civil;
- IV. Elaborar Plano de Ação Anual visando o atendimento das ações em tempo de normalidade, bem como, das ações emergenciais, com a garantia dos recursos no Orçamento Municipal;
- V. Prever recursos orçamentários próprios necessários às ações assistenciais de recuperação ou preventivas, como contrapartida às transferências de recursos da União, na forma da legislação vigente;
- VI. Capacitar recursos humanos para as ações de Defesa Civil,
- VII. Manter o órgão central do SINPDEC informando sobre as ocorrências de desastres e atividades de Defesa Civil;
- VIII. Propor à autoridade competente a declaração de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública, observando os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;
- IX. Executar a distribuição e o controle de suprimentos necessários em situações de desastres.
- IX. Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;
- X. Implementar ações de medidas não-estruturais e medidas estruturais;
- XI. Promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a defesa civil, através da mídia local;
- XII. Estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;
- XIII. Comunicar aos órgãos competentes quando a produção, o manuseio ou o transporte de produtos perigosos puser em perigo a população;
- XIV. Implantar programas de treinamento para voluntariado;
- XV. Implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;
- XVI. Estabelecer intercâmbio de ajuda com outros Municípios (comunidades irmanadas);
- XVII. Promover mobilização comunitária visando a implantação de Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC, nos bairros e distritos.

Art. 3º - A COMPDEC tem a seguinte estrutura:

- I. Coordenador
- II. Secretaria
- III. Setor Técnico
- IV. Setor Operativo

Parágrafo Único - A Coordenadoria será indicada e nomeada

conforme art. 16 e alínea "c", § 3º do art. 1º da lei 548/2014 mediante Portaria.

Art. 4º - Ao Coordenador da COMPDEC compete:

- I. Convocar as reuniões da Coordenadoria;
 - II. Dirigir a entidade representando-a perante os órgãos governamentais e não-governamentais;
 - III. Propor ao Conselho Municipal o plano de trabalho da COMPDEC;
 - IV. Participar das votações e declarar aprovadas as resoluções;
 - V. Resolver os casos omissos e praticar todos os atos necessários ao regular funcionamento da COMPDEC;
 - VI. Propor aos demais membros, em reunião previamente marcada, os planos orçamentários, obras e serviços, bem como outras despesas, dentro da finalidade a que se propõe a COMDEC.
- Parágrafo Único - O Coordenador da COMPDEC poderá delegar atribuições aos membros do Conselho, sempre que achar necessário ao bom cumprimento das finalidades da entidade, observado os termos legais.

Art. 5º - O Conselho Municipal será constituído de acordo com o art. 2º § 2º da lei 548/2014.

Parágrafo Único - Os integrantes do Conselho Municipal não receberão remuneração, salvo em viagem a serviço fora da Sede do Município restringindo-se às despesas de pousada, alimentação e transporte devidamente comprovadas.

Art. 6º - O mandato dos membros do Conselho será de 04 anos.

Art. 7º - À Secretaria compete:

- I. Implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;
- II. Secretariar e apoiar as reuniões do Conselho Municipal de Defesa Civil.
- III. Auxiliar a COMPDEC, na elaboração de projetos de captação de recursos.

Art. 8º - Ao Setor Técnico (ou Seção de Minimização de Desastres) compete:

- I. Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;
- II. Implantar programas de treinamento para voluntariado da COMPDEC;
- III. Promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a defesa civil, através da mídia local;
- IV. Estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno.

Art. 9º - Ao Setor Operativo (ou Seção de Operações) compete:

- I. Implementar ações de medidas não estruturais e medidas estruturais;
- II. Executar a distribuição e o controle de suprimentos necessários em situações de desastres;
- III. Responsável pelas atividades de socorro às populações em risco, assistência aos habitantes afetados e a reabilitação dos cenários de desastre;
- IV. Responsável pelo restabelecimento dos serviços públicos essenciais, a economia da área, o bem-estar da população e o moral social.

Art. 10º - No exercício de suas atividades, poderá a COMPDEC solicitar das pessoas físicas ou jurídicas colaboração no sentido de prevenir e limitar os riscos, as perdas e os danos a que esta sujeita a população, em circunstâncias de desastres.

Art. 11 - Os recursos do Fundo Especial para a Defesa Civil

Municipal poderão ser utilizados para as seguintes despesas:

- a) diárias e transporte;
- b) aquisição de material de consumo;
- c) serviços de terceiros;
- d) aquisição de bens de capital (equipamentos e instalações e material permanente); e
- e) obras e reconstrução.

Art. 11 - A comprovação das despesas realizadas à conta do Fundo Municipal será feita de acordo com as normas contábeis e de prestação de contas vigentes.

Art. 12 - As reuniões da COMPDEC, em época de normalidade serão convocadas trimestralmente e podendo ser convocadas a qualquer tempo com o surgimento de situações de alerta. As reuniões em tempo de anormalidade serão convocadas no tempo e momento que for necessário e que serão organizadas com a elaboração dos planos de trabalho para períodos de normalidade e anormalidade.

Art. 13 - A Prefeitura Municipal de Ibiã poderá fazer constar dos currículos escolares da rede de ensino municipal, noções gerais sobre os procedimentos de Proteção e Defesa Civil.

Art. 14 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibiã, 28 de Agosto de 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

PREFEITO MUNICIPAL DE IBIAM

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA

SEC. MUNICIPAL DA ADM.

Ilhota**PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 029/2014 - PMI**

Extrato de Contrato nº 029/2014 - PMI
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Extrato de Contrato nº 029/2014 - PMI
Processo: Tomada de Preço nº 004/2014 - PMI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL.

Fornecedor: L2 ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA-ME.

Valor: R\$ 9.001,65 (nove mil e um reais e sessenta e cinco centavos)

Assinatura: 26/08/2014.

Vigência: 31/12/2014.

Lauri Armino Adão Júnior
Prefeito Municipal

Imbituba**PREFEITURA****Portaria PMI/DGP Nº 407/2014**

PORTARIA PMI/DGP Nº 407, de 25 de agosto de 2014.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora MARIA DA GRAÇA SILVEIRA, Professora I - 40h, inscrita no CPF sob o n.º 291.351.259-34, admitida em 03 de março de 1986, contrato nº 320, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2006 a 2011	01/09/2014 a 29/11/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 25 de agosto de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 408/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 408, de 25 de agosto de 2014.
Dispõe sobre a admissão de Psicopedagoga, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Regiane Miguel Rodrigues	Psicopedagoga	008.588.859-13	25/08/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 25 de agosto de 2014.
Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Extrato de Publicação de Pregão Presencial Nº 69/2014(PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 112/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2014

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 15 de setembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para possível Contratação de empresa especializada na locação de sonorização e iluminação para os eventos organizados e apoiados pela Prefeitura de Imbituba. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 03 de setembro de 2014.
Adilson Jorge Silvestre
Secretário de Turismo

Ipumirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 295/2014 de 01 de Setembro de 2014.

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ANGELICA GONÇALVES, Matrícula 2301-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 6.501.343 e do CPF 093.669.769-56, com nomeação para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial Nível 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 256/2014, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01 de setembro de 2014.

Ipumirim - SC, 01 de setembro de 2014.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 296/2014 de 01 de Setembro de 2014.

ALTERA PORTARIA 150/2014 QUE CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo 002/2013.

A L T E R A

Fica alterada a portaria 150/2014 que contratou a senhora JUCIANE RAIMUNDI, sob a Matrícula 2260-8, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.334.490 e do CPF 055.779.159-61, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais passando para 40 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 01/09/2014 a 12/12/2014.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01/09/2014.

Ipumirim - SC, 01 de Setembro de 2014.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 297/2014 de 01 de Setembro de 2014.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

CONTRATA

LUCIANE ANDRIN, sob a Matrícula 2312-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.100.871 e do CPF 056.858.729-41, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professora Não Titulada de turmas com alunos de inclusão, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 01/09/2014 a 12/12/2014.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01/09/2014.

Ipumirim - SC, 01 de setembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 298/2014 de 01 de Setembro de 2014.

CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NO CARGO DE PROFESSORA, NOMEADA EM CONCURSO PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 105 da Lei 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE

A IDIANE REGINA POTTRATZ WILDNER, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. e do CPF sob o nº. , Nomeada por Concurso Publico no cargo de PROFESSORA, com carga horária de 40 horas semanais, licença gestação de 180 (Cento e Oitenta) dias, para o período de 01 de Setembro de 2014 a 27 de Fevereiro de 2014, conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01 de Setembro de 2014.

Ipumirim - SC, 01 de Setembro de 2014.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim.

Portaria Nº.299/2014 de 01 de Setembro de 2014.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, Lei Complementar nº 001/2002, de 26 de setembro de 2002, bem como nas razões contidas no parecer exarado pela Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º. INSTAURAR processo administrativo Disciplinar contra a servidora SALETE INES LECARDELLI, Nomeada por Concurso Público, respectivamente através das Portarias nº.3250/2003 e 3588/2004, para o cargo de Provimento Efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, tendo em vista que segundo consta da Comunicação Interna 081/2014, trata, em tese, de crime de lesão corporal praticado pela funcionaria publica municipal acima citada (professora efetiva) contra aluno da rede municipal de ensino, J.C. R, em tese ocorrida em 14/08//2014, o que, segundo o art. 168, § VII, da LC 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos e da outras providencias, a agressão praticada por servidor, em serviço, contra funcionários ou particular, salvo em legitima defesa, caracteriza fato passível de punição com demissão

Art. 2º. DESIGNAR os servidores. Loiri Salete Parizotto Santian, Paulo Roberto de Bortoli e Margareth Cristina Baron de Mello, para sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar destinado a apurar o fato, fixando-se o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, para a conclusão dos trabalhos, observando-se o disposto no artigo 189 da Lei Complementar nº 001/2002.

Art. 3º. AFASTAR, em razão da gravidade dos fatos Salete Inês Lecardelli de suas atividades de professora junto a turma do aluno que supostamente foi vitima do fato, podendo a mesma ser aproveitada em outras atividades, desde que inerentes ao seu cargo, sem prejuízo de sua remuneração

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Ipumirim - SC,
ao 01 dia do mês de Setembro de 2014.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal.

Decreto N. 2.091 de 01 de Setembro de 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 54.000,00

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e inciso II do § 4º do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 - LOA,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I - Código reduzido 33, Projeto 2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 33900000000000, fonte de

recursos 0.3.0064, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 54.000,00.
TOTAL GERAL R\$ 54.000,00

Art. 2º O crédito suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

I - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0064, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 70.000,00

TOTAL GERAL R\$ 54.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 01 de setembro de 2.014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 01 de setembro de 2.014

Valdir zanella

Prefeito de Ipumirim

Decreto N. 2.089 de 26 de Agosto de 2.014

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 11 da Lei 1742 de 26 de agosto de 2.014 que Institui o Programa de Recuperação de Créditos Municipais, e da Outras Providências e,

CONSIDERANDO:

A lei estadual 14.266 de 21 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o cumprimento do princípio constitucional da economicidade, a suspensão dos processos de execução fiscal de valor inferior a um salário mínimo e dá outras providências;

Que o poder judiciário tem extinguido os processos de execução fiscal movidos pelo município com base no dispositivo retrocitado;

Que o Supremo Tribunal Federal tem proclamado a legalidade da extinção da execução fiscal por falta de interesse de agir quando o montante cobrado for ínfimo (AI 464957 AgR/DF, Rel. Min. Cezar Peluzo);

Que o município tentou por meio de instituição de programas de recuperação fiscal a cobrança desse débitos, não logrando êxito;

Que vários contribuintes não possuem atividades ou bens que possam constituir novos fatos gerados para tributos futuros, visando alcançar o valor de ajuizamento das ações;

Que esses débitos foram alcançados pela prescrição civil ou tributária;

Que o artigo o artigo 11 da lei municipal 1742/2014 autoriza a extinção dos débitos anteriores a 26/08/2009, cujo montante devido pelo contribuinte seja inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor do salário mínimo nacional,

DECRETA

Art. 1º Ficam extintos os créditos tributários, bem como as obrigações acessórias das dívidas ativas constantes no anexo I;

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim-SC, 26 de agosto de 2014

Volnei Antonio Schmidt
Prefeito Municipal em exercício

ANEXO I

IM	CONTRIBUINTE	ANO	DÍVIDA	INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHA	POSICÃO	VENCIMENTO	REC.	VALOR	CORREÇÃO	JUROS	MULTA	TOTAL
1436	ADEMIR BECKER	1995	1699	30249	3	17	249	19/10/1995	RECD	41,53	38,1	180	23,88	283,47
3245	CARLOS NICODEN	1995	1668	30133	3	9	133	14/09/1995	RECD	42,87	41,01	190,4	25,16	299,44
2291	PEDRO BORILLE-ME	1996	1904	31176	3	79	1176	31/01/1996	T.LL	12,91	10,7	52,65	7,08	83,34
2291	PEDRO BORILLE-ME	1996	1905	31177	3	79	1177	31/05/1996	T.LL	13,4	10,12	51,5	7,05	82,07
2524	GERSON CELESTINO BINSFELD	1996	1929	31215	3	81	1215	31/01/1996	T.LL	6,06	5,02	24,7	3,32	39,1
2524	GERSON CELESTINO BINSFELD	1996	1930	31216	3	82	1216	31/05/1996	T.LL	6,29	4,75	24,17	3,31	38,52
2524	GERSON CELESTINO BINSFELD	1996	1931	31217	3	82	1217	29/02/1996	ISSF	4,47	3,6	17,91	2,42	28,4
2524	GERSON CELESTINO BINSFELD	1996	1932	31218	3	82	1218	30/04/1996	ISSF	4,56	3,51	17,75	2,42	28,24
2524	GERSON CELESTINO BINSFELD	1996	1933	31219	3	82	1219	31/07/1996	ISSF	4,64	3,39	17,42	2,4	27,85
3215	ALCIDES DE PRADO	1996	1777	30774	3	52	774	31/08/1996	RECD	7,14	5,14	26,52	3,68	42,48
3316	MANOEL LOPES	1996	1797	30828	3	56	828	02/04/1996	RECD	4,06	3,12	15,79	2,15	25,12
1220	DARIAN RECH	1996	1782	30786	3	53	786	13/09/1996	RECD	53,97	38,14	198	27,63	317,77
2202	IVO DA SILVA MULLER E ISAIAS P. DA SILVA	1996	1899	31170	3	79	1170	31/01/1996	T.LL	14,06	11,65	57,33	7,71	90,75
2202	IVO DA SILVA MULLER E ISAIAS P. DA SILVA	1996	1900	31171	3	79	1171	31/05/1996	T.LL	14,59	11,02	56,08	7,68	89,37
2202	IVO DA SILVA MULLER E ISAIAS P. DA SILVA	1996	1901	31172	3	79	1172	29/02/1996	ISSF	8,94	7,19	35,8	4,83	56,76
2202	IVO DA SILVA MULLER E ISAIAS P. DA SILVA	1996	1902	31173	3	79	1173	30/04/1996	ISSF	9,12	7,01	35,48	4,83	56,44
2202	IVO DA SILVA MULLER E ISAIAS P. DA SILVA	1996	1903	31174	3	79	1174	31/07/1996	ISSF	9,28	6,78	34,85	4,81	55,72
2421	JOAO MARIA PEREIRA	1996	1844	31031	3	69	1031	01/05/1996	RECD	4,01	3,03	15,41	2,11	24,56
2421	JOAO MARIA PEREIRA	1996	1924	31207	3	81	1207	31/01/1996	T.LL	7,2	5,97	29,36	3,95	46,48
2421	JOAO MARIA PEREIRA	1996	1925	1208	3	81	1208	31/05/1996	T.LL	7,47	5,64	28,71	3,93	45,75
2421	JOAO MARIA PEREIRA	1996	1926	1209	3	81	1209	29/02/1996	ISSF	4,47	3,6	17,91	2,42	28,4
2421	JOAO MARIA PEREIRA	1996	1927	31210	3	81	1210	30/04/1996	ISSF	4,56	3,51	17,75	2,42	28,24
2421	JOAO MARIA PEREIRA	1996	1928	31211	3	81	1211	31/07/1996	ISSF	4,64	3,39	17,42	2,4	27,85
2528	CELSON GUARES	1996	1939	31228	3	83	1228	31/01/1996	T.LL	7,2	5,97	29,36	3,95	46,48
2528	CELSON GUARES	1996	1940	31229	3	83	1229	31/05/1996	T.LL	7,47	5,64	28,71	3,93	45,75
2528	CELSON GUARES	1996	1941	31230	3	83	1230	29/02/1996	ISSF	4,47	3,6	17,91	2,42	28,4
2528	CELSON GUARES	1996	1942	31231	3	83	1231	30/04/1996	ISSF	4,56	3,51	17,75	2,42	28,24
2528	CELSON GUARES	1996	1943	31232	3	83	1232	31/07/1996	ISSF	4,64	3,39	17,42	2,4	27,85
2530	CIRLENE DOS REIS LOPES	1996	1944	31233	3	83	1233	31/01/1996	T.LL	14,06	11,65	57,33	7,71	90,75
2530	CIRLENE DOS REIS LOPES	1996	1945	31234	3	83	1234	31/05/1996	T.LL	14,59	11,02	56,08	7,68	89,37

IM	CONTRIBUNITE	ANO	DÍVIDA	INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHA	POSIÇÃO	VENCIMENTO	REC.	VALOR	CORREÇÃO	JUROS	MULTA	TOTAL
1628	VALDEMAR CHIAMOLERA	1996	1868	31112	3	75	1112	31/01/1996	T.L.L	6,06	5,02	24,7	3,32	39,1
1628	VALDEMAR CHIAMOLERA	1996	1869	31113	3	75	1113	31/05/1996	T.L.L	6,29	4,75	24,17	3,31	38,52
3343	OTACILO SOARES	1996	1801	30848	3	57	848	15/01/1996	RECD	9,03	7,48	36,81	4,95	58,27
1658	LUIZ RIBEIRO	1997	826	1767	3	119	1767	10/02/1997	RECD	5	3,17	17,15	2,45	27,77
3250	EDIO MALAKOSWIKI	1997	1419	1570	3	105	1570	15/08/1997	RECD	6,91	3,89	22,03	3,24	36,07
281	HONORIO BELLINI	1997	767	1430	3	96	1430	30/06/1997	RECD	21,98	12,9	71,85	10,46	117,19
1736	ALTEMIR DE OLIVEIRA	1997	829	1775	3	119	1775	30/06/1997	RECD	16,08	9,44	52,57	7,65	85,74
3247	DEONILDO CERUTTI	1997	1415	1566	3	105	1566	29/08/1997	RECD	7,5	4,22	23,9	3,51	39,13
3248	DARCI BRUSTOLIN	1997	1416	1567	3	105	1567	19/12/1996	RECD	15	9,97	52,93	7,49	85,39
3261	GESSI DE CRUZ RODRIGUES	1997	1427	1583	3	106	1583	31/07/1997	RECD	26,8	15,4	86,51	12,66	141,37
3273	HELIO MARTINS LEAL	1997	1435	1594	3	107	1594	23/03/1997	RECD	7,2	4,48	24,41	3,5	39,59
3333	NATALINO LOPES	1997	1469	1642	3	110	1642	09/09/1997	RECD	5	2,76	15,75	2,32	25,83
3333	NATALINO LOPES	1997	1480	1657	3	111	1657	21/02/1997	RECD	13,28	8,42	45,57	6,51	73,78
3390	JOSE FERREIRA DE LIMA	1997	1448	1613	3	108	1613	21/02/1997	RECD	8,86	5,62	30,4	4,34	49,22
1628	VALDEMAR CHIAMOLERA	1997	917	1947	3	131	1947	31/01/1997	T.L.L	6,68	4,33	23,23	3,3	37,54
1628	VALDEMAR CHIAMOLERA	1997	918	1948	3	131	1948	31/05/1997	T.L.L	6,86	4,11	22,7	3,29	36,96
2470	JULIANO DOS SANTOS	1997	874	1862	3	125	1862	29/08/1997	RECD	37,5	21,1	119,5	17,58	195,72
2634	SERVINO PETER	1997	967	2045	3	137	2045	31/01/1997	T.L.L	15,49	10,04	53,86	7,65	87,04
2634	SERVINO PETER	1997	968	2046	3	137	2046	31/05/1997	T.L.L	15,91	9,52	52,64	7,62	85,69
3192	ANTONIO DAL MAS	1997	1404	1547	3	104	1547	30/06/1997	RECD	28,94	16,98	94,59	13,77	154,28
3240	CLAUDIO WEISS	1997	1411	1561	3	105	1561	17/07/1997	RECD	46,83	26,91	151,2	22,12	247,02
3328	NEIVOR ZANELA	1997	1472	1645	3	110	1645	31/07/1997	RECD	26,8	15,4	86,51	12,66	141,37
3373	VILSON KRUEZMANN	1997	1512	1694	3	114	1694	24/07/1997	RECD	33,94	19,5	109,6	16,03	179,02
3343	OTACILO SOARES	1997	1484	1662	3	112	1662	24/07/1997	RECD	30,53	17,54	98,54	14,42	161,03
3343	OTACILO SOARES	1997	1485	1663	3	112	1663	30/06/1997	RECD	10,84	6,36	35,43	5,16	57,79
3205	ANTONINHO OLIVEIRA	1998	1528	2249	3	151	2249	17/12/1997	RECD	12,76	6,45	38,42	5,76	63,39
3246	CELSON DOS SANTOS	1998	1533	2259	3	152	2259	28/02/1998	RECD	14,64	6,87	42,58	6,45	70,54
3313	MARINO ABILIO RUCK	1998	1557	2287	3	154	2287	27/04/1998	RECD	13,34	6	37,9	5,8	63,04
3314	MARI LUCIA MARQUESI	1998	1558	2288	3	154	2288	27/04/1998	RECD	9,93	4,47	28,22	4,32	46,94
233	VIRGLINO AUGUSTO CAVALIER	1998	1018	2226	3	150	2226	19/03/1998	RECD	19,93	9,22	57,42	8,74	95,31

IM	CONTRIBUNITE	ANO	DÍVIDA	INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHA	POSIÇÃO	VENCIMENTO	REC.	VALOR	CORREÇÃO	JUROS	MULTA	TOTAL
3206	ANTONIO MACHADO	1998	1530	2253	3	151	2253	18/12/1997	RECD	15,99	8,08	48,14	7,22	79,43
3260	GILBERTO BENINI	1998	1540	2267	3	152	2267	20/06/1998	RECD	20,29	8,85	56,53	8,74	94,41
3272	HELIO MARMITTI	1998	1543	2270	3	152	2270	30/01/1998	RECD	15,99	7,77	47,28	7,12	78,16
3291	JORGE DOS SANTOS	1998	1552	2279	3	153	2279	10/11/1998	RECD	17,3	6,85	45,64	7,24	77,03
3393	LEONIR DE PINTO	1998	1553	2280	3	153	2280	13/10/1998	RECD	17,23	7,04	46,11	7,28	77,66
3394	NELSON ALVES	1998	1562	2292	3	154	2292	04/07/1998	RECD	34	14,57	93,74	14,57	156,88
1672	SOCIEDADE DA ESCOLA	1998	1209	2592	3	174	2592	31/03/1998	T.L.L	0,84	0,39	2,42	0,36	4,01
1672	SOCIEDADE DA ESCOLA	1998	1210	2593	3	174	2593	31/05/1998	T.L.L	0,86	0,38	2,41	0,37	4,02
3232	ALDAIR DIAS	1999	1576	2712	3	182	2712	24/03/1999	RECD	14,28	5,13	35,9	5,82	61,13
3257	FLAVIO PIRES	1999	1586	2726	3	183	2726	30/06/1999	RECD	10,9	3,57	26,33	4,34	45,14
3258	GERALDO GUEDES	1999	1587	2727	3	183	2727	25/10/1999	RECD	24,17	7,51	56,39	9,5	97,57
3383	ZELIR CAVALHEIRO	1999	1612	2761	3	185	2761	03/10/1999	RECD	10,5	3,26	24,49	4,12	42,37
3395	DARLEI LUIZ LUVISON	1999	1585	2723	3	183	2723	10/09/1999	RECD	44,76	14,08	105,3	17,65	181,81
1878	SOCIEDADE DA IGREJA E NUCLEO COMUNITARIO	1999	57	66	4	5	66	15/04/1999	T.L.L	0,91	0,31	2,24	0,36	3,82
1878	SOCIEDADE DA IGREJA E NUCLEO COMUNITARIO	1999	58	67	4	5	67	31/05/1999	T.L.L	0,93	0,31	2,26	0,37	3,87
2820	ALMEIDE TICIANI CAGOL-ME	1999	217	272	4	19	272	15/04/1999	T.L.L	18,37	6,3	45,39	7,4	77,46
2820	ALMEIDE TICIANI CAGOL-ME	1999	218	273	4	19	273	31/05/1999	ISSF	18,49	6,19	45,16	7,4	77,24
3040	ELOIR BEE	1999	200	241	4	17	241	31/05/1999	T.L.L	10,47	3,51	25,58	4,19	43,75
3040	ELOIR BEE	1999	201	242	4	17	242	31/05/1999	ISSF	19,72	6,61	48,18	7,89	82,4
3040	ELOIR BEE	1999	202	243	4	16	243	31/07/1999	ISSF	19,9	6,43	47,65	7,89	81,87
1672	SOCIEDADE DA ESCOLA	1999	38	42	4	3	42	15/04/1999	T.L.L	0,91	0,31	2,24	0,36	3,82
1672	SOCIEDADE DA ESCOLA	1999	39	43	4	3	43	31/05/1999	T.L.L	0,93	0,31	2,26	0,37	3,87
2910	VITORINO SCHIAVINI	2000	286	399	4	27	399	17/03/2000	RECD	23,83	7,03	53,38	9,25	93,49
3356	RUDEMAR AGAZZI	2000	1984	773	4	52	773	20/12/2000	RECD	16	4,37	33,4	6,11	59,88
3362	SALETE RAMOS RUCK	2000	1654	347	4	24	347	17/01/2000	RECD	11,19	3,37	25,48	4,36	44,4
1878	SOCIEDADE DA IGREJA E NUCLEO COMUNITARIO	2000	354	473	4	32	473	31/03/2000	T.L.L	0,95	0,28	2,12	0,36	3,71
1878	SOCIEDADE DA IGREJA E NUCLEO COMUNITARIO	2000	355	474	4	32	474	31/05/2000	T.L.L	0,96	0,27	2,1	0,36	3,69
2820	ALMEIDE TICIANI CAGOL-ME	2000	474	595	4	40	595	31/03/2000	T.L.L	19,05	5,62	42,67	7,4	74,74
2820	ALMEIDE TICIANI CAGOL-ME	2000	475	596	4	40	596	31/05/2000	T.L.L	19,14	5,48	42,1	7,38	74,1
2972	COSEPAL COM. DE PORTOES E ANTENAS LTDA	2000	519	640	4	43	640	31/03/2000	T.L.L	34,3	10,12	76,84	13,32	134,58

IM	CONTRIBUNITE	ANO	DÍVIDA	INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHA	POSIÇÃO	VENCIMENTO	REC.	VALOR	CORREÇÃO	JUROS	MULTA	TOTAL
2972	COSEPAL COM. DE PORTOES E ANTENAS LTDA	2000	520	641	4	43	641	31/05/2000	T.LL	34,45	9,87	75,78	13,29	133,39
3040	ELOIR BEE	2000	523	644	4	44	644	31/03/2000	T.LL	8,89	2,62	19,91	3,45	34,87
3040	ELOIR BEE	2000	524	645	4	44	645	31/05/2000	T.LL	8,93	2,56	19,64	3,44	34,57
3285	JUVENAL RODRIGUES DE FREITAS	2000	1634	326	4	22	326	16/06/2000	RECD	33,98	9,74	74,32	13,11	131,15
1672	SOCIEDADE DA ESCOLA	2000	340	454	4	31	454	31/03/2000	T.LL	0,95	0,28	2,12	0,36	3,71
1672	SOCIEDADE DA ESCOLA	2000	341	455	4	31	455	31/05/2000	T.LL	0,96	0,27	2,1	0,36	3,69
1998	CAPELA DE TRES MARIAS	2000	356	475	4	32	475	31/03/2000	T.LL	0,95	0,28	2,12	0,36	3,71
1998	CAPELA DE TRES MARIAS	2000	357	476	4	32	476	31/05/2000	T.LL	0,96	0,27	2,1	0,36	3,69
1878	SOCIEDADE DA IGREJA E NUCLEO COMUNITARIO	2001	2281	331245	6	50	1	31/05/2001	T.LL	1,63	0,4	3,22	0,6	5,85
2720	PEDRO FRITH	2001	2087	331175	6	43	1	10/09/2001	PTU	17,26	4,23	33,3	6,44	61,23
2720	PEDRO FRITH	2001	2087	331175	6	43	1	10/09/2001	PTU	1,64	0,4	3,16	0,61	5,81
2720	PEDRO FRITH	2001	2172	331176	6	43	2	10/08/2001	PTU	17,26	4,26	33,57	6,45	61,54
2720	PEDRO FRITH	2001	2172	331176	6	43	2	10/08/2001	PTU	1,64	0,4	3,18	0,61	5,83
3343	OTACILO SOARES	2001	2450	331167	6	42	3	10/07/2001	RECD	6,6	1,64	12,93	2,47	23,64
3413	CLAUDIO MOACIR KRUIZE	2001	3855	331576	6	83	8	11/01/2002	RECD	16,25	3,82	30,3	6,02	56,39
3440	EXOTICA COMERCIO DO VESTUARIO LTDA	2001	2232	330956	6	21	2	30/06/2001	T.LL	21,79	5,4	42,96	8,15	78,3
3440	EXOTICA COMERCIO DO VESTUARIO LTDA	2001	2232	330956	6	21	2	30/06/2001	T.LL	0,81	0,2	1,59	0,3	2,9
3440	EXOTICA COMERCIO DO VESTUARIO LTDA	2001	2286	330957	6	21	3	31/05/2001	T.LL	21,79	5,4	43,23	8,15	78,57
3440	EXOTICA COMERCIO DO VESTUARIO LTDA	2001	2286	330957	6	21	3	31/05/2001	T.LL	0,83	0,21	1,65	0,31	3
3578	IRINEU SIMON	2001	2379	330999	6	25	5	01/11/2001	RECD	30	7,19	56,9	11,15	105,24
3582	ADEMIR CAMILO	2001	2365	330781	6	3	7	01/11/2001	RECD	20	4,79	37,92	7,43	70,14
1672	SOCIEDADE DA ESCOLA	2001	2283	331244	6	49	10	31/05/2001	T.LL	1,63	0,4	3,22	0,6	5,85
1998	CAPELA DE TRES MARIAS	2001	2280	330877	6	13	3	31/05/2001	T.LL	1,63	0,4	3,22	0,6	5,85
2342	SOCIEDADE DE BOM JESUS	2001	2278	331246	6	50	2	31/05/2001	T.LL	1,63	0,4	3,22	0,6	5,85
1878	SOCIEDADE DA IGREJA E NUCLEO COMUNITARIO	2002	4342	331985	6	124	7	22/04/2002	T.LL	3,32	0,77	6,05	1,22	11,36
2685	TS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	2002	4321	332056	6	131	8	22/04/2002	T.LL	18,33	4,23	33,38	6,76	62,7
2964	MARGARIDA SENGHER FANTIN	2002	4650	331852	6	111	4	30/09/2002	ISSF	8,31	1,83	14,5	3,04	27,68
2964	MARGARIDA SENGHER FANTIN	2002	4616	331853	6	111	5	30/10/2002	ISSF	8,31	1,81	14,37	3,03	27,52
2964	MARGARIDA SENGHER FANTIN	2002	4684	331854	6	111	6	30/08/2002	ISSF	8,31	1,84	14,61	3,04	27,8
2964	MARGARIDA SENGHER FANTIN	2002	4714	331855	6	111	7	31/07/2002	ISSF	49,86	11,16	88,47	18,3	167,79

IM	CONTRIBUNITE	ANO	DÍVIDA	INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHA	POSIÇÃO	VENCIMENTO	REC.	VALOR	CORREÇÃO	JUROS	MULTA	TOTAL
2964	MARGARIDA SENGHER FANTIN	2002	4554	331850	6	111	2	30/12/2002	ISSF	8,31	1,77	14,11	3,02	27,21
2964	MARGARIDA SENGHER FANTIN	2002	4584	331851	6	111	3	30/11/2002	ISSF	8,31	1,8	14,25	3,03	27,39
2964	MARGARIDA SENGHER FANTIN	2002	5508	333638	7	31	7	30/01/2003	ISSF	8,31	1,74	13,96	3,01	27,02
3625	BENICIO DONATO DE OLIVEIRA	2002	4490	331543	6	80	5	11/03/2002	RECD	13	3,03	23,88	4,8	44,71
3671	JONAS WOŁOZIM	2002	4459	331769	6	103	1	10/07/2002	RECD	20	4,48	35,49	7,34	67,31
3679	ALCIRO LUVISON JUNIOR	2002	4451	331455	6	71	7	03/08/2002	RECD	20	4,43	35,17	7,32	66,92
3697	OLAVO BAUER	2002	4422	331892	6	115	4	25/08/2002	RECD	53,2	11,79	93,58	19,49	178,06
3718	VANDE PIATTI	2002	4410	332117	6	137	9	10/10/2002	RECD	16,25	3,54	28,1	5,93	53,82
1672	SOCIEDADE DA ESCOLA	2002	4348	331984	6	124	6	22/04/2002	T.L.L	3,32	0,77	6,05	1,22	11,36
1998	CAPELA DE TRES MARIAS	2002	4341	331551	6	81	3	22/04/2002	T.L.L	3,32	0,77	6,05	1,22	11,36
2342	SOCIEDADE DE BOM JESUS	2002	4336	331986	6	124	8	22/04/2002	T.L.L	3,32	0,77	6,05	1,22	11,36
1878	SOCIEDADE DA IGREJA E NUCLEO COMUNITARIO	2003	5262	333215	6	247	7	28/02/2003	T.L.L	3,42	0,7	5,68	1,23	11,03
3731	MARILETE WENTZ	2003	4781	333085	6	234	7	30/12/2003	ISSF	5,46	0,9	8,14	1,9	16,4
3731	MARILETE WENTZ	2003	4825	333086	6	234	8	28/11/2003	ISSF	5,46	0,91	8,21	1,91	16,49
3731	MARILETE WENTZ	2003	4868	333087	6	234	9	31/10/2003	ISSF	5,46	0,92	8,29	1,91	16,58
3731	MARILETE WENTZ	2003	4908	333088	6	234	10	30/09/2003	ISSF	5,46	0,94	8,38	1,92	16,7
3731	MARILETE WENTZ	2003	4948	333089	6	235	1	29/08/2003	ISSF	5,46	0,96	8,47	1,92	16,81
3731	MARILETE WENTZ	2003	5546	333641	7	32	2	30/01/2004	ISSF	5,46	0,89	8,06	1,9	16,31
3817	ISAK RODRIGUES RIBEIRO	2003	4983	332970	6	223	2	19/12/2003	ISSF	7,9	1,3	11,77	2,76	23,73
3817	ISAK RODRIGUES RIBEIRO	2003	5022	332971	6	223	3	19/11/2003	ISSF	7,9	1,31	11,88	2,76	23,85
3817	ISAK RODRIGUES RIBEIRO	2003	5061	332972	6	223	4	20/10/2003	ISSF	7,9	1,33	11,99	2,76	23,98
3817	ISAK RODRIGUES RIBEIRO	2003	5099	332973	6	223	5	20/09/2003	ISSF	7,9	1,36	12,13	2,77	24,16
3817	ISAK RODRIGUES RIBEIRO	2003	5520	333566	7	22	7	18/01/2004	ISSF	7,9	1,29	11,67	2,75	23,61
3821	ROBERTO PEREIRA	2003	5326	333175	6	243	7	11/10/2003	RECD	36	6,06	54,67	12,61	109,34
3821	ROBERTO PEREIRA	2003	5526	333707	7	40	4	20/01/2004	ISSF	4,98	0,81	7,35	1,73	14,87
3828	ANTONIO BIRIM	2003	5516	333447	7	7	8	20/01/2004	ISSF	4,98	0,81	7,35	1,73	14,87
1672	SOCIEDADE DA ESCOLA	2003	5266	333214	6	247	6	28/02/2003	T.L.L	3,42	0,7	5,68	1,23	11,03
1998	CAPELA DE TRES MARIAS	2003	5260	332810	6	207	2	28/02/2003	T.L.L	3,42	0,7	5,68	1,23	11,03
2342	SOCIEDADE DE BOM JESUS	2003	5256	333216	6	247	8	28/02/2003	T.L.L	3,42	0,7	5,68	1,23	11,03
3768	ALTAR DOS SANTOS	2003	5460	332726	6	198	8	11/04/2003	RECD	6,6	1,3	10,74	2,37	21,01

IM	CONTRIBUNITE	ANO	DÍVIDA	INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHA	POSICÃO	VENCIMENTO	REC.	VALOR	CORREÇÃO	JUROS	MULTA	TOTAL
38	GERSON ANTONIO SERAFIN E OUTROS	2004	5789	333547	7	20	4	27/12/2004	RECD	13,2	1,87	17,48	4,52	37,07
3408	ADILSON LUIS DAL MAS	2004	5816	333408	7	3	1	07/12/2004	RECD	32,5	4,61	43,04	11,13	91,28
3598	ADEMIR ALLEBRANT	2004	5858	333402	7	2	3	15/07/2004	RECD	15	2,29	20,92	5,18	43,39
3822	NESTOR LEMES DE CAMARGO	2004	5679	333676	7	36	5	30/07/2004	ISSF	68,28	10,41	95,21	23,6	197,5
3902	SANDRO BIAZUS CORTINA	2004	5698	333721	7	42	2	28/02/2004	T.L.L	42,49	6,86	62,18	14,8	126,33
3902	SANDRO BIAZUS CORTINA	2004	5698	333721	7	42	2	28/02/2004	T.L.L	1,77	0,29	2,59	0,61	5,26
3932	ADEMIR NIED	2004	5890	333404	7	2	5	23/04/2004	RECD	9,75	1,55	14,01	3,39	28,7
3946	LADIMIR PEDRO NICODEM	2004	5879	333602	7	27	3	31/05/2004	RECD	60	9,38	85,33	20,81	175,52
4000	ADAIR SCHUARTZ	2004	5822	333393	7	1	2	28/09/2004	RECD	13	1,92	17,75	4,47	37,14
1998	CAPELA DE TRES MARIAS	2004	5748	333477	7	11	6	28/02/2004	T.L.L	1,77	0,29	2,59	0,61	5,26
1998	CAPELA DE TRES MARIAS	2004	5748	333477	7	11	6	28/02/2004	T.L.L	1,77	0,29	2,59	0,61	5,26
2342	SOCIEDADE DE BOM JESUS	2004	5744	333745	7	45	2	28/02/2004	T.L.L	1,77	0,29	2,59	0,61	5,26
2342	SOCIEDADE DE BOM JESUS	2004	5744	333745	7	45	2	28/02/2004	T.L.L	1,77	0,29	2,59	0,61	5,26
496	DEFENDI MAXIMO PAGLIUCHI	2005	6361	334461	7	134	6	30/11/2005	RECD	60,44	6,67	70,46	20,13	157,7
948	NERI INACIO BAUTTZ	2005	6281	334592	7	151	1	20/12/2005	RECD	84,88	9,14	97,78	28,2	220
2894	EDITOR A COMUNIDADE LTDA	2005	6114	333825	7	55	2	28/02/2005	T.L.L	18,11	2,46	23,44	6,17	50,18
2894	EDITOR A COMUNIDADE LTDA	2005	6114	333825	7	55	2	28/02/2005	T.L.L	1,81	0,25	2,34	0,61	5,01
3868	ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA MIRIM FM (SEDE)	2005	6088	333819	7	54	4	28/02/2005	T.L.L	18,11	2,46	23,44	6,17	50,18
3868	ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA MIRIM FM (SEDE)	2005	6088	333819	7	54	4	28/02/2005	T.L.L	1,81	0,25	2,34	0,61	5,01
3946	LADIMIR PEDRO NICODEM	2005	6415	334545	7	145	2	15/08/2005	RECD	6,6	0,78	7,97	2,21	17,56
4068	JULIANO PEREIRA	2005	6457	334536	7	144	1	08/06/2005	RECD	30	3,77	37,14	10,13	81,04
4087	CLAUDIR BESLER	2005	6436	334453	7	133	6	12/07/2005	RECD	43,75	5,35	53,51	14,73	117,34
4106	PAULO VIVIAN	2005	6411	334616	7	154	1	01/10/2005	RECD	13	1,47	15,33	4,34	34,14
4116	RODRIGO ZENATTI	2005	6383	334626	7	155	3	01/10/2005	RECD	9,75	1,1	11,5	3,25	25,6
1998	CAPELA DE TRES MARIAS	2005	6132	333821	7	54	6	28/02/2005	T.L.L	1,81	0,25	2,34	0,61	5,01
1998	CAPELA DE TRES MARIAS	2005	6132	333821	7	54	6	28/02/2005	T.L.L	1,81	0,25	2,34	0,61	5,01
2342	SOCIEDADE DE BOM JESUS	2005	6130	333855	7	58	8	28/02/2005	T.L.L	1,81	0,25	2,34	0,61	5,01
2342	SOCIEDADE DE BOM JESUS	2005	6130	333855	7	58	8	28/02/2005	T.L.L	1,81	0,25	2,34	0,61	5,01
444	JOSE OTACILIO HILLESHEIN	2006	6935	334973	7	198	6	10/11/2006	RECD	10,07	0,86	10,16	3,27	24,36
2846	LEURI LUIZ GIOMBELLI	2006	6734	334843	7	182	4	28/02/2006	T.L.L	33,5	3,46	37,69	11,08	85,73

IM	CONTRIBUNITE	ANO	DÍVIDA	INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHA	POSIÇÃO	VENCIMENTO	REC.	VALOR	CORREÇÃO	JUROS	MULTA	TOTAL
2846	LEURI LUIZ GIOMBELLI	2006	6734	334843	7	182	4	28/02/2006	T.L.L	1,86	0,19	2,09	0,61	4,75
2894	EDITOR A COMUNIDADE LTDA	2006	6731	334771	7	173	4	28/02/2006	T.L.L	18,61	1,92	20,94	6,15	47,62
2894	EDITOR A COMUNIDADE LTDA	2006	6731	334771	7	173	4	28/02/2006	T.L.L	1,86	0,19	2,09	0,61	4,75
3868	ASSOCIAÇÃO DA RADIO COMUNITÁRIA MIRIM FM (SEDE)	2006	6706	334733	7	168	6	28/02/2006	T.L.L	18,61	1,92	20,94	6,15	47,62
3868	ASSOCIAÇÃO DA RADIO COMUNITÁRIA MIRIM FM (SEDE)	2006	6706	334733	7	168	6	28/02/2006	T.L.L	1,86	0,19	2,09	0,61	4,75
3946	LADIMIR PEDRO NICODEM	2006	6583	334827	7	180	4	25/04/2006	RECD	22,18	2,22	24,4	7,32	56,12
4103	LIGTAR REPRESENTAÇÕES LTDA	2006	6696	334844	7	182	5	28/02/2006	T.L.L	44,66	4,61	50,25	14,78	114,3
4103	LIGTAR REPRESENTAÇÕES LTDA	2006	6696	334844	7	182	5	28/02/2006	T.L.L	1,86	0,19	2,09	0,61	4,75
4137	RUBENS BERTOL	2006	6575	334915	7	191	4	25/04/2006	RECD	12,62	1,26	13,88	4,16	31,92
4163	MANOEL LORI DE MELLO	2006	6694	334857	7	184	2	28/02/2006	T.L.L	18,61	1,92	20,94	6,15	47,62
4163	MANOEL LORI DE MELLO	2006	6694	334857	7	184	2	28/02/2006	T.L.L	1,86	0,19	2,09	0,61	4,75
4167	GASTÃO HILLESSEIN	2006	6662	334793	7	176	2	15/02/2006	RECD	20,15	2,08	22,67	6,66	51,56
4269	ARI VIEIRA	2006	7000	335242	7	232	3	20/10/2006	RECD	33,38	2,91	34,11	10,88	81,28
4289	DEONIR SCAPINI	2006	6939	335248	7	233	1	10/11/2006	RECD	88,64	7,55	89,45	28,85	214,49
4319	LUIZ C. VIEIRA	2006	6883	335254	7	233	7	17/12/2006	RECD	44,4	3,7	44,25	14,43	106,78
4326	FERMINO BARBOSA	2006	7155	335380	7	249	5	19/01/2007	RECD	33,38	2,71	32,84	10,82	79,75
2342	SOCIEDADE DE BOM JESUS	2006	6750	334928	7	193	1	28/02/2006	T.L.L	1,86	0,19	2,09	0,61	4,75
2342	SOCIEDADE DE BOM JESUS	2006	6750	334928	7	193	1	28/02/2006	T.L.L	1,86	0,19	2,09	0,61	4,75
3231	ADELMO CAVALLI	2006	7163	335322	7	242	3	19/01/2007	RECD	12,09	0,98	11,89	3,92	28,88
2342	SOCIEDADE DE BOM JESUS	2007	7119	335288	7	238	1	28/02/2007	T.L.L	1,9	0,15	1,84	0,61	4,5
2342	SOCIEDADE DE BOM JESUS	2007	7119	335288	7	238	1	28/02/2007	T.L.L	1,9	0,15	1,84	0,61	4,5
2520	VALMIR TICIANI	2007	7369	335458	7	259	3	21/03/2007	RECD	1,84	0,14	1,76	0,59	4,33
2520	VALMIR TICIANI	2007	7370	335457	7	259	2	21/03/2007	RECD	66,76	5,23	64,07	21,59	157,65
2686	BAR LUAN LTDA-ME	2007	7452	335652	7	280	11	30/04/2007	SANIT	76,28	5,81	72,23	24,62	178,94
2686	BAR LUAN LTDA-ME	2007	7452	335652	7	280	11	30/04/2007	SANIT	1,91	0,15	1,81	0,61	4,48
2926	TRANSPORTES PRECIANE LTDA-ME	2007	7105	335311	7	240	8	28/02/2007	T.L.L	45,65	3,64	44,36	14,78	108,43
2926	TRANSPORTES PRECIANE LTDA-ME	2007	7105	335311	7	240	8	28/02/2007	T.L.L	1,9	0,15	1,84	0,61	4,5
3231	ADELMO CAVALLI	2007	7353	335503	7	264	8	10/05/2007	RECD	89,79	6,69	83,93	28,94	209,35
3231	ADELMO CAVALLI	2007	7400	335600	7	276	3	14/09/2007	RECD	30,22	2,07	26,8	9,68	68,77
3768	ALTAIR DOS SANTOS	2007	7355	335528	7	268	1	10/05/2007	RECD	20,15	1,5	18,83	6,49	46,97

IM	CONTRIBUNITE	ANO	DÍVIDA	INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHA	POSIÇÃO	VENCIMENTO	REC.	VALOR	CORREÇÃO	JUROS	MULTA	TOTAL
3789	LAURY OLAVO WEIRICH	2007	7578	335778	8	10	8	11/01/2008	RECD	161,16	10,56	135,7	51,51	358,88
4352	CLEITON MENDES	2007	7347	335568	7	273	1	10/05/2007	RECD	20,15	1,5	18,83	6,49	46,97
4353	DAVI RIBEIRO	2007	7342	335569	7	273	2	10/05/2007	RECD	30,22	2,25	28,24	9,74	70,45
4354	ROBERTO CERUTTI	2007	7338	335570	7	273	3	10/05/2007	RECD	16,69	1,24	15,59	5,37	38,89
4377	CLAUDINEI WILKE	2007	7310	335576	7	274	1	26/07/2007	RECD	139,47	9,95	127	44,82	321,24
4407	FERNANDO DUARTE RODRIGUES	2007	7413	335613	7	277	5	24/10/2007	RECD	39,71	2,7	34,77	12,72	89,9
4447	FERNANDA PLESKI	2007	7449	335649	7	280	8	26/12/2007	RECD	99,36	6,59	84,76	31,78	222,49
4449	SYSTEM FRIO REFRIGERAÇÃO	2007	7454	335654	7	281	2	27/12/2007	DIVER	137,97	9,16	117,7	44,13	308,96
1596	RENE SCHMIDT	2008	7617	335817	8	14	3	12/12/2008	RECD	13,29	0,66	9,48	4,18	27,61
2342	SOCIEDADE DE BOM JESUS	2008	7562	335762	8	9	3	28/02/2008	T.L.L	1,93	0,13	1,6	0,61	4,27
2342	SOCIEDADE DE BOM JESUS	2008	7562	335762	8	9	3	28/02/2008	T.L.L	1,93	0,13	1,6	0,61	4,27
2874	MARILUCI VOTTRI TROMBETTA	2008	7723	335923	8	23	10	10/09/2008	PTU	24,55	1,46	18,46	7,8	52,27
2874	MARILUCI VOTTRI TROMBETTA	2008	7723	335923	8	23	10	10/09/2008	PTU	6,15	0,37	4,62	1,95	13,09
2874	MARILUCI VOTTRI TROMBETTA	2008	7723	335923	8	23	10	10/09/2008	PTU	1,94	0,12	1,46	0,61	4,13
2926	TRANSPORTES PRECIANE LTDA-ME	2008	7516	335716	8	5	1	28/02/2008	T.L.L	46,32	3	38,46	14,79	102,57
2926	TRANSPORTES PRECIANE LTDA-ME	2008	7516	335716	8	5	1	28/02/2008	T.L.L	1,93	0,13	1,6	0,61	4,27
2973	MÓVEIS VOLIPATO LTDA	2008	7519	335719	8	5	4	28/02/2008	T.L.L	33,78	2,19	28,05	10,79	74,81
2973	MÓVEIS VOLIPATO LTDA	2008	7519	335719	8	5	4	28/02/2008	T.L.L	1,93	0,13	1,6	0,61	4,27
3797	ADALBERTO CERUTTI	2008	7654	335854	8	17	7	10/10/2008	RECD	109,54	6,07	80,92	34,68	231,21
4483	PEDRO VELOSO DOS SANTOS	2008	7589	335789	8	11	8	13/03/2007	DIVER	47,68	3,74	45,76	15,42	112,6
4521	GOEDERT EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA	2008	7590	335790	8	11	9	29/02/2008	DIVER	50	3,24	41,52	15,97	110,73
4564	EVERSON SOARES DE CASTRO	2008	7473	335673	8	1	2	30/04/2008	RECD	109,54	6,94	88,52	34,94	239,94
4759	JANE BELLINI SCHAFER	2008	7666	335866	8	18	8	11/12/2008	RECD	100,72	4,99	71,88	31,71	209,3
329	EGON ALLEBRANT	2009	7858	335959	8	27	2	20/05/2009	RECD	10,07	0,44	6,62	3,15	20,28
898	IVO MARTINI	2009	8013	336228	8	51	7	27/03/2009	DIVER	1,94	0,09	1,31	0,6	3,94
1596	RENE SCHMIDT	2009	7811	336077	8	37	10	20/05/2009	RECD	6,44	0,28	4,23	2,01	12,96
1596	RENE SCHMIDT	2009	7836	335981	8	29	2	19/06/2009	RECD	101,2	4,36	65,44	31,66	202,66
1596	RENE SCHMIDT	2009	7851	335966	8	27	9	11/02/2009	RECD	40,48	2	28,03	12,74	83,25
1596	RENE SCHMIDT	2009	7856	335961	8	27	4	20/05/2009	RECD	16,51	0,72	10,85	5,16	33,24
1672	SOCIEDADE DA ESCOLA	2009	7762	336055	8	35	10	27/02/2009	T.L.L	1,96	0,1	1,35	0,61	4,02

IM	CONTRIBUNITE	ANO	DÍVIDA	INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHA	POSICÃO	VENCIMENTO	REC.	VALOR	CORREÇÃO	JUROS	MULTA	TOTAL
1672	SOCIEDADE DA ESCOLA	2009	7762	336055	8	35	10	27/02/2009	T.L.L	1,96	0,1	1,35	0,61	4,02
1998	CAPELA DE TRES MARIAS	2009	7763	336054	8	35	9	27/02/2009	T.L.L	1,96	0,1	1,35	0,61	4,02
1998	CAPELA DE TRES MARIAS	2009	7763	336054	8	35	9	27/02/2009	T.L.L	1,96	0,1	1,35	0,61	4,02
2158	TERRADIESEL LTDA ME	2009	7765	336052	8	35	7	27/02/2009	T.L.L	141,08	6,98	97,71	44,41	290,18
2158	TERRADIESEL LTDA ME	2009	7765	336052	8	35	7	27/02/2009	T.L.L	1,96	0,1	1,35	0,61	4,02
2342	SOCIEDADE DE BOM JESUS	2009	7775	336042	8	34	8	27/02/2009	T.L.L	1,96	0,1	1,35	0,61	4,02
2342	SOCIEDADE DE BOM JESUS	2009	7775	336042	8	34	8	27/02/2009	T.L.L	1,96	0,1	1,35	0,61	4,02
2973	MÓVEIS VOIPATO LTDA	2009	7774	336043	8	34	9	27/02/2009	T.L.L	34,29	1,7	23,75	10,79	70,53
2973	MÓVEIS VOIPATO LTDA	2009	7774	336043	8	34	9	27/02/2009	T.L.L	1,96	0,1	1,35	0,61	4,02
3838	TROPICAL COMÉRCIO DE FRUTAS E VERDURAS	2009	7790	336061	8	36	5	27/02/2009	T.L.L	76,81	3,8	53,2	24,18	157,99
3838	TROPICAL COMÉRCIO DE FRUTAS E VERDURAS	2009	7790	336061	8	36	5	27/02/2009	T.L.L	1,96	0,1	1,35	0,61	4,02
3846	ADEMIR ROSA DA SILVA	2009	7832	335985	8	29	6	26/08/2009	RECD	109,54	4,72	68,55	34,27	217,08
4917	ROSELAINÉ FERRAZZO	2009	7879	336025	8	33	2	19/06/2009	RECD	90,65	3,91	58,62	28,36	181,54

Volnei Antonio Schmidt
Prefeito Municipal em Exercício

Irineópolis

PREFEITURA

Errata da Resolução Nº 18/2014

RESOLUÇÃO Nº 018/2014.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001, e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares à servidora abaixo relacionada:

Nome: Solange de Fátima Rutchenski

Cargo Cozinheira

Período de Férias: 01/09 a 30/09/2014.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis (SC),
em 26 de Agosto de 2014.

WIANEY DE CASSIA O. G. TELES DOS SANTOS
Presidente.

Portaria N º 418/2014

PORTARIA N º 418/2014.

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO TESTE SELETIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO EDITAL N º 004/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 I e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - HOMOLOGAR o resultado do Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação Edital nº 004/2014, com sua respectiva classificação final, conforme anexo único, parte integrante deste ato.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de Setembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Anexo I - Portaria Nº 418/2014

Prefeitura Municipal de Irineópolis

Secretaria Municipal de Educação

CNPJ 83.102.558/0001-05

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES E MONITORES DE CRECHE.

PROCESSO SELETIVO Nº 004/2014.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

1º	THAIS REGINA CHAVES
2º	FLAVIO MASSSANEIRO

MONITOR DE CRECHE

1º	ALCENI DE FÁTIMA BRAZ - Magistério, Pedagogia e Pós.
2º	JUCIMARIA CASTANHO - Magistério, Pedagogia e Pós.
3º	MARIA VIRLEI DE LIMA - Magistério e Pedagogia
4º	VERIDIANA SCHWARZ DIRSCHNABEL - Pedagogia e Pós
5º	ELEONI DOS SANTOS - Pedagogia e Pós
6º	GISELI PATRICIA SENFF - Pedagogia e Pós
7º	CARLA FIGURA WILLE - Pedagogia e Pós
8º	LIDIANE ROBERTA PARTICA - Pedagogia
9º	MARIA IVONE PADILHA DA SILVA - Magistério
10º	OSMARI BRAZ DE OLIVEIRA REICHARDT - Magistério
11º	SILVIA FRANCO DE LIMA - Magistério
12º	VANESSA OLESCOVICZ DE SOUZA - Cursando Pedagogia
13º	CARLA CRISTIANE R. DAS CHAGAS KONOPKA - Cursando Pedagogia
14º	FRANCIELE KARINA DOS SANTOS - Cursando Pedagogia

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

-	JOSÉ RODRIGO PAITER
-	JOSLAINE COLAÇO

Decreto Nº 2651/2014

Decreto nº 2651 /2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10, DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 3.500,00 (Dois mil e oitocentos reais), conforme discriminação seguinte:

02 - PODER EXECUTIVO	
02.09 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
2.018 - Manutenção do Transporte Rodoviário	
3.3.90.00.00.00.00.0255 (116)	Aplicações Diretas R\$ 3.500,00
T O T A L R\$ 3.500,00	

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 255 - Recursos Transferências da União.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 01 de setembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

HOSPITAL BOM JESUS**Decreto 2649/14**

DECRETO 2649/2014

DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela p Lei nº 1758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.13,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme discriminação seguinte:

03 - HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS		
03.01 - HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS -		
2.028 - Manutenção do Hospital Bom Jesus		
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0258	Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
	TOTAL	R\$ 40.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

03 - HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS		
03.01 - HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS -		
2.028 - Manutenção do Hospital Bom Jesus		
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0258	Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
	TOTAL	R\$ 40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 29 de agosto de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

Extratos de Termos Aditivos - PR 1/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2010 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2010

Nº ADITIVO: 9º

Nº CONTRATO: 26/2010

CONTRATADA: Ravatur Transporte Escolar Ltda. ME

Objeto: alteração do valor do Km rodado de R\$ 1,94 para 3,30, tendo em vista a substituição do veículo Kombi para ônibus. O valor a ser pago será de R\$ 27.703,20, com efeito retroativo de fevereiro a julho/2014. Itaiópolis, 22 de agosto de 2014. Gervásio Uhlmann Prefeito Municipal

Nº CONTRATO: 31/2010

CONTRATADA: Trans Pinotti Ltda. EPP

Objeto: aumento de quilometragem da linha nº 7 de 61 para 64,5 Km, retroativo a fevereiro/2014. Valor a ser pago será de R\$ 1.429,57, com efeito retroativo fevereiro a julho/2014.

Itaiópolis, 22 de agosto de 2014. Gervásio Uhlmann Prefeito Municipal

Nº CONTRATO: 19/2010

CONTRATADA: Aristeu Olsen ME

Objeto: aumento de quilometragem da linha nº 11 de 108 Km para 131,5 Km ida e volta, com efeito retroativo de 10/02 a 04/04/2014 e de 131,5 Km para 139,5, com efeito retroativo de 07/04/ a 31/07/2014. Valor total a ser pago será de R\$ 9.612,20.

Itaiópolis, 26 de agosto de 2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal

Extrato de Termo Aditivo - PR Nº 4/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2013

Nº ADITIVO: 4º

Nº CONTRATO: 20/2013

CONTRATADA: Baluci Transportes Ltda. ME

Objeto: aumento de quilometragem da linha nº 45, de 41 Km para 48,5 Km ida e volta. Valor a ser pago será de R\$ 2.992,50, com efeito retroativo de fevereiro a julho/2014.

Itaiópolis, 26 de agosto de 2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato - PR Nº 50/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2014 - OBJETO: contratação de empresa para prestar serviços de limpeza de fossas sépticas, sumidouros, filtros, caixa de gordura e desentupimento, coleta, transporte e destinação final dos resíduos, para diversas Secretarias Municipais. CONTRATO Nº 76/2014. CONTRATADA: Mário Cesar Pereira Filho ME. VALOR: R\$ 19.980,00. Prazo: 31/12/2014.

Itaiópolis, 26 de agosto de 2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal.

Editais de Notificações Agosto - Itaiópolis 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 914/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BKO6023	54960356E	6920/0	22/05/2014	R\$ 127,69	233
LZH3912	54960353E	6599/2	16/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZH3912	54960355E	5010/0	16/05/2014	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 2 DE SETEMBRO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 350 915/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJW9669	54960120E	5169/1	28/06/2014	165
AME0237	54960131E	5185/1	30/06/2014	167
MFK2603	54960118E	5460/0	27/06/2014	181 * IX
MIF5157	54960133E	5185/1	30/06/2014	167
MJN3054	54960274E	5452/2	30/06/2014	181 * VIII
MLH2704	54960135E	5452/2	30/06/2014	181 * VIII
MLZ3494	54960409E	5452/2	07/07/2014	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 2 DE SETEMBRO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 350 916/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZA5948	54960075E	6599/2	15/07/2014	230 * V
LZA5948	54960077E	5010/0	15/07/2014	162 * I
LZX4944	54960379E	6599/2	12/07/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 2 DE SETEMBRO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 917/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADU3845	59908340D	5010/0	16/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
ADW0495	54960068E	6920/0	28/04/2014	R\$ 127,69	233
AGI3879	54960370E	5010/0	09/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
AJZ4749	54960208E	6920/0	15/04/2014	R\$ 127,69	233
AMC4009	54960310E	6920/0	12/05/2014	R\$ 127,69	233
CIU2548	59908337D	6645/0	09/04/2014	R\$ 127,69	230 * X
KHI5727	54960105E	5045/0	19/04/2014	R\$ 191,53	162 * V
LWZ0628	54960030E	6599/2	05/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
LWZ0628	54960031E	6912/0	05/04/2014	R\$ 53,20	232
LXQ5414	54960256E	5010/0	12/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDD2239	54960209E	6920/0	23/04/2014	R\$ 127,69	233
MEK4521	59908338D	5010/0	12/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHD3664	54960403E	5010/0	04/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHR2362	54960107E	5169/1	19/04/2014	R\$ 1.915,38	165
MHR2362	59908096D	5010/0	19/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHR2362	59908097D	6599/2	19/04/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 2 DE SETEMBRO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLÍCIA

1 / 1



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 350 918/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJS2974	54960344E	6769/1	26/07/2014	230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 2 DE SETEMBRO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 919/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACI8329	54960114E	5010/0	21/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYM0280	54960108E	5010/0	31/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYM0280	54960109E	6599/2	31/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYM0280	54960110E	6556/4	31/05/2014	R\$ 191,53	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 2 DE SETEMBRO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA

Itapiranga

PREFEITURA

Decreto N. 143, de 26 de Agosto de 2014

DECRETO N. 143, DE 26 DE AGOSTO DE 2014.

Anula o Processo de Compras n. 125/2014 do Município de Itapiranga SC, na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e o que dispõe a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

Decreta:

Art. 1º. Fica anulado o Processo de Compras nº 125/2014, do Município de Itapiranga SC, na Modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 125/2014, emitido em 08/08/2014.

Parágrafo único. O cancelamento previsto no caput deste artigo se dá por não terem ocorrido interessados na participação do certame licitatório (Licitação Deserta).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 26 de agosto de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sergio Luis Kessler

Secretario Municipal de Administração.

Decreto Nº 144, de 26 de Agosto de 2014

DECRETO Nº 144, DE 26 DE AGOSTO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC:

10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0042.2018 - Manutenção das Atividades da Assistência Social

33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas

R\$ 120.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para o crédito especial, objeto do art. 1º deste Decreto, a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0042.2018 - Manutenção das Atividades da Assistência Social

33.90.00.00.00.00.0114 - Aplicações Diretas

R\$ 120.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 26 de agosto de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

Decreto Nº 145, de 26 de Agosto de 2014

DECRETO Nº 145, DE 26 DE AGOSTO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga, por conta do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do município de Itapiranga, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de recurso: 104 - recursos ordinários no valor de R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais) e na fonte de recurso: 120 - Rec. de Impostos para Educação, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais):

04.01 - Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento

04.123.0018.1017 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente

44.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas

R\$ 270,00

06.02 - Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto - Educação Infantil

12.365.0070.2034 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil

31.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas

R\$ 40.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 26 de agosto de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

Decreto Nº 146, de 26 de Agosto de 2014

DECRETO Nº 146, DE 26 DE AGOSTO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Itapiranga - SC e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Itapiranga - SC: 92.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.2026 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

31.90.00.00.00.00.00.0603 - Aplicações Diretas

R\$ 36.000,00

33.90.00.00.00.00.00.0126 - Aplicações Diretas

R\$ 25.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para o crédito especial, objeto do art. 1º deste Decreto, a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

92.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.2026 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

33.90.00.00.00.00.00.0603 - Aplicações Diretas

R\$ 36.000,00

31.90.00.00.00.00.00.0126 - Aplicações Diretas

R\$ 25.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 26 de agosto de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO N. 147, de 29 de Agosto de 2014

D E C R E T O N. 147, DE 29 DE AGOSTO DE 2014.

Anula o edital do Processo Licitatório n. 26/2014 do Fundo Municipal de Saúde de Itapiranga SC, na Modalidade de Pregão Presencial e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e o que dispõe a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

D e c r e t a:

Art. 1º. Fica anulado o Processo Licitatório nº 26/2014, do Fundo Municipal de Saúde de Itapiranga SC, na modalidade de Pregão Presencial, emitido em 14/08/2014.

Parágrafo único. O cancelamento previsto no caput deste artigo se dá por não terem ocorrido interessados na participação do certame licitatório (Licitação Deserta).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 29 de agosto de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

Lei Municipal Nº 2.926, de 2 de Setembro de 2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.926, DE 2 DE SETEMBRO DE 2014.

Altera a Lei Municipal nº 2.242, de 06 de maio de 2005 que institui, oficializa e denomina o sistema viário do imóvel constituído por parte do lote nº 1 da linha Santa Fé, neste município de Itapiranga, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em exercício de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Ficam alterados os incisos III e V, do artigo 1º, da Lei Municipal 2.242, de 06 de maio de 2005, que institui, oficializa e denomina o sistema viário do imóvel constituído por parte do lote nº 1 da linha Santa Fé, neste município de Itapiranga, ficando com a seguinte redação:

Art. 1º

I -

II -

III - RUA DOURADO, com área de 3.558,36m²;

IV -

V - RUA LAMBARI, com área de 792,00m².

Art. 2º Ficam inalteradas as demais disposições da Lei Municipal 2.242, de 06 de maio de 2005.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 2 de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

Lei Municipal Nº 2.927, de 2 de Setembro de 2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.927, DE 2 DE SETEMBRO DE 2014.

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em exercício de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga, no exercício de 2014 nas seguintes dotações orçamentárias:

03.01 - Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos
04.122.0010.2004 - Manutenção das Atividades da Secret. da Administração
33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00

03.03 - Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos- Urbanismo
15.452.0076.2009 - Manutenção das Atividades do Setor de Urbanismo
33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
R\$ 41.000,00
Total R\$ 141.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial/total da seguinte dotação orçamentária:

03.01 - Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos
04.123.0076.1003 - Aquisição de Imóveis
44.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
R\$ 140.000,00
44.90.00.00.00.00.0115 - Aplicações Diretas
R\$ 1.000,00
Total R\$ 141.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 2 de setembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler
Secretário Municipal de Administração.

Lei Municipal Nº 2.928, de 2 de Setembro de 2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.928, DE 2 DE SETEMBRO DE 2014.

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em exercício de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga, no exercício de 2014 nas seguintes dotações orçamentárias:

03.01 - Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos
04.122.0010.1033 - Construção e Reforma de Prédios Públicos
33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
R\$ 40.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial/total da seguinte dotação orçamentária:

02.01 - Gabinete do Prefeito
04.122.0140.1002 -Aquisição de Veículos e Equip. e Manutenção

Permanente
44.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

03.03 - Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos- Urbanismo
15.452.0076.1024 - Construções de Praças, Parques e Banheiros Públicos
44.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
R\$ 30.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 2 de setembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler
Secretário Municipal de Administração.

Lei Municipal Nº 2.929, de 2 de Setembro de 2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.929, DE 2 DE SETEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a alienação na modalidade de venda de bem imóvel e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em exercício de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar a alienação na modalidade venda do bem imóvel parte do lote rural nº 65, da Linha Ipê, situado neste município de Itapiranga-SC, com área de 2.182,00m² (dois mil cento e oitenta e dois metros quadrados), constante na matrícula nº 7.285, do CRI de Itapiranga SC.

Parágrafo único. A modalidade de venda disposta no caput deste artigo será de conformidade com a Lei 8.666/93.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2.922, de 12 de agosto de 2014.

Itapiranga - SC, 2 de setembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler
Secretário Municipal de Administração.

Lei Complementar Nº 81, de 2 de Setembro de 2014 LEI COMPLEMENTAR Nº 81, DE 2 DE SETEMBRO DE 2014.

Altera dispositivos da Lei Complementar 25 de 29 de setembro de 2009 que dispõe sobre normas gerais de direito tributário de administração tributária do Município de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art.1º Ficam acrescidos os parágrafos 6º a 12 no artigo 184 da Lei Complementar 25 de 29 de setembro de 2009 com a seguinte redação:

Art. 184. ...

§6º Na prestação dos serviços na modalidade de empreitada global (fornecimento de materiais e mão de obra) a que se referem os subitens 7.02 e 7.05 da lista do ANEXO VII, deduzir-se-á da base de cálculo do imposto, o valor de custo dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços.

§7º A dedução do valor dos materiais fornecidos fica condicionada à comprovação por meio das notas fiscais de aquisição ou de remessa do material fornecido, com a indicação do endereço da obra pelo emitente da nota fiscal.

§8º A dedução do valor dos materiais fornecidos somente poderá ser feita quando estes se incorporarem diretamente à obra, perdendo sua identidade física no ato da incorporação e a data da emissão da nota fiscal dos materiais se referirem ao mesmo período da medição ou conclusão da etapa.

§9º O contribuinte poderá optar pelo regime presumido de dedução de materiais, hipótese em que deduzirá do preço global o montante de 50%(cinquenta por cento) a título de materiais incorporados à obra.

§10. A opção prevista no parágrafo anterior deverá ser manifestada no prazo máximo de 90 dias, a contar da data do início da obra, ficando sujeito a tal regime até a sua conclusão.

§11. O percentual presumido de dedução prevalecerá igualmente nos casos em que o contribuinte não conseguir comprovar de modo satisfatório o custo real dos materiais empregados na obra.
§12. O percentual máximo de dedução de materiais aceito será de 70% (setenta por cento) do valor das notas fiscais de serviço.

Art.2º Fica alterado o artigo 189 da Lei Complementar 25 de 29 de setembro de 2009 que passa ter a seguinte redação:

Art. 189. Na impossibilidade da apuração do preço do serviço na atividade de construção civil através de informações contábeis ou fiscais, de conformidade com a legislação vigente, o preço desse serviço será apurado pela sistemática específica.

Parágrafo único. Fica criada a pauta de valores correspondentes ao preço por metro quadrado (m²) a serem utilizados na apuração do valor do ISSQN aplicado na construção civil, para efeito de cálculo de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, tomando-se por parâmetro o CUB - Custo Unitário Básico da Construção Civil, sobre o qual aplicar-se-á proporcionalmente ao tipo de obra realizada, percentuais referente ao valor estimado dos serviços aplicado em cada tipo de construção, observando-se as demais disposições constantes nos seguintes incisos:

I - os percentuais serão estabelecidos segundo padrão de

acabamento do tipo de obra de conformidade com o memorial descritivo anexo ao pedido de licença para a construção e do enquadramento do IPTU, conforme a tabela a seguir e deste valor será deduzido 50% (cinquenta por cento) relativo ao valor dos materiais;

II - em se tratando de construção do tipo mista, será utilizado para o cálculo o valor correspondente à metragem quadrada de cada um, de acordo com o valor estabelecido na tabela a seguir e pauta de valores, criada no caput deste parágrafo;

III - reforma sem aumento de área, será calculada a base de 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao tipo de construção do imóvel reformado, previsto na tabela a seguir, a que se refere o caput do parágrafo único deste artigo, considerando-se a área indicada na licença expedida pelo Município ou a área total construída, se a reforma for diferente ou não constar da respectiva licença.

Tipo de Construção	Padrão	% sobre o CUB
Alvenaria	Alto	100%
	Normal	85%
	Econômico	60%
Madeira	Alto	80%
	Normal	45%
	Econômico	35%

FÓRMULA DE CÁLCULO:

CUB X % da Tabela = Valor do m² X metragem da edificação = Valor estimado da obra - 50% de materiais = Valor da base de cálculo

Base de Cálculo X Alíquota do ISSQN constante na Tabela de Serviços = Valor do ISSQN.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 2 de setembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler
Secretário Municipal de Administração.

Decreto Nº 148, de 2 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 148, DE 2 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em exercício de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 2927, de 2 de setembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga, no exercício de 2014 nas seguintes dotações orçamentárias:

03.01 - Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos
04.122.0010.2004 - Manutenção das Atividades da Secret. da Administração
33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas

R\$ 100.000,00

03.03 - Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos- Urbanismo

15.452.0076.2009 - Manutenção das Atividades do Setor de Urbanismo

33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas

R\$ 41.000,00

Total R\$ 141.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial/total da seguinte dotação orçamentária:

03.01 - Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos

04.123.0076.1003 - Aquisição de Imóveis

44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas

R\$ 140.000,00

44.90.00.00.00.00.00.0115 - Aplicações Diretas

R\$ 1.000,00

Total R\$ 141.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 2 de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

Decreto Nº 149, de 2 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 149, DE 2 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em exercício de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 2928, de 2 de setembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga, no exercício de 2014 nas seguintes dotações orçamentárias:

03.01 - Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos

04.122.0010.1033 - Construção e Reforma de Prédios Públicos

33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas

R\$ 40.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial/total da seguinte dotação orçamentária:

02.01 - Gabinete do Prefeito

04.122.0140.1002 -Aquisição de Veículos e Equip. e Manutenção Permanente

44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

03.03 - Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos- Urbanismo

15.452.0076.1024 - Construções de Praças, Parques e Banheiros Públicos

44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas

R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 2 de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

Extrato do Contrato Nº 118/2014/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 118/2014/RH

PARTES: Município de Itapiranga e MARCIA CRISTINA PASCOA PREIS

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2013

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 15/2014 onde altera a Carga Horária do contrato de Prestação de Serviço Temporário de 30 horas para 40 horas, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referencia: B-01

VIGÊNCIA: 07/08/2014 a 12/12/2014.

Itapiranga - SC, 01 de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Portaria 011/2014 - Contratos - Prefeitura

PORTARIA Nº 011/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Daniele A. Maia, matrícula nº 14600/02, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de Registro de Preço nº 226/2014 e 229/2014, firmadas pelo Município de Itapiranga em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 118/2014, que tem por objeto a aquisição, de forma parcelada, de materiais e equipamentos diversos, para as diversas secretarias desta municipalidade.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 29 de agosto de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Portaria 012/2014 - Contratos - Prefeitura

PORTARIA Nº 012/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Sérgio Kessler, matrícula nº 14463/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de Registro de Preço nº 227/2014, firmadas pelo Município de Itapiranga em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 118/2014, que tem por objeto a aquisição, de forma parcelada, de materiais e equipamentos diversos, para as diversas secretarias desta municipalidade.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 29 de agosto de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Portaria 013/2014 - Contratos - Prefeitura

PORTARIA Nº 013/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Dinorvan Perin, matrícula nº 15019/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de Registro de Preço nº 228/2014, firmadas pelo Município de Itapiranga em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 118/2014, que tem por objeto a aquisição, de forma parcelada, de materiais e equipamentos diversos, para as diversas secretarias desta municipalidade.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 29 de agosto de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Portaria 014/2014 - Contratos - Prefeitura

PORTARIA Nº 014/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Egon Haas, matrícula nº 14185/02, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de Registro de Preço nº 230/2014 e 231/2014, firmadas pelo Município de Itapiranga em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 123/2014, que tem por objeto a aquisição de brita, pedrisco, pó de brita, destinados para manutenção das atividades das diversas secretarias municipais.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 29 de agosto de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Portaria 015/2014 - Contratos - Prefeitura

PORTARIA Nº 015/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Sérgio L. Kessler, matrícula 14463/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de Registro de Preço nº 232/2014, firmadas pelo Município de Itapiranga em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 122/2014, que tem por objeto a aquisição de portas e janelas em vidro destinadas para instalação da central de vídeo monitoramento na polícia militar e portas de correr de vidro para o prédio da prefeitura.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 29 de agosto de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Portaria 016/2014 - Contratos - Prefeitura

PORTARIA Nº 016/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Ênio J. Pauli, matrícula nº 6723/05, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de Registro de Preço nº 233/2014, firmadas pelo Município de Itapiranga em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 124/2014, que tem por objeto a contratação de empresas para realização de transporte de atletas e outros, conforme autoriza a lei municipal nº 2.497/2008.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 29 de agosto de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Portaria 017/2014 - Contratos - Prefeitura

PORTARIA Nº 017/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Clenice S. Becker, matrícula 3125/07, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de Registro de Preço nº 234/2014, 235/2014, 236/2014, 237/2014, 238/2014, 239/2014 e 240/2014, firmadas pelo Município de Itapiranga em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 126/2014, que tem por objeto a aquisição, de forma parcelada, de materiais didático pedagógicos para manutenção das atividades das escolas municipais.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 29 de agosto de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Portaria 018/2014 - Contratos - Prefeitura

PORTARIA Nº 018/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Ivair P. Tavares, matrícula 7735/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 110/2014, para organização e execução de Concurso Público, e dos Contratos 111/2014 e 112/2014, para realização de processos seletivos, firmadas pelo Município de Itapiranga para contratação de servidores públicos municipais, do quadro geral de servidores, conforme legislação municipal vigente.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 29 de agosto de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Portaria 019/2014 - Contratos - Prefeitura

PORTARIA Nº 019/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor João Engel, matrícula 14831/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento dos Contratos nº 114/2014, 115/2014 e 116/2014, firmados pelo Município de Itapiranga em virtude do Pregão Presencial nº 116/2014, que tem por objeto a aquisição de materiais e equipamentos destinados para uso do corpo de bombeiros de Itapiranga.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 29 de agosto de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Portaria Nº 217/2014

Portaria nº 217 de 29 de agosto de 2014.
Concede licença especial à servidora municipal.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 56 de 26/03/2013.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder licença especial à servidora municipal Daniela Vieira Martins, sob matrícula nº 14310/01 no total da carga horária, no período de 01/06/2014 até 30/11/2014, para cuidar de seu filho Renato Junior Vieira Martins de Oliveira portador de necessidades especiais, conforme laudos expedidos por equipe multidisciplinar, de acordo com a Lei Complementar nº 56 de 26 de março de 2013.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 01/06/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 29 de agosto de 2014.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Portaria 020/2014 - Contratos - Prefeitura

PORTARIA Nº 020/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Egon Haas, matrícula nº 14185/02, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 117/2014, firmados pelo Município de Itapiranga em virtude da Inexigibilidade de Licitação nº 127/2014, que tem por objeto a aquisição de peças para conserto da Motoniveladora marca COWDIN, da secretaria de transportes, desta municipalidade.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 29 de agosto de 2014.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Portaria 021/2014 - Contratos - Prefeitura

PORTARIA Nº 021/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Ivair P. Tavares, matrícula 7735/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 119/2014, firmados pelo Município de Itapiranga em virtude do Pregão Presencial nº 120/2014, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistemas de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 29 de agosto de 2014.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Portaria 022/2014 - Contratos - Prefeitura

PORTARIA Nº 022/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Daniele A. Maia, matrícula nº 14600/02, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 120/2014, firmados pelo Município de Itapiranga em virtude do Pregão Presencial nº 121/2014, que tem por objeto a aquisição de backup em nuvem para armazenamento de dados, licença de antivírus e outros materiais destinados ao setor de informática e demais secretarias desta municipalidade.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 29 de agosto de 2014.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Portaria 023/2014 - Contratos - Prefeitura

PORTARIA Nº 023/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Nelson A. Arenhardt, matrícula nº 7557/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 122/2014, firmados pelo Município de Itapiranga, que tem por objeto a permissão de uso de Bilheteria para venda de passagem com área de 8,14 m² com duas antessalas para depósito com área de 4,76 m² cada, perfazendo área total de 17,66 m², identificada como "sala 02", localizada no Terminal Rodoviário Pedra Vermelha.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 29 de agosto de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Portaria 007/2014 - Contratos - Saude

PORTARIA Nº 007/2014 - CONTRATOS - SAÚDE.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Flavio Santos, matricula nº 6493/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 025/2014 - FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, que tem por objeto a contratação de seguro para veículo do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 29 de agosto de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Itapoá**PREFEITURA****Decreto Municipal Nº 2262/2014 - Dispõe Sobre A Abertura de Créditos Adicionais Suplementares por Anulações de Dotações Dentro da Mesma Categoria de Programação.**

DECRETO MUNICIPAL NO2262/2014

Data: 28 de agosto de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 6º, inciso I, da Lei Municipal nº 501/2013 - LOA 2014 e considerando CI 90/14, da Divisão de Orçamento,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por anulações de dotações dentro da mesma categoria de programação, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 2.151.000,00 (dois milhões cento e cinquenta e um mil reais), conforme segue:

Suplementações**02.00 CONTROLE INTERNO****02.01 Controladoria**

041240003.2003 Folha de Pagamento da Controladoria Interna

33190 Aplicações Diretas (7) FR 10000
..... R\$ 19.500,00**03.00 GABINETE DO PREFEITO****03.01 Gabinete do Prefeito**

041220002.2005 Folha de Pagamento do Gabinete do Prefeito

33190 Aplicações Diretas (14) FR 10000
..... R\$ 26.000,00**03.02 Gabinete do Vice-Prefeito**

041220002.2011 Folha de Pagamento do Gabinete do Vice-Prefeito

33190 Aplicações Diretas (24) FR 10000
..... R\$ 14.000,00**04.00 PROCURADORIA JURÍDICA****04.01 Departamento Jurídico**

020610017.2013 Folha de Pagamento da Procuradoria Jurídica

33190 Aplicações Diretas (30) FR 10000
..... R\$ 21.500,00**05.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****05.01 Departamento de Administração**

041220003.2016 Folha de Pagamento do Departamento de Administração

33190 Aplicações Diretas (40) FR 10000
..... R\$ 86.000,00**05.02 Departamento de Finanças**

041220003.2019 Folha de Pagamento do Departamento de Finanças

33190 Aplicações Diretas (51) FR 10000
..... R\$ 76.000,00**06.00 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO****06.01 Departamento de Planejamento**

044510004.2021 Folha de Pagamento do Departamento de Planejamento

33190 Aplicações Diretas (55) FR 10000
..... R\$ 11.000,00

06.02 Departamento de Urbanismo
044510004.2023 Folha de Pagamento do Departamento de Urbanismo
33190 Aplicações Diretas (65) FR 10000
..... R\$ 30.000,00

07.00 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
07.01 Departamento de Desenvolvimento
113340018.2027 Folha de Pagamento do Departamento de Desenvolvimento
33190 Aplicações Diretas (74) FR 10000
..... R\$ 27.000,00

07.02 Departamento de Indústria e Comércio
226610018.2029 Folha de Pagamento do Departamento de Indústria e Comércio
33190 Aplicações Diretas (78) FR 10000
..... R\$ 27.000,00

08.00 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
08.01 Departamento de Esporte
278120016.2031 Folha de Pagamento do Departamento de Esporte
33190 Aplicações Diretas (88) FR 10000
..... R\$ 29.500,00

08.02 Departamento de Lazer
278120016.2037 Folha de Pagamento do Departamento de Lazer
33190 Aplicações Diretas (105) FR 10000
..... R\$ 11.500,00

09.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA
09.01 Departamento de Agricultura
206010012.2039 Folha de Pagamento do Departamento de Agricultura
33190 Aplicações Diretas (110) FR 10000
..... R\$ 26.000,00

10.00 SECRETARIA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA
10.01 Fundo de Desenvolvimento de Turismo - FUNDETUR
236950006.2052 Folha de Pagamento do FUNDETUR
33190 Aplicações Diretas (141) FR 10000
..... R\$ 14.000,00

10.02 Fundo Municipal de Meio-Ambiente - FMMA
185410007.2057 Folha de Pagamento do FMMA
33190 Aplicações Diretas (156) FR 10000
..... R\$ 20.000,00

10.03 Departamento de Cultura
133920008.2068 Folha de Pagamento do Departamento de Cultura
33190 Aplicações Diretas (181) FR 10000
..... R\$ 18.500,00

11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
11.01 Departamento de Obras
154510009.2075 Folha de Pagamento do Departamento de Obras
33190 Aplicações Diretas (199) FR 10000
..... R\$ 36.000,00

11.02 Departamento de Serviços Públicos
154520009.2079 Folha de Pagamento do Departamento de Serviços Públicos
33190 Aplicações Diretas (211) FR 10000
..... R\$ 86.500,00

154520009.2080 Estruturação e Manutenção do Cemitério da Jaca
34490 Aplicações Diretas (214) FR 10000
..... R\$ 38.000,00

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
13.01 Ensino Fundamental
123610021.2096 Folha de Pagamento dos Profissionais da Educação Fundamental
33190 Aplicações Diretas (20) FR 21800
..... R\$ 405.000,00

13.02 Ensino Infantil
123650021.2101 Folha de Pagamento dos Profissionais da Educação Infantil

33190 Aplicações Diretas (37) FR 21800
..... R\$ 555.000,00

13.03 Ensino Fundamental / EJA
123660021.2106 Folha de Pagamento dos Profissionais do EJA
33190 Aplicações Diretas (46) FR 10100
..... R\$ 27.000,00

33190 Aplicações Diretas (47) FR 21800
..... R\$ 36.000,00

14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
14.01 Fundo Municipal de Saúde
103010013.2142 Folha de Pagamento do FMS
33190 Aplicações Diretas (35) FR 10200
..... R\$ 460.000,00

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
15.01 Fundo Municipal de Assistência Social
082440005.2143 Folha de Pagamento do FMS
33190 Aplicações Diretas (25) FR 10000
..... R\$ 50.000,00

Total das Suplementações R\$ 2.151.000,00

Anulações

02.00 CONTROLE INTERNO
02.01 Controladoria
041240003.2003 Folha de Pagamento da Controladoria Interna
33191 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos (8) FR 10000 ..
..... R\$ 19.500,00

03.00 GABINETE DO PREFEITO
03.01 Gabinete do Prefeito
041220002.2005 Folha de Pagamento do Gabinete do Prefeito
33191 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos (15) FR 10000
..... R\$ 26.000,00

03.02 Gabinete do Vice-Prefeito
041220002.2011 Folha de Pagamento do Gabinete do Vice-Prefeito
33191 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos (25) FR 10000
..... R\$ 14.000,00

04.00 PROCURADORIA JURÍDICA
04.01 Departamento Jurídico
020610017.2013 Folha de Pagamento da Procuradoria Jurídica
33191 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos (31) FR 10000
..... R\$ 21.500,00

05.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
05.01 Departamento de Administração
041220003.2016 Folha de Pagamento do Departamento de Administração
33191 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos (41) FR 10000
..... R\$ 86.000,00

05.02 Departamento de Finanças
041220003.2019 Folha de Pagamento do Departamento de Finanças
33191 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos (52) FR 10000
..... R\$ 76.000,00

06.00 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
06.01 Departamento de Planejamento
044510004.2021 Folha de Pagamento do Departamento de Planejamento
33191 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos (56) FR 10000
..... R\$ 11.000,00

06.02 Departamento de Urbanismo
044510004.2023 Folha de Pagamento do Departamento de Urbanismo
33191 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos (66) FR 10000
..... R\$ 30.000,00

07.00 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
07.01 Departamento de Desenvolvimento
113340018.2027 Folha de Pagamento do Departamento de

Desenvolvimento

33191 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos (75) FR 10000 R\$ 27.000,00

07.02 Departamento de Indústria e Comércio
226610018.2029 Folha de Pagamento do Departamento de Indústria e Comércio
33191 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos (79) FR 10000 R\$ 27.000,00

08.00 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
08.01 Departamento de Esporte
278120016.2031 Folha de Pagamento do Departamento de Esporte
33191 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos (89) FR 10000 R\$ 29.500,00

08.02 Departamento de Lazer
278120016.2037 Folha de Pagamento do Departamento de Lazer
33191 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos (106) FR 10000 R\$ 11.500,00

09.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA
09.01 Departamento de Agricultura
206010012.2039 Folha de Pagamento do Departamento de Agricultura
33191 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos (111) FR 10000 R\$ 26.000,00

10.00 SECRETARIA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA
10.01 Fundo de Desenvolvimento de Turismo - FUNDETUR
236950006.2052 Folha de Pagamento do FUNDETUR
33191 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos (142) FR 10000 R\$ 14.000,00

10.02 Fundo Municipal de Meio-Ambiente - FMMA
185410007.2057 Folha de Pagamento do FMMA
33191 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos (157) FR 10000 R\$ 20.000,00

10.03 Departamento de Cultura
133920008.2068 Folha de Pagamento do Departamento de Cultura
33191 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos (182) FR 10000 R\$ 18.500,00

11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
11.01 Departamento de Obras
154510009.2075 Folha de Pagamento do Departamento de Obras
33191 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos (200) FR 10000 R\$ 36.000,00

11.02 Departamento de Serviços Públicos
154520009.2079 Folha de Pagamento do Departamento de Serviços Públicos
33191 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos (212) FR 10000 R\$ 86.500,00

154520009.2080 Estruturação e Manutenção do Cemitério da Jaca
33390 Aplicações Diretas (213) FR 10000 R\$ 38.000,00

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
13.01 Ensino Fundamental
123610021.2096 Folha de Pagamento dos Profissionais da Educação Fundamental
33191 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos (22) FR 21800 R\$ 405.000,00

13.02 Ensino Infantil
123650021.2101 Folha de Pagamento dos Profissionais da Educação Infantil
33191 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos (39) FR 21800 R\$ 555.000,00

13.03 Ensino Fundamental / EJA
123660021.2106 Folha de Pagamento dos Profissionais do EJA
33191 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos (48) FR 10100 R\$ 27.000,00

33191 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos (49) FR 21800 R\$ 36.000,00

14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 Fundo Municipal de Saúde
103010013.2142 Folha de Pagamento do FMS
33191 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos (44) FR 10200 R\$ 460.000,00

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
15.01 Fundo Municipal de Assistência Social
082440005.2143 Folha de Pagamento do FMS
33191 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos (26) FR 10000 R\$ 50.000,00

Total das Anulações R\$ 2.151.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 28 de agosto de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Decreto Municipal Nº 2263/2014 - Dispõe Sobre A Abertura de Créditos Adicionais Suplementares por Excesso de Arrecadação.

DECRETO MUNICIPAL NO2263/2014

Data: 28 de agosto de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 6º, inciso V, da Lei Municipal nº 501/2013 - LOA 2014 e considerando CI 91/14, da Divisão de Orçamento,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por excesso de arrecadação, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 1.252.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta e dois mil reais), conforme segue: Suplementações

02.00 CONTROLE INTERNO

02.01 Controladoria

041240003.2002 Manutenção da Controladoria Interna

33390 Aplicações Diretas (5) FR 10000 R\$ 1.300,00

03.00 GABINETE DO PREFEITO

03.01 Gabinete do Prefeito

041220002.2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito

33390 Aplicações Diretas (12) FR 10000 R\$ 16.300,00

041220002.2005 Folha de Pagamento do Gabinete do Prefeito

33190 Aplicações Diretas (14) FR 10000 R\$ 150.000,00

03.02 Gabinete do Vice-Prefeito

041220002.2010 Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito

33390 Aplicações Diretas (22) FR 10000 R\$ 1.300,00

04.00 PROCURADORIA JURÍDICA

04.01 Departamento Jurídico

020610017.2012 Manutenção da Procuradoria Jurídica

33390 Aplicações Diretas (28) FR 10000 R\$ 8.700,00

05.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

05.01 Departamento de Administração

041220003.2015 Manutenção do Departamento de Administração

33390 Aplicações Diretas (34) FR 10000 R\$ 45.000,00

041220003.2016 Folha de Pagamento do Departamento de

Administração

33190 Aplicações Diretas (40) FR 10000
 R\$ 200.000,00
 05.02 Departamento de Finanças
 041220003.2018 Manutenção do Departamento de Finanças
 33390 Aplicações Diretas (48) FR 10000
 R\$ 29.000,00
 041220003.2019 Folha de Pagamento do Departamento de Finan-
 ças
 33190 Aplicações Diretas (51) FR 10000
 R\$ 180.000,00
 06.00 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
 06.01 Departamento de Planejamento

044510004.2020 Manutenção do Departamento de Planejamento
 33390 Aplicações Diretas (53) FR 10000
 R\$ 8.700,00
 044510004.2021 Folha de Pagamento do Departamento de Pla-
 nejamento
 33190 Aplicações Diretas (55) FR 10000
 R\$ 40.000,00
 06.02 Departamento de Urbanismo
 044510004.2022 Manutenção do Departamento de Urbanismo
 33390 Aplicações Diretas (63) FR 10000
 R\$ 2.500,00
 07.00 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E CO-
 MÉRCIO
 07.01 Departamento de Desenvolvimento
 113340018.2026 Manutenção do Departamento de Desenvolvi-
 mento
 33390 Aplicações Diretas (72) FR 10000
 R\$ 1.300,00
 07.02 Departamento de Indústria e Comércio
 226610018.2028 Manutenção do Departamento de Indústria e
 Comércio
 33390 Aplicações Diretas (76) FR 10000
 R\$ 2.500,00
 08.00 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
 08.01 Departamento de Esporte
 278120016.2030 Manutenção do Departamento de Esporte
 33390 Aplicações Diretas (86) FR 10000
 R\$ 5.000,00
 09.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA
 09.01 Departamento de Agricultura
 206010012.2038 Manutenção do Departamento de Agricultura
 33390 Aplicações Diretas (108) FR 10000
 R\$ 5.000,00
 09.02 Departamento de Pesca
 206020012.2047 Manutenção do Departamento de Pesca
 33390 Aplicações Diretas (127) FR 10000
 R\$ 1.300,00
 10.00 SECRETARIA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA
 10.01 Fundo de Desenvolvimento de Turismo - FUNDETUR
 236950006.2051 Manutenção do FUNDETUR
 33390 Aplicações Diretas (139) FR 10000
 R\$ 1.300,00
 10.02 Fundo Municipal de Meio-Ambiente - FMMA
 185410007.2056 Manutenção do FMMA
 33390 Aplicações Diretas (154) FR 10000
 R\$ 5.000,00
 10.03 Departamento de Cultura
 133920008.2067 Manutenção do Departamento de Cultura
 33390 Aplicações Diretas (179) FR 10000
 R\$ 3.800,00
 11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 11.02 Departamento de Serviços Públicos
 154520009.2080 Estruturação e Manutenção do Cemitério da Jaca
 34490 Aplicações Diretas (214) FR 10000
 R\$ 44.000,00

14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 Fundo Municipal de Saúde
 103010013.2142 Folha de Pagamento do FMS
 33190 Aplicações Diretas (35) FR 10200
 R\$ 500.000,00

Total das Suplementações
 R\$ 1.252.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 28 de agosto de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Lcm Nº 043/2014 - Altera A Lei Complementar Municipal Nº 005/200, Que Institui O Código de Obras do Município de Itapoá, E Dá Outras Providências.

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 043/2014

Data: 28 de agosto 2014

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 005/2003, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º Fica alterada a redação do caput do artigo 1º, da Lei Complementar Municipal nº 05/2003, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 1º Qualquer construção, reconstrução, reforma, ampliação, demolição, construção de cercas e muros por particular ou entidade pública, na área urbana do município de Itapoá, deverá ser feita com prévia licença da Prefeitura, devendo ser observadas as disposições deste Código e obedecidas às normas federais e estaduais relativas à matéria.

Art. 2º Fica alterada a redação do art. 13 da Lei Complementar Municipal nº 05/2003, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 13 Ficam dispensados de apresentação de projeto, ficando porém sujeitos à apresentação de croquis e expedição de Licença Especial, a construção de dependências não destinadas à moradia, ao uso comercial ou industrial, como telheiros, galpões, depósito de uso doméstico, viveiros, galinheiros, caramanchões ou similares desde que não ultrapassem a área de 30 m² (trinta metros quadrados) e construção de muros e divisórios, desde que observados os requisitos legais previstos para o zoneamento e construção.

Art. 3º Está Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 28 de agosto de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Ata de Sessão Pública Para Abertura de Envelope de Habilitação E Proposta- Convite Nº 24/2014

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	02/09/2014	Horário: 09h:30m
Licitação /Modalidade	CONVITE PROCESSO	Nº 24/2014 Nº 112/2014

OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para execução de pintura externa e interna no Prédio sede da Prefeitura de Itapoá, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2191/2014, para os procedimentos inerentes a sessão de Convite em epígrafe, conforme edital respectivo e seus anexos. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, jornal diário de grande circulação no Estado e site municipal no dia 26/08/2014 a fim de ampla divulgação. As empresas convidadas foram: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME, CNPJ/MF: 00.263.284/0001-09, EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ/MF: 10.391.386/0001-63 e CLD CONSTRUTORA E INCORPORAÇÃO LTDA ME, CNPJ/MF: 12.296.247/0001-86. Iniciada a sessão foi constatando pela CPL que não houve entrega de envelopes, desta forma o presente certame foi considerado DESERTO. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão indo esta assinada por todos os presentes exatamente às 09h:40min.

ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA VICE-PRESIDENTE	VALÉRIO PACHECO MEMBRO
---	---------------------------

Assistência Social: Chamada Para Inscrição de Curso Gratuito Profissionalizante Para Assistente de Cabeleireiro

Prefeitura Municipal de Itapoá
Secretaria Municipal de Assistência Social
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social/Itapoá
CHAMADA PARA INSCRIÇÃO DE CURSO GRATUITO PROFISSIONALIZANTE PARA ASSISTENTE DE CABELEIREIRO

A Secretaria da Assistência Social comunica a abertura das inscrições para o curso Profissionalizante de Assistente de Cabeleireiro, oferecidos pelo Programa Geração de Renda e custeado com Verba Federal IGD-M (Índice de Gestão Descentralizada Municipal). O período das inscrições é de 01 a 12 de setembro e o curso é gratuito.

O curso que tem carga horária de 80 horas e serão oferecidas dez vagas. As aulas acontecerão duas vezes por semana no período noturno (18h30 às 21h30). Os dias e local serão divulgados após o encerramento das inscrições.

O curso é voltado às famílias atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais e beneficiárias do programa Bolsa Família. Ainda, é necessário ter, no mínimo, até o 6º ano do ensino fundamental, e idade mínima de dezoito anos.

As inscrições serão realizadas no CRAS (Rua Londrina, nº321-Princesa do Mar - Itapoá, próximo a Escola Frei Valentin), das

8h00 às 16h00. Os interessados deverão apresentar RG, CPF, comprovante de residência e nº do seu NIS (cartão do Bolsa Família, ou cartão do Cidadão). O início das aulas está marcado para o dia 16 de setembro e a previsão para o término é em 16 de dezembro. Mais informações podem ser obtidas no CRAS ou pelo telefone (47) 3443-1255.

Alessandra Silveira Oliveira
Secretária Municipal de Assistência Social

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2014 - PROCESSO Nº 87/2014 - SESSÃO PÚBLICA PARA LANCES VERBAIS E ANÁLISE DE HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2014 - PROCESSO Nº 87/2014 - SESSÃO PÚBLICA PARA LANCES VERBAIS E ANÁLISE DE HABILITAÇÃO

Na data de 02/09/2014, a partir das 11h30min horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL e JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA nomeados pelo DECRETO Nº 2192/2014, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA DE ANÁLISE DE HABILITAÇÃO do Pregão Presencial nº 48/2014, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES PARA USO NA SALA DE ESTABILIZAÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS, CONFORME ANEXO V DO EDITAL, tendo em vista que foram julgadas PROCEDENTES as razões apresentadas em recurso pela empresa MAGNA MÉDICA COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA EPP em conformidade com Despacho de Julgamento publicado na data de 26/08/2014. Já encerrados os lances verbais, em sessão pública anterior, foi aberto o envelope de habilitação da empresa classificada por julgamento de recurso: MAGNA MÉDICA COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA EPP, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora, portanto, a empresa citada abaixo:

Vencedor	Vlr Total
MAGNA MÉDICA COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA EPP	27.450,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a empresa classificada, ofertante do menor preço, a Pregoeira declarou a empresa supracitada vencedora deste Pregão. Fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002 A Pregoeira informa que a empresa vencedora deverá cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - A proposta da empresa vencedora satisfaz à exigência do edital; b) - A empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 02/09/2014.
FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio	
ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL	JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA

Ituporanga

PREFEITURA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº. 8566 00895

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8566 000895/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZACAO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

ABL0781 8566022655 60503 31/07/2014
AMV3129 8566022831 57200 03/08/2014
CTB2794 8566022784 60503 06/08/2014
DRD8031 8566022829 74550 09/08/2014
EEV1316 8566022770 74550 09/08/2014
IJX7945 8566022771 74630 09/08/2014
JQM4275 8566022778 60503 04/08/2014
LCI9024 8566022797 60503 04/08/2014
LWV1990 8566022762 60503 07/08/2014
LXI0058 8566022454 57200 13/07/2014
LXI0058 8566022455 57200 13/07/2014
LXP0220 8566022813 74630 03/08/2014
LXR2879 8566022430 74550 18/07/2014
LYT1616 8566022840 57200 09/08/2014
LZF4160 8566022839 57200 09/08/2014
LZK9780 8566022841 74550 09/08/2014
MAL7928 8566022444 74550 16/07/2014
MBC5696 8566022832 57200 04/08/2014
MBC5696 8566022837 57200 08/08/2014
MCP7896 8566022553 74550 22/07/2014
MCX3211 8566022446 74550 17/07/2014
MDO3669 8566022743 74550 05/08/2014
MDW6825 8566022838 57200 09/08/2014
MEB0278 8566022803 60503 04/08/2014
MEH1108 8566022483 74630 20/07/2014
MEO7562 8566022757 74550 05/08/2014
MFC7112 8566022369 60503 16/07/2014
MFD2819 8566022592 74550 25/07/2014
MFP4483 8566022422 74550 13/07/2014
MFR5115 8566022796 60503 07/08/2014
MFW3125 8566022512 74550 26/07/2014
MGB6141 8566022364 60503 13/07/2014
MGH8063 8566022800 60503 09/08/2014
MGQ5926 8566022466 74550 19/07/2014

MHA8542 8566022384 74550 13/07/2014
MHE3441 8566022586 57200 25/07/2014
MHE4627 8566022411 60503 17/07/2014
MHL2370 8566022421 74550 19/07/2014
MHS8558 8566022758 74630 06/08/2014
MID2214 8566022395 74550 16/07/2014
MIE5100 8566022412 60503 13/07/2014
MIH3785 8566022413 60503 13/07/2014
MIY7076 8566022414 60503 16/07/2014
MJJ7778 8566022807 60503 09/08/2014
MJP1606 8566022227 74550 03/07/2014
MJP6624 8566022370 74550 16/07/2014
MJQ4355 8566022551 74550 20/07/2014
MJY6703 8566022174 74550 04/07/2014
MLH3188 8566022391 74630 15/07/2014
MLU3366 8566022543 74550 24/07/2014
MMF5123 8566022828 74550 07/08/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5720 0 186 * I

6050 3 208

7455 0 218 * I

7463 0 218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 02 DE SETEMBRO DE 2014.
MOACIR CORDEIRO
DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº. 8566 00896

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8566 000896/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZACAO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

ANU2669 8566020723 60503 09/04/2014 191.53
AOJ1394 8566020588 74630 05/04/2014 127.69
APZ2486 8566020490 74550 26/03/2014 85.12

AZZ0310 8566020011 60503 26/02/2014 191.53
 DMM2194 8566020197 74550 11/03/2014 85.12
 DPG9527 8566020744 74550 13/04/2014 85.12
 DPM5897 8566020571 60503 31/03/2014 191.53
 HBA3329 8566022133 57200 24/06/2014 127.69
 HRO9507 8566020979 74550 23/04/2014 85.12
 IFO2649 8566020445 74550 28/03/2014 85.12
 IHU2993 8566021342 60503 11/05/2014 191.53
 JOL1682 8566021573 74550 29/05/2014 85.12
 JTS9264 8566021084 60503 27/04/2014 191.53
 LNG9840 8566020496 74550 27/03/2014 85.12
 LWR9910 8566020650 74550 04/04/2014 85.12
 LXU0463 8566020603 60503 04/04/2014 191.53
 LYB9691 8566021034 74550 27/04/2014 85.12
 LYN8460 8566020999 57200 21/04/2014 127.69
 LZ4160 8566020518 57200 26/03/2014 127.69
 LZ4160 8566021266 57200 10/05/2014 127.69
 MAJ8371 8566020497 74550 27/03/2014 85.12
 MAX7832 8566021634 74630 30/05/2014 127.69
 MBD0124 8566020879 74550 15/04/2014 85.12
 MBT6804 8566022120 74550 27/06/2014 85.12
 MCN0912 8566020638 74550 31/03/2014 85.12
 MCR2315 8566020631 74550 06/04/2014 85.12
 MCR2315 8566021016 74550 25/04/2014 85.12
 MCX6494 8566020778 57200 11/04/2014 127.69
 MCX9751 8566020677 74550 03/04/2014 85.12
 MCY7777 8566021177 74550 04/05/2014 85.12
 MDB1210 8566020636 74550 03/04/2014 85.12
 MDB1210 8566020643 74550 03/04/2014 85.12
 MDB1210 8566020644 74550 04/04/2014 85.12
 MDB1210 8566020647 74630 03/04/2014 127.69
 MDB1210 8566020648 74630 03/04/2014 127.69
 MDB1210 8566020679 74550 03/04/2014 85.12
 MDB1210 8566020680 74550 04/04/2014 85.12
 MDB1210 8566020757 74550 10/04/2014 85.12
 MDB1210 8566020786 74550 10/04/2014 85.12
 MDB1210 8566020787 74550 11/04/2014 85.12
 MDB1210 8566020791 74550 12/04/2014 85.12
 MDB1210 8566020867 74550 14/04/2014 85.12
 MDB1210 8566020869 74550 15/04/2014 85.12
 MDB1210 8566020873 74550 17/04/2014 85.12
 MDB1210 8566020883 74550 16/04/2014 85.12
 MDB1210 8566020901 74550 14/04/2014 85.12
 MDB1210 8566020903 74550 15/04/2014 85.12
 MDB1210 8566020911 74550 17/04/2014 85.12
 MDB1210 8566020985 74550 26/04/2014 85.12
 MDB1210 8566020993 74550 22/04/2014 85.12
 MDB1210 8566020995 74550 23/04/2014 85.12
 MDB1210 8566020996 74630 25/04/2014 127.69
 MDB1210 8566021022 74550 26/04/2014 85.12
 MDB1210 8566021225 74550 05/05/2014 85.12
 MDB1210 8566021230 74630 09/05/2014 127.69
 MDB1210 8566021232 74550 10/05/2014 85.12
 MDB1210 8566021243 74550 05/05/2014 85.12
 MDB1210 8566021245 74550 07/05/2014 85.12
 MDB1210 8566021248 74550 08/05/2014 85.12
 MDB1210 8566021269 74550 05/05/2014 85.12
 MDB1210 8566021270 74550 06/05/2014 85.12
 MDB1210 8566021274 74550 07/05/2014 85.12
 MDB1210 8566021280 74550 09/05/2014 85.12
 MDC0702 8566021013 74550 23/04/2014 85.12
 MDK2146 8566020583 74550 03/04/2014 85.12
 MEI2677 8566021175 60503 04/05/2014 191.53
 MEW0678 8566020394 74550 18/03/2014 85.12
 MFO3096 8566020508 74550 25/03/2014 85.12
 MFY5322 8566020113 74550 01/03/2014 85.12
 MGA6788 8566020263 74550 15/03/2014 85.12
 MHH9098 8566020645 74550 06/04/2014 85.12
 MHR7629 8566020617 60503 06/04/2014 191.53

MIJ7157 8566020792 74550 12/04/2014 85.12
 MIS6302 8566021014 74550 23/04/2014 85.12
 MIU7636 8566021055 74550 02/05/2014 85.12
 MIV9120 8566020030 74550 24/02/2014 85.12
 MJD3133 8566020439 74550 27/03/2014 85.12
 MJN5118 8566020469 74550 29/03/2014 85.12
 MJP1027 8566020618 74550 06/04/2014 85.12
 MJP1038 8566020609 60503 01/04/2014 191.53
 MLR9104 8566020751 74630 07/04/2014 127.69
 NWJ9544 8566020023 60503 02/03/2014 191.53
 OUH5086 8566020247 74550 14/03/2014 85.12

Infr. Desd. Enquadramento:

5720 0 186 * I

6050 3 208

7455 0 218 * I

7463 0 218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 02 DE SETEMBRO DE 2014.

MOACIR CORDEIRO

DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº. 8092 001376

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO

PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO

N.8092 001376/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração

BYN4394 55166810E 65992 20/07/2014

BYN4394 55166811E 66372 20/07/2014

DAN8375 55166853E 53200 10/08/2014

JFE1605 55166742E 50100 24/07/2014

LXO0272 55166813E 65992 23/07/2014

LXV4901 55166740E 65992 24/07/2014

LZU1214 55166838E 65992 19/07/2014
 MDF1568 55166814E 65992 27/07/2014
 MDF1568 55166815E 50100 27/07/2014
 MDF1568 55166816E 51691 27/07/2014
 MDF1568 55166818E 65561 27/07/2014
 MGZ1081 55166841E 50100 22/07/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
 5169 1 165
 5320 0 176 * V
 6556 1 230 * I
 6599 2 230 * V
 6637 2 230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
 CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
 RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
 IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRIN-
 TA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AIN-
 DA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA
 REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO
 DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 02 DE SETEMBRO DE 2014.
 EDSON ANTUNES JACQUES
 DELEGADO REGIONAL 20. DRP

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº. 8092 001377

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA
 ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
 PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
 N.8092 001377/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO
 UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-
 DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA
 O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-
 CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)
 INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-
 RA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFE-
 SA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CON-
 DUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO
 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRI-
 ETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR
 IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8
 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

AFJ2038 55166832E 51851 19/07/2014
 JGD6168 55166656E 54521 22/07/2014
 LZU1214 55166837E 51851 19/07/2014
 MDF1568 55166817E 70301 27/07/2014
 MDF1568 55166819E 52152 27/07/2014
 MKH1550 55166851E 55414 31/07/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5185 1 167
 5215 2 170
 5452 1 181 * VIII
 5541 4 181 * XVII
 7030 1 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
 CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
 RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
 IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRIN-
 TA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AIN-
 DA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA
 REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO
 DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 02 DE SETEMBRO DE 2014.
 MOACIR CORDEIRO
 DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº. 8092 001378

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA
 ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
 PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
 N.8092 001378/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO
 UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-
 DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA
 O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-
 CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)
 INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-
 RA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR
 RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART.
 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

AHE0821 55165818E 69200 04/04/2014 127.69
 CKE1564 55166246E 69200 10/04/2014 127.69
 DPG9527 55165916E 50100 06/04/2014 574.61
 LWP0521 55166513E 65992 13/04/2014 191.53
 LWV5634 55165924E 67000 16/04/2014 127.69
 LXB0118 54438436E 65480 20/04/2014 85.12
 LXW4295 55166268E 69200 25/04/2014 127.69
 MBE0801 55166244E 69200 10/04/2014 127.69
 MEW0678 55166429E 50100 28/04/2014 574.61
 MEW0678 55166430E 51180 28/04/2014 574.61
 MEW0678 55166431E 66371 28/04/2014 127.69
 MEW0678 55166541E 69200 29/04/2014 127.69
 MGR0594 55166423E 65992 13/05/2014 191.53
 MMB9931 55166690E 69200 13/06/2014 127.69

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
 5118 0 164 c/c 162 * I
 6548 0 229
 6599 2 230 * V
 6637 1 230 * IX

6700 0 230 * XVI
6920 0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 02 DE SETEMBRO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº. 8092 001379

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N.8092 001379/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração Valor Multa

MBG3463 55166355E 51852 27/04/2014 127.69
MJL1662 55166452E 70302 19/05/2014 191.53
MJL1662 55166453E 58780 19/05/2014 85.12

Infr. Desd. Enquadramento:
5185 2 167
5878 0 199
7030 2 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 02 DE SETEMBRO DE 2014.
MOACIR CORDEIRO
DIRETOR DE TRÂNSITO

Pregão Presencial 26 2014 Transporte Alunos Pronatec

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº.26/2014
Processo: 69/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTE DE ALUNOS PARA O CURSO REALIZADO PELO SENAI (PRONATEC) NO COLÉGIO ESTADUAL ALEIXO DELLAGIUSTINA NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 18 de setembro de 2014 até às 09:00 hrs. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 18 de setembro de 2014 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07h00min às 13h00min pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 03 de setembro de 2014
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

Pregão Presencial 27 2014 Internet Rural

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº.27/2014
Processo: 71/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO DE REDE SEM FIO, PARA GESTÃO DE ACESSIBILIDADE A INTERNET BANDA LARGA E TELEFONIA FIXA (IP), A SER IMPLANTADO EM 12 (DOZE) PONTOS E/OU LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA - CONVÊNIO DA PROPOSTA TRANSFERÊNCIA Nº 0000008272 ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ITUPORANGA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 19 de setembro de 2014 até às 09:00 hrs. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 19 de setembro de 2014 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07h00min às 13h00min pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 03 de setembro de 2014
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

Pregão Presencial 28 2014 Carro Gabinete

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº.28/2014

Processo: 72/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO 0KM ANO/MODELO 2014/2015 PARA USO DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 22 de setembro de 2014 até às 09:00 hrs. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 22 de setembro de 2014 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07h00min às 13h00min pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 03 de setembro de 2014

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

Jacinto Machado**PREFEITURA****Decreto Nº. 096 de 11 de Agosto de 2014.**

DECRETO Nº. 096 DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO POR CONTA DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 706 de 04 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2014, na importância de R\$ 127.478,23 (Cento e vinte e sete mil quatrocentos e setenta e oito reais e vinte e três centavos), por conta do Provável Excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

ORGÃO: 05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

UNIDADE: 01 - Departamento da Educação

PROJETO: 1.009 - Construção de Quadra Poliesportiva para Educação Física

Modalidade de Aplicação: (19) - 4.4.90.00.00.0094.34 - Aplicações Diretas R\$ 127.478,23

TOTAL R\$ 127.478,23

Art. 2º - Os recursos destinados a abertura do crédito adicional suplementar do artigo anterior, correrão por conta dos recursos do convênio assinado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE no âmbito do PAC 2, conforme Termo de Compromisso nº. PAC204532/2013 no valor de R\$ 127.478,23 (Cento e vinte e sete mil quatrocentos e setenta e oito reais e vinte e três centavos), objetivando a Construção de Quadra Escolar Coberta com Vestiário, para o município de Jacinto Machado/SC.

Parágrafo Único: A contratação das despesas de que trata o presente Decreto fica condicionada ao efetivo ingresso do valor na conta bancária do Município de Jacinto Machado, até o limite dos valores da vinculação 01.0094.34, acrescida ao Projeto/Atividade 1.009.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 11 de agosto de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Joaçaba

PREFEITURA

Portaria N.º 3096

PORTARIA Nº 3.096 DE 28 DE AGOSTO DE 2014

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) PATRICIA BOTTEGA durante o período de 01 de agosto de 2014 a 19 de dezembro de 2014, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CE Frei Bruno que esta em processo de municipalização.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de agosto de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 28 de agosto de 2014

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria N.º 3097

PORTARIA Nº 3.097 DE 28 DE AGOSTO DE 2014

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ANDRESSA FERNANDA DOS ANJOS durante o período de 01 de agosto de 2014 a 19 de dezembro de 2014, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para a atuar no CEI Mundo Encantado tendo em vista o aumento do número de alunos, implicando na necessidade da manutenção da unidade escolar.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de agosto de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 28 de agosto de 2014

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria N.º 3098

PORTARIA Nº 3.098 DE 28 DE AGOSTO DE 2014

"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr(a) PATRICIA BOTTEGA, Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CE Frei Bruno que esta em processo de municipalização, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a partir do dia 04 de agosto de 2014, para auxiliar da turma BI do CEI Mundo Encantado.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 04 de agosto de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de agosto de 2014

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria N.º 3099

PORTARIA Nº 3.099 DE 28 DE AGOSTO DE 2014

"REVOGAR A PORTARIA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. REVOGAR A PORTARIA Nº 3.061 de 15 de agosto de 2014 que CONCEDEu a(o) Servidor(a) JAQUELINE MARGARETH SINTLINGER, Técnico de Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias), 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (perda art. 80 V), 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias), por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 25 de agosto de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003, em função do memorando n.º 538/2014 da Secretaria Municipal de Saúde, no qual a mesma manifestou desistência do pedido.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo nº 3 parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 28 de agosto de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3100

PORTARIA Nº 3.100 DE 28 DE AGOSTO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 25 de agosto de 2015 do(a) Servidor(a) Sr.(a) JALCEMIR DANIELESKI, MOTORISTA SOCORRISTA SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital de Chamada Pública n.º 02/2013/SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 26 de agosto de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de agosto de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3101

PORTARIA Nº 3.101 DE 28 DE AGOSTO DE 2014
"DESIGNAR SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR a servidora Sra. ELISABETH BARRETA para acompanhar e fiscalizar o contrato nº 08/2013/FMCE e aditivos, proveniente do Processo de Licitação n.º 6/2013/FMCE - Dispensa de Licitação n.º 01/2013/FMCE de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 28 de agosto de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3102

PORTARIA Nº 3.102 DE 28 DE AGOSTO DE 2014
"CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo § 1º do art. 52 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). SHEILA APARECIDA MANENTTI GRANDO STOFFEL, Auxiliar de Creche nível I (Magistério), em função da titulação de Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 134.956 de 25 de julho de 2014, ficando enquadrado em função da nova titulação como Auxiliar de Creche nível II (Graduação) referência A-01.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de agosto de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de agosto de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Termo de Reclassificação

TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência enviada pelo candidato(a) Sr(a) ANDRE LUIS TOIGO DIESEL, Cargo de Técnico de Administração, referente ao edital n.º 001/2011, classificado em 70º lugar, fica o mesmo encaminhado ao final da lista de classificação conforme disposto no referido edital.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 21 de agosto de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3103

PORTARIA Nº 3.103 DE 28 DE AGOSTO DE 2014
"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). PEDRO ALVADIR PEREIRA, Operador de Máquinas, em função da titulação de Ensino Médio, conforme pedido protocolado através do processo n.º 134.970 de 28 de julho de

2014, ficando enquadrado em função da nova titulação como Operador de Máquinas Nível C-I.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de agosto de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de agosto de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3104

PORTARIA N.º 3.104 DE 29 DE AGOSTO DE 2014
"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) CLAUDIO S. LONGO, Motorista, conforme requerimento protocolado sob n.º 123.280 de 24 de janeiro de 2012, referente ao período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 29 de agosto de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3105

PORTARIA N.º 3.105 DE 29 DE AGOSTO DE 2014
"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) CLEUZA MARIA SOARES PASTORI, Professora Nível I (Pós Graduação - cargo em extinção), conforme requerimento protocolado sob n.º 124.241 de 28 de março de 2012, referente ao período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 29 de agosto de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3106

PORTARIA N.º 3.106 DE 29 DE AGOSTO DE 2014
"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) SONIA APARECIDA PEROTTO ZABOTT, Técnico de Administração, conforme requerimento protocolado sob n.º 124.426 de 12 de abril de 2012, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 29 de agosto de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3107

PORTARIA N.º 3.107 DE 29 DE AGOSTO DE 2014
"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) LUCIANA SEBEM BONAFE, Professora Nível II (Pós-Graduado), conforme requerimento protocolado sob n.º 128.677 de 01 de março de 2013, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 29 de agosto de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3108

PORTARIA N.º 3.108 DE 29 DE AGOSTO DE 2014

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) EDMARA APARECIDA FLAMIA, Professor Nível II (Pós-Graduado), conforme requerimento protocolado sob n.º 128.816 de 08 de março de 2013, referente ao período de 08 de maio de 2008 a 07 de maio de 2009, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 29 de agosto de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3109

PORTARIA Nº 3.109 DE 29 DE AGOSTO DE 2014

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) ELSON WILLIAN DE MATOS, para exercer o cargo de Técnico de Administração, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 27 de agosto de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 29 de agosto de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Termo de Desistência

TERMO DE DESISTÊNCIA APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência enviada pelo candidato(a) Sr(a) MAICON BRANCO BELLI, Cargo de Técnico de Administração, classificado em 71º lugar, referente ao Concurso Público n.º 001/2011, fica registrado a desistência pelo referido candidato, possibilitando a chamada do próximo classificado.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de agosto de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Contrato 230/2011 TA 05

CONTRATO Nº 230/2011/FMS - TA 05

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ sob nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa INVIOSAT SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.168.167/0001-05, estabelecida na RUA LEONEL MOSELE, 283, no Município de CONCORDIA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. EMERSON LORENSETTI, portador da Carteira de Identidade nº 14/R-2.131.245 e CPF nº 776.086.909-68, residente e domiciliado na RUA DOMINGOS MACHADO DE LIMA, 764, Bairro CENTRO, na cidade de CONCORDIA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 230/2011/FMS, firmado em 06/09/2011, proveniente do Processo de Licitação 28/2011/FMS, instaurado através do Edital PP nº 23/2011/FMS, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços de segurança desarmada, para atendimento à Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA
CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 meses, a contar de 06 de setembro de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 48 (quarenta e oito) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA
CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

Diante da prorrogação da vigência contratual constante na cláusula primeira deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 31.032,00 (trinta e um mil e trinta e dois reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 02 de setembro de 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RAFAEL LASKE
Prefeito

INVIOSAT SEGURANÇA LTDA
EMERSON LORENSETTI

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Decreto Nº 4.626 de 01 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 4.626 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 16 DA LEI MUNICIPAL 4.439 DE 20/12/13 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.060 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SIMAE

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-33

Valor: R\$ 80.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 01 de Setembro de 2014.
RAFAEL LASKE
Prefeito

SIMAE**Ordem de Serviço 0007/2014 - SIMAE**

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 0007/2014

Autorizo por meio desta, a empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA a iniciar os serviços referentes à Urbanização do Reservatório Apoiada denominado RAP-004, localizado no Bairro Nossa Senhora de Lourdes, no Município de Joaçaba-SC, de acordo com as especificações pertinentes ao Processo Licitatório JHL 0034/2014, Tomada de Preços JHL 0005/2014, Protocolo JHL 1461/2014, formalizada pelo Termo de Contrato N.º 0056/2014 de 29 de Julho de 2014.

O valor Global dos serviços e materiais contratados é de R\$ 64.004,45 (Sessenta e quatro mil, quatro reais e quarenta e cinco centavos), com prazo de execução de 90 (noventa) dias, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC) 02 de Setembro de 2014.

Contratante: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Nome e cargo: Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

Contratado: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA
Engº Responsável: Jucenei Silva de Andrade - Engenheiro Civil
CPF- 461.629.179-91
CREA- 22041-6

RECEBI EM ____/____/____

Termo de Recebimento Definitivo de Obra Portal das Flores SIMAE

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA

Os abaixo-assinados, membros nomeados pela Portaria nº JHL 0157/2014 de 29/08/2014 da Sra. Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE, para procederem ao Recebimento Definitivo da Obra referente a Tomada de Preços JHL nº 0003/2014, Edital de Licitação 0011/2014 decorrente do Contrato JHL nº 0021/2014 de 14 de Março de 2014, Ordem de Serviço JHL 003/2014 e os Senhores Renildo Natal Federizzi, Sócio Administrador e Engº Valdecir Nogueira, Engenheiro Responsável pela obra, ambos da empresa CIC Floresta Ltda, após o recebimento Provisório do Implantação de Rede Coletora de Esgoto e Ligações domiciliares, com fornecimento de material e equipamentos, na Rua Portal das Flores, em Luzerna, neste Estado, conforme Termo Provisório assinado em 03 de Junho de 2014, declaram e atestam o que segue:

1. Que a contratada, durante o período de Implantação de Rede Coletora de Esgoto e Ligações Domiciliares na Rua Portal das Flores em Luzerna, atendeu às determinações que lhe foram feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente termo e nas respectivas instalações, os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos, ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

2. Que, face ao exposto, os membros da Comissão de Recebimento Definitivo concluem pela aceitação da obra em questão, de forma definitiva, iniciando-se a contagem do prazo previsto no artigo 618 do Código Civil.

Joaçaba SC, 03 de Setembro de 2014.
Membro da Comissão: Engº João Carlos Ungericht

Membro da Comissão: Willian Sartor Sganzerla

Membro da Comissão: Valdesir Spier

Representante da Contratada: Renildo Natal Federizzi

Engenheiro da Contratada: Engº Valdecir Nogueira

Visto da Direção do SIMAE: Elisabet Maria Zanela Sartori

Republicação Tomada de Preços JHL 0007/2014 SIMAE

Licitação nº 0038/2014

Modalidade Tomada de Preços JHL nº 0007/2014

PROTOCOLO 1716/2014

REPUBLICAÇÃO DEVIDO A ERROS NA PLANILHA DE CUSTOS

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Tomada de Preços JHL 0007/2014 - Licitação 0038/2014, tipo Menor Preço Global Por Item- Empreitada Integral, que trata do Objeto: Contratação de empresa especializada para Urbanização dos Reservatórios denominados Rap-001 e RAP-009 localizados respectivamente em Joaçaba-SC e Herval do Oeste-SC.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 22/09/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba-SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 22/09/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC. Maiores esclarecimentos serão prestados junto a Comissão Permanente de Licitações do SIMAE na Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC.

Joaçaba (SC), 02 de Setembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

CÂMARA MUNICIPAL

Contrato 13.2014 - Onserv

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DO CONTRATO N. 13/2014

PROVENIENTE DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 013/2014

PREGÃO PRESENCIAL N. 10/2014

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

CONTRATADA: ONSERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

OBJETO: Contratação de serviços de limpeza, conservação, higienização e jardinagem nas dependências da nova sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba, situada na Av. Tiradentes, n. 872, Centro, Joaçaba/SC. A prestação dos serviços compreende a disponibilização de pessoal, materiais, produtos de limpeza e equipamentos conforme detalhado no termo de referência que integra o Edital de Pregão Presencial n. 10/2014.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 21.313,74 (vinte e um mil, trezentos e treze reais e setenta e quatro centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Projeto/Atividade 2001 - Manutenção do Poder Legislativo

(3) 3.3.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 - Aplicação Direta

Joaçaba (SC), 01 de setembro de 2014.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

Termo de Rescisão 01.2014 - Limpática

TERMO DE RESCISÃO N. 01/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 002/2012

(E ADITIVOS N. 014/2012, 10/2013, 01/2014 E 04/2014)

TERMO DE RESCISÃO do contrato de prestação de serviços, celebrado entre a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA e a empresa LIMPÁTICA SERVIÇOS LTDA. ME.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. XV de Novembro, 378, centro, inscrito no CNPJ sob o número 78.491.230/0001-98, nesse ato representada por seu presidente, Sr. Francisco Moreira Lopes;

CONTRATADA: LIMPÁTICA SERVIÇOS LTDA. ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 10.574.874/0001-06, com sede administrativa na Rua Duque de Caxias, nº 71, Centro, Joaçaba/SC, por sua representante legal Srª. MÔNICA TERESINHA BERSAGHI CARMINATTI, portadora do CPF n. 724.734.520-91;

OBJETO: RESCISÃO CONTRATUAL do Contrato de Prestação de Serviços nº 002/2012 assinado em 01 de fevereiro de 2012 e aditivos n. 14/2012, 10/2013, 01/2014 e 04/2014 oriundo do Processo de Licitação nº 002/2012, Convite n. 002/2012, homologado no dia 25/01/2012, cujo objeto é a "contratação de duas (02) funcionárias para serviços técnicos de limpeza, conservação e copa para a Câmara de Vereadores de Joaçaba, com um total de 24 horas semanais cada uma" com fundamento no art. 57 da Lei n. 8.666/93 e conforme cláusulas a seguir:

FUNDAMENTO LEGAL: art. 79, inciso II da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 Fica rescindido, a partir de 10/10/2014, com fundamento no art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, o Contrato de Prestação de Serviços nº 002/2012 assinado em 01 de fevereiro de 2012 e aditivos n. 14/2012, 10/2013, 01/2014 e 04/2014, cujo objeto é a "contratação de duas (02) funcionárias para serviços técnicos de limpeza, conservação e copa para a Câmara de Vereadores de Joaçaba, com um total de 24 horas semanais cada uma".

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 As partes, ficam desobrigadas do cumprimento do pactuado no Contrato, a partir de 10 de outubro de 2014.

2.2 A CONTRATADA terá direito ao pagamento pelos serviços prestados até 10 de outubro de 2014, sem qualquer indenização pela rescisão antecipada.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 02 de setembro de 2014.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

LIMPÁTICA SERVIÇOS LTDA. ME.
Mônica Teresinha Bersaghi Carminatti

Testemunhas:

1 _____ 2 _____
CPF n. _____ CPF n. _____

Resolução 022/2014 - Nomeia Comissão Avaliação Estágio Probatório

RESOLUÇÃO Nº 022/2014 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014
"NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e pelo Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - NOMEAR, com fulcro na Lei Complementar nº 73/2003 e Decreto nº 2.715/2005, os seguintes membros para compor as comissões de avaliações de estágio probatório de 2014:

- MARCIO ROBERTO PICCOLI
- ELISABETH LUZ
- FRANCISCO MOREIRA LOPES

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir 02 de setembro de 2014.

Joaçaba, 2 de setembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Lages

PREFEITURA

Extrato Contrato 267/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 267/2014 -PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA EPP inscrita no CNPJ sob nº 01.703684/0001-50, estabelecida na Rua Antonio Edu Vieira, Nº646, Bairro Sagrado Coração de Jesus, em Lages/SC CEP: 88.508-300

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Reforma da EMEB Nicanor Rodrigues Goulart, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

4.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

4.2 De Execução, em até 240 (duzentos e quarenta) dias, a contar da data da assinatura da Ordem de Serviço

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 196.896,02 (cento e noventa e seis mil, oitocentos e noventa e seis reais e dois centavos).

Lages, 02 de Setembro de 2014

Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

Extrato Contrato 268/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 268/2014 -PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: PORTO CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL E PÚBLICA LTDA ME inscrita no CNPJ sob nº 14.163.660/0001-06, estabelecida na Rua Tiradentes 554 - Sala 207 - Centro- CEP 85960-000 - Marechal Cândido Rondon/PR.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Recuperação de Créditos Previdenciários Recolhidos a maior ou indevidos, nos últimos sessenta meses, arrecadados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 239.000,00 (duzentos e trinta e nove mil reais).

Lages, 02 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

TP 06-2014 SEMASA**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: TP 06-2014 SEMASA

Objeto: Prestação de Serviços de Recomposição de Pavimento de Passeio

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 19/09/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 433.001,00

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 02 de setembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

TP 07-2014 SEMASA**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: TP 07-2014 SEMASA

Objeto: Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva das Subestações de Energia SEMASA

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 19/09/2014 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 13.966,32

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 02 de setembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lauro Muller**PREFEITURA****Portaria 211/2014**

PORTARIA Nº 211/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, LARISSA TANCREDO AGUIAR, para a função de Professora de Língua Inglesa - Professor I MAG LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 12 de Março de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 10 (dez) horas semanais em vaga excedente, na Escola Municipal Hilário Pescador, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 12/03/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 212/2014

PORTARIA Nº 212/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MORGANA HEIZEN, para a função de Auxiliar de educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 12 de Março de 2014 a 22 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais em vaga excedente, na Escola Municipal de Educação Infantil Sagrada Família, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 12/03/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e

Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 213/2014

PORTARIA Nº 213/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MONIK RODRIGUES DE SOUZA, para a função de Auxiliar de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 12 de Março de 2014 a 22 de dezembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em vaga excedente, na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 12/03/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 214/2014

PORTARIA Nº 214/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MICHELI DOS SANTOS, para a função de Professora de Educação Física - Professor I MAG ST 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 12 de Março de 2014 a 22 de dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em vaga excedente, no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 12/03/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e

Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 215/2014

PORTARIA Nº 215/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, LIDIANE MENDES BORGES, para a função de Professor I - MAG ST 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 06 de Março de 2014 a 22 de dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em vaga excedente, na Escola Municipal Emília Mamede soares, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06/03/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 216/2014

PORTARIA Nº 216/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública CINTIA ELIANE FELIPE CARNIATO, elevando de Professora MAG - LP - 2C para MAG - LP - 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Sec. Adm., Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 217/2014

PORTARIA Nº 217/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ALINE RIGHETTO TASCA, para a função de professora de Ensino Fundamental - Anos Iniciais- Professor II- MAG-LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 10 de Março de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal Hilário Pescador, em substituição à funcionária efetiva Rejane Vasielevski Miranda.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10/03/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 218/2014

PORTARIA Nº 218/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 356/2013, de 01 de Agosto de 2013, que nomeou como Secretária Escolar e concedeu gratificação à servidora pública, CLEMAR PACHECO.

Parágrafo único - A funcionária citada acima passará a exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10/03/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 219/2014

PORTARIA Nº 219/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 366/2013, de 01 de Agosto de 2013, que nomeou como Secretária Escolar e concedeu gratificação à servidora pública, MARISELMA FERNANDES MADEIRA.

Parágrafo único - A funcionária citada acima passará a exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10/03/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 220/2014

PORTARIA Nº 220/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e o artigo 482 da CLT,

Considerando o descumprimento de ordem superior hierárquico, bem como cometendo ato de indisciplina,

RESOLVE:

Art. 1º - APLICAR PENA DE SUSPENSÃO DE 03 (TRÊS) DIAS, ao Funcionário Público, VALDECIR DE CARVALHO, Motorista, do Quadro Funcional da Prefeitura Municipal, fato ocorrido no dia 17 de Março de 2014.

Art. 2º - Fica o mesmo advertido ainda, de que na reincidência poderá sofrer outras sanções disciplinares, conforme preceitua a legislação vigente.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

CIENTE: ____/____/____

VALDECIR DE CARVALHO**PORTARIA Nº 221/2014**
PORTARIANº 221/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.1990, consoante artigo 1º, inciso I da Lei Municipal nº 1.241/2003, de 25.06.2003, combinado com o Protocolo de Intenções celebrado com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 002/2013, para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, SONIA PANDINI DA ROSA, para a função de SERVENTE, para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, em Caráter Temporário, pelo período de 10 de Março de 2014 a 20 de Dezembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10/03/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 222/2014
PORTARIA Nº 222/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ANGELA MARIA CAMPOS LIMA, para a função de Professora de Geografia - Professora II MAG LP 1A, em Caráter Temporário, com carga horária de 10 (dez) horas semanais de 05 de março à 15 de dezembro de 2014, na Escola Municipal Hilário Pescador, em vaga excedente, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 223/2014
PORTARIANº 223/ 2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Concurso Público a ser realizado para preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal e Hospital Municipal Henrique Lage,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, até 30 de Setembro de 2014, os efeitos da Portaria nº 486/2013, de 02/12/13, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de VERGÍNIA LANE HENRIQUE, para a função de Técnica em Enfermagem.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02/03/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 224/2014
PORTARIANº 224/ 2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Concurso Público a ser realizado para preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal e Hospital Municipal Henrique Lage,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, até 30 de Setembro de 2014, os efeitos da Portaria nº 493/2013, de 02/12/13, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de VANUSA DOS SANTOS, para a função de Técnica em Enfermagem.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02/03/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 225/2014

PORTARIA Nº 225/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Concurso Público a ser realizado para preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal e Hospital Municipal Henrique Lage,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MARIA APARECIDA MADEIRA, para a função de Recepcionista, no no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Março de 2014 a 30 de Junho de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, até a realização de concurso público.

Art. 2º - Fica a contratada ciente que pode ocorrer a rescisão do contrato a qualquer tempo, mediante realização de concurso para suprimimento da vaga.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/03/2014.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 226/2014

PORTARIA Nº 226/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Concurso Público a ser realizado para preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal e Hospital Municipal Henrique Lage,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, JULIANA CUSTÓDIA JOÃO, para a função de Recepcionista, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Março de 2014 a 30 de Junho de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, até a realização de concurso público.

Art. 2º - Fica a contratada ciente que pode ocorrer a rescisão do

contrato a qualquer tempo, mediante realização de concurso para suprimimento da vaga.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/03/2014.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 227/2014

PORTARIA Nº 227/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ALANA PEREIRA, para a função de Professora I - MAG ST 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 05 de Março de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais em vaga excedente, na Escola Municipal Rio Capivaras Alto, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 120/2014 de 03/02/2014.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 228/2014

PORTARIA Nº 228/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2014, para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, VANESSA DE MEDEIROS CANDIDO, para a função de SERVENTE ACT, em Caráter Temporário, pelo período de 17 de Março de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a

Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 17/03/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 229/2014

PORTARIA Nº 229/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2014, para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, CAMILA MENDES, para a função de SERVENTE ACT, em Caráter Temporário, pelo período de 18 de Março de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 18/03/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 230/2014

PORTARIA Nº 230/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2014, para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MARIA DAS GRAÇAS GOMES MENDES, para a função de SERVENTE ACT, em Caráter Temporário, pelo período de 17 de Março de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 17/03/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 231/2014

PORTARIA Nº 231/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2014, para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, CASSILDA CESMIN GOULART CAMILO, para a função de SERVENTE ACT, em Caráter Temporário, pelo período de 17 de Março de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 17/03/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 232/2014

PORTARIA Nº 232/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2014, para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ROSIANE SÉRGIO, para a função de SERVENTE ACT, em Caráter Temporário, pelo período de 17 de Março de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo seus efeitos a partir de 17/03/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 233/2014

PORTARIA Nº 233/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, JÉSSICA MARQUES DA LUZ, para a função de Professor I - MAG ST 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 20 de Março de 2014 a 06 de maio de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em substituição à funcionária efetiva Rosimere Carboni, na Escola Municipal Emília Mamede Soares, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 20/03/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 234/2014

PORTARIA Nº 234/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008 e Art. 37 da Constituição Federal, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Concurso Público a ser realizado para preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal e Hospital Municipal Henrique Lage,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, SONIA RAULINO HIPÓLITO, para a função de Servente, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, em

Caráter Temporário, pelo período de 01 de Março de 2014 a 30 de Setembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, até a realização de concurso público.

Art. 2º - Fica a contratada ciente que pode ocorrer a rescisão do contrato a qualquer tempo, mediante realização de concurso para suprimimento da vaga.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/03/2014.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 235/2014

PORTARIA Nº 235/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.1990, consoante artigo 1º, inciso I da Lei Municipal nº 1.241/2003, de 25.06.2003, combinado com o Protocolo de Intenções celebrado com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, VANESSA DO AMARAL FURLAN, para a função de Monitora, para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, em Caráter Temporário, pelo período de 05 de Março de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 236/2014

PORTARIA Nº 236/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ROSANGELA DA ROSA FRANÇA ROSA, para a função de Auxiliar de Administração Escolar, em Caráter Temporário, pelo período de 17 de Março de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 237/2014

PORTARIA Nº 237/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2014, para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ROSILDA BORGES DE OLIVEIRA, para a função de SERVENTE ACT, em Caráter Temporário, pelo período de 18 de Março de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 18/03/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 238/2014

PORTARIA Nº 238/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR INTERINAMENTE, DAIANE QUERINO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretária Municipal junto a Secretaria Municipal de Saúde, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 239/2014

PORTARIA Nº 239/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR A PEDIDO, MARISELMA FERNANDES MADEIRA, Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 240/2014

PORTARIANº 240/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR A PEDIDO, CLEMAR PACHECO, Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 241/2014

PORTARIANº 241/ 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.300/2004, nº 1.485/2007, nº1.592/2009, e Edital de Concurso Público 003/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 15/06/2010, concurso passível de revogação;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, CLEMAR PACHECO, aprovada em 9º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Professor I - Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 19/03/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

T E R M O D E P O S S E

No dia 19 do mês de Março do ano de 2014, no Gabinete do

Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu a senhora CLEMAR PACHECO, aprovada no Concurso Público nº 003/2010, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para o Cargo de Provimento Efetivo de Professor I - Educação Infantil, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratada pela Portaria nº 241/2014. Na oportunidade a mesma foi empossada pelo Senhor Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pelo Senhor Secretário de Administração, Finanças e Planejamento.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 19 de Março de 2014.

CLEMAR PACHECO

Servidora

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretario de Administração, Finanças e Planejamento

PORTARIA Nº 242/2014

PORTARIANº 242/ 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.300/2004, nº 1.485/2007, nº1.592/2009, e Edital de Concurso Público 003/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 15/06/2010, concurso passível de revogação;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MARISELMA FERNANDES MADEIRA, aprovada em 10º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Professor I - Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 19/03/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

T E R M O D E P O S S E

No dia 19 do mês de Março do ano de 2014, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu a senhora MARISELMA FERNANDES MADEIRA, aprovada no Concurso Público nº 003/2010, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para o Cargo de Provimento Efetivo de Professor I - Educação Infantil, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratada pela Portaria nº 242/2014. Na oportunidade a

mesma foi empossada pelo Senhor Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pelo Senhor Secretário de Administração, Finanças e Planejamento.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 19 de Março de 2014.
MARISELMA FERNANDES MADEIRA
Servidora

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretario de Administração, Finanças e Planejamento

PORTARIA Nº 243/2014

PORTARIANº 243/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEMITIR A PEDIDO, MARIA APARECIDA MADEIRA, Recepcionista, do Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 244/2014

PORTARIA Nº 244/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Concurso Público a ser realizado para preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal e Hospital Municipal Henrique Lage,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MARIA APARECIDA MADEIRA, para a função de Técnica em Enfermagem, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Abril de 2014 a 30 de Junho de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, até a realização de concurso público.

Art. 2º - Fica a contratada ciente que pode ocorrer a rescisão do

contrato a qualquer tempo, mediante realização de concurso para suprimimento da vaga.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02/04/2014.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Lebon Régis**PREFEITURA****Extrato de Homologação 2014****EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO**

Pregão Nº: PR26/2014

Processo Administrativo: 43/2014

OBJETO: Aquisição futura e eventual de filtros e óleos lubrificantes, com a finalidade de atender as necessidades de conservação dos veículos e maquinários pertencentes a frota do Município

Data de Homologação: 15/08/2014

Licitantes Homologados: Filtrosul Comercio de Filtros e Peças Ltda EPP - Valor Total de R\$ 18.594,00; Forta Comercial Ltda - Valor Total de R\$ 11.642,00; Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda - Valor Total de R\$ 84.337,80; Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda - Valor Total de R\$ 49.366,00

Lebon Régis, 15/08/2014

Ludovino Labas - Prefeito Municipal

Pregão Nº: PR29/2014

Processo Administrativo: 46/2014

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de materiais de expediente, para Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

Data de Homologação: 01/09/2014

Licitantes Homologados: DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP - Valor Total de R\$ 7.347,50; MARIVANIA MOREIRA DOS SANTOS MORAES - ME - Valor Total de R\$ 8.976,05.

ROSANE REGINA DE SOUZA

Gestora.

Ata de Registro de Preços Nº02/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS

Contratados: Filtrosul Comercio de Filtros e Peças Ltda EPP - Valor Total de R\$ 18.594,00; Forta Comercial Ltda - Valor Total de R\$ 11.642,00; Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda - Valor Total de R\$ 84.337,80; Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda - Valor Total de R\$ 49.366,00

Vigência: Início: 03/09/2014 Término: 03/09/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2014

OBJETO: Aquisição futura e eventual de filtros e óleos lubrificantes, com a finalidade de atender as necessidades de conservação dos veículos e maquinários pertencentes a frota do Município.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº.... 10/2014

Contratante...: Fundo Municipal de Assistência Social de Lebon Régis

Contratado...: MARIVANIA MOREIRA DOS SANTOS MORAES - ME
Valor : R\$ 8.976,05

Vigência : Início: 02/09/2014 Término: 31/12/2014

Nº licitação...: PR29/2014

Objeto : Fornecimento de materiais de expediente, para Manutenção do Fundo de Assistência Social.

Contrato nº.... 11/2014

Contratante...: Fundo Municipal de Assistência Social de Lebon Régis

Contratado...: DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP

Valor : R\$ 7.347,50

Vigência : Início: 02/09/2014 Término: 31/12/2014

Nº licitação : PR29/2014

Objeto : Fornecimento de materiais de expediente, para Manutenção do Fundo de Assistência Social.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 03/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2014

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato do Presidente da Comissão Permanente de Licitações, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, "caput", da Lei nº 8.666/93, para aquisição de um veículo de transporte escolar diário de estudantes da educação básica, oriundos do programa PAR - Pregão Eletrônico FNDE 63/2013 - Ata de Registro de Preços FNDE 22/2014.

FORNECEDOR: Mercedes-Benz do Brasil Ltda

VALOR: R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais).

PRAZO DE ENTREGA: Em até 110 dias

VIGÊNCIA: 02 de setembro de 2015.

Lindóia do Sul, SC, 02 de setembro de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

1º Termo Aditivo - Arp PML Nº 0078.14 - PL PML Nº 0060.14 - PP Rp PML Nº 0032.14 - Uniformes Esporte - Samoura Confecções Ltda Me

1º TEMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PML Nº 0078.2014

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0060.2014

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO - PML Nº 0032.2014

Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços PML nº 0078.2014, oriunda do Processo Licitatório PML nº 0060.2014, Pregão Presencial, para Registro de Preço PML nº 0032.2014, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e SAMOURA CONFECÇÕES LTDA ME, com o fito de aditar em 25% (vinte e cinco por cento) o quantitativo dos itens "01", "04", "05", "08", "09", "11" e "15", da Ata susomencionada.

Presentes de um lado, MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇO; e de outro SAMOURA CONFECÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. XV de Novembro, nº 42, Fundos, Centro, em Joaçaba/SC, (89600-000), inscrita no CNPJ sob o nº 14.920.994/0001-79, neste ato representado por seu sócio administrador JOÃO CARLOS SAMOURA, brasileiro, maior, casado, vendedor, portador do documento de identidade do tipo RG, de nº 14/R 1706603, expedido pela SSP/SC; e inscrito no CPF sob o nº 504.989.249-04, doravante simplesmente denominada FORNECEDOR; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo à Ata de Registro em epígrafe, nos termos que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto aditar os itens abaixo indicados em seu quantitativo, no importe de 25% (vinte e cinco por cento).

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Camiseta em tecido 100% poliéster, modelo Masculino nas cores Azul com Amarelo e Branco, manga modelo raglan curta, gola redonda, com estampas no sistema de sublimação, com numeração de 2 a 17, conforme modelo em anexo, nos tamanhos: P/8 un; e M/8 un.	UN	16,00	20,50	328,00

4	Camiseta em tecido 100% poliéster, modelo Masculino nas cores Verde com Vermelho e Branco, manga modelo raglan curta, gola redonda, com estampas no sistema de sublimação, com numeração de 2 a 21, conforme modelo em anexo, nos tamanhos: G/10 un; e GG/10 un.	UN	20,00	21,70	434,00
5	Camiseta em tecido 100% poliéster, modelo Feminino nas cores Azul com Amarelo e Branco, manga modelo raglan curta, gola redonda, com estampas no sistema de sublimação, com numeração de 2 a 17, conforme modelo em anexo, nos tamanhos: P/8 un; e M/8 un.	UN	16,00	22,50	360,00
8	Camiseta em malha pique, modelo baby look, 53% algodão e 47% poliéster, na cor vermelha, gola polo com botão comparte de dentro da abertura em preto, manga curta, com bordado lado esquerdo da bandeira de Luzerna, nos tamanhos : P/17 un; M/12 un; G/6 un.	UN	35,00	22,20	777,00
9	Camiseta em malha pique, 53% algodão e 47% poliéster, na cor vermelha, gola redonda, manga curta com punho na barra, com bordado lado esquerdo da bandeira de Luzerna, nos tamanhos: 8/6 un; 10/6 un; 12/8 un.	UN	20,00	22,40	448,00
11	Calça moleton, com tecido 50% algodão e 50% poliéster, na cor vermelha e amarela, com estampa na perna direita Luzerna, nos tamanhos: P/2 un; M/2 un; G/2 un.	UN	6,00	30,20	181,20
15	Calção em tecido 100% poliéster, modelo masculino nas cores vermelho com preto, estampas no sistema de sublimação, na perna direita escrito Luzerna e na perna esquerda o número de 2 ao 21 conforme modelo em anexo, nos tamanhos G/10 un; GG/10 un.	UN	20,00	16,50	330,00

2.CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1.As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas na Ata de Registro de Preço original e constantes do Edital do aludido Pregão, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3.CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1.É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da Ata de Registro de Preços e/ou deste aditivo, com renúncia à qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.
E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 27 de agosto de 2014
MOISÉS DIERSMANN
MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC
ÓRGÃO GERENCIADOR

JOÃO CARLOS SAMOURA
SAMOURA CONFECÇÕES LTDA ME
FORNECEDOR
TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF: _____

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

1º Termo Aditivo - Arp PML Nº 0038.14 - PL PML Nº 0009.14 - PP Rp PML Nº 0017.14 - Sêmen - Semex do Brasil Comércio Importação E Exportação Ltda

1º TEMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PML Nº 0038.2014

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0009.2014

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO - PML Nº 0017.2014

Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços PML nº 0038.2014, oriunda do Processo Licitatório PML nº 0009.2014, Pregão Presencial, para Registro de Preço PML nº 0017.2014, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, com o fito de aditar em 25% (vinte e cinco por cento) o quantitativo dos itens "01" e "03", da Ata susomencionada.

Presentes de um lado, MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇO; e de outro SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.50093.476/0001-83, com sede na Rua Guilherme Scharf, nº 2520, Bairro Fidélis, em Blumenau/SC (89060-001), neste ato representada por seu procurador, o Sr. CARLOS VICTOR SILVEIRA DE ARAGON, brasileiro, casado, gerente administrativo financeiro, portador de documento de identidade, do tipo RG, de nº 16.271.157, expedido pela SSP/SP; e inscrito no CPF sob nº 096.786.668-55, doravante simplesmente denominada FORNECEDOR; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo à Ata de Registro em epígrafe, nos termos que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto aditar os itens abaixo indicados em seu quantitativo, no importe de 25% (vinte e cinco por cento).

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Sêmen bovino provado raça holandesa, com prova não inferior a dezembro de 2013, que atenda às seguintes características mínimas, conforme prova oficial na base americana ou com conversão pela interbull, na cor preta e branca, com confiabilidade produtiva igual ou superior a 90%, com pta leite igual ou maior que 800 libras, pta gordura igual ou maior que 60 libras tipo igual ou maior que 1.5, composto de úbere igual ou maior que 1.00, composto pernas e pés igual ou maior que 0.50, apresentando facilidade de parto igual ou menor a 7% e vida produtiva igual ou maior que 2.5.	Dos	300	29,00	8.700,00
3	Sêmen da raça red angus, que atenda às seguintes características mínimas com base na prova da associação canadense, sendo top 1% do peso ao nascer, top 5% para facilidade de parto e top 15% para marmoreio.	Dos	250	15,75	3.937,50

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas na Ata de Registro de Preço original e constantes do Edital do aludido Pregão, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da Ata de Registro de Preços e/ou deste aditivo, com renúncia à qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 27 de agosto de 2014
MOISÉS DIERSMANN
 MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC
 ÓRGÃO GERENCIADOR

CARLOS VICTOR SILVEIRA DE ARAGON
 SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
 FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF: _____

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

Decreto 1877

DECRETO Nº 1877 de 01 de setembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 22 da Lei nº 1.171 de 12/11/13,

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL na importância de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna - SIMAE:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.060 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SIMAE

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-33

Valor: R\$ 80.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 01 de setembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Edital de Convocação - Conselho Local de Saúde**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados todos os moradores acima de 18 anos das comunidades pertencentes a Estratégia de Saúde da Família do Bairro São Francisco e da Vila Alemanha, em conformidade com a Lei 1255 de 12 de agosto de 2014, para comporem os Conselhos Locais de Saúde, que elegerá em Assembleia convocada para esta finalidade 04 representantes das comunidades pertencentes ao ESF São Francisco e 04 pessoas pertencentes ao ESF Vila Alemanha, biênio 2014/2016. Os Conselhos Locais de Saúde são instâncias colegiadas, autônomas, de caráter permanente e deliberativo, com a finalidade de garantir a participação dos profissionais de saúde e usuários da área de abrangência da Unidade Básica de Saúde, e em cada unidade Básica de Saúde, será criado um CONSELHO LOCAL DE SAÚDE. Serão credenciadas as pessoas que preencherem os seguintes requisitos: Possuir idade maior de 18 anos; não ser membro do Conselho Municipal de Saúde; Residir no Município e na comunidade pertencente ao ESF. Os representantes que se candidatarem, ao se inscreverem, deverão apresentar: ficha de inscrição preenchida com dados pessoais, e comprovante de endereço. As fichas de inscrições deverão ser entregues impreterivelmente até o dia 30 de setembro de 2014, na Secretaria

Municipal de Saúde e BemEstar Social na Coordenação dos ESF's, com a Enfermeira Alessandra Daros Nunes.

Luzerna(SC), 01 de setembro de 2014.
JOVIANE COLOMBELLI
Conselho Municipal de Saúde
Presidente

Termo de Conversão de Arp Em Ca - Ca PML Nº 133.A.14 - Arp PML Nº 0097.13 - PL PML Nº 0043.13 - PP Rp PML Nº 0032.13 - Sonorização - Mirian Medeiros Mei

TERMO DE CONVERSÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO EM CONTRATO ADMINISTRATIVO.
CONTRATO ADMINISTRATIVO - PML Nº 0133-A.2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PML Nº 0097.2013.
PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0043.2013.
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO - PML Nº 0032.2013.

Termo de Conversão da Ata de Registro de Preços PML nº 0097.2013, oriunda do Processo Licitatório PML nº 0043.2013, Pregão Presencial, para Registro de Preço PML nº 0032.2013, em Contrato Administrativo (PML nº 133-A.2014), que entre si celebram, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e MIRIAN MEDEIROS MEI, com o fito de: a) nos termos da lei, através da conversão, prorrogar a vigência do instrumento originário até 31.12.2014; b) aditivar em 9,706% (nove pontos e setecentos e seis décimos percentuais) o quantitativo do Lote 02, abaixo especificado; e c) reajustar o preço do lote registrado, com base no acumulado do INPC dos últimos 12 (doze) meses.

Presentes de um lado, MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e de outro MIRIAN MEDEIROS MEI, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 174, Bairro Estação Luzerna, em Herval D'Oeste/SC (89610-000), inscrita no CNPJ sob o nº 15.840.196/0001-08, neste ato representada pelo Sr. ROBERTO HENRIQUE PETRY, portador de documento de identidade, do tipo RG, de nº 1.702.849, expedido pela SSP/SC; e inscrito no CPF/MF sob o nº 548.515.309/78, doravante simplesmente denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo de Conversão da Ata de Registro de Preços susomencionada em Contrato Administrativo, nos termos que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente instrumento tem por objeto inicial a conversão da Ata de Registro de Preços susomencionada em Contrato Administrativo, nos termos da legislação pátria vigente, com o fito de assim prorrogar a vigência do instrumento originário até 31.12.2014; 1.2. O presente instrumento possui também como objeto secundário aditivar em 9,706% (nove pontos e setecentos e seis décimos percentuais) o quantitativo do Lote 02, abaixo especificado.

Lote: 02- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SONORIZAÇÃO

Item	Especificação	Un.	Quant.	Preço unitário R\$	Preço total R\$
7	Prestação de serviços em sonorização em eventos culturais, mateada, gincanas, atividades recreativas e culturais da semana da criança, apresentações culturais, feirinha de artesanato datas: a definir, equipamentos mínimos de sonorização 06 caixas de som 02 vias - 500 w rms com 02 alto-falantes 15" + driver de titânio ou similar; 01 mesa de som 16 canais; 02 microfones sem fio; 04 microfones com fio; 01 equalizador; 04 direct box passivos 01 aparelho de cd com mp3 amplificação conforme o sistema. cabeamento completo.	UN	10,00	435,125	4.531,25
8	Prestação de serviços em sonorização em festa juliana, data e local a definir, formaturas data e local a definir, festividades dia do colono data e local a definir, equipamentos mínimos de sonorização 08 caixas de som 02 vias - 800 w rms com 02 alto-falantes 15" + driver de titânio ou similar; 08 caixas de subgrave - 800 w rms com 02 alto-falantes de 18"; 02 mesa de som com no mínimo 32 canais digital; equalizadores 31 bandas; 01 processador 03 vias estéreo; 02 microfones sem fio; 08 microfones com fio; 06 caixas de retorno 200 w rms; 02 aparelhos de cd com mp3; amplificação conforme o sistema; cabeamento completo.	UN	10,00	873,8839	8.738,84

9	Prestação de serviços em sonorização para o desfile cívico equipamentos mínimos de sonorização 08 caixas de som 02 vias - 800 w rms com 02 alto-falantes 15" + driver de titânio ou similar; 08 caixas de subgrave - 800 w rms com 02 alto-falantes de 18"; 01 mesa de som com no mínimo 32 canais digital; 01 equalizadores 31 bandas; 01 processador 03 vias estéreo; 02 microfones sem fio; 04 microfones com fio; 02 caixas de retorno 200 w rms; 01 aparelhos de cd com mp3; amplificação conforme o sistema; cabeamento completo (distribuído na avenida 16 de fevereiro de 20 em 20 metros) 120 mt.	UN	1,00	1.132,8125	1.132,81
10	Prestação de serviços em sonorização em festividades do dia do município festival de danças festival natal "08 caixas de som 02 vias - 800 w rms com 02 alto-falantes 15" + driver de titânio ou similar; equipamentos mínimos de sonorização 08 caixas de subgrave - 800 w rms com 02 alto-falantes de 18"; 02 mesa de som com no mínimo 32 canais digital; 02 equalizadores 31 bandas; 01 processador 03 vias estéreo; 02 microfones sem fio; 08 microfones com fio; 06 caixas de retorno 200 w rms; 02 aparelhos de cd com mp3; amplificação conforme o sistema; cabeamento completo equipamentos mínimos de iluminação 06 moving head 575 watts; 01 mesa de comando dmx 01 canhão seguidor hmi 1200; 01 máquina de fumaça; estrutura de alumínio completa de 12 x 6 metros; 20 canhões de led.	UN	11,00	1.327,0089	14.597,10
Preço Total do Lote R\$ 29.000,00					

1.3. Possui ainda o presente instrumento, como objeto secundário, o reajustamento do valor inicialmente registrado em 6,05% (seis inteiros e cinco décimos percentuais), tendo por base o acumulado do INPC dos últimos 12 (doze) meses.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais

cláusulas estipuladas na Ata de Registro de Preço original e constantes do Edital do aludido Pregão, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da Ata de Registro de Preços e/ou deste Termo de Conversão de Ata de Registro de Preços em Contrato Administrativo, com renúncia à qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 1º de agosto de 2014

MOISÉS DIERSMANN

MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

CONTRATANTE

ROBERTO HENRIQUE PETRY

MIRIAN MEDEIROS MEI

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF: _____

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

Decreto 1876

DECRETO Nº 1876 de 01 de setembro de 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Lei nº 1171 de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º- Ficam anuladas parcialmente ou na sua totalidade, nas Atividades abaixo discriminadas, as Modalidades de Aplicação das despesas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

GABINETE DO PREFEITO

Atividade - 04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 4.000,00

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade - 04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Atividade - 04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento de Fazenda

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte 00 - Recursos Ordinários
 R\$ 10.000,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 12.361.0031.2030 - Manutenção do ensino Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 19 - Transferências do FUNDEB (aplicação em outras despesas da educação básica)
 R\$ 60.000,00

Atividade - 12.306.0043.2036 - Programa da Merenda Escolar do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários
 R\$ 3.100,00

Atividade - 13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários
 R\$ 10.000,00

SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade - 20.606.0052.2042 - Manutenção da Agricultura e Meio Ambiente

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários
 R\$ 3.668,00

TOTAL ANULADO
 R\$100.768,00

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas as dotações atribuídas às Atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 GABINETE DO PREFEITO

Atividade-- 04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários
 R\$ 4.000,00

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade - 04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários
 R\$ 10.000,00

Atividade - 04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento de Fazenda

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários
 R\$ 10.000,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 12.361.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 18 - Transferências do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do magistério
 R\$ 60.000,00

Atividade - 12.306.0043.2036 - Programa da Merenda Escolar do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos Educação R\$ 3.100,00

Atividade - 13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários
 R\$ 10.000,00

SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade - 20.606.0052.2042- Manutenção da Agricultura e Meio Ambiente

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários
 R\$ 3.668,00

TOTAL SUPLEMENTADO
 . R\$ 100.768,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 01 de setembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Termo de Conversão de Arp Em Ca - Ca PML Nº 133.B.14 - Arp PML Nº 0096.13 - PL PML Nº 0043.13 - PP Rp PML Nº 0032.13 - Filmagem - Zeropro Vídeo Profissional Ltda Me

TERMO DE CONVERSÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO EM CONTRATO ADMINISTRATIVO.

CONTRATO ADMINISTRATIVO - PML Nº 0133-B.2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PML Nº 0096.2013.

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0043.2013.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO - PML Nº 0032.2013.

Termo de Conversão da Ata de Registro de Preços PML nº 0096.2013, oriunda do Processo Licitatório PML nº 0043.2013, Pregão Presencial, para Registro de Preço PML nº 0032.2013, em Contrato Administrativo (PML nº 133-B.2014), que entre si celebram, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e ZEROPRO VÍDEO PROFISSIONAL LTDA ME, com o fito de: a) nos termos da lei, através da conversão, prorrogar a vigência do instrumento originário até 31.12.2014; b) aditivar em 25% (vinte e cinco por cento) o quantitativo do Lote 01, abaixo especificado; e c) reajustar o preço do lote registrado, com base no acumulado do INPC dos últimos 12 (doze) meses.

Presentes de um lado, MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e de outro ZEROPRO VÍDEO PROFISSIONAL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Vigário Frei João, nº 87, Sala 01, Andar Térreo, Centro, no Município de Luzerna/SC (89609-000), inscrita no CNPJ sob o nº 15.218.277/0001-62, neste ato representada por seu sócio administrador, o Sr. MICHEL ROGERIO SCHAEGLER, portador de

documento de identidade, do tipo RG, de nº 3.538.071, expedido pela SSP/SC; e inscrito no CPF sob o nº 022.079.939/30, doravante simplesmente denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo de Conversão da Ata de Registro de Preços susomencionada em Contrato Administrativo, nos termos que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente instrumento tem por objeto inicial a conversão da Ata de Registro de Preços susomencionada em Contrato Administrativo, nos termos da legislação pátria vigente, com o fito de assim prorrogar a vigência do instrumento originário até 31.12.2014;
1.2. O presente instrumento possui também como objeto secundário aditar em 25% (vinte e cinco por cento) o quantitativo do Lote 01, abaixo especificado.

Lote: 01 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA DE VÍDEO					
Item	Especificação	Un.	Quant.	Valor unitário R\$	Preço total R\$
1	Prestação de serviços de cobertura de vídeo com 01 câmera profissional com captação em full hd 3mos de 1/3", 01 cinegrafista profissional, edição e entrega de 01 dvd e 01 bluray.	UN	8,00	695,17424	5.561,38
2	Prestação de serviço de cobertura de vídeo com 02 câmeras profissionais com captação em full hd 3mos de 1/3", 02 cinegrafistas profissionais, transmissão simultânea para telão, 01 projetor 3.200 ansi lumens, tela 3,7m x 2,7m, mesa de corte switch, operador, reprodutora de dvd/bluray, edição e entrega de 01 dvd e 01 bluray.	UN	3,00	1.489,6552	4.468,97
3	Prestação de serviços de coberturas de vídeo com 02 câmeras profissionais com captação em full hd 3mos de 1/3", 02 cinegrafistas profissionais, edição e entrega de 01 dvd e 01 bluray.	UN	1,00	1.191,7241	1.191,72
4	Prestação de serviços de cobertura de vídeo com 03 câmeras profissionais com captação em full hd 3mos de 1/3", 03 cinegrafistas profissionais, grua com lança de 4,5m, edição e entrega de 01 dvd e 01 bluray.	UN	2,00	2.582,069	5.164,14

5	Prestação de serviços de coberturas de vídeo com 03 câmeras profissionais com captação em full hd 3mos de 1/3", 03 cinegrafistas profissionais, transmissão simultânea para telão, 01 projetor 3.200 ansi lumens, tela 3,7m x 2,7m, grua com lança de 4,5m, mesa de corte switch, operador, reprodutora de dvd, edição e entrega de 01 dvd e 01 bluray.	UN	2,00	1.837,2414	3.674,48
6	Prestação de serviços de cobertura de vídeo com 02 câmeras profissionais com captação em full hd 3mos de 1/3", 02 cinegrafistas profissionais, transmissão simultânea para telão, 01 projetor 3.200 ansi lumens, tela 3,7m x 2,7m, mesa de corte switch, operador, edição de clipe para formandos, reprodutora de dvd/bluray, edição e entrega de 01 dvd e 01 bluray.	UN	4,00	2.184,8276	8.739,31
Preço Total do Lote R\$: 28.800,00					

1.3. Possui ainda o presente instrumento, como objeto secundário, o reajustamento do valor inicialmente registrado em 6,05% (seis inteiros e cinco décimos percentuais), tendo por base o acumulado do INPC dos últimos 12 (doze) meses.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas na Ata de Registro de Preço original e constantes do Edital do aludido Pregão, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da Ata de Registro de Preços e/ou deste Termo de Conversão de Ata de Registro de Preços em Contrato Administrativo, com renúncia à qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.
E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 1º de agosto de 2014
MOISÉS DIERSMANN
MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC
CONTRATANTE

MICHEL ROGERIO SCHAEGLER
ZEROPRO VÍDEO PROFISSIONAL LTDA ME CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF: _____

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

Portaria 117/14 - Republicado

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 117/14 de 29 de agosto de 2014.

"PROMOVE SERVIDORES QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 035/04 de 18 de março de 2004,

RESOLVE:

Art.1º- PROMOVER os servidores efetivos abaixo relacionados, para Classes superiores do mesmo Nível e Grupo que ocupam, por terem cumprido os requisitos dos arts. nºs 26, 27 e 55, da Lei Complementar Municipal nº 035, de 18 de março de 2004, que instituiu o Plano de Carreira, Empregos, Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Luzerna(SC):

Servidor	Emprego público	Classe atual	Classe nova	Períodos
Daiana Dahmer	Auxiliar de Sala	A	B	01/08/2011 a 31/07/2014
Douglas Ricardo Triques	Médico Veterinário	B	C	25/08/2012 a 24/08/2014
Maria Luiza Dezanet Geuster	Auxiliar de Serviços Gerais	F	G	21/08/2012 a 20/08/2014
Maria Francisca de Jesus de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	D	E	05/03/2012 a 24/08/2014
Maurício José Bittencourt	Fiscal de Tributos, Obras e Posturas	C	D	13/08/2012 a 12/08/2014
Michele Luciane Tomaz da Silva Tedesco	Assistente Social	F	G	24/08/2012 a 23/08/2014

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2014.

Luzerna(SC), 29 de agosto de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Decreto 1878

DECRETO Nº 1878 de 01 de setembro de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA, PARA O EXERCÍCIO DE 2014".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.22 da Lei nº 1.171 de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2013, apurado na Fonte 52 - ACESSUAS, criando Fonte e Valor no Orçamento do Município para 2014, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA
Atividade - 1201.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 0.3.52 - ACESSUAS R\$ 5.000,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2013.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 01 de setembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Receitas Federais do Dia 01.09.2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 01/09/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		9.759,41
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	7.594,90
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	7.594,90
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	7.594,90
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.164,51
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.164,51
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.298,71
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	865,80

Luzerna, 02/09/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Mafra**PREFEITURA****Extrato de Dispensa de Licitação Nº 379/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 379/2014.

FORNECEDOR: CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA
CNPJ: 00.876.873/0001-62.
VALOR: R\$ 7.050,00 (Sete mil e cinquenta reais)

FORNECEDOR: BRUNATTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ: 04.435.876/0001-11
VALOR: 1.700,00 (Um mil e setecentos reais)

FORNECEDOR: COMASO CONSTRUÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
CNPJ: 02.674.801/0001-68
VALOR: 13.800,00 (Treze mil e oitocentos reais)

FORNECEDOR: CETARB COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA
CNPJ: 81.908.469/0002-06
VALOR: 5.979,60 (Cinco mil novecentos e setenta e nove reais e sessenta centavos)

OBJETO: Aquisição de Pó de Brita, Cimento, Areia e Pedras para correção das erosões causadas pela enchente, aprovados pelo COMSAB com recursos do FUMSAB.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso IV, com alterações posteriores.

Mafra, (SC) 02 de setembro de 2.014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Maracajá**PREFEITURA****Edital da 6ª Audiência Pública**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR
DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

A Prefeitura Maracajá promove uma audiência pública para apresentar, debater, prestar esclarecimentos e recolher sugestões sobre a revisão do Plano Diretor da cidade.

Neste dia serão apresentados e debatidos os seguintes itens:

- Lei de Uso e Ocupação do Solo

Todo cidadão maracajaense devidamente credenciado para a audiência terá direito a voto e receberá um crachá específico, confeccionado em cor destacada, que possibilite a visualização e contagem por gesto manual.

A qualificação do cidadão como votante será efetivada no ato do credenciamento, mediante apresentação de documentação que comprove:

- Comprovação de domicílio residencial: Conta de luz ou água em nome do credenciado, acrescido de documento de identificação com foto; ou

- Comprovação de domicílio eleitoral: Título de eleitor em nome do credenciado, identificado por zona eleitoral do território de Maracajá, acrescido de documento de identificação com foto; ou

- Comprovação de domicílio empresarial: Contrato social em nome do credenciado, onde conste endereço da sede ou de filial no Município de Maracajá, acrescido de documento de identificação com foto.

O Relatório está disponível para consulta nos seguintes estabelecimentos:

1. Prefeitura de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, Centro, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 17h30min.

2. Pelo site www.maracaja.sc.gov.br

Audiência Pública

Plano Diretor - Maracajá

Data: 28/07/2014

Horário: 19h00min

Local: Salão Paroquial da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, Centro.

Wagner da Rosa

Prefeito de Maracajá

Decreto 92/2014

DECRETO Nº 92 DE 28 DE AGOSTO DE 2014.

NOMEIA OS MEMBROS DO NÚCLEO GESTOR DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o art. 73 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Núcleo Gestor do Plano Diretor do Município de Maracajá, passando a ser assim constituído:

I - 1 (um) representante do poder executivo estadual:

Titular	Suplente
Saymon Antonio Dela Bruna Zeferino - EPAGRI	Maristela Carradore Sérgio - EPAGRI

II - 4 (quatro) representantes poder público municipal:

Titular	Suplente
Evânio Macalossi	Adenauer Espíndola Serafim
Michellini Costa Francisco	Renan Machado Fregúlia
Diomar de Souza Machado Júnior	Marcelo Martinelli
Francisco Demétrio da Rocha	Rosa Correa da Silva Martinello

III - 2 (dois) representantes dos movimentos sociais e populares:

Titular	Suplente
Alexsander Pucher - Associação de Moradores de Vila Beatriz	Menix Pereira - Associação de Moradores de Vila Beatriz
Maria Amélia Leandro - Presidente da Associação de Moradores de Sangão Madalena	André José Cardoso - Membro da Associação de Moradores de Sangão Madalena

IV - 1 (um) representante de entidade comercial e empresarial:

Titular	Suplente
Valmir Pedro - Presidente da Câmara de Dirigentes Logistas - CDL	Josimar de Oliveira Medeiros - Secretário da Câmara de Dirigentes Logistas - CDL

V - 1 (um) representante de entidades de trabalhadores e sindicais:

Titular	Suplente
Ívete Maria Fernandes da Silva - Sindicato dos Trabalhadores Rurais	José Carlos Cichela - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

VI - 1 (um) representante de sociedade civil organizada:

Titular	Suplente
Lúcio Vânio Moraes - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE	Fátima da Íria Medeiros - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE

VII - 1 (um) representante do poder legislativo municipal:

Titular	Suplente
Roldinei Dassoler da Silva - Presidente da Câmara de Vereadores	Alaênio de Oliveira - Vereador

VIII - 1 (um) representante do entidade religiosa:

Titular	Suplente
Rosane Savi Costa	Lúcio Vânio Moraes

IX - 1 (um) representante do conselho municipal do desenvolvimento rural/CMDR:

Titular	Suplente
Tiago Hercílio de Souza	Geraldo Leandro

Parágrafo único. O mandato de todos os representantes é de doze meses, podendo ser reconduzidos por igual período, ou até sanção da Lei do Plano Diretor.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas todas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
28 de Agosto de 2014.
Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração em 28 de Agosto de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

Decreto 93/2014

DECRETO Nº 93 DE 28 DE AGOSTO DE 2014.

NOMEIA OS MEMBROS DA COORDENAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICA DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o art. 73 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros da Coordenação de Audiências Pública do Plano Diretor do Município de Maracajá, passando a ser assim constituído:

I - 1 (um) representante do poder executivo municipal:

Titulares	Suplentes
Diomar de Souza Machado Júnior	Renan Machado Fregúlia
Itaionara Tramontin Recco	Rosane Savi Costa
Evânio Macalossi	Francisco Demétrio da Rocha
Dilnei Fausto Borges	Adenauer Espíndola Serafim
Michellini Costa Francisco	Marcelo Martinelli

Parágrafo único. O mandato de todos os representantes é de doze meses, podendo ser reconduzidos por igual período, ou até sanção da Lei do Plano Diretor.

Art. 2º A presidência da coordenação nomeada no Item I do Art. 1º deste decreto fica a cargo do primeiro nomeado.

Art. 3º Fica a Coordenação de Audiências Pública do Plano Diretor responsável pela emissão de regulamentos, organização de todas as audiências, convites e divulgações de todos os atos e demais prerrogativas necessárias na execução de audiências pública para deliberação do Plano Diretor Municipal de Maracajá.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
28 de Agosto de 2014.
Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração em 28 de Agosto de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

Maravilha

PREFEITURA

Decreto Nº 102/2014

DECRETO Nº 102, DE 29 DE AGOSTO DE 2014.

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº 3.780, de 26 de agosto de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04.04 - Departamento dos Esportes

27 - Desporto e Lazer

27.812 - Desporto Comunitário

27.812.0008 - Esporte e Lazer

27.812.0008.2.022 - APOIO AO DESPORTO AMADOR

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04.04 - Departamento dos Esportes

27 - Desporto e Lazer

27.812 - Desporto Comunitário

27.812.0008 - Esporte e Lazer

27.812.0008.1.028 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 29 de agosto de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto Nº 103/2014

DECRETO Nº 103, DE 29 DE AGOSTO DE 2014.

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº 3.781, de 26 de agosto de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 92.600,00 (noventa e dois mil e seiscentos reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

09.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.01 - Fundo Mun. De Assist. Social

08 - Assistência Social

08.244 - Assistência Comunitária

08.244.0018 - Desenvolvendo a Cidadania

08.244.0018.2.060 - AÇÕES ASSISTENCIAIS DE CARÁTER EMERGENCIAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 - Aplicações Diretas

R\$ 92.600,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

09.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.02 - Fundo Municipal de Habitação

16 - Habitação

16.482 - Habitação Urbana

16.482.0019 - Morar Melhor

16.482.0019.1.103 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.5.00.00 - Inversões Financeiras

4.5.90.00 - Aplicações Diretas

R\$ 92.600,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 29 de agosto de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto Nº 104/2014

DECRETO Nº 104, DE 29 DE AGOSTO DE 2014.

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº 3.782, de 26 de agosto de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

09.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.03 - Fundo da Infância e do Adolescente

08 - Assistência Social

08.243 - Assistência a Criança e ao Adolescente

08.243.0018 - Desenvolvendo a Cidadania

08.243.0018.2.065 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO F.I.A.

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.50.00 - Transf. a Inst. Privadas Sem Fins Lucrativos

R\$ 62.400,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Especiais de que trata o art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

09.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.02 - Fundo Municipal de Habitação

16 - Habitação

16.482 - Habitação Urbana

16.482.0019 - Morar Melhor

16.482.0019.1.103 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.5.00.00 - Inversões Financeiras

4.5.90.00 - Aplicações Diretas

R\$ 62.400,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 29 de agosto de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Marema**PREFEITURA****Decreto N. 129/2014**

Decreto n. 129/2014

de 31/08/2014

DECRETA LUTO OFICIAL DE SETE DIAS NO MUNICÍPIO DE MAREMA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Interino do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao Art. 64 VI da Lei Orgânica Municipal e CONSIDERANDO o falecimento do Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal VALDOMIRO BEVILAQUA e da primeira Dama MARIZETE BEVILAQUA .

RESOLVE:

Art. 1º - É decretado luto oficial por sete (7) dias em todo o território do Município de Marema em sinal de pesar pela morte do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Valdomiro Bevilaqua e da primeira Dama Marizete Bevilaqua, em um trágico acidente ocorrido na noite de 30/08/2014 no interior do Município.

Paragrafo Único: Todas as Atividades do Município de Marema de atendimento ao público externas e internas de todos os setores da administração pública municipal, ficarão suspensas no dia 01 e 02 de setembro de 2014. O departamento de saúde, funcionará com regime de plantão. Assim, todas as atividades externas e internas serão retomadas no dia 03/09/2014.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 31 de Agosto de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal Interino

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

Massaranduba

PREFEITURA

Contrato de Locação Nº. 05/2014 Fass

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº. 05/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA E A PESSOA FÍSICA SR. SÉRGIO LUIZ PACHECO

Por este instrumento particular de locação de imóvel que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.743.462/0001-62, com endereço na Rua 11 de Novembro, 2998, Bairro Centro, na cidade de Massaranduba (SC), neste ato representado pela Sra. SUZANE E. F. REINKE - Gestora dos Fundos Municipais, brasileira, casada, residente e domiciliada neste Município, CPF nº. 468.882.339-87, Cédula de Identidade nº. 1131963-1, e pelo Prefeito Municipal, Sr. MARIO FERNANDO REINKE, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, CPF nº.399.964.099-53, Cédula de Identidade nº. 488.606-2, doravante denominados LOCATÁRIA, e de outro lado SR. SÉRGIO LUIZ PACHECO, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Jaraguá do Sul, rua Barão do Rio Branco, nº. 760, apto 502, CPF nº. 522.724.439-15, Cédula de Identidade nº. 4/R 1.202.080, SSP-SC doravante denominado LOCADORA, as partes de comum acordo celebram este contrato com fulcro no artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº. 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O objeto do presente contrato consiste na locação de imóvel localizado na Rua 11 de Novembro, 4673, Bairro Centro, Município de Massaranduba (SC), com área total de 681 m2, área construída de 190,25 m2, cadastro nº. 837.0, inscrição imobiliária nº. 01.01.024.0121.001.00.00, destinado ao funcionamento do CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS, de acordo com o Processo de Dispensa de Licitação nº. 02/2014, homologado em 01 de setembro de 2014.

1.2. O imóvel ora locado destina-se exclusivamente ao funcionamento do CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obrigações do Locador:

a) Ceder o imóvel para o uso do locatário, conforme descrito no objeto;

b) Arcar com todas as despesas oriundas dos tributos municipais.

Obrigações do Locatário:

a) Pagar pontualmente o aluguel na data convencionada;

b) Arcar com todas as despesas de água e luz do imóvel locado, correspondente ao tempo que durar a locação;

c) Salvo as obras que importem em segurança do imóvel, obriga-se por todas as outras, devendo manter o imóvel locado em boas condições de higiene e limpeza com os aparelhos sanitários e de iluminação, pinturas, telhados, vidraças, fechos, torneiras, banheiros, ralos e demais acessórios, em perfeito estado de conservação e funcionamento, para conservação do imóvel e assim restituí-los quando findo ou rescindido este contrato, sem direito a retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias, ainda que necessárias, as quais ficarão desde logo incorporadas ao imóvel;

d) A obtenção de todos os requisitos para a efetivação de sua atividade comercial no endereço do imóvel, tais como alvarás, licenças e autorizações perante os órgãos competentes, bem como o pagamento de todos os emolumentos e despesas decorrentes da implantação, consecução e paralisação de suas atividades. A não obtenção não lhe dará o direito de rescisão deste contrato ou direito a indenização caso estas autorizações não lhe sejam fornecidos pelos órgãos competentes;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O MUNICÍPIO pagará a LOCADORA, mensalmente, a importância de R\$ 1.145,00, totalizando R\$ 4.580,00, (quatro mil, quinhentos e oitenta reais) para o período de 4 meses, onde o FUNDO MUNICIPAL se compromete a pagar até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao vencido, mediante a apresentação por parte da LOCADORA de recibo;

3.2. Em caso de atraso no pagamento do aluguel, o LOCATÁRIO ficará sujeito a multa de mora correspondente a 2% (dois por cento) sobre o valor do débito em atraso, corrigido monetariamente pela variação positiva do IGPM/FGV, mais juros de 1% (um por cento) ao mês, e será considerado infração contratual grave passível de rescisão podendo inclusive resultar na imediata ação de despejo e/ou outra que o Contrato ou a legislação assim permitir, a critério do LOCADOR;

3.3. Caso a data do vencimento recaia em dias como sábados, domingos e feriados, o pagamento deverá se proceder no primeiro dia útil subsequente;

3.4. Caso seja constatada qualquer irregularidade, o pagamento poderá ser retido, até a normalização, sem que isso acarrete ônus adicionais para a Prefeitura Municipal de Massaranduba (Artigo 55, inciso XIII da Lei nº. 8.666/93).

3.5. As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação:

07.00 - Fundo Municipal de Assistência Social

07.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

2026 - Manutenção do CRAS

3390391000 - Locação de Imóveis

10000 - Recursos Ordinários

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DO REAJUSTE

4.1. O prazo da locação é de 4 meses, iniciando em 01 de setembro de 2014 e a terminar em 31 de dezembro de 2014, data em que o Fundo Municipal se obriga a restituir o imóvel completamente desocupado, nas condições previstas no presente Contrato;

4.2. Mediante acordo entre as partes, o presente Contrato poderá ser prorrogado por igual período ou fração, podendo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ser rescindido de comum acordo e se de interesse das partes, sem direito à indenização ou multa a qualquer das partes;

4.3. Após decorridos 10 (dez) meses da locação e se o contrato vier a ser prorrogado, o preço ajustado na cláusula terceira será reajustado, aplicando-se a variação positiva que no período considerado tiver ocorrido com o IGPM (FGV) Índice Geral de Preços, divulgado pela Fundação Getulio Vargas. Na falta deste índice, será aplicado qualquer outro que venha substituí-lo mantendo em vigor as demais cláusulas;

4.3.1. Os reajustes ocorrerão independentemente de aviso ou interpelação judicial prévia, e vigorará entre as partes, no primeiro dia útil subsequente à ocorrência do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA - DAS BENFEITORIAS E VISTORIAS

5.1. Fica vedado a realização de benfeitorias, obras ou modificações de qualquer espécie no imóvel locado sem a prévia e expressa autorização do LOCADOR. De qualquer forma se expressamente autorizadas as benfeitorias, obras ou modificações, sejam elas úteis, voluptuárias ou necessárias só poderão ser retiradas no término da locação com a expressa concordância ou exigência do LOCADOR, não cabendo nenhuma indenização ou direito de retenção ao LOCATÁRIO, sejam elas obras, modificações ou benfeitorias;

5.1.1. Considerando que o imóvel trata-se de uma edificação antiga, com técnica construtiva específica, toda e qualquer intervenção e/ou ação nas paredes, assoalho, esquadrias, etc, deverá seguir orientação e critérios específicos com a prévia e expressa autorização do LOCADOR;

5.2. O LOCATÁRIO permitirá ao LOCADOR, realizar vistorias no imóvel em dia e hora a serem previamente informados, podendo este último averiguar o funcionamento de todas as instalações, acessórios e equipamentos de segurança.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

6.1. Não é permitida a transferência deste Contrato, no todo ou em parte, nem a sublocação, cessão ou empréstimo, sem prévio consentimento do LOCADOR;

6.2. No caso do LOCADOR desejar vender o imóvel ora locado, obriga-se desde já o FUNDO MUNICIPAL a permitir a visita de interessados na compra, em horário compatível com suas conveniências, previamente ajustado;

6.3. Os casos omissos do presente Contrato serão regulados pelo Código Civil Brasileiro e legislação pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

7.1. Para dirimir questões decorrentes deste Contrato, será competente o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, renunciando as partes contratantes a qualquer outro.

E, por estarem assim justos e contratados, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando- o em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Massaranduba, 01 de setembro de 2014.
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL
SUZANE E. F. REINKE
LOCATARIO

MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

SERGIO LUIZ PACHECO
CPF: 522.724.439-15

Testemunhas:

1ª. CIRIO MARTINI
CPF: 452.293.509-97

2ª. ELAINE CRISTINA GUMS VICK
CPF: 019.781.789-05

Licitação 64.2014 Pp36.2014 - Errata

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

ERRATA 1

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 64/2014

PREGÃO PRESENCIAL - REG. PREÇOS Nº. 36/2014

O Município de Massaranduba, torna público que de acordo com o Decreto Municipal nº. 2.051, de 11 de Outubro de 2010, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial - Registro de Preços, com adjudicação por item, objetivando aquisição de Larvicida biológico para controle do mosquito borrachudo (*Bacillus thuringiensis* var *israelensis*).

ONDE SE LÊ:

Entrega dos Envelopes: até as 08:00h do dia 10/09/2014.

Credenciamento e Abertura das Propostas: as 08:30h do dia 10/09/2014.

LEIA-SE:

Entrega dos Envelopes: até as 08:00h do dia 15/09/2014.

Credenciamento e Abertura das Propostas: as 08:30h do dia 15/09/2014.

ONDE SE LÊ:

4 - DA PROPOSTA COMERCIAL:

4.1.6.1. O Larvicida biológico para controle do mosquito borrachudo (*Bacillus thuringiensis* var *israelensis*) deverá ter uma concentração mínima 1200 UTI ou 3000 UAA, com lacre de fábrica, fechado hermeticamente, com validade mínima de 18 meses. O produto entregue não poderá ter data de fabricação superior a 04 (quatro meses).

LEIA-SE:

4 - DA PROPOSTA COMERCIAL:

4.1.6.1. O Larvicida biológico BTI (*Bacillus thuringiensis israelensis*) SORO TIPO H14 CEPA AM65-52 (conforme exigido pela OMS - Organização Mundial de Saúde) deverá ter uma concentração mínima 1200 UTI/MG ou 3000 UAA, com lacre de fábrica, fechado hermeticamente, com validade mínima de 18 meses. O produto entregue não poderá ter data de fabricação superior a 02 (dois meses).

Massaranduba, 02 de Setembro de 2014.

MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito

Meleiro

PREFEITURA

Portaria N.º 328/2014

PORTARIA n.º 328/2014
TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora GISELE BENDO NAZÁRIO, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, em virtude do retorno da servidora Lea Sonia Pasini Berkenbrock da Licença Prêmio.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 284/2014.

Meleiro, 02 de Setembro de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 329/2014

PORTARIA n.º 329/2014
TRATA DA EXONERAÇÃO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e Lei Complementar nº 002/2002, de 16 de maio de 2002, e Lei Complementar nº 013/2005, de 05 de outubro de 2005, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Pedido, o Senhor EDSON BOELL, ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Obras e Serviços Urbanos, do quadro de pessoal comissionado da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 294/2011.

Meleiro, 02 de Setembro de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 330/2014

PORTARIA n.º 330/2014
TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 79, inciso VII seguintes da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal NAIR LOURDES DA SILVA BAESSO, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 01 de Agosto de 2005 a 30 de Julho de 2010, conforme dispõe o caput do artigo 79 inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Setembro de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 331/2014

PORTARIA n.º 331/2014
DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT 1º DA PORTARIA Nº 283/2014, de 31 de Julho de 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, resolve:

Art. 1.º Dar nova redação ao caput do artigo 1º da Portaria nº 283/2014, de 31 de Julho de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), de 04 de Agosto de 2014, edição 1541, pg 393, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATAR

“Art. 1.º Art. 1.º A Senhorita FRANCINE CARDOSO para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, em substituição a servidora Nair Lourdes da Silva Baesso, em virtude de Licença Prêmio.”

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Setembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

Decreto Nº 239/2014

DECRETO Nº239 /2014 DE 29 DE AGOSTO DE 2014.

DISPOE SOBRE A DESIGNAÇÃO DA ADMINISTRADORA DO FIA - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, DO MUNICÍPIO DE MODELO SC, DEMAIS DISPOSIÇÕES, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso das atribuições legais, a Lei Orgânica Municipal, em especial de conformidade com as Leis Municipais nºs: 1.192/1994 e 1552/2003,

DECRETA:

Art. 1º- Fica designada como Administradora do FIA - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, do Município de Modelo SC, a servidora Municipal, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social - Assistência Geral e CRAS, Senhora MARIZETE MARIA FLOSS, CPF Nº 023.591.969-10, conforme dispõe as Leis Municipais nº 1.192/1994 e 1552/2003.

Art. 2º - As atribuições da Servidora designada no artigo 1º deste Decreto, são as constantes das Leis Municipais nº 1.192/1994 e 1552/2003 e demais determinações legais pertinentes a matéria, não atribuindo qualquer remuneração para desempenho da designação de que trata este Decreto.

Art. 3º - Para atendimento das disposições legais, fica a Tesoureira, o Controle Interno e Contadora do Município de Modelo, designados para desempenho junto ao FIA - Fundo Municipal da Infância e Adolescência, concomitantemente com as respectivas atribuições.

Art. 4º - Fica delegado para assinar e responder pelos pagamentos e pela arrecadação da receita, sendo para movimentação financeira e orçamentária, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, de Modelo SC, emissão de cheques, TED - Transferência Eletrônica Disponível, DOC - Documento Credito, AGL - Agendamento e Lançamento, Borderô e demais atos pertinentes, as servidoras conforme abaixo especificado:

ORGÃO	ATRIBUIÇÕES	
	ADMINISTRADORA/ ORDENADORA	TESOUREIRA
FIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	Servidora municipal: MARIZETE MARIA FLOSS	Servidora Municipal: NILCE BATTISTI

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC
aos 29 de agosto de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER

CONTADORA

Navegantes

PREFEITURA

Resultado de Análise de Amostras Licitação 17/2014 FMAS

RESULTADO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS - Nº 17/2014 REGISTRO DE PREÇOS FMAS

CONFORME ATESTADO PELA, E PARA FINS DE COMPROVAÇÃO JUNTO AO CERTAME LICITATÓRIO DE QUE TRATA O PREGÃO PRESENCIAL FMAS 17/2014, REFERENTE A AMOSTRAS INFORMAMOS QUE:

COM A ORIENTAÇÃO/ VERIFICAÇÃO DA NUTRICIONISTA FERNANDA SOUZA TOMÉ - CRN 22.33, VENHO MANIFESTAR CONCORDÂNCIA COM AS AMOSTRAS APRESENTADAS PELAS EMPRESAS JEAN CARLOS PEREIRA NUNES - ME, BARKI INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP. E NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA, CADA QUAL NOS ITENS QUE FORAM VENCEDORES.

Iuli da Cunha Ceschin
Secretaria de Assistência Social
NAVEGANTES, 02 DE AGOSTO 2014.

RUA JOÃO EMÍLIO Nº 100 - FONE: (47) 3342 9500
CENTRO - 88.375-000 - NAVEGANTES - SC
"DOE ÓRGÃOS! DOE SANGUE! SALVE VIDAS"

Portaria 2798 Nomeia Conselheiro Tutelar Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2798 DE 2 DE SETEMBRO DE 2014
NOMEIA CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, e pela lei n º 1019 de 2 de setembro de 1993,

RESOLVE:

I NOMEAR o senhor LUIZ CARLOS ALBANAZ para o cargo eletivo de Conselheiro Tutelar Suplente no período de 10/9/2014 a 9/10/2014, em vista das férias do Conselheiro Titular, Flávio Roberto de Souza, que se encontra em férias.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 10/9/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 2 DE SETEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de setembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Decreto 509 Nomeação E Exoneração Em Função de Confiança

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 509 DE 11 DE JULHO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Agente Pública Municipal I a senhora ANNA AMANDA KRAUSS.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 23/7/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de julho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 512 DE 16 DE JULHO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Agente Pública Municipal I a senhora ANGÉLICA APARECIDA FLORES.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 14/7/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 513 DE 16 DE JULHO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Agente Pública Municipal I a senhora ANGÉLICA APARECIDA FLORES.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 14/7/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 514 DE 16 DE JULHO DE 2014
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestor Público Municipal I o senhor JOSÉ DA SILVA FARIAS FILHO.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 22/7/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 521 DE 25 DE JULHO DE 2014
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Agente Público Municipal III o senhor LÍRIO GRACIOLLI.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 23/7/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE JULHO DE 2014.
Emílio Vieira
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de julho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 522 DE 25 DE JULHO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal I a senhora PRISCILA APARECIDA LISBOA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 23/7/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE JULHO DE 2014.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de julho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CNPJ 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 539 DE 4 DE AGOSTO DE 2014

EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gerente de Gestão de Pessoal o senhor LUIZ ANTÔNIO DA SILVA MARTINS, A PEDIDO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 4 DE AGOSTO DE 2014.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CNPJ 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 546 DE 6 DE AGOSTO DE 2014

EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança

de Agente Pública Municipal I a senhora ANNA AMANDA KRAUSS, A PEDIDO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CNPJ 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 555 DE 12 DE AGOSTO DE 2014

EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Diretor de Escola CEI EJA (DESC-5) o senhor SÉRGIO SOARES.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CNPJ 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 556 DE 12 DE AGOSTO DE 2014

EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Diretor de Escola CEI EJA (DESC-5) o senhor SÉRGIO SOARES.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CNPJ 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 557 DE 12 DE AGOSTO DE 2014

EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Diretora Adjunta de Escola CEI EJA (DESC-A-1) a senhora SANDRA MERY BRANDL HEMMER.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CNPJ 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 558 DE 12 DE AGOSTO DE 2014

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais

e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Diretor de Escola CEI EJA (DESC-7) a senhora SANDRA MERY BRANDL HEMMER.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CNPJ 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 559 DE 12 DE AGOSTO DE 2014

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Diretora Adjunta de Escola CEI EJA (DESC-A-1) a senhora MARI ÂNGELA ROCHA FERREIRA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CNPJ 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N º 560 DE 14 DE AGOSTO DE 2014
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Assessor Técnico III o senhor RAUL COUTO NETO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N º 561 DE 14 DE AGOSTO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Diretor de Gestão Patrimonial o senhor RAUL COUTO NETO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N º 572 DE 19 DE AGOSTO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Agente Pública Municipal II a senhora MARIANA DOS SANTOS.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 18/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N º 581 DE 25 DE AGOSTO DE 2014
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Agente Público Municipal I o senhor LUIZ ANTÔNIO VICENTE.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de agosto de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 582 DE 25 DE AGOSTO DE 2014
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestor Público Municipal II o senhor GILMAR DUARTE.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/9/2014.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de agosto de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 589 DE 27 DE AGOSTO DE 2014
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Subprefeito o senhor JOEL VIEIRA.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/9/2014.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de agosto de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 590 DE 27 DE AGOSTO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Assessora Técnica I a senhora EDINEIA BETT SANTIAGO.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/9/2014.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de agosto de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 593 DE 27 DE AGOSTO DE 2014
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Secretário de Escola CEI EJA (SESC-7) o senhor JANDERSON NAHRING.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/9/2014.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de agosto de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 594 DE 27 DE AGOSTO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Diretor de Escola CEI EJA (DESC-6) o senhor JAN-
DERSON NAHRING.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 2/9/2014.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de agosto de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 595 DE 28 DE AGOSTO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Agente Pública Municipal III a senhora MARISE MOSER.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 25/8/2014.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de agosto de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Portaria 2554 Contratação E Exoneração Act

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 2554 DE 11 DE JULHO DE 2014
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I EXONERAR a servidora ANNA AMANDA KRAUSS da função de Instrutora de Culinária ACT com 40 horas semanais a partir de 1º/7/2014 A PEDIDO.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 22/7/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de julho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 2580 DE 16 DE JULHO DE 2014
CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I CONTRATAR pelo Processo Seletivo 002/2012 a senhora MARLUZA TREVISAN para exercer a função de Enfermeira ESF, com 40 horas semanais, no período de 14/7/2014 a 31/12/2014.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 14/7/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 2611 DE 18 DE JULHO DE 2014
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:
I EXONERAR a servidora LUIZA DA CONCEIÇÃO PIERRE da função de Instrutora de Corte de Cabelo ACT a partir de 1º/8/2014.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de julho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 2627 DE 5 DE AGOSTO DE 2014
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:
I EXONERAR o servidor ALEX FÁBIO DA FONSECA da função de

Médico Ginecologista ACT com 20 horas semanais a partir de 4/8/2014.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE AGOSTO DE 2014.
Emílio Vieira
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 5 de agosto de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 2721 DE 13 DE AGOSTO DE 2014
EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:
I EXONERAR o servidor MARCELO BORGES DE ABREU da função de Médico Vascular ACT com 10 horas semanais a partir de 2/8/2014 por término de Contrato.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de agosto de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 2733 DE 14 DE AGOSTO DE 2014
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores

Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I EXONERAR a servidora ARIANE DE ALMEIDA da função de Médica ESF ACT com 40 horas semanais a partir de 6/8/2014 por término de Contrato.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 6/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de agosto de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 2795 DE 1° DE SETEMBRO DE 2014
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I EXONERAR o servidor ODIRLEI JOANIR BRANDT da função de Médico PSF ACT a partir de 1º/9/2014, A PEDIDO.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE SETEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1° de setembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 2796 DE 1° DE SETEMBRO DE 2014
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I EXONERAR o servidor KELTON HANSEN da função de Agente Comunitário de Saúde ESF ACT a partir de 1º/9/2014, A PEDIDO.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE SETEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1° de setembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Portaria 2584 Nomeações por Concurso

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 2584 DE 17 DE JULHO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora ELEIDA MACHADO DE MATOS para exercer o cargo de Técnica de Enfermagem com carga horária de 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 17/7/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de julho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 2608 DE 18 DE JULHO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 002/2013, a senhora MARCELI PEREIRA DE ANDRADE para exercer o cargo de Bibliotecária com carga horária de 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 25/7/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 25/7/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de julho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 2722 DE 14 DE AGOSTO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora MARILENE LUNARDI CONTI para exercer o cargo de Técnica de Enfermagem com carga horária de 40 horas semanais do quadro de

servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 7/8/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 7/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de agosto de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 2723 DE 14 DE AGOSTO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora ARIANE DE ALMEIDA SAVARIS para exercer o cargo de Médica ESF com carga horária de 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 11/8/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 11/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de agosto de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 2732 DE 14 DE AGOSTO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, o senhor FERNANDO RAMPAZZO para exercer o cargo de Técnico em Radiologia com carga horária de 20 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 12/8/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 12/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Portaria 2603 Licenças Para Tratamento de Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2603 DE 18 DE JULHO DE 2014
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor GELÁSIO RODRIGUES, ocupante da função de Vigia do quadro de servidores, no período de 10/4/2014 a 14/7/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 10/4/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de julho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2604 DE 18 DE JULHO DE 2014
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor JOSÉ CARLOS BEILER, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores, no período de 20/2/2013 a 14/7/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 20/2/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de julho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2605 DE 18 DE JULHO DE 2014
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora VANDERLÉIA DA SILVA ADRIANO, ocupante da função de Agente Administrativo Auxiliar do quadro de servidores, no período de 28/4/2014 a 11/7/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 28/4/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de julho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2606 DE 18 DE JULHO DE 2014
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora ELIZABETE GIOSELE DIAS, ocupante da função de Agente Administrativo Auxiliar do quadro de servidores, no período de 11/3/2014 a 10/7/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 11/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de julho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2609 DE 18 DE JULHO DE 2014
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora LILIANE

DE SOUZA PARANAGUÁ, ocupante da função de Técnica em Enfermagem ESF do quadro de servidores, no período de 1º/5/2014 a 18/7/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/5/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de julho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2610 DE 18 DE JULHO DE 2014
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor GUSTAVO ALFONSO MORITZ, ocupante da função de Conselheiro Tutelar, no período de 21/5/2014 a 10/7/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 21/5/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de julho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2624 DE 18 DE JULHO DE 2014
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora IVONE MARIA PAULINO DA SILVA, ocupante da função de Gestora Pública Municipal II, no período de 10/6/2014 a 8/7/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 10/6/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JULHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de julho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N ° 2625 DE 18 DE JULHO DE 2014

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora ANDREA ELOISE DANIEL PINHO DE SOUZA, ocupante da função de Agente Comunitária de Saúde ESF, no período de 25/6/2014 a 21/7/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 21/6/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JULHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de julho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N ° 2668 DE 6 DE AGOSTO DE 2014

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora FABIANA DOS SANTOS, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais, no período de 1º/5/2014 a 24/7/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/5/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de agosto de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N ° 2669 DE 6 DE AGOSTO DE 2014

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor ROGÉRIO BITTENCOURT, ocupante da função de Motorista, no período de 24/6/2014 a 24/7/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 24/6/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

**PORTARIA N° 2735 DE 14 DE AGOSTO DE 2014
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor ANTÔNIO HENRIQUE MENDES, ocupante da função de Chefe de Serviços Administrativos, no período de 27/7/2014 a 12/8/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 27/7/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

**PORTARIA N° 2736 DE 14 DE AGOSTO DE 2014
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora LUCIANE COUCEIRO FERNANDES, ocupante da função de Agente Comunitária de Saúde ESF, no período de 20/3/2014 a 8/8/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 20/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

**PORTARIA N° 2737 DE 14 DE AGOSTO DE 2014
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora MARIA APARECIDA MACHADO, ocupante da função de Agente Pública Municipal III, no período de 5/7/2014 a 12/8/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/7/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

**PORTARIA N° 2779 DE 22 DE AGOSTO DE 2014
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora CLÁUDIA TEREZINHA MORAES PINHEIRO, ocupante do cargo de Médica Mastologista com 40 horas semanais, no período de 15/7/2014 a 15/8/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 15/7/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 2781 DE 25 DE AGOSTO DE 2014
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora MARIA APARECIDA LEMOS, ocupante do cargo de Instrutora de Pintura, no período de 11/6/2014 a 11/8/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 11/6/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 2782 DE 25 DE AGOSTO DE 2014
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora IDALENA GALVEZ DIAS, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, no período de 8/7/2014 a 8/8/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 8/7/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Portaria 2652 Licença Para Tratamento de Assuntos Particulares

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 2562 DE 15 DE JULHO DE 2014
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de assuntos particulares ao servidor VOLNEI JOSE BENTO, efetivo no cargo de Oficial Administrativo, no período de 14/7/2014 a 14/7/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 14/7/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JULHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de julho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2670 DE 6 DE AGOSTO DE 2014
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de assuntos particulares ao servidor FÁBIO ORESTES POLICARPO, efetivo no cargo de Vigia, no período de 1º/8/2014 a 1º/8/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de agosto de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2671 DE 6 DE AGOSTO DE 2014
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de assuntos particulares ao servidor VALDECI LOURENÇO INOCÊNCIO, efetivo no cargo de Vigia, no período de 1º/8/2014 a 1º/8/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de agosto de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2742 DE 15 DE AGOSTO DE 2014
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de assuntos particulares ao servidor MIGUEL INÁCIO, efetivo no cargo de Agente de Serviços Gerais, no período de 14/8/2014 a 14/8/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 14/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de agosto de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2743 DE 15 DE AGOSTO DE 2014
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de assuntos particulares ao servidor AUGUSTO ZACARIAS, efetivo no cargo de Agente de Serviços Gerais, no período de 12/8/2014 a 12/8/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 12/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2744 DE 15 DE AGOSTO DE 2014

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de assuntos particulares à servidora IVANI SALETE PILLONI, efetiva no cargo de Técnica de Enfermagem, no período de 14/8/2014 a 14/8/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 14/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2748 DE 22 DE AGOSTO DE 2014

INTERROMPE TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I INTERROMPER a licença para tratamento de assuntos particulares concedida ao servidor AUGUSTO ZACARIAS, efetivo no cargo de Agente de Serviços Gerais, que retornará ao trabalho a partir de 21/8/2014.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 21/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2797 DE 2 DE SETEMBRO DE 2014

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de assuntos particulares à servidora Natália Rodrigues Pereira, Agente de Serviços Gerais, no período de 1º/9/2014 a 1º/9/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/9/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 2 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de setembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Portaria 2613 Progressão Vertical

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2613 DE 18 DE JULHO DE 2014

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER KÁTIA REGINA BENTO no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Agente de Serviços Administrativos, posicionando para a referência "J".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2010 a 2012.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de julho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2614 DE 18 DE JULHO DE 2014

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores

Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER KÁTIA REGINA BENTO no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Agente de Serviços Administrativos, posicionando para a referência "K".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de julho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2662 DE 6 DE AGOSTO DE 2014

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER BELMIRA MARIA MARTINS OTTOBONI no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Atendente de Posto de Saúde, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N ° 2663 DE 6 DE AGOSTO DE 2014

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER JOSÉ MANOEL COUTO no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Chefe de Serviços Administrativos, posicionando para a referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N ° 2664 DE 6 DE AGOSTO DE 2014

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER LIZETE DE SOUZA no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Atendente de Posto de Saúde, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N ° 2665 DE 6 DE AGOSTO DE 2014

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER MARLI TEREZINHA MARTINS no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Atendente de Posto de Saúde, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de agosto de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2666 DE 6 DE AGOSTO DE 2014

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:
I PROMOVER EVANDRO ROBERTO PEREIRA no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Supervisor de Obras e Serviços, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2010 a 2012.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de agosto de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2667 DE 6 DE AGOSTO DE 2014

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:
I PROMOVER EVANDRO ROBERTO PEREIRA no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Supervisor de

Obras e Serviços, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de agosto de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2693 DE 11 DE AGOSTO DE 2014

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:
I PROMOVER CÁSSIO VICENTE no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Calceteiro, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2010 a 2012.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de agosto de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2694 DE 11 DE AGOSTO DE 2014

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CÁSSIO VICENTE no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Calceteiro, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de agosto de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2695 DE 11 DE AGOSTO DE 2014

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER NERCI DORVAINO CRISPIM no quadro geral de

servidores por curso de capacitação no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de agosto de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2712 DE 12 DE AGOSTO DE 2014

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ADILSON DA ROSA no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de agosto de 2014.
Benilde Perão

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 2713 DE 12 DE AGOSTO DE 2014

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:
I PROMOVER ANTÔNIO FRANCISCO DOS SANTOS no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Motorista, posicionando para a referência "K".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de agosto de 2014.
Benilde Perão

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 2769 DE 19 DE AGOSTO DE 2014

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:
I PROMOVER KARLA CRISTINA FURTADO DOS REIS no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Médica Veterinária, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2010 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/7/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de agosto de 2014.
Benilde Perão
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Resultado de Análise de Amostras Licitação 12/2014 FMAS

RESULTADO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS - Nº 12/2014 FMAS CONFORME ATESTADO PELA, E PARA FINS DE COMPROVAÇÃO JUNTO AO CERTAME LICITATÓRIO DE QUE TRATA O PREGÃO PRESENCIAL PMN 12/2014, REFERENTE A AMOSTRAS INFORMAMOS QUE:

COM A ORIENTAÇÃO/ VERIFICAÇÃO DA NUTRICIONISTA FERNANDA SOUZA TOMÉ - CRN 22.33, VENHO MANIFESTAR CONCORDÂNCIA COM AS AMOSTRAS APRESENTADAS PELAS EMPRESAS JEAN CARLOS PEREIRA NUNES - ME E BARKI INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP, CADA QUAL NOS ITENS QUE FORAM VENCEDORES.

Iuli da Cunha Ceschin
Secretaria de Assistência Social
NAVEGANTES, 02 DE AGOSTO 2014.

RUA JOÃO EMÍLIO Nº 100 - FONE: (47) 3342 9500
CENTRO - 88.375-000 - NAVEGANTES - SC
"DOE ÓRGÃOS! DOE SANGUE! SALVE VIDAS"

RUA JOÃO EMÍLIO Nº 100 - FONE: (47) 3342 9500
CENTRO - 88.375-000 - NAVEGANTES - SC
"DOE ÓRGÃOS! DOE SANGUE! SALVE VIDAS"

Ata Tomada de Preço 174/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

ATA TOMADA DE PREÇO 1742014 PMN

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS, CONSTRUTORA RENASCENCE LC EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA AMBAS CREDENCIADAS, E EMPRESA SOVRANA (NÃO APRESENTOU OS DOCUMENTOS REF. O CREDENCIAMENTO, E NÃO POSSUÍA REPRESENTANTE PRESENTE), ENTRETANTO SÓ A EMPRESA RENASCENCE APRESENTOU DECLARAÇÃO E CERTIDÃO SIMPLIFICADA FAZENDO JUS AO BENEFÍCIO DE MICRO EMPRESA CONFORME ITEM 3.2.

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, O PRESIDENTE E A COMISSÃO ABRIRAM OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO, CONSTATANDO QUE AS EMPRESAS FORAM HABILITADAS, COMO O REPRESENTANTE DA EMPRESA SOVRANA NÃO ESTAVA PRESENTE E NÃO ENCAMINHOU A RENÚNCIA DE RECURSO A COMISSÃO

ABRIU PRAZO SENDO QUE OS ENVELOPES DE PROPOSTAS SERÃO ABERTOS NO DIA 11/09/2014 AS 14 HORAS NO AUDITÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL.

FICAM DESDE JÁ INTIMADOS OS INTERESSADOS DO PRESENTE, MOMENTO EM QUE SE ENCERRA A SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE COMPETENTE.

ASS.PRESIDENTE DA COMISSÃO E COMISSÃO PERMANENTE.

Navegantes 02 de setembro de 2014

Aviso de Licitação Pregão Presencial 14/2014 FMAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº14/2014 FMAS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO MUNICIPAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 15/09/2014 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 15/09/2014 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 2 de setembro de 2014.
Roberto Carlos de Souza
Prefeito.

Aviso de Licitação Pregão Presencial 179/2014 PMN
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 179/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE BOBINAS TÉRMICAS PARA SUPRIMENTO DOS PONTOS BIOMÉTRICOS DA PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 15/09/2014 até às 8:50 hs. Abertura envelopes: 15/09/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 02 de setembro de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Ata de Julgamento de Recurso Referente Concorrência Nº 172/2014 PMN

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE
CONCORRÊNCIA Nº 172/2014 PMN

Aos 03 dias de setembro de 2014, às 15:00 horas, reuniu-se o Presidente da Comissão e a Comissão, designados pela Portaria número 176 de 31/01/2014, com intuito de analisar e julgar o recurso ao Edital da Concorrência nº 172/2014, cujo OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PROTEÇÃO DAS MARGENS DO CANAL COM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM PLUVIAL

NA AVENIDA IVO SILVEIRA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. SALDO REMANESCENTE DO CONVÊNIO COM MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL Nº 59100.000206/2009-09 - TRECHO 03 Protocolado pela empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ: 14770128/0001-49.

PRELIMINARMENTE

O Presidente e a Comissão, ao receber o recurso, verificou que o mesmo foi protocolado tempestivamente em 27/08/2014.

Em síntese, manifesta-se a empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA através de recurso arguindo:

Que a Comissão reconsidere a decisão proferida na ata de reunião de 21/08/2014

1 - Requerendo sua habilitação e que seu envelope de preço/proposta seja aberto junto às demais;

Cita que sua certidão simplificada, cartão de CNPJ e Contrato Social ao mencionar EXCETO corresponde apenas as obras de IRRIGAÇÃO e não as obras de terraplenagem e pavimentação.

2 - Informar que dentro do envelope de habilitação estava presente a documentação conforme item 3.2 beneficiando-se da lei 123/2006;

3 - Sugere que as pessoas envolvidas no certame consulte um professor etc.

DECISÃO

Em suma, o recurso apresentado merece parcial provimento conforme segue:

1 - provido, após segunda análise da comissão e presidente foi verificado que mesmo o objeto constante nos documentos terem dúvida interpretação o mesmo é suprido pelos atestados de capacidade técnica apresentado;

2 - improvido, a licitante não respeitou o item 3.2 do credenciamento:

3.2 Para comprovação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o licitante deverá apresentar CERTIDÃO SIMPLIFICADA expedida pela Junta Comercial e DECLARAÇÃO DEVIDAMENTE ASSINADA POR PESSOA RESPONSÁVEL DE QUE A EMPRESA É MICRO OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE NA QUAL MENCIONA QUE FAZ JUS AO BENEFICIO CONTIDO NA LEI COMPLEMENTAR 123/2006.

Ou seja a certidão simplificada e a declaração deveriam ser apresentadas no momento do credenciamento para que pudesse ser cadastrada, a exemplo das empresas santa fé e santa terezinha, o que não ocorreu, desrespeitando o edital e o art. 3 da lei 8666/93:

Lei 8666/93

Art. 3o A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa [...] vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Desta forma caso a administração publica abrisse exceções para empresas que não apresentaram documentação conforme exigência do edital estaria prejudicando não só a vinculação ao edital, mas também os outros licitantes que apresentaram os documentos corretamente.

3 - quanto a sugestão da licitante, descabida é sua colocação, sendo o recurso peça necessária para buscar seus direitos e que tal sugestão é no mínimo infantil, podendo acarretar inclusive em procedimento administrativo, não firmando no acolhimento de pessoas sérias que visam o desenvolvimento municipal e que respeitam sempre a legalidade.

Provimento quanto a habilitação da recorrente e improvido quanto ao benefício de ME/EPP.

Mantem-se a data de 04/09/2014 às 14 horas para abertura das propostas com a presença da empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA junto as demais habilitadas inicialmente. Publique-se;

É a decisão.

Navegantes, 03 de setembro de 2014.
DOUGLAS LEMOS
Presidente

Membros:
MARIA BENEDITA CORREA

CARLA CLAUDINO

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

ADRIANA CORRÊA

Em respeito ao artigo 109 §4º Lei 8.666/93
Ratificando:

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato Contratual Nº 221/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 221/2014.
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada...: SC FUNERÁRIA LTDA ME.
Vigência : Início: 02/09/2014 Término: 01/12/2014.
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 145/2014.
Recursos : Dotação:2.017 3.3.90.00.00.00.00.
Objeto : PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 148/2014, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS (COM FORNECIMENTO DE URNAS) PARA O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 145/2014.

Navegantes, 02 de setembro de 2014.

Nova Trento

PREFEITURA

Decreto Nº 152/2014

DECRETO nº 152/2014

convoca os aprovados no processo seletivo 04/2014 que nomina para comparecimento e apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem ao setor de Recursos Humanos, no dia 01 de setembro de 2014, munidos da documentação abaixo relacionada observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XII - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 29 de agosto de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº 152/2014)

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Classificação	Nome completo
24	João Henrique Gonçalves Santos

Resumo Julgamento de Impugnação - Pregão Presencial Nº 055/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 094/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 055/2014 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2014

RESPOSTA PEDIDO DE ESCLARECIMENTO CUMULADO COM IMPUGNAÇÃO AO EDITAL IMPETRADO PELA EMPRESA SERCON INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE APARELHOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.

.....Ante o exposto, JULGAMOS IMPROCEDENTES os pedidos de alteração do edital, ESCLARECEMOS que a empresa recorrente está impedida de licitar com a administração, mantemos o edital nos seus exatos termos.

Nova Trento, 02 de setembro de 2014.

Aprigio José Botameli

Pregoeiro

Portaria Nº 765/2014

PORTARIA Nº 765/ 2014

Prorrogar Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013 de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o artigo 142 da Lei nº 1.668 de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 693/2014, que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2014, JUCILÂNIA TAMANINI, matrícula nº 6048, para exercer o cargo de Professor Nível III, com 40 (quarenta) horas semanais (Ensino Fundamental - Área II - Matemática), na E.E.F. Professor Francisco João Valle, Município de Nova Trento, a contar de 31 de agosto de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001 (Pedido de exoneração da Titular Sandra Regina Pinott Costa).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pela Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliada na Rua Tijucas nº 190, bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754 de 03 de Maio de 2.001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103 de 22 de dezembro

de 2005 e Lei Complementar nº147/2006 de 20/10/2006, e a Senhora JUCILÂNIA TAMANINI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Augusto Inácio Mafessoli, s/nº, Bairro Carmelo, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 054.483.319-80, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, com 40 (quarenta) horas semanais (Ensino Fundamental - Área II - Matemática), na E.E.F. Professor Francisco João Valle, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.038,92 (dois mil e trinta e oito reais e noventa e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 31 de agosto de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 31 de agosto de 2014.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Jucilânia Tamanini
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 31 de agosto de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:
Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 758/2014 "A"

PORTARIA Nº 758/ 2014 "A"
Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 142 da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, de acordo com o Ofício nº 164/2014, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes, VALENTIM CAMILO CASETT, matrícula nº 6454, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 35 (trinta e cinco) horas semanais (Ensino Fundamental - Área II - Ciências) na Escola de Educação Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 25 de agosto de 2014 a 11 de setembro de 2014, em substituição a Titular Telma Garcia, afastada conforme a Portaria nº 758/2014 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 26 de agosto de 2014.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 26 de agosto de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pela Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliada na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 147, de 20 de outubro de 2006, a Senhora VALENTIM CAMILO CASETT, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Alto Silva, s/n, Bairro Salto, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 504.901.509-00, firmam o

presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, e observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 35 (trinta e cinco) horas semanais (Ensino Fundamental - Área II - Ciências) na Escola de Educação Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, em substituição a Titular Telma Garcia, afastada conforme a Portaria nº 758/2014 (Licença Tratamento de Saúde).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.784,05 (hum mil setecentos e oitenta e quatro reais e cinco centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 25 de agosto de 2014 a 11 de setembro de 2014, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 07 (sete) horas diárias, totalizando 35 (trinta e cinco) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 25 de agosto de 2014.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Valentim Camilo Casett
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 25 de agosto de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 712/2014 "A"

PORTARIA Nº 712/ 2014 "A"
Concede Gratificação

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

CONCEDER, ao Servidor Público Municipal JAIME DA SILVA, matrícula nº 6420, para exercer o cargo de Operador de Máquinas, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, Gratificação de 50% (cinquenta por cento), sobre seu vencimento, pelo desempenho de Atividade Especial, prevista na Lei Complementar nº 506/2011, de 24/03/2011, art. 1º, § único, a partir de 01 de agosto de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 04 de agosto de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 04 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Despacho Prefeito - Pregão Presencial Nº 055/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 094/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 055/2014 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO E FUNDO DE SAÚDE

Despacho do Prefeito de 02/09/2014.

Acolho as decisões proferidas pelo D. Pregoeiro e Equipe de Apoio, cujas análises e conclusões passam a integrar o presente como motivação, e, em consequência:

1) NEGO PROVIMENTO ao pedido de Impugnação ao Edital impetrado pela empresa SERCON INDUSTRIA E COMÉRCIO DE APARELHOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, por ter sido esta empresa punida no estado da Bahia e por consequência, impedida de licitar com a Administração conforme argumentado pelo senhor Pregoeiro em sua decisão;

2) NEGO PROVIMENTO ao pedido de Impugnação ao Edital impetrado pela empresa TOSHIBA MEDICAL DO BRASIL LTDA, por estar INTENESTIVO.

3) Fica mantida a data da Sessão Pública do Processamento do Pregão designado para o dia 04/09/2014 as 10:15 Horas;

4) Ficam mantidas as cláusulas e condições do Edital do presente Pregão;

5) Dê publicidade aos licitantes pelos mesmos meios legais de comunicações.

Os autos encontram - se com vistas franqueadas para consulta das licitantes.

NOVA TRENTO/SC. 02 de setembro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

Portaria Nº. 08, de 01 de Setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 08, de 01 de setembro de 2014.

CONCEDE férias a Servidora da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC.

JOSÉ IVANIR DALANORA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno, na forma do artigo 19, incisos II e III, cumulado com o artigo 18, inciso I, alínea d), e amparado pela Lei Federal 10.520/2002, com suas atualizações,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a Servidora da Câmara Municipal de Vereadores, Lourdes de Macedo, Matrícula nº. 37, ocupante do cargo de Contadora, sendo período aquisitivo de 05/01/2013 á 04/01/2014, e que gozará no período de 02/09/2014 á 16/09/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC, em 01/09/2014.

JOSÉ IVANIR DALLANORA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Orleans

PREFEITURA

Contrato 24/2014 - SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 24/2014

Contratante...: SAMAE DE ORLEANS

Contratada...: IZIDORO MARCOLINO

Valor : 2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais) anuais

Vigência : Início: 01/08/2014 Término: 31/07/2015

Licitação : Dispensa de licitação p/compras e serviços

Objeto : Aluguel de terreno situado na Rua São Paulo, fundos da casa 208

Onde esta construído a fossa filtro para tratamento de esgoto sanitário do Bairro

Alto Paraná.

Orleans-SC., 2 de setembro de 2014

Contrato 25/2014 - SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 25/2014

Contratante...: SAMAE DE ORLEANS

Contratada...: JUSTINO MIGUEL CARDOSO

Valor : 8.688,00 (Oito mil, seiscentos e oitenta e oito reais) anual

Vigência : Início: 26/08/2014 Término: 25/08/2015

Licitação : dispensa de licitação p/compras e serviços

Objeto : Locação de terreno situado na estrada geral do Morro do gato-Distrito de Pindotiba-Orleans

Orleans-SC., 02 de setembro de 2014

Edital de Chamamento de Processo Seletivo Nº 004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO nº004/2014, mediante o qual fica CONVOCADO(a), para nomeação, o candidato aprovado no Processo Seletivo nº 004/2014, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h30min, no prazo de 05 dias, munido de todos os documentos constantes do Edital de Processo Seletivo nº004/2014 (disponível no sítio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, ciente de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Edital de Processo Seletivo nº 004/2014, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura

Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
RICARDO ROGER SANCHES	PSICOLOGO (CREAS)	40h

Orleans, 02 de setembro de 2014.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Edital de Chamamento de Processo Seletivo Nº 009/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO Nº009/2014, mediante o qual fica CONVOCADO, para nomeação, o candidatos aprovado no Processo Seletivo nº 009/2014, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h30min, no prazo de 05 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital de Processo Seletivo nº009/2014 (disponível no sitio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, ciente de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Edital de Processo Seletivo nº 009/2014, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
Tuliani Alberton Fermينو	Auxiliar de Serviços Gerais Femininos	40h

Orleans, 29 de agosto de 2014.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Ouro Verde

PREFEITURA

Extrato

MUNICÍPIO DE OURO VERDE
ERRATA AO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA
Onde se lê Chamada Pública nº0001/2014 passa a ser: Chamada Pública nº0002/2014

O MUNICÍPIO DE OURO VERDE TORNA PÚBLICO que realizará CHAMADA PÚBLICA para contratação em caráter temporário para os cargos de ASSISTENTE SOCIAL E PSICÓLOGA. Maiores informações e Edital na íntegra, poderão ser obtidos no site www.ouroverde.sc.gov.br e Mural Público.

Ouro Verde, 02 de setembro de 2014.
ROSANE MINETTO SELIG
Prefeito Municipal.

Paial**PREFEITURA****Extrato de Contrato FMS 02/09**

ESTADO DE SANTA CATARINA
Fundo Municipal de Saúde de Paial
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 12/2014
Contratante.: Fundo Municipal de Saúde de Paial
Contratada...: GISSELI CRISTINA MICHAELSEN G. DA SILVA - MEI,
Valor : R\$ 8.755,00 (oito mil setecentos e cinquenta e cinco reais).
Vigência : Início: 02/09/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Pregão Presencial Nº.: 3/2014
Objeto : confeccionar e instalar as letras com a denominação "CENTRO DE APOIO SAÚDE" e de brasão de identificação da saúde destinados ao Fundo Municipal de Saúde

Paial, 02 de setembro de 2014

Palhoça**PREFEITURA****Resultado Pregão Presencial Nº163/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL
163/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de lixeiras para coleta seletiva nos diversos Bairros do Município, através de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

ITEM 1 - DMX BRASIL COMÉRCIO LTDA foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 131.600,00 (cento e trinta e um mil e seiscentos reais).
ITEM 2 - ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 204.700,00 (duzentos e quatro mil e setecentos reais).

Palhoça, 01 de setembro de 2014.

Extrato Termo Aditivo N. 195/2014

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 195/2014 -)PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 095/2014)

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E EMPRESA CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV do Contrato de Execução de Obras nº 095/2014, retroagindo os efeitos a 01/07/2014.

Fica acrescido o valor de R\$ 55.089,39 (cinquenta e cinco mil, oitenta e nove reais e trinta e nove centavos), sendo R\$ 23.229,38 (vinte e tres mil, duzentos e vinte e nove reais e trinta e oito centavos), referente ao emprego dos materiais, e R\$ 31.860,01 (trinta e um mil, oitocentos e sessenta reais e um centavo), referente aos serviços de mão de obra, no percentual de 24,6898% do valor atualizado do contrato nº 095/2014, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumento.

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente termo aditivo correrão por conta do orçamento da Secretaria de Planejamento e Infraestrutura, através do elemento de despesa: "363 -14.01.1.023.4.4.90.51.91.00.

DATA: 15/08/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração e Gestão

MARCELO FETTI ALVES
Sec. de Planejamento e Infraestrutura

MÁRIO CILO VIEIRA ZAMBELLI
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº170/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº170/2014

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº.170/2014, no dia 15 de Setembro de 2014, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezi-
nha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº170/2014 tem como objeto a aquisição de moto bomba submersível para Estação de Tratamento de Esgoto - ETE no Bairro Madri. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 02 de setembro de 2014.
Pregoeiro.

Extrato Termo Aditivo N. 178/2014

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 178/2014 - (QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 091/2012).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E EMPRESA SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA.

OBJETO: Fica acrescido o valor de R\$ 47.670,81 (quarenta e sete mil, seiscentos e setenta reais e oitenta e um centavos), sendo R\$ 30.989,99 (Trinta mil, novecentos e oitenta e nove reais e noventa e nove centavos), referente ao emprego dos materiais, e R\$ 16.680,82 (Dezesseis mil, seiscentos e oitenta reais e oitenta e dois centavos), referente aos serviços de mão de obra, no percentual de 12,8003% do valor atualizado do contrato nº 091/2012, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumento.

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente termo aditivo correrão por conta do orçamento, da Secretaria:

- Secretaria Municipal de Habitação: "15" - 1.101.4.4.90.51.91.00.

DATA: 30/07/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração e Gestão

FÁBIO FLÁVIO MARTINS
Secretário Municipal da Habitação

JOSÉ TADEU DA CUNHA
Engº Civil Reg. 5847-2/CREA-SC

Decreto Nº 1.698, de 27 de Agosto de 2014

DECRETO Nº. 1.698, DE 27 DE AGOSTO DE 2014.

ISS. Prorroga, excepcionalmente, o prazo de pagamento para empresas do PRODEP.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica prorrogado, excepcionalmente, o prazo de pagamento do ISS - Imposto Sobre Serviço, da competência 05/2014, 06/2014 e 07/2014, para as empresas que fazem jus ao benefício do PRODEP.

§ 1º O vencimento do ISS das competências 05, 06 e 07/2014 passarão para o dia 22/09/2014;

§ 2º A prorrogação excepcional do ISS ocorre em virtude do benefício fiscal concedido às referidas empresas, na forma da Lei 2.460/2006;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, 27 de agosto de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Palmitos

PREFEITURA

Processo 102/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 102/2014. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2014.

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS DE INCENTIVO A INSTALAÇÃO DE EMPRESA NO MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC, CONFORME ESPECIFICAÇÃO ANEXO I.. Data da entrega dos envelopes: 16/09/2014 até as 08:30 horas. Data da abertura: 16/09/2014 até às 09:00 horas. Edital disponível no site: www.palmitos.sc.gov.br ou no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 02 de setembro de 2014.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

Processo 103/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 103/2014. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2014. Objeto: CONTRATAÇÃO DE ENGENHEIRO CIVIL PARA ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DE OBRAS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, NO MEIO RURAL PNHR. COM FORNECIMENTO DE LAUDO E ACOMPANHAMENTO COM 7 VISITAS IN LOCO EM CADA UNIDADE NAS OBRAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. Data da entrega dos envelopes: 17/09/2014 até as 08:30 horas. Data da abertura: 17/09/2014 até às 09:00 horas. Edital disponível no site: www.palmitos.sc.gov.br ou no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 02 de setembro de 2014.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços Nº 081/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 081/2014

Aos vinte e cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 091/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 25/08/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa GL LISMOTOR RETIFICA DE MOTORES - EIRELLI - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 95.377.990/0001-98, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o conserto do motor da motoniveladora New Holland RG 40, composto por serviços de retífica, incluindo mão de obra e peças necessárias, conforme descrição constante no Anexo I do Edital de Licitação nº 091/2014, com garantia de 08 (oito) meses;

1.2 - O fornecimento do objeto licitado somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 15.750,00 (quinze mil e setecentos e cinquenta reais), relativos ao item 01, objeto do Pregão Presencial Registro de Preços 091/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade a partir de sua assinatura até 08 (oito) após a entrega do motor devidamente retificado;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do

objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 091/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - A contratada deverá retirar o objeto deste pregão para realizar o conserto contratado e bem como realizar a sua entrega diretamente na sede da Secretaria Municipal de Infraestrutura, sito à Rua José Reva, 389, Centro, Papanduva/SC, em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços;

4.2 - Não serão aceitos os itens que a vencedora entregar fora das especificações do edital e anexo I, nem como deste instrumento;

4.2 - Os produtos somente poderão ser entregues com o acompanhamento dos servidores municipais designados para isto;

4.3 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 - A CONTRATADA deverá cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 091/2014 e seus anexos, bem como deste instrumento;

5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - Comunicar a contratada vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada vencedora fornecer fora das especificações do edital e deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Instrumento;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu

registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou desta de registro de preços;

8.1.2 - quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 - quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes desta Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A contratada vencedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal;

9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 25 de agosto de 2014.

Silva Frederico Trindade

Pregoeira

Erli Edvina Wunsche Bacellar

Equipe de Apoio

Márcio Wisniewski

Equipe de Apoio

Otávio Hunka

Equipe de Apoio

GL Lismotor Retifica de Motores

EIRELLI - EPP

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 110/2014
Pregão Presencial Registro de Preços Nº 110/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2014 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2014. Objeto: Registro de preços para contratação de prestação de serviços de arbitragem para os campeonatos intermunicipal e municipal de futsal, futebol suíço e futebol de campo. Tipo: Menor Preço Global, Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 16 de setembro de 2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 16/09/2014 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 14:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 01 de setembro de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços Nº 053/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 053/2014

Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 090/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 16/07/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 02.672.502/0001-94, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para atender o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de preços é de R\$ 13.749,20 (treze mil, setecentos e quarenta e nove reais e vinte centavos), relativos aos itens 01, 08, 10, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 40, 58, 64, 67, 69, 72, 75, 76, 78, 83, 85, 87, 88, 95, 99 e 100, objeto do processo licitatório na modalidade de Pregão Presencial Registro de Preços 090/2014;

Parágrafo único: O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

3.1.1 - Edital de Pregão Presencial nº 090/2014 e seus anexos;

3.1.2 - Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - O objeto adjudicado deverá ser entregue em até 03 dias após a solicitação da Secretaria, diretamente na sede do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, sito a Rua Coronel Severo de Almeida, s/n, Bairro Industrial, Papanduva/SC;

4.2 - Todos os Gêneros Alimentícios deverão ser transportados em veículo próprio para o transporte de alimentos, tipo furgão e estar acondicionados em caixas próprias, de forma a manter sua integridade;

4.3 - Os produtos de origem animal devem ser transportados em veículo fechado isotérmico refrigerado ou acondicionados em embalagens térmicas que permita a sua perfeita conservação durante o percurso da viagem;

4.4 - Não serão aceitos os itens que a vencedora entregar fora da especificação constante no anexo I do edital de licitação;

4.5 - Os produtos somente poderão ser entregues com o acompanhamento dos servidores municipais designados para isto.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega dos objetos, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 090/2014 e seus anexos;

5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a EMPRESA VENCEDORA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - Comunicar a Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a empresa vencedora fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

7.1.2 - Houver desistência na entrega do objeto após a adjudicação da licitação;

7.1.3 - Não for entregue o objeto no prazo estabelecido neste Instrumento;

7.1.4 - Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editais ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

7.2.1 - Advertência;

7.2.2 - Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

7.2.3 - Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

7.2.4 - Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 - quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 - quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A Contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal;

9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 16 de julho de 2014.

Silvana Frederico Trindade

Pregoeira

Eliton Luis de Souza Prestes

Equipe de Apoio

Márcio Wisniewski
Equipe de Apoio

Otávio Hunka
Equipe de Apoio

Julian Odachowoski & Filhos Ltda

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

Portaria Nº 312/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 312/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR PRAZO DE LICENÇA SEM VENCIMENTO, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável Arthur Valdinei Caetano, brasileiro, portador do CPF nº 047.823.879-70, matrícula nº. 1020, ocupante do Cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária Epidemiológica e Ambiental, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, no período de 01/08/2014 à 23/07/2015.

Município de Paulo Lopes - SC, em 01 de Setembro de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração DECRETO Nº 32/2014

DECRETO Nº 32/ 2014

Considerando que a Lei Municipal n. 1.617 de 23 de junho de 2014, autorizou o Chefe do Poder Executivo a receber em doação, a título gratuito e sem ônus ao erário municipal, bens imóveis pertencentes a particulares para fins de regularização das ruas abertas pelo município;

Considerando que a Rua Tobias Raupp de Sá, localizada no bairro Areias, Paulo Lopes/SC, existe desde antes de 1967, como comprova a feitura do Projeto de Lei n. 04/67;

Considerando que a Sra. Angelina Virgílio Raupp, viúva, proprietária dos imóveis de Matrícula n. 4.191 (C.R.I. de Garopaba) e de Matrícula n. 22.064 (C.R.I. de Palhoça), possui o interesse de doar, de forma gratuita e sem nenhum ônus ao erário municipal, uma área de 2.650.955 m², e perímetro de 511,5595 m, referente à Rua Tobias Raupp de Sá;

Considerando que a referida rua já se encontra consolidada neste município, sendo o único acesso ao bairro Ribeirão Grande, e é há muito tempo utilizada pelos moradores locais, o que justifica o interesse público para a expropriação do particular;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do art. 66, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, DECRETA:

Art. 1º. O Município de Paulo Lopes recebe em doação da Sra. Angelina Virgílio Raupp, brasileira, aposentada, viúva, inscrita no CPF sob o n. 573.520.549-87, e no RG sob o n. 1.053.062, proprietária dos imóveis de Matrícula n. 4.191 (Livro n. 2, Ficha 1, do C.R.I. de Garopaba) e de Matrícula n. 22.064 (Livro n. 2-DS, fl. 154-v, ano 1989, do C.R.I. de Palhoça), a título gratuito e sem nenhum ônus ao erário municipal, uma área de 2.650.955 m², e perímetro de 511,5595 m, referente à Rua Tobias Raupp de Sá, localizada

no bairro Areias, Paulo Lopes/SC, que se encontra inserida nas matrículas acima referidas;

Art. 2º. Após a tradição, o imóvel recebido em doação será de propriedade do Município de Paulo Lopes-SC, que passará a ser responsável por todos os ônus a ele inerentes;

Art. 3º. Antes da tradição do bem, deverá ser firmado contrato de doação entre o Município donatário e a Sra. Angelina, doadora;

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 03 de setembro de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

Edital de Processo Seletivo Nº 002/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014

O MUNICIPIO DE PAULO LOPES, em decorrência da autorização contida na Lei nº 1.621 de 15 de julho de 2014 - Contratação por tempo determinado para atender a necessidade de excepcional interesse público, torna público que estarão abertas no período de 09 de setembro de 2014 a 02 de outubro de 2014, as inscrições ao Processo Seletivo para contratação de assistente social e psicólogo para atuação no âmbito Municipal, dentro de suas respectivas atribuições e área de graduação e pós-graduação. EDITAL COMPLETO: encontra-se à disposição no Mural da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e no site www.paulolopes.sc.gov.br.

Paulo Lopes, 03 de setembro de 2014.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Penha

PREFEITURA

Lei Nº 2720

LEI Nº 2720/2014

"Dá denominação oficial a rua no município."

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Poder Executivo autorizado a denominar de RUA JOSÉ CÂNDIDO DOS SANTOS, a que parte da Rua Francisco de Assis Souza até confrontar-se com o imóvel de propriedade de Vandolino José Santana, no bairro Nossa Senhora de Fátima, no Município de Penha, medindo 57,63 (cinquenta e sete metros de sessenta e três centímetros) de extensão, 5,00 (cinco) metros de largura.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Penha, 01 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino

Secretário da Administração

Lei Nº 2721

LEI Nº 2721/2014

"Dá denominação oficial a praça no município."

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Poder Executivo autorizado a denominar de PRAÇA CLEUSA BENTO DA SILVA , o imóvel situado de frente a Igreja Católica e ao lado do Posto de Saúde, na Rua Santa Lúcia, bairro de Santa Lúcia, Município de Penha, medindo 611,70 metros quadrados.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Penha, 01 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino

Secretário da Administração

Pp11/2014 - FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2014 - FMAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2014 - FMAS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA SER UTILIZADO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS E COLMÉIAS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Entrega dos Envelopes até: 16/09/2014 às 17:00 horas na Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 17/09/2014 às 09:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:30m.

Penha/SC, 02 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Pomerode

SAMAE

Licitação 18/2014 Pregão 016/2014 - Tipo Presencial

Edital de Licitação Pregão N.º 016/2014 Tipo Presencial

- REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto)

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO N.º 016/2014- Tipo Presencial - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 018/2014.

Objeto: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO COMPACTADOR PARA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

E CAMINHÃO EQUIPADO COM BAÚ PARA ATUAR NA COLETA SELETIVA,

DE MATERIAIS RECICLÁVEIS CONFORME TERMO DE REFERENCIA

Entrega dos envelopes: Até as 08:30 horas do dia 15/09/2014.

Local: Setor de protocolos do SAMAE POMERODE SC.

Abertura das propostas: 08:30 horas do dia 15/09/2014.

Local: Sala de licitações do SAMAE POMERODE SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte

endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras do

SAMAE POMERODE - Rua 21 de Janeiro, n.º 2233,

Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira,

das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail:

samae@samaepomerode.com.br

Pomerode/SC, 02 de SETEMBRO de 2014.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

Ponte Serrada

PREFEITURA

Extrato 0091/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0091/2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º 0041/2014

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando a aquisição de um kit de parque infantil para ser instalado no município de Ponte Serrada.

Recebimento de Envelopes: até as 08:50MIN do dia 16/09/2014.

Abertura: às 09h00min horas do dia 16/09/2014.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 02 de Setembro de 2014.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto 541/2014

DECRETO Nº 541/2014, DE 19 DE AGOSTO DE 2014.

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL/VERTICAL CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a progressão horizontal/vertical, decorrente da participação em cursos de atualização e das progressões decorrentes da especialização aos servidores da área de Educação especificados no quadro a seguir transcrito, conforme segue:

MAT.	NOME	Progressão Anterior	Progressão Atual
39	Elza Terezinha Michelin Deitos	524 - E	525 - A
926	Elza Terezinha Michelin Deitos	524 - E	525 - A
23	Eva Aparecida Fogaça de Lima	525 - E	525 - F
53	Jurema Trombeta	524 - D	524 - E
853	Jurema Trombeta	524 - D	524 - E
753	Luciana Barbosa Gonçalves	523 - D	523 - F
941	Mara Lucia Graeff Magdolio	522 - F	523 - C
34	Maristela Pino Gomes Mendes	403 - F	404 - C
902	Maristela Pino Gomes Mendes	403 - E	404 - B
200	Tailene Santor da Rosa	525 - B	525 - C
5661	Tailene Santor da Rosa	525 - B	525 - C

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE AGOSTO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Decreto 542/2014

DECRETO Nº 542/2014, DE 20 DE AGOSTO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida licença gestação a Funcionária Pública Municipal Sra. JUCELI CAGLIARI, Matrícula 790 e 938, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme atestado médico em anexo, a contar do dia 25 de agosto de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE AGOSTO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Decreto 543/2014

DECRETO Nº 543/2014, DE 20 DE AGOSTO DE 2014.

"EXONERA SECRETÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado Servidor Público Municipal Sr. EVERSON COPPINI ocupante do cargo de SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 19 de agosto de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE AGOSTO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Decreto 544/2014

DECRETO Nº 544/2014, DE 20 DE AGOSTO DE 2014.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir de hoje, a Servidora Pública Municipal Sra. BRANDINA DO CARMO RODRIGUES, matrícula 1534, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE AGOSTO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Decreto 545/2014

DECRETO Nº 545/2014, DE 20 DE AGOSTO DE 2014.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECÍFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO que a servidora efetiva do cargo JUCELI CAGLIARI, está em licença maternidade;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. ROSANI TEREZINHA LODI RIBEIRO, matrícula 6223, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 18 de agosto de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE AGOSTO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Decreto 548/2014

DECRETO Nº 548/2014, DE 20 DE AGOSTO DE 2014.

"EXONERA SECRETÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir do dia 25 de agosto de 2014, o Servidor Público Municipal Sr. JUCELINO MARTINI ocupante do cargo de SECRETARIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE AGOSTO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Porto Belo

PREFEITURA

Extrato do Termo de Cooperação Técnica 001/2014

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 001/2014

ESPÉCIE: Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o MUNICÍPIO DE PORTO BELO, doravante denominado Município, com sede administrativa na Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO, com CNPJ nº 13.102.858/0001-09, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Vilson Jaques, e a AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA COSTA ESMERALDA E BALNEÁRIO CAMBORIÚ, doravante denominada como ADR-LITORAL, com sede na Rua 244, nº 14 - Edifício Elizete Klemz, bairro Meia Praia, Itapema - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.858.704.0001-49, neste ato representada por seu presidente, James Luiz Venturi, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF nº 674.994.579-15 e RG 1.679.638

OBJETO: O presente termo, sem qualquer ônus para o Município de Porto Belo tem por objeto a captação de recursos privados a título de patrocínio para o evento 2º FESTIVAL DO CAMARÃO, a fim de custear no que alcançar os recursos obtidos à administração de seleção de restaurantes e vendedores de bebidas, publicidade, equipe de apoio, aquisição de insumos para a caldeirada, locação de infra-estrutura, desenvolvimento, produção e distribuição de material publicitário por conta do SEGUNDO CONVENIENTE.

DATA DA ASSINATURA: 22 de agosto de 2014.

Decreto Nº 1.256, de 25 de Agosto de 2014.

DECRETO 1.256, DE 25 DE AGOSTO DE 2014.

REGULAMENTA A LEI Nº 2007/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º A obrigatoriedade de envio de todos os processos licitatórios referida no Art. 1º da Lei Municipal nº 2007/2012, poderá se dar por meio eletrônico, óptico ou equivalente, encaminhando o processo digitalizado ao Legislativo Municipal.

Parágrafo único. Entende-se por digitalização a conversão da fiel imagem de um documento para código digital.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 25 dias do mês de agosto de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

Porto União

PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 043/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 080/2014 - PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 043/2014 - PREFEITURA
O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a Aquisição de material elétrico para manutenção da Iluminação Pública e Contratação de Mão de Obra para Execução de Padrão Elétrico. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 17 de setembro de 2014, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 02 de setembro de 2014.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Pregão Presencial 044/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 081/2014 - PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 044/2014 - PREFEITURA
O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a Aquisição de Gêneros Alimentícios para o Programa Integração AABB Comunidade. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 19 de setembro de 2014, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 02 de setembro de 2014.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Errata do Extrato de Edital de Chamada Publica 001/2014 - Educação

ERRATA

REFERENTE À PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO 036/2014 - EDUCAÇÃO
MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA 001/2014 - EDUCAÇÃO

No Extrato de Edital publicado na Página 327, Edição 1562, dia 02/09/2014 do Diário Oficial dos Municípios, onde lê - se "Recebimento dos envelopes e credenciamento será as 14:00 horas do dia 24 de setembro de 2013", leia - se "Recebimento dos envelopes e credenciamento será as 14:00 horas do dia 24 de setembro de 2014".
As demais informações permanecem inalteradas.

Porto União SC, 03 de setembro de 2014.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

Publicação Conselho Tutelar 01/02

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE

EDITAL Nº 01/2014 - CMDCA

INSCRIÇÃO A VAGA DE CONSELHEIRO TUTELAR

Nivaldo José estevão , presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 25º da Lei Municipal 2.459/2013, pelo presente edital, DECLARA aberto o período de inscrições para Conselheiro Tutelar do município de Pouso Redondo, conforme cronograma de atividades. Será eleito o candidato que obtiver maior número de votos, ficando os demais pela ordem de votação como suplentes. Sempre que necessário o CMDCA convocará o primeiro suplente a ocupar o cargo por tempo determinado ou pelo tempo restante do mandato.

Os candidatos interessados deverão atender os seguintes requisitos:

I - Reconhecida idoneidade moral;

II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - Residir no município de Pouso Redondo por no mínimo dois anos;

IV - Ser aprovado na prova teórica de conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

V - Ter concluído o Ensino Médio;

VI - Ser aprovado na prova prática de noções básicas de informática.

Conforme o artigo 26º da Lei municipal 2.459/2013, são impedidos de servir o mesmo conselho tutelar, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro(a) e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o mandato, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado. As inscrições estão abertas pelo período estabelecido no cronograma de atividades, na Secretaria Municipal de Assistência, sito a rua 23 de Julho, 241, centro, em frente ao Restaurante Bicho Guloso, no horário de expediente das 8 horas as 13 horas.

Os interessados deverão apresentar no ato da inscrição: fotocópia de seu CPF, RG, Título Eleitoral, comprovante de residência, comprovante de conclusão do Ensino Médio e certidão negativa de antecedentes criminais.

Todos os candidatos inscritos deverão se submeter à prova de conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e a prova prática de informática, que acontecerá conforme cronograma de atividades. A não aprovação nas referidas provas acarretará na impugnação da sua candidatura. Tanto elaboração, quanto aplicação e correção das provas são de responsabilidade do CMDCA. A jornada de trabalho do conselheiro tutelar é de 20 (vinte) horas semanais, mais plantões em escalas divididos em noturnos, feriados e finais de semana. Sendo que os conselheiros tutelares são considerados como integrantes da administração pública local, com direito a remuneração mensal de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), sendo que após o período de pleito eleitoral terá um reajuste salarial, acompanhando seu reajuste anual, juntamente com os servidores da administração do poder executivo.

O nome dos candidatos que poderão concorrer a eleição serão divulgados em edital, de acordo com os artigos 19º e 22º da lei municipal 2.459/2013.

Pouso Redondo, 01 de setembro de 2014

Nivaldo José Estevão

Presidente do CMDCA de Pouso Redondo.

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE**

ITEM	CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	PERÍODO
1.	Período de inscrições exclusivamente presenciais - Secretaria Municipal de Assistência Social - Rua 23 de Julho, 241 - Centro	02/09/2014 a 15/09/2014
2.	Homologação das inscrições deferidas	16/09/2014
3.	Aplicação da prova de conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e a prova prática de informática - Centro Social Marista, sito a Rua Max Bichels, nº 45, centro	19/09/2014 Horário 19:00 hs
4.	Divulgação dos aprovados na prova de conhecimento do ECA	22/09/2014
5.	ELEIÇÃO - Sala de Reunião da Secretaria Municipal de Assistência Social - Rua 23 de Julho, 241 - Centro	10/10/2014
6.	Divulgação da lista de classificados	10/10/2014 Até as 17 horas
7.	Homologação do resultado dos candidatos eleitos para o cargo de suplente	15/10/2014

Pouso Redondo, 01 de setembro de 2014
Nivaldo José Estevão
Presidente do CMDCA de Pouso Redondo.

Presidente Castello Branco
PREFEITURA
Extrato de Contrato Nº 116/2014
EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 116/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	COOPERA SOLUÇÕES COOPERATIVISTAS LTDA
OBJETO:	O objeto do presente Contrato consiste na contratação de empresa para a prestação de serviços de assessoria nos projetos a serem elaborados e/ou executados pelo Município de Presidente Castello Branco (SC) na área da agricultura, sendo estes a implantação do Programa Farmácia Viva do Município, Programa SC Rural do Governo do Estado de Santa Catarina, projeto de viabilidade para a criação de novas agroindústrias no Município, organização do Serviço de Inspeção Municipal e projetos de adequação da economia agrícola e pecuária tendo como foco a instalação do Centro de Lazer do Município na Comunidade de Linha São Luiz.
VALOR R\$:	R\$ 10.600,00 (dez mil e seiscentos reais).
VIGÊNCIA:	26/08/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 117/2014
EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 117/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP
OBJETO:	O objeto do presente Contrato se dispõe a contratação de serviços de mão de obra e fornecimento de materiais elétricos destinados ao Centro Comunitário de Linha Imigra, Município de Presidente Castello Branco (SC).
VALOR R\$:	R\$ 10.400,00 (dez mil e quatrocentos reais).
VIGÊNCIA:	29/08/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 118/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 118/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ARTEFATOS DE CIMENTO CONCÓRDIA LTDA EPP
OBJETO:	O objeto do presente Contrato se dispõe a aquisição de paver's (peças pré-moldadas de concreto destinadas à pavimentação intertravada), para a pavimentação de acesso a Unidade Sanitária e Centro Municipal de Educação Infantil Alcalanto do Município de Presidente Castello Branco (SC).
VALOR R\$:	R\$ 8.250,00 (oito mil, duzentos e cinquenta reais).
VIGÊNCIA:	29/08/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 119/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 119/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO - COPERCASTELLO
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para o preparo da merenda escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, para o segundo semestre do ano letivo de 2014, do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR R\$:	R\$ 5.777,04 (cinco mil, setecentos e setenta e sete reais, com quatro centavos).
VIGÊNCIA:	29/08/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 120/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 120/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	LUNEI LUCIANO LEIVA LOUREIRO
OBJETO:	Aquisição de ovinos, raça Texel (ovelhas fêmeas puras de origem (PO), com no mínimo 10 (dez) meses de idade e com no máximo 20 (vinte) meses de idade, peso mínimo de 50 kg e ovinos machos puros de origem (PO), com no mínimo 10 (dez) meses de idade e com no máximo 20 (vinte) meses de idade, peso mínimo de 75 kg), para o desenvolvimento de projetos na área da agricultura no Município de Presidente Castello Branco/SC, atendendo ao Convênio que celebram o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Concórdia e o Município de Presidente Castello Branco (SC), transferência nº 2014 TR 585.
VALOR R\$:	R\$ 47.920,00 (quarenta e sete mil, novecentos e vinte reais).
VIGÊNCIA:	1º/09/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Rio do Sul**PREFEITURA****Decreto Nº 4280, de 27 de Agosto de 2014.**

DECRETO Nº 4280, de 27 de agosto de 2014.

"CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO A EMPRESA DEVANT MÓVEIS LTDA EPP."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido na Lei Municipal nº 4.541/2007.

DECRETA:

Art.1º - Fica concedido à empresa DEVANT MÓVEIS LTDA EPP, CNPJ n. 05.605.145/000-30, Cadastro Econômico n. 47515, sito à rua BR 470, 1300, bairro Rainha, município de Rio do Sul/SC, Cadastro Imobiliário n. 35450 e Matrícula no Registro de Imóveis n. 32432, com base no deferimento da Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo, inserido nos autos do protocolo nº 149085/2014, incentivo econômico com base no § 3º, art. 5º, da Lei nº 4201, de 11 de julho de 2005, na forma que segue:

- 10 horas de serviço de máquina

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

27 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

REGINA BONITO PETRY

Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

Decreto Nº 4270, de 19 de Agosto de 2014.

DECRETO Nº 4270, de 19 de agosto de 2014.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.426 de 12/12/13.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 21.780,00 (vinte e um mil, setecentos e oitenta reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Rio do Sul:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.05	BENEFÍCIOS EVENTUAIS ESTADO		
2.103	Programa Especial de Alta Complexidade Estadual		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		

3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
01520055	Convênios do Estado - Assistência Social	R\$	21.780,00
	TOTAL	R\$	21.780,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 21.780,00 (vinte e um mil, setecentos e oitenta reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Rio do Sul:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.05	BENEFÍCIOS EVENTUAIS ESTADO		
2.103	Programa Especial de Alta Complexidade Estadual		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01520055	Convênios do Estado - Assistência Social	R\$	21.780,00
	TOTAL	R\$	21.780,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

19 de agosto de 2014

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4287, de 29 de Agosto de 2014.

DECRETO Nº 4287, de 29 de agosto de 2014.

"SUBSTITUI MEMBRO PARA COMPOR A COMISSÃO DE POLÍTICA E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso VI, do art. 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e no art. 22, da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica substituído membro para compor a Comissão de Política e Remuneração de Pessoal, passando a ser nomeada a servidora relacionada abaixo:
	IV - Laiana da Silva Ossemer de Souza substitui Tiago André de Souza.
	Parágrafo único - A nomeação dos membros mencionados no caput tem vigência de 01(um) ano, iniciando o período a partir do dia 1º de fevereiro de 2014, podendo os mesmos serem reconduzidos mediante ato próprio.

Art. 2º-	A Comissão ora nomeada, conforme disposição contida no art. 22, da Lei Complementar nº 208, de 28 de setembro de 2010, tem a incumbência de colher subsídios e formular sugestões que orientem as Políticas Municipais de Pessoal e de Remuneração.
	Parágrafo único - Além das competências previstas no caput deverá a Comissão participar de todos os estudos e reformas eventualmente produzidas na área de Política de Pessoal e Remuneração.

Art. 3º-	Os subsídios, as sugestões, os estudos e as propostas de reformas na área de Política de Pessoal e de Remuneração, devem ser produzidos mediante parecer fundamentado.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

Art. 5º-	Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.
----------	--

GABINETE DO PREFEITO.

29 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4284, de 29 de Agosto de 2014.

DECRETO Nº 4284, de 29 de agosto de 2014.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.426 de 12/12/13.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
1.113	Construção e Ampliação de Centros de Educação		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01580000	Salário Educação	R\$	100.000,00
	TOTAL	R\$	100.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
1.113	Construção e Ampliação de Centros de Educação		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		

01580000	Salário Educação	R\$	100.000,00
	TOTAL	R\$	100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

29 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4283, de 29 de Agosto de 2014.

DECRETO Nº 4283, de 29 de agosto de 2014.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.426 de 12/12/13.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
2.051	Manutenção do Funrebom		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01430022	Funrebom	R\$	500.000,00
	TOTAL	R\$	500.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
2.051	Manutenção do Funrebom		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01430022	Funrebom	R\$	500.000,00
	TOTAL	R\$	500.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

29 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4285, de 29 de Agosto de 2014.

DECRETO Nº 4285, de 29 de agosto de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.426 de 12/12/13.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 279.630,32 (duzentos e setenta e nove mil, seiscentos e trinta reais e trinta e dois centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior na conta corrente n. 90014-1, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.426/2013, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
2.051	Manutenção do Funrebom		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03430022	Funrebom - Exercícios Anteriores	R\$	279.630,32
	TOTAL	R\$	279.630,32

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

29 de agosto de 2014

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4286, de 29 de Agosto de 2014.

DECRETO Nº 4286, de 29 de agosto de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.426 de 12/12/13.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a importância de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), por conta de tendência de excesso de arrecadação, referente a recursos do Ministério da Saúde para repasse aos Hospitais, a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR		
2.080	Blmac Manutenção da Gestão Plena		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		

01650054	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União	R\$	6.000.000,00
	TOTAL	R\$	6.000.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

29 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito Municipal

Edital de Convocação Nº 03

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 03

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL (HOSPITAL CRUZEIRO), estado de Santa Catarina, inscrito CNPJ sob o nº 85.782.290/0001-25, representando o antigo Hospital Cruzeiro, convoca os trabalhadores que mantiveram contrato de trabalho no período de 31/07/1974 a 28/02/1989 relacionados no Anexo 01 do presente edital, para que encaminhem, até o dia 30/09/2014, ao Departamento de Recursos Humanos desta prefeitura, situado na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, município de Rio do Sul - SC, CEP 89.160-900, cópia dos seguintes documentos, devendo também apresentar os originais para comprovação:

- Número do PIS/PASEP;
- Carteira de Trabalho;
- Endereço completo para correspondência;
- Documentos Pessoais (RG e CPF).

A documentação deverá ser entregue pelo titular ou representantes legais, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Rio do Sul das 07:30h às 11:30h, de segunda a sexta-feira, sendo aceito o encaminhamento via correio, para o endereço citado acima.

Findo o prazo de entrega desta documentação o município poderá organizar as informações referente a estes funcionários, conforme orientações da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, consoante com os termos do processo nº 200572130027198 da Vara Federal de Rio do Sul/SC.

Caso estes ex-empregados (ou representantes legais) não se apresentem, o município ficará impossibilitado de realizar a individualização de eventuais valores a receber de FGTS, conforme o processo acima citado.

Rio do Sul, 25 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

GIOVANI GALVAN

Procurador Geral do Município

ANEXO I - EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 03

Anita Maria de Fatima Mendes

Antonio Dias

Denair de Souza

Duara Junglkaus

Elenir Maria Mafra

Elisa Ferreira da Silva

Hilma Nunes

Leila Damasio Mesquita

Maria Bernadete Marcelino

Marli Bernardi

Marly Aparecida Pereira

Mauriceia Pereira

Neide Nunes Ferreira

Raquel Marli Coutinho

Sonia Maria dos Santos Arnhold

Tereza Silva

Rio do Sul, 25 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

GIOVANI GALVAN

Procurador Geral do Município

Portaria Nº 0991/2014

PORTARIA Nº. 0991/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a partir de 02/09/2014, o servidor municipal TIAGO DA CONCEIÇÃO CARDOSO, do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de setembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Apmf

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 792

PORTARIA No 792, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Concede auxílio natalidade ao servidor Luis Fernando Schweder

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais etc...

Art. 1o Concede auxílio natalidade ao servidor Luis Fernando Schweder, Técnico Legislativo - Área de Informática, da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, correspondente ao valor de R\$ 756,00 (setecentos e cinquenta e seis reais), por ocasião do nascimento de sua filha, conforme preceitua o artigo 241 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2o Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de setembro de 2014.

JAIME SBORZ

Presidente da Mesa

Salto Veloso

PREFEITURA

Decreto Nº 039/2014

DECRETO N. 039, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

DECLARA ÁREA DE INTERESSE SOCIAL, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, AMIGÁVEL OU JUDICIAL, BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com o artigo 10, inciso XXXV e artigo 23, incisos I, alínea e, da Lei Orgânica Municipal c/c artigo 2º, inciso VIII, da Lei Federal 4.132, de 10 de setembro de 1962, e demais legislações aplicáveis à espécie, e, Considerando a necessidade do Município de Salto Veloso adquirir imóvel, com vistas a destiná-lo para o desenvolvimento de atividades turísticas;

Considerando que a área abaixo especificada é ponto elevado, de acesso fácil, próximo ao centro urbano de Salto Veloso e que conta com vista privilegiada de toda a cidade;

Considerando que não existe no patrimônio público municipal imóvel com as características necessárias para a implantação de monumento turístico;

Considerando a existência de áreas com as características necessárias e os contatos que foram feitos com os proprietários no sentido de promover a desapropriação amigável, visando à agilização do processo;

Considerando o disposto na Lei Federal 4.132/62, inciso VIII, ao elencar como hipótese de desapropriação por interesse social a utilização de áreas, locais ou bens que, por suas características, sejam apropriadas ao desenvolvimento de atividades turísticas; Considerando, finalmente, a prerrogativa delegada ao Chefe do Poder Executivo pelo inciso XXXV, do art. 10, da Lei Orgânica do Município, c/c a legislação antes referida, DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de Interesse Social, para fins de desapropriação amigável ou judicial, uma área de terras rurais, sem benfeitorias, com metragem de 3.417,62 m² (três mil, quatrocentos e dezessete metros e sessenta e dois decímetros quadrados), situada no Município de Salto Veloso, com as seguintes confrontações: Ao Norte, com Quinto Patel, com distância de 198,02 metros e com torre de celular com distância de 14,97 metros, totalizando 212,99 metros; Ao Sul, com Quinto Patel, com distância de 203,76 metros e com vértice de torre de TV; Ao Leste, com Quinto Patel, com distância de 34,58 metros e com a Torre de Celular com distância de 11,82 metros, totalizando uma distância de 46,40 metros; e ao Oeste, com Quinto Patel, com distância de 48,41 metros e com terras do Município de Salto Veloso, com distância de 6,71 metros, referida área faz parte de uma área maior, com 72.600,00 m² (setenta e dois mil e seiscentos metros quadrados), registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira/SC, sob a matrícula n. 30.078.

Art. 2º Determina-se ao Secretário Municipal de Administração e Finanças que inicie os procedimentos necessários à avaliação do imóvel expropriando de acordo com o mapeamento do terreno e respectivas confrontações em anexo a este Decreto, e, posteriormente realize a avaliação da área exproprianda, sendo que para tal mister nomeio, desde já, uma Comissão Especial com a seguinte composição:

I - PAULO HOFFELDER, brasileiro, casado, servidor público municipal, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, residente e domiciliado na cidade de Salto Veloso;

II - ABEL ABATI FILHO, brasileiro, casado, servidor público municipal, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, residente e domiciliado na cidade de Salto Veloso;

III - ARNALDO ELOI BENVENUTO JUNIOR, brasileiro, casado, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de professor, atualmente ocupante do Diretor de Cultura, residente e domiciliado na cidade de Salto Veloso.

Art. 3º Determina-se também ao Secretário de Administração e Finanças que proceda a publicação do presente Decreto em Diário Oficial e no Mural Público da Prefeitura Municipal e, após a publicação, oficie os membros da Comissão Especial de Avaliação ora nomeada, para que, no prazo de 10 (dez) dias, proceda a avaliação e emita o respectivo laudo, para fins de pagamento aos proprietários, ou de depósito judicial, se for o caso.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 01 de setembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Decreto Nº 040/2014

DECRETO N. 040, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

TRATA SOBRE O PROCESSO ELEITORAL PARA ELEIÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES.

Art. 1º A escolha dos membros do Conselho Tutelar, no Município de Salto Veloso, será feita pela Comunidade local através de Processo Eleitoral, sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a fiscalização do Ministério Público.

Art. 2º. O sufrágio será universal e direto e o voto facultativo e secreto.

Art. 3º São considerados eleitores todas as pessoas a partir de 16 (dezesseis) anos devidamente inscritas na 36ª Zona Eleitoral, como eleitor deste Município.

§ 1º Os eleitores deverão apresentar no ato da votação título de eleitor e comprovante de ter votado na última eleição nos termos exigidos pelo Edital de Convocação.

§ 2º Cada eleitor poderá votar uma única vez em apenas 1 candidato no local correspondente a sua Zona Eleitoral de acordo com o Edital de Convocação.

Art. 4º O processo eleitoral será coordenado por uma Comissão Eleitoral composta por 04 (quatro) membros que não poderão ser candidatos ao Conselho Tutelar designados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na seguinte conformidade:

§ 1º. A Comissão terá 04 (quatro) representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo 02 (dois) representantes de órgãos governamentais e 02 (dois) da sociedade civil.

§ 2º. Todo trabalho da Comissão Eleitoral será devidamente fiscalizado por um representante do Ministério Público.

Art. 5º Compete a Comissão Eleitoral:

I - receber os pedidos da inscrição e credenciar as chapas candidatas;

II - organizar o processo eleitoral detalhado no Edital de Convocação;

III - aprovar o material necessário para eleições;

IV - acompanhar e coordenar o processo eleitoral em todas as suas etapas desde a inscrição e credenciamento das chapas até a apuração e publicação dos resultados;

V - criar subcomissões eleitorais, se necessário, para auxiliar no processo eleitoral organizando e acompanhando a escolha nas regiões onde serão realizados os pleitos.

Art. 6º A inscrição dos candidatos far-se-á junto a Comissão Eleitoral na forma do artigo 5º.

Art. 7º. A Comissão Eleitoral seguirá os prazos previstos no Edital de Eleição para proceder os registros de candidatura, entre outros atos.

Art. 8º. Serão impugnadas as candidaturas que não atenderem os requisitos exigidos em Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal 676/93 e na Legislação Federal do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 9º. O candidato impugnado poderá interpor recursos para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no prazo de até 02 (dois) dias após a publicação dos credenciados, na forma prevista no Edital.

Art. 10. O pleito para escolha dos candidatos ao Conselho Tutelar será convocado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente mediante edital publicado na imprensa local especificando-se locais, dia e horário de votação.

§ 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente solicitará a colaboração da Justiça Eleitoral para a realização do pleito.

§ 2º Os pleitos referentes a renovação dos Conselhos terão a publicação do edital 06 (seis) meses antes do término do mandato dos membros eleitos, exceto quando se tratar de eleição suplementar.

Art. 11. É vedada a propaganda de candidatos nos veículos de comunicação social admitindo-se somente a realização de debates e de entrevistas e entrega de currículos.

Art. 12. É proibida a propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas fixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público ou particular, com exceção dos locais autorizados pelo Município para utilização por todos os candidatos em igualdade de condições do voto.

Art. 13. O sigilo de voto é assegurado mediante:

I - isolamento do eleitor, apenas para o efeito de escolha dos candidatos;
II - verificação da autenticidade da cédula pelo visto da rubrica dos integrantes das mesas receptoras e apuradoras.

Art. 14. As mesas receptoras serão compostas por um Presidente e um Mesário, indicados previamente pela Comissão Eleitoral, assim como os seus respectivos suplentes, podendo a mesma, para tal ato, solicitar funcionários à Justiça Eleitoral e/ou Secretarias Estaduais e Municipais.

Parágrafo único. Não podem ser nomeados Presidentes e Mesários os candidatos e seus parentes.

Art. 15. A Comissão Eleitoral estabelecerá, no Edital de Convocação, as normas de funcionamento das mesas.

Art. 16. As mesas apuradoras serão compostas com os mesmos elementos das mesas receptoras em cada mesa apuradora, previamente inscritos junto à Comissão Eleitoral.

Art. 17. A fiscalização poderá ser exercida pelos próprios candidatos ou pessoas por ele indicadas, com o número máximo de dois fiscais por candidato em cada mesa apuradora, previamente inscrita junto à Comissão Eleitoral.

Art. 18. O Ministério Público deverá ser formalmente comunicado a respeito das eleições dos membros dos Conselhos Tutelares, a fim de viabilizar a fiscalização do respectivo processo de escolha em conformidade com o disposto no artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com a redação conferida pelo artigo 10 da Lei nº 8.242, de

12 de outubro de 1991.

Art. 19. Em cada local será apurado a lista de candidatas inscritos com sua respectiva identificação e com os nomes dos candidatos dos Conselhos Tutelares.

Art. 20. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente divulgar o Edital de Convocação das eleições e demais dados relativos ao processo eleitoral, previstos neste Edital.

Art. 21. Apuração da eleição será feita nos próprios locais da votação em período imediatamente posterior ao término da votação, sendo a apuração final centralizada em um desses locais, a ser designado pela Comissão Eleitoral e divulgada através do Edital de Convocação.

Art. 22. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente homologar e proclamar o resultado das eleições no dia seguinte a Eleição, no sítio eletrônico do Município (www.saltoveloso.sc.gov.br) e também no Mural, situado na Prefeitura Municipal:

I - poderá ser interposto recursos junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com relação ao resultado do pleito, pelo candidato que se sentir prejudicado, no período de até 02 (dois) dias, após a publicação dos resultados;

II - o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente julgará os recursos no prazo de até 02 (dois) dias e publicará o resultado final do pleito no prazo de até 02 (dois) dias após o julgamento dos recursos.

Art. 23. Anterior ao procedimento de eleição, conforme requisito da Lei Municipal 676/93, alterada pela Lei Municipal 1.513/2014, o candidato deverá ser aprovado previamente em prova escrita, sobre conhecimentos específicos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 24. O Prefeito Municipal de Salto Veloso, através de Decreto, empossará os Conselheiros eleitos, após a apuração final dos resultados.

Parágrafo único. Os Conselheiros eleitos receberão treinamento de capacitação, coordenado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 25. Os recursos previstos neste Decreto terão efeito suspensivo.

Art. 26. Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos pela Comissão Eleitoral com base na legislação vigente, especialmente as leis Municipais 676/93 e 838/96 e suas alterações.

Art. 27. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 01 de setembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 244/2014

PORTARIA Nº. 244/2014

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere e tendo em vista o que consta a seu pedido;

Resolve:

Artigo 1º. Conceder LICENÇA PRÊMIO, no período de 01 de Setembro de 2014 a 29 de Novembro de 2014, conforme Artigo 83, do Estatuto dos servidores Públicos do Município de Salto Veloso, a servidora SALETE GETASSI BORGHA, ocupante do cargo de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotado no cargo de Atendente de Creche.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 01 de Setembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 245/2014

PORTARIA Nº. 145/2014

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, ao Sr. EMERSON LUIZ MENDES, nos termos do artigo 12 da Lei Complementar nº 003/2005 de 12/12/2005, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Física, 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação na classificação de Professor I - Graduado na área de atuação - Nível "A" do Anexo VI.

Artigo. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 02 de Setembro 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

São Bento do Sul**PREFEITURA****1ª Retificação do Edital de Pregão Nº 6/2014 Emhab**

EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - EMHAB

1ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2014

NO OBJETO DA LICITAÇÃO, CONSTANTE DA PUBLICAÇÃO NA ÍNTEGRA DO EDITAL E DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL:

ONDE SE LÊ: PREGÃO PRESENCIAL, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA DE 3 (TRÊS) UNIDADES HABITACIONAIS DE PROPRIEDADE DA EMHAB LOCALIZADAS NOS SEGUINTE ENDEREÇOS: UMA RESIDÊNCIA NA RUA PAULO DÁLVIO MALLON, Nº 23, LOTE Nº 02, BAIRRO 25 DE JULHO; UMA RESIDÊNCIA NA RUA BELÉM, LOTE Nº 28, BAIRRO SERRA ALTA; UMA RESIDÊNCIA NA RUA IVO PEREIRA, QUADRA 01, LOTE Nº 02, LOTEAMENTO PRÍMIO, BAIRRO SERRA ALTA, CONFORME LISTA DE MATERIAIS E ORÇAMENTOS ANEXOS.

LEIA-SE: PREGÃO PRESENCIAL, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DE 3 (TRÊS) UNIDADES HABITACIONAIS DE PROPRIEDADE DA EMHAB LOCALIZADAS NOS SEGUINTE ENDEREÇOS: UMA RESIDÊNCIA NA RUA PAULO DÁLVIO MALLON, Nº 23, LOTE Nº 02, BAIRRO 25 DE JULHO; UMA RESIDÊNCIA NA RUA BELÉM, LOTE Nº 28, BAIRRO SERRA ALTA; UMA RESIDÊNCIA NA RUA IVO PEREIRA, QUADRA 01, LOTE Nº 02, LOTEAMENTO PRÍMIO, BAIRRO SERRA ALTA, CONFORME LISTA DE MATERIAIS E ORÇAMENTOS ANEXOS.

ENTENDA-SE, PORTANTO, RETIFICADO O ACIMA EXPOSTO NO EDITAL E, PARA QUE ESTA PRODUZA OS SEUS EFEITOS CONFORME LEI, PERMANECE O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2014 NO DIA 10/09/2014 ATÉ ÀS 08:30 HORAS.

SÃO BENTO DO SUL, 02 DE SETEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS PEDROZO

DIRETOR PRESIDENTE DA EMHAB

Decreto Nº 0656/2014

DECRETO Nº 0656, DE 29 DE AGOSTO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinqüenta reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 03 - PROCURADORIA

Unidade: 01 - Assessoria Jurídica

Atividade: 2.006 - Gestão da Assessoria Jurídica
(46) 3.1.90.16.00.00.00 100- Outras Despesas Variáveis - PC
R\$ 1.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade: 01 - Administração Geral
Atividade: 2.008 - Gestão da Secretaria Municipal de Administração - SECAD
(63) 3.3.90.18.00.00.00 100- Auxílio Financeiros a Estudantes R\$ 3.050,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 03 - PROCURADORIA
Unidade: 01 - Assessoria Jurídica
Atividade: 2.006 - Gestão da Assessoria Jurídica
(55) 3.3.90.91.00.00.00 100- Sentenças Judiciais R\$ 1.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade: 01 - Administração Geral
Atividade: 2.008 - Gestão da Secretaria Municipal de Administração - SECAD
(60) 3.1.90.94.00.00.00 100- Indenizações e Rest. Trabalhistas R\$ 1.000,00
(62) 3.3.90.14.00.00.00 100- Diárias - Civil R\$ 2.050,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de agosto de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 6389/2014

PORTARIA Nº 6389, DE 29 DE AGOSTO DE 2014
Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40º, § 1º, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 34, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de agosto de 2014, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada ELIANE MARIA DE AQUINO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional I, Nível I, Classe B, matrícula nº 34686, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 4962/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de agosto de 2014.

São Bento do Sul, 29 de agosto de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Listagem de Portarias Nº 009/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 6373, de 28 de agosto de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 28 de agosto de 2014. Leila Diniz da Conceição Schiehl. Professor Educação Infantil. Licenciatura Plena. Nível I. Classe A. 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 6374, de 28 de agosto de 2014. Revoga Portaria nº 6373/14 que nomeou servidora pública Leila Diniz da Conceição Schiehl, no cargo de Professor Educação Infantil, por desistência espontânea em 28 de agosto de 2014.

Portaria nº 6375, de 29 de agosto de 2014. Concede Licença Prêmio, período de 01/09/2014 a 30/09/2014, triênio 2008/2011. Joceli Stoeberl. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 6376, de 29 de agosto de 2014. Concede Licença Prêmio, período de 14/09/2014 a 13/10/2014, triênio 2010/2013. Luci de Fatima dos Santos de Sousa. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 6377, de 29 de agosto de 2014. Concede Licença Prêmio, período de 16/09/2014 a 15/10/2014, triênio 2008/2011. Werner Tascheck. Fiscal da Fazenda. SEFIN.

Portaria nº 6378, de 29 de agosto de 2014. Concede Licença Prêmio, período de 15/09/2014 a 14/10/2014, triênio 2004/2007. Marcia Schwalbe Bianchin. Instrutor de Recriação. SEMAS.

Portaria nº 6379, de 29 de agosto de 2014. Concede Licença Prêmio, período de 01/09/2014 a 30/09/2014. Solange Elisabeth Fiedler. Auxiliar de Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 6380, de 29 de agosto de 2014. Concede Licença Prêmio, período de 04/09/2014 a 03/10/2014, triênio 2010/2013. Nara Bay Campagnoni. Odontólogo. SEMUS.

Portaria nº 6381, de 29 de agosto de 2014. Nomeia Coordenadora Pedagógica do PEM Cantinho do Céu, a partir de 01 de setembro de 2014, com gratificação de 35% sobre seu vencimento de carreira. Thais Cristina Miranda. SEMED.

Portaria nº 6382, de 29 de agosto de 2014. Nomeia Coordenador de Setor de Comunicação, a partir de 25 de agosto de 2014. Edson Frankowiak. GAPRE.

Portaria nº 6384, de 29 de agosto de 2014. Concede retorno às atividades, a partir de 01 de setembro de 2014, e revoga Portaria nº 1320/2013. Eroni de Fatima Almeida. Auxiliar de Serviços. SEMOB.

Portaria nº 6385, de 29 de agosto de 2014. Retira Gratificação de Função - FG 1, a partir de 01 de setembro de 2014, concedida ao servidor Valmir Grein, ocupante do cargo de Vigia, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 6386, de 29 de agosto de 2014. Concede Gratificação de Função FG 1 - Agente de Serviços de responsabilidade Alheias ao Cargo de Vigilância, a partir de 01 de setembro de 2014. Paulo

Celso de Oliveira. Vigia. SEMOB.

Portaria nº 6387, de 29 de agosto de 2014. Retira Gratificação de Função FG 1, a partir de 01 de setembro de 2014, concedida ao servidor Ingracio Agenor Padilha, ocupante do cargo de Vigia, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 6388, de 29 de agosto de 2014. Concede Gratificação de Função FG 1 - Agente de Serviços de Responsabilidades Alheias ao Cargo de Vigilância, a partir de 01 de setembro de 2014. Salvo Roberto de Souza. Vigia. SEMOB.

Portaria nº 6391, de 29 de agosto de 2014. Nomeia Coordenadora Pedagógica do CEIM Pequenos Passos, a partir de 01 de setembro de 2014, com gratificação de 25% sobre seu vencimento de carreira. Susana Andrea Dal Bo Hlawatsch. SEMED.

Portaria nº 6392, de 02 de setembro de 2014. Revoga, a partir de 01 de setembro de 2014, a Portaria nº 6261/2014 que nomeou Fabio Julio Nogara, no cargo de Advogado, por não comparecimento em tempo hábil.

São Bento do Sul, 02 de setembro de 2014.
FERNANDO TURECK,
PREFEITO MUNICIPAL.

Convênio Nº 025/2014

CONVÊNIO Nº 025/2014

ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A SOCIEDADE MÃE DA DIVINA PROVIDÊNCIA/ HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ente jurídico de direito público interno, com CNPJ/MF nº 86.051.398/0001-00, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, neste Município, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. FERNANDO TURECK, portador do CPF nº 033.667.519-40, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL, representada neste ato pela Secretária Municipal da Educação Sra. ALCIONE TERESINHA HINKE, brasileira, portadora do CPF nº 311.378.909-59 e RG 607.668, daqui por diante denominado CONVENIENTE e, de outro lado, a SOCIEDADE MÃE DA DIVINA PROVIDÊNCIA/ HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA, CNES N.º 2521792 - FILANTRÓPICO, CNPJ N.º 84.942.887/0003-99 neste ato representado pelo seu representante legal Diretora IR. NELSA HACKBARTH, brasileira, solteira, Diretora Geral da Instituição, portadora da carteira de identidade nº. 251.336, expedida pela SSP/SC, CPF/MF sob nº. 154.393.729-20; daqui por diante denominada CONVENIADA, celebram entre si este CONVÊNIO, com base no que preconiza a Lei Municipal nº 3367, de 30 de abril de 2014, convenicionado as Cláusulas e Condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente convênio tem por objeto a plena execução do PROGRAMA MUNICIPAL CRIANÇA ADOECIDA, visando o acompanhamento escolar as crianças e adolescentes internados em ambiente hospitalar ou ausentes do processo educativo formal por motivo de doença, em idade escolar, bem como:

- I - Promover a continuidade do processo ensino-aprendizagem visando a não interrupção do ato educativo de modo a não prejudicar seu rendimento escolar;
- II - Educar para a saúde do escolar;
- III - Promover a integração entre a criança, a família, a escola e o hospital, amenizando os traumas da internação e convalescença, contribuindo para a interação social;

IV - Dar oportunidade ao atendimento às crianças e adolescentes adoecidos em busca da qualidade de vida intelectual e sócio interativa;

V - Aproximar a vivência da criança no hospital à sua rotina diária anterior ao internamento, utilizando o conhecimento como forma de emancipação e formação humana;

VI - Proporcionar à criança adoecida a possibilidade de, mesmo estando em ambiente hospitalar, ter acesso à educação escolar;

VII - Entreter a criança e o adolescente com atividades lúdicas, amenizando sua dor e tristeza, promovendo alegria e bem estar.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

CLÁUSULA SEGUNDA - São obrigações da CONVENIADA:

- I. Ceder espaço físico para o atendimento as crianças internadas;
- II. Autorizar o profissional a fazer atendimento no quarto, desde que haja permissão da equipe médica e da família;
- III. Disponibilizar material didático pedagógico, como xerox, revistas, brinquedos, exceto material de continuidade do processo escolar habitual;
- IV. Encaminhar trimestralmente o relatório de atendimentos realizados pelo profissional, informando quantidade de crianças atendidas;
- V. Oferecer formação e/ou capacitação pertinente a área de atuação.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

CLÁUSULA TERCEIRA - São obrigações da CONVENIENTE:

- I. Ceder profissional da educação, com formação pedagógica, para realizar acompanhamento escolar ao educando internado em ambiente hospitalar;
- II. Disponibilizar material didático pedagógico;
- III. Manter atualizados os dados funcionais do profissional.
- IV. Arcar com todos os ônus trabalhistas decorrentes do cumprimento do presente Convênio;
- V. Orientar os servidores para que mantenham sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse dos convenientes ou de terceiro de que tomarem conhecimento;

Parágrafo único. Os servidores colocados à disposição não terão qualquer vínculo empregatício com a CONVENIADA.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA QUARTA - Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, com aviso prévio de trinta dias, sem qualquer tipo de ônus.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA QUINTA - O presente contrato terá vigência pelo prazo de dois anos a partir da data de assinatura deste instrumento, o qual poderá ser renovado através de novo instrumento contratual ou termo aditivo.

DO FORO

CLÁUSULA SEXTA - As questões oriundas deste instrumento serão resolvidas de comum acordo entre as partes e, para os casos pendentes, elegem o Foro da Comarca de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina.

E por estarem de acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, para que se produzam os efeitos de fato e de direito.

São Bento do Sul, 22 de agosto de 2014.

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL

ALCIONE TERESINHA HINKE

Secretária Municipal da Educação

HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA

SOCIEDADE MÃE DA DIVINA PROVIDÊNCIA

IR. NELSA HACKBARTH

Diretora Geral da Instituição

Testemunhas:

EDRIÂNGELA WIGGERS GALKOWSKI

CPF 969.859.849-91

ROSELI ROSENSCHECK SCHLOGL

CPF 421.771.979-53

Portaria Nº 6383/2014

PORTARIA Nº 6383, DE 29 DE AGOSTO DE 2014

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os servidores Emanuelle Gassner Escher, Marco Aurélio Olinisky, Luis Carlos Anton, Cristiane Aparecida Jantsch Sestren, Jossemeri Kerscher, Luciane Mary Koch Scatalon, Luiz Gomes do Prado, Maria Aparecida Scharmach, Maria Hercília de Souza Meira, Mario Alves Moraes, Patricia Samu Ferreira Batista, Rafael Schroeder, Ricardo Gomes Nassar, Silvana Maria Bianco, Solange Goretti Nardelli Pchebilski e Thais Mayara Becker, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

- GM/Corsa, placa LZS 2583
- GM/Corsa, placa MBI 0423
- GM/Corsa, placa MHW 3336
- GM/Celta, placa MMK 1823
- GM/Celta, placa MMJ 8823
- Fiat/Doblo, placa MFF 1106
- Fiat/Doblo, placa MFN 6248
- Ford/Fiesta, placa OKF 3715
- Ford/Fiesta, placa OKF 3645
- WV/Gol, placa MBL 6765
- WV/Gol, placa MFQ 9645
- WV/Gol, placa MFT 3739
- WV/Gol, placa MJS 2989
- GM/Montana, placa MJC 4066
- Fiat/Palio, placa MGX 5834
- Peugeot, placa MJZ 8342
- Fiat/Uno, placa MCG 4284
- Fiat/Uno, placa MFN 8302
- Fiat/Uno, placa MFN 8322
- Moto, placa LZF 9341
- Moto, placa MBM 4715
- Moto, placa MCI 5882
- Moto, placa MCM 5592
- Moto, placa MDX 4852
- Moto, placa MHP 5875
- Moto, placa MGD 7353
- Moto, placa MLU 6643

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de agosto de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portarias/Semed Nº 1052 A 1067/2014

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 1052, de 18 de agosto de 2014. Constitui Comissão.

Portaria/SEMED nº 1053, de 25 de agosto de 2014. Concede Licença Prêmio. Cleusa da Rosa Soares. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1054, de 25 de agosto de 2014. Concede Readaptação Funcional. Cleide Leticia Neundorff Kautnick. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1055, de 25 de agosto de 2014. Concede Readaptação Funcional. Eliane Bendlin Rossa Castanha. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1056, de 25 de agosto de 2014. Prorroga Auxílio Doença - INSS. Alessandra de Lima Ribeiro. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1057, de 25 de agosto de 2014. Concede Auxílio Doença - INSS. Evelyn Mari Correa Teodorovitz. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1058, de 25 de agosto de 2014. Concede Auxílio Doença - INSS. Osmarina Pereira de Camargo Schutzler. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1059, de 25 de agosto de 2014. Concede Licença Maternidade. Elizabeth Grein Welter de Lucca. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1060, de 25 de agosto de 2014. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Elizabeth Grein Welter de Lucca. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1061, de 25 de agosto de 2014. Concede Licença Maternidade. Juliane Wielivick Brito. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1062, de 25 de agosto de 2014. Concede Licença Maternidade. Leila Franciane Franck Buba. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1063, de 25 de agosto de 2014. Concede Licença Maternidade. Roseli D'Aparecida Alves da Silva. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1064, de 25 de agosto de 2014. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Roseli D'Aparecida Alves da Silva. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1065, de 25 de agosto de 2014. Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. Carmelita Manoel Vargas. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1066, de 25 de agosto de 2014. Prorroga Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. Maria Dias Piassoli Rambo. Auxiliar de Operações.

Portaria/SEMED nº 1067, de 02 de setembro de 2014. Concede Auxílio Doença - INSS. Rita de Cássia Meister. Professor Educação Infantil.

ALCIONE TERESINHA HINKE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SAMAE**Aviso de Licitação Nº 62/2014**

Pregão Presencial nº 62/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 62/2014

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 24 de setembro de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de automação remota e telemetria, sistema de radio comunicação de voz e serviços de engenharia para manutenção e atualização do licenciamento ANATEL dos sistemas de comunicação via rádio.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 02 de setembro de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº 007, de 30 de Agosto de 2014.**

RESOLUÇÃO Nº 007, DE 30 DE AGOSTO DE 2014.

"Concede Licença a Vereador".

A Câmara Municipal de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, aprovou e eu, César Augusto Accorsi de Godoy promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica concedida licença da função de vereador do dia 01 de Setembro de 2014 ao dia 30 de Setembro de 2014, ao vereador Marcio Dreveck.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de Agosto de 2014.

CÉSAR AUGUSTO ACCORSI DE GODOY

Presidente

São Domingos**PREFEITURA****Convênio Prefe 003 de 03.0.14 (Contrato de Apoio Financeiro Nº 2014Tr000716)**

DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO

Mês/Ano: Abril/2014

Número do Convênio: PREFE 003 de 03 de Abril de 2014.(Contrato de Apoio Financeiro nº 2014TR000716) Vinculado ao Projeto SDR05 1126/2014 - FUNTURISMO.

Descrição: Do Objeto. O Objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro é o repasse de recursos para execução do Projeto denominado " Realização da 4º FAIC São Domingos - Feira Agropecuária, Artesanal, Industrial e Comercial", cujo objeto consiste na " Realização da 4º FAIC São Domingos - Feira Agropecuária, Artesanal, Industrial e Comercial e com a finalidade de promoção de evento turístico regional cujas atividades contarão com a participação de turistas da região oeste do estado de Santa Catarina e do Paraná, com o fim de expandir e melhorar a capacidade turística da região, além de despertar o desenvolvimento, a cidadania, novas oportunidades, a integração, a união, o aprendizado e a participação em ações que envolvam e valorizem as diferentes formas e fontes de turismo e de geração de trabalho e renda, através da realização da realização da 4º FAIC São Domingos - Feira Agropecuária, Artesanal, Industrial e Comercial em São Domingos/SC" Valor do Repasse: R\$99.887,38 (noventa e nove mil, oitocentos e sete reais e trinta e oito centavos).

Responsável Jurídico: Vinicius Augusto Andrioli - OAB/SC n. 29.784-B

Conveniente: MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente: SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO CULTURA E ESPORTES.

CNPJ: 05.521.532/0001-98

Convênio Prefe 004 de 09.05.14 Convênio Mte.Srte-SC Nº220.2014

DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO

Mês/Ano: Maio/2014

Número do Convênio: PREFE 004 de 09 de Maio de 2014.(Convênio MTE/SRTE-SC Nº220/2014).

Descrição: Do Objeto. O presente Acordo de Cooperação tem por objeto, delegar poderes para atendimento e entrega de Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS do modelo informatizado, ao Município de São Domingos - SC, cujo Posto de Atendimento localizar-se-á na Rua:: Getúlio Vargas, 750 - Centro - CEP: 89.835-000, de acordo com os requisitos expressos no art.14 e seguintes da CLT, com as alterações previstas pelo Decreto - Lei nº.229, de 28.02.1967, nº 926 de 10.10.1969, Lei nº 5.686, de 03.08.1971 e da Lei nº 8.260, de 12.12.1991, além das normas e instruções pertinentes, emitidas pelo Ministério do Trabalho

Responsável Jurídico: Vinicius Augusto Andrioli - OAB/SC n. 29.784-B

Conveniente: MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DE SANTA CATARINA

CGC: 37.115.367/0029-61

Data Vencimento:31/12/2016.

Processo Licitatório FMS N. 028/2014

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO FMS 028/2014

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS FMS 012/2014

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 19 de setembro de 2014, estará recebendo as propostas dos interessados para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES ODONTOLÓGICAS, DESTINADAS AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 1º de setembro de 2014.

FLAVIO CELESTE LORENZI

Pregoeiro Oficial.

PROCESSO LICITATÓRIO FMS 026/2014

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO FMS 026/2014

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS FMS 010/2014

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 16 de setembro de 2014, estará recebendo as propostas dos interessados para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 1º de setembro de 2014.

FLAVIO CELESTE LORENZI

Pregoeiro Oficial.

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 027/2014

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO FMS 027/2014

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS FMS 011/2014

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 18 de setembro de 2014, estará recebendo as propostas dos interessados para REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS INFANTIS, LEITES DIVERSOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES PARA ATENDER AO PROGRAMA CRESCER FELIZ DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital

serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 1º de setembro de 2014.

FLAVIO CELESTE LORENZI

Pregoeiro Oficial.

CONVÊNIO PREFE 002 DE 11.03.14 (CONVENIO Nº 2014TR000406)

DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO

Mês/Ano: Março/2014

Número do Convênio: PREFE 002 de 11 de Março de 2014.(Convênio nº 2014TR000406)

Valor do Convênio: R\$30.000,00

Descrição: Da finalidade e do Objeto - Cláusula Primeira- Este convênio visa à transparência de recursos financeiros para execução do objeto deste convênio entre as partes que o assinam, tendo como fim específico o incentivo e apoio para realização da feira. Objeto: Melhoria na atratividade e na qualidade de vida nas pequenas cidades para reduzir o êxodo rural e a litoralização com a promoção de atividades ligadas à agropecuária e a pesca no município de São Domingos com participação de visitantes da região do oeste do estado de Santa Catarina e do Paraná, durante a realização da 4º FAIC.

Responsável Jurídico: Vinicius Augusto Andrioli - OAB/SC n. 29.784-B

Conveniente: MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE XANXERÊ

CNPJ: 05.638.039/0001-71

Data vencimento:31/12/2014

Convênio Prefe 006 Programa de Prestação de Serviço A Comunidade.

DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO/ TERMO CONVÊNIO

Mês/Ano: Maio/2014

Número do Convênio: PREFE 006/2014 de 006 de Maio de 2014 (Convênio Nº2014TR0001951)

Descrição: DA FINALIDADE E DO OBJETO - Convênio que entre si estabelecem a Justiça Criminal da Comarca do Processo, neste ato representada pelo Doutor Juiz de Direito Sandro Pierri e a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda de São Domingos/SC, neste ato representada por Ana Cláudia Barizon Fontana da Luz, para execução em conjunto do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade. O Doutor Juiz de Direito da Jurisdição Criminal da Comarca de São Domingos de um lado, e de outro, a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda de São Domingos/SC, abaixo denominado simplesmente Instituição, firmam o presente Convênio, mediante a adoção das seguintes cláusulas: Cláusula Primeira: A jurisdição criminal da Comarca selecionará réus condenados a penas restritivas de direitos (Prestação de Serviços à Comunidade) e os encaminhará à Instituição, para que nela seja cumprida a pena.

Responsável Jurídico: Vinicius Augusto Andrioli - OAB/SC n. 29.784-B

Conveniente: MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE XANXERÊ

CNPJ: 05.628.039/0001-71

Data vencimento: 31 de dezembro de 2014

São João do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº. 078 de 27 de Agosto de 2014

DECRETO Nº. 078 DE 27 DE AGOSTO DE 2014

Nomeia os membros da Comissão responsável pelos procedimentos de avaliação de desempenho dos servidores públicos municipais, e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 6º, §2º da Lei Complementar Municipal nº. 006, de 06 de janeiro de 2012 c/c Parágrafo Único do Art. 1º do Decreto Municipal nº. 098, de 24 de agosto de 2012 e Art. 2º do Decreto Municipal nº. 099, de 24 de agosto de 2012;

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão responsável pelos procedimentos de avaliação de desempenho dos servidores públicos municipais de São João do Sul, nos termos da legislação municipal pertinente, composta pelos seguintes membros:

- a) Marli da Rosa Cardoso Xavier, Secretária Municipal de Administração - Presidente;
- b) Carina de Matos Magnus, Auxiliar Administrativo;
- c) Carla Pereira, representante da Secretaria Municipal de Finanças - Membro;
- d) Mariza Pereira Fraga, representante da Secretaria de Municipal de Saúde - Membro;
- e) João Edvar de Costa, representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços - Membro;

Parágrafo Único - Cabe à Comissão ora constituída o cumprimento da legislação vigente, em especial as disposições previstas na Lei Complementar Municipal nº. 006, de 06 de janeiro de 2012, do Decreto Municipal nº. 098, de 24 de agosto de 2012 e do Decreto Municipal nº. 099, de 24 de agosto de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 27 de agosto de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

São José

PREFEITURA

Edital Nº 042/2014/Fundesj

EDITAL Nº 042/2014/FUNDESJ

HOMOLOGA O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES SUBSTITUTOS - EDITAL Nº 037/2014/FUNDESJ.

A Superintendente da Fundação Educacional de São José - Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann e a Reitora do Centro Universitário Municipal de São José - Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha, no uso de suas atribuições regimentais, TORNAM PÚBLICO.

1. A homologação do resultado do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 037/2014/FUNDESJ, publicada através do Edital nº 041/2014/FUNDESJ no dia 28 de agosto de 2014, é o constante no Anexo Único.

2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 01 de setembro de 2014.

Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann
Superintendente da Fundação Educacional de São José - FUNDESJ

Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha
Reitora do Centro Universitário Municipal de São José - USJ

ANEXO ÚNICO

CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 037/2014/FUNDESJ

Área: Análise e Desenvolvimento de Sistemas - Vaga 1.1		
Inscrição	CPF do Candidato(a)	Classificação
003	027.457.929-46	1º
001	016.573.179-60	2º

Área: Análise e Desenvolvimento de Sistemas - Vaga 1.2		
Inscrição	CPF do Candidato	Classificação
002	016.573.179-60	1º

Resultado da Dispensa de Licitação Nº 025/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2014 - Processo nº 205/2014. Contratado: AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA. Objeto: Dispensa de licitação para contratação de empresa para serviços de engenharia sanitária de limpeza urbana, compreendendo a coleta de resíduos sólidos domiciliares e a coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis, com fornecimento de equipamentos, mão de obra e materiais, em caráter emergencial. Valor: R\$5.087.894,04 - cinco milhões, oitenta e sete mil, oitocentos e noventa e quatro reais e quatro centavos.

Carlos Alfredo Schmidt
Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Resultado da Dispensa de Licitação Nº 026/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2014 - Processo nº 218/2014. Contratado: PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA. Objeto: Dispensa de licitação para contratação de empresa para serviços de engenharia sanitária de limpeza urbana, compreendendo a disposição final dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais, incluindo o transbordo e transporte, com fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra, em caráter emergencial. Valor: R\$4.308.954,12 - quatro milhões, trezentos e oito mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e doze centavos.

Carlos Alfredo Schmidt
Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Resultado da Inexigibilidade Nº 012/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE Nº 012/2014 - Processo nº 179/2014. Contratado: CLIK TECNOLOGIA ASSISTIVA LTDA - ME. Objeto: Inexigibilidade para contratação de empresa para fornecimento de materiais de tecnologia assistiva para acesso ao computador e comunicação alternativa destinados aos alunos de educação especial da rede municipal de ensino de São José. Valor: R\$4.400,00 - quatro mil e quatrocentos reais.

Carlos Alfredo Schmidt
Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Resultado do Pregão Eletrônico Nº 054/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2014 - Processo nº 148/2014. Fornecedor: ALEXANDRA DOS PASSOS. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa(s) para eventual fornecimento de materiais de expediente destinados ao setor de trânsito do 7º Batalhão da Polícia Militar do Município de São José/SC, previsto no Convênio de Trânsito nº 13.838/2009-0. Valor Total: R\$15.492,00 - quinze mil, quatrocentos e noventa e dois reais.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

Resultado do Pregão Eletrônico Nº 080/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2013 - Processo nº 391/2013. Fornecedores: BRUTHAN COMERCIAL LTDA; RACINE COMERCIAL LTDA EPP; HP & E COMERCIAL LTDA - EPP; AQUINPEL SUPRIM. PARA ESCRIT, INFORMATICA E PAPEL LTDA; LUIZ FERNANDO SEBOLD; PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA - EPP; ELISVANDIA MATOS DONINI ME; ATACADO LITORAL CATARINENSE LTDA ME; e COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual

fornecimento de materiais de consumo, expediente e limpeza para atender todas as unidades vinculadas à Secretaria de Saúde do Município de São José/SC. Valor Total: R\$536.031,50 - quinhentos e trinta e seis mil, trinta e um reais e cinquenta centavos. Vera

Suely de Andrade
Diretora de Compras.

Pregão Presencial 057/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 057/2014 - Processo nº 184/2014: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de gêneros alimentícios destinados ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes da Secretaria de Assistência Social do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 15/09/2014 às 13h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 15/09/2014 às 13h15min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

Pregão Presencial 051/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 051/2014 - Processo nº 172/2014: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual aquisição de fraldas descartáveis para atender a rede de atenção básica e Programa Acamados da Secretaria Municipal de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 15/09/2014 às 16h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 15/09/2014 às 17h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

Pregão Presencial 023/2014 - Reabertura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 023/2014 - REABERTURA - Processo nº 105/2014: Objeto: Contratação de empresa especializada na locação e prestação de serviço de gerenciamento de filas, para atender ao Setor de Análises Técnicas - SAT, destinado a 1ª Companhia de Bombeiros Militares do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 15/09/2014 às 15h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 15/09/2014 às 15h15min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

Pregão Presencial 041/2014 - Retificado

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 041/2014 - RETIFICADO - Processo nº 153/2014: Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra especializada (auxiliar de serviços gerais e cozinha) para atender a 1ª Companhia de Bombeiros Militar do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 19/09/2014 às 13h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 19/09/2014 às 14h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

Pregão Presencial 062/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 062/2014 - Processo nº 153/2014: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa(s) especializada(s) para eventual execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, destinadas a frota dos veículos da guarda municipal de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 17/09/2014 às 15h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 17/09/2014 às 16h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

Pregão Presencial 061/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 061/2014 - Processo nº 202/2014: Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com o fornecimento de peças e acessórios mecânicos em geral, para os veículos leves, médios e pesados, que compõem a frota da 1ª CIA de Bombeiros Militar de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 17/09/2014 às 13h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 17/09/2014 às 14h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

Pregão Eletrônico Nº 066/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2014 - Processo nº 198/2014. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual prestação de serviços de instalação de fechaduras (com fornecimento de materiais), cópias de chaves e confecção de carimbos para serem utilizadas pelas Secretarias, Fundos, Fundações e Autarquias do Município de São José/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 03 de setembro de 2014 às 18h00min até dia 24 de setembro de 2014, às 13h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS

E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 13h30min do dia 24 de setembro de 2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

Pregão Eletrônico Nº 067/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2014 - Processo nº 199/2014. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais de consumo e expediente destinados as unidades escolares da rede municipal de ensino da Secretaria de Educação do Município de São José/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 03 de setembro de 2014 às 18h00min até dia 22 de setembro de 2014, às 13h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 13h30min do dia 22 de setembro de 2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

Pregão Eletrônico Nº 065/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2014 - Processo nº 197/2014. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção para manutenção do sistema viário e diversos serviços da Secretaria de Infraestrutura do Município de São José/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 03 de setembro de 2014 às 18h00min até dia 24 de setembro de 2014, às 14h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h30min do dia 24 de setembro de 2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

Portaria Nº 092/2014/SF

PORTARIA Nº 092/2014/SF
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 33 e 36, da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 166.000,00 (cento e sessenta e seis mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José, a seguir especificadas:

20.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
20.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

20.01.13.392.0113.2.066 - Funcionamento e Manutenção das Unidades Culturais e de Turismo

5 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,
Recursos Próprios R\$ 6.000,00

Total desta Atividade R\$ 6.000,00

20.01.13.392.0113.2.408 - Programa de Organização e Apoio as Práticas Culturais, Educativas e de Turismo - FCT

15 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 140.000,00

Total desta Atividade R\$ 140.000,00

20.01.13.391.0113.2.498 - Projetos Culturais / Manutenção da Fundação de Cultura e Turismo - FCT

25 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 10.000,00

Total desta Atividade R\$ 10.000,00

Total do Órgão R\$ 166.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 166.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 166.000,00 (cento e sessenta e seis mil reais), das dotações consignadas no Orçamento da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José, a seguir especificadas:

20.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

20.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

20.01.13.392.0113.1.328 - Elaboração/Implementação de Projeto para Revitalização do Centro Histórico

37 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 5.000,00

38 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,
Recursos Próprios R\$ 5.000,00

Total deste Projeto R\$ 10.000,00

20.01.13.392.0113.2.408 - Programa de Organização e Apoio as Práticas Culturais, Educativas e de Turismo - FCT

13 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 6.000,00

14 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,
Recursos Próprios R\$ 5.000,00

Total desta Atividade R\$ 11.000,00

20.01.13.391.0113.2.498 - Projetos Culturais / Manutenção da Fundação de Cultura e Turismo - FCT

22 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 60.000,00

23 - 3.3.90.33.00.00.0080 - Passagens e Despesas com Locomoção,

Recursos Próprios R\$ 15.000,00

24 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,

Recursos Próprios R\$ 25.000,00

Total desta Atividade R\$ 100.000,00

20.01.13.391.0113.2.500 - Conservação e Manutenção do Patrimônio Cultural Municipal - Lei 4429/06

33 - 4.4.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 45.000,00

Total desta Atividade R\$ 45.000,00

Total do Órgão R\$ 166.000,00

Total da Anulação R\$ 166.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de agosto de 2014.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

Portaria Nº 093/2014/Sf

PORTARIA Nº 093/2014/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 32 e 36, da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José, a seguir especificada:

20.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

20.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

20.01.13.391.0113.2.498 - Projetos Culturais / Manutenção da Fundação de Cultura e Turismo - FCT

17 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado,
Recursos Próprios R\$ 12.000,00

Total desta Atividade R\$ 12.000,00

Total do Órgão R\$ 12.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 12.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), da dotação consignadas no Orçamento da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José, a seguir especificada:

20.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

20.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

20.01.13.392.0113.2.066 - Funcionamento e Manutenção das Unidades Culturais e de Turismo

4 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 12.000,00
Total desta Atividade R\$ 12.000,00
Total do Órgão R\$ 12.000,00
Total da Anulação R\$ 12.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de agosto de 2014.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

Portaria Nº 094/2014/Sf

PORTARIA Nº 094/2014/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 5º e 36, da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 614.000,00 (seiscentos e catorze mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

04.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01.04.122.0105.2.013 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração

129 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 614.000,00
Total desta Atividade R\$ 614.000,00
Total do Órgão R\$ 614.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 614.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 614.000,00 (seiscentos e catorze mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

04.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01.04.122.0105.2.013 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração

125 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 34.000,00
Total desta Atividade R\$ 34.000,00
Total do Órgão R\$ 34.000,00

30.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.04.123.0105.2.266 - Ressarcimentos e Devoluções Diversas

884 - 3.1.90.96.00.00.0080 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado,
Recursos Próprios R\$ 580.000,00
Total desta Atividade R\$ 580.000,00
Total do Órgão R\$ 580.000,00
Total da Anulação R\$ 614.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de setembro de 2014.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

Decreto Nº 3.127/2014

DECRETO Nº 3.127/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Fica contratado, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, o seguinte servidor.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
ALEXSSANDRO NUNES FLORES	Professor - H	40 horas aulas	28/08/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28/08/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de agosto de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 3.128/2014

DECRETO Nº 3.128/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do

servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS- SÃO
MARLENE MARIA KLEIN GARCIA	Auxiliar de Sala	40 horas	26/08/2014
TAISI CRISTINA LAURINDO DA SILVA	Professor - M	40 horas	26/08/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26/08/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de agosto de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 3.126/2014

DECRETO Nº 3.126/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2014, datado de 07/04/2014, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS- SÃO
DANIEL JOSE MARTINS	Professor - H	36 horas aulas	25/08/2014
GIZIANE SIGALES	Professor - H	22 horas aulas	25/08/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25/08/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de agosto de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 3.121/2014

DECRETO Nº 3121 /2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora SIMONE TERESINHA AMIN para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de agosto de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 3.123/2014

DECRETO Nº 3123 /2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora LEIDY LAURA CARDOSO PETRI para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de agosto de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 3.120/2014

DECRETO Nº 3120 /2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora FERNANDA FERMIANO FRAGA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de agosto de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 3.124/2014

DECRETO Nº 3124 /2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora JULIANA FRANCISCO DE MEDEIROS para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de agosto de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 3.119/2014

DECRETO Nº 3119 /2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora SAIONARA SANTOS DE SOUZA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de agosto de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 3.118/2014

DECRETO Nº 3118 /2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o senhor STIVES LENNON DOS SANTOS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com

resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de agosto de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 3.122/2014

DECRETO Nº 3122 /2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora SANDRA HELENA ABREU WASERBERG para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de agosto de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

São José do Cedro

PREFEITURA

Decreto Nº. 173/2014 - Sf

DECRETO Nº. 173/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.007 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA
"463"3.3.90.39.00.00.3.0056 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 6.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro, Recurso Convênio de Trânsito - Prefeitura, Fonte 3.0056, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de agosto de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 29 de agosto de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Extrato Contratos FMS Mês 02-09

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 16.2014 - Contrato Nº: 8.2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada....: SORRISO PROTESE DENTÁRIA LTDA

Valor : 16.291,00 (dezesesseis mil duzentos e noventa e um reais)

Vigência : Início: 07/08/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2014

Recursos : Dotação: 2.091.3.3.90.39.00.00.00.00 (56) Saldo:

16.291,00

Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, realizar

acréscimo de 25% no quantitativo do Item 01 e do Item 02, sem reajuste

de preço, conforme objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA

PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA FAZER MOLDAGEM E

CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIA PARA POPULAÇÃO ADULTA

E TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL

3.964/2012.

Contrato Nº...: 17.2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada....: INVOLÁVEL CEDRO SISTEMA DE ALARMES LTDA - ME

Valor : 660,00 (seiscentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 07/08/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos : Dotação: 2.056.3.3.90.39.00.00.00.00 (29) Saldo: 34.291,55

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM

SEGURANÇA ELETRÔNICA, PARA FAZER SERVIÇO DE

MONITORAMENTO 24 HORAS NA FARMÁCIA BÁSICA DA UNIDADE DE

SAÚDE CENTRAL DO MUNICÍPIO.

Contratada....: INVOLÁVEL CEDRO SISTEMA DE ALARMES LTDA - ME

Contrato Nº...: 18.2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada....: FORZA PROJETOS IMOBILIARIOS LTDA

Valor : 4.000,00 (quatro mil reais)

Vigência : Início: 26/08/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos : Dotação: 2.056.3.3.90.39.00.00.00.00 (69) Saldo: 95.630,00

Objeto : LOCAÇÃO DE UM APARTAMENTO PARA FINS DE

USO

RESIDENCIAL, DO MÉDICO VINCULADO AO PROGRAMA "MAIS MÉDICOS" (LEI N.4.163/2014).

Contratada....: FORZA PROJETOS IMOBILIARIOS LTDA

Contrato Nº.: 19.2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada....: POSTO CEDRO LTDA

Valor : 10.800,00 (dez mil oitocentos reais)

Vigência : Início: 01/09/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2014

Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL DO TIPO "ÓLEO DIESEL

S-10" PARA USO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

Extrato Contratos Pref. Mês 02-09

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 91.2014 - Contrato Nº: 96.2013

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada....: POLO PUBLICIDADES LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 15/08/2014 Término: 15/09/2014

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 72/2013

Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, prorrogar o prazo de prestação de serviço, contratado conforme objeto: CONSTITUI

OBJETO DESTE CONTRATO A PRESTAÇÃO, PELA CONTRATADA, DE

SERVIÇOS DE PUBLICIDADE, COMPREENDENDO: ESTUDO, CONCEPÇÃO, EXECUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE CAMPANHAS E PEÇAS PUBLICITÁRIAS; DESENVOLVIMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES PROMOCIONAIS E A ELABORAÇÃO DE MARCAS, DE EXPRESSÕES DE PROPAGANDA, DE LOGOTIPOS E DE OUTROS

ELEMENTOS DE COMUNICAÇÃO VISUAL, PARA OS SEGUINTE
ÓRGÃOS E ENTIDADES I

Contrato Nº.: 92.2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada....: MAN LATIN AMERICA IND E COM. DE VEÍCULOS LTDA

Valor : 244.500,00 (duzentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 28/08/2014 Término: 28/08/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Objeto : AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DE TRANSPORTE ESCOLAR

DIÁRIO DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DAS REDES

PÚBLICAS DE ENSINO E DEMAIS ENTIDADES AUTORIZADAS, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA VIGENTE, NA UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA ATENDER AO PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO,

CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS

NO EDITAL DO PREGÃO IDENTIFICADO NO PREÂMBULO E NA PROPOSTA VENCEDORA, OS QUAIS INTEGRAM ESTE INSTRUMENTO, INDEPENDENTE DE TRANSCRIÇÃO.

Contrato Nº.: 93.2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada....: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA.

Valor : 259.250,00 (duzentos e cinquenta e nove mil duzentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 28/08/2014 Término: 28/08/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Objeto : AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DE TRANSPORTE ESCOLAR
DIÁRIO DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DAS REDES

PÚBLICAS DE ENSINO E DEMAIS ENTIDADES AUTORIZADAS, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA VIGENTE, NA UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA ATENDER AO PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA DO MINISTÉRIO DA

EDUCAÇÃO,

CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS

NO EDITAL DO PREGÃO IDENTIFICADO NO PREÂMBULO E NA

PROPOSTA VENCEDORA, OS QUAIS INTEGRAM ESTE

INSTRUMENTO, INDEPENDENTE DE TRANSCRIÇÃO.

Extrato Homologados FMS Mês 02-09

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014

PROCESSO Nº 19/2014 HOMOLOGAÇÃO: 20/08/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA O VEICULO

DUCATO CARGO 2.3, PLACA MGA- 7827, PM - 12654, DO FUNDO

MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO ASSEGURAR OS USUÁRIOS,

OS PACIENTES TRANSPORTADOS, O PATRIMONIO DO

MUNICÍPIO, BEM COMO TERCEIROS ENVOLVIDOS EM

EVENTUAIS ACIDENTES E OUTROS DANOS.

CONTRATADO: PORTO SEGUROS COMPANHIA DE SEGUROS

GERAIS

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.289,22 (dois mil duzentos e oitenta e nove reais e vinte e dois centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014

PROCESSO Nº 20/2014 HOMOLOGAÇÃO: 27/08/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA REESTRUTURAR O

SISTEMA DA ATENÇÃO BÁSICA DO SUS, DO CENTRO DE SAÚDE

DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.580,00 (dezesesseis mil quinhentos e oitenta reais)

CONTRATADO: INTERAGE INFORMÁTICA E ELETRONICOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 23.548,00 (vinte e três mil quinhentos e quarenta e oito reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2014

PROCESSO Nº 21/2014 HOMOLOGAÇÃO: 29/08/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE

DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEICULOS DO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO ASSEGURAR OS

USUÁRIOS, OS PACIENTES TRANSPORTADOS, O PATRIMONIO

DO MUNICÍPIO, BEM COMO TERCEIROS ENVOLVIDOS EM

EVENTUAIS ACIDENTES E OUTROS DANOS.

CONTRATADO: PORTO SEGUROS COMPANHIA DE SEGUROS

GERAIS

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.090,00 (cinco mil e noventa reais)

CONTRATADO: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.410,00 (sete mil quatrocentos e dez reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014

PROCESSO Nº 23/2014 HOMOLOGAÇÃO: 01/09/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE

DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL DO TIPO "ÓLEO DIESEL

S-10" PARA USO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE

SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

CONTRATADO: POSTO CEDRO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.800,00 (dez mil oitocentos reais)

Extrato Homologados Pref. Mês 02-09

CONVITE Nº 88/2014

PROCESSO Nº 88/2014 HOMOLOGAÇÃO: 08/08/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA CARROCERIA PRANCHA PARA

INSTALAÇÃO EM CAMINHÃO DO MUNICÍPIO, QUE SERÁ USADO

NO TRANSPORTE DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E OUTROS

VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE.

CONTRATADO: INDUMAR INDUSTRIA E COMERCIO DE

EQUIPAMENTOS INDUS

VALOR DA DESPESA: R\$ 41.700,00 (quarenta e um mil e setecentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2014

PROCESSO Nº 87/2014 HOMOLOGAÇÃO: 08/08/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL, PRÉ-ESCOLAS E CRECHES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO, SENDO RECURSOS PROVENIENTES DO PNAE e PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: CASA DAS CARNES SPIRONELLO LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 21.150,52 (vinte e um mil cento e cinquenta reais e cinquenta e dois centavos)

CONTRATADO: MAICON ALEXANDRE RODRIGUES ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.778,50 (oito mil setecentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: SUPERMERCADO ANGELI LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 20.729,60 (vinte mil setecentos e vinte e nove reais e sessenta centavos)

CONTRATADO: SAMARONI ILACIR MULLER ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.544,75 (dezesseis mil quinhentos e quarenta e quatro reais e setenta e cinco centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2014

PROCESSO Nº 89/2014 HOMOLOGAÇÃO: 13/08/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: PAPELARIA ASTOR LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.584,00 (três mil quinhentos e oitenta e quatro reais)
CONTRATADO: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.512,00 (sete mil quinhentos e doze reais)

CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.458,00 (seis mil quatrocentos e cinquenta e oito reais)

CONTRATADO: JP EQUIPAMENTOS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.616,00 (cinco mil seiscentos e dezesseis reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2014

PROCESSO Nº 64/2014 HOMOLOGAÇÃO: 14/08/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para LOCAÇÃO DE HORA/MÁQUINA COM "ESCAVADEIRA", PARA USO NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURALEINDUSTRIAL, CONFORME LEI N.4.048/2013, E OUTROS SERVIÇOS DIVERSOS NECESSÁRIOS DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: NP WEIS SERVIÇOS

VALOR DA DESPESA: R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2014

PROCESSO Nº 91/2014 HOMOLOGAÇÃO: 20/08/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, CAMA MESA E BANHO PARA MOBILIAR MORADIA DO MÉDICO VINCULADO AO PROGRAMA MAIS MÉDICOS (LEI N.4274/2014), BEM COMO AQUISIÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS, ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA USO DE OUTRAS SECRETARIAS E AQUISIÇÃO DE PAPEL E.V.A. PARA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.

CONTRATADO: RUI NIEDERMAIER -ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.483,50 (onze mil quatrocentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.110,00 (dois mil cento e dez reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2014

PROCESSO Nº 94/2014 HOMOLOGAÇÃO: 21/08/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA REFEIÇÃO DOS ATLETAS, PROFESSORES E RESPONSÁVEIS QUE IRÃO REPRESENTAR O MUNICÍPIO EM TODAS AS COMPETIÇÕES DA FESPORTE, BEM COMO AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO NOS LOCAIS DE HOSPEDAGEM.

CONTRATADO: SUPERMERCADO MASSAIA LTDA-ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.967,26 (dez mil novecentos e sessenta e sete reais e vinte e seis centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2014

PROCESSO Nº 39/2014 HOMOLOGAÇÃO: 26/08/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO que tem como objeto, a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAR SERVIÇOS DE IMPRESSÃO GRÁFICA DE MATERIAIS DIVERSOS.

CONTRATADO: GRÁFICA E EDITORA WILLY LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 19.941,50 (dezenove mil novecentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: GRAFICA BAROZZI LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.727,50 (quatro mil setecentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2014

PROCESSO Nº 93/2014 HOMOLOGAÇÃO: 27/08/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA O VEICULO PLACA QHB - 4775, PM - 15326, DE USO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICIPIO e SEGURO PARA O VEÍCULO PLACA MEU - 2245, PM - 12106, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO ASSEGURAR OS USUÁRIOS, OS PACIENTES, O PATRIMÔNIO DO MUNICIPIO,

BEM COMO TERCEIROS ENVOLVIDOS EM EVENTUAIS

ACIDENTES E OUTROS DANOS.

CONTRATADO: PORTO SEGUROS COMPANHIA DE SEGUROS

GERAIS

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)

CONTRATADO: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.490,00 (dois mil quatrocentos e noventa reais)

=====

Lei Nº 4.284, de 02 de Setembro de 2014

LEI Nº 4.284, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ACRES-CER DISPOSITIVOS À LEI MUNICIPAL Nº 2.743 DE 28 DE ABRIL DE 2000 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Municipal nº 2.743 de 28 de abril de 2000 passa a vigorar acrescida do artigo 7º- A:

Art. 7º - A. Todo estabelecimento registrado no Serviço de Inspeção Municipal - S.I.M. que ficar inativo por até 30(trinta) dias, terá sua liberação automaticamente suspensa, só podendo retornar às suas atividades normais após solicitação de vistoria pelo S.I.M. e realização de exigências cabíveis no que se refere as normas de segurança e higiene.

Parágrafo Primeiro: Caso a empresa completar 60(sessenta) dias ou mais de inatividade, terá seu registro perante o S.I.M. automaticamente cancelado, devendo reiniciar todo o processo para liberação mediante atendimento das exigências contidas no artigo 7º da Lei 2.743 de 28 de abril de 2000.

Parágrafo Segundo: Quando houver mudança de jurisdição, caso em que a empresa requeira inscrição junto ao Serviço de Inspeção Federal - S.I.F., ou Serviço de Inspeção Estadual - S.I.E., fica a inscrição junto ao S.I.M. automaticamente cancelada.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 de setembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

JOANA ANZOLIN
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Lei Nº 4.285, de 02 de Setembro de 2014

LEI Nº 4.285, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 42.902,29 (quarenta e dois mil, novecentos e dois reais e vinte e nove centavos) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.017 DEPARTAMENTO DE ADMIN. E PLANEJ. EDUCACIONAL

"107" 3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil...R\$12.902,29

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.018 ENSINO FUNDAMENTAL E VAL. DE MAG. FUNDEB

"114" 3.1.90.04.00.00.1.0018 Contratação por Tempo Determinado R\$30.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos da anulação das seguintes rubricas orçamentárias, no valor de R\$ 42.902,29 (quarenta e dois mil, novecentos e dois reais e vinte e nove centavos):

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

1.008 EQUIPAR. INFORMATIZAR E MOBILIAR UN. DO ENSINO FUNDAMENTAL

"101" 4.4.90.52.00.00.1.0001 Equipamentos e Material Permanente R\$900,00

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

1.009 AMPLIAR ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO ENSINO FUNDAMENTAL

"103" 3.3.90.30.00.00.1.0001 Material de Consumo R\$3.250,00

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

"123" 3.3.90.30.00.00.1.0019 Material de Consumo R\$30.000,00

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL

1.012 EQUIPAR, INFORMATIZAR E MOBILIAR UN. DE ENSINO INFANTIL

"136" 4.4.90.52.00.00.1.0001 Equipamentos e Material Permanente R\$6.242,29

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL

1.013 AMPLIAR ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO ENSINO INFANTIL

"137" 3.3.90.30.00.00.1.0001 Material de Consumo R\$2.510,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 de setembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

JOANA ANZOLIN
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 174/2014 - Sf
DECRETO Nº. 174/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 285,00 (duzentos e oitenta e cinco reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
06 DEPTO. DE CULTURA
2.027 DIFUSÃO CULTURAL EM GERAL
"431"3.3.90.36.00.00.3.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 285,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Fonte 3.0000, no valor de R\$ 285,00 (duzentos e oitenta e cinco reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 de setembro de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 02 de setembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 175/2014 - Sf
DECRETO Nº. 175/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 42.902,29 (quarenta e dois mil, novecentos e dois reais e vinte e nove centavos) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.017 DEPARTAMENTO DE ADMIN. E PLANEJ. EDUCACIONAL

"107" 3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil...R\$12.902,29

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.018 ENSINO FUNDAMENTAL E VAL. DE MAG. FUNDEB

"114" 3.1.90.04.00.00.1.0018 Contratação por Tempo Determinado R\$30.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos da anulação das seguintes rubricas orçamentárias, no valor de R\$ 42.902,29 (quarenta e dois mil, novecentos e dois reais e vinte e nove centavos):

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

1.008 EQUIPAR. INFORMATIZAR E MOBILIAR UN. DO ENSINO FUNDAMENTAL

"101" 4.4.90.52.00.00.1.0001 Equipamentos e Material Permanente R\$900,00

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

1.009 AMPLIAR ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO ENSINO FUNDAMENTAL

"103"3.3.90.30.00.00.1.0001 Material de Consumo R\$3.250,00

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

"123"3.3.90.30.00.00.1.0019 Material de Consumo R\$30.000,00

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL

1.012 EQUIPAR, INFORMATIZAR E MOBILIAR UN. DE ENSINO INFANTIL

"136"4.4.90.52.00.00.1.0001 Equipamentos e Material Permanente R\$6.242,29

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL

1.013 AMPLIAR ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO ENSINO INFANTIL

"137"3.3.90.30.00.00.1.0001 Material de Consumo R\$2.510,00

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 de setembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 02 de setembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Edital de Chamamento Público Nº 001/2014.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2014.

Abre inscrição e baixa normas para o concurso de lotação, mudança de área, remoção, remoção por permuta, alteração definitiva e temporária de carga horária dos profissionais do Magistério Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 55, da Lei Orgânica do Município, com base nos artigos 15 a 22 da Lei Complementar nº 090, de 26 de dezembro de 2007 e suas alterações, resolve baixar normas para o concurso de lotação, mudança de área, remoção, remoção por permuta, alteração definitiva e temporária de carga horária dos profissionais do quadro de carreira do Magistério Público Municipal, conforme disposições a seguir:

1 DAS INSCRIÇÕES

1.1 As inscrições estarão abertas nos dias 08 e 09 de setembro de 2014, das 08 horas às 11 horas e das 13 horas e 30 minutos às 17 horas, na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Avenida Brasil, nº 1097, Centro Comercial Janczeski, piso superior, centro, São Lourenço do Oeste - SC.

1.2 O candidato poderá fazer sua inscrição pessoalmente ou por procuração.

1.3 Preenchida a ficha de inscrição, o candidato deverá revisá-la, ficando ele, após a assinatura, inteiramente responsável pelas informações prestadas, bem como, declarará a aceitação dos termos previstos neste Edital.

2 DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar cópias e originais dos seguintes documentos:

- a) RG e CPF;
- b) comprovante de habilitação na área de atuação;
- c) comprovante de tempo de serviço no magistério municipal de São Lourenço do Oeste;
- d) comprovante de tempo de serviço no magistério;
- e) comprovante de endereço atualizado ou declaração de endereço;
- f) certidão de nascimento dos filhos.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Edital, o tempo de serviço será contado até o dia 30 de setembro de 2014.

3 DA CLASSIFICAÇÃO

3.1 A classificação dar-se-á em ordem decrescente, obedecidos aos seguintes critérios entre os candidatos:

- a) Maior grau de formação na área específica;
- b) Maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal, no Município de São Lourenço do Oeste;
- c) Maior tempo de serviço no magistério;
- d) Residência mais próxima à unidade escolar;
- e) Mais idoso;
- f) Maior número de filhos;
- g) Sorteio.

4 DA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 As listas classificatórias serão divulgadas no Mural do Centro Administrativo Municipal, sito na rua Duque de Caxias, nº 789, na Secretaria Municipal de Educação, e no site oficial do município (www.saolourenco.sc.gov.br), a partir do dia 11 de setembro de 2014.

5 DA RECONSIDERAÇÃO

5.1 O candidato terá prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da publicação das listagens, para entrar com pedido de reconsideração da classificação junto à Secretaria Municipal de Educação por meio de requerimento, cuja resposta será dada em até 24 (vinte e quatro) horas.

5.2 Após o prazo de reconsideração, caso haja alteração na classificação, será publicada nova lista.

6 DAS VAGAS

6.1 Estarão abertas as vagas:

a) de Professores de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, para remoção e remoção por permuta, mudança de área e alteração definitiva e temporária de carga horária, de acordo com o quadro de vagas;

c) de Professor de Educação Infantil para remoção, remoção por permuta, mudança de área e alteração definitiva e temporária de carga horária, de acordo com o quadro de vagas;

d) de Professor de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental para lotação, remoção, remoção por permuta, mudança de área e alteração definitiva e temporária de carga horária, de acordo com o quadro de vagas;

e) de Orientador Educacional e Assistente Técnico Pedagógico para remoção.

6.2 O quadro de vagas será afixado no mural da Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 09 de dezembro de 2014.

6.3 Para os candidatos que realizarem remoção, as vagas que ocupam até o momento da escolha automaticamente abrirão para outros candidatos.

6.4 As vagas serão preenchidas pelo número de candidatos necessários, sendo estes responsáveis pelo deslocamento até as Unidades Escolares nas quais prestarem serviço.

6.5 A escolha de vagas realizar-se-á no dia 16 de dezembro de 2014, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação de São Lourenço do Oeste - SC, a qual seguirá a seguinte ordem:

a) 8h e 30 min: lotação;

b) 8h e 45 min: remoção e remoção por permuta;

c) 9h e 15 min: mudança de área;

d) 9h e 30 min: alteração de carga horária definitiva;

e) A alteração de carga horária temporária acontecerá no início do ano letivo de 2015 e no decorrer do ano letivo, caso surgirem vagas.

6.6 O candidato deverá fazer sua escolha de vaga pessoalmente ou por procuração.

7 DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 O professor inscrito para alteração de carga horária definitiva, e que tenha vínculo empregatício ou aposentatório em outra rede de ensino, deverá apresentar certidão, expedida pelo órgão superior, constando a carga horária semanal e o turno em que atua, para a verificação da incompatibilidade de horário e aguardará parecer da Procuradoria Geral do Município.

7.2 O professor, orientador educacional e assistente técnico pedagógico, que encontra-se em estágio probatório, poderá inscrever-se apenas para o processo de alteração de carga horária definitiva e temporária.

7.3 O presente edital terá validade a partir do ano letivo de 2015.

7.4 Após a finalização do presente processo seletivo, o Chefe do Poder Executivo Municipal baixará os atos referentes à situação funcional dos profissionais em decorrência deste processo.

7.5 Os casos omissos serão resolvidos pela equipe administrativa da Secretaria Municipal de Educação, responsável pela execução deste processo.

São Lourenço do Oeste - SC, 1º de setembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.942, de 02 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 4.942, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00

SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08-01

SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

12.361.4505.2.012 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0001

48

Aplicação Direta R\$ 20.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

08.00

SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08-01

SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

12.361.4505.2.012 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0001

46

Aplicação Direta R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de setembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 118/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/2014

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 118/2014 - Pregão Presencial Nº 077/2014.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONSUMO DO 5º PELOTÃO DA 2ª COMPANHIA DO 6º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: COMERCIAL ALVORADA LTDA ME - CNPJ: 82.831.025/0001-00.

VALOR: R\$ 4.420,84 (quatro mil e quatrocentos e vinte reais e oitenta e quatro centavos).

FORNECEDOR: NOAL & TREVISOL LTDA - ME - CNPJ: 05.528.521/0001-30.

VALOR: R\$ 4.398,91 (quatro mil e trezentos e noventa e oito reais e noventa e um centavos).

FORNECEDOR: RENATA CRISTINA RADIN RICARDI ME - CNPJ: 13.397.299/0001-01.

VALOR: R\$ 4.093,02 (quatro mil e noventa e três reais e dois centavos).

TOTAL: R\$ 12.912,77 (doze mil e novecentos e doze reais e setenta e sete centavos).

DATA DE ASSINATURA: 02/09/2014.
VIGÊNCIA: 02/09/2014 à 31/12/2014.
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Schroeder**PREFEITURA****Aviso de Licitação Pregão Presencialregistro de Preços Nº. 76/2014-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000
- SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIALREGISTRO DE PREÇOS Nº. 76/2014-PMS

PROCESSO Nº. 162/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO visando o REGISTRO DE PREÇO para conserto, montagem, balanceamento, geometria, cambagem e aquisição de câmaras e protetores para atender as Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; e Secretaria Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO IX - Termo de Referencia, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 17 de setembro de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 17 de setembro de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 03 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato Contrato Nº. 105/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato Contrato nº. 105/2014 - FMS
Processo de licitação nº. 61/2014-FMS - Pregão Presencial nº. 18/2014-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob

o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 04.104.117/0007-61, estabelecida Rodovia Presidente Dutra, Fazenda da Barra, na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 27.537-000.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de veículos zero quilometro para transportes de pacientes para consultas e exames fora do domicílio (TFD), para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Veículo zero quilômetro; ano/mo- delo 2014/2014; com no mínimo 07 lugares (06+01); na cor branca; com no mínimo quatro portas; mo- torização mínima de 1.8 cilindradas; com no mínimo 100cv; combustí- vel flex (Etanol/ Gasolina); com 4 cilindros; com di- reção hidráulica ou direção elétrica;; ar condicionado; bancos suplemen- tares traseiros com no mínimo 02 lugares; vidros e travas elétricas, aparelho de som com CD/MP3 player + AM/FM + entrada auxiliar, CD Player inte- grado ao painel, função anticho- que; 01 ano de garantia; deve ter obrigatoriamente freios ABS, bem como, airbags frontais, com documentação, emplacamentos inclusos, tanque cheio e película.	2	Unidade	61.000,00	122.000,00
TOTAL R\$					122.000,00

Valor do contrato: R\$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais)
Data da Assinatura: 02/09/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

I Errata de Pregão Presencial Nº. 70/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHRO-
EDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 70/2014-PMS

PROCESSO Nº. 150/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e exclusão de item referente ao Edital de Pregão Presencial nº. 70/2014-PMS, tendo e vista a contratação de empresa especializada em serviço de criação artística, desenvolvimento técnico, montagem e execução de um Espetáculo Pirotécnico dentro de padrões de segurança e qualidade em comemoração aos 50 anos de Emancipação Política Administrativa do Município de Schroeder, conforme ANEXO X - Termo de Referência deste instrumento, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.1- Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

Data: 16 de setembro de 2014

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h.

d) Abertura do processo: às 14h15min.

3.1.3- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 16 de setembro de 2014 às 14h, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-b.

Exclui-se:

VII - DA HABILITAÇÃO

(...)

7.1.18. Termo de responsabilidade civil da empresa licitante.

Schroeder, 02 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Modalidade Concorrência Registro de Preço N.º 02/2014 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 70/2014-PMS

PROCESSO Nº. 150/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e exclusão de item referente ao Edital de Pregão Presencial nº. 70/2014-PMS, tendo e vista a contratação de empresa especializada em serviço de criação artística, desenvolvimento técnico, montagem e execução de um Espetáculo Pirotécnico dentro de padrões de segurança e qualidade em comemoração aos 50 anos de Emancipação Político Administrativa do Município de Schroeder, conforme ANEXO X - Termo de Referência deste instrumento, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.1- Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

Data: 16 de setembro de 2014

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h.

d) Abertura do processo: às 14h15min.

3.1.3- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 16 de setembro de 2014 às 14h, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-b.

Exclui-se:

VII - DA HABILITAÇÃO

(...)

7.1.18. Termo de responsabilidade civil da empresa licitante.

Schroeder, 02 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial registro de Preços Nº. 77/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIALREGISTRO DE PREÇOS Nº. 77/2014-PMS

PROCESSO Nº. 164/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de placas de sinalização para acompanhamento de serviços de máquinas, placas indicativas e aquisição e instalação de placas de logradouros para atender a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 18 de setembro de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 18 de setembro de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 03 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

Extrato Prorrogação Pregão Presencial Nº 50/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PRORROGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2014

PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2014

Tipo: Menor Preço/Global.

OBJETO: Aquisição de Materiais para instalação de esquadrias/cobertura/corrimão e guarda-corpo objetivando a adequação de alguns espaços do Prédio do Centro Municipal de Educação, garantindo aos alunos um lugar agradável, confortável, seguro e propício para o desenvolvimento do aprendizado.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 17 de Setembro de 2014.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 17 de Setembro de 2014.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830,

nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA, 03 de setembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Leilão Público Nº 052/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

EDITAL DE ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS

MODALIDADE DE LEILÃO PÚBLICO Nº 052/2014

O Prefeito Municipal de Serra Alta, FRANCISCO ARTUR BOTH, no uso das atribuições legais e, especialmente nos termos da Lei Federal 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados que realizará a venda de bens móveis inservíveis, com julgamento por lote, na modalidade de leilão público oficial on-line e presencial sob nº 052/2014, cujo objeto é Alienação de Veículos e Equipamentos Rodoviários entre outros materiais, pertencentes ao Município de Serra Alta/SC. O Leilão será devidamente assessorado pela empresa MaisAtivo Intermediação de Ativos Ltda. (SUPERBID), os bens a serem leiloados estarão disponíveis no portal <http://www.superbid.net.>, o Leilão será realizado no dia 23/09/2014 a partir das 10 horas, na Av. Dom Pedro II, nº 830 - Centro na Prefeitura Municipal de Serra Alta na cidade de Serra Alta -SC. Os interessados, pessoas físicas ou jurídicas, poderão retirar o instrumento convocatório e obter maiores informações acessando o site www.serraalta.sc.gov.br no Departamento de Compras e Licitações, pelo Fone: 49 3364.0092.

Serra Alta/SC, em 03 de Setembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal.

Lei Municipal Nº 999/2014

LEI MUNICIPAL Nº999 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DE LOTEAMENTO ALVORADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Loteamento denominado "LOTEAMENTO ALVORADA", na forma do anexo I da presente lei, com área total de 45.978,00m2, sob matrícula nº 3.726, por atender os requisitos constantes na Lei Federal nº 6766/79 e Lei Estadual nº 6063/82.

Art. 2º Fica o Proprietário do Loteamento, responsável pela infraestrutura de vias de circulação do loteamento, demarcação dos lotes, quadras e logradouros e das obras de escoamento das águas pluviais, instalação de rede de abastecimento de água e rede de energia elétrica do loteamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando a LEI MUNICIPAL Nº 974/2013 de 29 de Outubro de 2013. e as disposições em contrário.

Serra Alta (SC), Gabinete do Prefeito, 02 de setembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Decreto Nº 146/2014

DECRETO Nº146/2014 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

"DECLARA BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS PARA O SERVIÇO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal Art. 64B.

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o Município, preservado o interesse público, os Bens Móveis a seguir relacionados, que compõe o Patrimônio Público deste Município:

UM GM ASTRA SEDAN ELEGANCE, marca CHEVROLET, RENAVAN 881876216, PLACA MBR2462, ANO 2005, MODELO 2006, PATRIMÔNIO Nº 1615, FLEX, COR BRANCA.

UM CITROEN C4 PALLAS 20 EXA, RENAVAN 971253536, PLACA EBI0342, ANO 2008, MODELO 2008, COR PRATA, GASOLINA, PATRIMÔNIO Nº 2980

UMA CAMIONETA RANGER XL 13 D, ANO 2000, MODELO 2001, COR BRANCA, DIESEL, 4 PORTAS, PLACA MBO 7698, RENAVAN 744927056, CHASSI 8AFER13D11J166936, PATRIMÔNIO Nº 2511.

UM CAMINHÃO FORD CARGO 1421 COM CAÇAMBA VASCULANTE, TRUCK, ANO 2000, MODELO 2000, PLACA MBJ 9482, RENAVAN

736238581, COR BRANCA, PATRIMONIO Nº 2256.

UM CAMINHÃO MERCEDES BENS 1113, ANO 1980, MODELO 1980, COR VERDE, PLACA LWS 4442, RENAVAN 553115200, CHASSI 34404112476377, EQUIPADO COM PIPA DE APROXIMADOS 5.000 LITROS PARA AGUA E BOMBA, PATRIMONIO Nº 3275.

RETRO ESCAVADEIRA CASE 580 L 4X4, SERIE HHE008685, CHASSI HZB0007396, ANO 2003, DIESEL, COR AMARELA, PATRIMÔNIO Nº 2453.

UMA PATROLA HUBER WARCO, ANO 1973, PATRIMÔNIO Nº 2260.

UM TRATOR VALTRA 785 4X4, COR AMARELA, ANO 1999, DIESEL, EQUIPADO COM CONCHA DIANTEIRA MARCA STARA, PATRIMÔNIO 996.

IMPRESSORA DE CHEQUES SCHALTER EMPRECHEQ, PATRIMONIO 725.

04 CONJUNTOS RADIO TRANCEPTOR ST&S PARA USO EM TELEFONIA FIXA MC 36 S/10, COM DEFEITOS, NÚMEROS DE PATRIMÔNIO 2985 E 2986.

Art. 2º- Fica determinado a venda dos referidos Bens, mediante processo licitatório competente e avaliação prévia por Comissão especialmente designada.

Art. 3º- Os Bens móveis acima citados ficam desafetados das finalidades a eles inerentes, para fins de baixa do Patrimônio Municipal.

Art. 4º. As receitas decorrentes da aplicação do presente Decreto serão classificadas de receitas de capital - Alienação de Bens móveis.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura. Condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando as disposições em contrários.

Gabinete do Prefeito, 01 de setembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

Decreto Nº 149/2014

DECRETO N.º 149, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014

ALTERA A LISTA DOS MEMBROS DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS REFERENTE À LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 15/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 51, V da Lei Orgânica Municipal bem como o art.10 da Lei Federal 12.232/2010 e Lei 8.666/93:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados, sem ônus para os cofres públicos, os membros da subcomissão Técnica, para análise e julgamento das propostas técnicas, referente ao processo de licitação Tomada de Preço nº 15/2014, cujo objeto é a contratação de agencia de publicidade.

Art. 2º - De acordo com parecer jurídico emitido no dia 02 de setembro de 2014, fica alterada a lista de membros que irão compor a subcomissão técnica. Sendo assim fica excluída da relação a profissional Andressa Legiane Fabris CPF nº 888.128.209-72, nomeada pelo decreto nº145/2014, tendo como substituto o Sr. Silmar Vieira, CPF nº 857.281.799-91.

Art. 3º - A nova composição terá como membros os seguintes profissionais:

Cristiane de Oliveira Freitas, CPF nº772.239.500-72;

Moacir Ataíde Cláudio, CPF nº057.210.379-46;

Silmar Vieira, CPF nº 857.281.799-91.

Art. 4º - Qualquer oposição em relação aos nomes sorteados será assegurado o prazo de 48 (quarenta e oito) horas a partir da publicação desta para impugnação dos nomes nos termos da lei.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo vigência até a finalização completa da referida Tomada de Preço.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 02 de setembro de 2014.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de setembro de 2014,

Sombrio

PREFEITURA

Decreto Nº. 171/2014

DECRETO Nº 171, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.
REGULAMENTA O PROCESSO DE COMPRAS DE MATERIAIS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS A SER REALIZADO PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 66, VI, da Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e

CONSIDERANDO a necessidade de padronização dos procedimentos e o cumprimento das normas legais, mais precisamente, a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

CONSIDERANDO o atendimento ao princípio da economicidade e o controle dos gastos através da Diretoria de Compras criada na estrutura administrativa do Município, com atribuições e competências específicas, conforme Lei Municipal nº 959/1994, de 27 de junho de 1994 e alterações posteriores;

DECRETA: REQUISIÇÃO

Art. 1º. A requisição de materiais ou serviços de interesse do Município, no âmbito do Poder Executivo, será dirigida à Diretoria de Compras, via documental ou solicitação informatizada.

Art. 2º. São competentes para requerer matérias ou serviços os Secretários Municipais, Diretores ou responsáveis por unidades administrativas ou serviços.

Parágrafo Único. A requisição de material deverá conter:

I - especificação, a mais detalhada possível dos materiais ou serviços, incluindo comparações com materiais em uso, modelos, gráficos, desenhos, prospectos, amostras, fotos, etc,;
II - quantidade e unidade (medida) de fornecimento;

III - finalidade, especificando a destinação precisa da utilização dos materiais ou serviços.

AQUISIÇÃO

Art. 3º. As aquisições de materiais ou contratação de serviços serão realizadas pela Diretoria de Compras, mediante expedição de autorização de fornecimento ou ordem de serviço, após atendido aos seguintes requisitos:

I - confirmação da real necessidade;

II - Verificação da existência do material em estoque;

III - Verificação de meios alternativos que possa atender a necessidade do requisitante de modo mais econômico;

IV - autorização da Autoridade competente;

V - confirmação da existência de dotação orçamentária suficiente;

VI - pesquisa de preços de mercado;

VII - procedimento licitatório, se necessário; e

VIII - empenho prévio da despesa.

Parágrafo único. É competente para autorizar a compra de matérias ou a contratação de serviços:

I - O Secretário de Finanças, para valor até R\$ 7.999,00; e

II - O Prefeito Municipal, para valor acima de R\$ 7.999,00

RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO

Art. 4º O recebimento e aceitação será realizada por servidor competente, mediante declaração, na Nota Fiscal ou em outro documento hábil, haver recebido e aceito o material ou serviço que foi adquirido, tornando-se, neste caso, responsável pela quantidade e perfeita identificação do mesmo, de acordo com as especificações estabelecidas na Nota de Empenho - NE, contrato de aquisição ou outros instrumentos.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º O Servidor que promover a aquisição de materiais ou a contratação de serviços diretamente, sem o trâmite previsto neste Decreto, será o único responsável perante o fornecedor.

Parágrafo único. O município não se responsabiliza pelo pagamento de despesas realizadas sem o trâmite previsto neste Decreto.

Art. 6º O servidor que de alguma forma descumprir este regulamento ficará sujeito às penalidades previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Município de Sombrio - SC, 01 de setembro de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Decreto 172/2014

DECRETO Nº 172, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e a Lei nº 2168, de 02 de setembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito suplementar nas seguintes dotações do orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio - SC, no valor de R\$ 107.180,00 (cento e sete mil e cento e oitenta reais)

03.01 - SECRETARIA MUNIC. DE FINANÇAS

0.004 - Resgate da Dívida Interna

4.6.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 58.180,00

06.00 - SEC. DO BEM ESTAR SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

06.03 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

2.019 - Prevenção de Riscos à Criança e ao Adolescente - FIA

3.3.50.00.00.00.00.00.0078 - Transferência a Instituições Privadas sem fins Lucrativos R\$ 49.000,00

Art. 2º. Para atender a abertura de crédito suplementar de que trata o art. 1º, anula-se parcialmente a seguinte dotação.

04.00 - SEC. MUN. DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

04.02 - Diretoria de Obras

1.014 - Pavimentação de Vias Públicas

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 107.180,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 02 de setembro de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Decreto 173/2014

DECRETO Nº 173, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e a Lei nº 2168, de 02 de setembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito suplementar nas seguintes dotações do orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde de Sombrio - SC, no valor de R\$ 88.720,00 (oitenta e oito mil e setecentos e vinte reais)

07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

07.02 - Fundo Municipal de Saúde

2.021 - Atendimento de Pronto Socorro

3.3.50.00.00.00.00.00.0070 - Transferência a Instituições Privadas sem fins Lucrativos R\$ 88.720,00

Art. 2º. Para atender a abertura de crédito suplementar de que trata o art. 1º, anula-se parcialmente a seguinte dotação.

04.00 - SEC. MUN. DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

04.02 - Diretoria de Obras

1.014 - Pavimentação de Vias Públicas

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 88.720,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 02 de setembro de 2014.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Lei Nº. 2166/2014

LEI Nº. 2166 DE 26 DE AGOSTO DE 2014.
"DENOMINA VIA PÚBLICA QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. A Avenida "P" que da continuidade a Avenida José João Scheffer ligando o Bairro Januária ao Distrito de Nova Guarita, passa e se denominar Avenida Luiz Carlos Coelho.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Sombrio (SC), 26 de agosto de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Lei Nº. 2167/2014

LEI Nº. 2167, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE RECURSOS PELO MUNICÍPIO ÀS INSTITUIÇÕES PRIVADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a concessão de recursos pelo Município, a título de subvenções, auxílios ou contribuições, com a finalidade de prestar apoio às entidades privadas sem fins lucrativos, que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura.

Parágrafo único. A execução do disposto no caput deste artigo dependerá da existência de recursos orçamentários nos orçamentos do Município, seus fundos, fundações ou autarquias, ou abertos por créditos adicionais.

Art. 2º Para fins desta Lei, considera-se:

I - subvenção: a transferência de recursos para cobrir despesas de custeio da entidade beneficiada, visando uma contraprestação de serviços;

II - auxílio: a transferência de recursos financeiros que se destina

a atender despesas de capital da entidade beneficiária;

III - contribuição: a transferência de recursos para cobrir despesas de custeio da entidade beneficiária, em razão das suas atividades de caráter social, sem a contraprestação direta em bens ou serviços;

IV - concedente: o órgão ou a entidade da Administração Pública Estadual Direta ou Indireta responsável pela concessão dos benefícios previstos nesta Lei; e

V - entidade beneficiária: a entidade privada sem fins lucrativos que exerce atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação e que presta atendimento direto ao público de forma gratuita.

Art. 3º A transferência de recursos financeiros de que trata esta Lei será efetivada mediante convênio.

Parágrafo único. O convênio de que trata o caput deste artigo, no caso de auxílio para investimento, deverá conter cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral

do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos.

CAPÍTULO II

DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO

Art. 4º Para obter quaisquer dos benefícios previstos nesta Lei, a entidade beneficiária deverá:

I - propor plano de trabalho;

II - demonstrar que dispõe de condições técnicas e operacionais para executar o plano de trabalho;

III - ter finalidade nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura, conforme estatuto social, devendo a mesma estar relacionada ao objeto do instrumento a ser pactuado;

IV - possuir inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

V - demonstrar seu funcionamento regular; e

VI - comprovar sua regularidade relativa à:

a) Seguridade Social;

b) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

c) Fazenda Municipal da sua sede; e

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V, da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos;

§ 1º Além dos requisitos previstos neste artigo, outros poderão ser estabelecidos em ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º A concessão do benefício será precedida de análise técnica e jurídica pela unidade concedente e mediante aprovação da autoridade competente.

CAPÍTULO III

DAS VEDAÇÕES

Art. 5º Fica vedada a concessão dos benefícios previstos nesta Lei a entidades privadas sem fins lucrativos:

I - que não possuam regularidade:

a) relativa à prestação de contas de recursos municipais anteriormente recebidos; e

b) tributária perante os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal.

II - que tenham como membros da diretoria:

a) agente político do Poder Executivo ou do Poder Legislativo, de qualquer esfera governamental; e

b) dirigente de entidade da Administração Pública Indireta, de qualquer esfera governamental; e

III - quando o objeto for a fundação, organização ou instalação das entidades.

§ 1º A vedação que trata o inciso II, alínea "a" do caput deste artigo aplica-se ao respectivo cônjuge ou companheiro, bem como à parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

§ 2º A concessão de auxílio para investimento será destinada exclusivamente à:

I - aquisição e instalação de equipamentos e realização de obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos; e

II - aquisição de material permanente.

§ 3º Fica vedado às entidades beneficiárias a transferência ou o repasse de recursos recebidos na forma desta Lei, a outras entidades de direito público ou privado.

CAPÍTULO IV DA PUBLICIDADE

Art. 6º Os termos de convênios decorrentes da concessão dos benefícios previstos nesta Lei serão publicados na Imprensa Oficial do Município, em forma de extrato, como condição de validade e eficácia.

Art. 7º A entidade beneficiária deverá disponibilizar ao cidadão, para consulta, por meio da internet ou por afixação em sua sede, os respectivos termos de transferência, doação ou cessão e, posteriormente, o detalhamento da aplicação dos recursos recebidos.

CAPÍTULO V

DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

Art. 8º Na contratação com terceiros, para a aquisição de bens ou serviços com a utilização de recursos financeiros municipais, a entidade beneficiária deverá observar os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade.

CAPÍTULO VI

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 9º Os recursos financeiros transferidos na forma desta Lei

deverão ser creditados e movimentados em conta bancária única e específica aberta para esse fim.

Art. 10. Os recursos financeiros, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreados em títulos da dívida pública federal.

Parágrafo único. Os rendimentos da aplicação financeira deverão ser devolvidos ou aplicados no objeto da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CAPÍTULO VII

DAS PENALIDADES

Art. 11. Fica vedado o repasse de recursos municipais à entidade beneficiária irregular, por pendência na aplicação dos recursos, até a sua regularização e/ou pagamento do débito.

§ 1º Sobre o valor do dano apurado nas providências administrativas para ressarcimento ao erário e em tomada de contas especial incidirá atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), desde a data do recebimento do recurso, e juros legais, contados do decurso do prazo de execução do objeto ou, inexistindo prazo, da data limite para a prestação de contas.

§ 2º Ficam excluídas da penalidade prevista no caput deste artigo os casos em que forem imputadas somente multas aos responsáveis.

§ 3º Durante o prazo referido no caput deste artigo, qualquer entidade da qual o responsável pela imputação de débito venha a participar como dirigente fica impedida de receber recursos municipais.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os órgãos ou as entidades que concederem quaisquer dos benefícios previstos nesta Lei deverão acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, inclusive com programação de visitas in loco.

Art. 13. Esta Lei poderá ser regulamentada, no que couber, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 02 de setembro de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Lei Nº. 2168/2014

LEI Nº. 2168, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o chefe do poder executivo autorizado a abrir crédito suplementar nas seguintes dotações do orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio e no Fundo Municipal de Saúde de Sombrio - SC, no valor de R\$ 195.900,00 (cento e noventa e cinco mil e novecentos reais)

Na Prefeitura:

03.01 - SECRETARIA MUNIC. DE FINANÇAS

0.004 - Resgate da Dívida Interna

4.6.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 58.180,00

06.00 - SEC. DO BEM ESTAR SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

06.03 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

2.019 - Prevenção de Riscos à Criança e ao Adolescente - FIA

3.3.50.00.00.00.00.00.0078 - Transferência a Instituições Privadas sem fins Lucrativos R\$ 49.000,00

No Fundo M. de Saúde

07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

07.02 - Fundo Municipal de Saúde

2.021 - Atendimento de Pronto Socorro

3.3.50.00.00.00.00.00.0070 - Transferência a Instituições Privadas sem fins Lucrativos R\$ 88.720,00

Art. 2º. Para atender a abertura de crédito suplementar de que trata o art. 1º,

anula-se parcialmente a seguinte dotação.

04.00 - SEC. MUN. DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

04.02 - Diretoria de Obras

1.014 - Pavimentação de Vias Públicas

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 195.900,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 02 de setembro de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Timbé do Sul

PREFEITURA

Decreto 159\2014

DECRETO Nº. 159, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POR CONTA DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.699 de 03 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Fundo Municipal de Saúde, por conta do superávit do exercício anterior, no valor de R\$ 823,79 (oitocentos e vinte e três reais e setenta e nove centavos), distribuídos da seguinte forma:

06.01 - Fundo Municipal de Saúde
2.021 - Manutenção das Ações Básicas de Saúde
3.3.90.00.00.00.00.00.0355(35)-Aplicações Diretas R\$ 823,79

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, constam do saldo bancário apurado em 31 de dezembro de 2013, deduzido os Restos a Pagar, na conta corrente nº 5.944-7, Agência 5.300-7 do Banco do Brasil....R\$ 823,79 (oitocentos e vinte e três reais e setenta e nove centavos)

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 02 de setembro de 2014.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 160/2014

DECRETO Nº. 160, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO EXERCÍCIO DE 2.014.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e a Lei Orçamentária nº 1.699 de 03/12/2013:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais):

11.01 - Secretaria de Assistência Social e Habitação
2.013 - Manutenção do Departamento de Promoção Social
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(71) - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial da seguinte dotação:

15.01 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
2.020 - Manutenção do Fundo Municipal Direitos da Criança e do Adolescente
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(88) - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 02 de Setembro de 2014.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Errata Decreto 137/2014

DECRETO Nº. 137, DE 18 DE JULHO DE 2014.
INSERE MODALIDADE DE APLICAÇÃO E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POR CONTA DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.699 de 03 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam inseridos na Unidade/Orçamentária e Projeto/Atividade abaixo identificado a modalidade de aplicação e a fonte de recurso, os quais passam a integrar o Orçamento Municipal com a seguinte estrutura orçamentária:
Órgão (06): Fundo Municipal de Saúde

Unidade: (01) - Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade (2.021) - Manutenção das Ações Básicas de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.03.0023 (35) - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0355 - Transferência de Convênios - Exercício Anterior
Código reduzido da despesa: (35)

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento da Unidade Fundo Municipal de Saúde, por conta do Superávit do Exercício Anterior, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no valor de R\$ 1.790,46 (um mil e setecentos e noventa reais e quarenta e seis centavos), conforme abaixo especificado:

06.01 - Fundo Municipal de Saúde
2.021 - Manutenção das Ações Básicas de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.0355 (35) - Aplicações Diretas R\$ 1.790,46

Art. 3º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, constam do saldo bancário apurado em 31 de dezembro de 2013, deduzido os Restos a Pagar, na Fonte de Recurso 23, conta corrente nº 5.690-1, Agência 5.300-7 do Banco do Brasil.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 18 de julho de 2014.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1.730/2014

LEI Nº 1.730, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado abrir crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

11.01 - Secretaria de Assistência Social e Habitação
2.013 - Manutenção do Departamento de Promoção Social
3.3.90.00.00.00.00.0080(71) - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial da seguinte dotação:

15.01 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
2.020 - Manutenção do Fundo Municipal Direitos da Criança e do Adolescente
3.3.90.00.00.00.00.0080(88) - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 02 de Setembro de 2014.
Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

Decreto N.º 3.573 de 15 de Agosto de 2014

DECRETO N.º 3.573 DE 15 DE AGOSTO DE 2014.

RENOVA a aprovação do desmembramento de área urbana, feita pelo Decreto n.º 1.073/2008 de 10/03/2008, renovado pelo Decreto n.º 1.923/2010 de 30/04/2010, e renovado pelo Decreto n.º 2.289/2011 de 25/02/2011.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso V e art. 70, inciso I, alínea "m" da lei Orgânica do Município, pela Legislativo Ordinária pertinente e,

Considerando a prescrição do prazo estabelecido pelo art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19/12/79, após reexaminado o planejamento e a documentação apresentada pelo requerente.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica reprovado o DESMEMBRAMENTO denominado "GERHARD HENKELS", cuja aprovação primeira se deu por força do Decreto nº 1.073/2008 de 10/03/2008, renovado pelo Decreto nº 1.923/2010 de 30/04/2010, e renovado pelo Decreto nº 2.289/2011 de 25/02/2011, e em face da caducidade ocorrida por força do art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, cujo imóvel é de propriedade de GERHARD HENKELS, conforme matrícula n.º 17.052, livro 2.

Parágrafo Único - Este decreto revalida o Decreto n.º 1.073 de 10 de março de 2008, renovado pelo Decreto nº 1.923 de 30 de abril de 2010, e renovado pelo Decreto nº 2.289 de 25 de fevereiro de 2011 e RATIFICA OS DEMAIS TERMOS em todos seus artigos e parágrafos.

Artigo 2º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 15 de agosto de 2014.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Aviso Pregão Presencial N.º 113 2014 PMT - Seguro Parcial Frota

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 113/2014 - PMT

OBJETO: contratação de companhia seguradora para prestação de serviços de cobertura, por meio de seguro, de veículos da frota do município, conforme especificado no anexo I. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 16 de setembro de 2014. ABERTURA: dia 16 de setembro de 2014 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 02/09/2014
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária de Fazenda e Administração

Aviso Pregão Presencial Nº 80 2014 PMT Aquisição de Câmeras Digitais E Mini Projetor

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 80/2014 - PMT

OBJETO: aquisição de câmera digital e mini projetor para as atividades do Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência e câmeras digitais para utilização nos levantamentos de acidentes de trânsito pela 2ª CIA de Polícia Militar em Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 15h00min do dia 17 de setembro de 2014. ABERTURA: dia 17 de setembro de 2014 as 15h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 02/09/2014.
MARIA ANGÉLICA FAGGINI
Secretária da Fazenda e Administração

Aviso Tomada de Preço N.º 111 2014 PMT - Sinalização Complexo Viário

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº 111/2014 - PMT

OBJETO: contratação de serviços e obras de engenharia de trânsito para execução da sinalização horizontal e vertical na malha viária central - Complexo Viário Rolando Muller, neste município conforme termo de referência (anexo I) do edital. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 19 de setembro de 2014. ABERTURA: dia 19 de setembro de 2014 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 27/08/2014
ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Extrato Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo N.º 2013.106 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/106

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: TPA Telecomunicações LTDA.

OBJETO: Prorrogação do prazo até 31/08/2015 e reajuste de 6,5023% na Contratação de serviços de internet e interligação de unidades administrativas da Prefeitura de Timbó, Fundos, Fundações e Autarquias.

DATA DA ASSINATURA: 22/08/2014.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

SAMAE

Portaria N. SAMAE- 111, de 01 de Setembro de 2014

PORTARIA N. SAMAE- 111, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó - SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3506, de 13/06/2014;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
JANETE BILK (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	17/08/1968	826.868.589-15	44 horas	02/09/2014 a 30/09/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria N. SAMAE- 110, de 01 de Setembro de 2014

PORTARIA N. SAMAE- 110, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó - SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3506, de 13/06/2014;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Cargo: Motorista

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
FLÁVIO JOSÉ DA SILVA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	04/03/1983	008.912.629-70	44 horas	01/09/2014 a 30/09/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Treze Tílias

PREFEITURA

Aviso de Licitação PP 69/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
Processo Licitatório nº 69/2014 - PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de divulgação de mídia televisiva em nível regional, por ocasião da Tirolerfest 2014.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 18/09/2014, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

Extrato de Contrato Nº 80/2014

EXTRATO DE CONTRATO 80/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: ELECTROLUX DA AMAZONIA LTDA

OBJETO: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, conforme especificações, e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão Identificado no Preambulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento.

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Eletrônico 19/2013 / Registro de Preços.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 23034.02033/2012-52

VIGÊNCIA: 12 meses contados a data de assinatura.

VALOR ESTIMADO: R\$ 2.319,98 (Dois mil, trezentos e dezenove reais e noventa e oito centavos).

DATA ASSINATURA: 20/08/2014.

TREZE TÍLIAS, 20 de Agosto de 2014.

Extrato de Contrato Nº 86/2014

EXTRATO DE CONTRATO 86/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: INDUSTRIA DE MOVEIS CEQUIPEL PARANA LTDA

OBJETO: Aquisição de mobiliário escolar, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento.

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Eletrônico 16/2013 / Registro de Preços.

VIGÊNCIA: 12 meses contados a data de assinatura.

VALOR ESTIMADO: R\$ 1.752,00 (Mil setecentos e cinquenta e dois reais).

DATA ASSINATURA: 02/09/2014.

TREZE TÍLIAS, 02 de Setembro de 2014.

Extrato de Contrato Nº 92/2014 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 92/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: DIGI TRON INSTRUMENTOS DE PESAGEM LTDA

OBJETO: Aquisição de equipamentos para cozinhas e refeitórios escolares, visando reequipar/modernizar as escolas da rede pública de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios e demais entidades autorizadas a aderir ao projeto de acordo com a legislação específica vigente, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Ministério da Educação, referente aos itens do Pregão Eletrônico 78/2012

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Eletrônico 78/2014 / Registro de Preços.

PROCESSO ADMINISTRATIVO - nº 23034.007211/2012-23

VIGÊNCIA: 12 meses contados a data de assinatura.

VALOR ESTIMADO: R\$ 1.436,00 (Mil quatrocentos e trinta e seis reais e sessenta centavos).

DATA ASSINATURA: 02/09/2014.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 03.01.2003.44.90.00.00.00.00.01 05

TREZE TÍLIAS, 08 de Julho de 2014.

Portaria Nº 092

PORTARIA Nº 092/14 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER a pedido, licença para tratar de interesse particular, conforme Seção IX, Art. 159 da Lei Complementar 40/2011 a Sra. TALITTA ANGÉLICA MARCHIORO, CPF nº 949.645.309-06 e identidade nº 3.484.525, residente e domiciliada neste município, a partir do dia 03 de setembro de 2014.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 02 DE SETEMBRO DE 2014.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 093

PORTARIA Nº 093/14 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares ao servidor municipal abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISI-TIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Dairton Margreiter	02/03/2013 a 01/03/2014	01/09/2014 a 30/09/2014	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 02 DE SETEMBRO DE 2014.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº 094

PORTARIA Nº 094/14 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, a partir do dia 03 de setembro de 2014, o Sr. HERBERTO KASPERS, CPF nº 221.120.309-49, residente e domiciliado neste município, do cargo em comissão de Diretor de Manutenção, conforme Portaria de nomeação nº 058/14 de 02 de junho de 2014.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 02 DE SETEMBRO DE 2014.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 095

PORTARIA Nº 095/14 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares ao servidor municipal abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISI-TIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Vinícius Schir-mann Mendes	28/06/2012 a 27/06/2013	03/09/2014 a 22/09/2014	20

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 02 DE SETEMBRO DE 2014.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Finanças

Turvo

PREFEITURA

Portaria 284/2014

PORTARIA Nº 284/14, de 01 de Setembro de 2014.
ALTERA TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR EFETIVO, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária da Servidora abaixo relacionada, no Cargo de Professor III, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, com início em 01 de Setembro de 2014 e término em 19 de Dezembro de 2014.

MATRÍCULA	SERVIDOR (A)	CPF
1206	Katia Fernandes Ribeiro Possamai	036.612.669-06

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de setembro de 2014.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 285/2014

PORTARIA Nº 285/14, de 01 de Setembro de 2014.
DEMITE A PEDIDO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Agente Comunitário de Saúde, nomeado temporariamente através do Processo Seletivo nº 001/13 - ESFs, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME	CPF	MATRÍCULA
Joana Tonetto Paupp	057.753.529-39	2954

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de setembro de 2014.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 286/2014

PORTARIA Nº 286/14, de 01 de Setembro de 2014.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 6º da Lei nº. 1.001/93, de 03 de Maio de 1993, combinado com o artigo 98 e seguintes da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao Servidor PAULO CESAR ANGELONI, CPF nº. 561.325.819-87, matrícula nº. 1223, exercendo o cargo de provimento em caráter efetivo de Motorista II, no período de 01.09.2014 a 30.09.2014, referente ao período aquisitivo de 15.03.2004 a 14.04.2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de setembro de 2014
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Vidal Ramos**PREFEITURA****Edital Leilão Nº. 73/2014 - Alienação Kombi**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA VIDAL RAMOS
LEILÃO PÚBLICO 73/2014

Faz saber aos interessados que se encontra aberto o Edital de Licitação 73/2014, na modalidade LEILÃO, tendo por objeto A alienação de:

Lote 01 - 01 (UM) VEÍCULO PAS/MICROONIB/ VW KOMBI LOTAÇÃO, CAPACIDADE PARA 12 PASSAGEIROS / 80 CV, DE COR BRANCA, ANO FABRICAÇÃO 2008 , MODELO 2009, CHASSI 9bwmf07x59p001819, RENAVAL 970578440, ALCOOL/GASOLINA, PLACA MFN 1024.

Lote 02 - 01 (UM) VEÍCULO PAS/MICROONIB/ VW KOMBI LOTAÇÃO, CAPACIDADE PARA 12 PASSAGEIROS / 80 CV, DE COR BRANCA, ANO FABRICAÇÃO E MODELO 2008, CHASSI 9BWGF07X08P020824, RENAVAL 966616910, ALCOOL/GASOLINA, PLACA MEW 4254

O interessado deverá se cadastrar até as 09:00 horas do dia 02/10/2014 na Garagem da Prefeitura, ocasião que será aberta a sessão de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura, em horário de expediente pelo fone (47) 33562300.

Vidal Ramos, 02 de setembro de 2014.
Laercio da Cruz
Prefeito Municipal.

Edital Leilão Nº. 19/2014 - Alienação Ducato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS
LEILÃO PÚBLICO 19/2014

Faz saber aos interessados que se encontra aberto o Edital de Licitação 19/2014, na modalidade LEILÃO, tendo por objeto A alienação de:

Item 01 - 01 (UM) VEÍCULO ESP/CAMINHONETE/AMBULANCIA, FIAT/DUCATO TH AMB, CAPACIDADE PARA 7 PASSAGEIROS / 103CV, COR BRANCA, ANO FABRICAÇÃO E MODELO 2005, CHASSI 93W231H2151024377, RENAVAL 872024121, DIESEL, PLACA MEO 8199.

O interessado deverá se cadastrar até as 09:25 horas do dia 02/10/2014, ocasião que será aberta a sessão de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura, em horário de expediente pelo fone (47) 3356 2300.

Vidal Ramos, 02 de setembro de 2014.

Videira**PREFEITURA****Decreto Nº 11.238/14**

DECRETO N.º 11.238/14, DE 27 DE AGOSTO DE 2014.

Aprova Desmembramento e Remembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 4.807/14, tendo por objeto pedido de desmembramento e remembramento de áreas, formulado pelo Mauricio Thibes de Campos e outros;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais, conforme Parecer Técnico,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 01 (uma) área com 98,97 m2 (noventa e oito metros e noventa e sete decímetros quadrados), de propriedade de José Carmelo dos Santos e esposa, constante da matrícula nº 13.640, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área de 351,03 m² (trezentos e cinquenta e um metros e três decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 4.807/14.

Art. 2º Fica aprovado o remembramento de 01 (uma) área com 98,97 m2 (noventa e oito metros e noventa e sete decímetros quadrados), área desmembrada no artigo 1º deste decreto, à propriedade de Nelson Loreni Thibes de Campos, constante da matrícula nº 15.447 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, totalizando a área de 494,19 m² (quatrocentos e noventa e quatro metros e dezenove decímetros quadrados).

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando as disposições em contrário.

Videira, 27 de agosto de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.239/14

DECRETO N.º 11.239/14, DE 27 DE AGOSTO DE 2014.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 7.007/14, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Ivo Testolin e Esposa;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 08 (quatro) áreas distintas, sendo a área nº 01 com 379,24 m² (trezentos e setenta e nove metros e vinte e quatro decímetros quadrados), área nº 02 com 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), área nº 03 com 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), área nº 04 com 448,01 m² (quatrocentos e quarenta e oito metros e um decímetro quadrado), área nº 05 com 485,70 m² (quatrocentos e oitenta e cinco metros e setenta decímetros quadrados), área nº 06 com 407,21 m² (quatrocentos e sete metros e vinte e um decímetros quadrados), área nº 07 com 362,89 m² (trezentos e sessenta e dois metros e oitenta e nove decímetros quadrados), área nº 08 com 509,88 m² (quinhentos e nove metros e oitenta e oito decímetros quadrados) de propriedade de IVO TESTOLIN E ESPOSA, constante da matrícula nº 30.674 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área de 8.823,88 m² (oito mil, oitocentos e vinte e três metros e oitenta e oito decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 7.007/14.

DA ÁREA PÚBLICA

Art. 2º Fica o proprietário do imóvel obrigado a doar ao Poder Público 10% (dez por cento) da área do lote a ser desmembrado, ou seja, 378,29 m² (trezentos e setenta e oito metros e vinte e nove decímetros quadrados), uma vez que a área urbana constante da matrícula RG 30.674, a ser desmembrada, é superior a área de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), conforme disciplina o art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 62/08 e alterações, a vista do que consta no Memorial Descritivo do Processo Administrativo nº 7.007/2014.

Parágrafo único. Fica o proprietário do imóvel obrigado a proceder à escritura de doação do imóvel, constante no caput deste artigo, ao Município de Videira no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira.

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.240/14

DECRETO Nº 11.240/14, DE 29 DE AGOSTO DE 2014.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora IVANILCE SALETE PASSINI, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 031/2014,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora IVANILCE SALETE PASSINI, inscrita no CPF sob o nº 528.464.909-53, no RG nº 1.337.130 e no PIS/PASEP nº 121.09605.78-4, detentora da matrícula funcional nº 821, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 6.995,91 (seis mil, novecentos e noventa e cinco reais e noventa e um centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º/09/2014, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1237/14

PORTARIA nº 1237/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor RUDIMIR TRAVASSO, Fotógrafo, da referência "I" para a referência "J", relativa ao período de avaliação de 1º de fevereiro de 2013 até 1º de

agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1185/14

PORTARIA nº 1185/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora ALICE MARIA BISCARO CANTELLI, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1186/14

PORTARIA nº 1186/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora ANA MARIA PEREIRA DIAS, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1187/14

PORTARIA nº 1187/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora BEATRIZ HELENA FIORELLI DA SILVA, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1188/14

PORTARIA nº 1188/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora CAROLINE PASQUALIN, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Extrato do Termo Aditivo N. 0137/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0137/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ISABELA GAMBATO
CPF: 077.978.579-70
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 15 de novembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Portaria Nº 1232/14

PORTARIA nº 1232/14
Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, ao servidor DIRCEU LUIZ CENDRON, Professor, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Extrato do Termo Aditivo N. 0240/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0240/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: NEILA DO CARMO LEMOS
CPF: 021.962.309-01
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 01 de novembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0402/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0402/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: ALYSSON WOIGT
CPF: 053.028.059-01
OBJETO: Alteração da justificativa de "em substituição à servidora ROSANGELA MOREIRA DE CAMARGO, que se encontra em licença de tratamento de saúde, conforme perícia médica" para "em substituição à servidora ROSANGELA MOREIRA DE CAMARGO, que se encontra em licença de tratamento de saúde, conforme perícia médica, seguida de em gozo de licença maternidade conforme portaria n. 0956/14"
VIGÊNCIA: de 20 de março de 2014 até 25 de novembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Portaria Nº 1242/14

PORTARIA nº 1242/14
Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 14609/2014,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória, por Marcelize Paz Leonardi da Silva, no dia 03 de setembro de 2014, das 19h00min às 21h00min, a fim de realizar uma reunião de pais de alunos da academia Planeta Água.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 1º de setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Extrato do Termo de Rescisão N. 0113/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0113/2014
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0509/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SOLANGE RODRIGUES DOS SANTOS
CPF: 073.569.349-81
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 15 de agosto de 2014.

Portaria Nº 1216/14

PORTARIA nº 1216/14
Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE
Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora RO-SANGELA MOREIRA DE CAMARGO, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1217/14

PORTARIA nº 1217/14
Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE
Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora RO-SILENE MANICA DENARDI, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1218/14

PORTARIA nº 1218/14
Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE
Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora SALETE GIULIANI VANIN, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1219/14

PORTARIA nº 1219/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora SALETE MARIA GELAIN FABIAN, Professora, do nível B-02 para o nível B-03, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1220/14

PORTARIA nº 1220/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora SANDRA MARIA GAIO ZUFFO, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1221/14

PORTARIA nº 1221/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora SILVIA RAQUEL BRUNETTA, Professora, do nível B-03 para o nível B-04, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1222/14

PORTARIA nº 1222/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora SOLANGE APARECIDA BALBINOT, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1223/14

PORTARIA nº 1223/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora SOLANGE PEREIRA DOS SANTOS ZUFFO, Professora, do nível B-01 para o nível B-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1224/14

PORTARIA nº 1224/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora TAMARA DAIANE TOMASI NUNES DOS SANTOS, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1225/14

PORTARIA nº 1225/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora VALDENICE MARIA SCHNEIDER, Professora, do nível B-01 para o nível B-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1226/14

PORTARIA nº 1226/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora VILMAIR MARIA FAGHERAZZI, Professora, do nível C-09 para o nível C-10, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1227/14

PORTARIA nº 1227/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, ao servidor DE-OMIR GHELLER, Professor, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1228/14

PORTARIA nº 1228/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, ao servidor FLAVIO DE CARVALHO, Professor, do nível B-01 para o nível B-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1229/14

PORTARIA nº 1229/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, ao servidor GERALDO LICKS, Professor, do nível B-01 para o nível B-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1230/14

PORTARIA nº 1230/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, ao servidor LUIZ EDUARDO BONDAN, Professor, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1202/14

PORTARIA nº 1202/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora LUCIMERE TONELLO, Professora, do nível C-09 para o nível C-10, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1201/14

PORTARIA nº 1202/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora LUCIMERE TONELLO, Professora, do nível C-09 para o nível C-10, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1236/14

PORTARIA nº 1236/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor RUDIMIR TRAVASSO, Fotógrafo, da referência "H" para a referência "I", relativa ao período de avaliação de 1º de fevereiro de 2011 até 1º de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2013.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1234/14

PORTARIA nº 1234/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora MARIA KERBER COSTA, Zeladora, da referência "O" para a referência "P", relativa ao período de avaliação de 1º de fevereiro de 2013 até 1º de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1233/14

PORTARIA nº 1233/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora MARIA ANGELINA ANGREWSKI, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1235/14

PORTARIA nº 1235/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora VERA LUCIA LOCATELLI, Atendente de Creche, da referência "M" para a referência "N", relativa ao período de avaliação de 1º de fevereiro de 2013 até 1º de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1240/14

PORTARIA nº 1240/14

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 14.810/2014,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ONDINA ALVES DE MORAIS SIEBAUER, Zeladora, de 1º de novembro de 2014 até 1º de fevereiro de 2015, referente ao quinquênio de 02 de maio de 2005 até 1º de maio de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2014.

Videira, 29 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1238/14

PORTARIA nº 1238/14

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12, no Processo Administrativo nº 14286/2014 e, à vista do que consta na Comunicação Interna do Departamento Pessoal;

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a AMILTON RAMOS DE OLIVEIRA, Trabalhador Braçal, de 1º de outubro de 2014 até 1º de janeiro de 2015, referente ao quinquênio de 01 de julho de 2009 até 30 de junho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2014.

Videira, 28 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1239/14

PORTARIA nº 1239/14

Revoga a Portaria nº 0750/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo Administrativo nº 14.631/2014,

RESOLVE

Revogar a Portaria nº 0750/14, que concedeu licença prêmio à servidora MONICA HAGEMEIER, pelo período de 18 de setembro de 2014 até 18 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 28 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1211/14

PORTARIA nº 1211/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora NEIVA MARIA FERRI, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1210/14

PORTARIA nº 1210/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora NEI-DE REGINA DA SILVA, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1189/14

PORTARIA nº 1189/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora CA-TIA TERESINHA FERREIRA BARAUNA, Professora, do nível C-08 para o nível C-09, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1192/14

PORTARIA nº 1192/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora CLEUNICE SALETE DALLAZEM VIECELLI, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1191/14

PORTARIA nº 1191/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora CLAUDIA JUDITE MARASCHIN, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1190/14

PORTARIA nº 1190/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora CLARICE BRANCALIONE MARTINS, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1193/14

PORTARIA nº 1193/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora CLEZI TEREZINHA BALESTIERI, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1194/14

PORTARIA nº 1194/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora DENISE ZAGO, Professora, do nível C-09 para o nível C-10, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1195/14

PORTARIA nº 1195/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora GEOVANA GEMELLI EGER, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1196/14

PORTARIA nº 1196/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora GERUSA COELHO DE FREITAS TEO, Professora, do nível B-01 para o nível B-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1200/14

PORTARIA nº 1200/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora KELI CRISTINA MEZAROBÁ DAL PIZZOL, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1199/14

PORTARIA nº 1199/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora IVO-NETE BRESOLIN, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1198/14

PORTARIA nº 1198/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora IEDA MARIA CESCO MIOZZO, Professora, do nível C-08 para o nível C-09, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1197/14

PORTARIA nº 1197/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora GRAZIELA GOETTEMS, Professora, do nível B-01 para o nível B-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1215/14

PORTARIA nº 1215/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora ROSANGELA COMERLATO, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1214/14

PORTARIA nº 1214/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora ROSANE LIKOSKI GUBIANI, Professora, do nível C-09 para o nível C-10, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1213/14

PORTARIA nº 1213/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora REGIANE APARECIDA JULIANOTTI, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1212/14

PORTARIA nº 1212/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora OLIVETE APARECIDA DE SOUZA PEPES, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1231/14

PORTARIA nº 1231/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, ao servidor CLODOMIR CORDEIRO, Professor, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1203/14

PORTARIA nº 1203/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora MARCIA COLDEBELLA, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1204/14

PORTARIA nº 1204/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora MARIA CLARA KNEBEL DE SIQUEIRA LYRA, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1205/14

PORTARIA nº 1205/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora MARILDES SALETE BIAVA, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1208/14

PORTARIA nº 1208/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora MARTA BELINI, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1207/14

PORTARIA nº 1207/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora MARISTELA AGUIAR, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1206/14

PORTARIA nº 1206/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora MARINES SALETE DA SILVA GUZZI, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1209/14

PORTARIA nº 1209/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora MARTA MARIA DEON FERRARIN, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2014.

Videira, 27 de agosto de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1246/14

PORTARIA nº 1246/14

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 14694/14;

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 01 de setembro de 2014 até 30 de setembro de 2014, o gozo de férias da servidora CLEIDE SALETE RIBEIRO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 23 de maio de 2012 até 22 de maio de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de setembro de 2014.

Videira, 02 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1243/14

PORTARIA nº 1243/14

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 129/12, a vista do que consta no Processo Administrativo nº 14989/14,

RESOLVE

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora ADRIANA DAS GRAÇAS BERTO DE CAMPOS, Atendente de Creche, a partir do dia 1º de setembro de 2014 até 29 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2014.

Videira, 02 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1244/14

PORTARIA nº 1244/14

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta nos Processos Administrativos nº 9507/2014 e 9983/2014,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ROSELENE APARECIDA GEREMIA, Zeladora, de 08 de setembro de 2014 até 08 de dezembro de 2014, referente ao quinquênio 01 de julho de 2009 até 01 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 08 de setembro de 2014.

Videira, 02 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1245/14

PORTARIA nº 1245/14

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 14480/14,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a JOZANE MOREIRA DOS SANTOS GAVASSO, Auxiliar de Serviços Gerais, de 01 de fevereiro de 2015 até 01 de maio de 2015, referente ao quinquênio 01 de fevereiro de 2008 até 31 de janeiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Videira, 02 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 11.245/14

DECRETO Nº 11.245/14, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

Declara a vacância de cargo que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, bem como, no art. 100, VI da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de Trabalhador Braçal, em virtude do falecimento do seu titular CLAUDIO BESEN, ocorrido em 20 de agosto de 2014, conforme Certidão de Óbito registrada no Cartório de Registro Civil, matrícula nº 107946 01 55 2014 4 00017 230 0006495 94.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 20 de agosto de 2014.

Videira, 02 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Editais de Processo Seletivo Nº 052/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 052/2014

PROCESSO SELETIVO Nº 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 007/2012:

CONVOCADADO	CARGO
1 - Joanito Lira	Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 02 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Retificação da Publicação do Encerramento Pregão Presencial Nº 113/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2014 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2014-PMV, a qual tem por objeto a AQUISIÇÃO DE TROFÉUS PARA O EVENTO "X FESTIVAL DE DANÇA DE VIDEIRA", NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2014, NO GINÁSIO MEDALHÃO, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA, foi encerrada sem vencedores, devido a incompatibilidade das propostas apresentadas com os valores previamente pesquisados pelo Departamento de Compras do Município. Informações na Av. Manoel Roque, 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9012.

Videira, 01 de Setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1241/14

PORTARIA nº 1241/14

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 11830/2014;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a colocação e exibição de uma faixa no Largo da Estação Ferroviária, pela Associação Protetora dos Animais de Videira, no período de 06 a 20 de outubro de 2014, a fim de divulgar o evento denominado "VI Cãominha Videira pela Posse Responsável".

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre o texto e/ou imagens da referida faixa, ficando a Associação Protetora dos Animais de Videira inteiramente responsável pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 1º de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Xavantina

PREFEITURA

Contrato Nº 98/2014 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.

Número do Contrato: 98/2014 - PMXV

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONSERTAR MOTONIVELADORA CASE 845, PERTENCENTE À FROTA DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES.

Data da Assinatura: 02/09/2014.

Vigência: 31/12/2014.

Valor do Contrato: R\$ 45.307,20 (quarenta e cinco mil, trezentos e sete reais e vinte centavos).

Xaxim

PREFEITURA

Lei 4001 Dá Nova Redação ao Art. 3º da Lei Nº3.251, LEI Nº 4001/2014 de 26 de agosto de 2014.

Dá nova redação ao Art. 3º da Lei nº3.251, de 16 de junho de 2008, e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO OPRSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O Artigo 3º da Lei Nº 3.251 de 16 de junho de 2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º O Conselho Municipal Antidrogas de Xaxim será integrado por membros nomeados por meio de Decreto pelo Prefeito Municipal, sendo um representante titular e um suplente indicado pelos seguintes órgãos e segmentos:

a) Órgãos Governamentais:

I) Procuradoria Jurídica do Município

II) Secretaria da Saúde do Município

III) Secretaria da Educação do Município

IV) Unidade Educacional do Estado no Município

V) Segurança Pública (Polícia Civil e Militar)

VI) Secretaria Municipal da Assistência Social

VII) Conselho Tutelar

b) Órgãos Não Governamentais

VIII) Ensino Superior no Município.

IX) Associação de Pais e Alunos Excepcionais de Xaxim

X) Advogado indicado pela OAB/SC no Município.

XI) Representantes de ONGs e/ou Clubes de Serviço.

XII) Igrejas

XIII) Associação Comercial e Industrial de Xaxim - ACIAX e Câmara dos Dirigentes Lojistas - CDL

XIV) Associação dos Alcoólicos Anônimos de Xaxim -

Parágrafo único - Os membros do Conselho terão mandato de 2 (dois) anos permitida a recondução."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 27 de agosto de 2014.

IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

Lei 4002 "Dispõe Sobre A Abertura de Crédito Adicional

LEI Nº 4002/2014 de 26 de agosto de 2014.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de 2014 e dá outras providências".

IDACIR ANTONIO OPRSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais), nas seguintes programações de despesas dentro do orçamento vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.035 - Programa Alimentação Escolar
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	430.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesas nas seguintes programações de despesa:

Código	Unidade	Projeto atividade
02.01	GABINETE DO PREFEITO	2.020 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	170.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
04.02	FUNDO MUNICIPAL DE MELHORIA DA POLICIA MILITAR	2.039 - Manutenção do Fundo de Melhoria da Policia Militar
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	30.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.008 - Pavimentação de Ruas e Passeios
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	28.629,29

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.009 - Obras de Infraestrutura Urbana
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	5.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.014 - Ampliação da Frota Rodoviária
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	43.412,37

Código	Unidade	Projeto atividade
--------	---------	-------------------

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.015 - Obras de Infraestrutura Rural
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	8.200,00

Código	Unidade	Projeto atividade
08.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.012 - Ampliação da Patrulha Agrícola
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	25.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
08.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	2.050 - Manutenção das Atividades Ambientais
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	4.240,00

Código	Unidade	Projeto atividade
09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	1.013 - Promoção da Indústria e do Comércio
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	2.200,00
4.5.90.00.00	01.00	5.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
10.02	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	2.038 - Manutenção do Fundo da Infância e Adolescência
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	97.818,34

Código	Unidade	Projeto atividade
11.01	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	1.016 - Ampliação da Rede Física Esportiva
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	10.000,00
4.5.90.00.00	01.00	500,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 27 de agosto de 2014.

IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

Lei 4003 Dispõe Sobre Concessão de Incentivo

LEI Nº 4003/2014 de 26 de agosto de 2014.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE INCENTIVO FINANCEIRO ATRAVÉS DE ALUGUEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO OPRSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Acresce-se o art. 7º-C à Lei 1.534/93, nos seguintes

termos:

Art. 7º-C. Visando atender às empresas aqui estabelecidas ou às empresas que tenham interesse em se instalar no Município, poderá a Administração, a título de incentivo industrial, transferir recursos financeiros, para pagamento total ou parcial do aluguel de prédios, barracões ou imóveis que tais empresas tiverem necessidade, observado o seguinte:

I - A locação não poderá ter vigência superior ao prazo correspondente ao mandato do Gestor à época em que for concedida, com prazo máximo de 01 (um) ano, podendo ser renovado por mais 01 (um) ano;

II - A locação poderá ser concedida tanto à empresas que estejam em funcionamento, quanto à empresas novas, mas desde que estejam em dia com os fiscos municipal, estadual e federal; e,

III - O preço ajustado para o aluguel deverá ser compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia da comissão de avaliação nomeada pelo Prefeito Municipal;

§ 1º. O Município fica autorizado a transferir a quantia máxima correspondente à 30 (trinta) VR's (valor de referência) mensais.

§ 2º. Na hipótese da locação estender-se por prazo superior à 12 (doze) meses, o Município poderá custear o reajuste do valor pactuado, aplicando-se o Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM.

§ 3º. É imprescindível para a concessão do incentivo, o parecer prévio do Conselho de Desenvolvimento Econômico.

§ 4º. A critério da Administração, a locação dar-se-á:

I - diretamente desta com o Locador, através da realização de prévio processo de concorrência ou chamamento público, com a devida anuência da beneficiada, realizando repasses mensais diretos ao Locador do imóvel, podendo em qualquer hipótese, valerem-se as partes do instituto da compensação;

II - diretamente entre Locador e Locatária (empresa beneficiada), onde será realizado mensalmente repassa à Sociedade empresarial, que deverá comprovar em processo administrativo mensalmente, o adimplemento do valor ao Locador, sob pena de restar bloqueado o repasse de valor futuro.

§ 5º. A não comprovação da adimplência que trata os incisos anteriores poderá ensejar o rompimento do repasse.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial, as Leis nº 2.082/98 e 2.943/2005.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 27 de agosto de 2014.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

Decreto 362 "Dispõe Sobre A Abertura de Crédito Adicional

DECRETO Nº. 362/2014

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de 2014 e dá outras providências".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal do Município de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº. 4002/2014 de 27 de agosto de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais), nas seguintes programações de despesas dentro do orçamento vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.035 - Programa Alimentação Escolar
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	430.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesas nas seguintes programações de despesa:

Código	Unidade	Projeto atividade
02.01	GABINETE DO PREFEITO	2.020 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	170.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
04.02	FUNDO MUNICIPAL DE MELHORIA DA POLICIA MILITAR	2.039 - Manutenção do Fundo de Melhoria da Policia Militar
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	30.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.008 - Pavimentação de Ruas e Passeios
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	28.629,29

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.009 - Obras de Infraestrutura Urbana
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	5.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.014 - Ampliação da Frota Rodoviária
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	43.412,37

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.015 - Obras de Infraestrutura Rural
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	8.200,00

Código	Unidade	Projeto atividade
08.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.012 - Ampliação da Patrulha Agrícola
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	25.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
08.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	2.050 - Manutenção das Atividades Ambientais
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	4.240,00

Código	Unidade	Projeto atividade
09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	1.013 - Promoção da Indústria e do Comercio
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	2.200,00
4.5.90.00.00	01.00	5.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
10.02	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	2.038 - Manutenção do Fundo da Infância e Adolescência
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	97.818,34

Código	Unidade	Projeto atividade
11.01	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	1.016 - Ampliação da Rede Física Esportiva
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	10.000,00
4.5.90.00.00	01.00	500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 28 de agosto de 2014.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

Errata Chamada Pública 008/2014

RETIFICAÇÃO DE EDITAL
Edital de Chamada Pública 008/2014
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE XAXIM

O MUNICIPIO DE XAXIM, através da comissão de licitações COMUNICA QUE:

Fica alterado no referido Edital que tem por objeto o cadastramento de fornecedores de pneus, câmaras de ar e protetores interessados em homologar suas marcas para participar de futuras contratações, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos, o seguinte item a saber:

Onde lê-se:

1 - Os fabricantes e/ou fornecedores interessados em obter o

Atestado de Aprovação que poderá ser exigido nos certames licitatórios, deverão se dirigir a sede do Centro Administrativo Municipal, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 11:45 horas e das 13:30 às 17:30 horas, para solicitar a prévia aprovação do produto, conforme modelo de requerimento do ANEXO II em 2 (duas) vias, o qual deverá ser protocolado junto ao Setor de Licitações;

Leia-se:

1 - Os fabricantes e/ou fornecedores interessados em obter o Atestado de Aprovação que poderá ser exigido nos certames licitatórios, deverão se dirigir a sede do Centro Administrativo Municipal, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 11:45 horas e das 13:30 às 17:30 horas, para solicitar a prévia aprovação do produto, mediante protocolo, ou encaminhar aos e-mails licitação@xaxim.sc.gov.br ou assistente@xaxim.sc.gov.br, a documentação necessária, devendo num prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar do envio do e-mail, encaminhar via Correios, a documentação física anexada por meio eletrônico, sob pena de deixar de ser realizada a análise; tudo conforme modelo de requerimento do ANEXO II;

As demais informações permanecem inalteradas.

Xaxim - SC, 02 de setembro de 2014.
Veridiana I C Busatta
Presidente da Comissão de Licitações

Decreto 0

DECRETO Nº. 364/2014.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal MARILETE DAL BELLO BARRIONUEVO, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, portadora da matrícula 5348, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 01 de setembro de 2014, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 01 de setembro de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

Consórcios

CIGA

Retificação ao Extrato Contrato 355 - Dom - Santiago do Sul

Retificação ao Extrato de Contrato nº 355/2014

Contrato de Rateio - Santiago do Sul

Altera o nº do Contrato de Programa informado no objeto, sendo o Extrato de Contrato conforme segue:

CONTRATANTE: Município de Santiago do Sul

CNPJ: 01.612.781/0001-38

CONTRATO DE RATEIO Nº: 76/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Santa Cecília e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 75/2014.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 19 de agosto de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 357 - PGT - Ponte Alta

Extrato de Contrato nº 357/2014

Contrato de Rateio - Programa de Gestão Tributária - Ponte Alta

CONTRATANTE: Município de Ponte Alta

CNPJ: 83.755.850/0001-27

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 001/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 01 de julho de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 358 - PGT - Águas Frias

Extrato de Contrato nº 358/2014

Contrato de Rateio - Programa de Gestão Tributária - Águas Frias

CONTRATANTE: Município de Águas Frias

CNPJ: 95.990.180/0001-02

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 038/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 26 de agosto de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 359 - PGC - São Pedro de Alcântara

Extrato de Contrato nº 359/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - São Pedro de Alcântara

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara

CNPJ: 01.613.101/0001-09

CONTRATO Nº: 44/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 672,00 (seiscentos e setenta e dois reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 27 de agosto de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 360 - Programa - Imaruí

Extrato de Contrato nº 360/2014

Contrato de Programa - Imaruí

CONTRATANTE: Município de Imaruí

CNPJ: 82.538.851/0001-57

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 064/2014

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Santa Cecília e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Santa Cecília no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal.

Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de Santa Cecília, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.

VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VIGÊNCIA: O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 29 de agosto de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 361 - Dom - Imaruí

Extrato de Contrato nº 361/2014

Contrato de Rateio - Imaruí

CONTRATANTE: Município de Imaruí

CNPJ: 82.538.851/0001-57

CONTRATO DE RATEIO Nº: 065/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Santa Cecília e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 064/2014.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem

ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 340,00 (trezentos e quarenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 29 de agosto de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMVI

Contrato Nº 011/2014 - Assessoria Para Gestão de Contrato No SICONV

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 011/2014

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Marise Teresinha Heinig.

OBJETO: Assessoria para gestão de contrato no SICONV

VALOR: R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)

PRAZO: até 31 de dezembro de 2014.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br>publicações>contratos](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos)

Timbó, 02 de abril de 2014.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

Contrato Nº 012/2014 - Locação de Sala Comercial

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 012/2014

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Evair Francisco Bona e Walmira Leila Faes Bona

OBJETO: Locação de sala comercial

VALOR: R\$765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais)

PRAZO: de 01 de julho de 2014 a 30 de junho de 2015.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br>publicações>contratos](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos)

Timbó, 01 de julho de 2014.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

Contrato Nº 013/2014 - Manutenção Nos Produtos Turísticos Regionais

CONTRATO Nº 013/2014

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E ASSOC. DESENVOLV. TUR. ECOL. VALE ITAJAÍ - ASSOCIAÇÃO VALE DAS ÁGUAS OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO NOS PRODUTOS TURÍSTICOS DO CIMVI.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, inscrito no CNPJ sob o nº 03.111.139/0001-09, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Cidade de Timbó - SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Hartwig Persuhn, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, doravante denominado CONTRATANTE, e ASSOC. DESENVOLV. TUR. ECOL. VALE ITAJAÍ - ASSOCIAÇÃO VALE DAS ÁGUAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.625.546/0001-26, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº 211 C, Centro, Cidade de Timbó - SC, representada por seu Presidente Sr. Egon Koprowski, CPF 311.522.529-68, doravante denominada CONTRATADA, perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, que se reger-se-á pela Lei 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a manutenção nos produtos turísticos do CIMVI, compreendendo:

- vistoria nos produtos regionais (circuitos, roteiros e rotas);
 - visitas técnicas em atrativos e produtos turísticos regionais;
 - revisão da sinalização de produtos regionais; e
 - participação em eventos regionais e estaduais, em reuniões segmentadas do turismo
- pertinentes ao Plano Catarina, em conjunto com o Gestor de Turismo do CIMVI

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços e o fornecimento de todo o equipamento, material, mão de obra e pessoal necessários a plena e total execução do objeto e demais atribuições, obrigações e responsabilidades constantes do presente instrumento, serão total, exclusiva e integralmente executados, fornecidos e cumpridos, sem restrições, pela CONTRATADA.

É de plena, exclusiva e total responsabilidade da CONTRATADA arcar, de forma única e exclusiva, com todo e qualquer encargo trabalhista, fiscal, securitário, previdenciário, social, comercial ou de outra natureza, resultante de qualquer vínculo empregatício ou não. Tais responsabilidades, ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao CONTRATANTE ou a qualquer entidade e pessoa a ele vinculado ou a terceiro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, por toda a execução do objeto e demais atribuições, obrigações e responsabilidades constantes deste instrumento, o valor total de R\$4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais).

O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE a CONTRATADA em cinco parcelas iguais no valor de R\$950,00 (novecentos e cinquenta reais), com vencimento no dia 05 do mês subsequente à prestação dos serviços, condicionado à apresentação, pela CONTRATADA, do documento fiscal acerca dos serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O presente instrumento terá início em 01 de agosto e término em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes do objeto deste instrumento correrão à conta do orçamento do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, como segue:

Código Dotação	Descrição
03	CIMVI
03.003	Gestão de Turismo
2003	Gestão de Turismo
33900000	Aplicações Diretas
10000	Recursos Ordinários

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Fica desde já o CONTRATANTE responsável:

- em efetuar o pagamento nos termos estipulados na CLÁUSULA TERCEIRA; e
- em fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

A fiscalização e o acompanhamento acima descritos não eximem a CONTRATADA, de nenhuma forma, de sua plena, total e exclusiva responsabilidade quanto à execução do objeto deste instrumento e perante quaisquer terceiros e o CONTRATANTE.

Além das demais obrigações e responsabilidades constantes deste instrumento, a CONTRATADA fica desde já responsável:

- em prestar e cumprir fielmente todo o objeto e demais serviços, atribuições e prazos constantes deste instrumento, arcando com todos os custos, ônus e obrigações advindas, decorrentes ou relacionadas aos mesmos;
- em disponibilizar todo e qualquer recurso, seja ele de que natureza for, necessário à execução do objeto deste instrumento, arcando com todo e qualquer custo advindo, decorrente ou relacionado ao mesmo;
- em enviar ao CONTRATANTE documento fiscal constante da CLÁUSULA TERCEIRA para recebimento dos valores;
- pelo gerenciamento e pela Responsabilidade Técnica relativa ao objeto contratado;
- civil, criminal e por toda e qualquer indenização ou reparação que surgir em virtude de dano causado ao CONTRATANTE e a qualquer terceiro, decorrentes de ação ou omissão, negligência, imperícia e imprudência ou por dolo praticado, inclusive por seus empregados, profissionais ou prepostos ou, ainda, por todo e qualquer acontecimento que porventura surgir em decorrência do objeto e demais equipamentos e materiais necessários a execução deste instrumento, ficando assegurado o direito de regresso;
- única e exclusivamente quanto a quaisquer ônus e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, fiscais, securitárias, previdenciárias, comerciais e de qualquer outra natureza, bem como quanto a quaisquer despesas advindas, decorrentes ou relacionadas à execução do objeto do presente instrumento;
- em utilizar as técnicas adequadas para executar o objeto do presente instrumento, respondendo ainda por todo e qualquer prejuízo, seja de natureza civil ou criminal, que causar ao CONTRATANTE e a qualquer terceiro, independente de culpa ou dolo;
- em assumir todos e quaisquer custos e ônus relativos a pessoal, mão de obra, material e equipamentos, sejam eles de que natureza for, necessários à execução deste contrato;
- em refazer todos e quaisquer serviços mal executados ou defeituosos, bem como com a execução fora das especificações técnicas,

arcando, de forma única e exclusiva, com todos os custos e ônus, sejam eles de que natureza for;

- única e exclusivamente quanto a toda e qualquer indenização ou responsabilidade civil e criminal que surgirem em virtude do objeto deste instrumento;
- em providenciar, por sua exclusiva e total responsabilidade, todos os alvarás, licenças e autorizações necessárias à execução do objeto do presente instrumento;
- única e exclusivamente por todos os serviços, materiais e equipamentos, sejam eles de que natureza for, necessários a execução do objeto deste contrato;
- em comunicar por escrito o CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir a execução destes serviços;
- por todo o fornecimento da alimentação, transporte, manutenção, substituição e demais atribuições e obrigações que se fizerem necessárias a correta e fiel execução do objeto do presente instrumento;
- em cumprir com todas as determinações técnicas relacionadas ao objeto do presente instrumento ou aquelas apresentadas pelo CONTRATANTE;
- em assumir todos os custos relativos ao deslocamento de pessoal ou de material necessário ao cumprimento do objeto deste instrumento;
- por todo e qualquer material de sua posse ou propriedade, bem como quanto a quaisquer custos ou ônus advindos, decorrentes ou relacionados aos mesmos;
- de forma única e exclusiva, por todo tributo, fornecimento, transporte, manutenção, substituição e demais atribuições e obrigações que se fizerem necessárias a execução do objeto e demais atribuições e disposições constantes deste instrumento;
- em facilitar que o CONTRATANTE acompanhe e fiscalize todas as atividades inerentes a execução do objeto do presente instrumento, fornecendo ao mesmo todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

A rescisão contratual poderá ser:

- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I à XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE ou aos Municípios consorciados.

A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA não poderá transferir delegar ou ceder, de

qualquer forma a terceiros, as atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento, sem que haja prévio consentimento por escrito do CONTRATANTE.

A CONTRATADA executará única e exclusivamente as disposições constantes deste instrumento, não havendo qualquer tipo de subordinação ou vínculo empregatício entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE.

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó - SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó, 01 de agosto de 2014.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

ASSOCIAÇÃO VALE DAS ÁGUAS

Testemunhas:

Ademir Winkelhaus
463.356.099-91

Valter Conrado de Araújo
379.549.389-72